

Este livro reúne uma seleção dos principais discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, ao longo de 2019, primeiro ano do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Trata-se de fonte primária fundamental para todos os que se interessem por conhecer e estudar a nova política externa brasileira, baseada nos eixos da democracia; da transformação econômica e do desenvolvimento; da soberania; e dos valores da nação brasileira, eixos esses conjugados pelo conceito de liberdade.

A publicação desta importante obra insere-se no objetivo básico da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) de “divulgar a política externa brasileira em seus aspectos gerais” (Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971, art. 1º, III). Trata-se de tradição da FUNAG, que sempre procurou publicar coletâneas de textos de chanceleres brasileiros, como fonte primária para o estudo da política externa do país.

Outros textos sobre a nova política externa brasileira podem ser encontrados na seguinte página da FUNAG: <http://www.funag.gov.br/nova-politica-externa/>.



www.funag.gov.br

“Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geleia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer.

Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar onde queremos, não pediremos permissão à ordem global, o que quer que ela seja. Defenderemos a liberdade e a vida. Defenderemos o direito de cada povo de ser o que é, com liberdade e dignidade, com a dignidade que unicamente a liberdade proporciona.”

Ernesto Araújo
Ministro das Relações Exteriores

(Excerto do discurso de posse, 02/01/2019)

coleção | POLÍTICA
EXTERNA
BRASILEIRA

A NOVA
POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA

SELEÇÃO DE DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 2019



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

SELEÇÃO DE DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2019

Ernesto Araújo



Ernesto Araújo nasceu em Porto Alegre, em 1967.

Bacharel em Letras, pela Universidade de Brasília, ingressou no Instituto Rio Branco em 1990 e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1991. Nos primeiros anos de sua carreira diplomática, trabalhou com temas de integração regional e MERCOSUL. Serviu na Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, e nas Embaixadas na Alemanha, Canadá e Estados Unidos.

Em Brasília, trabalhou também com assuntos financeiros e negociações comerciais, além de ter atuado como Subchefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores e como Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, função que exerceu até assumir o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em janeiro de 2019.

Publicou os livros *MERCOSUL Hoje* (coautoria com Sergio Abreu de Lima Florêncio) e *MERCOSUL: negociações extrarregionais*, bem como três obras de ficção e diversos artigos sobre temas atuais.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

SELEÇÃO DE DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2019

Ernesto Araújo

coleção | POLÍTICA
| EXTERNA
| BRASILEIRA

**A NOVA
POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

SELEÇÃO DE DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2019

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

ERNESTO ARAÚJO

**A NOVA
POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

SELEÇÃO DE DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2019



Brasilia – 2020

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Denivon Cordeiro de Carvalho
Diego Marques Morlim Pereira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão
Higor Gomes

Revisão:

Roberto Goidanich
Fernanda Antunes Siqueira

Programação Visual e Diagramação:

Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663 Araújo, Ernesto

A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do
Ministro das Relações Exteriores - 2019 / Ernesto Araújo. - Brasília: FUNAG,
2020

580 p. - (Coleção Política Externa Brasileira)

ISBN 978-65-87083-32-2

1. Política externa - Brasil. 2. Relações exteriores. II. Título.

CDU 327

CDD 327

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Bibliotecária responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

Sumário

Lista de siglas.....	11
1. Discurso na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores, em Brasília (02/01/2019).....	15
2. Discurso na cerimônia de transmissão de cargo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília (03/01/2019)	33
3. <i>Bolsonaro não foi eleito para deixar o Brasil tal como o encontrou</i> , artigo publicado pela <i>Bloomberg</i> (07/01/2019)	37
4. <i>Agora falamos</i> , artigo publicado pela revista <i>The New Criterion</i> (janeiro, 2019).....	45
5. Apresentação na reunião ministerial informal da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Davos (25/01/2019).....	59
6. Discurso na Conferência Ministerial para Promover um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio, em Varsóvia (14/02/2019)..	63
7. <i>Contra o consenso da inação</i> , artigo publicado no portal <i>Metapolítica 17</i> (03/03/2019).....	69
8. Aula magna no Instituto Rio Branco, em Brasília (11/03/2019)..	73
9. Discurso na abertura da 1ª reunião de <i>Sherpas</i> do BRICS, em Curitiba (14/03/2019).....	105
10. Entrevista concedida à <i>Brasil Paralelo</i> , em Brasília (17/03/2019).....	115

11. Alocuções no “Dia do Brasil” na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Washington, D.C. (18/03/2019).....	131
12. Entrevista sobre a Venezuela e o Brasil no cenário mundial, concedida ao <i>Terça Livre TV</i> (19/03/2019).....	137
13. Apresentação inicial na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Brasília (27/03/2019)	151
14. Discurso por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Israel, em Jerusalém (02/04/2019).....	169
15. Apresentação inicial na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em Brasília (04/04/2019).....	177
16. Palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em São Paulo (08/04/2019).....	189
17. Palestra no Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI), em Buenos Aires (09/04/2019).....	211
18. Discurso na cerimônia de formatura do Instituto Rio Branco (03/05/2019).....	237
19. <i>Os primeiros avanços da nova política externa</i> , artigo publicado no jornal <i>Valor Econômico</i> (08/05/2019).....	245
20. Discurso na conferência “A cooperação entre o Brasil e a África”, por ocasião da celebração do Dia da África, em Brasília (27/05/2019).....	249
21. Apresentação por ocasião do trigésimo aniversário da Embrapa Territorial, em Campinas (30/05/2019).....	261

22. Discurso em evento empresarial durante visita presidencial, em Buenos Aires (06/06/2019).....	267
23. Palestra no seminário da Fundação Alexandre de Gusmão sobre globalismo, em Brasília (10/06/2019).....	271
24. Alocução por ocasião da celebração de 4 de Julho na Embaixada dos EUA, em Brasília (04/07/2019).....	283
25. Discurso na data nacional da Venezuela, em Brasília (05/07/2019).....	285
26. Discurso na reunião do Conselho do Mercado Comum, em Santa Fé, Argentina (16/07/2019).....	291
27. Discurso na XXIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Mindelo, Cabo Verde (19/07/2019).....	297
28. Apresentação inicial em audiência pública na Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília (07/08/2019).....	309
29. <i>Liberdade religiosa, religião libertadora</i> , artigo publicado no portal <i>Metapolítica 17</i> (19/07/2019).....	317
30. Discurso na abertura da III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, no Rio de Janeiro (26/07/2019).....	325
31. Alocução na VIII Reunião do Corredor Rodoviário Bioceânico, em Campo Grande (22/08/2019).....	335
32. <i>Incêndios na Amazônia: o processo de bruxaria contra o governo do Brasil</i> , artigo publicado no jornal <i>Le Figaro</i> , França (28/08/2019).....	341

33. Palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sobre a nova política externa do Brasil e sua vertente comercial, no Rio de Janeiro (28/08/2019).....	349
34. Discurso no seminário “60 anos das relações Brasil-República da Coreia”, em Brasília (03/09/2019).....	365
35. Alocuções na reunião de trabalho da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe da OCDE, em Brasília (03/09/2019).....	371
36. Discurso na Heritage Foundation, em Washington, D.C. (11/09/2019).....	377
37. Alocução no National Press Club, em Washington, D.C. (13/09/2019).....	407
38. Alocuções no evento <i>Rebuilding Communities: Ensuring a Future for Persecuted Christians</i> , em Nova York (27/09/2019).....	417
39. Discurso no lançamento da publicação dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Brasília (04/10/2019).....	423
40. <i>O Brasil está aberto a negócios</i> , artigo publicado no perfil do governo federal no LinkedIn (10/10/2019).....	431
41. Discurso na abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo (10/10/2019).....	435
42. Paineis no Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo (10/10/2019).....	439
43. Discurso na Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) Brasil 2019, em São Paulo (12/10/2019).....	449

44. Alocução da mesa-redonda “Perspectivas do cenário macroeconômico e do ambiente de negócios no Brasil”, em Doha (28/10/2019)...463
45. Alocução na abertura do seminário empresarial sobre o Brasil no Conselho das Câmaras Sauditas, em Riade (30/10/2019).....467
46. Discurso no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento – Frencomex, em Brasília (06/11/2019).....471
47. Alocuções na sessão ampliada da XVI Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, em Brasília (08/11/2019).....479
48. Saudação na abertura da VIII Conferência sobre Relações Exteriores (CORE), em São Paulo (11/11/2019)489
49. Discurso no seminário internacional “Novos anseios da política externa brasileira: renovar para avançar”, em Brasília (21/11/2019).....493
50. Mensagem para os participantes do III Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, no Rio de Janeiro (23/11/2019).....501
51. *Um novo Brasil no mundo: avanços da política externa no governo Bolsonaro*, artigo publicado na revista *Interesse Nacional* 505
52. *Trump, Venezuela, acordo com União Europeia: Ernesto Araújo fala sobre os desafios do novo Itamaraty*, entrevista publicada no jornal *Gazeta do Povo* (03/12/2019)517
53. Discursos na LV Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Bento Gonçalves (04/12/2019)535

54. Palestra no Ministério das Relações Exteriores de Angola, em Luanda (13/12/2019).....	549
55. Balanço da política externa em 2019 e mensagem de final de ano, em Brasília (17/12/2019).....	561
56. <i>Para além do horizonte comunista</i> , artigo publicado pela revista <i>Terça Livre</i> (18/12/2019).....	563
57. Discurso na cerimônia de cumprimentos ao corpo diplomático, em Brasília (18/12/2019).....	569
58. Mensagem de final de ano, em Brasília (27/12/2019)	575

Lista de siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação, do MRE

ACP – Acordo de Comércio Preferencial

AFRICOM – Comando Militar dos EUA para África (*United States Africa Command*)

AGU – Advocacia-Geral da União

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

Apex-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asean Nations*)

BIF – Fórum Brasil de Investimentos (*Brazil Investment Forum*)

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDH – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CEDEAO ou ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States*)

CGU – Controladoria-Geral da União

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CORE – Conferência sobre Relações Exteriores do IPRI/FUNAG

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

CPAC – Conferência de Ação Política Conservadora (*Conservative Political Action Conference*)

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSW – Comissão sobre o *Status* da Mulher das Nações Unidas (*United Nations Commission on the Status of Women*)

DNA ou ADN – Ácido desoxirribonucleico (*deoxyribonucleic acid*)

- EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EUA – Estados Unidos da América
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FEB – Força Expedicionária Brasileira
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- Frencomex – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento
- FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao MRE
- HIV/AIDS ou SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida (*human immunodeficiency virus / acquired immune deficiency syndrome*)
- IBSAMAR – *India-Brazil-South Africa Maritime*, exercícios navais que reúnem Índia, Brasil e África do Sul
- IED – Investimento estrangeiro direto
- IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da CPLP
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)
- IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, da FUNAG
- MAGA – *Make America Great Again*
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- NDB – Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank*), do BRICS
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONG – Organização não governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PEC – Proposta de emenda constitucional
- PGR – Procuradoria-Geral da República (ou Procurador-Geral da República)
- PIB – Produto interno bruto
- PMDB (atualmente MDB) – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PPI – Programa de Parcerias de Investimentos
- PROSUL – Foro para o Progresso e Integração da América do Sul
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SACU – União Aduaneira da África Austral (*Southern African Customs Union*)
- SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*)
- SNDPD – Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- SPIO – Grupo de Altos Funcionários de Integridade Pública (*Working Party of Senior Public Integrity Officials*), da OCDE
- SPS – Medidas sanitárias e fitossanitárias (*sanitary and phytosanitary measures*)
- TEC – Tarifa externa comum do MERCOSUL
- TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UNCAC – Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (*United Nations Convention against Corruption*)

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change*)

USTR – Representante Comercial dos EUA (*United States Trade Representative*)

1. Discurso na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores, em Brasília (02/01/2019)

Meu ilustre antecessor, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senhora Gisele,

Excelentíssimo Senhor Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, Sua Alteza Imperial e Real Dom Bertrand de Orleans e Bragança, que juntamente com os Presidentes Toffoli e Collor muito honram esta Casa e muito me honram pessoalmente, cuja presença muito agradeço,

Excelentíssimo Dom Giovanni d’Aniello, Núncio Apostólico, Excelentíssimos demais Chefes de missões diplomáticas acreditadas junto ao governo do Brasil,

Excelentíssima Senhora Tereza Cristina, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Excelentíssimo Senhor Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente,

Excelentíssimo General Carlos Alberto dos Santos Cruz, Ministro da Secretaria de Governo,

Excelentíssima Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República,

Excelentíssimo Senhor Senador Flávio Bolsonaro,

Excelentíssimos demais Senhores Senadores e Deputados,

Excelentíssimos Senhores Secretários Executivos,

Excelentíssimas demais autoridades civis, militares, eclesiásticas,

Senhores Embaixadores,

Minha mulher, Maria Eduarda, minha filha, Clarice, meus enteados, Joaquim e Pedro, minha mãe, Marylin, meu padraсто Luís Carlos, minha irmã Liss Mary, meu sogro, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, grande chefe desta Casa, minha sogra, Marilu de Seixas Corrêa, meus queridos amigos, colegas.

Inicialmente, gostaria de agradecer muito vivamente as palavras tão amáveis do Ministro e Senador Aloysio Nunes a meu respeito. Agradeço, muito tocado, sua deferência e gostaria de dizer que a história sempre lembrará a sua condução sempre segura, serena, competente, desta Casa, em momentos difíceis, e queria dizer que tive muito orgulho em trabalhar sob sua chefia em temas importantes desse Ministério. O senhor deixará um legado muito importante para o Itamaraty.

Gostaria de começar com uma frase que é absolutamente fundamental para entender o que está acontecendo no Brasil. Vou dizê-la de uma maneira diferente do que vocês estão acostumados a ouvir:

Gnosesthe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas.

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.”

Essa convicção íntima e profunda animou o Presidente Jair Bolsonaro na luta extraordinária que ele travou e está travando para reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros.

Nesse versículo de São João há três conceitos cruciais para o pensamento humano, para a vida humana e para o nosso momento histórico. Nós temos *Gnosis*, que é o conhecimento, *Aletheia*, a verdade, e *Eleuthería*, a liberdade.

Aletheia. A tradução mais literal dessa palavra grega seria “desvelamento”, ou, melhor ainda, “desesquecimento”. *Lethe* é esquecimento. *Lethe* é o rio do esquecimento que, na tradição grega, os mortos cruzavam para ir para o outro lado. Então *Aletheia* é cruzar o rio de volta para cá. *Aletheia* é a superação do esquecimento. Algo

que está esquecido e escondido e que de repente se recupera. *Aletheia* envolve uma experiência autêntica, individual, sentimental, de tal maneira que o nosso conceito atual de “verdade” é muito pobre diante desse conceito original. Nosso conceito de verdade normalmente se refere apenas à verdade factual, é um conceito um pouco técnico e frio, quando deveria ser algo orgânico e vivido.

A *Aletheia* faz-nos esquecer e reconectar-nos conosco mesmos, e nesse redescobrimento e reconexão conosco mesmos é que a verdade liberta. Pois onde estava preso aquele que se vê libertado pela verdade? Estava preso fora de si mesmo. Estava procurando ser o que não é. O Brasil estava preso fora de si mesmo. E eu arriscaria dizer que a política externa brasileira estava presa fora do Brasil.

Eleuthería, eleutherosei humas. Eleuthería é outra palavra genial criada pelos gregos. Eu não conheço nenhuma outra língua antiga – não conheço tantas, enfim; não conheço hitita, não conheço sânscrito – mas não conheço nenhuma outra língua antiga que possua esse conceito, exceto o latim *libertas*, mas que já é uma tradução tardia do grego. Então, mesmo assim, na Grécia antiga, *eleuthería* significava basicamente a liberdade civil, era um termo jurídico. Somente com a literatura cristã, e especialmente com esse trecho de São João, *eleuthería* tornou-se algo mais completo, mais profundo e mais elevado.

É um conceito que se desgastou também ao longo dos séculos, a palavra liberdade desgastou-se ao longo dos séculos, mas preserva uma força incrível. A palavra liberdade ainda é uma palavra que acende o coração das pessoas. A pessoa pode estar lá, desanimada, no seu canto, mas quando escuta a palavra “liberdade”, não há quem não levante a cabeça, subitamente alerta, e pergunte: “Liberdade? Onde? Eu quero.”

O Presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira,

vamos libertar o Itamaraty, como o Presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória.

Bem, nós falamos da verdade e da liberdade, mas ainda não falamos do conhecimento, da *gnosis*. A verdade liberta, mas para chegar à verdade é preciso conhecê-la. E não se trata aqui de um conhecimento racional, pois a verdade não pode ser ensinada, a verdade nesse sentido profundo não pode ser ensinada por dedução analítica. *Gnosis* é o conhecimento no sentido de uma experiência mais íntima. A verdade é essencial, mas não pode ser ensinada nem aprendida. Mas se é assim, como é que nós vamos conhecer a verdade, que é a chave disso tudo?

Para explicar isso eu queria apelar a um brasileiro ilustre, Renato Russo, quando ele diz: “é só o amor, é só o amor que conhece o que é verdade.”

Não são a cautela ou a prudência que conhecem o que é a verdade, mas o amor. A cautela, a prudência e o pragmatismo são bons instrumentos, quando sabemos para onde queremos ir, mas eles não nos ensinam para onde ir, não nos mostram o que somos, não nos explicam a nós mesmos.

É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor decorre conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação imensa e complexa. Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram, pessoas que disseram coisas como esta que vou ler agora:

Anuê Jaci, etinisemba-ê
Indê irú manunhê
Yara rekô embobeuká tupirã
Rekôku ya subí

*Embobeuká tupirabê
Nge membyrá Tupã.*

Essa é a Ave Maria em tupi, na versão original do Padre José de Anchieta, onde ele traduz Maria por *Jaci*, a lua, *Anuê Jaci*, e Jesus por *Tupã*, o trovão.

E aqui precisamos da *Aletheia*. O desesquecimento. Precisamos libertar a nossa memória histórica da qual essa modesta oração faz parte.

Para libertar o Itamaraty através da verdade, precisamos recuperar o papel do Itamaraty como guardião da continuidade da memória brasileira.

Eu me lembro da emoção que eu senti pela primeira vez, quando era Terceiro-Secretário, que subi as escadas para este terceiro andar, e vi, logo ao subir a escada, o quadro da Coroação de Dom Pedro I e o quadro do Grito do Ipiranga. Imediatamente, eu, que tinha 22 anos, me lembrei de quando tinha cinco anos e assisti maravilhado no cinema ao filme *Independência ou Morte*, com Tarcísio Meira e Glória Menezes. E pensei: então tudo isso existe, não é? Tudo isso existe... E tudo isso é aqui!

Eu me lembro desse momento muito marcadamente, e eu percebi: olha, isso aqui não é simplesmente uma repartição pública, isso aqui é uma espécie de um santuário. É uma espécie de túnel do tempo, onde os heróis estão vivos, os heróis famosos e os heróis anônimos, onde nós convivemos com os descobridores, com Alexandre de Gusmão, José de Anchieta, com D. João VI, com os imperadores e as princesas, com os bandeirantes e os abolicionistas, com os seringueiros e garimpeiros e tropeiros que construíram essa nação, e até mesmo com o estranho caso de um Barão monarquista que se tornou o grande ídolo da República.

Eu não sei se alguns de vocês já tenham assistido provavelmente a um seriado espanhol chamado *Ministerio del Tiempo*. Eu recomendo.

E eu diria que o Itamaraty, em certo sentido, não é somente um Ministério das Relações Exteriores, é também um Ministério do Tempo. Como talvez nenhuma outra instituição no Brasil, nós temos a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade.

O Presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos. E deveríamos senti-lo e vivê-lo, ainda mais aqui no Itamaraty, onde a história está tão presente. Deveríamos deixar fluir por estes salões e corredores a emoção deste novo nascimento da pátria.

Precisamos desesquecer e lembrar de quem somos, de quem estamos voltando a ser.

Diz o lema do Barão: *Ubique patriae memor*. Normalmente se traduz como “em todos os lugares, lembrar-se da pátria”. Aqui, os senhores me perdoarão a um professor de latim frustrado, que nunca fui, antes de querer ser diplomata, para dizer que está errada essa tradução.

Memor é uma primeira pessoa. Então, na verdade é: “em todos os lugares, eu me lembro da pátria.” É um compromisso de vida pessoal que cada um de nós assume, e não uma simples anotação na agenda. Onde quer que seja, eu me lembro da pátria. E “eu me lembro da pátria”, aqui, não significa simplesmente que, quando estamos no exterior, devemos pensar no Brasil. Significa, se nós pensarmos no conceito de *Aletheia*: eu sinto essa verdade profunda que é a pátria, eu sinto o que é ter uma pátria e lembrar-se da pátria, portanto, como uma verdade central, essa verdade que liberta e que só se pode conhecer pelo amor.

Lembrar-se da pátria. Não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global, não é lembrar-se do que

diz o último artigo da *Foreign Affairs* ou a última matéria do *New York Times*. É lembrar-se da pátria como uma realidade essencial.

Não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil.

Não tenham medo de ser Brasil.

Não tenham medo.

Pensem, por exemplo, em Dom Sebastião. Quando preparava sua expedição à África, algum nobre da corte portuguesa perguntou a Dom Sebastião se ele não tinha medo. Dom Sebastião olhou e perguntou: “De que cor é o medo?”

Alguém objetará que Dom Sebastião morreu pouco depois no areal do Alcácer Quibir, que é verdade, mas nós estamos falando aqui dele, não é? Nós sabemos quem ele é. Dom Sebastião tornou-se um mito, aquele que há de voltar das ondas do mar, num dia de muita névoa. Nós não nos lembramos das pessoas que ficaram em casa, daqueles que não foram ao Alcácer Quibir. A *Aletheia* que liberta está com os que foram, com os que seguiram a bandeira dos seus reis e dos seus santos, sem saber se iriam voltar, sem se importar se iriam voltar.

O mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito, e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao Presidente Bolsonaro.

Marcel Proust dizia que os nossos sentimentos vão-se atrofiando por medo, por medo de sofrer. E eu acho que a nossa política externa vem-se atrofiando por medo de ser criticada. Então, não tenham medo de sofrer e não tenham medo de ser criticados.

Por sua vez, Clarice Lispector dizia, falando do Brasil e do nacionalismo: “A nossa evidente tendência nacionalista não provém de nenhuma vontade de isolamento: ela é movimento sobretudo de autoconhecimento.” Autoconhecimento, a verdade. *Aletheia*, a verdade que liberta.

Então, para não ter medo, vamos ler menos *Foreign Affairs*, e mais Clarice Lispector ou Cecília Meireles.

Vamos ler menos *The New York Times*, e mais José de Alencar e Gonçalves Dias.

Vamos escutar menos a CNN e mais Raul Seixas.

Por que Raul Seixas? “Não fiquemos no trono de um apartamento”, ou de uma embaixada, “com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar”.

Vamos fazer alguma coisa pelas nossas vidas e pelo nosso país. Mergulhemos no oceano de sentimento e na esperança do nosso povo. Não mergulhemos nessa piscina sem água que é a ordem global.

O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global.

O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para si mesmo. Nós somos uma Casa de excelência? Somos, claro que sim. Mas para sê-lo precisamos mostrá-lo, e não ficar simplesmente repetindo isso uns para os outros. Nós vamos cuidar da nossa administração, do fluxo de carreira, vamos solucionar esse e muitos outros problemas, se Deus quiser, que legitimamente afligem a instituição, para que o Ministério possa melhor capacitar-se para sua tarefa maior. Queria dizer que nós não precisamos e não vamos abrir os quadros do Itamaraty para pessoas de fora da carreira, além dos casos que já existem. O Presidente Bolsonaro confia plenamente na capacidade desta Casa e desta carreira de implementar a sua política. Nós simplesmente estamos tomando a medida de flexibilizar a ocupação de cargos no Itamaraty por funcionários da carreira em determinados níveis hierárquicos justamente para arejar o fluxo da carreira e inclusive estimular os nossos colegas a ocuparem esses cargos.

Nós temos tradições, é claro, mas precisamos empregá-las como estímulo para buscar a verdade e a liberdade, como serviço à pátria, como serviço a todos os brasileiros, tanto os mais humildes, quanto

os mais afortunados do nosso povo, esse povo que uma ideologia perversa não mais divide.

Temos tradições, mas, como dizia o Embaixador Azeredo da Silveira, na frase famosa, “a maior tradição do Itamaraty é saber renovar-se”.

Quando eu ingressei no Itamaraty, repetia-se essa frase a torto e a direito. Você não conseguia cruzar um corredor sem ouvir essa frase da tradição do Itamaraty sabendo renovar-se; mas há alguns anos, há muito tempo, eu pessoalmente já não tenho escutado essa frase. Não sei bem por quê. Talvez seja por um pouco desse ensimesmamento, de um certo comodismo que se criou.

Nós nos apegamos muito à nossa própria autoimagem e fizemos dela uma espécie de um ídolo, e ficamos nos olhando um pouco no espelho e dizendo que nós somos o máximo, e dizendo que os governos não nos entendem, mas que o Itamaraty está acima dos governos. Nós nos tornamos diplomatas que fazem coisas que só são importantes para outros diplomatas. Isso precisa acabar. Deixemos de olhar no espelho e passemos a olhar pela janela. Ou melhor ainda, vamos sair à rua para o Brasil verdadeiro.

Não tenhamos medo do povo brasileiro. Somos parte do povo brasileiro.

Certa vez, ainda no Instituto Rio Branco, eu ouvi de um diplomata antigo o seguinte: que o Itamaraty não pode ser melhor do que o Brasil. Nessa época, eu tomei isso como um sinal de um grande pessimismo. Era um momento difícil na história do Brasil e eu achei que ele estava dizendo, olha, o Brasil está ruim, e o Itamaraty está igual. Mas hoje eu acho que finalmente eu compreendo o que ele queria dizer. O Itamaraty não pode achar que é melhor do que o Brasil. O Itamaraty não pode achar que não faz parte do Brasil. Fazemos parte, voltamos a fazer parte de uma aventura magnífica.

A partir de hoje, o Itamaraty regressa ao seio da pátria amada.

O Itamaraty voltou, porque o Brasil voltou.

Fernando Pessoa afirmava o seguinte: “O poeta superior diz o que sente. O poeta médio diz o que decide sentir. O poeta inferior diz o que acha que deve sentir.” O mesmo talvez se possa dizer do diplomata. E o mesmo se aplica ao um país na sua presença internacional.

Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global. Queríamos ser um bom aluno na escola do globalismo, e achávamos que isso era tudo. Éramos um país inferior, aplicando a classificação de Fernando Pessoa.

Mas o Brasil volta a dizer o que sente, e a sentir o que é.

Vocês podem dizer que isso é “quixotesco”, talvez, e as pessoas nos chamam, às vezes, ou me chamam de tantas coisas bem piores que, então, “quixotesco”, vocês podem dizer que já estaria bom, “quixotesco” já seria um bom adjetivo. Mas isso me lembra algo que escutei do Professor Olavo de Carvalho, um homem que, após o Presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo. Certa vez eu ouvi o Professor Olavo referir-se a um trecho do Dom Quixote de Cervantes, que é, talvez, o ponto central dessa obra. É quando Dom Quixote está caído à beira do caminho, em algum lugar de La Mancha, em espécie de delírio, e começa a conversar com os passantes como se fossem o Marquês disso, o Conde daquilo, ou algum herói de cavalaria, enquanto fala das suas próprias façanhas. Lá pelas tantas, ele se refere a um camponês que está passando como Marquês de Mântua. E o camponês para e olha para ele e diz: “Espera aí, eu sei quem é o senhor. Eu não sou Marquês de Mântua, eu sou seu vizinho, Pedro Alfonso. E o senhor não é Dom Quixote, o senhor é um bom homem, que conheço há muitos anos, o senhor é Alonso Quijano.” E Dom Quixote para um segundo, pensa e responde: “*Yo sé quién soy.*”

Algumas pessoas dirão que o Brasil não é isso tudo que o Presidente Bolsonaro acredita e que eu também acredito, dirão que o Brasil não tem capacidade de influir nos destinos do mundo, de defender os valores maiores da humanidade, que devemos apenas exportar produtos e atrair investimentos, pois afinal somos um bom país, quieto e pacífico, mas não temos poder para nada. Dirão que o Brasil é apenas Alonso Quijano. Mas o Brasil responderá: Eu sei quem eu sou.

Eu sei quem eu sou.

Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geleia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer.

Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar onde queremos, não pediremos permissão à ordem global, o que quer que ela seja. Defenderemos a liberdade e a vida. Defenderemos o direito de cada povo de ser o que é, com liberdade e dignidade, com a dignidade que unicamente a liberdade proporciona.

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nos-

sos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas a *oikofobia* – de *oikos*, *oikía*, o lar. *Oikofobia* é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado.

É mais fácil não amar, não lutar, porque amar e lutar também significam sofrer, significam muitas vezes não ser compreendido, significam suscitar o ódio, o desprezo, a inveja – então muitas nações, assim como muitas pessoas optam pelo conforto e pela facilidade de não amar e de não lutar. Nós aqui não optamos nem pelo conforto, nem pela facilidade.

Além da *oikofobia*, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a teofobia, o ódio contra Deus. Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não pensamento que perfazem a agenda global.

Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos.

O globalismo constitui-se no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provêm da mesma raiz etimológica, e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem

que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura.

Quando eu era criança, ouvia, e adolescente também, ouvia muita gente dizendo: “O mundo caminha inexoravelmente para o socialismo.” Mas não caminhou. Não caminhou porque alguém foi lá e não deixou.

Hoje escutamos que a marcha do globalismo é irreversível.

Mas não é irreversível.

Nós vamos lutar para reverter o globalismo e empurrá-lo de volta ao seu ponto de partida.

Nós queremos levar a toda parte o grito sagrado da liberdade, *eleuthería*. Esse foi o primeiro grito de guerra do Ocidente em seu nascimento, na batalha de Salamina, *Eleutheroûte Patrída*. Libertai a pátria.

Então temos aqui o Barão dizendo “eu me lembro da pátria”, eu trago a pátria de dentro do seu escondimento, eu vivo a pátria na verdade. E temos Ésquilo gritando pela liberdade, libertai a pátria, *Eleuthería*. Mas *Aletheia* e *Eleuthería* só são possíveis pelo conhecimento da pátria, que se dá pelo amor.

Um dos instrumentos do globalismo, para abafar aqueles que se insurgem contra ele, é espalhar que, para fazer comércio e negócios, não se pode ter ideias nem defender valores. Nós provaremos que isso é completamente falso. O Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia. De fato, ao se distanciar do Brasil e do povo brasileiro, o Itamaraty havia-se distanciado também do setor produtivo nacional. Pois agora estaremos junto com o setor produtivo nacional, como nunca estivemos. Nós não vamos mais apenas “acompanhar os temas”,

como se diz no jargão antigo, o jargão daquele Itamaraty fechado ao povo. O Itamaraty não será mais um ministério que só fica olhando. Vamos trabalhar sem descanso para promover o comércio agrícola, a indústria, o turismo, a inovação, a capacitação tecnológica, os investimentos em infraestrutura e energia, avançando ombro a ombro com os outros ministérios – graças a essa extraordinária equipe ministerial que o Presidente Bolsonaro criou com um espírito de harmonia e um sentido de missão sem precedentes.

Quando digo extraordinária me excetuo, porque não quero falar de mim mesmo. Estou falando dos outros 21 Ministros.

Formularemos com cada parceiro internacional um programa de trabalho específico, para desenvolver o potencial de cada relação, de maneira criativa e dinâmica. Para isso contaremos, entre outros, com esse instrumento extraordinário que é a Apex, uma Apex renovada, redinamizada e integrada ao conjunto da nossa estratégia de política externa. Contaremos também com um setor de promoção comercial dentro do Itamaraty que multiplicaremos por quatro, vamos desburocratizar os setores de promoção comercial nas embaixadas no exterior, transformando-os em verdadeiros escritórios comerciais capazes de gerar negócios e ocupar novos mercados para os nossos produtores.

Implementaremos uma política de negociações comerciais para os dias de hoje. Estivemos negociando acordos comerciais, alguns mais exitosamente, outros menos, mas em muitos casos no modelo dos anos 90. Em alguns casos também estamos negociando esses acordos desde os anos 90, e até agora, em alguns casos, vão envolvendo com o passar do tempo. Nós negociamos esses instrumentos em abstrato, e não aquilo que deveríamos fazer, que são entendimentos efetivos direcionados às nossas potencialidades concretas. Nós negociamos muitas vezes a partir de uma posição de fraqueza, como se estivéssemos implorando acesso a mercados, quando na verdade

deveríamos negociar a partir de uma posição de força, como um dos maiores e potencialmente o maior produtor de alimentos do mundo, por exemplo.

Nós orientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros. Ao mesmo tempo que as relações bilaterais, investiremos renovado esforço também nas negociações multilaterais, especialmente na OMC, que está construindo uma nova e promissora agenda da qual, hoje, o Brasil ainda está de fora, mas na qual entrará com todo o seu peso e toda sua criatividade.

No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs. Defenderemos a soberania. Defenderemos a liberdade – a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a liberdade na Internet, a liberdade política. Defenderemos os direitos básicos da humanidade, o principal dos quais talvez seja, se me permitem usar o título de uma novela dos anos 60, o direito de nascer.

Abriremos o Itamaraty para a sociedade, seremos a Casa de todos os brasileiros. Muito se escuta que o brasileiro não se interessa por política externa. Na verdade, o brasileiro não se interessava por política externa quando achava que política externa era simplesmente um exercício de estilo, infinitas variações para não dizer nada em um discurso da ONU. Desde a eleição do Presidente Bolsonaro, o brasileiro está profundamente interessado e envolvido em política externa, mesmo porque o Presidente dá uma atenção enorme a essa área, pois a considera algo profundamente integrado na vida nacional, e não alguma disciplina arcana à qual só teriam acesso alguns especialistas. O brasileiro sente que na frente externa se dá uma das principais, senão a principal batalha pelos seus ideais e valores mais profundos. O brasileiro entende que da frente externa

depende em grande medida a sobrevivência e o êxito do projeto de redescoberta e libertação, esta aventura de *aletheia* e *eleutheria* que estamos vivendo com amor e com coragem.

Falar com a sociedade não é simplesmente falar, é principalmente ouvir. Vou dar um exemplo do que temos para ouvir. É o comentário de uma pessoa que segue a minha conta do Twitter, que diz o seguinte... li isso ontem:

Antes eu não entendia o amor do povo da Inglaterra pela Rainha. Agora entendo. Quando temos alguém que ama seu país e seu povo e os defende, ganha amor e respeito. Não conhecíamos isso antes de Bolsonaro.

A isso me proponho aqui. Fazer do Itamaraty um instrumento de amor pelo nosso país e pelo nosso povo.

Estou certo de que podemos tornar o Brasil ao mesmo tempo mais competitivo e mais autêntico, ao mesmo tempo mais econômica e comercialmente dinâmico e mais verdadeiro, mais respeitado internacionalmente e mais fiel a si mesmo.

Não deixem o globalismo matar a sua alma em nome da competitividade. Não acreditem no que o globalismo diz quando diz que para ter eficiência econômica é preciso sufocar o coração da pátria e não amar a pátria. Não escutem o globalismo quando ele diz que paz significa não lutar.

Os senhores perguntar-me-ão: e como faremos isso? Pela palavra.

Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador.

O Presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos.

Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz "*en archê ên ho logos*". O princípio era o logos. A palavra. O verbo. *Archê*, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de

força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do logos.

Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la.

Que Deus abençoe a todos vocês, aos que creem e aos que não creem, aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o Presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil.

Anuê Jaci! Muito obrigado!

2. Discurso na cerimônia de transmissão de cargo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília (03/01/2019)

Muito bom dia!

Senhor Ministro Aloysio Nunes,

Senhores Embaixadores, Secretário-Geral, ex-Secretários-Gerais,

Senhores diplomatas, membros do corpo diplomático,

Queridos colegas,

Em primeiro lugar, queria pedir desculpas pelo atraso inteiramente motivado por mim, por essa cerimônia, pelo fato de que estava na primeira Reunião Ministerial convocada pelo Presidente Jair Bolsonaro, e tivemos mais de três horas de reunião e, evidentemente, sobretudo sendo a primeira, eu não podia deixar a reunião antes do término.

Queria começar só recordando uma experiência de quando era Terceiro-Secretário recém-formado, no Rio Branco, e estava em um daqueles plantões da Divisão de Comunicações que se faziam no Bolo de Noiva, à época. Eu devia ter uma semana de formado e recebi um telefonema de um Embaixador que estava em algum lugar do Oriente Médio, eu acho, que queria simplesmente perguntar: “O novo Secretário-Geral já tomou posse?” E eu, assim, nem sabia direito, na verdade; naquele dia que me dei conta da importância do Secretário-Geral para a Casa e, claro, em um tempo que não tinha Internet, mal tinha telefone, essa imagem, para mim, ficou muito gravada da preocupação de um Embaixador para saber se o novo Secretário-Geral já tinha tomado posse.

E pouco depois, pela primeira vez, eu vi ao vivo um Secretário-Geral, que foi o meu sogro, não então sogro, Embaixador

Seixas Corrêa, aqui na Secretaria-Geral, e foi um momento também de surgimento daquela, que se chama, em inglês, *reverential awe*, aquela sensação de que a gente está diante de uma figura que evidentemente vai além, simplesmente, daquele momento e que representa algo de fundamental.

A gente vai sempre aprendendo. Eu estou tentando sempre formular uma metáfora para entender os papéis que nós estamos, aqui, nesses poucos dias de exercício aqui do cargo. Nessa metáfora que eu imaginei, eu penso no Presidente da República como arquiteto, no Ministro como o engenheiro e no Secretário-Geral como mestre de obras. E a meu ver, a mentalidade que nos deve governar aqui deve ser essa da construção de um edifício, e não da simples administração e um edifício já existente. Nessa nossa política externa, que pretendemos implementar, devemos ter essa mentalidade de que estamos construindo algo, e não simplesmente administrando.

E, mais do que isso – isso é algo que eu já tinha percebido, mas que trago de maneira muito marcante dessa primeira Reunião Ministerial –, que esse edifício é parte de um complexo maior. Não é uma casa no meio do campo. Ele é parte de um projeto arquitetônico maior, e não algo isolado. É parte de um governo que tem uma característica de coesão e de articulação interna que, pelas pessoas que têm, evidentemente, mais experiência, não se conhecia anteriormente.

Para usar mais uma metáfora, eu diria que a participação do Itamaraty (como de qualquer outro órgão, mas, no nosso caso, a participação do Itamaraty) nesse governo, não é um jogo de tênis; é um jogo de *rugby*. Nós não vamos estar jogando isoladamente, mas com aquela necessidade de espírito de equipe e de articulação conjunta.

Queria transmitir o agradecimento de toda a Casa, muito sincero, ao Embaixador Marcos Galvão, pelo seu exercício brilhante da Secretaria-Geral durante esses mais de dois anos, quase três. O

Embaixador Marcos Galvão assumiu esse posto e tranquilizou o Itamaraty em um momento difícil, após o *impeachment*. Trabalhou com dois Ministros de fora da carreira, o que sempre é um desafio diferente para um diplomata, evidentemente. Claro que teve o benefício de ter dois excelentes Ministros, ambos os quais se mostraram, também, diplomatas natos e membros desta Casa, assim como os diplomatas de carreira. O Embaixador Marcos Galvão assegurou o funcionamento material da Casa e deu-lhe coerência política de maneira admirável durante esse período. Sempre com orientação segura, sempre presente em todas as áreas, sempre acessível, sempre com a sua extraordinária capacidade de ação e de análise.

Eu só queria referir-me a um caso específico, que me marcou muito, que foi na Reunião Ministerial da OEA, em Cancún, onde o Embaixador Marcos Galvão estava atuando como Ministro interino e fez um discurso emocionante em defesa da democracia na Venezuela, e em defesa da democracia em geral. Algo que, realmente, eu estava na fila de trás, evidentemente, e fiquei arrepiado, e tive a oportunidade de dizer isso a ele na ocasião. E até hoje, no tratamento desse tema da Venezuela, aquele discurso que foi de improviso, que foi uma coisa do coração, é algo que me inspira. Desejo ao Embaixador Marcos Galvão, e a toda sua família, muito êxito em seu posto em Bruxelas e que conte comigo e com toda a Casa para o bom exercício de sua nova missão.

Quero, então, saudar de maneira muito especial, muito afetuosamente, muito profunda o Embaixador Otávio Brandelli, que assume a Secretaria-Geral. Otávio é, antes de mais nada, um amigo. Nós ficamos amigos, sobretudo, quando servimos, justamente, em Bruxelas, e até hoje nós rimos dos mesmos trocadilhos que formulamos naquela época (temos novos, mas ainda nos lembramos daqueles trocadilhos), mas, às vezes, eu olho para o Otávio e já sei o que ele está pensando, qual é o trocadilho de que ele está se lembrando, e acho que a recíproca é verdadeira. A amizade da Maria Eduarda e

minha com o Otávio e Rosa é uma permanente fonte de alegria, tranquilidade e inspiração para nós.

Otávio é um dos diplomatas mais competentes da nossa geração – e de qualquer geração, eu diria. É um diplomata que não é só diplomata; que sempre soube olhar para fora; sempre soube pensar o Itamaraty a partir do Brasil, e não o Brasil a partir do Itamaraty. Otávio é um diplomata que faz acontecer, é um gestor brilhante, extraordinário. Mostrou isso na sua atuação no Departamento do MERCOSUL, assim como em seu exercício da presidência no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, e em tantas outras funções. Ao mesmo tempo, é um formulador, é um diplomata que sempre consegue extrair soluções de qualquer problema, sempre uma solução criativa, de uma maneira pertinente e que vai além do momento, sempre com uma visão estratégica extraordinária.

Otávio, assim como eu, é alguém que ama essa instituição, que ama o Itamaraty e que, por isso mesmo, sente que precisamos mudar algumas coisas para que ela continue sendo um sustentáculo e uma coluna inabalável deste edifício que nós estamos construindo no Brasil.

Para terminar, eu gostaria só de dizer que nós vamos ter que introduzir uma exceção em uma coisa que é um lema dos partidários, de todas as pessoas que votaram no Presidente Bolsonaro, que é aquilo de que “a nossa bandeira jamais será vermelha”. A nossa bandeira jamais será vermelha, exceto se for a bandeira do Internacional, está bem?

Muito obrigado.

3. Bolsonaro não foi eleito para deixar o Brasil tal como o encontrou, artigo publicado pela Bloomberg (07/01/2019)¹

Versão original, em inglês:

BOLSONARO WAS NOT ELECTED TO TAKE BRAZIL AS HE FOUND IT

“Brazilian foreign policy cannot change.” That is how a Brazilian politician summarized his dislike for the foreign policy of President Jair Bolsonaro and myself. Those views are representative of people who have been so traumatized by the shambolic, far-left foreign policy of the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (2003–2016) that they prefer inaction and indifference to any attempt to make Brazil a global player again. They are so used to bad change that they would rather not risk any change at all.

Those people think the only alternative to Lula’s disaster in foreign policy is to think small, repeat United Nations talking points and try to do some trade. They strive for golden mediocrity. They want Brazil to accept “the world as we found it,” to paraphrase the famous expression of Ludwig Wittgenstein.

That reference is found in paragraph 5.631 of the *Tractatus Logico-Philosophicus*, where the Anglo-Austrian philosopher asserts: “There is no such thing as the subject that thinks and entertains ideas.” That sort of avant-la-lettre postmodern deconstruction of the human subject, and denial of the reality of thought, is thus associated with the renunciation of one’s own capacity to act and

¹ Artigo disponível em: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-01-07/brazil-s-bolsonaro-brings-foreign-policy-revolution-says-araujo>. Acesso em: 9 set. 2020.

influence the world, implicit in the pessimism of “taking the world as we found it.” Those are the philosophical roots of our current globalist totalitarian ideology. By denying independence of thought and the substance of ideas, it manages more and more to dominate the human self as it dictates to people: “you don’t deserve freedom because you don’t exist, you don’t exist as an independent self, you are just the sum of the parts of your body and your ideas are just social constructs, so shut up!”

I don’t like Wittgenstein.

President Bolsonaro was not elected to take Brazil as he found it and to leave it there. He was not elected to take Brazilian foreign policy as he found it, to raise the flag of “pragmatism” perfunctorily, and go home. This is not what the Brazilian people—thinking, independent selves with their own passions and ideas, and not postmodern automata—want and deserve.

Brazilian foreign policy must change: this is part of the people’s sacred mandate entrusted to Jair Messias Bolsonaro.

We are convinced that Brazil has a much larger role to play in the world than the one we currently attribute to ourselves.

We want to promote freedom of thought and freedom of expression around the world. This is essential to promote any other sort of change and any other sort of freedom. Bolsonaro’s election in Brazil was only possible because people could freely exchange their ideas and express their feelings unencumbered by mainstream media’s straitjacket. This lesson is priceless.

Unfortunately, today’s world has countries where thought is directly controlled by the state. It also has countries, mainly in the West, where thought is indirectly and insidiously controlled by the media and academia, leaving very few places untouched by Wittgensteinian death-of-the-subject oppression. Brazil has now shown that it is possible to break free and, through the sheer force

of speech, transform the political reality of a country of more than 200 million people and peacefully dismantle a decades-old system of crime and corruption with courage, determination and sincerity.

We also want to promote peace and security in our region and everywhere. But you don't promote peace and security by pretending that the threats you face either don't exist or can't realistically be addressed. You have to face the threats, and the main one comes from non-democratic regimes that export crime, instability and oppression. You can't simply wish away dictatorships such as Venezuela and Cuba. Especially when you don't even wish. Especially when you let them preserve and extend their power, with the excuse that this is "the world as we found it" or "the natural march of things."

And we want, of course, to expand trade. Brazilian trade policy, as part of our foreign policy, has slumbered for too long. We are determined to negotiate trade, investment and technology deals with all our partners, in an ambitious and creative way, exploring different models with different partners, always with the concrete needs of the productive sector in mind.

Critics would say that by talking about freedom and democracy, and by taking those concepts seriously, we are ideological. They would argue that the advocacy of freedom and democracy will jeopardize our trade. It would be a sad world if this were the case.

But I am convinced that a much more assertive Brazil, a country speaking with its own voice and not just dubbing in someone else's, will be a much better partner—in trade and in any other area.

Some people think our marketing approach should be: "Look, I'm Brazil. I don't think anything. I don't have any ideas. Just like Wittgenstein's deconstructed subject, I don't have a self. I don't bother anyone. Trade with me!"

But this doesn't work. No one respects such behavior, and you don't reach good trade deals when there is no respect. Look at China.

China unapologetically defends its system, asserts its national interests and identity, its specific ideas about the world—and everyone does more and more trade with China. Why should other countries be required to sign up to certain ideas before being considered good trade partners? Should we renounce our commitments to freedom and democracy when others are not required to renounce their commitments to their systems?

Brazil will show that you can increase your share in international trade and investment flows even as you confidently step onto the world stage to defend freedom, speaking with your nation's own voice.

Brazilian foreign policy can change, and the world can change. We don't have to take them as we found them.

Tradução para o português:

BOLSONARO NÃO FOI ELEITO PARA DEIXAR O BRASIL TAL COMO O ENCONTROU

“A política externa brasileira não pode mudar.” Foi assim que um político brasileiro resumiu seu distanciamento em relação às posições de política externa do Presidente Jair Bolsonaro e minhas. Essa opinião é sintomática daqueles que ficaram tão traumatizados com a política externa esquerdista e caótica dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016) que preferem a inércia e a indiferença a qualquer tentativa de tornar o Brasil um ator global novamente. Estão tão acostumados a mudanças para pior que preferem não arriscar mudança nenhuma.

Acham que a única alternativa para o desastre de Lula na política externa é pensar pequeno, recitar a cartilha das Nações Unidas, e tentar fazer algum comércio. Lutam por algum tipo de mediocridade dourada. Querem que o Brasil simplesmente aceite “o mundo tal como o encontramos”, parafraseando a famosa expressão de Ludwig Wittgenstein.

Curiosamente, essa referência aparece no mesmo item do *Tractatus Logico-Philosophicus*, parágrafo 5.631, em que Wittgenstein afirma: “o sujeito que pensa e tem ideias simplesmente não existe.” Essa espécie de desconstrução pós-moderna *avant-la-lettre* do sujeito humano e negação da realidade do pensamento está, portanto, associada à renúncia da própria capacidade de agir e de influenciar o mundo, implícita no pessimismo de tomar o mundo “tal como o encontramos”. Essas são as raízes filosóficas da nossa atual ideologia totalitária globalista: ao proibir a independência do pensamento e a substância das ideias, ela consegue cada vez mais dominar o ser humano, enquanto dita: “você não merece liberdade porque você não existe, você não existe como ser independente, você é apenas a soma das partes do seu corpo e suas ideias são apenas construções sociais, então cale-se!”

Não gosto de Wittgenstein.

O Presidente Bolsonaro não foi eleito apenas para aceitar o Brasil tal como o encontrou e deixá-lo como está. Não foi eleito para aceitar a política externa brasileira tal como a encontrou, para meramente levantar mecanicamente a bandeira do “pragmatismo” e pronto. Não é isso que o povo brasileiro – feito de seres pensantes e independentes, com suas próprias paixões e ideias, e não robôs pós-modernos – quer e merece.

A política externa brasileira precisa mudar: isso faz parte do mandato sagrado do povo confiado a Jair Messias Bolsonaro.

Estamos convencidos de que o Brasil tem um papel muito maior a desempenhar no mundo do que esse que atualmente nos atribuímos.

Queremos promover a liberdade de pensamento e de expressão em todo o mundo. Isso é essencial para promover qualquer outra mudança e qualquer outra liberdade. A eleição de Bolsonaro no Brasil só foi possível porque as pessoas puderam trocar livremente

suas ideias e expressar seus sentimentos, sem serem tolhidas pela camisa-de-força da mídia tradicional. Essa lição não tem preço.

Infelizmente, no mundo de hoje, há países onde o pensamento é controlado diretamente pelo Estado, e há países, principalmente no Ocidente, onde o pensamento é controlado, de forma indireta e insidiosa, pela mídia e pelos acadêmicos, deixando pouquíssimos espaços livres da opressão wittgensteiniana da morte-do-sujeito. O Brasil mostrou agora que é possível libertar-se e, pela simples força da palavra, transformar a realidade política de um país de mais de 200 milhões de pessoas, desmontando pacificamente um sistema de décadas de crime e corrupção por meio da coragem, determinação e sinceridade.

Também queremos promover a paz e a segurança em nossa região e em toda parte. Mas não se promove a paz e a segurança fingindo que elas não sofrem ameaças e que não há nada que se possa realmente fazer a respeito. É preciso enfrentar as ameaças, e a maior delas vem de regimes não democráticos que exportam o crime, a instabilidade e a opressão. Ditaduras como Venezuela e Cuba não desaparecerão pelo simples desejo de que sumam. Ainda mais quando alguns nem desejam. Ainda mais quando alguns as deixam manter e ampliar seu poder, com a desculpa de que isso seja “o mundo tal como o encontramos” ou “o caminho natural das coisas”.

E queremos, é claro, fazer comércio. A política comercial brasileira, como parte de nossa política externa, ficou adormecida por muito tempo. Estamos determinados a negociar acordos de comércio, de investimentos e de tecnologia com todos os nossos parceiros, de forma ambiciosa e criativa, explorando diferentes modelos com diferentes parceiros, tendo sempre em mente as necessidades concretas do setor produtivo.

Os críticos dirão que, ao falarmos sobre liberdade e democracia, e ao levar esses conceitos a sério, estamos sendo “ideológicos”.

Argumentam que a defesa da liberdade e da democracia colocará nosso comércio em risco. Seria um mundo triste, se esse fosse o caso. Mas estou convencido de que um Brasil muito mais assertivo, um país que fala com sua própria voz em vez de dublar a de outros, será um parceiro muito melhor – no comércio ou em qualquer outra área.

Algumas pessoas acham que nossa abordagem de *marketing* deveria ser: “Olha, eu sou o Brasil. Eu não acho nada. Eu não tenho ideias. Assim como o sujeito desconstruído de Wittgenstein, eu não tenho um ‘eu’. Eu não incomodo ninguém. Faça negócios comigo!”

Mas isso não funciona. Ninguém respeita esse tipo de comportamento, e você não faz bons negócios quando não há respeito. Vejam a China.

A China defende, sem pedir desculpas, seu interesse nacional e sua identidade, suas ideias específicas sobre o mundo, defende seu sistema – e todos fazem cada vez mais negócios com a China.

Por que outros países devem ser obrigados a esposar certas ideias antes de serem considerados bons parceiros comerciais?

Devemos renunciar a nossos compromissos com a liberdade e a democracia quando outros não são obrigados a renunciar a seus compromissos com seus próprios sistemas?

O Brasil mostrará que você pode aumentar sua participação no comércio internacional e nos fluxos de investimento, ao mesmo tempo em que sobe confiante no palco mundial para defender a liberdade, falando com a própria voz da sua nação.

A política externa brasileira pode mudar, e o mundo pode mudar. Não precisamos aceitá-los tais como os encontramos.

4. *Agora falamos*, artigo publicado pela revista *The New Criterion* (janeiro, 2019)²

Versão original, em inglês:

NOW WE DO

“I am very worried; he talked too much about God.” So said a prominent Brazilian political commentator on TV after hearing President Jair Bolsonaro’s victory speech on the night of October 28, 2018, when the polls showed his victory by a 55–45 margin over the Marxist candidate, Fernando Haddad.

So now talk of God is supposed to worry people. This is sad. But the people of Brazil don’t care. Bolsonaro’s government, in which I serve as foreign minister, doesn’t care what pundits say or what they worry about: they don’t have a clue about who God is or who the Brazilian people are and want to be. Their worry is that of an elite about to be dispossessed. They are afraid because they can no longer control public discourse. They can no longer dictate the limits of the president’s or anyone else’s speech. The last barrier has been broken: we can now talk about God in public. Who could imagine?

Over the years, Brazil had become a cesspool of corruption and despair. The fact that people didn’t talk about God and didn’t bring their faith to the public square was certainly part of the problem. Now that a president talks about God and expresses his faith in a deep, heartfelt way, *that* is supposed to be the problem? To the contrary. I am convinced that President Bolsonaro’s faith is instrumental, not accidental, to his electoral victory and to the wave of change that is washing over Brazil.

² Artigo disponível em: <https://newcriterion.com/issues/2019/1/now-we-do>. Acesso em: 9 set. 2020.

Brazil is experiencing a political and spiritual rebirth, and the spiritual aspect of this phenomenon is the determinant one. The political aspect is only a consequence.

For a third of a century, Brazil was subject to a political system composed of three parties acting increasingly in concert. Only now are we realizing the shape and full extent of that domination. First we had the Brazilian Democratic Movement (PMDB), which took over after the regime established in 1964 (misleadingly called the military regime) gave away power peacefully in 1985. Originally a moderate left-wing opposition to the regime (although with some far-left infiltration), PMDB took the reins of government, wrote a new constitution, and became a broad front for the old oligarchy under a more modern, urban, social-oriented guise. That group mastered the art of political favors and bureaucracy, establishing itself as the foundation of the system. The extent to which the bureaucracy is able to allocate resources in the Brazilian economy—choosing winners and losers—has always been astounding, and during this period it became a full-fledged system of governance that completely stifled the economy.

The 1990s saw the ascendance of the Social-Democratic Party (PSDB), an offshoot of PMDB with roots on the Left but better groomed, which started to cater to voters eager for economic stability after a decade and a half of mismanagement and hyperinflation. PSDB refashioned itself as the free market party, more or less hiding its true colors and its cultural-liberal agenda, and surfed on sound macroeconomic policies to become the dominant force from 1994 to 2002, always retaining its links to the traditional political-bureaucratic cabals represented by PMDB.

The third branch of the system emerged in the early 2000s, in the shape of the Workers' Party (PT), an Orwellian name, by the way, since real workers are rarely spotted in this party ruled by Marxist

intellectuals, former left-wing guerrillas, and members of the trade-union bureaucracy. After the election of Luiz Inácio Lula da Silva (known universally as Lula) in 2002, PT—which had been preparing for this for years—quickly captured and co-opted the PMDB–PSDB power scheme, retaining the old tit-for-tat machinery run by PMDB and the stability policies represented by PSDB and establishing a much firmer grip on power than its predecessors. PMDB became the junior party in PT’s coalition, while PSDB took the role of tamed opposition, participating in presidential elections every four years in which its role was to lose nobly to PT.

PT acquired control of all the levers of bureaucratic power, dominating the economy through public investment banks and state companies, and created a complete mechanism of crime and corruption. Almost every business, along with every local politician, every cultural, sports, and educational institution, and indeed almost everyone in Brazil, depended on the central government for its survival and had to pay its share in bribes, political support, or both. The model was so successful that PT started to export it to other Latin American countries, trying to create and consolidate a network of corrupt leftist regimes across the region.

At the same time, a left-wing agenda quickly took over Brazilian society. The promotion of gender ideology; the artificial stoking of race tensions; the displacement of parents by the government as the provider of “values” to children; the infiltration of the media; the dislocation of the “center” of public debate very far to the Left; the humiliation of Christians and the taking over of the Catholic Church by Marxist ideology (with its attendant promotion of birth control); the misdirection of the arts through the allocation of public cultural financing; and so on—these were the results of the new government’s policies.

Dominance was thus established over the political institutions, over the economy, and over the culture: a thoroughly totalitarian enterprise. It seemed indestructible. The system only admitted debate about how best to implement itself. There was some debate on privatization, but it never went anywhere near the core of the corruption mechanism. The supposedly big privatization wave of the 1990s led by PSDB left Brazil with 418 state companies—compared to America’s fourteen—and an economy totally dependent on government financing for any serious projects, but PSDB dutifully played the role of “neoliberal” party that PT assigned to it.

In foreign policy, the system played the globalist tune without a flaw. It helped the transfer of power from the United States and the Western alliance to China; it favored Iran; it worked tirelessly to raise a new socialist iron curtain over Latin America by fostering left-wing governments or parties in Argentina, Venezuela, Ecuador, Bolivia, Chile, Colombia, Peru, Paraguay, Uruguay, the Dominican Republic, Nicaragua, Honduras, and, of course, Cuba. All of that occurred under the benign gaze of Barack Obama, who rarely raised a finger to counter any socialist or Islamist regime anywhere on earth, and who described Lula as “my man.” Yes, Lula was globalism’s guy, a guy who squandered all the resources that flew to Brazil during the commodities boom—hundreds of billions of dollars—to help dictatorships and to enrich his party and himself. Brazil was indeed a wonderful showcase for globalism. Starting with a traditional crony capitalist, oligarchic system in the late 1980s, the country went through fake economic liberalism in the 1990s, until it got to globalism under PT: cultural Marxism directed from within a seemingly liberal and democratic system, achieved through corruption, intimidation, and thought control.

A system so deep-seated would never reform itself. It would only find new masks to extend its rule—that was what several non-PT political figures strove to do every four years in the elections. Real

change could only come from without, from the intellectual and spiritual domain.

So what broke the system? Olavo de Carvalho, Operation Car Wash, and Jair Bolsonaro. Since the mid-1990s, in parallel to the ascendance of an atheistic, corrupt regime (back then still in the making), strange new ideas started to circulate in the books and articles of Olavo de Carvalho, a Brazilian philosopher, perhaps the first person in the world to see globalism as the result of economic globalization, to understand its horrific purposes, and to start thinking about how to topple it. For many years he was also the only person in Brazil to use the word “communism” to describe PT’s strategy and everything that was going on in the country, at a time when everyone thought communism was just a sort of collectivism that had died with the Soviet Union, blind to its survival in many other guises in the culture and in “global issues.” Thanks to the internet boom, and especially the social media revolution, Olavo’s ideas suddenly started to percolate through the whole country, reaching thousands of people who had been fed only the official mantras. These ideas broke all dams and converged with the courageous stance of the only truly nationalist Brazilian politician of the last hundred years, Jair Bolsonaro, giving him a totally unprecedented level of grassroots support. Brazil suddenly redefined itself as a conservative, anti-globalist, nationalist country. At the same time, Operation Car Wash, the investigation into the PT corruption scheme—perhaps the largest criminal enterprise ever—evolved and started to throw light on the depths of PT’s attempt to destroy the country and seize absolute power, demoralizing the whole gang and sending its leader to jail.

With a wave of a hand, the nation cast away decades of political indoctrination and political correctness and finally elected a leader who leads and who knows where he wants to go.

But the story is, of course, much more complicated. Everything conspired against this national rebirth. It was not supposed to happen. But at every turn, especially since the large anti-everything protests of 2013, social, political, and economic events started mysteriously to fit into place. Denunciations, political breakups and alliances, revelations of new corruption from unsuspected quarters, and thousands of other pieces were somehow assembled. These delivered the country its newly acquired freedom—with all the responsibility this involves—in the shape of Bolsonaro’s victory. Was it divine providence that guided Brazil through all those steps, reuniting the ideas of Olavo de Carvalho with the determination and patriotism of Bolsonaro? I think so.

My detractors have called me crazy for believing in God and for believing that God acts in history—but I don’t care. God is back and the nation is back: a nation with God; God through the nation. In Brazil (at least), nationalism became the vehicle of faith, faith became the catalyst for nationalism, and they both have ignited an exhilarating wave of freedom and new possibilities. We Brazilians are experiencing an enormous broadening of political life—inside the Constitution and outside the narrow, materialistic, stultifying system that dominated us for too long and is still so powerful worldwide. We have now the choice to be great, prosperous, powerful, and safe, with freedom of thought, of expression, of enterprise. We have the choice to live democratically—by the will of the people and not according to a collection of empty phrases. We lived for too long in a nominalist world where only those hollow words existed; we lived for too long thwarted by left-wing globalist discourse. Now we can live in a world where criminals can be arrested, where people of all social strata can have the opportunities they deserve, and where we can be proud of our symbols and practice our faith. The psycho-political control system is finished, and this is nothing short of a miracle.

Tony Blair's spokesman Alastair Campbell famously said of Britain: "We don't do God." Well, in Brazil, now we do.

Tradução para o português:

AGORA FALAMOS

"Estou muito preocupado porque ele falou muito em Deus." Foi o que disse um conhecido comentarista político na TV, depois de ouvir o discurso da vitória do Presidente Jair Bolsonaro, na noite de 28 de outubro de 2018, quando as urnas lhe deram vitória por margem de 55 a 45 sobre o candidato marxista, Fernando Haddad.

Falar de Deus parece que preocupa as pessoas. Isso é triste. Mas o povo brasileiro não se incomoda. O governo Bolsonaro, ao qual sirvo como Ministro das Relações Exteriores, não liga para o que dizem os comentaristas ou para o que os incomoda: eles não entendem nada de quem Deus é, ou de quem o povo brasileiro é e quer ser. A preocupação deles é a de uma elite que está prestes a ser destituída. Eles têm medo porque não controlam mais o debate público, já não podem mais ditar os limites do que diz o Presidente ou quem quer que seja. A última barreira foi rompida: nós agora podemos falar de Deus em público. Quem poderia imaginar uma coisa dessas?

Ao longo dos últimos anos, o Brasil se havia transformado em um atoleiro de corrupção e desesperança. O fato de que o povo não falava em Deus e não trazia a sua fé à praça pública era certamente parte do problema. Agora que o Presidente fala em Deus e expressa a sua fé de maneira profunda e sincera, é este o problema? Ao contrário: estou convencido de que a fé do Presidente Bolsonaro é instrumental e não acidental para sua vitória eleitoral e para a onda de mudança que está varrendo o Brasil.

O Brasil passa por um renascimento político e espiritual, e o aspecto espiritual desse fenômeno é determinante; o aspecto político é apenas uma consequência.

Durante um terço de século, o Brasil foi submetido a um sistema político composto de três partidos que agiam crescentemente em concerto. Somente agora se começa a perceber a forma e a extensão completa daquela dominação. Primeiro tivemos o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que chegou ao poder depois que o regime estabelecido em 1964 (enganosamente chamado de regime militar) pacificamente deixou o poder em 1985. Originalmente uma oposição de esquerda moderada ao regime (embora com infiltração da extrema esquerda), o PMDB tomou as rédeas do governo, escreveu uma nova Constituição e tornou-se uma frente ampla para a velha oligarquia sob uma feição mais moderna e urbana, com preocupações sociais. Esse grupo veio a dominar a arte do favor político e da burocracia, estabelecendo-se como sustentação do sistema. A amplitude com que a burocracia é capaz de alocar recursos na economia brasileira – escolhendo vencedores e perdedores – sempre foi impressionante e, durante esse período, tornou-se um sistema de governança de pleno direito que sufocava completamente a economia.

Os anos 1990 assistiram à ascensão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma ramificação do PMDB com raízes na esquerda, mas mais bem arrumada, voltada aos eleitores ansiosos por estabilidade econômica depois de uma década e meia de má administração e hiperinflação. O PSDB remodelou-se como o partido do livre mercado, ocultando parcialmente seu verdadeiro caráter e sua agenda cultural esquerdista, e, apoiado em sólidas políticas macroeconômicas, tornou-se a força dominante entre 1994 e 2002, mantendo sempre os vínculos com as tradicionais facções político-burocráticas representadas pelo PMDB.

O terceiro ramo desse sistema emergiu no início dos anos 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) – um nome orwelliano, diga-se de passagem, pois trabalhadores raramente são vistos nesse partido comandado por intelectuais marxistas, ex-guerrilheiros de esquerda e membros da burocracia sindical. Depois da eleição de

Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido universalmente como Lula) em 2002, o PT – que durante anos se preparara para isso – rapidamente capturou e cooptou o esquema de poder PMDB-PSDB, mantendo o antigo sistema do “toma lá, dá cá”, gerenciado pelo PMDB, e as políticas de estabilidade, representadas pelo PSDB, aferrando-se muito mais firmemente ao poder que seus antecessores. O PMDB tornou-se sócio minoritário na coalizão do PT, enquanto o PSDB assumiu o papel de oposição dócil, participando das eleições presidenciais a cada quatro anos, com a tarefa de perder altivamente para o PT.

O PT assumiu o controle de todas as alavancas do poder burocrático, dominando a economia por meio de estatais e de bancos públicos de investimento, e criou um mecanismo completo de crime e corrupção. Praticamente todos os negócios, todos os políticos locais, todas as instituições culturais, esportivas e educacionais, quase todos, enfim, no Brasil tinham sua sobrevivência condicionada pelo governo central à oferta de propinas, apoio político ou ambos. O modelo foi tão bem-sucedido que o PT começou a exportá-lo a outros países latino-americanos, tentando criar e consolidar uma rede de regimes corruptos de esquerda na região.

Ao mesmo tempo, a agenda de esquerda tomou a sociedade brasileira. A promoção da ideologia de gênero; o avivamento artificial de tensões raciais; a substituição dos pais pelo governo como provedor de “valores” para as crianças; a infiltração na mídia; o deslocamento do “centro” do debate para muito longe no campo da esquerda; a humilhação dos cristãos e a tomada da Igreja Católica pela ideologia marxista (e a conseqüente promoção do controle de natalidade); e assim por diante – esses foram os resultados das políticas do novo governo.

A dominação foi assim estabelecida sobre as instituições políticas, sobre a economia e sobre a cultura: um empreendimento plenamente totalitário. Esse empreendimento parecia indestrutível.

O sistema aceitava debate apenas sobre como ser mais bem implementado. Havia algum debate sobre privatização, mas que nunca alcançava o núcleo do mecanismo da corrupção. A supostamente grande onda de privatizações nos anos 1990, liderada pelo PSDB, deixou o Brasil com 418 estatais – nos EUA, são catorze – e uma economia totalmente dependente de financiamento governamental para quaisquer projetos de porte; o PSDB, porém, diligentemente cumpriu o papel de partido “neoliberal” que lhe foi designado pelo PT.

Na política externa, o sistema entoou a ária globalista sem errar uma nota. Ajudou a transferir poder dos EUA e da aliança ocidental para a China; favoreceu o Irã; trabalhou incessantemente para levantar uma nova cortina de ferro socialista sobre a América Latina, favorecendo governos ou partidos de esquerda na Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, República Dominicana, Nicarágua, Honduras e, é claro, em Cuba. Tudo isso foi visto com bons olhos por Barack Obama, que raramente levantava um dedo para combater regime socialistas ou islâmicos em qualquer canto da Terra e que descrevia Lula como “o cara”. Sim, Lula era o cara do globalismo, um cara que desperdiçou todos os recursos que assomaram ao Brasil durante o *boom* das *commodities* – centenas de bilhões de dólares – para ajudar ditaduras e enriquecer seu partido e a si próprio. O Brasil era, de fato, uma vitrine magnífica para o globalismo. Iniciando com um tradicional capitalismo de compadrio, oligárquico, no final dos anos 1980, o país passou por um falso liberalismo econômico nos anos 1990, até alcançar o globalismo sob o PT: o marxismo cultural governava por dentro um sistema aparentemente liberal e democrático, construído por meio de corrupção, intimidação e controle de pensamento.

Trata-se de um sistema tão entranhado que jamais se reformaria por si, apenas encontraria novas máscaras para estender seu domínio – isso foi o que diversas lideranças políticas não petistas tentaram fazer a cada quatro anos nas eleições. Mudanças reais poderiam vir

apenas a partir de fora desse sistema, dos domínios intelectual e espiritual.

E então, o que quebrou o sistema? Olavo de Carvalho, a Operação Lava Jato e Jair Bolsonaro. Desde meados da década de 1990, paralelamente à ascensão de um regime ateu corrupto (na época, ainda em formação), novas ideias estranhas começaram a circular nos livros e artigos de Olavo de Carvalho, um filósofo brasileiro, talvez a primeira pessoa no mundo a ver o globalismo como o resultado da globalização econômica, a entender seus propósitos impiedosos e a começar a pensar em como derrubá-lo. Por muitos anos, ele também foi a única pessoa no Brasil a usar a palavra “comunismo” para descrever a estratégia do PT e tudo o que estava acontecendo no país, em um tempo em que todos pensavam que o comunismo era apenas uma espécie de coletivismo que havia morrido com a União Soviética, cegos à sua sobrevivência em muitas outras formas, na cultura e nas “questões globais.” Graças ao *boom* da Internet, e especialmente à revolução da mídia social, as ideias de Olavo repentinamente começaram a percorrer todo o país, atingindo milhares de pessoas que tinham sido alimentadas apenas com os mantras oficiais. Essas ideias romperam todas as represas e convergiram com a postura corajosa do único político brasileiro verdadeiramente nacionalista dos últimos cem anos, Jair Bolsonaro, dando-lhe um apoio popular totalmente inédito. O Brasil subitamente se redefiniu como um país conservador, antiglobalista e nacionalista. Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato, a investigação do esquema de corrupção do PT – talvez o maior empreendimento criminoso de todos os tempos – evoluiu e começou a lançar luz sobre as profundezas da tentativa petista de destruir o país e assumir o poder absoluto, desmoralizando toda a quadrilha e mandando seu líder para a cadeia.

Com um aceno de mão, a nação descartou décadas de doutrinação política e do politicamente correto e finalmente elegeu um líder que lidera e sabe para onde quer ir.

Mas a história, é claro, é muito mais complicada. Tudo conspirou contra esse renascimento nacional. Isso não deveria acontecer. Mas a cada passo, especialmente desde os grandes protestos antitudo de 2013, eventos sociais, políticos e econômicos começaram a se encaixar misteriosamente. Denúncias, rupturas e alianças políticas, revelações de nova corrupção em lugares insuspeitos e milhares de outras peças foram de alguma forma reunidas. Elas entregaram ao país sua recém-adquirida liberdade – com toda a responsabilidade que isso envolve – na forma da vitória de Bolsonaro. Foi a Divina Providência que guiou o Brasil por todas essas etapas, reunindo as ideias de Olavo de Carvalho com a determinação e o patriotismo de Bolsonaro? Eu acho que sim.

Meus detratores me chamaram de louco por acreditar em Deus e por acreditar que Deus age na história – mas eu não me importo. Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação. No Brasil (pelo menos), o nacionalismo tornou-se o veículo da fé, a fé tornou-se a catalisadora do nacionalismo, e ambos desencadearam uma estimulante onda de liberdade e de novas possibilidades.

Nós, brasileiros, estamos experimentando uma enorme ampliação da vida política – dentro da Constituição e fora do sistema estreito, materialista e estuprificante que nos dominou por muito tempo e ainda é tão poderoso em todo o mundo. Temos agora a escolha de sermos grandes, prósperos, poderosos e seguros, com liberdade de pensamento, de expressão, de empreendimento. Temos a opção de viver democraticamente – pela vontade do povo e não de acordo com uma coleção de frases vazias. Vivemos por muito tempo em um mundo nominalista, onde apenas aquelas palavras vazias existiam; vivemos por muito tempo frustrados pelo discurso globalista de esquerda. Agora podemos viver em um mundo onde os criminosos podem ser presos, onde pessoas de todos os estratos sociais podem ter as oportunidades que merecem e onde podemos

nos orgulhar de nossos símbolos e praticar nossa fé. O sistema de controle psicológico está acabado, e isso não é nada menos que um milagre.

Tornou-se célebre a frase do porta-voz de Tony Blair, Alastair Campbell, sobre a Grã-Bretanha: “Nós não falamos de Deus.” Bem, no Brasil, agora falamos.

5. Apresentação na reunião ministerial informal da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Davos (25/01/2019)

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido com a reforma da OMC, tal como o Presidente Jair Bolsonaro anunciou em seu discurso de abertura do Fórum de Davos, no dia 22 de janeiro.

O Presidente Bolsonaro foi eleito no último mês de outubro com o mandato claro de restaurar a soberania, a ordem e a liberdade econômica, a partir das profundezas de uma das mais graves crises da nossa história. Seu mandato também é o de restaurar o crescimento sustentável e a prosperidade.

Um enorme esforço está em curso, por parte do governo brasileiro, para aprovar reformas há muito necessárias, reduzir custos, desregulamentar, facilitar os negócios e o empreendedorismo, abrir a economia.

No comércio internacional, nossa diplomacia econômica é fundamental para contribuir a esse propósito.

Estamos implementando uma política de negociações comerciais afinada com o mundo de hoje e com as realidades econômicas.

O Brasil está consciente de sua responsabilidade. Somos a oitava economia do mundo. Somos uma nação líder na agricultura – e é importante dizer que a produção agrícola brasileira é a mais sustentável do mundo, e que nosso compromisso com essa sustentabilidade é inabalável. Temos grande potencial para nos tornarmos líderes também em outras áreas do comércio mundial e na inovação. A política comercial brasileira procurará liberar todo esse potencial

do Brasil para aumentar sua contribuição ao comércio mundial, e a OMC constitui parte indispensável desse esforço.

A OMC hoje se vê condicionada por novas tendências e grandes transformações geopolíticas. A organização está diante de um desafio sistêmico. Nenhum país individual deve ser culpado por essa crise. Trata-se do resultado de uma nova distribuição do poder global e novas fontes de concorrência.

No Brasil, os eleitores escolheram um caminho que combina a liberdade econômica com um forte sentimento de identidade nacional e seus valores. Estamos convencidos de que essas duas dimensões – a da liberdade econômica e a dos valores – se reforçam mutuamente. A única base sólida para uma economia liberal competitiva é uma sociedade coerente, autêntica e livre. Isso também se aplica ao plano internacional. Em todo o mundo, o único fundamento para o liberalismo é a liberdade. A única fundação sólida para a economia liberal global é a liberdade humana.

Em 1994, quando a OMC foi criada, falava-se muito do “fim da história”. Considerava-se que a democracia liberal era um dado incontestável como base para o sistema internacional. Mas a democracia liberal já não é mais um dado incontestável. Hoje, o comércio pode funcionar como uma grande força a favor da democracia liberal. Mas o comércio também pode funcionar como uma força que leva ao oposto da democracia liberal. Cabe a nós fazer do comércio uma força a favor do bem, da liberdade e do progresso humano.

O Brasil considera que um arcabouço revisto para a OMC se faz necessário. O Brasil está comprometido com o processo de reforma e modernização da OMC, em linha com os nossos valores. Pois não estamos apenas diante de uma questão de eficiência do sistema multilateral de comércio. Trata-se de uma questão que envolve valores e opções existenciais profundas.

O Brasil está preparado para ser uma força de mudança.

O Brasil participará das discussões sobre a agenda de reformas da OMC com toda a sua capacidade.

Alguns pontos sobre o caminho pela frente:

No nível dos arranjos institucionais existentes, temos evidentemente o tema do mecanismo de solução de controvérsias. O Brasil está pronto a examinar construtivamente maneiras de satisfazer as preocupações existentes. Mas é claro que o sistema de solução de controvérsias, em especial o Órgão de Apelação, constitui uma parte integral do sistema multilateral de comércio. Adaptação e reforma pressupõem o funcionamento e a própria existência do mecanismo.

De forma conexa, temos as questões de monitoramento e transparência. O Brasil já apresentou propostas com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho dos comitês regulares e estamos prontos para estar na vanguarda nesse campo. A iniciativa canadense de fortalecer a função deliberativa da OMC é um passo na direção correta. Temos a expectativa de coordenar a dimensão de normas sanitárias e fitossanitárias dessa iniciativa. A Suíça também apresentou uma proposta de transparência para regras de origem não preferenciais, que copatrocinamos.

No domínio das regras do processo negociador, o Brasil está pronto a negociar em qualquer formato – bilateral, plurilateral, multilateral. O Brasil está preparado para ser uma força decisiva no processo de tomada de decisões que conduza a reformas e modernização.

Quanto aos temas a serem negociados, o Brasil deseja revigorar o braço negociador da OMC. Asseguro que o Brasil está disposto a discutir qualquer agenda e qualquer assunto. Saudamos, por exemplo, a iniciativa trilateral dos EUA, União Europeia e Japão, que levanta questões fundamentais (tais como a transferência forçada de tecnologia e o tema das companhias controladas pelo Estado). O Brasil será ambicioso em todas as frentes negociadoras,

desde facilitação de investimentos até comércio eletrônico. O Brasil também está disposto a discutir novas regras de tratamento especial e diferenciado em acordos futuros.

Entretanto, qualquer agenda de reforma, para ser bem-sucedida, precisa necessariamente incluir o tema dos subsídios agrícolas. Para o Brasil, isso é claríssimo e incontornável.

Nas próximas semanas, o Brasil apresentará um documento conceitual com suas ideias e visões sobre a reforma da OMC. Estaremos inteiramente abertos a discutir e negociar com todos os parceiros interessados na reforma e modernização da Organização. Nossa posição é clara: favorecemos a reforma e estamos prontos a negociar de boa-fé, fortalecendo o sistema multilateral de comércio.

Muito obrigado.

6. Discurso na Conferência Ministerial para Promover um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio, em Varsóvia (14/02/2019)

Original, em inglês:

Thank you very much!

Minister, Mr. Vice President, Prime Minister of Poland, Secretary of State of the United States, Prime Minister of Israel.

It's really an honor to be here!

I would start by saying that, in South America, my part of the world, we have recently become directly acquainted with the tragedy of refugees and forced migration, to a level previously unknown in the region. Around 3.6 million Venezuelans have left their country in the last three years, around 12% of the country's population.

Many countries in the region are doing their best to provide those people with the best conditions available—basic services, education, job opportunities—, but too often the main question is forgotten and not asked: “Why?” “Why are there so many refugees and forced migrants from Venezuela?”

Basically because the regime decided to go full dictatorship, plundered and destroyed the economy, and decided to starve their own people and to deny their own people health services as a means of political control. The existence of a humanitarian crisis itself is denied by the regime in Venezuela, in the best fashion of socialist dictatorships, of substituting ideology for the truth.

But now, most countries of the Americas are finally mobilizing to stop that horrific situation, through decisive political action,

supporting the interim legitimate government, and, through that means, trying to organize assistance to the Venezuelans.

These comments are to show that, when dealing with the challenge of refugees, the basic question must be asked: “Why?” Sometimes it’s war, sometimes it’s economic crisis, sometimes natural disasters, sometimes, as in Venezuela, fully conscious policies of an atrocious regime. And to treat the question of refugees as a universal matter, and to require global solutions for it, is, in our view, a wrong approach. At the same time, to treat only the effects, and not to address the causes of refugee waves is also a wrong approach.

The aim must always be to identify the causes that generate refugee waves, and to deal with them. Dealing with the situation of refugees cannot be addressed as a technical matter either. To provide the best assistance is, of course, essential, but too often the discussions on refugees focus only on that, on how to provide adequate sanitary conditions, etc., and not in solving the basic questions behind the situation. Attention to the plight of refugees should be a driver for mobilization of public opinion and governments to address the root causes of humanitarian crises, and not an excuse to look away.

So, it’s essential to identify the problems, it’s essential to speak. We believe very much in the power of the word and the power of speech. Clean and clear words can have a liberator effect, and we are seeing that here in this forum, very clearly.

We believe also in trying new avenues, new initiatives. In my case, I’m still new to the job, as my President, Bolsonaro, is still new to the job, and we’re trying to bring an approach of frankness and clear-cut action to our foreign policy. Some people say that we are still laboring under the illusion that this is possible, but we are convinced that this is not the case, and I’m very encouraged, after these two days of meeting here, to think that we are on the right track.

I realize that Brazil is in tune with the tendency to find new, more frank, more efficient ways of doing diplomacy. Diplomacy should not be conceived as an effort not to displease anyone. Too often we, diplomats, act as though by not talking about the problem, this problem will disappear. In many cases, diplomacy became a synonym of inaction; this cannot be so anymore. Diplomats must stop doing things that are important only for other diplomats, and begin doing things that are important for real people.

The UN process, for example, has become too self-centered. It created the notion that any solution must go through endless discussions, and that, when you reach some sort of resolution, it's only a matter of a text, and not a matter of a real deal. The UN should not exhaust all the efforts of the international community regarding issues of the Middle East or any other issues.

We, in Brazil, believe in new geometries, new diplomatic approaches like the one that's been so successfully tried here in Warsaw. This forum is a superb initiative, and Brazil is ready to be a part of the process that it generates, and to contribute to peace and security in the Middle East. Brazil wants to bring its voice to this discussion.

We believe strongly that we need to work from the principles of freedom and human dignity, including religious freedom—and here special attention must be brought to the fate of Christian communities in the region—, taking also into account that people of all faiths have suffered with the crisis.

We believe also in the principles of identity and nationhood, and we feel that too often, especially in the West, people have thought that peace means abandoning what you are. We think that to abandon one's own culture and sentiments is not the way to peace. We believe that every nation can find, in its own identity and culture, the strength to fight for peace.

Thank you.

Tradução para o português:

Muito obrigado!

Ministro, Senhor Vice-Presidente, Primeiro-Ministro da Polônia, Secretário de Estado dos Estados Unidos, Primeiro-Ministro de Israel,

É uma grande honra estar aqui!

Eu gostaria de começar dizendo que, na América do Sul, a minha parte do mundo, recentemente entramos em contato direto com a tragédia de refugiados e da migração forçada, em um nível até então desconhecido na região. Por volta de 3,6 milhões de venezuelanos deixaram seu país nos últimos três anos, aproximadamente 12% da população do país.

Muitos países na região estão fazendo o possível para fornecer a essas pessoas as melhores condições disponíveis – serviços básicos, educação, oportunidades de emprego –, mas, frequentemente, a pergunta principal é esquecida e não é feita: “Por quê?” “Por que há tantos refugiados e migrantes forçados da Venezuela?”

Basicamente porque o regime decidiu tornar-se uma ditadura completa, saqueou e destruiu a economia e decidiu matar de fome o seu próprio povo e negar serviços de saúde ao seu próprio povo como um meio de controle político. A própria existência de uma crise humanitária é negada pelo regime na Venezuela, na atitude das ditaduras socialistas de substituir a verdade por ideologias.

Mas, agora, a maioria dos países das Américas está mobilizando-se para impedir essa situação terrível, por meio de ação política decisiva, apoiando o governo interino legítimo e, dessa forma, tentando organizar a assistência aos venezuelanos.

Esses comentários mostram que, quando se lida com o desafio de refugiados, a pergunta básica deve ser feita: “Por quê?” Algumas vezes é a guerra, algumas vezes é a crise econômica, algumas vezes desastres naturais, algumas vezes, como na Venezuela, políticas

totalmente conscientes de um regime atroz. E tratar a questão dos refugiados como uma questão universal, e exigir soluções globais para ela é, do nosso ponto de vista, uma abordagem incorreta. Ao mesmo tempo, tratar apenas os efeitos, e não lidar com as causas das ondas de refugiados, também é uma abordagem errada.

A meta deve ser sempre identificar as causas que geram as ondas de refugiados e lidar com elas. Lidar com a situação dos refugiados tampouco pode ser abordado como uma questão técnica. Fornecer a melhor assistência é, claro, essencial, mas, muito frequentemente, as discussões sobre refugiados concentram-se apenas nisso, em como fornecer condições sanitárias adequadas, etc., e não em resolver as questões básicas por trás da situação. A atenção à situação dos refugiados deve ser um motivador para a mobilização da opinião pública e dos governos para abordar as causas profundas das crises humanitárias, e não uma desculpa para olhar para o outro lado.

Então, é necessário identificar os problemas; é necessário falar. Acreditamos muito no poder da palavra, no poder da fala. Palavras limpas e claras têm um efeito liberador, e vemos isso muito claramente hoje neste fórum.

Também cremos em experimentar novos caminhos, novas iniciativas. No meu caso, ainda sou novo na função, assim como meu Presidente, Bolsonaro, também é novo na função, e estamos tentando trazer uma abordagem de franqueza e ação clara à nossa política externa. Alguns dizem que ainda estamos trabalhando na ilusão de que isso é possível, mas estamos convencidos de que esse não é o caso, e estou muito encorajado, após esses dois dias de reunião aqui, a pensar que estamos no caminho certo.

Percebo que o Brasil está afinado com a tendência de encontrar formas novas, mais francas e mais eficientes de fazer diplomacia. A diplomacia não deve ser concebida como um esforço para não desagradar ninguém. Muito frequentemente, nós, diplomatas, agimos

como se, ao não discutir o problema, ele desaparecerá. Em muitos casos, a diplomacia tornou-se um sinônimo de inação. Isso não pode mais acontecer. Os diplomatas devem parar de fazer coisas que são importantes apenas para outros diplomatas e começar a fazer coisas importantes para as pessoas normais.

O processo da ONU, por exemplo, tornou-se muito centrado em si mesmo. Ele criou a noção de que qualquer solução deve passar por infindáveis discussões, e que, quando se chega a algum tipo de resolução, é apenas um texto, e não uma questão de ação real. A ONU não deve exaurir todos os esforços da comunidade internacional relativos às questões que envolvem o Oriente Médio ou quaisquer outras questões.

Nós, no Brasil, acreditamos em novas geometrias, novas abordagens diplomáticas como a que foi testada com tamanho sucesso aqui em Varsóvia. Este fórum é uma iniciativa excelente, e o Brasil está pronto para fazer parte do processo que ele gerar e para contribuir com a paz e a segurança no Oriente Médio. O Brasil quer trazer sua voz para essa discussão.

Acreditamos firmemente que precisamos trabalhar partindo dos princípios de liberdade e dignidade humana, incluindo a liberdade religiosa – e, aqui, deve-se trazer atenção especial ao destino das comunidades cristãs na região –, também levando em conta que pessoas de todas as fés sofreram com a crise.

Acreditamos também nos princípios de identidade e nacionalidade, e sentimos que, muito frequentemente, especialmente no Ocidente, as pessoas pensam que a paz significa abandonar aquilo que você é. Pensamos que abandonar sua própria cultura e sentimentos não é o caminho para a paz. Acreditamos que cada nação pode encontrar, em sua própria identidade e cultura, a força para lutar pela paz.

Obrigado.

7. *Contra o consenso da inação*, artigo publicado no portal *Metapolítica* 17 (03/03/2019)³

A política externa brasileira foi uma política de “consenso” nos últimos 25 anos porque refletiu um consenso mais amplo, o consenso na base do sistema político que ameaçou sufocar a nação brasileira com a corrupção e a estagnação econômica, a crise moral e o enfraquecimento militar, o apequenamento internacional, o descaso pelos sentimentos do povo brasileiro.

Os brasileiros rejeitaram esse consenso nas urnas, em outubro de 2018, ao escolher o único candidato que se ergueu contra o sistema. Insistir agora em que esse consenso continue a prevalecer na esfera da política externa, por temor e preguiça, sob o pretexto de “manter as tradições”, seria trair o povo brasileiro.

O “consenso” na política externa, com sua “maturidade” e “equilíbrio”, permitiu ao longo desse período a subida de Chávez na Venezuela, o predomínio crescente do bolivarianismo na América do Sul concebida como um bloco socialista, a consolidação de Chávez e Maduro no poder, a corrosão progressiva de todos os elementos do Estado Democrático de Direito naquele país, sua entrada no MERCOSUL a ponto de quase destruir o bloco, a deliberada política do regime de Caracas de criar miséria para reforçar o controle sobre a sociedade – tudo isso sob as barbas do nosso “consenso”. Alguns apoiaram abertamente o chavismo. Outros fingiram que foram contra, mas não fizeram nada de concreto. Aquilo que parecia haver de defesa da democracia na política brasileira para a Venezuela no último governo extinguiu-se completamente, entre sorrisos, em setembro de 2018, na reunião de Aloysio Nunes com o Chanceler

3 Artigo disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/contra-o-consenso-da-ina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 9 set. 2020.

de Maduro em Nova York, onde o lado brasileiro aceitou na prática a normalização das relações com a Venezuela sob o pretexto de que “é um país com o qual fazemos fronteira”. Se permanecesse aquele maravilhoso consenso, não haveria hoje um pingo de esperança para a Venezuela, e Maduro estaria firme, sem qualquer receio de perder o poder, sorrindo ao ver as crianças venezuelanas comerem lixo.

Eu vi com meus próprios olhos essas crianças e seus pais, nas fronteiras da Colômbia e do Brasil com a Venezuela. Eu ouvi os venezuelanos em Cúcuta gritando “obrigado, Brasil” e apertei suas mãos, eu escutei suas vozes rasgadas de esperança, gritando “Venezuela libre!” e gritei junto com elas. Eu senti o seu enorme anseio de que agora, finalmente, graças em grande parte ao novo Brasil, os venezuelanos possam recuperar sua pátria e sua dignidade humana, com o fim iminente da ditadura. Eu abracei Juan Guaidó, esse líder destemido que, sob risco de vida, corporifica o sonho de uma nova Venezuela, vi os índios pemones que viajaram até Brasília, grande parte do trajeto a pé, e saudaram Guaidó em frente ao Itamaraty, e entoaram um cântico por seus parentes massacrados por Maduro – tudo isso enquanto Rubens Ricúpero e Fernando Henrique Cardoso escreviam seus artigos espezinhando aquilo que não conhecem, defendendo suas tradições inúteis de retórica vazia e desídia cúmplice.

O Presidente Bolsonaro e eu estamos, sim, rompendo esse consenso infame. Estamos rompendo com a tolerância irresponsável que ajudou a acobertar os crimes do regime chavista-madurista, e que continuaria acobertando até hoje, se o sistema que vinha governando o Brasil permanecesse no poder.

A esperança de uma nova Venezuela não existiria sem o novo Brasil. A atuação do Brasil no Grupo de Lima em 4 de janeiro, a organização do encontro das forças de oposição em Brasília em 17 de janeiro, a denúncia do genocídio silencioso praticado por Maduro por

meio da nota do Itamaraty igualmente de 17 de janeiro, o respaldo ao Tribunal Supremo de Justiça legítimo da Venezuela que avaliza constitucionalmente o processo, o reconhecimento de Guaidó como Presidente Encarregado em 23 de janeiro – todas essas iniciativas da nova política externa brasileira, que o Presidente Bolsonaro me deu a honra de conduzir, foram decisivas para acender a esperança que vi brilhar nos olhos das pessoas de carne e osso, e que contagiou toda a região, que colocou a barbárie do regime madurista sob os olhos de todo o mundo. Segundo me confidenciou pessoalmente uma grande liderança democrática venezuelana, foram as iniciativas do Brasil que mudaram o jogo e mobilizaram os próprios Estados Unidos a romperem a inércia em que se encontravam até o início de janeiro e a virem colocar seu peso político em favor da transição democrática. Não foi o Brasil que seguiu os EUA, mas antes o contrário. Quem não acreditar, pergunte aos venezuelanos que lutam por sua pátria, e que passarão à história como heróis da liberdade. Perguntem a eles o que acham da política externa de Bolsonaro. Perguntem aos venezuelanos expulsos de seu país pela fome e pela tristeza e que agora se sentem à beira de poder voltar para casa. Perguntem a eles, e não aos comentaristas de política externa, não aos ex-Presidentes e ex-Ministros do “grande consenso” da inação e da mediocridade.

Perguntem a eles se me veem como a caricatura de um guerreiro medieval com a cruz de Cristo no peito (da qual, aliás, muito me orgulho) ou simplesmente como um homem que, com todas as suas limitações, está trabalhando para defender a democracia, em benefício de toda a região, essa democracia de que os críticos de Bolsonaro tanto falam mas pela qual nada fazem nunca.

Agora vem FHC [Fernando Henrique Cardoso], com o mais surrado dos artifícios retóricos: a criação de uma falsa dicotomia. Segundo ele, as únicas opções são o prosseguimento do “consenso” ou a intervenção armada na Venezuela. Não, não são as únicas. Ao contrário de FHC, eu acredito na diplomacia, porque acredito na

força da palavra e do espírito humano para mudar a realidade, porque não sou cínico nem materialista, porque acredito no povo brasileiro, esse povo dos “grotões” que FHC abertamente desprezava (assim como desprezava e despreza os eleitores de direita que o fizeram Presidente duas vezes), e acredito que este povo tem em suas mãos um destino imenso capaz de mudar o mundo, começando por ajudar na libertação do povo-irmão venezuelano.

Nessa libertação, o sentimento de solidariedade humana para com os venezuelanos coincide com o interesse nacional brasileiro. Uma Venezuela eternamente chavista-madurista, vivendo do narcotráfico, albergando terroristas de toda estirpe, armando milícias criminosas, financiando crime organizado e movimentos pseudosociais em território brasileiro, expulsando seu próprio povo pela fome e pela doença, essa Venezuela seria uma ameaça permanente e tremenda à segurança do Brasil e dos brasileiros. Fazer algo efetivo a respeito, contribuir para uma Venezuela democrática, é algo que a melhor tradição diplomática brasileira exige e impõe. Estamos restaurando a verdadeira tradição diplomática brasileira, a tradição de um país livre, soberano, orgulhoso de si mesmo, consciente de sua capacidade e sua responsabilidade de contribuir para o bem da humanidade.

8. Aula magna no Instituto Rio Branco, em Brasília (11/03/2019)

Embaixadora Gisela Padovan – Boa tarde a todos, turma de 2017/2019 (que é um nome que eu nunca entendi) e a nova turma que recém-inicia e para quem se destina essa aula magna, bem, para as duas destina-se essa aula magna. Senhor Ministro, Senhor Secretário-Geral, é uma grande honra para nós termos o Ministro abrindo o curso do Rio Branco. Eu me permito até sugerir que isso vire uma tradição, a ser fielmente respeitada, que o Ministro abra e o Secretário-Geral feche. Então, já que eu estou com os dois aqui, permito-me sugerir isso, pois acho que é muito importante esse contato direto dos alunos com as chefias da Casa. Então, espero que vocês aproveitem muito a oportunidade.

O Ernesto, ele é meu contemporâneo no Instituto Rio Branco. Ele era o meu segundo ano, na época que tinha segundo ano, e eu me permito uma pequena digressão, Ministro, com a sua permissão, e até por conta de uma das inovações feitas aqui no Rio Branco, que foi a introdução (aliás, muito apreciada) da matéria de Clássicos. Uma segunda inovação que a gente fez foi voltar a ser três semestres, de modo que houvesse, inclusive, mais tempo livre durante a semana, que era uma demanda da primeira turma, que tinha um horário extremamente ocupado e não tinham tempo de ler, refletir e preparar-se para as aulas. Então hoje há mais espaços, mas, em compensação, temos três semestres. Essas, a meu ver, são as duas grandes mudanças principais, uma de inspiração e pedido direto do Ministro, e as duas, entendo, estão sendo muito bem apreciadas.

Como eu ia dizendo, o Ministro era meu contemporâneo, meu segundo ano, depois fez uma carreira muito variada, começou trabalhando com o MERCOSUL, escreveu um livro, aliás, com o professor

de vocês, o Embaixador Sergio Florêncio, sobre o MERCOSUL, depois fez Bruxelas, Bonn, Berlim, Ottawa, e foi meu Ministro-Conselheiro em Washington. Em diferentes momentos da carreira, seja no Rio Branco, seja mais recentemente, eu tive o prazer de trabalhar, no segundo caso, sob a orientação, porque eu era Conselheira e ele era Ministro-Conselheiro, e no Rio Branco, como o primeiro ano dele. Ministro, realmente é um prazer e uma honra ouvi-lo, eu tenho aqui a casa cheia, alunos ansiosos para escutá-lo. Então, desejo a todos uma ótima palestra. Imagino que depois teremos um pequeno debate, não sei se o senhor tem tempo, mas fica ao seu critério. Boa palestra a todos.

Ministro Ernesto Araújo – Muito obrigado, Gisela. É uma alegria para mim estar aqui com vocês, e muito obrigado pelo convite. Realmente, nós tivemos a alegria de conviver em vários momentos desde o Rio Branco. Quando eu estava no Rio Branco, ainda nem era Terceiro-Secretário, era só aluno, e foi sempre uma alegria em todos esses momentos. Eu, desde essa época, sempre sonhava em um dia dar aula no Rio Branco, e nunca imaginei que a minha primeira aula no Rio Branco fosse ser nessa condição. Sempre tive a convicção do caráter absolutamente fundamental do Instituto Rio Branco para o conjunto do Itamaraty, e sempre tive a vontade de poder contribuir com alguma experiência ou ideia para a reflexão, que deve ser parte do trabalho do Instituto e seus alunos.

Queria começar dizendo que nós precisamos problematizar a política externa brasileira. Às vezes eu tenho a impressão, pelo debate recente desses últimos dois meses, até um pouco antes, indo até o período da transição, de que existe uma determinada estrutura chamada “política externa brasileira”, à qual sucessivos governos deveriam adaptar-se, quando, na verdade, me parece o contrário. Eu acho que a política externa deve ser parte da estrutura de cada governo, e nós é que precisamos adaptar a nossa capacidade de atuação, as prioridades e as políticas introduzidas pelo novo

governo. E precisamos fazer política externa, e não apenas falar sobre política externa.

Esse debate que tem havido sobre política externa no Brasil é um debate feito, a meu ver, para alunos de Relações Internacionais, e vocês não são alunos de Relações Internacionais. Isso aqui não é um curso de Relações Internacionais. Alguns diplomatas mais antigos consideram-se professores de Relações Internacionais e consideram-se, alguns, grandes especialistas em relações internacionais, e não são. Não é isso que eles têm que ser. Não é isso que nenhum de nós tem que ser, especialista ou comentarista de relações internacionais.

Como sabem aqueles que conhecem o meu currículo, eu fiz curso de Letras na UnB, sou formado em Letras, e sempre gostei de escrever ficção. No curso de Letras você estuda teoria literária, você não estuda técnica literária, porque não se estuda técnica literária; alguns dizem que sim, mas na verdade, não. E eu acho que podíamos fazer uma analogia com isso. Nós estamos aqui para escrever, não estamos aqui para estudar teoria literária. Estamos aqui para escrever uma obra que outros analisarão ou pensarão do jeito que quiserem, mas a nossa tarefa é de produzir a política externa, e não falar sobre ela.

Eu vou falar um pouco sobre política externa, então eu vou contradizer-me um pouco. Acho também que as pessoas, hoje, têm uma necessidade muito grande de colocar rótulos e de fazer comparações, mas não estão encontrando esses rótulos e nem estão conseguindo fazer essas comparações, e ficam perdidas. Acho que muitas pessoas estão saindo do seu mundinho confortável em que viveram durante muito tempo, no fundo da caverna, vendo as sombras e relacionando-se com essas sombras, e, de repente, eu e a nossa equipe estamos tentando puxar essas pessoas para fora, sair para a luz do dia. E a claridade dói, não é? A claridade dói no olho,

no começo: “Cadê meu rótulo? Cadê o meu conceito aqui, que eu aplico?” Não tem. Nós estamos fazendo, não estamos teorizando.

Só para finalizar esta introdução, acho fundamental também dizer o seguinte: voltando à minha experiência no curso de Letras, tinha um professor meu que dizia que quem sabe só literatura, não sabe nem literatura. E aqui é a mesma coisa: quem sabe só diplomacia ou só relações internacionais, não sabe nem diplomacia nem relações internacionais. Temos que estudar tudo: filosofia, história, matemática, biologia, climatologia, cada vez mais, arte, tudo, para podermos desempenhar essa função que a sociedade nos atribui. A diplomacia, a meu ver, não é uma disciplina do saber. Não estamos aqui para observar a nós mesmos trabalhando. A diplomacia é um ramo da ação humana que utiliza conhecimentos de todas as disciplinas.

Bom, então vou falar de política externa (depois de falar que não devemos falar, e sim fazer), mas vou falar problematizando. Problemas que eu pessoalmente identifico muito claramente na política externa brasileira recente, há uns anos, algumas décadas. Em primeiro lugar, a indiferença moral. Nós nos acostumamos a uma política externa que não tem bússola moral, onde não existe bem e mal. Qualquer tentativa de introduzir esse tipo de conceito é chamada de maniqueísmo ou do que quer que seja, e, com isso, nós navegamos sem bússola nesse universo, nos relacionamos e temos iniciativas sem saber se elas apontam no sentido do bem ou do mal.

Eu acredito que nenhum ser humano é perfeito; então, quando a gente fala isso, às vezes se diz “está moralizando”. Cada um de nós tem evidentemente suas falhas. Então não se trata de pregar determinados valores. Mas se trata de reconhecer que no universo existem essas direções, existe um norte moral e existe um sul moral, e parece-me que qualquer atividade humana, seja a diplomacia ou qualquer outra, precisa orientar-se de acordo com essa bússola.

A segunda coisa é a indiferença civilizacional. É o fato de concebemos nossa presença no mundo e a de outros países e de outros atores como se tudo fosse a mesma coisa, como se nós não fizéssemos parte de uma determinada civilização, como se os outros países também não fizessem, como se todo o universo da cultura fosse uma coisa meramente decorativa, diferentes estilos arquitetônicos. E não é. A meu ver, a dimensão civilizacional, as diferenças, a particularidade, o espírito de cada civilização é algo que deveria ser determinante e, sobretudo, no nosso caso, reconhecer que nós fazemos parte de uma determinada civilização e que isso nos impõe um legado e uma responsabilidade que esse indiferentismo tem nos negado.

O terceiro problema é o comercialismo. A tendência, muito clara nessa política das últimas décadas, de ver a política externa apenas como uma política comercial. Um comercialismo estranho, porque um comercialismo que não gerou muitos resultados em termos de acordos ou de resultados comerciais, mas que nos dominou muito e nos domina, hoje, de maneira muito clara: quando você fala da comercialização do Brasil com algum outro país, a primeira coisa que pensa é na balança comercial. Essa perspectiva parece-me importante, mas extremamente limitante.

Um quarto problema é o nominalismo. Eu uso muito esse conceito, de forma um pouco diferente do termo técnico, do conceito técnico do que se designa como nominalismo na filosofia, mas acho que o sentido é mais ou menos claro, quando falamos de nominalismo *versus* realismo. O nominalismo, na política externa, isso tem sido muito claro, é a concentração puramente na palavra e no discurso, sem tanta atenção à realidade por trás dessa palavra; é a preocupação muito com o conceito, é a preocupação muito com o caráter redondo da expressão, e não tanto com o que está por trás e os objetivos de fundo.

Um outro problema é o isolamento do Itamaraty em relação à sociedade brasileira. Isso e todos esses problemas anteriores de certa forma são reflexos desse isolamento de uma Casa que passou a viver olhando para dentro de si mesma e cada vez mais se sentindo, digamos, superior aos valores da sociedade brasileira, achando – numa expressão que eu uso muito – que o Itamaraty é uma espécie de escritório da ONU no Brasil, que a função do Itamaraty é disciplinar essas massas ignorantes, nessa concepção, e trazer à luz os grandes conceitos internacionais. Isso me parece um problema central na nossa atividade, que precisa ser superado.

Ainda tem mais, têm vários. O isolamento da política externa em relação ao restante das políticas nacionais. Isso também faz parte desse isolamento em relação à sociedade. Nós passamos a viver em um sistema em que parecia que o Itamaraty, que a política externa era uma disciplina autônoma. E aqui nós voltamos àquele problema da falta do pensamento analógico e da falta de abertura a outras áreas da atividade humana, como se você tivesse um país onde se tem uma política educacional que muda de acordo com o governo, uma política tributária que muda, uma política fiscal que muda de acordo com o governo, mas a política externa é uma coisa que não pode mudar.

E aí surgiu esse conceito totalmente pernicioso de “políticas de Estado”, que tenho ouvido – “isso aqui não pode mudar, isso aqui é uma política de Estado”. E isso não existe. Todas as políticas são de Estado, e o Estado relaciona-se com a sociedade por meio do governo. “Posições de Estado”, melhor dizendo, no sentido de que são posições que não podem mudar, que pertencem ao Estado, que não pertencem ao governo. Ou seja, houve uma despolitização da política externa, porque o que é política? A política vem de *polis*, a comunidade, política é a discussão, é a comunidade discutindo seus destinos, seus valores, suas prioridades, e, quando você coloca um

determinado ramo da atividade dessa sociedade fora da discussão, você está despolitizando esse ramo.

Um outro problema é o que eu chamo de “tematismo”, que é dividir a realidade, nossa atividade, em temas. Isso cada vez mais fragmenta nossa atividade. “Qual é o seu tema? Qual é o tema que você acompanha? De que tema você está tratando aqui?” Claro, o pensamento, para se organizar, precisa dividir-se de uma certa maneira; mas o que houve foi o isolamento também de cada um desses temas, que passam a não se comunicar e, dentro da cabeça de cada um de nós, esses temas muitas vezes não se comunicam. Passamos a organizar nossa atividade de uma maneira totalmente fragmentada, que aí não é só um problema, como tudo isso aqui, não é apenas um problema nem só do Itamaraty, dentro do Brasil, nem só do Brasil no mundo. Isso aqui faz parte – e vou falar um pouco depois disso – de uma tendência mundial de fragmentação do pensamento.

O último problema (último não, mas enfim) é a compra da agenda globalista – vou falar um pouco depois da minha concepção de globalismo –, por meio de uma falsa concepção de conceitos como universalismo e multilateralismo. É muito dito que a política externa brasileira se define pelo universalismo e pelo multilateralismo. Para mim, isso é não dizer nada, porque isso é dizer assim: “quem não tem personalidade, copia a personalidade dos outros.” Não tenho nada contra o universalismo, no sentido de ter boas relações com todos os países. Mas, num certo sentido, o universalismo veio a significar, aqui, a doutrina da indiferença, o apagamento das nossas identidades. E o multilateralismo veio, estranhamente, a significar um determinado conteúdo, quando o multilateralismo não é conteúdo de nada. Os fóruns multilaterais deveriam ser um instrumento para a promoção de determinadas ideias, determinados conceitos.

E é um universalismo curioso, esse que se diz que era praticado pelo Brasil, porque é um universalismo onde pode tudo, menos cooperar com os Estados Unidos. É muito engraçado. Eu venho observando muito isso ultimamente: qualquer iniciativa de política externa é ótima, até que entrem os Estados Unidos, até que entre qualquer iniciativa de cooperação com os americanos. Aí não pode mais. Eu vi muito isso na questão da crise da Venezuela, tal como ela era tratada até 31 de dezembro do ano passado, que eu acompanhava muito pela vertente da OEA. Eu e outras pessoas fizemos muito esforço para que o tema da Venezuela fosse, virasse uma prioridade na OEA. Conseguimos até certo ponto. O Brasil tentou ter uma atuação mais incisiva nesse tema da Venezuela na OEA, até que os Estados Unidos começaram a atuar mais na OEA. E aí comecei a ouvir que não, agora não pode, se os americanos estão na proposta, não.

Então se iniciou, infelizmente, na última fase do último governo, uma política de normalização das relações com a Venezuela, da qual estamos sofrendo algumas consequências, pelo fato de que, com a mudança de posição, algumas pessoas estavam acostumado-se com essa doutrina estranha de que tínhamos que normalizar de certa forma as relações com um governo facínora como o da Venezuela, pelo simples fato de que nós temos fronteira com eles. Esse é outro problema seríssimo da nossa política recente.

Então era um universalismo muito capenga, no qual se escondia uma certa teoria de que qualquer relação com os Estados Unidos é algum tipo de subserviência ou alinhamento automático, algo que dá lugar a certas críticas completamente infundadas. À força desse universalismo e multilateralismo, à força de olharmos só para dentro, nós descumprimos o lema do Barão, e nós nos esquecemos da pátria.

Vamos falar do Barão. O grande ciclo da definição do espaço nacional foi conduzido, em grande parte, pela diplomacia brasileira, desde os primórdios da independência até o Barão. Esse foi o pri-

meiro ciclo da nossa diplomacia, e foi bem-sucedido. Foi esse ciclo que deu crédito ao Itamaraty como uma instituição fundamental da nacionalidade brasileira. Não foi o universalismo, nem o multilateralismo, nem a “capacidade de gerar consensos e equilíbrios”, mas foi a capacidade de defender e definir as fronteiras físicas da pátria que fez o nome do Itamaraty nesse primeiro ciclo.

Depois começou um segundo ciclo, mais ou menos desde a época do Barão até agora recentemente, que teve, talvez, como seu centro a ideia do desenvolvimento. Tem-se dito que a principal função, a principal contribuição do Itamaraty, da diplomacia brasileira para o país nesses últimos cem anos, mais ou menos, foi a contribuição para o processo de desenvolvimento. E esse não foi completamente bem-sucedido. Houve algumas coisas positivas, mas houve apostas completamente equivocadas, principalmente a partir dos anos 50, e mais ainda a partir dos anos 70, quando começou a aposta no terceiro-mundismo, no antiamericanismo e no antiocidentalismo, ou no pós-ocidentalismo, mais recentemente. Uma aposta em parceiros que não foram capazes de nos ajudar no desenvolvimento.

Por causa dessa aposta equivocada, talvez se explique que o Brasil, que foi o país que mais cresceu no mundo mais ou menos entre 1900 e 1975, quando seu principal parceiro de desenvolvimento eram os Estados Unidos da América, depois estagnou, quando desprezou essa parceria com os Estados Unidos e passou a buscar a Europa ou uma integração latino-americana, sem uma integração com o restante do mundo. E mais recentemente, a aposta no mundo pós-americano dos BRICS, que é um parceiro extremamente importante, mas que, de repente, passou-se a acreditar que seria o grande parceiro econômico do Brasil. E tem sido, por exemplo, a China, o principal parceiro comercial. E, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil, justamente nessa vertente econômica, que deveria ter sido, que se propôs a ser o centro desse ciclo.

Então, se o primeiro foi o ciclo do Barão do Rio Branco, eu diria que esse segundo foi o ciclo do Barão de Münchhausen. Não sei se vocês conhecem o Barão de Münchhausen, que é um personagem da literatura alemã do século XVIII, de ficção, que contava suas próprias aventuras de forma totalmente exagerada e mentirosa. Ele conta em determinado momento que ele caiu em uma areia movediça durante uma determinada aventura e estava lá, sozinho. Então ele se pegou pela própria trança do cabelo e puxou-se da areia movediça, e conseguiu sair. Isso é o que se tentou fazer nesse segundo ciclo, quer dizer, o Brasil tentando puxar a si mesmo para o desenvolvimento, sem, evidentemente, sozinho, conseguir sair da estagnação.

É interessante notar que o período do PT no poder foi, na diplomacia, como em outras coisas, parte integrante desse segundo ciclo, e não um parêntese. Ele talvez tenha exacerbado alguns aspectos equivocados desse período, mas foi parte do mesmo processo de apostas equivocadas. É interessante, é curioso que, naquela época, a política do PT era muito criticada como sendo uma política ideológica, o que realmente era, era uma política que buscava parcerias que não traziam nada ao Brasil, e, agora, as mesmas pessoas que criticavam a política do PT assumem essa política, esse período do PT, como parte de uma política normal, começam a falar: “Estamos mudando a política brasileira desde Geisel.” Estamos mudando a política brasileira desde Geisel. Mas é interessante, porque o PT, que era tão criticado, a política ideológica do PT, agora faz parte do que é considerado uma política externa normal, dessa estrutura imutável das políticas de Estado. De repente, virou algo totalmente palatável. O que é verdade. Para mim, esse período do PT faz parte, porque o governo do PT e os governos que o cercaram são todos parte do mesmo sistema que estamos quebrando.

Enfim, isso comprova que todas as políticas externas dessas últimas décadas são essencialmente a mesma. E agora, é curioso, os petistas e os antigos críticos do PT unem-se em criticar a política que

nós estamos querendo fazer, porque finalmente nós apresentamos algo novo. Algo que ameaça aquele grande consenso de que eu já tinha falado.

Então, nós tivemos o ciclo do Barão do Rio Branco, que deu certo, e o ciclo do Barão de Münchhausen, que não deu certo, que não conseguiu ajudar o Brasil naquilo a que se propôs. E esse segundo ciclo acabou, porque o povo brasileiro se cansou. O povo brasileiro cansou-se de sacrificar seus valores, que são essencialmente liberais e ocidentais, em nome de um crescimento econômico que não veio nunca. O povo agora quer crescimento e identidade nacional e defesa dos seus valores.

Essa questão de valores, eu não quero entrar muito nisso, por não ter muito tempo, talvez em uma outra aula pudéssemos falar. Mas, enfim, para dizer o seguinte: o pensamento humano é essencialmente valorativo. Voltando àquela questão da indiferença moral, navegar num mundo sem valores é totalmente contrário à essência do ser humano. E o Brasil vinha fazendo uma política externa que não pensava, que não valorava e que não escolhia, e que, quando escolhia, escolhia errado.

É importante notar, também, o seguinte: essa política externa recente fazia parte de um sistema. De certa forma, ela estava isolada da sociedade, mas ela não estava isolada do sistema político, desse sistema político da velha política, como nós chamamos hoje – não tão velha, porque ainda está por aí, mas que por tanto tempo sufocou a nação brasileira, sufocou a economia brasileira, sufocou a alma brasileira, e que isolou o Brasil de si mesmo, mais que de outros parceiros ao redor do mundo.

Então, um governo que veio propondo-se a romper esse sistema – porque os brasileiros queriam a ruptura desse sistema – tem a obrigação de trabalhar nesse mesmo sentido, em relação à política externa. Hoje mesmo eu recebi uma mensagem do Presidente sobre

um outro tema, mas dizendo assim: “nós viemos para fazer diferente.” Isso é uma instrução muito clara, e uma determinação muito clara do que quer o povo brasileiro.

O Embaixador Ricupero, acho que ele tentou resumir esses dois ciclos anteriores da política brasileira no seu livro *A diplomacia na construção do Brasil*. A diplomacia realmente foi parte da construção do Brasil no primeiro ciclo e tentou sê-lo no segundo, mas, como eu dizia, não conseguiu. Então, nós temos que repensar esse conceito da diplomacia na construção do Brasil e, hoje, eu acho que é preciso inverter esse título e inverter essa lógica, da qual o Embaixador Ricupero é um representante, e começar uma nova etapa, que é “o Brasil na construção da diplomacia”. Isso é aquilo a que nós nos propomos: escutar a alma brasileira, e não pretender que nós sabemos o que é a alma brasileira e ditá-la aos nossos compatriotas. É preciso abrir um novo ciclo, e temos a certeza de que nós temos o mandato, a obrigação de tentar abrir esse novo ciclo, porque ele faz parte de um processo nacional.

Eu acho que nós podemos tentar resumir, tentar encontrar duas palavras, dois conceitos, para dizer que são os eixos desse novo ciclo a que nos propomos: liberdade e grandeza.

Liberdade e grandeza têm a ver com uma união necessária entre o conservadorismo e o liberalismo. Eu acredito que somente uma união e uma coesão dos valores e princípios liberais e conservadores pode levar o Brasil para a frente e pode levar o mundo para a frente. Somente sob um substrato nacional coerente, como aquele que é pregado pelas doutrinas conservadoras, é que a economia liberal pode funcionar a favor do ser humano, e não somente como um instrumento materialista de automação do indivíduo.

O sentimento nacional, a meu ver, é a única maneira de recuperar, para os valores humanos, o comando da economia liberal globalizada. Entraríamos um pouco na questão do globalismo – se

der, depois eu volto a isso no fim – mas, basicamente, a ideia é esta: a partir dos anos 90, depois da queda do muro de Berlim, aconteceu um processo de globalização econômica que foi cada vez mais capturado por uma ideologia marxista ou pós-marxista. Essa é a teoria do globalismo, que eu acho totalmente pertinente, porque é isso que a gente verifica. Verifica que, através de todos os mecanismos do marxismo cultural, o processo de globalização passou a servir a objetivos completamente diferentes daqueles que se imaginava. Por quê? Porque a economia capitalista não é um sistema de pensamento, ela é um funcionamento da economia. Então ela é permeável a ser capturada por qualquer ideia que chegue e que consiga controlá-la.

E o que aconteceu nesse período de ascensão do globalismo foi isso. Essas forças ideológicas, elas se deram conta de que você não precisa controlar os meios de produção econômica, quando você controla os meios de produção de ideias; você não precisa controlar as máquinas, quando se controla a cabeça de quem controla as máquinas, etc. E a única maneira de escapar a isso é você retornar, digamos, a uma supremacia dos valores humanos, dos valores humanistas (uma versão dos valores conservadores) sobre a globalização. Então essa é um pouco a essência do que acredito que está acontecendo no mundo, diante da qual esses valores de liberdade e grandeza se erguem.

Quando se fala em liberdade, liberdade em todas as frentes: liberdade econômica, liberdade social, liberdade espiritual. Hoje, existe no mundo um modelo de sociedade fechada, que está competindo abertamente com a sociedade liberal, e ninguém se dá conta. Isso eu tenho visto muito claramente. Vi, por exemplo, em Davos, nas discussões, as pessoas achando que a economia liberal, a ordem global liberal está correndo perigo, mas acham que o perigo são os Estados Unidos, e não enxergam que existe um outro modelo, em outro lugar, que não é um modelo liberal, para nada, e que, no entanto, vem ganhando poder dentro desse esquema liberal. Depois também podemos falar um pouco mais disso.

E grandeza. O que é grandeza? Grandeza no sentido de tudo aquilo que, na vida política, individual, transcende o mecanicismo e verticaliza o indivíduo e a sociedade.

A grandeza está associada, ou pode ser associada, ao conceito de “glória”. Gostaria de mencionar, de sugerir a leitura do livro *O reino e a glória*, do Giorgio Agamben, que tem várias coisas com as quais eu não concordo em absoluto, mas que é interessante porque ele divide o poder em dois aspectos: o “reino” e a “glória”. O “reino” é mais o aspecto do poder coercitivo, e a “glória” é aquilo que nós podemos chamar de poder mobilizador. As sociedades tecnocráticas, como a nossa e outras estavam-se tornando, vivem exclusivamente na esfera do “reino”, do poder coercitivo, e elas acabam definhando. As sociedades que se abrem e se verticalizam para essa dimensão da “glória”, ou do poder transcendente, se você quiser, ou do poder mobilizador, são aquelas que prosperam, ou que, pelo menos, tentam prosperar.

Eu acho que querer grandeza é fundamental para uma nação, fundamental para o ser humano. A grandeza é fundamental para o espírito humano, é a aspiração que abre o ser humano para fora da sua casca e o coloca numa outra posição diante da realidade. E acho que nesses dois conceitos – liberdade e grandeza – é que o projeto do ser humano ganha dignidade e se conjuga. E há uma conjunção desse projeto para o indivíduo e para a nação; é onde há o intercruzamento entre a posição do indivíduo e da nação diante da realidade.

O que isso significa na nossa política externa? O que significa o fato de que nós queremos fazer uma política externa que seja libertadora e que aspire à grandeza? Significa, por exemplo, que nós queremos promover a democracia. Não simplesmente no discurso, mas por uma convicção muito mais íntima.

No caso da Venezuela, por exemplo, onde todos esses vícios recentes da nossa política externa apontam: a indiferença moral, o

comercialismo, etc., a ideia de que a política externa é algo separado do restante da realidade. Não é. O caso da Venezuela não é um tema de política externa, é um tema de sofrimento humano, no qual nós, através da política externa, podemos fazer alguma coisa, temos a obrigação de fazer alguma coisa, tanto por um dever moral, quanto por um interesse mais direto, de segurança nacional, por exemplo, do Brasil, que se vê ameaçado.

Esses conceitos significam que nós queremos um Brasil com maior capacidade de defesa. E temos que trabalhar para isso, com os países, com os parceiros que têm condições de nos ajudar a aumentar nossa capacidade de defesa.

Liberdade, grandeza e integração da política externa em um projeto de nação significam, por exemplo, a política externa como parte de um processo efetivo de abertura econômica, e não um processo um pouco para inglês ver de abertura econômica, como nós tivemos recentemente.

Significa buscar a capacitação tecnológica em parcerias que nos tragam inovação e tecnologia. Significa, por exemplo, trabalhar pela liberdade da Internet, que é algo que nós queremos fazer muito em todas as frentes, algo fundamental, absolutamente fundamental para o futuro da sociedade democrática.

Hoje, metade da nossa vida passa-se no mundo real e metade passa-se no mundo virtual, ou mais da metade, e nós não estamos trabalhando suficientemente em promover os valores humanos, os valores de democracia, valores de liberdade nessa esfera virtual. Precisamos fazê-lo. O Brasil tem responsabilidade e capacidade de fazê-lo.

O povo brasileiro não quer que nós façamos – eu tenho certeza disso – simplesmente mais uma bela avaliação sobre o tema da última resolução da ONU. Ele quer parcerias efetivas e quer a defesa efetiva dos seus valores, das suas ideias.

O povo brasileiro não é materialista – ao contrário da maneira pela qual nossa diplomacia recente tendia a concebê-lo. Nosso povo tem opções morais muito claras. Nós precisamos entendê-las, não pretender dar uma alma ao nosso povo, e sim escutar a alma do nosso povo.

Nós precisamos, sobretudo – já falei um pouco disso – urgentemente, reassociar esse universo dos valores ao universo da economia. Isso é um problema não só do Brasil, como eu dizia, é um problema mundial. O fato de que, nesses últimos vinte, trinta anos, com essa ocupação, digamos, do processo da globalização econômica por ideias que são, a meu ver, completamente anti-humanas e anti-humanistas, todo o universo dos valores definiu completamente, e nós passamos a viver num mundo onde a evolução das coisas é ditada pela competitividade econômica e comercial, e o universo dos valores é cada vez mais considerado algo que deve existir apenas na cabeça do indivíduo, e cada vez menos dentro da própria cabeça do indivíduo, e não se manifestar na sociedade. De novo, aquela questão da fragmentação e da separação entre a esfera individual e a esfera social. Isso é algo completamente contrário ao espírito humano. O espírito humano quer que seus valores se reflitam em toda sua atividade, e não dizer “não, isso é economia, aqui você não pode falar dos seus valores”.

Eu dizia outro dia, em algum lugar, em relação a essa questão do economicismo e do comercialismo, que o Brasil, sim, nós queremos vender, por exemplo, soja, minério de ferro, mas nós não vamos vender a nossa alma. Isso é um princípio muito claro, que nós temos muito presente. Muita gente quer que nós vendamos a nossa alma (e muita gente não acha que nós temos uma alma para vender) e querem reduzir nossa política externa a simplesmente uma questão comercial. Isso não vai acontecer.

A economia liberal internacional, ela estava virando... isso é um conceito do escritor francês Rémi Brague, que eu recomendo muito também. Eu não tenho o texto aqui, porque é o texto de uma entrevista que eu li uma vez, não está em nenhum livro dele, e eu não localizei. Ele diz mais ou menos o seguinte: “a modernidade é um táxi” (acho que se pode dizer também que a economia global, a globalização é um táxi), “quem entrar diz para onde ela vai”. Ou seja, ela não tem uma direção em si mesma. E é isso que nós precisamos mudar, porque o passageiro que entrou nesse táxi parece-me que é um passageiro que está levando o mundo para um abismo, e que vinha levando o Brasil para um abismo. Então, nós precisamos substituir esse passageiro, e substituir a direção desse táxi, que é a globalização e a economia globalizada.

Queria dizer o seguinte também: muita gente acha que o governo Bolsonaro é um táxi. Acha que o táxi chegou, porque a eleição foi ganha, e que agora é entrar nesse táxi e conduzir para onde ele quer. Não é assim. Não é um táxi. O Presidente é que faz o caminho. Essa eleição não foi simplesmente um instrumento para que outros interesses o ocupem e o levem para outro lugar. A direção é muito clara, e ela é dada pelo Presidente da República.

Bom, eu queria terminar dizendo o seguinte, sobre a geração de vocês, que está chegando. Um pedido, um apelo que faço a vocês: não sejam uma geração que nasce com medo. Vocês estão chegando, navegando em meio a toda uma série de preconceitos que estão sendo inculcados em vocês pela imprensa, por uma série de representantes desse fim do segundo ciclo da diplomacia brasileira, que está terminando, que eu classifico como uma “austera, apagada e vil tristeza”, para citar um verso de Camões, e que produziu esse ensimesmamento. Quer dizer, rompam essa coisa! Não nasçam como diplomatas genéricos, não nasçam satisfeitos com a aguinha rala de uma tradição diplomática completamente depauperada.

Eu penso, por exemplo, numa frase de Rainer Maria Rilke, que dizia alguma coisa assim – eu também não encontrei a citação, então vou citar de memória – mas ele dizia assim: “a nossa concepção de Deus está para Deus como chá feito numa folha de papel, guardado numa gaveta, ao lado de um velho saquinho de chá, do qual já se fez chá três vezes”. Esse é o chá que estava sendo servido a vocês, dizendo que é chá; essa é a política externa que estava sendo servida a vocês, dizendo que é política externa. Vamos tentar tomar um chá um pouquinho mais forte.

Eu penso, também, nesses versos de Rilke, que diz o seguinte: “*Was uns schließlich birgt ist unser Schutzlossein*”, “aquilo que nos protege é a nossa desproteção”, ou “aquilo que nos guarda é a nossa exposição”. A gente precisa expor-se, a gente precisa desproteger-se, para conseguir criar alguma coisa, para conseguir ser alguma coisa. E ainda Rilke: “*Wo aber Gefahr ist, wächst das Rettende auch*”; “Ali onde há perigo, ali também surge o que salva”. Perigo? É, perigo. Se não enfrentar, não corre perigo. Mas não terá muita graça, e continuaremos tomando aquele chazinho ralo.

Para terminar, alguns querem que a política externa brasileira seja um aquário, querem ficar olhando aqueles peixinhos decorativos, inofensivos, colocando comidinha, peixinhos nadando, nadando entre aquelas coisinhas de naufrágio... Acho que devemos quebrar este aquário, abandonar esse aquário, mergulhar no oceano. O oceano com seus perigos e com suas maravilhas, o oceano da realidade integral, onde a política externa não é um joguinho acadêmico, mas um combate, que é parte do combate pelo futuro da humanidade. Combate para saber se o homem será um ser vertical ou horizontal. O oceano do pensamento, em última instância. Nós precisamos quebrar esse aquário e nadar no oceano das ideias e, a meu ver, é isso que significam esses conceitos de liberdade e de grandeza.

Vocês podem fazer parte da construção de um novo ciclo de política externa, ou podem ficar repetindo as platitudes do grande consenso. Vocês podem fazer do Itamaraty novamente parte do nosso projeto de nação, uma nação livre e grande.

Obrigado.

Embaixadora Gisela Padovan – Muito obrigada, Ministro. Como eu tinha dito, é de grande valor ouvirem diretamente do chefe de todos nós a sua visão de política externa. Sei que a classe é muito perguntadora, pelo menos a que eu conheço melhor. Tenho perguntas, mas vou abrir para os alunos, a quem se destina este evento.

Pergunta – Antes de qualquer coisa, muito obrigado, Ministro, Secretário-Geral, é uma honra estar na presença do senhor e poder debater este momento tão importante da política externa brasileira. Eu queria fazer uma pergunta um pouco teórica, mas, lendo os textos do senhor e acompanhando seus discursos, acredito que faz todo o sentido. Desde seu discurso de posse, eu percebi a presença de um autor muito forte, que, para mim, é o filósofo mais importante do século XX, que é o [Martin] Heidegger. O senhor não citou o Heidegger naquela ocasião, mas, claramente, o senhor é um leitor do Heidegger. A associação entre verdade e liberdade está lá, no conceito de verdade do Heidegger. Aqui, também, o senhor citou um autor, em certo sentido, heideggeriano, que é o Agamben; ele até tem um livro sobre o Heidegger, que é *O aberto*, não exatamente *O reino e a glória*. Eu queria saber especificamente do senhor se faz algum sentido o projeto político do Heidegger, no sentido de questionamento do edifício da metafísica e até, em alguma medida, o questionamento da própria modernidade, enquanto a visão de política externa do senhor?

Ministro Ernesto Araújo – Obrigado. Inclusive, esse primeiro verso do Rilke é, evidentemente, do poema que o Heidegger analisa no ensaio *Wozu Dichter*, que é uma das melhores coisas que li na vida,

esse *Wozu Dichter* (Para que poetas?), e essa análise do “aquilo que nos protege é a nossa desproteção”. Heidegger é absolutamente essencial para minha maneira de pensar e para a abertura de horizontes. Comecei a entender que não entendia uma série de coisas quando comecei a ler Heidegger.

Essa questão da modernidade. É claro que a modernidade teve vários questionamentos, foi questionada de várias maneiras diferentes ao longo do século XX; e o questionamento heideggeriano talvez seja um dos principais, que deu tantas correntes. Acho-o fundamental, mas, ao mesmo tempo – como é que vou dizer? –, de maneira, claro, muito modesta, é impossível fazer um círculo ao redor de Heidegger, você tem um universo que é praticamente incircumnavegável. Mas acho que, hoje, é possível uma certa superação, talvez, de algumas coisas, através de um aprofundamento de certas ideias de Heidegger, no seguinte sentido: tentar fazer esse amálgama do pensamento conservador, chamemos assim, com a modernidade liberal. Acho que isso é a nossa tarefa essencial hoje, não só do Brasil, mas de todo mundo que pensa um futuro melhor para o mundo. Ou seja, não rejeitar, porque a rejeição da modernidade liberal pode conduzir realmente a soluções totalitárias, que a gente de forma nenhuma comunga.

Ao mesmo tempo, como dizia, deixar a modernidade liberal sozinha, sem conteúdo, vai entrar alguém no táxi, e eu, pessoalmente, não acho legal essas pessoas que entram no táxi e querem conduzir a sociedade. Acho que realmente há uma condução; se você deixar a economia liberal sozinha, a modernidade liberal sozinha, ela acaba indo também para um totalitarismo. Esse é o problema, porque ela não fica sozinha; ela acaba sendo tomada por um projeto que se pode chamar de projeto revolucionário, projeto comunista, projeto marxista, etc., mas que existe e que está aí.

Então, eu acho que Heidegger tem o lado da contestação da modernidade liberal. É fundamental, de certa forma, desconstruí-la, mas, hoje, a nossa tarefa é reocupá-la, a partir, talvez, de um novo começo, como diz o próprio Heidegger. Eu acho que o apelo dele é aquele que eu também citei em algum lugar, que é o famoso “*Nur ein Gott kann uns noch retten*”, “somente um Deus pode ainda nos salvar”. Aliás, outro dia, comecei a escrever algo sobre isso, e me disseram “ah, você não pode publicar”. Quem é esse Deus que ainda pode nos salvar? Eu tenho minha ideia, que vocês podem imaginar. No caso, “*ein Gott*” você pode entender como a recuperação de todo esse universo, chamemos assim, tradicional, conservador, etc., reocupando o controle, digamos, da modernidade.

Então, falei de uma maneira muito mal expressa, aqui, mas é o que eu imaginaria como, digamos, essa tarefa de leitura de Heidegger, e, ao mesmo tempo, de superação, de dizer “olha, Heidegger, vem cá, não é só criticar a modernidade.” Ele mesmo, acho, apontou nessa linha no final da vida.

Pergunta – Boa tarde, Ministro. Boa tarde, Secretário-Geral, Embaixadora Padovan. Muito obrigado pela presença do senhor aqui. Para nós é muito bom. O senhor mencionou, dentre os problemas identificados na política externa brasileira, o isolamento do Itamaraty em relação à nossa sociedade, a sociedade brasileira. Esse é um tema que me pareceu muito interessante, pois nós, que estamos chegando, sentimos isso muito na pele. Talvez nós não entendamos bem a sociedade brasileira, não dialoguemos bem com a sociedade brasileira, mas sentimos que a sociedade brasileira muitas vezes não nos conhece. Eu digo isso porque – acho que é um sentimento que talvez os colegas compartilhem – quando a gente anuncia às pessoas próximas, “fui aprovado no concurso e virei diplomata”, inicialmente, há uma admiração, que eu acho até excessiva, você vira o ídolo da turma, mas ninguém sabe o que você faz. Uma coisa é explicar para minha filha, que tem três anos e outro dia me perguntou: “papai, o

que é um diplomata?” e eu não soube explicar para ela, que tem três anos de idade. Mas eu preciso explicar isso para os meus colegas, meus amigos, minha família.

Minha pergunta é: como o senhor acredita que o Itamaraty possa trabalhar para se abrir para a sociedade brasileira, para dialogar e para se apresentar à sociedade brasileira como um condutor da política externa brasileira?

Ministro Ernesto Araújo – Obrigado. Esse é um desafio absolutamente fundamental. Acho que a gente tem que realmente pensar, já estamos pensando, em um programa para atender a isso, razão pela qual a gente criou a Secretaria de Comunicação, com a Embaixadora Márcia [Donner Abreu] à frente. Tentar integrar todos os instrumentos que a gente tem de contato com a sociedade. Um deles é o Instituto Rio Branco, um instrumento fundamental; a FUNAG, o IPRI, etc., inclusive criar, isso é uma coisa que está em processo, criar um instituto de cultura e língua brasileira no exterior, reunindo os atuais centros de estudos brasileiros, mas com uma outra roupagem e uma outra dimensão. Tudo isso para tentar usar melhor os instrumentos que a gente tem para esse tipo de abertura. Eu acho que é uma tarefa institucional. No caso do Ministro, tenho procurado ter o maior contato possível fora do Ministério, muito contato com o Congresso, que é uma coisa fundamental, representantes do povo, diversificar isso. Mas há muitíssimo a ser feito.

Um parêntese: a gente está distribuindo um papel, o Conselheiro Alberto, ele e sua equipe fizeram um apanhado de, enfim, não vamos chamar de realizações (seria um pouco pretensioso), mas de coisas que já fizemos nesses primeiros 70 dias de administração. Só para dar uma ideia – pois às vezes as coisas chegam completamente desencontradas e fragmentadas pela imprensa ou por outras fontes – de coisas que nós temos tentado fazer.

Mas, enfim, voltando: eu acho que é uma tarefa institucional de abertura para a sociedade, e é uma tarefa individual, também, de cada um de nós, de procurar ter esse tipo de abertura. Eu acho que isso se dá, hoje, muito claramente pelas redes sociais. Como vocês sabem, eu tenho procurado usar muito o Twitter. É um instrumento fundamental. Claro que o Twitter é *uma certa* sociedade de pessoas, mas acho que é cada vez mais uma janela muito importante. É aquele negócio, ele tende a concentrar opiniões extremas nos comentários aos *tweets*, que, talvez, nem sempre sejam totalmente representativos. Então, às vezes, colocam um *tweet*, aí eu vou lendo, legal, bacana, e aí vem um chamando-me das piores coisas; aí eu paro, não é? Geralmente são coisas ou muito positivas ou muito negativas. Às vezes, aparece algo que eu valorizo (e claro que valorizo mais os positivos, não é?), mas aparecem coisas extremamente interessantes: o que são as preocupações das pessoas; o que é a visão das pessoas de política externa.

Eu me dei conta do seguinte: o grau de interesse pela política externa hoje é imensamente maior – não porque eu estou aqui, não; é porque é o momento da sociedade brasileira, e é o momento desse governo. O interesse está extremamente mais intenso do que existia no passado, as pessoas querem participar, e a gente tem que atender os temas que são importantes para as pessoas, e não os que são necessariamente importantes para nós. Esse é um esforço muito grande que eu procuro fazer. Porque são temas que realmente estão mobilizando as paixões das pessoas, os temas da relação com os Estados Unidos, da relação com Israel, o tema da Venezuela, evidentemente, o tema da relação com a China, um pouco menos, e isso acho que faz parte desse sair do aquário e entrar um pouco no oceano.

Eu não falei isso para vocês, não. Falei isso para mim também, porque a tendência humana é a gente ficar no conforto, e nesse oceano aí eu estou nadando todo dia, e tem peixes que não são muito

bonitos. A tendência é querer voltar para o aquário, mas eu não vou voltar para o aquário. Não vou. Mas é duro. Então essa interação com a sociedade não são só rosas.

Essa questão de o que a gente faz é uma questão eterna que nunca será resolvida. Mas acho que ela não será resolvida por isso, porque a diplomacia não é uma coisa em si; a diplomacia é uma convergência de várias atuações, de várias dimensões, de várias interações nossas com a realidade. Realmente, quando a gente tenta explicar a relevância do que a gente faz para a sociedade, vem muito a questão comercial, de negociar acordos, etc., e vem muito a questão consular, de atendimentos aos brasileiros, que são coisas visíveis. Mas acho que é preciso que a gente faça realmente um esforço para ir além disso, mas, sobretudo, para nós entendermos, antes de poder conversar com as pessoas, que é um entendimento que a gente talvez nunca vai terminar de entender, a gente precisa realmente questionar isso permanentemente, questionar se o que a gente está fazendo realmente é relevante para a sociedade.

Enfim, não respondi, mas acho que é uma pergunta irrespondível. Mas você falou da sua filha. Uma vez a nossa filha, acho que ela tinha uns seis anos, a gente estava em Washington com a família no carro, eu estava falando do meu emprego, e ela falou assim: “Ah, você trabalha? Você tem um trabalho?” – Falei: “Tenho, a Embaixada. Já te expliquei” – Ela disse: “Ah, mas achei que fosse um trabalho de verdade, tipo policial, bombeiro.” É difícil, a gente nunca vai conseguir explicar.

Pergunta – Boa tarde a todos. Ministro, obrigado por prestigiar nossa turma. Minha pergunta é: quais os valores e quais as características nacionais brasileiras que o senhor considera mais importantes para a formação da nossa política externa?

Ministro Ernesto Araújo – Obrigado. Acho que também é uma grande pergunta. Acho que, de modo geral, muita gente tem dito

isso: durante muito tempo, a sociedade brasileira foi uma sociedade com valores conservadores, que não se sentia representada pelo seu governo. Eu acho que, antes de mais nada, essa é uma discussão que tem que haver, que é a questão da fé cristã, que eu acho que é algo determinante para a vida de oitenta, noventa por cento dos brasileiros e que, durante muito tempo, não encontrou nenhum espaço na vida política e que cada vez mais está procurando esse espaço na vida política.

Outra questão é toda a questão da segurança, que acho que é vital para os brasileiros e que, durante muito tempo, não foi assumida como tal pelos governos. Um dos aspectos, que é muito visível e muito simbólico, embora não seja nem de longe o único, é a questão das armas. É um debate vivo por isso, porque é, em grande parte, um debate entre um sentimento popular, que é um sentimento de necessidade de segurança, do armamento como um símbolo e um instrumento dessa segurança, com todas as limitações que a gente sabe que existem, e um pensamento, uma corrente antiarmamentista.

Claro, em qualquer tema, você está falando de maiorias e minorias. Mas acho que isso também é importante, porque toda essa conceitualização de maiorias e minorias, de dizer “ah, você não pode falar tal coisa, porque nem todo mundo, e tal”, isso faz parte também desse projeto de desnacionalização e de desconstrução da nação, não só no Brasil, mas no mundo. É você dizer que a sociedade não tem uma personalidade coletiva, que você tem determinados grupos, e grupos cada vez mais fragmentados e mais especializados. Eu tendo a partir do princípio de que não, de que um povo tem uma unidade. Ele tem uma personalidade coletiva, a nação tem uma personalidade coletiva. Então, mesmo que você tenha uma maioria e uma minoria, com toda a necessidade de respeito com as minorias, é como um corpo humano: ele se move em conjunto; seu braço pode não querer, mas se seu corpo vai, ele foi.

Então, é um desafio para uma democracia você ter uma unidade e, ao mesmo tempo, a questão do respeito das minorias. Você só encontra um caminho nessa tese, que acho válida, de que você precisa do sentimento nacional e dos valores nacionais para progredir, para defender sua posição no mundo: é essencial que você conceba um pouco o povo como essa entidade abstrata, mas que tem um tipo de personalidade coletiva.

Acho que não publiquei, mas escrevi uma vez isso a partir do inglês, porque no inglês isso fica claro, porque no inglês você tem a palavra *people*, que pode ser um plural de pessoas e, ao mesmo tempo, pode ser uma unidade, um povo. Eu discuti um pouco isso, como o conceito de povo, *people*, às vezes tem que ser um plural e às vezes tem que ser um singular.

Claro, tudo isso exige um esforço de abstração. Mas acho que a realidade, cortando um pouco os ângulos, é um pouco essa, de um povo brasileiro que tem valores que se chamam valores conservadores, que não se sentia representado e que hoje tende a sentir-se mais representado pelo seu governo, e que demanda que esse governo atenda esse tipo de agenda, tudo o que se chama valores de família, tudo o que se chama de defesa da família, etc. Acho que é por aí.

Pergunta – Boa tarde, Ministro. Boa tarde, Embaixadora. Boa tarde, Embaixador. Eu reitero aqui os agradecimentos dos meus colegas pela abertura e disponibilidade de vir aqui conversar conosco. Eu queria fazer minha pergunta baseado numa paráfrase da Cecília Meireles, que fala, no *Romanceiro da Inconfidência*, aquela famosa frase “liberdade, essa palavra que não há ninguém que não a entenda e ninguém que saiba exatamente o que é”.

O senhor falou de liberdade e grandeza, mas eu quero fazer uma pergunta ao que o senhor aludiu de indiferença civilizacional. Queria saber melhor do senhor: a que civilização é essa exatamente que o Brasil pertence? Se é uma civilização cristã europeia, capi-

taneada pelo catolicismo europeu, capitaneada pelo cristianismo norte-americano; se a gente faz parte de uma civilização latino-americana, sul-americana, ou se há uma civilização totalmente *sui generis* brasileira. E também, nesse espectro que eu pinte, haveria várias ideologias que a gente chama de exógenas ao capitalismo, ao que a gente está acostumado na civilização ocidental. Então, eu queria também acrescentar à pergunta se o senhor acredita que a civilização à qual a gente pertence também é determinada por um sistema econômico específico, no caso, o capitalismo.

Ministro Ernesto Araújo – Obrigado. Interessante a aproximação que você fez com esse verso da Cecília Meireles, porque quando a gente começa explicar, eu não vou conseguir explicar, mas a gente entende qual é a nossa civilização, no momento em que a gente não tenta explicar. Acho que é um pouco por aí.

Eu acho que, obviamente, é a civilização ocidental, greco-romana, judaico-cristã, chamemos como quiser. Eu, por formação, por interesse, talvez, eu vejo mais claramente a origem da nossa civilização realmente na matriz grega. Eu acho que ela é realmente o eixo central do projeto, da aventura em que nos embarcamos lá, talvez em Creta, ainda, em Micenas, e onde nós, bem ou mal, estamos até hoje. Eu acho que é uma aventura, uma história fora da qual a gente não faz sentido, nem o Brasil nem outro país das Américas ou da Europa.

Eu acho que esse é o nosso projeto, a nossa aventura, na qual nós temos um papel fundamental, não um papel secundário. Porque, dentro dessa civilização, hoje, o Brasil, ao menos numericamente, é o segundo maior país desse conjunto, o que nos dá uma responsabilidade. Acho que temos que assumir esse protagonismo, porque tudo que nós somos, tudo que nós sentimos está baseado nisso.

É interessante, porque, dentre outras coisas, o projeto de marxismo cultural, da Escola de Frankfurt, um dos grandes livros da Escola de Frankfurt, a *Dialética do Iluminismo*, é basicamente

uma desconstrução e uma anulação, digamos, da *Odisseia*. Ou seja, é ir no cerne, porque, a meu ver, eles querem destruir a civilização ocidental; então, vão lá no seu berço, para tentar, retrospectivamente, estrangular o bebê no berço, como as serpentes tentaram estrangular Hércules. Como hoje, talvez, aqui no Brasil, modestamente, algumas serpentes estão tentando estrangular o nosso governo no berço; e não vão conseguir.

Enfim, esse eixo, acho que é fundamental. E é claro que o Brasil é uma versão, digamos, dessa civilização, pelo aporte ameríndio, evidentemente, pelo aporte africano, pelo aporte asiático, árabe, judeu, etc.

Mas eu digo muito isso, o Ocidente é muito mais um projeto literário do que qualquer outra coisa. Literário no sentido amplo, do discurso, de tudo que a gente vive no mundo das ideias, e aí, evidentemente, a gente está ligado a isso.

E aí também poderíamos ter toda uma outra conversa sobre a questão das origens do cristianismo. Eu tendo a ver no cristianismo muito mais a influência grega e helenística do que propriamente a influência judaica, mas isso é outra questão.

Mas enfim... Ocidente. Aliás, coincidentemente (bom, eu não quero fazer propaganda), o primeiro livro que eu escrevi, que é um livro de poesia que eu publiquei quando tinha 18 anos, chamava-se *Ocidente*. Um dia, vou revê-lo e reeditá-lo, talvez.

Obrigado.

Embaixadora Gisela Padovan – Se me permite uma pergunta.

Ministro Ernesto Araújo – Claro, Gisela.

Embaixadora Gisela Padovan – É uma coisa mais prática. Das coisas que se avizinham, entre as ações de política externa que se avizinham, estão três visitas internacionais importantes do Presidente, uma, semana que vem, para os Estados Unidos, depois

Chile e Israel, então eu queria conhecer um pouco as suas expectativas em relação a essas três visitas.

Ministro Ernesto Araújo – Interessante, porque temos aí um desafio grande pela frente com essas três visitas. Estados Unidos: realmente, nós temos convicção de que é preciso voltar a transformar numa parceria central, em benefício de tudo que a gente quer fazer no Brasil, tanto em termos de crescimento econômico, quanto em termos de segurança e defesa, quanto em termos de promoção dos nossos valores, ou dos nossos princípios, em todas essas esferas, como a promoção da democracia, por exemplo. É um parceiro absolutamente fundamental em todas essas dimensões.

Eu acredito muito numa certa comunidade de destino, digamos, entre Brasil e Estados Unidos, com todas as suas diferenças, mas são duas versões muito paralelas dessa civilização ocidental de que a gente falava (de novo, com todas as diferenças), o que cria, talvez, uma proximidade que acho que não existe com nenhum outro parceiro. Não por nenhum tipo, evidentemente, de imitação, nem o que quer que seja, mas por uma questão de destino, por uma questão de essência da nossa nacionalidade e da nacionalidade americana. Então, acho que há uma base muito, muito profunda para esse relacionamento.

E que tem, hoje, várias dimensões práticas extremamente importantes. Eu falava um pouco dessa comparação, um pouco, *grosso modo*, do que aconteceu com o Brasil em termos econômicos, quando nosso grande parceiro eram os Estados Unidos, e o que aconteceu depois, quando nós deixamos de lado essa parceria prioritária. Eu acho que, claramente, as diferenças são gritantes. Então, hoje, com o novo projeto, é um projeto de voltar a tentar conectar-nos com um parceiro que realmente pode trazer-nos o salto tecnológico que nós precisamos, o salto de inovação, de competitividade que nós precisamos.

Outros parceiros são, evidentemente, fundamentais, mas eu acho que está visto que eles não têm essa... Não é que eles não queiram, é porque a estrutura econômica não permite, porque determinadas políticas não são favoráveis a isso. Outros parceiros não permitem, por mais que o comércio com eles seja até maior que com os Estados Unidos, não existe essa vertente tecnológica, a relação é completamente diferente. Então, eu acho que a ideia de uma interconexão crescente da economia brasileira com a economia americana é absolutamente fundamental para esse nosso projeto de um crescimento sustentável, de um crescimento de uma economia aberta, desestatizada.

É curioso. Todo mundo, acho, hoje concorda com a necessidade da desestatização, sabe que a presença muito pesada do Estado na economia brasileira é um dos nossos problemas. E aí quando você pergunta: “Então, qual deve ser nosso principal parceiro, um país com a economia completamente estatista, ou um país com a economia quase completamente privada?” “Ah, não sei.” Bom, eu acho que eu sei. Eu acho que, se você quer ter uma economia aberta, capitalista, sem precisar do Estado fazendo tudo, uma economia realmente privada, com empreendedorismo, com inovação, você vai buscar um país que tenha empreendedorismo, que tenha inovação, que tenha a economia aberta, que não dependa do Estado, que tenha toda uma cultura empresarial completamente diferente, e não determinados parceiros que têm uma economia estatal, centralizada, plano quinquenal, plano decenal, etc.

Isso os Estados Unidos.

Israel, *mutatis mutandis*, também é uma relação muito promissora, que foi negligenciada durante muito tempo. Infelizmente, Israel virou, para muitos, uma espécie de um pária na comunidade internacional, e o Brasil meio que se associou a isso, infelizmente. É um país como os outros, um país que tem o direito de existir. É um

país a cuja criação a diplomacia brasileira, aliás, está muito associada, por causa de Oswaldo Aranha, não só porque presidiu a sessão que criou Israel, mas porque atuou em favor dessa resolução. Algo que, para nós, é um pouco uma efeméride, mas que, para os israelenses, é algo extremamente presente.

Sobretudo nessa área tecnológica, talvez depois dos Estados Unidos, Israel é o grande polo tecnológico do mundo, hoje. Há um livro extraordinário, chamado *Start-up Nation*, que descreve essa potencialidade de Israel nessa área, que eu recomendo muito para entender por que a gente tem essa...quer dizer, não é simplesmente um país que está lá; é um país que tem uma disposição de cooperar com o Brasil extraordinária. Em outras áreas também: tecnologia de segurança, tecnologia de defesa, por exemplo, que tem a ver com essa capacidade inovadora de Israel, coisas que são fundamentais para o povo brasileiro.

E tem também o aspecto simbólico, aqui voltando à questão dos valores. Israel, para muitos brasileiros, por causa da sua fé, é a Terra Santa, tem uma associação, é onde está o Santo Sepulcro. Isso não é algo banal. É claro que, para uma civilização totalmente tecnocrática, tanto faz, mas para pessoas que têm outro tipo de conexão com seu próprio passado, com sua realidade, com sua fé, no caso, é diferente. Então esse aspecto simbólico – no sentido não de menor significação, mas no sentido de símbolo, no sentido mais profundo – é também fundamental na nossa relação com Israel.

E o Chile, eu acho que é interessante, porque é um país que tem já uma trajetória bastante longa de, digamos, coesão dessa dimensão de uma economia liberal, eficiente, com essa dimensão de valores que eu falava, talvez com conotações diferentes daquelas que nós temos hoje, mas eu acho que, na América do Sul, é um exemplo muito claro de um país que deu certo, com essa conexão. Quando eu falo conservador, é *lato sensu*, por falta de um termo melhor. Liberal

também, aliás, é um termo que não é tão pacífico. Mas eu acho que é um exemplo bom de uma sociedade, de um país que conseguiu essa coesão liberal-conservadora que eu acho que é chave para o que a gente pode fazer no mundo. É um país que tem uma projeção internacional extraordinária e regional, sobretudo.

Estamos fazendo com eles, por exemplo, esse esforço de reconceitualização do projeto sul-americano, saindo do conceito UNASUL para um novo conceito, de modo que isso vai ser parte também da visita, porque tem a visita bilateral, mas tem a reunião dos chefes de Estado sul-americanos para tentar, de alguma maneira, refundar o projeto sul-americano em novas bases, com bases totalmente democráticas e mais flexíveis do que eram as da UNASUL.

Então, são todas elas dimensões que têm a ver com esse projeto de reconexão com aquilo que a gente entende que devam ser nossas prioridades e que, em todos esses casos, estavam muito negligenciados.

Embaixadora Gisela Padovan – Obrigadíssima, Ministro! Agradeço a disponibilidade, a abertura e o seu tempo. Agradeço muitíssimo, Ministro, e espero que realmente vire uma tradição, já convidando aqui para o fim do ano o Secretário-Geral para encerrar e fazer um balanço. Muitíssimo obrigada e boa sorte nessas viagens realmente tão importantes, realmente fundamentais para nossa política externa.

Ministro Ernesto Araújo – Obrigado, Gisela. Obrigado, Secretário-Geral, por ter vindo prestigiar-me, a todos, Maria Eduarda, meus colegas de Gabinete, obrigado.

9. Discurso na abertura da 1ª reunião de *Sherpas* do BRICS, em Curitiba (14/03/2019)

Versão original, em inglês:

I'd like to welcome you all very warmly to Brazil; to Curitiba. I hope that, for you and for me, this will be the first of many productive and pleasant visits, and pleasant working sessions; and that, for you, it's going to be also the first of many pleasant visits to Brazil.

I acknowledge and thank South Africa for its very competent and inspiring work last year, and I also thank, very specially, Russia, India, and China for their permanent dedication to building the BRICS legacy.

It is most appropriate that this meeting is being hosted in the city of Curitiba. As I mentioned yesterday, and most of you experienced last night, this is a place of diversity and innovation, which has everything to do with our mission in the BRICS. Brazil is going—also as I had the opportunity to mention yesterday—through a period of profound transformation based on our people's courage and determination to live in greater freedom and justice. And this city is a most suitable symbol of this process. I think it was a very good omen that the event that inaugurates the Brazilian BRICS presidency should take place here.

The essence of what guides the foreign policy of Brazil's new government and, consequently, the Brazilian BRICS presidency, is to serve the people—the ordinary citizen that abides by the law, works hard, pays his or her taxes, and yearns for a better life for their families and communities, in freedom and prosperity.

Brazil faces this presidency with a deep sense of responsibility, as it marks the beginning of BRICS' second decade. This provides an opportunity to reflect on our achievements so far and explore new ideas for cooperation. Pragmatism and a clear sense of possibilities and challenges in our cooperation should always guide us; also a sense of ambition and responsibility towards our constituencies. This is the most effective way for us to achieve the maximum possible, and I'm sure we will, not only during this presidency, but in all the years ahead.

With that goal in mind, we should focus on the original vocation of BRICS, for mutually beneficial cooperation among ourselves, based on each other's sovereignty. The New Development Bank is an emblematic example. Five members, all equal as shareholders, all leading important offices in the Bank, all working to help properly fund the financial needs of our respective national development processes.

In this presidency, Brazil proposes that we strengthen the BRICS' focus on the area of science, technology, and innovation. Our work should aim at helping consolidate the technological development of all the five countries, update their industries, and ensure their meaningful role in the fourth industrial revolution. Digital economy will be another priority: Brazil will seek to renew BRICS' efforts in fostering the development of our countries' digital environment and facilitating communication flows in full respect of privacy and consumer rights.

These areas are essential for empowering the people and making our societies both happier and more prosperous. Happiness is, of course, individual and unmeasurable, but it is easier for people to be happy when living in communities where they have the opportunity to create, to share ideas, to interact with people with different views,

to have access to art and culture. This is a common challenge for all our countries, with all our differences.

Our people, in all the countries of BRICS, want, of course, more economic growth, but they also want to live lives that are more meaningful and happier. Innovation and the digital economy are areas where those two currents meet: the current of economic growth and the current of personal accomplishment. For a long time, countries around the world concentrated only on the first dimension, the dimension of the economy. And Brazil, I'm sure, is today an example that people want something else. In the recent past, the exclusive focus on the economy did not work. Even less when it was coupled with values that ran counter to the essence of the Brazilian ethos. That approach produced stagnation, recession, and divisiveness.

President Jair Bolsonaro was elected with a platform of economic opening and recovery, and at the same time of defense and promotion of basic values. The recovery of national pride, where people stand together around the flag, around the sense that Brazil is a nation, and not only a market. I think all our countries share that sense of nationhood behind all our differences, and that can make our cooperation even stronger. We're sure that the best means to promote one country's role in the world is the happiness of its people, and I'm sure we all share this same approach.

Regarding a little bit beyond our group, and just for a second, please allow me to mention the situation in our neighbor and sister republic of Venezuela. Brazil wishes for all countries what it wishes for itself, and Venezuela today lives under very dire circumstances that we must recognize and deal with. I ask for all your countries' attention to the plight of the Venezuelan people today, and I am sure that each one of us can contribute to a solution to the crisis they're going through and to help this very important country in

our region to recover the path to happiness, the same happiness that we desire for our people.

As the Pro Tempore President, Brazil will also strive to help advance BRICS cooperation in another area that is very important for our people: the fight against transnational crime. We wish to strengthen our initiatives in asset recovery, for example, an across-the-border issue that directly affects our capacity to fight drug trafficking, corruption, and terrorism.

Brazil also plans to promote future contacts between the New Development Bank and the BRICS Business Council. The aim is to identify potential areas of investment in infrastructure, in line with the Bank's institutional mandate and with full respect for the powers of its bodies of governance and procedures. This task will be facilitated by the Bank's NDB Offices in Brazil and in Russia.

Dialogue among the private sectors of our countries is also extremely important. Private sectors are often ahead of governments in identifying opportunities and challenges, and we must rely on them more and more to better target our actions. I therefore reiterate Brazil's commitment to support the organization of a productive business forum in the preceding days of the Summit in the coming month of November. After Brazil receives from South Africa the coordination of the Business Council, the Brazilian Section will engage with its counterparts to ensure a fruitful year of contacts and deliberations culminating also in the days before the Summit.

Brazil is confident that BRICS can achieve tangible and useful results in all the areas mentioned above. The specific initiatives proposed will be presented to you in further detail during your meeting. And we should praise the work that has been done by my colleagues, the Sherpa and Sous-Sherpa, Ambassador Norberto Moretti and Minister Leonardo Gorgulho, who, in only a few weeks, put together a very robust agenda for this meeting and for the year

ahead. Of course, Brazil also looks forward to further hearing your proposals and priorities for this year's Presidency, and this is why this meeting here is so important.

I would further like to express that President Bolsonaro is very much keen on our high-level dialogue, as expressed in his letter to his fellow leaders. I reiterate the President's invitation to the 11th Summit, which will take place in Brasília, on the 13th and 14th of November. I also look forward to working closer with my colleagues during the 3rd Stand-Alone Foreign Ministers' Meeting in Rio de Janeiro, on the 26th of July, and I wish you a successful meeting today and tomorrow.

You can count on Brazil's engagement and dedication to make this temporary Presidency as successful as the past ones.

Thank you very much!

Tradução para o português:

Eu gostaria de dar a todos as boas-vindas muito calorosas ao Brasil; a Curitiba. Espero que, para os senhores e para mim, esta seja a primeira de muitas visitas produtivas e agradáveis, e sessões de trabalho agradáveis; e que, para os senhores, seja também a primeira de muitas visitas agradáveis ao Brasil.

Reconheço e agradeço à África do Sul por seu trabalho muito competente e inspirador no ano passado, e também agradeço, muito especialmente, à Rússia, à Índia e à China por sua dedicação permanente à construção do legado do BRICS.

É muito apropriado que esta reunião seja realizada na cidade de Curitiba. Como mencionei ontem, e como a maioria dos senhores percebeu ontem à noite, este é um lugar de diversidade e inovação, que tem tudo a ver com a nossa missão no BRICS. O Brasil está passando – como também tive a oportunidade de mencionar ontem –

por um período de profunda transformação baseada na coragem e determinação do nosso povo de viver em maior liberdade e justiça. E esta cidade é um exemplo muito apropriado desse processo. Acho que foi um presságio muito bom que o evento que inaugura a presidência brasileira do BRICS ocorra aqui.

A essência do que guia a política externa do novo governo do Brasil e, conseqüentemente, a presidência brasileira do BRICS é servir ao povo – ao cidadão comum que respeita a lei, trabalha bastante, paga seus impostos e deseja uma vida melhor para sua família e comunidade, em liberdade e prosperidade.

O Brasil encara esta presidência com um senso profundo de responsabilidade, dado que ela marca o início da segunda década do BRICS. Isso nos dá uma oportunidade para refletir sobre nossas conquistas até agora e explorar novas ideias de cooperação. O pragmatismo e um senso claro das possibilidades e desafios na nossa cooperação devem sempre nos guiar; também um senso de ambição e responsabilidade com nossos eleitorados. Essa é a forma mais eficiente de alcançarmos o máximo possível, e estou certo de que o faremos, não somente durante esta presidência, mas em todos os anos seguintes.

Com esse objetivo em mente, devemos concentrar-nos na vocação original do BRICS, de cooperação mutuamente benéfica entre nós, baseada na soberania de cada um. O Novo Banco de Desenvolvimento é um exemplo emblemático. Cinco membros, todos iguais como acionistas, todos liderando escritórios importantes no Banco, todos trabalhando para ajudar a financiar apropriadamente as necessidades financeiras de nossos respectivos processos nacionais de desenvolvimento.

Nesta presidência, o Brasil propõe que fortaleçamos o foco do BRICS na área de ciência, tecnologia e inovação. Nosso trabalho deve visar à assistência à consolidação do desenvolvimento tecnológico de

todos os cinco países, à atualização de suas indústrias e à garantia de seu papel significativo na quarta revolução industrial. A economia digital será outra prioridade: o Brasil buscará renovar os esforços do BRICS para fomentar o desenvolvimento do ambiente digital de nossos países e facilitar os fluxos de comunicação, com total respeito à privacidade e aos direitos do consumidor.

Essas áreas são essenciais para capacitar as pessoas e tornar nossas sociedades mais felizes e mais prósperas. Felicidade, é claro, é individual e imensurável, mas é mais fácil ser feliz quando se vive em comunidades onde se tem a oportunidade de criar, de compartilhar ideias, de interagir com pessoas com visões diferentes, de ter acesso à arte e cultura. Esse é um desafio comum a todos os nossos países, com todas as nossas diferenças.

Nossos povos, em todos os países do BRICS, desejam, é claro, maior crescimento econômico, mas também querem viver vidas mais significativas e felizes. Inovação e a economia digital são áreas em que essas duas correntes se encontram: a corrente do crescimento econômico e a corrente da conquista pessoal. Por muito tempo, países em todo o mundo concentraram-se apenas na primeira dimensão, a dimensão da economia. E estou certo de que o Brasil é hoje um exemplo de que as pessoas desejam outra coisa. No passado recente, o foco exclusivo na economia não funcionou. Ainda menos quando combinado com valores opostos à essência do *ethos* brasileiro. Essa abordagem produziu estagnação, recessão e divisão.

O Presidente Jair Bolsonaro foi eleito com uma plataforma de abertura e recuperação econômica e, ao mesmo tempo, de defesa e promoção de valores básicos. A recuperação do orgulho nacional, em que as pessoas se reúnem em torno da bandeira, em torno da ideia de que o Brasil é uma nação, e não apenas um mercado. Eu acho que todos os nossos países compartilham essa noção de nacionalidade por trás de todas as nossas diferenças, e isso pode fortalecer ainda mais

nossa cooperação. Estamos certos de que o melhor meio de promover o papel de um país no mundo é a felicidade de seu povo, e tenho certeza de que todos nós compartilhamos essa mesma abordagem.

Sobre algo um pouco além do nosso grupo, e apenas por um momento, permitam-me mencionar a situação em nossa vizinha e república irmã da Venezuela. O Brasil deseja para todos os países o que deseja para si mesmo, e hoje a Venezuela vive em circunstâncias muito graves que devemos reconhecer e enfrentar. Peço a atenção de seus países à atual situação do povo venezuelano, e estou certo de que cada um de nós pode contribuir para uma solução para a crise pela qual eles passam e para auxiliar esse país tão importante na nossa região a recuperar o caminho para a felicidade, a mesma felicidade que desejamos para o nosso povo.

Como Presidente *pro tempore*, o Brasil também fará esforços para desenvolver a cooperação do BRICS em outra área muito importante para nosso povo: a luta contra o crime transnacional. Desejamos fortalecer nossas iniciativas na recuperação de ativos, por exemplo, uma questão transfronteiriça que afeta diretamente nossa capacidade de combater o tráfico de drogas, a corrupção e o terrorismo.

O Brasil também planeja promover contatos futuros entre o Novo Banco de Desenvolvimento e o Conselho Empresarial do BRICS. A meta é identificar áreas potenciais de investimento em infraestrutura, em conformidade com o mandato institucional do Banco e com total respeito aos poderes de seus órgãos de governança e a procedimentos. Essa tarefa será facilitada pelos escritórios do NDB no Brasil e na Rússia.

O diálogo entre os setores privados de nossos países também é extremamente importante. Os setores privados frequentemente estão na frente dos governos na identificação de oportunidades e desafios, e devemos confiar neles cada vez mais para melhor direcionar nossas ações. Portanto, eu reitero o compromisso do

Brasil de apoiar a organização de um fórum empresarial produtivo nos dias que precederem a Cúpula em novembro vindouro. Depois que o Brasil receber da África do Sul a coordenação do Conselho Empresarial, a Seção Brasileira comunicar-se-á com seus equivalentes para assegurar um ano produtivo de contatos e deliberação, também culminando nos dias precedentes à Cúpula.

O Brasil está confiante de que o BRICS pode conquistar resultados tangíveis e úteis em todas as áreas mencionadas acima. As iniciativas específicas propostas podem ser apresentadas aos senhores em maiores detalhes durante sua reunião. E nós deveríamos elogiar o trabalho feito pelos meus colegas, o *Sherpa* e o *Sub-Sherpa*, Embaixador Norberto Moretti e Ministro Leonardo Gorgulho, que, em apenas algumas poucas semanas, montaram uma agenda muito robusta para esta reunião e para o ano seguinte. É claro, o Brasil também espera ansiosamente ouvir suas propostas e prioridades para a presidência deste ano, e é por isso que esta reunião aqui é tão importante.

Eu também gostaria de expressar que o Presidente Bolsonaro tem grande expectativa por nosso diálogo de alto nível, como expressou em sua carta aos outros líderes. Reitero o convite do Presidente à 11ª Cúpula, que ocorrerá em Brasília, em 13 e 14 de novembro. Também estou ansioso para trabalhar de forma mais próxima com meus colegas durante a 3ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores, no dia 26 de julho, e desejo aos senhores uma reunião exitosa hoje e amanhã.

Os senhores podem contar com o engajamento e a dedicação do Brasil para tornar esta presidência tão exitosa quanto as presidências passadas.

Muito obrigado!

10. Entrevista concedida à *Brasil Paralelo*, em Brasília (17/03/2019)⁴

Brasil Paralelo – Primeiramente, Ministro, obrigado por nos receber aqui e nos prestigiar com a entrevista e com o seu tempo. Para que as próximas perguntas e respostas façam sentido para quem está nos assistindo, para começar, eu gostaria que o senhor dissesse a sua opinião sobre o que é o “ser político brasileiro”.

Ministro Ernesto Araújo – Acho que o brasileiro, durante muito tempo, foi fundamentalmente alguém que não se sentiu representado, que se sentiu alijado da política e alguém que tinha talvez até vergonha da política. No Brasil, política virou um sinônimo de coisas ruins, virou um sinônimo de coisas pouco afeitas aos valores dos brasileiros. O que é uma tragédia do ponto de vista de uma sociedade, porque “política” vem, evidentemente, de *polis*, quer dizer, a cidade, a comunidade. Política é a discussão dos destinos da comunidade. Então, um ambiente onde a política é considerada um ofício ruim, um campo ruim do saber ou do agir, significa uma sociedade que não discute o seu destino.

Então, acho que o “ser político brasileiro” era um ser alijado de si mesmo, por causa dessa desidentificação com a política, portanto desidentificação com o próprio Estado, mas, sobretudo, essa ausência da discussão do seu destino. E hoje, o que nós vemos, uma das coisas mais positivas de todo o fenômeno que está acontecendo no Brasil com a vitória do Presidente Bolsonaro, é que as pessoas se reconectam com a política e com a discussão dos destinos da *polis*.

E isso muito claramente no caso da política externa, que é nossa área de atuação, aqui. Acho que talvez fosse uma área onde esse

⁴ Entrevista disponível em: <https://youtu.be/2Y1Nn6ZopMQ>. Acesso em: 9 set. 2020.

afastamento do brasileiro com relação à política mais se manifestava. Durante muito tempo se pensava e se observava que o brasileiro não se interessava por política externa, era algo que não motivava as pessoas, e hoje motiva. Hoje voltou a motivar, com a eleição do Presidente, com as coisas que ele falou sobre política externa na campanha, e depois, já desde o período de transição, com as coisas que eu, depois da minha nomeação, tentei começar a colocar, de projetos nossos, e agora, sobretudo, depois do início do governo, com as iniciativas e as ideias que a gente está transmitindo. Voltou-se a falar de política externa. Às vezes mal, com críticas, muitas vezes a grande imprensa criticando o que a gente faz, mas se falando.

Então, isso é política. Ou seja, a inserção da nossa comunidade histórica no mundo é uma coisa fundamental. Então, estamos voltando a discutir isso; estamos voltando a discutir o futuro da *polis*. O ser político brasileiro está voltando a existir. Em política externa, isso é muito claro. Claro que eu preferia que alguns comentários fossem mais positivos, talvez, mas isso não tem problema. O problema é a discussão.

A gente está incomodando algumas pessoas porque a gente está colocando em discussão algo que era considerado que não se discutia. Por quê? Porque havia esse alijamento. As pessoas não se interessavam por política externa porque política externa era apresentada como algo pouco relevante para as pessoas. Política externa entrava na discussão um pouco pelo lado da política comercial, uma coisa muito imediata; da questão consular, que é importante também, mas muito compartimentada. E agora se está discutindo a questão de valores, nossos grandes relacionamentos, a nossa inserção no mundo, onde fica o Brasil diante desse debate entre nacionalismo e globalismo, etc. Então, no Brasil, a política voltou a ser política, e a política externa voltou a ser parte disso.

Brasil Paralelo – E no seu entendimento isso é um traço histórico no Brasil? Desde sempre foi assim, ou em algum momento houve uma ruptura e os brasileiros passaram a se desinteressar pela *polis*?

Ministro Ernesto Araújo – Não, eu acho que não é de sempre, não. Eu acho que naquele início do século XIX e tudo o que leva até a Independência, e no começo da vida independente do Brasil, dentro de uma elite letrada, havia uma discussão. Olhando os documentos dessa época, é uma coisa extraordinária a profundidade do debate dentro de uma sociedade que, aparentemente, era tão precária do ponto de vista social, de desigualdade. Havia um debate muito intenso. Depois, já no final do período do Império, também, talvez no começo da República. Depois, já no final do período do Império, também, talvez no começo da República, houve, talvez, alguns momentos mais intensos desse tipo de discussão de política nesse sentido.

Acho que, sobretudo, no período do Império, um período muito pouco estudado – eu não sou especialista, mas acho que sei o suficiente para ver que há alguma coisa ali, muito mais do que normalmente se estuda, em termos de riqueza do debate. Acho, também, toda aquela época dos anos trinta, a partir do movimento modernista, de 1922, essa rediscussão de Brasil, da brasilidade.

Acho que nós nos acostumamos também, nesse período aí desse deserto intelectual, a vivermos no presente, e isso também é um enorme empobrecimento do ser humano, e do ser brasileiro, no caso. Acho que, tanto o Itamaraty como outras instituições, nós temos, muito claramente, o dever de contribuir para voltar a abrir esse poço da memória, e ver o que tem ali e trazer água do fundo desse poço. Nossa atividade não faz sentido sem essa dimensão histórica. Nós fazemos parte de uma aventura.

Hoje, é um pouco como se você tivesse um romance que começa na página 460. Não, você tem que ver tudo, reconhecer os personagens, para começar a entender. Não ver isso é um desperdício gigantesco,

porque as coisas ficam mais vivas, as coisas ficam mais interessantes quando têm essa dimensão. Então, realmente, eu procurei trazer essa ideia da *aletheia* [verdade, desvelamento, desesquecimento] para o Itamaraty. Também usando a ideia do Ministério do Tempo, de que nós temos que ser um Ministério do Tempo – inclusive, no seriado, há aquela imagem do poço, em que a pessoa desce e tem várias portas para diferentes épocas.

Sem isso, claro, você pode fazer uma certa política externa. Pode fazer um acordo aqui, outro ali. Mas é algo muito pobre. E as coisas podem fazer sentido dentro de uma história, de uma aventura. Fica mais interessante, você se engaja. Eu quero passar essa imagem para as pessoas aqui, do Itamaraty. Porque as coisas ficam mais vivas. Você vai trabalhar com mais eficiência, também, mas com mais prazer, se você vê que faz parte de um romance, de uma aventura.

Outra coisa é tentar pensar a realidade como um todo, e não a compartimentação da realidade – que é uma tendência de toda a pós-modernidade, de tudo que, no fundo, acho que vem desde os anos 60, que é a compartimentação. Então, dizer que isso aqui é comércio, isso aqui é política, isso aqui é tecnologia, isso aqui é direitos humanos... E isso, claro, é útil, mas a realidade é um todo. Eu acredito muito nisso.

E procurar ver as conexões, fazer as analogias. Pensar filosoficamente, no sentido de perguntar, de perguntar para a realidade. E ouvir a resposta. Saber ouvir. Não achar que a gente já sabe; a atitude filosófica fundamental: não achar que você já sabe. E questionar-se a si mesmo. E questionar-se dentro desse conceito de uma realidade integral, onde a política externa também não é algo isolado. A política externa é parte da vida social, porque o país está no mundo, e cada vez mais, evidentemente, isso é decisivo.

Uma terceira coisa é não ter medo. Acho que existe muito medo. As pessoas hoje estão nascendo com medo. Acho que isso é plantando

muito pela mídia, pela grande mídia – não pela mídia alternativa, que é tão importante por isso. Se você disser qualquer coisa que esteja fora do *mainstream*, vão começar a dizer que você é maluco. Então, claro, isso vai implantando medo na cabeça das pessoas. E o medo paralisa, o medo limita. Então, eu faço muito esse esforço para que as pessoas não tenham medo de falar e de pensar. Basicamente isso.

Brasil Paralelo – Existe algum país que o senhor tem como *case* e gostaria que nós entendêssemos melhor, a sua história ou a sua política diplomática, e aprendêssemos com isso?

Ministro Ernesto Araújo – Certamente. Por exemplo, um país que tem uma história riquíssima e que a gente conhece pouco são os Estados Unidos. Eu tive a possibilidade de morar lá e sempre me interessei muito por história americana. Muitas das referências que a gente precisa e que enriquecem a nossa percepção de hoje, você pode enriquecer muito com o conhecimento da história americana, que tem momentos tão únicos, como a Guerra Civil Americana, por exemplo, como todo o processo dos anos 30 e 40, com o New Deal, depois o pós-guerra, as correntes intelectuais e políticas americanas... Porque os Estados Unidos são isso. Acho que – assim como nós temos o potencial de ser – é um país onde a história está viva.

É diferente da percepção que se tem na Europa. Na Europa, a história está renascendo. Mas acho que, no período destes últimos trinta anos, nos países europeus, grandes centros de civilização, a história de certa forma morreu. As pessoas deixaram de pensar política (um pouco como no Brasil), deixaram de conectar-se com o seu passado.

Nos Estados Unidos, isso nunca aconteceu. Lá as pessoas vivem a história, vivem a sua aventura nacional de uma maneira muito presente. O debate político americano é extremamente vívido e rico. As pessoas estão sempre citando exemplos do século XIX, do Roosevelt,

etc., conhecendo e explorando a história, pelo ensinamento, pelo exemplo, pela inspiração, como eu dizia.

E eu acho que o Brasil pode também ser isso, esse país de uma história viva, onde as pessoas se conectam. Isso nos Estados Unidos é muito frequente: “Ah, como dizia o Calvin Coolidge, lá nos anos 1920...” Entre a gente, isso é muito raro; é raro você ver alguém citar um político do passado, embora haja um cabedal enorme de referências, desde o século XIX, que poderia e deveria ser usado.

Eu acho que é interessante, então, comparar, dentro de nossa esfera ocidental, os Estados Unidos com a Europa. Porque a Europa, com toda aquela sensação de superioridade cultural que tem em relação aos Estados Unidos (e muito mais em relação a nós), durante muito tempo estava jogando fora esse patrimônio histórico e vivendo muito encaixotada no presente; um presente muito limitado. E hoje, vários países europeus estão tentando recuperar isso. O ser político europeu está renascendo também. Não só no Brasil. A gente vê isso na Itália, a gente vê isso na Polônia, na Hungria, na Áustria, na Espanha, e em toda parte, mas esses são os países, talvez, onde isso esteja mais presente.

Então, acho interessante olhar para esses países e notar essa reconexão das pessoas com a sua realidade, com a realidade política, também. É a impressão de que você pode influenciar no seu destino. Foi-nos dado, aqui, e em muitos países, também durante esse período recente, a ideia de que você não pode influir, porque está tudo construído, está tudo dado, vai ser assim. O máximo que você pode discutir é se a taxa de juros vai ser um pouco mais alta ou um pouco mais baixa; discutir algum detalhe de política de privatização ou não. Mas não é só isso – é isso também, mas não é só isso.

Durante muito tempo, falavam que não se pode discutir nada. E agora, essa rediscussão vem junto com a recuperação do passado histórico, a recuperação dos heróis – herói é um conceito extraordiná-

rio que se perdeu, entre tantos outros. E eles estão reconectando-se com isso de maneira muito interessante. Então, acho que é importante olhar para lá nesse sentido. A Europa é um caso interessante de sociedades que estavam completamente adormecidas do ponto de vista histórico e político e que estão renascendo.

E cada vez mais, podem olhar para o Brasil como algo que as espelha, de certa maneira. É um espelho que alguém quebrou, em algum momento resolveu quebrar, e nós estamos recompondo esse espelho. Então, a recuperação de uma identidade tem tudo a ver com esse olhar, para outros países também, mas os Estados Unidos é um caso especial nessa questão da identificação e do espelhamento. Então, a aproximação com eles e a aproximação conosco mesmo, no fundo, são parte do mesmo fenômeno.

Brasil Paralelo – Agora há pouco, o senhor comentou sobre o nacionalismo ter ganhado uma acepção negativa na sociedade. Em um artigo recente, o senhor também colocou que o Bolsonaro seria o primeiro Presidente verdadeiramente nacionalista nos últimos cem anos. Gostaria que o senhor explicasse por que e qual o entendimento dessa palavra.

Ministro Ernesto Araújo – Eu acho que o nacionalismo, nesse sentido mais profundo que deve ser dado, é a concepção da nação no seu sentido, inclusive, etimológico. Nação como uma comunidade de nascimento. Ou seja, não é dizer que todo mundo tenha que ter nascido ali, mas dizer que você tem um corpo de pessoas que estão unidas no tempo, também. Tem a questão das gerações: não são só indivíduos que estão por acaso num determinado espaço físico. São pessoas que estão ali, que convivem, cujos ancestrais conviveram ali. Claro que há a imigração, mas você precisa ter um certo núcleo que faça sentido para que você possa falar de nação.

Nacionalismo é reconceber a sociedade como nação, e não simplesmente como uma coleção de indivíduos; e também não

simplesmente como indivíduos unidos pelo Estado. Porque hoje é muito isso: a concepção de país pós-nacional ou de comunidade pós-nacional – que existe, mas eu acho que é muito deletéria para a vida humana – é essa concepção de que você tem indivíduos que, por acaso, estão ali, e o que assegura a coesão deles é o Estado.

A meu ver, não deve ser assim. A meu ver, a coesão deve ser dada pela nacionalidade, ou seja, pelo fato de que isso faz parte de um processo histórico, que vem do fundo do tempo, que atravessa gerações, e onde as pessoas têm algo em comum que vá além do fato de pertencerem ao [Estado] – até a palavra “pertencer” é curiosa, “pertencerem ao Estado”; acho que ninguém deveria pertencer ao Estado; deveria ser o contrário. Então, eu acho que essa concepção do que deve ser a sociedade é que é o cerne do nacionalismo.

Outra coisa que o meu pai falava muito: a sociedade não deveria funcionar baseada nas leis; ela deveria funcionar baseada na confiança. As leis, claro, são fundamentais, mas elas existem para o caso excepcional, para disciplinar a sociedade. Mas você não pode ter leis para tudo, para dizer como as pessoas têm que se relacionar. É preciso que haja uma confiança entre as pessoas para elas saberem que, se alguém quebrar essa confiança, aí você aplica a lei.

Mas o que acontece com a fragmentação social dessa pós-modernidade? A sociedade deixa de funcionar baseada na confiança, porque, por uma programação consciente, eu acho, de certas forças, as pessoas já não sentem que têm muito em comum, que têm confiança umas nas outras, e aí você quer apelar para o Estado. Aí fica só a lei como a interconexão entre as pessoas.

As pessoas não deveriam conectar-se umas com as outras baseadas na lei. Deveriam conectar-se baseadas em toda uma série de afinidades que só a nação orgânica pode proporcionar.

Então, isso é a visão de nacionalismo, quer dizer, é o anseio, que acho natural no ser humano (“natural”, “nação”, mesma raiz: nação

é algo natural do ser humano), de viver numa comunidade orgânica; e não simplesmente num lugar que seja uma coleção de indivíduos.

Brasil Paralelo – Creio que o receio com o termo, principalmente, vem pela associação da palavra “nacionalista” com os regimes totalitários do século XX. Então, qual a diferença que o senhor traça desse nacionalismo de que estamos conversando aqui para os do regime italiano, alemão e até da Rússia, que teve uma forte proposta apresentada como nacionalista também?

Ministro Ernesto Araújo – Eu acho que esses regimes totalitários, no fundo, apelaram para uma força muito profunda, que é o sentimento nacional, para chegar ao poder e se manter no poder, e distorceram esse sentimento. Eles, de certa forma, sequestraram esse sentimento, coisa que eu falo muito, que é muito uma tendência da esquerda: ela pega uma coisa boa, sequestra e perverte, transforma numa coisa ruim. Acho que foi mais ou menos o que aconteceu sempre com esses regimes totalitários.

Isso tem a ver com o que eu digo de que fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda. É a mesma lógica que preside. E isso, realmente, deu um mau nome ao nacionalismo. E aí, claro, com o repúdio evidente, que tem de haver, contra esse totalitarismo, as pessoas jogaram fora tudo, e jogaram fora o nacionalismo. Essa é parte da grande tragédia: que nossa cultura, desde o pós-guerra, não tenha desassociado a ideia de nação dos totalitarismos tão trágicos da metade do século XX.

Então, o nosso esforço, hoje (acho que o esforço, talvez, de outros países, mas o nosso, certamente), é mostrar que você pode ter um nacionalismo democrático. Estou certo de que podemos ter, porque isso, também, eu acho que é natural. Porque essa sociedade orgânica e coesa que o nacionalismo prega é naturalmente democrática, porque é uma democracia que não é imposta; é uma democracia que vem de baixo para cima. Um povo que gosta de estar junto e de viver junto

vai ser naturalmente um povo democrático. Por isso que também o conceito lá atrás de *polis* tem a ver com o nascimento da democracia.

Então é isso. Acho que é preciso recuperar o nacionalismo dessa associação perversa com os regimes totalitários.

Brasil Paralelo – Eu queria saber como o senhor enxerga o Brasil no mundo, ou melhor, como o mundo enxerga o Brasil. O que o Brasil significa no mapa de todo o globo? Qual é a sua visão?

Ministro Ernesto Araújo – Eu estou me dando conta de algo que eu já devia saber. A gente já intuía, mas nesse período muito intenso que a gente está vivendo neste início de governo, eu me dou conta de como o Brasil importa no mundo. É impressionante. Coisa que a gente, abstratamente, podia imaginar, mas em que muita gente já não acreditava.

Em todos os contatos que eu tenho feito, eu tenho visto como há uma expectativa enorme pelo que o Brasil vai dizer, a partir de agora; pelo que o Brasil vai fazer. Uma expectativa enorme que nós coloquemos o nosso peso a favor, por exemplo, da democracia na Venezuela; em todas as áreas, a favor de uma revisão da OMC, por exemplo, de uma reforma da maneira de atuar da OMC, para dar exemplos de áreas completamente diferentes. Mas sempre, na hora do Brasil: “o que o Brasil vai fazer?”

Nós vivemos um período em que não nos dávamos conta do nosso peso; em que achávamos que o Brasil não tinha capacidade de influenciar. Então, era só, no máximo, copiar um pouco, fazer certas variações nas posições globais; no máximo, isso.

O mundo vê o Brasil com uma importância gigantesca. Inclusive, acho que isso tem a ver com críticas que se fazem ao governo Bolsonaro em certos países europeus, na imprensa, de maneira totalmente deturpada, mas que partem de uma percepção do peso do Brasil. Porque eles estão vendo que o Brasil está colocando o seu peso a favor de coisas que eles não gostam: a favor da nação, a favor

de valores que, no caso, a esquerda europeia detesta. Por isso que o governo Bolsonaro aparece de maneira tão negativa em tantos órgãos da imprensa europeia: porque eles estão assustados; porque o Brasil assusta.

O Brasil chega lá, o Brasil fala muito mais grosso do que a gente imagina que fala. A gente tem condições de influir. Na nossa região, evidentemente. Mas fora da nossa região, também: contatos em relação ao Oriente Médio, ao que está acontecendo na própria Europa, na Ásia, enfim, em toda a parte.

Brasil Paralelo – Um termo que surgiu no debate público a partir de alguns influenciadores americanos e, aqui no Brasil, através do Professor Olavo de Carvalho, é “globalismo”; a denúncia do que seria o globalismo, que basicamente se resume em agentes de representação notável com interesses de organizar órgãos supranacionais que intentassem um governo global. O senhor concorda com essa interpretação? O que o senhor entende por isso? E que agentes são esses?

Ministro Ernesto Araújo – Eu acho que isso é parte do globalismo. Acho que essa maneira de ver o globalismo é um pouco limitada. Ela leva a ver o globalismo apenas como a tentativa de criação de instituições globais, ou de usar as instituições globais para influenciar nos países. Isso é parte da coisa.

Eu acho que o mais grave do globalismo está na mente e no pensamento. Acho que o globalismo é perigoso porque é, sobretudo, um sistema de pensamento, ou de antipensamento. Eu vejo o globalismo muito como o processo pelo qual a ideologia marxista, a partir do começo dos anos 90, e, sobretudo, mais ou menos a partir do ano 2000, penetra na globalização econômica e faz dela o veículo da sua propagação. Então, justamente, através da globalização, começa a entrar com a sua agenda em temas como ideologia de gênero, em temas como o ambientalismo distorcido, e outros. E

começa, sobretudo, a controlar o discurso, a dizer o que você pode dizer e o que você não pode dizer; e cada vez o que você pode dizer é menos, ocupa um menor espaço.

Então, eu vejo mais o globalismo assim: aquela ideia de que o marxismo descobriu que ele não precisa controlar os meios de produção econômica, quando ele pode controlar os meios de produção de ideias, que é o que vinha acontecendo. E é através desse controle das ideias que essa corrente começa a capturar instituições e, a partir dessas instituições, começa a tentar agir para diminuir as identidades nacionais; e as identidades pessoais também.

Porque, no fundo, é isso: só parte do problema é a diluição das identidades nacionais. O fundamental é a diluição da identidade do indivíduo, do ser humano, e o achatamento do ser humano; que, a meu ver, é o projeto marxista. Por isso que é um problema.

Então, não se trata de uma questão de dominação mundial, de querer que a ONU domine. Não é isso; eu acho que não é isso. É a utilização de todos os instrumentos para a diluição da nação e para o achatamento do ser humano. Isso é o que eu acho realmente o grave do globalismo.

É claro que a palavra “globalismo” remete a essa questão dos organismos multilaterais, mas acho que isso é um instrumento. Por isso que as pessoas perguntam: “onde é que está o globalismo?” Claro, ele não está em um lugar, porque ele é um sistema; é um sistema, como eu digo, de antipensamento, que começou como que a se replicar sozinho na cabeça das pessoas. Por isso acho que ele é tão difícil de combater. Porque se fosse uma instituição, uma “Central Mundial do Globalismo”, você vai lá e você toma, ou tenta tomar. Mas o problema é que é como se fosse um vírus de computador que se espalhou na cabeça das pessoas.

Como eu digo, eu enxergo o globalismo como o pensamento marxista capturando a globalização. Então, nossa ideia é libertar a

globalização dessa captura. A globalização é uma coisa extraordinária, que permite tanta coisa, permite a interação superdemocrática entre as pessoas, e isso tem que ser preservado, graças à abertura de mercados, à abertura de conexões de toda ordem.

O que aconteceu foi que o marxismo sentou na cadeira de piloto da globalização. Temos que tirá-lo daí, e nós vamos sentar na cadeira de piloto. Isso é o que a gente precisa fazer. Nós, eu digo, quem tenta representar essa linha que vê o ser humano com uma dimensão mais rica, vê a nação como algo que tem que ser uma comunidade orgânica. Então, nada contra a globalização. Ao contrário: trata-se de libertar a globalização, para que ela sirva ao ser humano.

Isso tem a ver, evidentemente – no caso do Brasil, muito claramente –, com a necessidade de uma economia liberal, de abertura econômica. Porque uma economia fechada, sufocada e sufocante foi parte do projeto de um país sufocado, de um país que deixava de ser nação. Então, acho que isso é fundamental.

Acho que a esperança para nós, e para o mundo, é a conexão de um pensamento nacionalista, conservador, na base, com uma economia liberal aberta: uma filosofia humanista, liberal, que tenha lugar também para a fé. Que essa filosofia, essa visão de mundo esteja no comando da globalização, e permita que a globalização seja algo para ampliar os horizontes do ser humano.

Então, nós temos que quebrar o amálgama marxista-liberal, que é o globalismo, e transformar isso num amálgama conservador-liberal. Essa é grande tarefa.

Brasil Paralelo – É interessante notar na sociedade o desaparecimento e surgimento de determinadas palavras. Nos anos 90, foi sumindo a palavra “moral”, e dando espaço à “ética”. Agora eu vejo que palavras que têm reaparecido bastante no debate são “verdade” e “realidade”. Eu queria que o senhor expusesse um pouco a sua interpretação do que está por trás dessas palavras que são tão

usadas pelo senhor e outras pessoas que têm feito um pensamento contemporâneo.

Ministro Ernesto Araújo – Ótimo! Acho que isso tem a ver com algo que eu procuro estudar muito e que tem muito a ver com esse debate que a gente está tendo aqui, que é a questão nominalismo *versus* realismo.

Eu acho que o projeto globalista é, em grande parte, um projeto nominalista. Aqui estou usando esses termos de maneira um pouco diferente da que era usada na filosofia medieval. Nominalismo no sentido de pegar as palavras e isolá-las, justamente, da realidade, e transformá-las em instrumentos de dominação. No fundo, é isso.

Então, para pegar um conceito que eu questiono muito, por exemplo: “tolerância”. Em si mesmo, o que é tolerância? Tolerância é você, diante de determinada realidade negativa, fazer uma avaliação de valor e falar: “eu posso tolerar essa realidade em nome de um bem maior”, digamos. Isso é que é tolerar. Durante um certo tempo, você convive com uma determinada coisa negativa porque há um contexto onde isso é necessário para um resultado positivo, digamos. Isso é o realismo, a meu ver: você ter o diálogo entre a palavra e a realidade.

O nominalismo é o quê? Pegar a palavra “tolerância” e transformá-la em algo absoluto. Por exemplo, você tem uma realidade de crime e dizer: “ah, não, você tem que mostrar *tolerância* com o criminoso.” Ou você tem uma realidade onde, em determinado conflito, se essa ideologia quer defender um dos lados: “não, você tem que ter *tolerância*.” Isso para dar um exemplo de palavras que deixam de dialogar com a realidade.

Então, parte do nosso esforço é isso, de trazer de volta essa realidade. Porque o pensamento humano é isso: precisa da linguagem, mas precisa da realidade. Essa coisa do achatamento do ser humano tem a ver com o nominalismo, que é você isolar as palavras, e as palavras passam a ser coisas que estão no ar e que se chocam,

que ficam num éter, onde nada faz sentido. Acho que é por isso que o conceito de “realidade” precisa voltar. E o conceito de “verdade”. Porque verdade também é isso: no fundo, é o diálogo entre a linguagem e a não linguagem.

Então, acho que é absolutamente essencial tentar ter essa visão “realista” nesse sentido de realismo; que não é também o absolutismo da realidade concreta. Você precisa ter a linguagem e o pensamento humano questionando isso. Mas, hoje, você realmente tem toda uma série de correntes que vivem num mundo puramente de palavras, e de jogos de palavras. Por isso que eu não gosto de Wittgenstein, por exemplo, como eu falei em um artigo meu. Wittgenstein é muito isso; para ele tudo é jogo de palavras – estou exagerando; é um pensamento muito rico –, mas ele vê a realidade como um jogo de palavras. Por isso acho que uma das fontes desse nominalismo atual é Wittgenstein.

11. Alocuções no “Dia do Brasil” na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Washington, D.C. (18/03/2019)

Primeira alocução:

Uma nova relação Brasil-EUA pode-se deslocar e substituir o eixo da ordem global.

Esse deslocamento e essa substituição já estão ocorrendo.

Não é a economia ou o poder militar que determinam a estrutura da ordem global, mas as ideias. São as ideias que determinam se e como um país exerce seu poder. Há países que são econômica e militarmente poderosos, mas onde o espírito não floresce.

Estamos deslocando o eixo da ordem global em diversas maneiras: por meio do nosso compromisso com a democracia (compromisso verdadeiro, não só palavras vazias, como demonstramos no caso da Venezuela); por meio de uma economia aberta; e por meio de valores compartilhados, principalmente dos chamados valores conservadores.

Há quase trinta anos, temos visto no mundo uma economia liberal, globalizada, o que é ótimo, mas ela se assenta sobre uma ausência total de valores, ou sobre valores ideológicos, aos quais chamamos de politicamente correto. E isto não está funcionando. Essa confiança em um sistema sem valores, ou em um sistema errado de valores, está levando a economia global liberal para um mundo onde as democracias liberais não serão as potências dominantes.

Há algo errado nisso. No passado, o livre comércio servia aos propósitos da liberdade. Hoje, não tenho certeza se esse é o caso. O comércio livre é essencial, mas o comércio livre deve, mais uma vez, ser trazido para servir à liberdade. Uma economia liberal só

pode basear-se na liberdade, não pode ser um instrumento contra a liberdade.

A melhor esperança que temos hoje é de criar um amálgama sólido que una uma economia aberta, competitiva e liberal com as bases dos valores conservadores.

Devemos quebrar o amálgama perverso entre a economia livre e uma estrutura ideológica oposta à liberdade. E devemos preparar um novo amálgama de economia liberal e de valores conservadores, ou seja, uma economia aberta e uma sociedade aberta. Uma sociedade construída em torno do politicamente correto é essencialmente uma sociedade fechada, onde o pensamento é fechado para o sentimento, onde o caminho entre o homem e Deus é bloqueado, onde as palavras são afastadas da realidade. Uma sociedade construída em torno de valores conservadores é orgânica, é um sistema aberto onde fatos diferentes podem acontecer sem que possam ser deduzidos dos termos do sistema, onde o contato com a tradição pode gerar verdadeira inovação. Tradição significa abertura, porque a tradição é o acúmulo de experiência vivida, e experiência vivida é necessariamente aberta ao desconhecido, ao numinoso, ao maravilhoso. No domínio do politicamente correto, nada é numinoso, nada é espontâneo, nada é nem remotamente maravilhoso.

A mistura de economia aberta e valores conservadores só pode ser realizada dentro de uma nação. A nação é o vaso alquímico onde o comércio e a tradição podem fundir-se. A nação é ainda o único espaço onde a economia aberta e a sociedade livre podem misturar-se. Porque a nação é natural, como a etimologia compartilhada de ambas as palavras indica.

Valores conservadores dão origem a uma sociedade saudável, uma sociedade coesa e coerente, onde as pessoas são felizes juntas, e sua comunidade é construída sobre a confiança mútua, e não apenas por um acidente de serem jogadas juntas no mesmo território.

A ideologia do politicamente correto dá origem a uma sociedade que é fragmentada, onde diferentes grupos se odeiam, sem sentido de nacionalidade, sem sentido de pertencimento, onde ser cidadão de um determinado país significa nada mais do que ter um pedaço de papel que lhe dê direito a alguns benefícios, sem qualquer sentimento mais profundo associado a isso.

O Ocidente, depois de 1989, acostudou-se a não pensar. A nem discutir ou dar valor à sociedade e à cultura, a concentrar-se apenas na gestão econômica. As sociedades perderam sua capacidade de gerar sentido. A economia e a busca de competitividade não conseguem gerar sentido, não conseguem preencher o coração.

Se não há nação, família, cultura, história, heróis ou tradição, a economia não será capaz de preencher seu coração, e seu coração será ocupado pela ideologia.

A indiferença ao campo dos valores e sentimento trouxe-nos para onde estamos hoje (ou para onde estávamos até ontem, já que estamos começando a mudar isso). Trouxe-nos para uma situação em que a economia, a ordem mundial liberal, é indiferente à liberdade e à democracia.

Isso é essencial: a economia liberal sem democracia não tem futuro.

No Brasil, está claro hoje que as reformas econômicas liberais só podem ser realizadas se estiverem associadas a uma sólida base conservadora na sociedade civil. Temos sorte nesse aspecto, porque no Brasil as pessoas que defendem causas conservadoras como valores familiares, posse de armas, que têm uma postura pró-vida e que querem uma política externa assertiva que defenda a democracia e a liberdade são, na maioria das vezes, as mesmas pessoas que querem uma economia aberta, o Estado de Direito, um pacto político sem espaço para corrupção.

Reformas econômicas liberais já foram tentadas antes no Brasil, mas nunca tiveram sucesso, porque não havia uma base social forte que pressionasse os políticos. É simplesmente assim. Apenas uma agenda conservadora e patriótica pode mobilizar as pessoas para exercer essa pressão pelas reformas econômicas.

Um sistema nunca se reformará a partir de dentro. Somente a partir de fora isso é possível, somente com base em sentido e sentimento, somente em torno da bandeira e da fé o sistema pode ser verdadeiramente mudado e reformado. Somente sob a liderança de um *outsider* como o Presidente Jair Bolsonaro pode o sistema ser desafiado, como está acontecendo hoje.

Então, queremos abertura econômica e, pela primeira vez, achamos que podemos executá-la, porque temos um líder de fora do sistema, e porque as pessoas estão mobilizadas.

E para esse processo de abertura econômica, o melhor parceiro são os Estados Unidos, como mostra o Mapa de Investimentos Brasil-EUA, preparado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Porque os Estados Unidos são uma economia aberta, onde o setor privado é o ator principal, e são uma sociedade aberta, um país que uniu liberdade e competitividade ao longo de toda a sua história.

Segunda alocução:

Jair Bolsonaro é o líder mais transformador do Brasil em muito tempo, e a possibilidade de fazer parte desse processo de transformação é uma imensa honra para nós, Ministros aqui presentes com ele. É uma honra, de forma especial, para mim, que desde minha indicação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores assumi a incumbência de fazer do Itamaraty e da política externa brasileira parte integrante desta transformação, rompendo as tradições de acomodação e irrelevância da política externa brasileira de tempos recentes. Assim como o Presidente Bolsonaro está quebrando tradições: quebrando as tradições da corrupção, do “toma lá, dá cá”, da eterna postergação das soluções, a tradição do crime, a tradição do materialismo.

O lema do Presidente Bolsonaro – “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos” – contém em si mesmo um projeto político e uma concepção de mundo. São um projeto e uma concepção que correspondem aos sentimentos profundos do povo brasileiro.

“Brasil acima de tudo”: ou seja, a união dos brasileiros em torno da ideia da pátria, como único fator capaz de mobilizá-los por um objetivo comum.

Governos anteriores criaram uma sociedade fragmentada e dispersa. Uma sociedade descrente de si mesma e de suas instituições. A maneira de reunificar essa dispersão e superar essa descrença é colocar como horizonte a pátria. A nação. Não o Estado, mas a nação.

Quando os cidadãos olham e enxergam apenas o Estado, isso não os transforma, porque isso eles já conhecem, porque o Estado não gera sentimentos, e o ser humano é movido por sentimentos. Mas quando olham e enxergam a nação, surge um potencial incrível de criar energia e de unificar o país.

Menos Estado e mais nação. Essa poderia ser a definição desse potencial mobilizador.

“Deus acima de todos”: aqui se introduz a concepção de uma realidade vertical, onde o ser humano sabe que possui uma dimensão espiritual e onde a vida não se reduz às leis da física.

A grande maioria dos brasileiros sente e deseja essa presença da transcendência em suas vidas – mas o sistema de pensamento imperante lhes negava, até há pouco, a possibilidade de expressar esse sentimento. Ao dizer “Deus acima de todos”, acima de cada um, essa expressão permite que os brasileiros voltem a poder exprimir sua fé no espaço público, o espaço da nação.

Com esse lema, com sua presença inspiradora, o Presidente Jair Bolsonaro está reconfigurando a realidade brasileira de uma maneira poucas vezes vista. Com apenas oito palavras está enfrentando o sistema. Um certo sistema. O sistema que produziu décadas de estagnação econômica, atraso, corrupção, ineficiência, crime. Um sistema que produziu, por exemplo, uma relação de indiferença ou de hostilidade para com os Estados Unidos, em detrimento dos nossos interesses. A relação com os Estados Unidos era colocada para baixo pelos governos brasileiros, não por acaso, mas porque a relação com uma nação dinâmica e aberta produz liberdade, reforça o Estado de Direito, promove os valores humanos que nos inspiram – ou seja, tudo o que causa pavor a uma certa ideologia.

Somente um Presidente que vem de fora do sistema poderá mudá-lo. E parte dessa transformação profunda é a criação de uma nova parceria com os Estados Unidos.

12. Entrevista sobre a Venezuela e o Brasil no cenário mundial, concedida ao *Terça Livre TV* (19/03/2019)⁵

Allan dos Santos – É com muita satisfação que eu, Allan dos Santos, aqui do canal *Terça Livre TV*, recebo Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do governo de Bolsonaro. Muito obrigado por aceitar o nosso convite. Para nós é uma alegria imensa, uma honra. Eu, que admirei um dos seus textos muito antes, até, de a gente ter a possibilidade de saber que o Bolsonaro ia ganhar: o seu texto sobre o Trump e o Ocidente; uma leitura que eu percebi, realmente, que foi feita com a alma e não apenas com o intelectualismo que nós vemos hoje, palavras clichês que, infelizmente, estão permeando a vida intelectual brasileira. Então, obrigado por aceitar o nosso convite, Ministro.

Ministro Ernesto Araújo – Eu é quem agradeço a oportunidade de estar aqui. Sou um grande fã do *Terça Livre*, há vários anos. Nunca imaginei que ia estar aqui com vocês, e é uma honra para mim estar aqui.

Allan dos Santos – Eu tenho, aqui, algumas perguntas que eu gostaria de fazer, Ministro, e a primeira delas é a urgência que nós temos, hoje, aqui na América Latina, que é a Venezuela. Nós não estamos falando apenas de comércio, não estamos falando de petróleo, como muitos da imprensa querem tratar. Crianças passando fome, miséria, em uma ditadura comunista, socialista, que usou do dinheiro público brasileiro para estar na situação que se encontra hoje. Como o Itamaraty vê essa situação?

⁵ Entrevista disponível em: <https://youtu.be/QVrvQSzi2b8>. Acesso em: 9 set. 2020.

Ministro Ernesto Araújo – A Venezuela de Maduro – ainda de Maduro – é o que sobrou de um projeto de dominação regional, continental, oriundo do Foro de São Paulo. E tudo o que está acontecendo é parte de um projeto: as pessoas passando fome, as pessoas sem remédio, isso é parte de um projeto, que eles queriam instalar, de dominação. Então, nós temos essa convicção de que isso não é uma crise econômica, isso não é um acidente. Esse colapso da Venezuela é planejado, e o projeto seria exportar isso para toda a América do Sul.

Enquanto isso persistir, nós teremos que enfrentar isso de alguma maneira, porque isso não pode existir na América do Sul, na nossa vizinhança, esse tipo de projeto. Porque os venezuelanos, eles mesmos, não querem. Isso está cada vez mais claro. Então, o Brasil está extremamente empenhado, desde o dia 1º de janeiro, com o governo Bolsonaro, a ajudar os venezuelanos a saírem desse projeto, a recuperarem a democracia, uma democracia de verdade.

E já conseguimos muito. Já conseguimos apoiar a formação de um governo interino, com Juan Guaidó, que era uma coisa que não se imaginava possível antes. Então, já existe um governo legítimo, embora ainda sem os instrumentos do poder, apoiado não só pelo Brasil, mas por grande parte dos países democráticos da comunidade internacional. Então, já fomos capazes de criar uma luz e uma esperança para os venezuelanos e, agora, queremos continuar, por meios diplomáticos, a ajudar esse processo a, realmente, tomar corpo e transformar-se em uma nova Venezuela.

Mas isso não é, simplesmente, uma questão de conjuntura. Isso é uma questão desse enfrentamento ao qual o Presidente Bolsonaro se propôs contra esse projeto que esteve a ponto de dominar a América do Sul.

Allan dos Santos – Vê-se muito a manipulação, sobretudo da nomenclatura, a manipulação semântica da mídia, ao tratar desse

problema da Venezuela dizendo que o Guaidó se autoproclamou Presidente interino, quando, na verdade, as leis internas da própria Venezuela é que levaram a essa situação. Como o senhor vê essa manipulação semântica, de mudança de narrativa, para tratar de um problema tão grave, tão sério quanto o da Venezuela?

Ministro Ernesto Araújo – Exato. Esse é o sinal de toda uma corrente de pensamento, de falta de pensamento, que prefere trabalhar com as palavras e manipular as palavras, em vez de lidar com a realidade. Isso eu acho que é algo contra o qual a gente está, realmente, se insurgindo no Brasil. E acho que a vitória do Presidente Bolsonaro na eleição tem a ver com isso: de a gente tratar da realidade, e não das palavras. Acho que, realmente, foi uma vitória da realidade sobre esse “nominalismo”, de só raciocinar a partir de conceitos isolados.

No caso da Venezuela, isso realmente é um exemplo. Guaidó assumiu com base na Constituição, tal como interpretada pela Suprema Corte venezuelana, cujos membros vivem no exílio, porque foram expulsos, tiveram que fugir. Já tinham declarado a nulidade do último pleito para eleger o Maduro. Então, quando chegou no dia da posse do que seria o novo mandato, não tinha Presidente legalmente eleito, vai para o Presidente da Assembleia Nacional, pelos artigos da Constituição venezuelana. Então, ele assumiu, investiu-se da presidência interina, “Presidente Encarregado”, como eles chamam, com base na constituição. Isso é a realidade. É claro que é uma realidade que não agrada quem concorda com esse projeto, quem tem saudade de uma América do Sul bolivariana, ou quase bolivariana. Então tentam, justamente, manipular e criar uma realidade pela palavra – o que é ótimo para o Maduro.

Allan dos Santos – Sim. Para quem está em casa nos acompanhando e teve o imaginário ocupado por uma narrativa antiamericana – de que os Estados Unidos querem dominar o Brasil por causa da

Amazônia, por causa do petróleo, porque aqui tem riquezas naturais, e uma proximidade com os Estados Unidos não é saudável – mas nunca teve acesso ao fato de que o Brasil tem relações internacionais e uma embaixada da Coreia do Norte, aqui dentro: Cuba, Coreia do Norte, etc. Então, vê-se claramente um nível de narrativa. Para quem está em casa e sabe que em breve, domingo, o senhor e o Presidente Jair Messias Bolsonaro estarão com Donald Trump, o que significa essa proximidade do Brasil com os Estados Unidos? É uma relação de servidão? É uma relação bilateral? Como que é, para quem está em casa nos assistindo e quer entender melhor isso?

Ministro Ernesto Araújo – É uma relação de igual para igual, antes de mais nada. Nós temos a convicção de que somos um país grande, um país soberano. Então, não temos nenhum complexo em nos relacionarmos com os Estados Unidos. Isso nos parece que é um complexo de quem concebe o Brasil como um país pequeno, como um país fraco; então, qualquer relação com um país maior, como os Estados Unidos, gera medo que isso vire algum tipo de subserviência. Nós não temos esse problema, de forma nenhuma. E por causa desse complexo e dessas opções do passado, nós perdemos imensas oportunidades de cooperação com os Estados Unidos em muitas áreas.

Allan dos Santos – Inteligência, desenvolvimento tecnológico...

Ministro Ernesto Araújo – Inteligência, segurança, tecnologia, investimentos em infraestrutura e uma série de coisas, que foi uma oportunidade muito perdida pelo seguinte, também: as empresas americanas que investem no Brasil, tradicionalmente, são empresas que não só produzem, aqui, produtos, mas que produzem tecnologia, fazem pesquisa, geram inovação. Essa comunidade empresarial brasileiro-americana é uma coisa extraordinária em termos de criação de ideias, de iniciativas. Tudo muito a partir da iniciativa

privada, porque é basicamente uma relação de empresas privadas, muito saudável. E isso ficou muito em segundo plano.

Eu sempre digo que, durante muito tempo, qualquer iniciativa em que o Brasil se engajasse era boa até o momento em que entrassem os Estados Unidos, até o momento em que se pensasse em acrescentar os Estados Unidos – aí virava uma coisa ruim. A integração econômica, por exemplo, nas Américas. Mas quando houve o projeto ALCA, por exemplo, com os Estados Unidos, aí não podia, virava outra coisa.

O tema da tecnologia espacial, por exemplo: o Brasil tem a Base de Alcântara, que é excelente para o lançamento de satélites, mas para ter lançamento de satélites a partir dali, era sempre necessário algum tipo de tecnologia americana e, para isso, você precisa ter um acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos.

Allan dos Santos – Isso será tratado?

Ministro Ernesto Araújo – Isso será tratado para, justamente, corrigir essa questão. Porque o Brasil sempre quis usar a Base de Alcântara, mas precisa dos Estados Unidos – “ah, então não pode!”; “então temos que ver outra maneira”; e não tem outra maneira; desperdiçando uma oportunidade gigantesca nesse terreno espacial, de satélites, etc.

Allan dos Santos – O editorial do *Estadão*, ontem, publicou algo que me saltou aos olhos, dizendo que as relações exteriores, “como se vê, não é uma estratégia; é uma mensagem messiânica” - porque uma das afirmações do senhor é que as relações exteriores não são meras relações de comércio; e o editorial do *Estadão* tratou isso como uma mensagem messiânica. E aí, olhando para o passado do Brasil - a proximidade com ditaduras, o financiamento de ditaduras -, não há como não questionar o papel do Itamaraty nesse processo. E eles querem jogar [no senhor] essa visão messiânica, que até agora existia no Itamaraty e parece não mais continuar com a sua presença aqui. Como é que o senhor vê essa mudança de narrativa, de acusar o

Itamaraty de agora de algo que, na verdade, foi feito anteriormente a ele, querendo prever um futuro que ninguém sabe como será, que está sendo baseado, nada mais, nada menos, do que no respeito aos interesses nacionais?

Ministro Ernesto Araújo – Exatamente. Houve, infelizmente, durante um bom tempo, na verdade, um abandono das boas tradições do Itamaraty, e uma dessas, que vem do Barão do Rio Branco, era a ideia de que você precisa ter um bom relacionamento, um relacionamento especial com os Estados Unidos, como uma maneira de desenvolvimento e de projeção no mundo.

É exatamente isso: havia um certo projeto de colocar o Brasil em uma corrente que ia para um determinado lado, disfarçado atrás de uma política que só pensava em comércio; o que não é verdade, porque se diz “ah, porque era uma política comercial”, mas uma política comercial que nunca resultou praticamente em nenhum acordo comercial ao longo de vinte anos; praticamente nenhum acordo relevante. Então, que política comercial é essa tão focada no comércio? Agora, quando a gente diz que não é só comércio, claro, porque nós temos que corrigir aquilo que não era comércio na época. Que era o culto pelo comércio.

Allan dos Santos – E que a mídia fazia questão de esconder.

Ministro Ernesto Araújo – Que fazia questão de esconder, é claro. E que era parte de um projeto que tinha a ver com esse projeto socialista do Foro de São Paulo na América Latina, por exemplo, de apoiar regimes não democráticos em outras partes, sob um manto de pragmatismo que não existia. Porque não era pragmatismo. Tanto que perdemos oportunidades. Foi um período em que o Brasil estagnou economicamente.

O bom Itamaraty do passado ajudou o Brasil a desenvolver-se. No tempo em que nós tínhamos políticas corretas, na parte externa, inclusive, o Brasil foi o país no mundo que mais cresceu, em boa parte

do século XX. Por coincidência ou não – acho que não é coincidência –, a partir de um certo ponto, com associações equivocadas sob esse manto de pragmatismo, o Brasil estagnou, perdeu projeção, perdeu dinamismo; foi substituído por países que fizeram outras opções melhores, como os países asiáticos, do Sudeste da Ásia, por exemplo.

Então, realmente, se você chama de “messianismo” a gente recuperar essas tradições, bem; mas não é messianismo. E, ao mesmo tempo, claro, é a gente pensar que a nossa política externa é a política externa do Brasil. Então, tem que refletir o povo brasileiro. Se o povo brasileiro acha que nos fóruns internacionais, por exemplo, a gente tem que defender os valores da família, vamos defender os valores da família. Isso é o que o povo brasileiro quer.

Isso não é messianismo. Isso é você fazer uma política externa que tem a ver com o que o povo brasileiro quer: que nós tenhamos uma política que ajude a gerar emprego, que faça parcerias produtivas, por exemplo, com os Estados Unidos – claro, sem desprezar outras parcerias, mas recuperando a possibilidade com os Estados Unidos. Isso a gente tem que refletir.

Allan dos Santos – Eu espero não estar equivocado, mas, o senhor foi um dos que ousou usar a palavra “Deus” em respeito à própria população brasileira. A mídia, os jornalistas, ficaram revoltados – a palavra que está na nossa moeda, não é? “Deus seja louvado”, estava na boca de um Ministro. Como o senhor vê essa reação dos jornalistas, não todos, mas de alguns jornalistas, de boa parte da imprensa, de querer implantar algo, de impor algo, um pensamento, que eles chamam de transformação social, em uma sociedade que não reflete isso. Eles querem impor de cima para baixo uma agenda, um pensamento, uma cosmovisão totalmente distinta da Dona Maria, que está em casa, do Sr. José, que vai domingo à igreja; ou não vai, mas que tem um temor a Deus, que respeita. É crime ser cristão?

Ministro Ernesto Araújo – Pois é, acho muito triste esse tipo de mentalidade entre pessoas que se dizem formadores de opinião. Que, aliás, é uma expressão, assim, estranha; porque ninguém devia formar a opinião de ninguém; as pessoas deviam formar a sua própria opinião. Mas essas pessoas se acham formadoras de opinião, e querem formar uma opinião materialista. Adorariam que o povo brasileiro fosse um povo materialista, um povo horizontal, como eu digo; sem uma dimensão de verticalidade, de olhar para cima.

E o povo brasileiro não é isso. Para o povo brasileiro, a sua fé está presente na sua realidade, em tudo aquilo que ele faz. Para mim, pessoalmente, pela minha convicção, também é assim. E o que alguns gostariam, realmente, é que você tivesse um mundo sem fé, sem esse tipo de dimensão. Eu acho isso muito triste.

Eu acho que você ter uma política – qualquer política, não só uma política externa – esvaziada de um conteúdo espiritual é um enorme empobrecimento do ser humano. O ser humano é parte espírito, e a negação disso me parece algo muito brutal contra o ser humano. E essa coisa de encapsular, e falar “aqui não pode falar de religião!”, “aqui não pode falar de Deus!”, por que não pode? Se isso faz parte da realidade das pessoas, ou de tantas pessoas.

Allan dos Santos – Eles gostam de usar a narrativa de que isso seria uma mera instrumentalização política para poder atrair essas pessoas. Como o senhor responderia a uma acusação como essa, por exemplo?

Ministro Ernesto Araújo – De forma nenhuma! Quem pensa assim são pessoas que se julgam por si mesmas. São pessoas que não têm, infelizmente, que não cultivam essa dimensão espiritual, então, não acreditam que outras pessoas possam tê-la de maneira sincera. Então, atribuem sempre a um interesse – no caso, eleitoral. Agora, quem tem essa dimensão, com sinceridade, e que vive, de alguma maneira, sua fé, sabe que não é isso, e a pessoa quer que a

sua fé esteja presente naquilo que ela faz, em qualquer dimensão. Então, acho que é um pouco isso, de medir os outros pela sua régua.

Allan dos Santos – A última pergunta que eu gostaria de tratar, que é explicar para quem está em casa o que vem a ser essa linguagem de relação bilateral e relação multilateral. Para aquela pessoa simples que está em casa querendo entender: “Allan, o que está acontecendo de mudança no Itamaraty? Qual rumo o Brasil vai tomar agora com relação à Europa, aos Estados Unidos? O que vêm a ser esses conceitos bilaterais e multilaterais?” Eu gostaria que o senhor explicasse.

Ministro Ernesto Araújo – Nós queremos, sobretudo, retomar o conceito de que com cada país, com cada parceiro, você tem que ter uma relação adaptada às características daquele país e extrair o máximo daquilo em benefício mútuo e em benefício nosso, portanto.

O que aconteceu durante muito tempo é que se privilegiava, na verdade, o chamado “multilateralismo”, que é a ideia de que tudo tem que passar ou pelas Nações Unidas ou por determinados foros internacionais, e que dali que você tem que retirar a orientação para suas políticas.

Allan dos Santos – É como se houvesse um filtro doutrinal dogmático que estivesse implicado em todos os lugares.

Ministro Ernesto Araújo – Exatamente. Então, por exemplo, o tema de migrações. Surgiu a tendência de dizer: “ah, as migrações são um tema global, que tem que ser tratado a partir de tratados das Nações Unidas. Eles é que vão determinar o que cada país pode fazer ou deixar de fazer.”

Allan dos Santos – Não os países em si.

Ministro Ernesto Araújo – E não os países em si. Nós dizemos o seguinte: migração não é um problema global. Migração é um problema individual de cada país que emite ou recebe imigrantes, porque as situações são muito diferentes em cada caso. Então, não é ser contra a migração. Nós louvamos muito a migração; o Brasil

é um país de imigrantes. Mas é dizer que a nossa política – ou de qualquer país – de migração não deve ser ditada por uma dimensão abstrata, global, mas pela realidade.

De novo, aquela questão entre palavra e realidade: a gente quer lidar com as realidades. E, muitas vezes, esse enfoque multilateral, ou seja, basicamente derivar o tratamento de tudo a partir de instâncias das Nações Unidas, é algo que acaba ficando só nas palavras, porque tudo que você trata de maneira global tende a ser algo que se dilui, porque deixa de ter o contato com a realidade.

Então, o que nós queremos é voltar isso. O bilateralismo, na verdade, é basicamente isso: é você tratar as suas relações externas de acordo com a realidade, e não de acordo com esses mandamentos abstratos, do tipo mínimo denominador comum. Porque para você chegar a qualquer tipo de acordo global, você vai diluindo, vai tirando o peso específico, vai tirando a coloração dos assuntos.

Allan dos Santos – Não é uma mera matemática, não é? Você não tem ali, uma receita para poder utilizar e ser aplicada em todos os âmbitos, em todos os tempos, sob qualquer circunstância.

Ministro Ernesto Araújo – Exatamente. Não é ser contra o sistema das Nações Unidas, ou qualquer outro sistema internacional.

Allan dos Santos – E nem ser contra outros países.

Ministro Ernesto Araújo – Exato. Mas reconhecer que há muita coisa que você precisa fazer individualmente, com cada país, em cada relação, e dentro de cada circunstância.

Allan dos Santos – É incrível isso, por que a visão antiamericana – que é onde eu quero voltar, só para concluir falando da viagem, que vai ser em breve – essa visão antiamericana grudou muito na mentalidade do brasileiro. Então, o brasileiro foi alimentado de que o Brasil tem uma riqueza natural que inveja os outros países e, por isso, os Estados Unidos querem, por tudo que é mais sagrado, sugar as nossas riquezas naturais, e qualquer proximidade com eles

realmente seria um perigo. Mas não é um perigo se relacionar com a Coreia do Norte, Cuba, Venezuela, etc.

Voltando, ainda, a essa viagem aos Estados Unidos: o que o senhor espera dessa viagem, além daquilo que vai ser proposto, lá, o que o senhor espera de retorno, de resposta da maior potência do mundo – que é os Estados Unidos da América –, com essa viagem para os Estados Unidos?

Ministro Ernesto Araújo – Olha, em primeiro lugar, a gente afirmar que nós temos, hoje, uma visão comum sobre muitas coisas, e que podemos trabalhar juntos em grandes temas. Por exemplo, na promoção da democracia. Na Venezuela, de maneiras diferentes, o Brasil e os Estados Unidos estão trabalhando para a retomada da democracia na Venezuela. E isso tem que ser afirmado como um princípio, como algo que nos orienta, e reafirmado de maneira muito clara.

E trabalhar em temas de liberdade ao redor do mundo: liberdade de expressão; liberdade de religião, por exemplo; liberdade na Internet, que é uma coisa que, pessoalmente, me preocupa muito, e a gente quer muito trabalhar junto com os Estados Unidos. Você sabe muito bem como existem, hoje, ameaças à liberdade de expressão na Internet, por parte de pessoas que contestam muitas coisas em que a gente acredita. Então, isso é algo fundamental para a democracia, para a liberdade no mundo; é algo que a gente acha que tem uma visão semelhante aos Estados Unidos e onde nós podemos nos potencializar, por causa do peso que o Brasil tem, e que os Estados Unidos, evidentemente, têm. Então, tem essa questão da visão.

Tem uma questão muito prática, na parte econômica, que é isso de reconhecer que já existe uma conexão muito grande entre as economias brasileira e americana, por causa de investimentos, por causa das empresas que trabalham aqui e lá, e que precisam de mecanismos para facilitar ainda mais isso, para produzir mais

tecnologia, mais inovação a partir dessas empresas. Então, facilitação de comércio, o aumento do comércio, facilitação dos investimentos, e vários mecanismos para isso.

E muito essa questão – que é outra questão fundamental para os brasileiros – que é a questão da segurança, de a gente cooperar mais em combate ao crime organizado, por exemplo, em combate ao narcotráfico, em combate a tudo isso, por meio de mecanismos, alguns já existentes. Já existe uma cooperação, apesar de todo o antiamericanismo, já conseguimos desenvolver um pouco disso. Mas é preciso aumentar muito isso. E cooperação na área de defesa, também, onde somos parceiros naturais; já existe toda uma tradição também de cooperação nisso com os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial na verdade; é uma parceria totalmente natural.

Então é isso, recuperar a parceria nesses três eixos, digamos: o eixo dos valores, digamos assim, o eixo econômico e o eixo de segurança e defesa.

Allan dos Santos – É, o Trump fala muito de que o Ocidente está em risco, que o Ocidente está em perigo, que é a democracia, a liberdade de livre mercado, a segurança jurídica – que eu acho que é um dos pontos que mais impede o investimento no Brasil: você não sabe se você investindo aqui o Presidente vai estar preso em Curitiba, como aconteceu. Então, como que eu posso investir em um país em que não se tem essa solidez? E aí, no caso, vocês vão mostrar para o Trump: “olha, agora a coisa está mudando”?

Ministro Ernesto Araújo – Exatamente. Esse é o grande objetivo, de mostrar “olha, hoje, o Brasil é um país que acredita, que quer ter uma economia aberta”, por que é isso que os brasileiros querem também. Eu estou convencido disso. Isso é uma coisa interessante, porque no Brasil você tem uma grande massa de pessoas que são conservadoras, que acreditam nos valores conservadores, e que querem, dentro disso, também, uma economia liberal, uma economia aberta.

Porque muita gente tenta vender uma dicotomia: ou você tem valores conservadores, mas aí você é estatista, ou você quer uma economia liberal, mas aí você é contra os valores conservadores. E o Brasil está provando que você tem um amálgama entre o conservadorismo cultural, social, digamos assim, filosófico, e a ideia da economia aberta, da economia produtiva, competitiva. Acho que isso é que vai mudar o mundo. Eu acho que esse amálgama é que vai mudar não só o Brasil, mas vai mudar o mundo; essa junção, digamos, de uma base conservadora com uma economia liberal. E eu acho que isso é, em grande parte, o projeto do movimento do Trump, esse tipo de amálgama.

Allan dos Santos – Muito obrigado, Ministro! É uma alegria. Se dependesse de mim, ficaria falando aqui a tarde toda, mas não quero atrapalhar a sua agenda. Muito obrigado por abrir um espaço para nós.

Ministro Ernesto Araújo – Foi um grande prazer.

Allan dos Santos – Obrigado. Que Deus o abençoe.

Ministro Ernesto Araújo – Deus te abençoe também.

13. Apresentação inicial na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Brasília (27/03/2019)

Excelentíssimos Senhores Deputados e demais presentes. É um prazer e uma honra vir a esta Comissão pela primeira vez, a convite. É fundamental que a política externa brasileira e o Itamaraty, como órgão implementador dessa política externa, estejam abertos à sociedade brasileira. Uma das principais maneiras de exercer essa abertura à sociedade é, evidentemente, a interação com o Congresso Nacional, e de maneira muito especial com esta Comissão. É uma oportunidade que valorizo muito e que estarei sempre à disposição de Vossas Excelências para repetir.

Gostaria de começar por reafirmar esse tema fundamental, que é o tema da democracia. O Presidente da República, democraticamente eleito, estabelece os rumos da política externa, e ao Ministério das Relações Exteriores cabe implementar essa política. Essa é a estrutura democrática da política externa no nosso sistema constitucional.

Não se pode imaginar que a política externa seja uma área à parte, isolada do restante do governo. Não se pode imaginar especificamente que o Itamaraty deva ser uma instituição à parte, que deva implementar princípios imutáveis. Isso não é parte do processo democrático. Temos os princípios constitucionais da política externa, constantes do art. 4º da Constituição. Esse é o nosso balizamento, e dentro desse balizamento nós nos movemos para atender tudo aquilo que acreditamos ser a vontade do povo como foi expressa nas urnas.

Gostaria de falar de alguns princípios que nos orientam nesta política externa que estamos tentando implementar em benefício do Brasil.

Em primeiro lugar, a defesa e promoção da democracia. Estamos focando no tema democracia como pilar fundamental de tudo o que fazemos, e acreditamos que deva ser um pilar não simplesmente nos assuntos internos, mas um princípio a guiar-nos na nossa relação com o exterior. Um país democrático tem o interesse e o dever de ajudar a promover a democracia em sua região e ao redor do mundo, porque, ao se mover dentro de um ambiente democrático, os interesses são sempre mais bem atendidos.

Correlato a isso, a defesa da liberdade não é exatamente a mesma coisa que democracia. Nós temos sempre reiterado esses dois princípios lado a lado, no entendimento de que a liberdade é um sentimento e um anseio humano de todas as nações e seres humanos, e temos também a responsabilidade de, como país livre, ajudar que esse conceito, essa realidade da liberdade seja disseminada ao redor do mundo.

Outro princípio, outra orientação é a contribuição da política externa ao crescimento econômico e à abertura da economia. Isso é uma tradição, uma boa tradição da diplomacia brasileira de atuar em favor do crescimento econômico, do desenvolvimento, mas, no nosso entendimento, essa vertente não vinha sendo corretamente explorada, e a contribuição que o Itamaraty, que a política externa vinha dando ao crescimento econômico era baixa. Era baixa por dois problemas, fundamentalmente.

Em primeiro lugar, um problema de método, uma certa falta de estratégia, uma dificuldade em fazer valer as nossas vantagens negociais em diferentes fóruns, pela falta de uma visão comum entre as diferentes áreas de atuação externa, um certo isolamento da vertente econômico-comercial. Em segundo lugar, por opções, ao nosso ver equivocadas, de privilegiar determinados parceiros em detrimento de outros, que no caso poderiam também ser parceiros de desenvolvimento e que foram negligenciados durante muito tempo.

Outro princípio, outro balizamento é o da não indiferença: a faculdade de agir no mundo com base em julgamentos morais e com base em valores, e não simplesmente em interesses concebidos de maneira puramente material. Uma nação é constituída evidentemente pelos valores materiais, mas também pelos valores do seu povo, e parece-nos que não deve ser nem uma opção; é obrigação de um país, no caso do Brasil em sua atuação externa, representar os valores da nação.

Outro ponto muito importante é a convicção da grandeza do Brasil. Durante muito tempo, tivemos políticas que não contemplavam essa certeza, essa convicção íntima de que existe uma nação brasileira desde a Independência e, talvez, desde o nosso descobrimento, que é a noção de que temos um destino de um país grande, de um país que está chamado a ser um dos polos do relacionamento internacional, uma referência no mundo. Temos responsabilidade, como Brasil, de colocar nosso peso a favor dos valores fundamentais dos brasileiros e dos seus interesses.

Um outro ponto fundamental é o repúdio à ideologia em política externa. Aqui é importante dizer, novamente voltando ao tema da democracia, que democracia não é ideologia. Isso é uma discussão, depois posso entrar nos pontos mais específicos, mas que a meu ver ficou muito clara na reunião que tivemos na semana passada em Santiago, no Chile, para criação de uma nova estrutura de integração sul-americana em substituição à UNASUL, que foi criada nos anos 2000 com base em um certo projeto. Verificou-se que era inviável a continuação desse projeto, e os países, um grupo importante de países sul-americanos, estão optando pela reestruturação do processo sul-americano em novas bases.

Foi dito que havia uma mudança de ideologia, que a UNASUL era um processo de esquerda, e agora se estava criando o PROSUL, que seria um processo sul-americano de direita. Nada mais falso.

Esse novo projeto sul-americano tem como pilares a integração econômica e o respeito estrito à democracia e ao Estado de Direito; portanto reúne países que, independentemente da cor ideológica, tinham governos eleitos democraticamente.

Houve uma certa tentativa de associar esse novo projeto a um projeto de direita, o que eu acho interessante, porque é como se a esquerda se colocasse com dúvidas sobre a democracia. De maneira interessante, os países que têm governos de esquerda democraticamente eleitos na América do Sul são justamente países que expressaram dúvidas sobre esse processo, porque queriam que a Venezuela não democrática fizesse parte do projeto.

Enfim, para mim ficou claro que nós estamos tratando de coisas diferentes. Estamos tratando de um pilar democrático, quando as críticas, na verdade, provêm daqueles que muitas vezes têm dúvidas sobre a necessidade da prevalência da democracia, no caso, na nossa região. Então democracia não é ideologia.

Outro balizamento é a necessidade de direcionar cada relação bilateral de acordo com as particularidades e prioridades dessa relação. Nós também padecemos durante bastante tempo de uma tendência a criar um certo mínimo denominador comum nas diferentes vertentes de relacionamento bilateral, o que nos dificultava explorar as vantagens específicas que o Brasil pode auferir em cada relacionamento. Então, falou-se disso um pouco como uma opção bilateralista, como se fosse uma opção abstrata. Não é. É justamente o contrário. É a ideia de que, por mais que os fóruns multilaterais sejam importantes, é determinante a capacidade de identificar em cada parceiro aquilo que pode ser auferido com aquele parceiro. Parece um pouco óbvio, mas isso era um problema que nós identificamos, diagnosticamos na política anterior.

Outro elemento é a necessidade de uma percepção correta do mundo atual, de como as linhas de forças, linhas de poder, articu-

lam-se e rearticulam-se ao redor do mundo, quais são as ideias que surgem e qual é a realidade do sistema internacional, e não simplesmente o retrato que dessa realidade aparece em determinadas análises. Para dar um exemplo, que gostaria de desenvolver mais adiante: no caso do Oriente Médio, muita discussão que tem havido sobre a nossa determinação de elevar o perfil do relacionamento com Israel, as críticas têm a ver com uma visão completamente ultrapassada do Oriente Médio, que tem o Oriente Médio como um terreno de rivalidade entre Israel e os países árabes. Isso é uma realidade que está superada em grande medida. Hoje, os desafios no Oriente Médio são diferentes e, portanto, nossa atuação tem que ser diferente. Acho que em muitos casos tem havido um problema de falta de diagnóstico correto da realidade internacional.

Dentro desse mesmo tema, há a necessidade de reconhecer que o Brasil pode influenciar na configuração da realidade internacional. Aqui voltamos também àquele tema da concepção do Brasil como um país grande. Também temo-nos movido recentemente em algo que queremos mudar. Vínhamos movendo-nos com base numa concepção de que o Brasil é simplesmente um país que recebe influências e tem que se adaptar a essas influências. O Brasil tem, tenho certeza disso, peso suficiente para, em certa medida, influenciar a realidade internacional a favor dos nossos interesses, e não simplesmente acolher e, digamos, subscrever determinadas regras, determinadas tendências. O Brasil pode ser um país que ajuda a escrever as regras internacionais; tanto as regras escritas, os acordos, quanto a estrutura de poder internacional.

O conceito da soberania. Isso também é fundamental. É o conceito de que, no relacionamento externo, nós temos o dever fundamental (também é um dever constitucional, expresso no artigo 4º) de preservar a independência nacional, a soberania (acho que aqui podemos usar como sinônimos), e atuar, sobretudo, nas vertentes multilaterais de maneira a preservar a nossa faculdade, a

faculdade legislativa dos senhores aqui no Congresso, e a capacidade do país de não seguir necessariamente os ditames, os parâmetros dados pelos organismos multilaterais.

Isso também parece um pouco óbvio, mas em muitos casos vinha-se verificando que o nosso processo interno era basicamente influenciado, mais do que pelas tendências, pelas influências provenientes de organismos multilaterais. Então, não é ser contra o sistema multilateral, qualquer que seja a vertente, mas de recuperar a capacidade de atuar nesses foros em defesa dos nossos princípios, das nossas leis, dos nossos interesses, e não atuar de fora para dentro.

Isso também é um pouco o cerne da nossa atuação: de que a política externa tem que ser um veículo pelo qual nós levamos para o exterior, representamos os nossos interesses e princípios, e não um veículo para trazer do exterior e implementar no Brasil os princípios supranacionais ou, em alguns casos, antinacionais, que surgem em alguns fóruns.

Gostaria de passar a falar de alguns temas específicos, os quais foram objeto de requerimentos, de que tivemos conhecimento. Em primeiro lugar, falar mais especificamente da política comercial. Um dos problemas anteriores que nós estamos tentando sanar é que na sua política comercial o Brasil não vinha utilizando corretamente e a contento as suas capacidades negociadoras; não vinha jogando as suas cartas corretamente. Em muitos relacionamentos, havia uma tendência a aceitar determinados paradigmas de comércio sem procurar negociar esses paradigmas a nosso favor. Isso no caso de várias relações bilaterais, e também no caso da política na OMC.

Na OMC, o Brasil vinha preso a certos dogmas de atuação e vinha-se deixando alijar do processo decisório, do processo de reforma da OMC, que é um processo absolutamente necessário e vai, certamente, ao longo dos próximos anos, redefinir o papel das regras do sistema multilateral de comércio.

Então, nossa política é corrigir esses defeitos, colocar em jogo tudo o que nós temos em cada relacionamento, a favor dos nossos interesses, e com uma visão estratégica, sobretudo no terreno bilateral, onde não se pode isolar a negociação comercial do restante. Sobretudo com os grandes parceiros, o relacionamento tem que ser um todo. É assim que os grandes países do mundo jogam esse jogo, onde todas as vertentes têm que estar juntas no tabuleiro e tem que haver uma atuação coordenada dos diferentes temas.

Aqui quero fazer referência ao Requerimento nº 8, de 2019, que chegou ao meu conhecimento, sobre a questão da política comercial. Mais especificamente, temos acelerado o processo de ganhos de eficiência no MERCOSUL. O MERCOSUL é um processo que foi desvirtuado durante muito tempo e que se perdeu em muitas avenidas paralelas. Então, queremos recuperar para o MERCOSUL o papel de uma plataforma negociadora que gere livre comércio entre os países do bloco e que seja um instrumento negociador eficiente com outros parceiros.

Estamos acelerando as negociações do MERCOSUL, por exemplo, com a União Europeia e com o Canadá, parceiros fundamentais. O Brasil, durante muito tempo, contribuiu para a lentidão nesse processo. Reconheço que houve muitos avanços em governos anteriores, sobretudo na última administração, especificamente com o Canadá, um pouco também com a União Europeia, mas talvez sem o impulso político necessário que agora nós estamos dando à conclusão dessas negociações, claro que sempre em favor da consecução de bons acordos, e não de qualquer acordo. Isso é muito importante que se frise em negociações comerciais. Em alguns casos, algumas pessoas argumentam que é melhor um mau acordo do que um não acordo. Nosso entendimento é o contrário: o importante é que nós não estamos querendo simplesmente assinar papéis por assinar. Nós temos que ter acordos que justifiquem a sua existência por ganhos comerciais efetivos.

Outro ponto fundamental é a nossa política regional, aqui com grande destaque para o tema da Venezuela. Eu queria fazer referência ao Requerimento nº 517, de 2019, que fala de um aspecto específico da nossa política para a Venezuela, a que eu já me vou referir. Desde o dia 1º de janeiro nós partimos da convicção de que era preciso fazer algo para ajudar na volta da democracia à Venezuela, não simplesmente por uma questão política, mas por uma questão de segurança e por uma questão humanitária, de solidariedade humana.

A Venezuela, sob o regime Maduro, vinha-se tornando um país em colapso, um país cuja população estava sujeita às piores humilhações, passando fome, sem acesso a medicamentos, sem acesso a serviços, por políticas deliberadas de controle social praticadas por aquele regime, a ponto de os próprios venezuelanos falarem de uma situação de genocídio silencioso. E o Brasil vinha-se limitando a fazer declarações genéricas, falando da preocupação com essa situação.

Nós, em articulação com outros países sul-americanos, latino-americanos e das Américas em geral, através do Grupo de Lima, tomamos a iniciativa de tentar estruturar uma ação diplomática para mudar essa realidade, ou para ajudar a mudar essa realidade. Então, tivemos a iniciativa de não reconhecer o regime Maduro a partir de 10 de janeiro, quando se iniciaria um novo mandato de Nicolás Maduro obtido em eleições completamente fraudulentas e não reconhecidas por ninguém, de não reconhecer a legitimidade a partir daquele momento. Primeira coisa.

Segunda coisa, de proporcionar um espaço para articulação das forças democráticas da Venezuela, isso porque se dizia antes que “não se pode fazer nada em relação à Venezuela porque a oposição venezuelana não se entende, não se articula”. Era uma boa desculpa para não se fazer nada, então nós tivemos a iniciativa, o Brasil teve a iniciativa, de reunir aqui em Brasília as lideranças democráticas venezuelanas e proporcionar-lhes um espaço no qual, ao longo de

uma reunião, eles articularam a sua posição em favor da assunção legítima, constitucional e provisória do poder presidencial pelo Presidente da Assembleia Nacional, democraticamente eleito. E em função dessa articulação das oposições e da pressão política e diplomática internacional que o Brasil, em grande parte, capitaneou, o então Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, foi investido constitucionalmente do poder no dia 23 de janeiro – poder constitucional provisório, de acordo com a Constituição venezuelana, tal como interpretada pelo Supremo Tribunal venezuelano, que funciona no exílio, mas que é o tribunal legítimo.

Isso criou uma nova realidade: pela primeira vez em vinte anos, criou uma expectativa, uma esperança de retorno da democracia à Venezuela e de fim da absurda e revoltante crise humanitária que, sempre é preciso frisar, não é uma crise acidental proveniente de uma situação econômica; é uma situação deliberada criada como estratégia de controle por parte do regime.

Então, a ação diplomática permitiu ajudar que os venezuelanos vislumbrassem pela primeira vez uma alternativa ao regime hediondo que os assujeita há muito tempo. Essa é a situação que nós vivemos hoje: ter um governo legítimo que ainda não tem os instrumentos do poder, ou todos os instrumentos, e que continuamos apoiando porque é a única via de solução para a questão venezuelana.

Já está claro que o regime Maduro só tem uma prioridade, que é reprimir o seu próprio povo, e não tem nenhuma condição de recuperar economicamente seu país, porque não quer recuperar economicamente seu país. A única alternativa é que toda a comunidade internacional se una em torno do governo provisório e que esse governo tenha as condições de convocar eleições livres, sob supervisão internacional, e que a Venezuela volte a ser um país democrático na nossa região. Isso é absolutamente fundamental para o Brasil, tanto, como eu dizia, por dever de solidariedade,

como por segurança do país, uma vez que o regime Maduro alberga organizações criminosas e terroristas de toda sorte, bem do lado de nossa fronteira, uma situação que não pode ser positiva de forma nenhuma para nossa segurança.

Hoje, essa é nossa grande prioridade, evidentemente, no espaço sul-americano. A América do Sul precisa superar, precisa de uma Venezuela democrática para voltar a ser plenamente um espaço de integração. É para isso que estamos trabalhando, e é essa convicção que nós temos, como eu dizia, em torno de uma concepção de democracia, e não de ideologia. No momento em que a Venezuela tiver uma eleição democrática, se essa eleição resultar na vitória de um partido, de um candidato de esquerda, ótimo. Se for democraticamente eleito, terá todas as condições para devolver a Venezuela ao seio da comunidade democrática sul-americana.

Gostaria de falar rapidamente do Oriente Médio. Já falei um pouco do erro de percepção muito gritante de ver o Oriente Médio como um espaço de rivalidade entre Israel e os países árabes. Não é isso. Eu participei de uma importante reunião, uma conferência sobre paz e segurança no Oriente Médio, realizada em Varsóvia, em fevereiro, onde ficou claro que a preocupação chave dos países árabes hoje é a atuação do Irã na região. Isso, evidentemente, é uma situação regional, mas é importantíssimo que o Brasil, que é um país que tem interesses globais e que tem interesse em atuar em todas as regiões em favor da paz, em favor da estabilidade, conheça quais são as percepções dos nossos parceiros.

Isso tem a ver, evidentemente, com a nossa determinação de romper a tradição de negligenciar o relacionamento com Israel, de tratar Israel como um país pária na comunidade internacional, quando é um país como os outros, um país, aliás, cuja criação deveu muito à diplomacia brasileira do Chanceler Oswaldo Aranha nos anos 1940, e que faz parte, portanto, da boa tradição da política externa

brasileira. É um relacionamento que pode render frutos imensos ao Brasil em diferentes áreas, sobretudo na área de tecnologia e inovação. Israel é, provavelmente, o segundo polo tecnológico do mundo, depois dos Estados Unidos (também voltaremos a falar dos Estados Unidos daqui a pouco), mas é um caso claro de, por uma opção equivocada, plenamente descolada da realidade, o Brasil ter perdido oportunidades de uma parceria com um país democrático que poderiam favorecer o nosso desenvolvimento.

Duas áreas específicas que nós estamos procurando valorizar muito na nossa atuação de política externa são a área tecnológica e a área do agronegócio. Em relação à ciência e tecnologia e inovação, de um modo geral, nós, o Itamaraty, em coordenação, evidentemente, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, estamos procurando mudar completamente o nosso enfoque de atuação nessa área para um enfoque de promoção tecnológica.

Tivemos por muito tempo um enfoque simplesmente de assinar acordos de ciência e tecnologia e não os implementar. Agora, o que precisamos é, com acordo ou sem acordo, ir atrás dos principais parceiros capazes de trazer-nos tecnologia e, assim, contribuir para a capacitação industrial, a capacitação do Brasil nessa área de inovação. Isso é uma grande prioridade para nós e algo que vinha sendo tratado de uma maneira pouco eficiente.

Em relação ao agronegócio, tínhamos também uma estrutura de promoção comercial que focava com grande destaque apenas os produtos manufaturados e deixava muito de lado a promoção do agro, que é praticamente metade das nossas exportações, um setor fundamental para o nosso PIB e, evidentemente, para a saúde da economia brasileira.

Então, nós estamos também aqui, nesse caso em articulação muito coordenada com o Ministério da Agricultura, passando para a ofensiva na abertura de novos mercados agrícolas que em muitos

casos dependem de negociações específicas na área sanitária e fitossanitária, e em outros casos de acordos mais amplos, como no caso do acordo MERCOSUL-União Europeia, por exemplo. Sobretudo, queremos ter uma política proativa, uma política ofensiva, no sentido bom da palavra, no sentido de procurar onde estão os mercados.

Comparando o Brasil com outros grandes exportadores agrícolas como a Austrália, por exemplo, nós verificamos que em importantes mercados, sobretudo na Ásia, a Austrália está na nossa frente por já ter acesso, já ter acordos sanitários e fitossanitários com aqueles países para acesso sobretudo a suas carnes, por exemplo. E nós estamos atrás disso. É um setor que foi pouco cuidado por nossa atuação, então estamos focando muito no que podemos chamar de diplomacia agrícola ou diplomacia do agronegócio. E aqui queria fazer referência aos requerimentos nº 665 e nº 5, de 2019, que falam desse setor.

Tudo que nós temos feito nessa área é direcionado para a diversificação dos mercados agrícolas e para aprofundamentos dos mercados que nós já conquistamos, porque nada é definitivo, evidentemente. É um setor muito dinâmico.

Especificamente com um país que é um dos principais parceiros, senão o principal nesse setor, que é a China, é importante mencionar a nossa determinação de, no âmbito do relacionamento com a China, voltando àquele ponto de termos de usar as cartas que nós temos à mão, concebermos a nossa pauta exportadora para a China dentro de um relacionamento mais amplo e por aí procurarmos ampliar essa pauta e diversificar essa pauta mesmo dentro da área agrícola, que hoje é muito concentrada em determinados setores.

É preciso manter e, se possível, ampliar o acesso nos produtos que nós já temos, mas diversificar essa pauta. Isso nós só conseguimos se negociarmos a partir dos interesses do outro lado. Então, identificar o que a China, no caso, quer de nós, o que nós queremos

da China, e colocar isso na mesa. Isso é o grande pano de fundo, digamos, para o trabalho que nós estamos fazendo, que culminará na nossa Comissão Bilateral Brasil-China, que devemos realizar em final de maio, começo de junho, onde queremos reestruturar isso. O lado chinês sempre negociou muito bem, sempre teve presente toda gama dos seus interesses. No caso brasileiro, nós temos negociado um pouco separadamente. Isso é uma questão de metodologia que nós precisamos superar.

Já que estamos falando de China, só para mencionar que teremos todo um calendário de interação com a China, justamente para o aprofundamento prioritário desse relacionamento econômico, já que é um mercado tão importante. Eu recebi um convite para visitar a China e pretendo ir brevemente, se possível em maio ou junho; provavelmente em maio. Depois teremos no final de maio, começo de junho, a Comissão Sino-Brasileira, onde a preparação é feita pelo Itamaraty e a Presidência cabe ao Vice-Presidente da República, de acordo com a estruturação desse importante mecanismo. E o Presidente Jair Bolsonaro pretende ir à China no segundo semestre. Então, temos todo um calendário que, espero, seja fundamental para essa reestruturação do relacionamento com a China, em favor de um aprofundamento de nosso acesso ao mercado chinês.

É importante falar de um aspecto da vertente tecnológica que não mencionei antes quando mencionei a promoção tecnológica, que é a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA. Depois quero falar um pouco do conjunto da relação com os EUA, mas para destacar esse acordo que é fundamental para toda a área tecnológica brasileira. Isso aqui falando especificamente do Requerimento nº 694, de 2019. O acordo foi negociado e assinado em bases que em nada afetam a soberania nacional brasileira e que, ao contrário, permitem plena utilização comercial da base de lançamento de Alcântara, que é reconhecidamente o melhor local para lançamento de satélites no mundo e que, infelizmente, por uma questão de não

possuirmos um acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos, não pôde ser utilizado durante muito tempo.

Praticamente qualquer lançamento de satélites requer a utilização de alguma tecnologia norte-americana, e os Estados Unidos só autorizam a utilização da tecnologia a países com os quais tenham acordos de salvaguardas tecnológicas. Então, o fato de não termos esse acordo era simplesmente um tiro no pé do Brasil, uma espécie de recusa de utilizarmos uma faculdade que nós temos, uma base, uma dessas cartas que o Brasil não vinha jogando.

O mercado de lançamento de satélites é um mercado de talvez 200 bilhões de dólares por ano. Capturando uma parcela, nem que seja 1% desse mercado, já teríamos um crescimento extraordinário e um aporte extraordinário de recursos para a economia brasileira. Sei que o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, se não me engano, virá à Comissão de Ciência e Tecnologia para explicar em maior detalhe esse acordo, mas eu queria já mencionar que é um acordo que nada fere a soberania brasileira e que tem um interesse econômico evidente.

Falando de maneira mais geral sobre o relacionamento com os Estados Unidos, essa talvez seja a parceria mais negligenciada pela política externa brasileira em muitos anos, e talvez a situação que tenha mais nos prejudicado por uma visão de que os Estados Unidos seriam um parceiro com o qual não se deveria trabalhar em muitas áreas, de maneira incompreensível, já que é um país democrático com o qual compartilhamos tantos valores. Mas, durante muito tempo, qualquer grande iniciativa que se pensasse para o crescimento do Brasil nas áreas de defesa, segurança, economia, sempre era uma iniciativa boa até que se imaginasse a presença dos Estados Unidos, e aí já se excluía isso. Foi o caso da base de Alcântara e a necessidade de um acordo de salvaguardas tecnológicas, onde eu tenho certeza de que, se fosse qualquer outro país, se teria assinado o acordo sem

maiores problemas, mas como eram os Estados Unidos, houve uma rejeição e uma dificuldade enorme em se negociar esse acordo.

Então, o nosso propósito, consagrado com a vista do Presidente da República Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, foi de recuperar o tempo perdido e de reestabelecer uma parceria tradicional entre o Brasil e os Estados Unidos, em benefício do Brasil, evidentemente.

Temos que ver, historicamente, que no período que vai de 1900 até 1975, três quartos do século XX, o Brasil foi o país do mundo que mais cresceu, e, coincidentemente ou não, o principal parceiro econômico e, em muitos casos, político, do Brasil foram os Estados Unidos. Desde então, por opções diferentes, essa parceria foi deixada progressivamente de lado, abafada, não foi aproveitada em sua inteireza, e a partir daí o Brasil entrou em períodos de sucessivas crises, de estagnação econômica. É claro que a correlação não implica, necessariamente, causa, mas é algo a se ter muito presente.

Então, num momento em que queremos abertura econômica, dinamismo econômico, parcerias em segurança e defesa para recuperar a nossa capacidade nessas áreas também, e queremos promover os nossos valores, a parceria com os Estados Unidos é algo natural e que precisa ser retomada e relançada em novos patamares.

Isso é o que nós tentamos fazer, e tenho certeza que estamos fazendo, com base em um novo empenho político. Simplesmente o fato de nos colocarmos com um país amigo já nos abriu várias portas, já nos abriu avenidas que estavam fechadas, porque havia um clima totalmente artificial de desconfiança mútua e de não aproveitamento de uma relação tradicional. Por exemplo, tivemos o apoio fundamental dos Estados Unidos para o ingresso do Brasil na OCDE, o que proporcionará, tenho certeza, um selo de qualidade extraordinário para a economia brasileira, proporcionará mais investimentos e redução de custos na economia brasileira, algo que,

tenho certeza, conseguimos porque estamos criando uma nova relação com os Estados Unidos.

Isso faz parte, um pouco, daquela menção que fiz à necessidade de conceber uma relação com determinado país, ainda mais uma relação tão determinante como aquela com os Estados Unidos, de maneira integral.

Recentemente, fizemos uma tentativa de obter o apoio americano ao ingresso na OCDE falando simplesmente de OCDE, dos méritos que o Brasil tem, do nosso avanço legislativo em determinadas áreas, do fato de já sermos observadores em diversos órgãos da OCDE, mas isso não era suficiente, porque as coisas não funcionam assim na realidade internacional, de maneira compartimentada.

Por exemplo, na área de carnes, também, onde nós obtivemos que os Estados Unidos mandassem, acho que estão mandando por esses dias, uma missão de inspeção para que nós retomemos o acesso da nossa carne bovina aos Estados Unidos. Nós também estávamos tentando há algum tempo e não conseguíamos, pois tudo depende da relação integral.

Ao construir uma nova relação, ao se colocar como um parceiro de igual para igual com os Estados Unidos, um parceiro que não tem medo dessa relação, ao contrário, que quer construir uma relação profícua, os frutos começam a cair da árvore, e podemos usá-los, só para dar esses dois exemplos. Então, a ideia de ter um relacionamento integral, um novo relacionamento com os Estados Unidos, é determinante para os ganhos individuais que estamos auferindo nesse relacionamento.

Um aspecto interessante, que queria só mencionar nessa questão de relações comerciais com Estados Unidos e com a China, por exemplo, diz respeito ao Requerimento nº 15, de 2019, que tem a ver com essas vertentes do relacionamento, uma dimensão interessante

da nossa atuação, à qual procuramos dar grande ênfase, que é a questão dos estados fronteiriços.

Já estive conversando com Governadores de dois estados fronteiriços, Roraima e Acre. O Governador do Acre fez a grande gentileza de visitar-me, assim como o Governador de Roraima. No caso do Governador do Acre, veio visitar-me com a maior parte da bancada do Acre na Câmara e no Senado, para falar sobre da necessidade de olharmos para o relacionamento desses estados com os países de fronteira, no caso do Acre principalmente com o Peru, e, no caso de Roraima, evidentemente, há a questão da Venezuela, que, assim que a Venezuela voltar a ser uma democracia, será, com certeza, um grande estímulo ao crescimento de Roraima, mas, também, com a Guiana, que é um relacionamento que precisa ser recuperado, sobretudo em termos de infraestrutura.

No caso do Peru, tem a questão da infraestrutura. Nós estamos convencidos de que é preciso trabalhar para a implementação de um corredor que vá do Acre até o Pacífico, passando, evidentemente, pelo Peru, e, também, o acesso a produtos agrícolas do Acre por meio de entendimentos na área fitossanitária com o Peru, que não vinham sendo feitos a contento.

Nesse caso específico, já determinei, nesta semana, o Secretário-Geral, meu número dois no Ministério, está em Lima para começar a negociar esses instrumentos, que irão beneficiar não só o Acre, mas todo o Brasil. Mas isso é uma determinação que eu tenho e estou passando para o conjunto do Itamaraty, de ter muita atenção a essa questão dos estados de fronteira e da realidade desses estados e do quanto significa a finalização de uma estrada que precisamos retomar com a Guiana, por exemplo, o quanto significa essa questão dos corredores bioceânicos para o Acre.

Também trabalhamos junto com o Ministério da Infraestrutura para viabilizar o modelo financeiro que permitirá a construção

da segunda ponte e, depois, da terceira ponte, sobre o rio Paraná, para aliviar a Ponte da Amizade, a única existente há 50 anos. Isso irá dinamizar imensamente o comércio daquela região, um passo necessário para a construção dos corredores bioceânicos, indo pelo Paraná, passando pelo Paraguai, Argentina, em direção ao Chile. Falamos muito com o Chile sobre isso, isso é um sonho de muito tempo que agora, tenho certeza, se tornará realidade.

Essas eram, basicamente, as questões específicas que eu queria mencionar para dar uma ideia da dimensão do que estamos fazendo, em temas específicos, dentro daqueles conceitos básicos que eu mencionei no começo. É isso que eu gostaria de falar, e estou pronto para receber as perguntas de Vossas Excelências.

Obrigado.

14. Discurso por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Israel, em Jerusalém (02/04/2019)

Versão original, em inglês:

Good morning, fellow ministers, fellow authorities, friends,

We have been here for only 48 hours, but it looks like a lot more, because, in those 48 hours of this visit of President Bolsonaro and part of his team, I think we already corrected many decades of distancing between Brazil and Israel.

And we are starting to work, already here. This visit is not only to show the world a new friendship between Brazil and Israel, but to start, to get the fruits from this friendship, and this event here clearly shows what we can do and what we are starting to do.

I'd like to say also that Jerusalem is a perfect symbol of what we want to accomplish. It's a symbol of development, growth, technology, creativity. And, at the same time, it's a symbol that we must cultivate the spiritual dimension. We have been in business events, these days, where, at the same time, we talk about the latest technologies, and we recite the Bible.

This is a visit that, at the same time, has the goal of prospecting new business, and it's also, in a way, a pilgrimage to us. For example, the President and the Prime Minister issued a joint statement that, at the same time, talks about innovation, talks about history, about technology and religious freedom, about security and democracy, and about the Holy Sepulchre.

Some people find that strange, as if those things were mutually exclusive; and they're not. I'm sure they're not. And this holistic vision of the human being, where you can see the human being, and

human life, and nations, not only under an economic perspective, but under a perspective of values, it is this vision that is creating a new Brazil, and is allowing the creation of this new relationship with Israel.

I think our peoples, in both countries, were already ready for this, and the governments are finally giving the opportunity for this wish to become a reality, under the strong and wise leadership of President Bolsonaro and Prime Minister Netanyahu.

Brazil wants to present itself in the world now, and to move in the world, in search for peace, in search for understanding, for stability, but we are sure that we need to work for peace on the base of what we are, and not on the base of denying what we are.

This is what we are trying to accomplish in our new foreign policy. To try to bring to the world what Brazilians want to bring to the world, and what we would like to be, and the deepest feelings, and the deepest spirit of the Brazilian people.

From the beginning of my work with President Bolsonaro, he told me that he wanted to build a new and great partnership with Israel, and many people told him “no, you cannot do that,” and many people told me “no, you guys cannot do that, you must tell the President he cannot do that. He cannot build a new relationship with Israel.”

But we went ahead, and here we are. Here we are, creating a new friendship that will bring a new impulse to Brazil in so many areas, that will bring us closer to our cultural roots and historic roots, as has been mentioned, and, at the same time, that will help us with the process of creating wealth and growth.

Some people will keep saying that we cannot do; and we will keep doing what we must do. This is our new foreign policy. A foreign policy that hears the voice of the Brazilian people, that is based on

our identity, and that, from there, creates new opportunities in trade, investment, defense, and security, among many other areas.

The Ministry of Foreign Relations, together with its Agency of Trade and Investment Promotion, Apex, are ready to take ahead this work, not only with Israel, but very specially with Israel. And I want to stress this in this very special moment.

We think that this Brazil-Israel relationship is like a tree. It can have many branches, in investment, security, innovation, energy, you name it. But, to have branches, you need to have a trunk, and, to have a trunk, you need to have roots, and those roots must be watered, and that's what we want to do: to water those roots with friendship and to take care of this trunk of a strong relationship, from where those branches can emerge. Many people think you can have the branches without the roots and the trunk, but I think this is biologically and politically impossible.

Israel is a unique country, and Brazil is a unique country as well, I'm pretty sure, and it is only on the base of that uniqueness that we can cooperate. Not to find the lowest common denominator, but to act as multipliers for each other.

Israel is an example, maybe the best example, of what a nation which has self-confidence, strong leadership, democracy, and good policies can accomplish. A three-thousand-year nation that is also an innovation nation. It is an amazing country, and we really have so much to learn from your experience.

In order to better connect to Israel, we are creating what I'm sure will be a very useful instrument, the Office for Trade, Investment, Technology, and Innovation in Jerusalem, which will be responsible for continuing to foster and water those roots, and taking care of this tree in order to realize its full potential. This is a commitment of ours in this moment, and I'm pretty sure we'll have that office in

place very soon, and everything that we are discussing here today will have its continuity with that instrument.

We are here basically talking about technology and innovation: innovation is creativity, and creativity, basically, requires freedom, requires that integral or holistic vision of the human being, of the nation. And I'm pretty sure this is the vision that our both leaders – who just spoke here, in this panel – can give us and, with that, to foster our relationship.

Thank you very much.

Tradução para o português:

Bom dia, caros Ministros, caras autoridades, amigos,

Estamos aqui há apenas 48 horas, mas parece ser muito mais, porque, nessas 48 horas dessa visita do Presidente Bolsonaro e de parte de sua equipe, acho que já corrigimos muitas décadas de distanciamento entre o Brasil e Israel.

E já estamos começando a trabalhar aqui. Esta visita não é apenas para mostrar ao mundo uma nova amizade entre o Brasil e Israel, mas para iniciar, para colher os frutos dessa amizade, e este evento aqui mostra claramente o que podemos fazer e o que estamos começando a fazer.

Eu também gostaria de dizer que Jerusalém é um símbolo perfeito do que desejamos alcançar. É um símbolo de desenvolvimento, crescimento, tecnologia, criatividade. E, ao mesmo tempo, é um símbolo de que devemos cultivar a dimensão espiritual. Estivemos em eventos de negócios, nos últimos dias, em que, ao mesmo tempo, conversamos sobre as últimas tecnologias e recitamos a Bíblia.

Esta é uma visita que, ao mesmo tempo, tem o objetivo de sondar novos negócios, e também é, de certa forma, uma peregrinação para nós. Por exemplo, o Presidente e o Primeiro-Ministro emitiram

uma declaração conjunta que, simultaneamente, fala de inovação, fala de história, de tecnologia e liberdade religiosa, de segurança e democracia, e do Santo Sepulcro.

Alguns acham isso estranho, como se essas coisas fossem mutuamente excludentes; e elas não são. Estou certo de que não são. E essa visão holística do ser humano, onde se pode ver o ser humano, e a vida humana, e as nações, não somente de uma perspectiva econômica, mas de uma perspectiva de valores, é essa visão que está criando um novo Brasil e que está permitindo a criação dessa nova relação com Israel.

Eu acho que nossos povos, nos dois países, já estavam prontos para isso, e os governos finalmente estão dando a oportunidade de que esse desejo se torne uma realidade, sob a liderança forte e sábia do Presidente Bolsonaro e do Primeiro-Ministro Netanyahu.

O Brasil quer apresentar-se no mundo agora, e mover-se no mundo, em busca de paz, em busca de entendimento, de estabilidade, mas temos certeza de que precisamos trabalhar pela paz na base do que somos, e não na base da negação do que somos.

É isso que estamos tentando conseguir com nossa nova política externa. Tentar levar ao mundo o que os brasileiros querem levar ao mundo, e o que queremos ser, e os sentimentos mais profundos, e o espírito mais profundo do povo brasileiro.

Desde o início de meu trabalho com o Presidente Bolsonaro, ele me disse que queria construir uma parceria nova e grandiosa com Israel, e muitas pessoas disseram a ele “não, você não pode fazer isso”, e muitas pessoas me disseram “não, vocês não podem fazer isso, você precisa dizer ao Presidente que ele não pode fazer isso. Ele não pode construir uma nova relação com Israel.”

Mas nós prosseguimos, e aqui estamos. Aqui estamos, criando uma nova amizade que trará um novo impulso ao Brasil em tantas áreas, que nos aproximará às nossas raízes culturais e raízes históricas,

como foi mencionado, e, ao mesmo tempo, isso nos ajudará com o processo de criação de riqueza e crescimento.

Algumas pessoas continuarão a dizer que não podemos fazer; e nós continuaremos a fazer o que precisamos fazer. Essa é nossa nova política externa. Uma política externa que ouve a voz do povo brasileiro, que tem base em nossa identidade, e que, a partir daí, cria novas oportunidades no comércio, investimento, defesa e segurança, entre tantas outras áreas.

O Ministério das Relações Exteriores, juntamente com sua Agência de Promoção de Exportações e Investimentos, Apex, estão prontos para avançar com esse trabalho, não somente com Israel, mas de forma muito especial com Israel. E eu quero destacar isso neste momento tão especial.

Achamos que essa relação entre o Brasil e Israel é como uma árvore. Ela pode ter muitos ramos, em investimento, segurança, inovação, energia, qualquer área. Mas, para ter ramos, você precisa de um tronco, e, para ter um tronco, você precisa ter raízes, e essas raízes devem ser regadas, e é isso que queremos fazer: regar essas raízes com amizade e cuidar desse tronco de uma relação forte, de onde esses ramos podem surgir. Muitas pessoas acham que você pode ter os ramos sem as raízes e o tronco, mas eu acho que isso é biologicamente e politicamente impossível.

Israel é um país único, e o Brasil também é um país único, tenho certeza disso, e é somente na base dessa singularidade que podemos cooperar. Não encontrando o mínimo denominador comum, mas agindo como multiplicadores um para o outro.

Israel é um exemplo, talvez o melhor exemplo, do que pode conseguir uma nação que tem autoconfiança, forte liderança, democracia e boas políticas. Uma nação de três mil anos que também é uma nação inovadora. É um país incrível, e nós realmente temos muito o que aprender de sua experiência.

Para melhor nos conectarmos com Israel, estamos criando o que estou certo que será um instrumento muito útil, o Escritório de Comércio, Investimento, Tecnologia e Inovação em Jerusalém, que será responsável por continuar fomentando e regando essas raízes e por cuidar dessa árvore para realizar completamente seu potencial. Esse é um compromisso nosso neste momento, e estou certo de que estabeleceremos esse escritório muito em breve, e tudo que estamos discutindo aqui hoje terá sua continuidade com esse instrumento.

Estamos aqui basicamente falando de tecnologia e inovação: inovação é criatividade, e criatividade, basicamente, requer liberdade, requer aquela visão integral ou holística do ser humano, da nação. E eu tenho certeza de que essa é a visão que ambos os nossos líderes – que acabaram de falar aqui, nesse painel – podem dar-nos, e, com isso, fomentar nossa relação.

Muito obrigado.

15. Apresentação inicial na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em Brasília (04/04/2019)

Muito obrigado, Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Senhores Senadores; Senhores Embaixadores; membros do corpo diplomático; caros colegas; senhoras e senhores,

É uma grande honra e um privilégio para mim estar aqui, nesta Comissão de Relações Exteriores, para falar da nossa política externa e desses primeiros três meses em que nós já temos tido a oportunidade de começar a implementar os rumos de política externa determinados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Desde que o Presidente me deu a honra de indicar-me para este cargo, assumi o compromisso, a missão de romper aquilo que percebia como um grande isolamento do Itamaraty frente à sociedade brasileira e frente às discussões sobre os rumos do Brasil. E uma das principais maneiras de levar adiante essa ruptura desse isolamento é, evidentemente, o contato com o Congresso Nacional. Por isso, além do privilégio de estar aqui, eu queria dizer que é importantíssima para o nosso trabalho esta oportunidade que nós temos aqui.

Nessa mesma perspectiva, eu tenho também reiterado que é importante que os diplomatas não façam apenas coisas que são importantes para outros diplomatas, mas que façam coisas que são importantes para o Brasil, para a população brasileira. Esse é um princípio que nos norteia. E eu acho que já uma consequência disso é a intensificação visível do debate sobre política externa na nossa sociedade, tanto nos meios tradicionais quanto na nova mídia, aqui no Congresso, certamente.

Existe hoje, na minha percepção, um debate extremamente intenso, e isso eu acho que reflete o fato de que nós estamos tentando fazer coisas que são importantes para a sociedade e que, portanto, suscitam tanto apoios quanto críticas. É claro que a gente prefere os apoios, mas estamos plenamente conscientes de que as críticas que vimos recebendo são parte desse processo. Apenas se nós tentássemos não fazer nada é que nós não receberíamos críticas, e não foi essa a opção, evidentemente, que nós fizemos. Estamos sempre prontos e interessados no debate.

Se os senhores me permitem, gostaria de fazer uma pequena introdução com certo caráter filosófico, se posso ter essa pretensão, citando o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, que diz que “o caráter intrínseco de uma coisa não está em sua superfície exterior, mas na sua razão”. Acho que isso se aplica a um país, e aplica-se talvez à política externa de um país.

Vou falar um pouco mais dessa questão da razão. Nessa nossa era da técnica e da tecnocracia, eu acho que nós aprendemos a transportar todas as coisas e todos os raciocínios para o lado puramente quantitativo. Assim, por exemplo, há uma tendência de reduzir as relações com determinado país simplesmente à corrente de comércio. E dentro da própria corrente de comércio, muitas vezes não se analisam os aspectos qualitativos que ali penetram, mas apenas os aspectos quantitativos.

Fala-se muito da necessidade de não haver ideologia na política externa; eu concordo plenamente. Mas a ausência de ideologia não pode significar, a meu ver, a ausência de razão. Entretanto, acho que é isso que tem acontecido, infelizmente: ausência de um pensamento mais profundo que procure perscrutar as dimensões que dão origem às nossas políticas e as questões de fundo que estão ali atrás. Ao rejeitar, ao deixar de lado a razão, nós acabamos ficando escravos

de ideologias congeladas, ficamos hipnotizados por certas palavras e por certas categorias que se tornaram indiscutíveis.

Nada deveria ser indiscutível numa atmosfera de liberdade de pensamento, como aquela que nós temos no Brasil. Acho que precisamos investigar qual é essa forma intrínseca do Brasil, segundo aquela expressão do filósofo, qual é a nossa razão. E precisamos investigar também qual é a razão por trás desses movimentos ideológicos que nós pretendemos superar, para que possamos efetivamente superá-los. Acho que não podemos fazer da política externa um terreno cercado de grades, onde a razão e o pensamento não penetram.

É muito difícil definir uma nação, porque é sempre muito difícil definir qualquer ser que seja vivente, vivo e complexo, como uma nação. A definição é sempre algo que congela e que limita esse caráter orgânico de um ser que vive e que atua. Por isso que eu acho que é preferível usar esse termo da razão como algo que se produz o tempo todo e que nós precisamos analisar, estudar e escutar o tempo todo, e não procurar limitar o nosso raciocínio a definições muitas vezes insuficientes. Então temos que ter, por um lado, essa ambição de escutar o que é o Brasil ao fazer a nossa política externa e, por outro lado, a humildade de saber que de certa forma nunca chegaremos lá, e nunca conseguiremos abarcar toda a realidade dessa entidade, desse ser extraordinário que é a nação brasileira.

“O que isso tem a ver com a política externa?”, os senhores poderiam perguntar. Eu acho que tem tudo. Acho que poderíamos argumentar que tudo tem a ver com tudo, e um dos problemas talvez do mundo contemporâneo é a fragmentação e a compartimentação do pensamento, que leva justamente a esse predomínio da técnica e essa ausência, muitas vezes, da dimensão mais profunda do pensamento.

Pensar em termos de razão, e não simplesmente de técnica, exige que nós formulemos hipóteses, muitas vezes. Porque é muito fácil dizer simplesmente que “A é igual a A, e B é igual a B”, um pensamento

tautológico, em que você não erra, mas também não sai do lugar. Esse conceito de razão exige que nós formulemos a hipótese, por exemplo, de que “A mais B é igual a C”. Porque a razão é algo que desidentifica uma coisa de si mesma e lança, digamos, numa aventura fora da dimensão puramente tautológica. E mesmo que nós erremos e nos demos conta de que “A mais B não é igual a C, mas é igual a D”, nós só chegamos lá porque formulamos inicialmente uma hipótese.

Nessa mesma perspectiva, uma nação nunca será igual às outras. E nunca será suficiente dizermos simplesmente que ela é igual às outras, mas é preciso que ela se relacione com as outras a partir da sua identidade. E essa identidade envolve, de certa forma, um separar-se e um diferenciar-se. O Brasil não é a China. O Brasil não é o Uruguai. O Brasil não é os Estados Unidos. Isso parece óbvio, mas, muitas vezes, acho que, na nossa atuação recente, nós nos vínhamos comportando como se o Brasil fosse um país genérico, como se não fizesse diferença essa nossa identidade, como se nós tivéssemos que atuar simplesmente a partir de paradigmas externos. De certa forma, abandonamos a relação com a nossa própria identidade. Talvez não só na política externa, mas nela certamente.

Então, ser uma nação é ser diferente das outras nações. E uma nação que se afirma, de certa forma, está identificando-se e dizendo coisas diferentes, fazendo coisas diferentes. Eu acho que isso também é algo que nós vínhamos negando. O Brasil, de certa forma, vinha negando-se a si mesmo. E, nessa negação, abusava-se muito do conceito do universalismo, que é um conceito como qualquer outro, que tem de ser analisado, mas nós vínhamos fazendo disso um dogma e dizendo que a política externa brasileira tinha de ser universalista. E isso acabava significando simplesmente que nós não deveríamos ter uma coloração própria, não deveríamos ter uma identidade, não deveríamos perseguir nada que não fosse autorizado por certos paradigmas internacionais.

Essa indiferenciação, essa certa vergonha de ser o que se é, essa tendência de se negar chegou, por exemplo, ao ponto de nós retirarmos o brasão da República do nosso passaporte. Acho que isso é extremamente simbólico dessa falsa concepção de universalismo, que é um pouco negar-se a si mesmo. Daqui a pouco, o Brasil iria negar o seu próprio nome e passar a chamar-se simplesmente País X por uma certa tendência de não se querer assumir como um país que, como qualquer outro país, é diferente dos outros, tem ideias diferentes, um povo que tem uma personalidade diferente.

Essa indiferença a si mesmo, essa tendência de autonegação, de certa forma, levou também a uma indiferença moral, que é algo que eu tenho criticado na nossa política recente. E, aqui, passando também pelo lado quantitativo de comércio, da economia, há uma incapacidade de gerar resultados concretos, porque o que nós tivemos, ao longo das últimas décadas, na nossa política externa foi, de um modo geral, um discurso de perseguir o pragmatismo e de perseguir resultados concretos sem uma coloração própria, mas esses resultados tampouco vieram.

Para fazer um breve apanhado pelo menos do que eu enxerguei nesses últimos trinta anos em que eu tive o privilégio de trabalhar no Itamaraty, eu diria que, grosso modo, nos anos 1990 nós tivemos na nossa política externa o eixo central de tentar recuperar a credibilidade internacional do Brasil, que tinha sido profundamente afetada principalmente pela crise econômica dos anos 80. Falava-se muito que o Brasil deveria reconectar-se aos núcleos dinâmicos da economia internacional. E esse discurso não se traduziu na prática.

O que nós vivemos foi, por um lado, uma tentativa de aproximar-se dos Estados Unidos e, por outro o lado, uma tentativa de aproximar-se da União Europeia, vistos na época como esses núcleos dinâmicos da economia internacional, mas, na prática, o objetivo era que uma atrapalhasse a outra. O Brasil não queria ter um acordo, uma

conexão comercial e econômica com os Estados Unidos, e também não queria ter com a União Europeia. E inventou-se a negociação MERCOSUL-União Europeia para justamente atrasar a negociação com os Estados Unidos, que na época começava na proposta da ALCA, por exemplo, nesse caso.

Então, houve o problema de um enfoque comercialista também, porque a política externa era concebida muito exclusivamente por uma dimensão comercial, mas sem gerar resultados nessa dimensão comercial, e também sem reconhecer que, nessa conexão com esses diferentes parceiros, dever-se-ia ir mais a fundo e se pensar, por exemplo, na questão civilizacional, que é algo que nós estamos tentando recuperar em termos do pertencimento do Brasil ao Ocidente. Isso era uma coisa de que não se falava nessa época. Então, o alegado pragmatismo não gerou os resultados que se esperavam.

Nos anos 2000, principalmente a partir de 2003, com o governo Lula, a prioridade foi a criação de um espaço sul-americano, com uma perspectiva muito excludente, com uma perspectiva extremamente ideológica, aí, sim, acho que nós podemos dizer, em que o processo de integração sul-americano foi, de certa forma, direcionado para isolar os governos da região que não eram controlados por partidos de esquerda e para procurar propelar o conjunto da região a se fechar ao exterior e a se tornar um bloco sujeito a uma determinada ideologia.

Ao mesmo tempo, houve a continuação desse estranho comercialismo que não gera comércio, porque se falava muito nas prioridades da política comercial... Eu pessoalmente, na época, participei de várias negociações comerciais, e sempre havia um grande bloqueio a que se fechassem acordos relevantes. Havia uma preocupação de que o Brasil não renunciasse a nenhum elemento possível de política industrial ou de política tecnológica, mas essa política industrial e tecnológica não vinha tampouco.

Houve uma aposta em um mundo pós-ocidental, sobretudo por meio do BRICS, o que, em si mesmo, não teria problema, mas uma aposta excludente do mundo ocidental, mas sem um projeto, sem saber o que se queria ganhar desse mundo pós-ocidental. Simplesmente, acho que se achou que os Estados Unidos e a Europa, sobretudo os Estados Unidos, estavam fadados a uma decadência e que era preciso se aproximar de potências emergentes, mas sem que isso tenha envolvido um projeto de capacitação tecnológica, um projeto de capacitação industrial, por exemplo. Ao contrário, foi uma época de uma gigantesca desindustrialização do Brasil; foi uma época de um estranho desenvolvimentismo que não desenvolveu, um desenvolvimentismo que fechou fábricas e que não construiu infraestrutura, apesar das centenas de bilhões de dólares que entraram com a época do *boom* das *commodities*.

A partir do governo Dilma Rousseff e, depois, no governo Temer, acho que houve uma opção, ou uma não opção, e um progressivo isolamento da política externa em relação a qualquer outro projeto nacional. E o Brasil se tornou um país que simplesmente deixava que as coisas lhe acontecessem, um país que assistia aos grandes ventos de transformação no mundo procurando simplesmente não incomodar ninguém. Acho que isso foi uma época bastante pouco produtiva da nossa política externa em torno dessa renúncia à nossa identidade, como falávamos antes: o Brasil se tornando um país genérico no mundo. Essa tentativa simplesmente de que, achando que não incomodando ninguém, não dizendo nada que pudesse atrapalhar nada, poderíamos ser simplesmente deixados de lado dentro do nosso espaço. Uma época inteiramente sem ambição e sem visão.

Hoje, a partir desse diagnóstico, nós estamos procurando voltar a que o Brasil seja aquilo que acredito que os brasileiros querem, que é um grande país, um país que tem a sua própria voz no mundo e que pode influenciar nos rumos do sistema internacional e, muito

especialmente, na nossa região. Isso, às vezes, é visto como uma política externa que incomoda. A intenção, evidentemente, não é incomodar, mas o incomodar muitas vezes é um resultado.

Então, o Brasil hoje incomoda e atrapalha, por exemplo, o processo de destruição da Venezuela pelo regime Maduro, e atrapalha aqueles países que ainda apoiam e sustentam esse regime. O Brasil incomoda aqueles que planejam um mundo sem nações, um mundo pós-nacional. O Brasil atrapalha aqueles que não querem que haja ideias dentro da política externa, aqueles que não querem pensar, aqueles que querem eliminar a razão, naquele sentido de razão que eu mencionava anteriormente. O Brasil atrapalha também aqueles que não se preocupam com a soberania, aqueles que, como eu dizia, pensam no mundo globalizado não como um mundo construído a partir de nações, mas como uma espécie de geleia geral, onde não há fronteiras, onde não há identidades nacionais.

Essa questão da razão individualizante, esse fundamento da identidade nacional, está presente entre os princípios da política externa da nossa própria Constituição, principalmente no princípio da independência nacional. A independência nacional evidentemente foi conquistada em 1822 e não parece estar diretamente ameaçada. Então, às vezes a gente se pergunta por que esse princípio continua figurando na Constituição. Mas acho que o Constituinte de 1988 foi muito sábio nesse sentido, porque a independência não se trata apenas da independência jurídica, mas precisa ser uma atitude, tem que ser uma independência, por exemplo, frente aos dogmas politicamente corretos que em muitos setores tendem a presidir o relacionamento internacional. Tem que ser uma independência frente a essa ideologia de apagamento das fronteiras e de encerramento das nações. Tem que ser também uma independência no sentido de capacitar a nossa economia com mais tecnologia, mais investimento, investimento privado gerando abertura econômica, mais competitividade, mais eficiência, inovação, por exemplo, através

de boas práticas oriundas da OCDE. Coisas que, por exemplo, nós estamos almejando conseguir através de uma renovada relação com países centrais na dimensão econômica e tecnológica, como são os Estados Unidos e Israel. Independência também através da maior diversificação de mercados e de produtos dentro desses mercados. Independência com maior controle sobre os nossos recursos naturais, por exemplo.

Nesse mesmo conceito de identificar a nós mesmos e, a partir disso, relacionar-nos com o exterior, e não ter uma política externa de fora para dentro, nós pretendemos – e estamos fazendo isso, acredito – estruturar a nossa relação com qualquer país em benefício da nossa independência, da nossa autonomia, do nosso desenvolvimento, seja com China ou Estados Unidos, seja com Israel ou com os países árabes. Nós não podemos ser independentes frente a um parceiro e, ao mesmo tempo, manter uma atitude completamente acrítica frente a outro parceiro. Nós precisamos tentar sujeitar todas as relações à mesma lógica e buscar, em cada relacionamento bilateral, as parcerias profícuas naquele relacionamento.

Para falar novamente de um exemplo que evidentemente está muito presente, porque nós regressamos ontem da viagem presidencial a Israel: com Israel, por exemplo, um grande eixo da relação nessa perspectiva é a dimensão da inovação. Nós vimos lá muito claramente que Israel é um país que se transformou em pouco mais de vinte anos. Era um país que vivia numa situação de hiperinflação, de inflação crônica, de estagnação e atraso, exceto na área de segurança e defesa, por uma questão de sobrevivência do Estado de Israel, mas o restante da economia vivia uma situação de sufocamento da economia por uma hiper-regulamentação até os anos 90. E, por uma série de decisões corajosas e com grande visão de diferentes líderes, mas sobretudo do atual Primeiro-Ministro, que teve seu primeiro mandato em 1996, Benjamin Netanyahu, Israel decidiu abrir a economia, investir em tecnologia, desregulamentar, tornar-se um

país de inovação. Hoje, Israel é conhecido como “a nação *start-up*”, talvez, em muitos setores o maior, ou certamente o segundo maior polo tecnológico do mundo. E, este ano, a renda *per capita* de Israel acaba de ultrapassar a renda do Japão, por exemplo. Então, só para dar um exemplo do que pode significar um país que se reconecta com as suas diretrizes básicas e que reforma essas diretrizes quando isso é necessário.

É preciso, portanto, avaliar riscos e oportunidades em todos os relacionamentos que nós temos, e não somente em alguns. E é preciso acompanhar a realidade mundial e a realidade de outros países naquilo que ela realmente é, e não na visão que nós temos. É preciso relacionar-se com os países para saber quais são as suas verdadeiras preocupações, os seus verdadeiros anseios.

Isso tem muito a ver também com aquela necessidade de superação de uma visão tecnocrática da sociedade, portanto, de uma visão tecnocrática da política externa. E essa superação significa, sobretudo, uma recuperação da política. Eu acho que durante talvez vinte, trinta anos, houve uma progressiva deturpação da política e uma imagem ruim da política, em que parecia que já não se podiam discutir determinados temas, não se podiam discutir determinados fundamentos da sociedade. E acho que hoje é um fenômeno talvez mundial que os cidadãos de todos os países querem recuperar a capacidade de discutir os fundamentos da sua sociedade. Isso é o que significa a política.

Já falei, ao longo desta exposição, de várias linhas da nossa política externa, que nós estamos tentando implementar, mas só para reiterar algumas delas, não necessariamente em nenhuma ordem de prioridade:

- Ser parte das grandes transformações do país. Ou seja, que o Itamaraty, especificamente, não seja simplesmente uma espécie de consultoria de política externa à qual o governo recorre para se

relacionar com o mundo, mas que seja uma entidade que contribui para o repensar e o reconstruir da nação.

- Segundo: reconectar com grandes parceiros, parceiros essenciais para o nosso desenvolvimento, para a nossa projeção no mundo, como Estados Unidos e Israel, sem exclusão de outros parceiros.

- Desenvolver o comércio com todos os países de maneira a beneficiar as nossas prioridades, e de acordo com uma construção, uma constatação dos nossos interesses, o que exige uma visão bilateral daquilo que há a ganhar, daquilo que há a aproveitar em cada relacionamento.

- Defender a liberdade e a democracia. Isso é fundamental. Viver num ambiente democrático, não só na região, mas no mundo. Isso certamente é o caso da Venezuela, da qual eu falei brevemente, e temos certeza de que isso não se esgota na Venezuela, mas é o caso talvez mais premente, e talvez uma das principais mudanças que nós introduzimos, que é uma defesa ativa, e não simplesmente no discurso, da democracia.

- E estar presente nos grandes debates mundiais, tanto nas correntes de ideias, quanto nas organizações internacionais, como a OMC, como a OCDE. No caso da OMC, o Brasil poderá distinguir-se como um dos países-chave na reforma daquela organização, de acordo com os nossos interesses.

Em termos de determinadas linhas, falei dos Estados Unidos, falei de Israel, ambos de maneira totalmente não excludente. No caso de Israel, queremos, ao mesmo tempo, ampliar o relacionando com os países árabes. Temos convicção de que isso é totalmente possível e factível. Estamos muito empenhados nisso.

Na América do Sul, fazer da região um bloco pela democracia. Acho que já lançamos as bases disso na reunião de Santiago, onde decidimos a criação de uma nova entidade, o PROSUL, em

substituição à UNASUL, centrada na democracia e na integração, e não na desintegração, como era o caso da UNASUL.

Só para concluir, isso tudo nós procuramos fazer, temos essa ambição, que talvez seja bastante elevada, mas sem a qual eu acho que a nossa tarefa não faz sentido, qual seja, a ambição de fazer de tudo isso parte desse processo de escutar o que é o Brasil, de tentar entender e trabalhar a partir de uma nação e da sua identidade.

Obrigado.

16. Palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em São Paulo (08/04/2019)

Muito obrigado Dr. Paulo Skaf. Muitíssimo obrigado pelo convite, por estar aqui. É uma honra, uma grande alegria.

Senador Albano Franco, Embaixador Rubens Barbosa, em nome dos quais eu cumprimento todos os presentes, todos os membros da mesa;

Embaixador Regis Arslanian, Embaixador Osmar Chohfi, tantos amigos, colegas,

É realmente uma grande honra estar aqui.

Para mim, é essencial essa presença. Gostaria de ter vindo antes à FIESP, para essa conversa. Várias coisas impediram, em outros momentos, que nós estivéssemos aqui. Porque é fundamental nós termos contato com a economia real, que tem, aqui, um dos seus bastiões, evidentemente, e eu acho interessante para os senhores terem contato, também, com a diplomacia real, chamemos assim, e não aquela que aparece na mídia. É uma oportunidade de falarmos diretamente e expormos ideias, conceitos que estamos colocando, e coisas que estamos fazendo, diretamente.

Eu acho que, em primeiro lugar, é importante falar do conjunto do nosso projeto; do projeto desse governo. Acho que se pode dizer que é o primeiro projeto de mudança profunda, autêntica e democrática que surge no Brasil em muitas décadas. É um projeto de mudança econômica, de mudança política, dentro das regras, evidentemente, da democracia, mas, também, é um projeto de regeneração de valores, de valores da sociedade brasileira. A sociedade brasileira aspirava, e aspira, tenho certeza, por esse conjunto de

mudanças. Por um lado, a abertura econômica; por outro lado, uma reconexão com os fundamentos da nação, da nacionalidade.

E acho que a política externa está, muito mais do que em outros momentos, no centro desse projeto de transformação. Porque ela só é possível se nós nos recolocarmos no mundo de uma outra maneira. O Itamaraty, enfim, a política externa está no centro, eu tenho certeza, do que nós estamos fazendo, porque a nossa atuação abrange a dimensão econômica, e abrange também a dimensão, chamemos assim, dos valores, ou dos ideais do povo brasileiro na maneira de se ver, na maneira de se ver diante do mundo, algo que não é acessório.

Esse processo de mudança que está em curso parte de uma visão de mundo, de uma visão de nação. Uma visão que tenta ser integrada e coerente, e não simplesmente uma série de programas individuais. Eu acho que isso que também faz a diferença.

Já se tem usado muito o *slogan* “menos Brasília, mais Brasil”, que é um ótimo *slogan*; e eu uso muito, também, não *slogan*, mas, digamos, como uma fonte de reflexão e de inspiração, a expressão “menos Estado e mais nação”. E eu acho que é por aí que a gente precisa encaixar as diferentes linhas e tendências da nossa política externa; nesse conceito de que, como qualquer outra política, a política externa tem que fazer parte de um projeto de nação.

Eu acho que, durante muito tempo, os diferentes projetos de Brasil tentaram, justamente, encontrar o caminho do avanço, do desenvolvimento, do crescimento, sem essa conexão com o universo dos valores e dos ideais; e, talvez por isso, não tenha dado certo. Nós já tivemos, ao longo desses últimos, talvez, 50 anos, diferentes momentos em que parecia que o Brasil tinha chegado lá, mas esse “lá” não se concretizou. E, talvez, uma interpretação – pode haver muitas – é de que isso não se deu por que não havia essa visão integral e por que diferentes visões técnicas, ou tecnocráticas, de mudança

no país não estavam ancoradas nos sentimentos mais profundos do povo brasileiro e nos seus valores. E esse ancoramento, esse enraizamento é, talvez, o que faz, hoje, termos uma oportunidade única de transformação.

No Governo, nós temos, todos, uma visão muito clara de que temos uma missão a cumprir. Não estamos aqui simplesmente para administrar o país, mas para tentar cumprir essa missão de finalmente transformar o país em uma grande nação. E, acima de tudo, é necessário que isso seja um projeto de toda a sociedade e que os senhores sejam parte dessa transformação.

Só para terminar essa introdução temática, digamos, ou conceitual, chamemos assim, chamou muito a atenção, outro dia, na audiência em que eu compareci, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, quando um Senador dizia que um Chanceler não pode ter ideias. Se a gente não tem ideias, o que sobra? Eu achei muito triste e muito chocante esse tipo de conceito, esse desprezo pelo pensamento, essa visão de que uma autoridade, ou qualquer pessoa em um governo, sobretudo em uma área que lida tão diretamente com questões de Estado, questões de filosofia da percepção internacional e nacional de um país, que não seja facultado a essas pessoas – no caso, a mim – ter ideias, expressá-las e discuti-las. Como se houvesse, digamos, um *script* único do que deva ser uma atuação, no caso, de um Ministro das Relações Exteriores, e não sei muito bem qual é a expectativa que deva ser a atuação se a gente não pode falar de ideias.

Porque eu acho que, justamente, esse deserto de ideias em que o Brasil viveu, durante muito tempo, não deu certo. O país tem uma economia que está estagnada há, talvez, quinze anos, com um crescimento médio de praticamente zero; educação em colapso; desindustrialização – os senhores dirão melhor que eu, mas tenho a impressão de que é um processo de, pelo menos, enormes desafios à indústria, com atraso tecnológico, claro, com muitas exceções. Mas,

de maneira sistemática, o Brasil não conseguiu capturar os fluxos, não conseguiu se inserir da melhor maneira nas cadeias globais de valor. E quando nós chegamos e tentamos colocar algumas ideias diferentes, nos é dito que a gente não pode ter ideias. Então, eu não sei muito bem, nessa perspectiva, como é que se poderia fazer uma transformação. É claro que as ideias têm que dialogar com a realidade, e para isso, inclusive, é fundamental que tenhamos essa presença aqui, que possamos falar com os senhores.

Eu também tenho falado muito da importância do que eu chamo aliança liberal-conservadora, por falta de nome melhor, que é justamente o reflexo dessa visão de que temos um governo que procura expressar a sociedade brasileira no conjunto das suas aspirações, tanto de progresso e abertura econômica, quanto de regeneração espiritual, digamos assim, se é que me permitem essa palavra. Eu acho que a única chance que nós temos é a partir dessa aliança, onde os valores sejam parte da transformação econômica, e vice-versa.

Nós temos esse privilégio de ter, no Brasil, como ficou claro, como tem ficado claro nas eleições e na manifestação das pessoas, uma massa imensamente majoritária da população que acredita nas virtudes de uma economia aberta, que quer menos Estado na economia, que quer mais competitividade; e ao mesmo tempo que espousa valores chamados conservadores e que são valores muito mobilizadores, muito mobilizantes para a população. Isso é algo que me parece fundamental.

Nós estamos tentando implementar uma agenda comercial econômica, que, evidentemente, não é só do Itamaraty, que é uma agenda de Governo, na qual nós nos coordenamos diariamente com a Economia, com a Agricultura, com a Ciência e Tecnologia, com vários outros órgãos, com o objetivo de dar os saltos que se esperam que o Brasil dê.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo. Há pelo menos vinte anos eu escuto muitas pessoas – tanto do setor privado, quanto do público, como comentaristas de relações internacionais – dizendo que o Brasil precisava voltar a relacionar-se de maneira mais intensa com os Estados Unidos – como também com a Europa, com o Japão, com os polos dinâmicos da tecnologia, da inovação – e que somente assim nós atrairemos desenvolvimento em tecnologia de defesa, competitividade industrial de modo geral, recuperar a eficiência da indústria, etc. Então, no caso dos Estados Unidos, isso era um lugar comum, durante muito tempo, de que a relação era abafada, era sufocada por opções políticas equivocadas.

Aí, fazemos uma visita, vamos aos Estados Unidos, com uma participação grande nessa preparação por parte do Itamaraty, e lançamos as bases, preparamos as bases para uma nova relação com os Estados Unidos. O Presidente Bolsonaro visita e obtém, por exemplo, o apoio americano à entrada do Brasil na OCDE; assinamos o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas; começamos a aproximação com a OTAN; começamos a desenhar o que será uma parceria para a prosperidade com os Estados Unidos. E aí, estranhamente – eu sei que não é o caso dos senhores; muito obrigado, Dr. Skaf, por ter mencionado favoravelmente essa visita – mas muita gente vem e fala: “não, não pode.” Durante vinte anos, havia esse anseio, essa repetição constante, e correta, por parte de analistas, de novo, por parte do setor privado, de que precisamos de uma relação correta e dinâmica com os Estados Unidos, que isso não está acontecendo. Tentamos fazer essa relação. E acho que conseguimos abrir o espaço para essa nova relação. E aí eu não entendo muito bem: “não, não pode. Agora não pode.” Por quê? Não sei, não entendi. Não entendo muito bem qual é a lógica que preside as críticas que surgiram em relação aos resultados da visita.

Eu acho que é um pouco o seguinte, para usar uma imagem: houve, durante todo esse tempo, uma percepção clara de um antia-

mericanismo presidindo ações do governo brasileiro, presidindo, de um modo especial, a política externa brasileira. E existia esse antiamericanismo; existia de várias maneiras. Esse antiamericanismo era um espinho encravado na nossa cara. Então, o Presidente e eu fomos lá, e a gente arrancou esse espinho. E aí dói. Quando você arranca o espinho dói. E aí, acho que as pessoas ficam com raiva de quem arrancou o espinho; porque a dor provém daquilo que estava ali, parado, e no momento em que arranca dói. E aí a culpa da dor é do médico que arrancou, e não do espinho. Eu acho que isso é um pouco uma maneira de ver, e em vários outros casos. Eu acho que, quando cicatrizar, as pessoas vão ver que era necessário arrancar.

Eu tenho a impressão de que as mesmas pessoas que criticavam o antiamericanismo e que viam os defeitos da nossa política e as perdas enormes que o Brasil sofria por não criar uma relação com a maior economia do mundo, com a economia tecnologicamente mais desenvolvida do mundo, essas mesmas pessoas, agora, falam que não pode ter alinhamento automático. É claro que não há alinhamento automático. Mas o que me parece é que existe, simplesmente, um desejo de rotulagem, e não um desejo de dialogar com a realidade. É como se as pessoas tivessem uma narrativa pronta, e quando a realidade desmente essa narrativa, tanto pior para a realidade. O que é a definição da ideologia, basicamente. Então, a mesma crítica ao enfoque ideológico que presidiu, acho que cabe hoje: acho que as reações negativas a várias coisas que nós estamos tentando fazer são puramente ideológicas.

Nós queremos, por exemplo, também, contribuir decisivamente para a reforma na OMC, em áreas fundamentais, para garantir que a OMC continue proporcionando um campo de jogo equânime, um *level playing field*. E nós estamos tentando, estamos fazendo isso. Estamos começando a apresentar propostas para a reforma na OMC, sobretudo, por enquanto, na área agrícola e de solução de controvérsias, por exemplo. Mas quando nós tentamos engajar-nos mais

nesse processo, também algumas pessoas vêm falando: “ah, não pode. Não pode. O Brasil tem que ficar com os países em desenvolvimento; não pode estar no centro da decisão”, tem que, simplesmente, representar, digamos, o papel de um país em desenvolvimento e não ter as suas ideias próprias. Como se prevalecesse ainda aquela imagem de que a OMC, nesse caso, é um jogo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Como se fosse um jogo de soma zero, onde o Brasil tem que se definir como país em desenvolvimento, e isso implica determinadas posições, etc.

Quando, na verdade, no caso da OMC, o que nós temos é que atacar instrumentos distorcivos, que prejudicam a nossa economia, que prejudicam a nossa competitividade. Alguns desses instrumentos são praticados por países desenvolvidos, outros são praticados por países em desenvolvimento; alguns são praticados por ambos, como no caso dos subsídios agrícolas, por exemplo, onde cada vez mais o problema é a prática dos subsídios por alguns países em desenvolvimento. Ou o tema das empresas estatais, da atuação de empresas estatais, ou o tema de transferência forçada de tecnologia, por exemplo; que são temas que prejudicam a competitividade porque eles são praticados, não importa por quem eles são praticados. Mas parece que, dependendo de por quem é praticado, você pode ou não pode falar daquilo, e a nossa posição, que tenta ser uma posição de correção dessas distorções, começa a ser criticadas como se nós tivéssemos individualizando um país ou outro, o que, evidentemente, não é o caso.

Em relação a Israel, por exemplo. Acho que, de modo muito semelhante ao que acontece com os Estados Unidos, durante muito tempo houve um amplo reconhecimento, aqui no Brasil, de que é um relacionamento negligenciado por opções políticas atrasadas, e de que era um parceiro fundamental, potencialmente, para várias áreas do desenvolvimento. Aí, também, fomos a Israel, o Presidente Bolsonaro, e conseguimos trazer um acordo de ciência e tecnologia;

um acordo de defesa; um acordo de segurança; um memorando de cooperação em saúde, por exemplo; um entendimento sobre pesca; toda a parte de cooperação em tecnologia agrícola e irrigação, sobretudo. E aí, também, algumas vezes se erguem dizendo “ah, não pode”. Por que não pode? “Ah, porque isso ofende os países árabes.” Não ofende, de forma nenhuma.

Nós temos conversado muito com países árabes, com países do Oriente Médio. Temos certeza absoluta de que um relacionamento profundo com Israel não significa, de forma nenhuma, um menor relacionamento com esses países. Já estamos formulando um programa de trabalho, por exemplo, com os Emirados Árabes Unidos, que é um parceiro fundamental. Além do poder econômico em si, é um *hub*, como os senhores sabem, de distribuição, de comércio, em toda a região, e para além dela – desde a Índia até o leste da África. Já iniciamos um projeto, por exemplo, para trazer mais investimento de fundos de investimento dos Emirados Árabes para o Brasil. Vamos começar um projeto de, através dos Emirados, conseguir mais acesso, por exemplo, ao mercado de produtos alimentícios da Índia, que é um mercado muito difícil de acessar diretamente. É até uma ideia dos Emirados Árabes, não foi nossa. Pareceu uma ideia esplêndida de incrementar, através do papel de *hub* distribuidor dos Emirados Árabes, a nossa presença nesse enorme mercado que é a Índia.

De modo que, não há nenhum indício de que nossa aproximação com Israel redunde em perdas comerciais com os países árabes, muitíssimo pelo contrário. Essa visão, de novo, eu acho que faz parte daquele processo de que, se a narrativa conflita com a realidade, pior para a realidade; segue a narrativa. Ou seja, o processo ideológico. Desde 1º de janeiro, antes até, durante a transição, quando começamos a falar de um relacionamento maior com Israel, começou-se a disseminar, por essas narrativas na mídia, que o relacionamento com Israel redundaria em perdas comerciais com os países árabes. Isso não está acontecendo, e as pessoas continuam falando disso.

Então, bem, vamos em frente, porque vai continuar, tenho certeza, não acontecendo. Vamos continuar falando com todos os países, continuar comerciando, vamos construir novos projetos com esses países. Por quê? Porque a nossa política baseia-se na realidade, e não nesses conceitos ultrapassados de que o Oriente Médio é um conflito entre Israel e os países árabes. Isso não é mais a realidade da região. Isso eu vi, pessoalmente, sobretudo na reunião onde eu estive, em Varsóvia, na Conferência sobre Paz e Estabilidade no Oriente Médio, onde conversei com vários Chanceleres de países árabes e de Israel, no caso, o Primeiro-Ministro de Israel; estavam todos presentes, e conversando entre eles, inclusive. E na nossa visita a Israel também ficou claríssimo que a dinâmica daquela região não é mais essa, de forma nenhuma. E que, portanto, a nossa inserção não pode ser uma inserção baseada numa geopolítica dos anos 70, que é o que muitas pessoas ainda têm na cabeça.

Outro exemplo: a UNASUL. O espaço sul-americano, melhor dizendo. Durante anos, todo mundo falando mal da UNASUL, e com razão; um bloco que se tornou não um bloco de integração, mas, eu digo muito, um bloco de desintegração, porque o objetivo era separar os países da região entre aqueles que optavam por uma ideologia e aqueles que optavam por outra, e pressionar os países que não optavam por uma ideologia de esquerda, e fechar a região a influências do resto do mundo. Esse era o objetivo da UNASUL. Portanto, desintegrar internamente e desintegrar do resto do mundo. Ao mesmo tempo, sem cumprir com a sua vocação original, de integração física e integração de infraestrutura.

Aí, vamos na viagem ao Chile e participamos, colocando todo o peso do Brasil em favor de um novo instrumento no espaço sul-americano, o PROSUL, uma iniciativa chilena, mas com todo o nosso apoio, que tem por base um compromisso democrático e um compromisso com o livre mercado, com a integração econômica. Aí nos dizem: “ah, não pode. Isso é ideológico. Vocês estão trocando

uma ideologia por outra.” Democracia não é ideologia. Se alguém acha que democracia é ideologia, temos aí algum problema. Tenho certeza de que, no espaço sul-americano, esse novo enquadramento político da região será extraordinário para a integração verdadeira da região, para a integração, através dos instrumentos que já existem, vários acordos de livre comércio aqui ou ali. Existe uma dinâmica que nós verificamos, lá, na reunião em Santiago, extraordinária, de um novo impulso através de um compromisso político com a integração.

E continuamos seguindo em frente, recuperando, também, o tempo perdido em várias outras vertentes. Por exemplo, o acordo MERCOSUL-União Europeia, de cujo começo eu participei, pessoalmente, em Bruxelas, quando o mandato europeu foi lançado, em 1999, no começo das negociações; depois, com o Embaixador Regis, participamos intensamente do quase fechamento, quase conclusão das negociações, por volta de 2004, que infelizmente não aconteceu, e tenho certeza absoluta de que vamos conseguir fechar em breve. Houve, já, nesses três meses de governo, avanços importantes. O Brasil fez movimentos que não tinha feito antes, mostrando claramente o nosso compromisso de concluir esse acordo de maneira favorável aos nossos interesses, evidentemente. Claro, um acordo real. Vamos conseguir, sem dúvida, um bom acordo. Gostaríamos de conseguir um ótimo acordo, mas, vamos, tenho certeza absoluta, conseguir o melhor possível, e colocar isso para funcionar.

Inclusive, essa é a base, digamos – falando da Argentina, especificamente – da nossa revalorização e reconexão do relacionamento com a Argentina. Hoje, talvez o principal interesse argentino (não quero interpretar por eles), mas talvez o principal interesse argentino na política comercial do MERCOSUL seja a dinamização das negociações externas e, muito especificamente, a conclusão desse acordo com a União Europeia, que pode atrair investimentos, que pode dinamizar a economia argentina, que tem sofrido um baque grande, assim como a nossa. E eu tenho certeza que no dia que nós

concluirmos o acordo, vamos ser criticados por concluir o acordo, mas continuaremos fazendo.

Temos avanços importantes nas negociações com o Canadá, com a EFTA e com a Coreia do Sul. Não quero prever prazos, mas com todos esses parceiros vamos avançar o mais rapidamente possível, usando toda a criatividade e capacidade negociadora que nós temos e preenchendo esses quadrantes vazios, que são basicamente os quadrantes do relacionamento com as grandes economias do mundo, com países avançados, nos conectando com os centros dinâmicos, com países que podem nos trazer investimentos com tecnologia, etc.

E, ao mesmo tempo, reconhecendo, também, como dizia o Dr. Skaf, a enorme importância do nosso relacionamento com a Ásia, e muito especificamente com a China. Aqui, também, eu acho que há uma visão, uma narrativa totalmente equivocada de que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos significa uma ameaça, de alguma maneira, à China, e que isso, de alguma maneira, ofende os interesses chineses. Não vejo, de nenhuma maneira, como é que isso possa ser assim. Acho que o que nós temos é o relacionamento com economias muito diferentes, onde em cada um é preciso perseguir os objetivos específicos daquele relacionamento.

Com os Estados Unidos, nós temos uma interconexão já enorme em termos de investimentos mútuos e, talvez, uma das principais coisas que esse relacionamento possa trazer é o desenvolvimento tecnológico, através de mais pesquisa e desenvolvimento de companhias americanas no Brasil; através de novos investimentos de teor em tecnologia; através de uma interconexão regulatória; facilitação de negócios; acordos de reconhecimento mútuo, por exemplo; outros tipos de avanços nessa linha. Recuperando, também, uma tradição, talvez, da economia brasileira, que foi um pouco desprezada, de ter os Estados Unidos como um dos principais, senão o principal parceiro de desenvolvimento nessas áreas de alta tecnologia.

Enquanto que, com a China, nós temos um relacionamento, do agronegócio, absolutamente fundamental, e também, há muitos anos, se fala, por outro lado, que esse relacionamento tem que se diversificar, que nós precisamos tanto ter produtos agrícolas, alimentícios de maior valor agregado, quanto, até mesmo, alguns produtos industriais; colocá-los no mercado chinês. Isso não tem acontecido. Aqui também precisamos recuperar o tempo perdido. Como? Negociando de uma maneira correta, inteligente. Porque o que vinha acontecendo é que a China, que é um país organizado, um país que cuida muito bem dos seus interesses, negociava muito bem e obtinha os seus ganhos, para os seus interesses, enquanto o Brasil não conseguia articular isso de maneira correta. Nós tendemos – em outros relacionamentos também, mas no caso da China, que é um relacionamento amplo, de amplo aspecto – a ver individualmente os nossos interesses. Então, os interesses no mercado agrícola; no mercado de carnes, por exemplo; na tecnologia; nos investimentos chineses no Brasil, nos investimentos em recursos naturais, da China, no Brasil, por exemplo, mas tratando cada um individualmente. Enquanto a China trata tudo isso em conjunto, que é o que tem que ser.

Então, nosso esforço, agora, no processo de preparação para a COSBAN, a comissão bilateral Brasil-China, que será no final de maio, é tentar fazer o que já devíamos ter feito, que é essa organização dos nossos interesses para podermos negociar, e não, simplesmente, ceder em todos os pontos, que é o que vinha acontecendo. E eu tenho certeza, também, mais uma vez (não quero prever, espero que isso não aconteça, mas tenho o palpite) de que, ao conseguirmos – como, tenho certeza, vamos conseguir – uma ampliação da presença no mercado chinês, uma diversificação, com um maior valor agregado, também vamos ser criticados. Algum pretexto vai ser encontrado para criar uma narrativa.

Bem, em termos de presença nossa nos mercados, acho que também é importante uma atualização dos processos, dos métodos do Itamaraty. Aí é mais uma coisa interna, nossa, um dever de casa, evidentemente. Mas, a esse respeito, nós vínhamos conversando no avião com o Embaixador Norberto, uma história que eu acho muito paradigmática. Uma vez me contaram, há muitos anos atrás, um colega assistiu a uma conversa entre o Embaixador do Brasil e o Embaixador da Nova Zelândia na Turquia, em Ancara, e o Embaixador do Brasil começou a fazer uma análise da política interna da Turquia, falar das próximas eleições para o parlamento, das diferentes correntes, os conservadores, os liberais, e tal, fazer toda uma construção, como seriam as alianças. Depois de meia hora de análise política, o Embaixador da Nova Zelândia falou: “olha, eu não estou muito interessado nisso não; eu estou aqui para vender carneiro” (*I’m here to sell lamb*). E eu acho que isso é fundamental, que nós tenhamos um pouco essa perspectiva.

O Itamaraty tem uma capacidade extraordinária, um quadro extraordinário, mas vem carecendo de direção, prioridade, plano, programa. Nós temos embaixadas que estão distribuídas pelo mundo e poderiam estar atuando de maneira muito mais cirúrgica, muito mais direta, e isso não vem acontecendo porque se criou uma tradição de que as embaixadas estão ali simplesmente para acompanhar a realidade dos outros países. Claro que isso é interessante, mas falta essa dimensão direta, digamos, de um programa de trabalho específico, que, justamente, tem que ser bilateral, tem que ser com cada país uma relação diferente.

Por isso que, por exemplo, nosso antigo Departamento de Ciência e Tecnologia nós transformamos em Departamento de Promoção Tecnológica. Não é simplesmente uma mudança de nome. É a tentativa de uma mudança de cultura. Era uma área onde, basicamente, o Itamaraty vinha fazendo negociação de acordo de cooperação científica e tecnológica com diferentes países. *Okay*, mas

chega um ponto onde você já não tem mais países com quem negociar acordos de ciência e tecnologia. O importante é implementar esses acordos, implementar a efetiva cooperação em tecnologia, trazer a tecnologia para o Brasil, e isso não vinha acontecendo. Então, agora, a ideia é que nós, claro, em cooperação, no caso, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, usemos a nossa rede de postos para identificar quais são as tecnologias interessantes nos países x, y, z que nós precisamos atrair para o nosso processo de desenvolvimento, para a nossa indústria, para a nossa competitividade. Coisa que, por exemplo, a Coreia faz. A Coreia tem um sistema extraordinário onde embaixadas recebem, digamos, demandas para identificar processos, materiais, projetos que possam ser importantes para determinados elementos da indústria coreana. Isso é uma coisa que a gente precisa fazer. Com Israel, esse novo relacionamento vai ser extraordinário nessa dimensão, para capturar não só os investimentos específicos, mas a cultura do empreendedorismo de inovação e tecnológico de Israel, que é a nação *start-up*, quer dizer, um polo gigantesco de desenvolvimento tecnológico, só para dar esse exemplo.

Então, eu acho que nós vivemos um pouco uma época em que se falava muito de pragmatismo, mas não se exercia esse pragmatismo. O pragmatismo virou um pouco um mito, uma mitologia do pragmatismo. Acho que tivemos momentos ideológicos, sim, e os momentos não ideológicos também, de certa forma, foram ideológicos, porque não buscaram as mudanças efetivas e essa intervenção, digamos, na realidade. Acho que o pragmatismo virou uma figura de discurso. Isso tem a ver com um país que, de certa forma, não sabia o que era, não sabia o que queria ser no mundo, não sabia o que queria. Então, quem não sabe quem é e quem não sabe o que quer acaba não fazendo nada, por medo de errar. Eu acho que o medo de errar não pode ser o princípio de política externa, não pode ser o princípio de nada. E vinha sendo. Infelizmente, vinha sendo. A nossa atuação no mundo vinha-se atrofiando.

E aí, também, é isso que está acontecendo hoje, nós estamos botando esse corpo para funcionar. E aí, claro, os músculos estavam atrofiados, estavam, ali, parados, e dói; quando você começa a mexer, dói. Isso faz parte das críticas que nós estamos sofrendo, e espero que continuemos sofrendo, porque elas refletem coisas, tenho certeza, boas que nós estamos fazendo. Espero que mude um pouco, quando as pessoas comecem a entender melhor. Mas, no momento, acho que é bom que venham as críticas, porque é sinal de que estamos forçando músculos que estavam parados, que estavam atrofiados.

Outra dimensão fundamental, falei um pouco disso já, do agronegócio. Na nossa estrutura de atuação internacional, tivemos uma área completamente defasada nessa dimensão de agricultura, que se concentrava simplesmente nas negociações da OMC, o que é importante, claro, subsídios, etc., acesso a mercados no plano da OMC. Mas e na promoção? Na promoção do agronegócio? Nós tínhamos um Departamento de Promoção Comercial que se concentrava muito em produtos industriais (e mesmo assim, acho que podia fazer mais, também, nessa área), mas onde o agronegócio, que é uma parcela tão significativa da economia brasileira, e, talvez, metade das exportações, não tinha um papel tão relevante. Então, criamos, também, um Departamento de Promoção do Agronegócio. Não é simplesmente uma questão de nomenclatura; é uma questão de prioridade. Claro que as coisas demoram um pouco para funcionar, porque também o Itamaraty era (não só o Brasil, acho que o Itamaraty, claro, como parte do Brasil) um pouco essa máquina que não estava usando os seus músculos, esse organismo que não estava usando seus músculos. Então, demora um pouco para essa nova atuação começar a funcionar. Mas eu tenho certeza de que ela vai funcionar.

Nessa dimensão, também, nós estamos tentando romper a fragmentação que existia na nossa diplomacia, na organização e na atuação do Ministério das Relações Exteriores, onde as áreas

atuavam de maneira muito fechada, em cubículos. Para dar um exemplo: de um lado, o agronegócio; do outro lado, a área de meio ambiente; e essas áreas não dialogavam. O meio ambiente fazia certas coisas, um pouco, também, com imagem, com a narrativa de que “ah, o Brasil é um líder em negociações ambientais” (eu não sei se é, mas, enfim), sem nenhuma atenção, no mais das vezes, para em que medida as negociações ambientais afetam os interesses da agricultura, do agronegócio brasileiro.

Como se também houvesse essa perspectiva, que eu critico muito, do Itamaraty como representante da ONU no Brasil. Nós estamos acabando com isso. A função do Itamaraty não é pegar esses consensos multilaterais e forçá-los dentro da nossa realidade. Ao contrário: é pegar a nossa realidade e ver como as nossas negociações multilaterais podem e devem refletir os interesses brasileiros. Nós não estamos para trabalhar pela ordem global, nós estamos para trabalhar pelo Brasil.

E isso era muito claro nessa política ambiental. Eu estou generalizando um pouco, e não quero criticar, também, as pessoas que faziam isso de maneira muito competente, mas, de um modo geral era isso: conduzíamos uma política ambiental que não refletia os interesses, no caso, do nosso agronegócio. Estamos tentando romper isso. Está aqui o Dr. Evaristo, que é uma inspiração e uma fonte fundamental de conhecimento nessa área, para mostrar que o agronegócio brasileiro é extraordinariamente competitivo e é aquele que mais respeita o meio ambiente no mundo, certamente, pelo menos entre os grandes *players* nessa área. Isso não era refletido nas políticas brasileiras. Não era refletido. E tem que ser. Nós temos que ser proativos nisso.

Então, por exemplo, os problemas que nós vemos na questão do Acordo de Paris, um deles é esse: é que ele traz embutido um certo viés antiagrícola. Ele é muito inteligente, digamos, no ponto

de vista de quem o formulou, porque ele não tem dentes, mas ele morde, e a mordida dele dói. Então, dizem “ah, mas não é um acordo vinculante”, mas, se não tomar cuidado, ele é um acordo que pode punir a agricultura brasileira e a competitividade do agronegócio brasileiro. Então, é um tipo de coisa que eu converso muito com o Ministro Salles, do Meio Ambiente, acho que estamos totalmente na mesma página nisso. Também a questão da maneira pela qual esse acordo, e outros instrumentos ambientais, permitem uma atuação totalmente descontrolada de ONGs que prejudicam a nossa utilização de recursos minerais, por exemplo, de recursos naturais. Isso é algo que, também, nós estamos atacando e com base nesse conceito integrado. Nós não estamos aqui para, simplesmente, implementar, internalizar normas multilaterais. O Brasil é um país que tem peso para influenciar nessas normas e para tentar que, em uma certa medida, pelo menos, essas normas reflitam os nossos interesses; ou que, pelo menos, não firam os nossos interesses.

Bem, deslocando um pouco, para o tema da Venezuela, que já foi citado aqui. Acho que é um tema muito presente na nossa atuação cotidiana, e é importante comentar, embora não tenha necessariamente a ver com essa dimensão econômica. Mas, justamente, o ponto é que tudo tem a ver com tudo. E ficou claro para nós, desde o dia 1º de janeiro, que conviver, do outro lado da fronteira, com um país completamente em colapso e controlado por uma ditadura sanguinária não é um problema diante do qual nós possamos, simplesmente, enfiar a cabeça na areia e fazer uma resolução genérica dizendo que estamos preocupados e ir para casa.

Então, estamos tentando firmemente, de maneira muito intensa, desde o começo desse governo, utilizar os nossos recursos diplomáticos, movimentar os nossos músculos, na medida em que os tenhamos, para tentar mudar essa realidade, que é uma realidade que ameaça a segurança nacional, que pode provocar uma crise migratória maior do que aquela que já existe. E não deixar que se

crie essa sensação de que é normal você ter uma situação como a da Venezuela, do outro lado da nossa fronteira, e de que fazer qualquer coisa em relação a isso seja uma temeridade.

Nós estamos plenamente dentro do direito internacional, plenamente dentro dos princípios de política externa inscritos no art. 4º da Constituição brasileira, mas, agindo em função dos nossos interesses. É difícil? É. Claro que é difícil. Mas o que havia era o medo, de que eu falei. Nossa política externa era baseada no medo de errar, no medo de fazer qualquer coisa que possa parecer, de qualquer maneira, criticável por alguém. Está bem, é uma maneira de fazer política externa. Mas não é a nossa. Não é a nossa. Simplesmente, era uma política que (não sei se funciona, em português, essa metáfora) chutava a lata para adiante no caminho; várias latas, quando apareciam.

Então, a Venezuela está aqui, está na nossa frente e vamos trabalhar dia e noite para conseguir a transição democrática na Venezuela, usando a pressão internacional, dentro do direito internacional. Tenho cada dia mais certeza de que isso é possível, embora seja mais lento do que parece; e é preciso não esmorecer nesse sentido e não nos deixar cair nessa coisa de “ah, não deu certo”. É difícil? Claro que é difícil. Mas vamos continuar.

E, também, sobretudo o seguinte: eu falei que não tinha a ver com a dimensão econômica, mas claro que tem, porque, no momento em que a Venezuela recuperar a democracia, a Venezuela vai se tornar um instrumento extraordinário, um polo extraordinário de investimentos. A reconstrução da Venezuela vai criar oportunidades econômicas gigantescas, e nós, o Brasil, terá que se capacitar, terá que estar presente para aproveitar essas oportunidades.

Bem, voltando um pouco, falando de instrumentos, quando eu falei de toda essa dimensão da promoção comercial, outro desafio nosso, e, ao mesmo tempo, uma oportunidade incrível é a Apex.

Durante os últimos dois anos, a Apex já era, formalmente, parte da estrutura do Itamaraty, mas não o era na prática. Era uma agência que funcionava de maneira independente e, de acordo com o diagnóstico que nós temos feito, com muito desperdício, com muita ineficiência. E estamos embarcados em um processo muito profundo, e que não é fácil, em primeiro lugar, de desaparecimento da Apex, que trazia vícios que vinham do tempo da sua criação, e da maneira como foi utilizada em certos governos; de realmente criar uma conexão real e eficiente entre a Apex e o Itamaraty, para que não haja duplicação e, ao contrário, que se potencializem essas duas dimensões.

E fazer as coisas, ganhar em eficiência, agir em novas dimensões, em novos mercados além dos tradicionais. Por exemplo, colocar a Apex mais em favor do agronegócio brasileiro, que também era uma área muito negligenciada naquela agência. Ter um plano de trabalho; ter, não simplesmente, uma coleção de feiras ou de missões comerciais, mas que isso responda a uma estratégia, e que essa estratégia seja a mesma do restante da promoção comercial no Itamaraty, ou seja, ter um enfoque concatenado; ter um enfoque de estratégia; ter um enfoque, de novo, de saber qual é o carneiro que nós queremos vender em cada país e usar todos os instrumentos que nós temos para vender aquele carneiro.

E, ao mesmo tempo, capturar também investimentos, utilizar as coisas boas que a Apex tem, que é a sua flexibilidade, a sua capacidade de ação, para dar peso, dar concretude a esses canais que nós estamos abrindo, de investimentos, sobretudo em áreas de tecnologia de ponta, com grandes parceiros, mas, também, em áreas de infraestrutura. Eu acho que, como em qualquer caso, isso leva algum tempo, porque faz parte de um processo de transformação muito amplo, que é do Brasil, que é do Itamaraty como um todo, e que é de toda essa área de promoção comercial muito especificamente.

Voltando um pouco àquela parte inicial da questão da aliança liberal-conservadora, e de como essa estruturação e essa nova mobilização da sociedade em favor de uma pauta econômica, e vice-versa, pode nos levar para um caminho completamente diferente de crescimento e de desenvolvimento. Dizem muito que nós somos Trumpistas – o que, de certa forma, é verdade, porque eu, pessoalmente, admiro muito o Presidente Trump e as mudanças que ele introduziu – mas, em grande medida, acho que somos até mais Reaganistas. Acho que precisamos pensar muito no exemplo do Presidente Reagan nos Estados Unidos.

Na presidência anterior, de Jimmy Carter, os Estados Unidos viveram um momento de, praticamente, depressão coletiva, como o famoso discurso do *malaise*, de Carter, acho que em 1979, em que, até falando com muita sinceridade, ele diz que o país está deprimido; que ninguém sabe o que quer, ninguém sabe onde vai. Um discurso que acabou e as pessoas saíram chorando, sem nenhuma perspectiva de futuro. O Presidente chegou e falou mais ou menos assim:

Olha, está tudo ruim e vai continuar ruim mesmo, não tem jeito; inflação; estamos perdendo a Guerra Fria; temos que nos conformar e ser maduros, nos conformar com a decadência americana; vamos nos fechar aqui e levar a nossa vidinha.

E chegou o Ronald Reagan e transformou tudo isso. Transformou como? Com uma combinação de patriotismo e abertura econômica. Basicamente foi isso. Duas coisas essenciais uma para a outra. Uma não teria acontecido sem a outra. Toda a *Reaganomics*, que também é criticada, e foi criticada na época, mas que produziu vinte anos, talvez, de crescimento nos Estados Unidos. E uma política externa que também foi extremamente criticada. Diziam que o Reagan era louco, diziam que o Reagan ia provocar uma Terceira Guerra Mundial, e o que aconteceu é que, sem disparar um tiro, venceu a Guerra Fria, grosso modo.

Isso tudo foi possível por quê? Porque partia da base de um sentimento popular, de reavivar um sentimento de patriotismo. Então, eu acho que tem muito a ver com isso. Contrasta-se muito aquele discurso de Carter, do *malaise* – porque eu acho que o Brasil viveu também um período de *malaise* durante muito tempo, e acho que estamos saindo dele de uma maneira muito semelhante –, contrastava-se aquele discurso com o discurso do Reagan, e um comercial do Reagan logo no começo do governo que dizia: “*it’s morning in America*”, que ficou muito famoso. E isso não é uma questão de *slogan*, não é uma questão de propaganda.

Isso é o que eu queria transmitir para os senhores – é a minha convicção, posso estar errado –, de que essa mobilização que o Presidente Bolsonaro trouxe, essas expressões, que não são expressões de campanha, toda essa questão de amor e coragem que a gente fala tanto, todo o lema do Presidente, o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, isso é para valer. Isso é a substância da transformação que nós estamos querendo fazer. Isso é a única maneira de transformar o Brasil.

Então, eu queria dizer que *it’s morning in Brazil!*

17. Palestra no Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI), em Buenos Aires (09/04/2019)

Versão original, em espanhol:

Muchísimas gracias, Ministro Rodríguez Giavarini,

Es un enorme honor y alegría para mí estar acá. Señores Embajadores, Subsecretarios, autoridades, señor Embajador de Brasil, señora Cónsul-General de Brasil, queridos amigos, es realmente una gran alegría.

Quería empezar hablando de una cosa de mi biografía que no está en la introducción – y muchísimas gracias por la magnífica introducción – que hizo el Ministro Giavarini. Todo fue muy interesante, seguramente. Pero, decía, algunos puntos que no estaban en los puntos biográficos que se eligieron.

Conocí Buenos Aires en 1982, con quince años. Vine con mis padres por la primera vez que salía de Brasil, y nunca me olvidaré de la sensación de maravilla que me tomó cuando llegué y vi lo que parecía realmente un lugar completamente distinto, un mundo que en Brasil ya había desaparecido (que yo conocía por historias de mis padres), un mundo de cafés en la calles y teatros, ese tipo de cosa. Claro, que siguen existiendo, pero me pareció realmente una especie de realidad paralela donde yo llegaba. Yo paseaba en la calle Florida con asombro, con una cosa tan distinta. Es claro que las impresiones de la juventud son muy impactantes.

Nunca me olvidé también de esa sensación de llegar por la primera vez en otro país, ya salir del avión y ver a la gente hablando otra lengua y con otro porte, otra actitud. Eso realmente era como

llegar en un universo paralelo. Y desde entonces, reflexionando sobre eso, me di cuenta de que cada país, cada nación es un universo propio, es una realidad paralela, de alguna manera. Como decía el gran poeta Fernando Pessoa, “cada nación es un misterio, y cada una es todo el mundo a solas”. Cada nación contiene una visión distinta de todo el mundo.

Entonces, me di cuenta de que no solamente las calles de Buenos Aires eran distintas de las cuadras de Brasilia, sino que, en Buenos Aires, las calles de Londres o las arenas del Sahara o las murallas de Jerusalén son distintas de las murallas de Jerusalén tal como existen en Brasil. Eso es una riqueza extraordinaria del género humano. El hecho de que en cada nación se contenga todo el mundo, y que sean mundos de alguna manera distintos, algo que el globalismo actual se apresura en apagar y que, en mi entendimiento, hay que preservar: esa diversidad, el hecho de que seamos únicos, cada uno, y que nos acerquemos a partir de una afirmación de esa identidad, y no de su negación.

También, si me permiten seguir un poco con una digresión personal, por esa época del viaje a Buenos Aires, en ese principio de los años 80, empezó mi pasión por Jorge Luis Borges, un autor que, desde entonces, cada vez que leo, descubro cosas nuevas, y siempre digo que es un autor que da ganas de sentir las cosas de una manera distinta. Desde entonces yo convivo con ese gran escritor, como un maestro; yo diría, pretensiosamente, como un amigo, como un padre espiritual.

Y si me permiten, a veces (esto yo pensaba hoy cuando venía en el avión), quizá yo sea un personaje de Borges, de alguna manera. Consigo imaginar un cuento de Borges donde un oscuro diplomático, en alguna tarde de Brasilia, se sentó y escribió un artículo sobre Trump, donde, además de hablar de política, hablaba, por ejemplo, de Eneas, cuando llega al Lacio y se da cuenta de que se cumplió

la profecía, de que llegó a la tierra que los dioses le prometieron, y se pone de rodillas, diciendo *Salve fatis mihi debita tellus*. Y donde hablaba de otras cosas, de las legiones romanas cuando llegaron la primera vez a Lusitania, y por ahí. Y ese oscuro diplomático, de un país con problemas de pobreza, de corrupción, de crimen, se daba cuenta de que somos parte de esa misma aventura de Odiseo y de Eneas, y que quizá solamente seremos felices cuando descubramos que hacemos parte de esa aventura.

Y sigue ese hipotético cuento de Borges contando que aquellas líneas sobre el Occidente, un Occidente mítico, de alguna manera, llegaron a los oídos de un candidato a Presidente, un candidato que, contra todos los consejos, o por una gran convicción personal, hablaba de Dios y de la patria como realidades presentes, y que llamó ese oscuro diplomático para ser su canciller. Y ese personaje ahora está aquí en Buenos Aires diciendo esto (quizá sin saber que está en alguna especie de sueño) y cree (absurdamente, quizá) que con esa actitud podemos recuperar raíces y culturas, podemos quizá ayudar a cambiar un poco el mundo.

Bueno, en ese momento, decía yo, en ese texto, que el Occidente es sobre todo un proyecto literario. Y de alguna manera, lo que estamos intentando a partir de Brasil, aunque sea sobre todo un proyecto político y económico (y ahí es una distorsión mía, así como del Embajador Danese, que estudiamos literatura en la universidad), es también un proyecto literario, porque es un esfuerzo de los brasileños de reconocerse y de investigarse y de “desolvidarse” para encontrar su verdad, de alguna manera, y ese esfuerzo solamente puede darse por la palabra y por el discurso.

Yo volví muchas veces a Buenos Aires desde entonces, para negociaciones del MERCOSUR, sobre todo, y siempre con una renovada alegría. Esta ciudad, este país nunca perdió para mí ese encanto de la primera experiencia. Seguro que ustedes, así como

nosotros en Brasil, pasamos por muchas cosas desde entonces. Y en un cierto momento me acuerdo que estaba acá para una reunión, hacia 2004, más o menos, y escuché de un colega que, hablando de la crisis reciente que Argentina había pasado y de la situación de entonces, me decía que finalmente Argentina se asumía como un país latinoamericano.

Y me pregunté entonces, y me pregunto hoy, lo que quería eso decir. Bueno, sabemos lo que quería decir (cosas semejantes se han hablado de Brasil), pero me permito hablar un poco de ese momento. Yo creo que era algo muy dañoso, de alguna manera, porque quería decir que un país no tiene derecho a ser una individualidad, que tiene solamente que jugar un rol predeterminado por su geografía o por algún trazo superficial; que un país tiene que ser un país genérico, según un cierto estereotipo. Yo creo que eso es bueno para los que creen que es bueno que las naciones desaparezcan, o que se vuelvan solamente accidentes, y no entidades distintas.

Nada en contra, absolutamente nada en contra de ser latinoamericano; lo somos todos, con mucho orgullo. Pero la manera como en aquel momento ese concepto lo vi ser usado me impactó mucho, porque significaba, me parece, la desconexión con las raíces de uno, incluso con las raíces autóctonas de países como Brasil y Argentina, que son igualmente negadas por ese pensamiento estereotípico. No es solamente una cuestión de negar la parte, digamos, occidental de nuestra experiencia, pero todas las experiencias son diluidas y negadas por ese tipo de pensamiento.

Es curioso, porque el término “latinoamericano”, o “América Latina”, nos remite al Lacio, a la matriz de nuestra civilización, pero justamente es utilizada, muchas veces, para alejarnos de esa matriz. Creo que una de las tareas que tenemos es repensar, replantear nuestra latinoamericanidad, y en eso, seguramente, Brasil y Argentina tienen un papel central.

Durante algunos años, digamos más o menos del 2003 al 2015, sobre todo en el comienzo de este periodo, se concibió la sociedad Brasil-Argentina como algo que debía aislarnos del mundo, aislarnos por ejemplo de Estados Unidos, también de Europa, algo que debería bloquear el comercio y los flujos de inversiones con ciertos socios, sobre todo con socios democráticos, un momento, me parece, de una falsa concepción de integración y de relación preferencial Brasil-Argentina, que contrastaba con ese sueño que apuntalaba el Ministro Giavarini de una nueva sociedad que se creó en los años 80.

En esa época, un gran embajador brasileño y exponente de una cierta escuela de pensamiento, a quien respecto intelectualmente muchísimo, que es el Embajador Samuel Pinheiro Guimarães, escribió un libro llamado, en portugués, *Quinhentos anos de periferia* (500 años en la periferia, o algo así), que pretendía ser la historia de nuestro rezago, pero que no identificaba correctamente, en mi modesto entendimiento, las causas de ese rezago. Las causas son, claramente (y eso el pueblo brasileño lo está identificando, y eso es mucho la raíz del cambio político que está pasando), las causas son un Estado patrimonialista, como decimos (no sé si existe en castellano), y la asignación de los recursos de la sociedad por interferencia política, y no por una lógica propiamente social o económica.

Pero la idea que esa corriente sostenía, y que creo que existió en ese momento muy fuertemente en nuestros dos países, era una lógica de exclusión y de desarrollo autónomo que no deja de ser un proyecto, de alguna manera, suicida. No sé si fue Brasil que intentó arrastrar Argentina por ese camino, o si fue el contrario, como uno de esos pactos de parejas que quieren suicidarse juntas, pero en ese caso nos dimos cuenta de que ese libro *Quinhentos anos de periferia* no era una historia, sino un programa de trabajo de una cierta corriente de pensamiento; era una garantía de que, en los próximos 500 años, si se ejecutara esa idea de desarrollo autónomo, seguiríamos en la periferia.

Y en nuestro caso, la política exterior hizo parte de ese proyecto. Un proyecto que, en mi entendimiento, fracasó. Un proyecto de autonomía que generó estagnación económica, criminalidad creciente, corrupción y tantos otros problemas. Y ahora tenemos la oportunidad de cambiarlo en Brasil. Algunas personas dicen que no se puede cambiar; que hay tradiciones de política exterior que no se pueden tocar; y que las ideas no tienen lugar en la política exterior. Eso escucho de distintas maneras en esos meses en que me tocó ese gran honor que me hizo el Presidente, de estar al frente de la política exterior. Es una concepción extraña de que se debe hacer política, sea exterior o cualquier política, sin ideas, sin pensamientos, solamente repitiendo fórmulas y por ahí buscando el comercio, como si el comercio fuera algo independiente de la esencia de una nación.

Pero esa ausencia de ideas en la política exterior, en Brasil, seguramente, no resultó. El alegado comercialismo no resultó en acuerdos comerciales. El materialismo y la ignorancia de los valores de nuestro pueblo, por ejemplo, de los valores cristianos de un 90% de la población brasileña, no resultó en prosperidad material. La educación sin valores se desplomó.

Y ahora dicen que no podemos hablar. Algunos dicen que solamente debemos hablar de estadísticas comerciales, que no podemos manejar ideas, que no podemos hablar de valores, que no podemos sino repetir posiciones como se estuviéramos en una especie de teatro *kabuki*, donde eternamente se repiten las mismas frases o los mismos silencios, digamos. Ya me dijeron que, cuando utilicé la palabra “alma”, estaba ofendiendo a un cierto país. Cuando digo la palabra “libertad” estoy ofendiendo a otro.

Yo creo en el poder de las palabras, porque es todo que la diplomacia tiene en última instancia. Entonces creo que hablar de la libertad, por ejemplo, puede inducir a que se luche por la libertad, y que hablar del alma puede recordarnos que tenemos una. Se puede

analizar de manera distinta, pero creo que esa diplomacia sin sangre y sin alma no funciona como parte de un proyecto de país.

Lo que hubo fue un país que perdía la batalla de ubicarse en las cadenas globales de valor y que perdía la carrera tecnológica, por problemas identificados casi por consenso en Brasil. Pero ahora que tenemos una política, determinada por el Presidente Bolsonaro, que intenta acercarnos de los principales centros tecnológicos y de innovación del mundo por ejemplo, como Estados Unidos e Israel, para recuperar un poco de ese tiempo perdido, los críticos nos dicen que no podemos. No entiendo muy bien, porque esas mismas personas decían que identificaban los problemas de rezago tecnológico y de otros, pero vivíamos en Brasil hoy día, a veces, una situación rara en ese sentido.

Volviendo a la relación Brasil-Argentina, por suerte, rompimos aquel pacto del cual hablaba, aquel pacto de retraso. Primeramente, ustedes a partir de 2015, y ahora nosotros, intentamos cambiar el sistema, aunque sea muchísimo difícil. Es muy difícil. Y necesitamos, creo, uno al otro para seguir adelante en esa misión de recuperar el tiempo perdido, y de recuperarlo a partir de nuestra identidad. Creo que necesitamos de un nuevo pacto a nivel de ideas, a nivel filosófico y no solamente en nivel económico entre nuestros países. Un pacto, claro, hacia la libertad y a la prosperidad, pero con nuestras identidades propias y con nuestros valores “civilizacionales”.

Estamos intentando reconectarnos con el occidente democrático, lo que no significa de ninguna manera un demérito de otros socios, sino la recuperación de un tiempo perdido. Queremos una región de democracia e integración, como nuestros dos países, entre otros, establecimos en el nuevo proceso sudamericano, en la reciente cumbre de Santiago.

Pero no nos quedaremos ahí, seguramente. Tenemos una enorme misión. Hay que seguir en esa doble vertiente, del aspecto “civili-

zacional” y del aspecto económico. Esos aspectos lo expresó muy claramente el Presidente Bolsonaro cuando, en el primer mes de su mandato, fue al foro de Davos, y en su discurso inaugural del foro dijo que nuestro propósito es abrir la economía e regenerar nuestros valores. Creo que él ha sido el primero mandatario que pronunció la palabra “Dios” en Davos, en su discurso de apertura. Quizá un otro cuento de Borges podría ser “Dios en Davos”; quizá daría un cuento.

Tenemos una ambición que abarca cosas muy concretas. Por ejemplo, los grandes acuerdos donde el MERCOSUR está involucrado. Podemos en el corto plazo cerrar cuatro grandes acuerdos, por lo menos, en MERCOSUR: con Unión Europea, con Canadá, con Corea y con EFTA. Y podemos seguir hasta nuevos horizontes, quizá con flexibilidades, como ya se están discutiendo, si fuera el caso, pero uniendo las voces en defensa de nuestros valores.

Yo creo que una Argentina auténtica y un Brasil auténtico pueden llevar esa voz a una distancia mucho más grande que nuestra región, trabajando, por ejemplo, en los organismos internacionales, en la OMC, en los foros de derechos humanos, por ejemplo, para que se defiendan los verdaderos derechos humanos, cooperando con el combate al crimen organizado y al terrorismo. Podemos tener un gran programa de apertura y al mismo tiempo de reconexión con valores fundamentales.

En Brasil, intentamos mantener ese programa, que no ha sido solamente una campaña electoral, un dibujo de marketing electoral, pero que realmente corresponde a una filosofía y a una dirección muy clara del Presidente. Creemos que el sentimiento y el impulso patriótico pueden ser un gran manantial de un cambio histórico en Brasil y, seguramente, en nuestra región.

En el caso de Brasil, la elección del año pasado ha sido un momento realmente único, ha sido un momento de reconexión nacional, de regeneración de un pueblo que quiere volver a ser un

pueblo, una entidad orgánica, viva y palpitante. Un pueblo que se reconoció en la figura de Jair Bolsonaro como en ninguna otra. Las personas han elegido, han votado, claro, con la cabeza y con el bolsillo, por la propuesta de una nueva racionalidad política y económica, para combatir la corrupción, la estagnación. Pero ha sido, sobre todo, yo diría (por lo menos conmigo fue así), un voto con el corazón. Claro que la gente quiere empleo, pero quiere también sentido en sus vidas. Quiere sentirse parte una comunidad histórica, y no solamente de un mercado.

Creo que estamos intentando traducir todo eso en acciones. Hablaba un poco, por ejemplo, de la sociedad con Estados Unidos, que empezamos a reconstruir con la visita que hicimos el mes pasado, a partir de cuestiones muy concretas, pero que estaban pendientes y que no se habrían resuelto, estoy seguro, sin la creación de un nuevo espíritu de confianza y de una ambición de mundo compartida. Como, por ejemplo, el nuevo acuerdo de salvaguardias tecnológicas, solamente para dar un ejemplo de un tema que parece muy técnico, pero por veinte años se había intentado entre Brasil y Estados Unidos a nivel técnico, y no había salido. Y finalmente logramos firmar ese acuerdo, seguramente (por lo menos es mi impresión) porque ahora tenemos algo más que el aspecto técnico, que es la creación de un nuevo clima, de una nueva visión.

Tenemos la acción por la democracia en Venezuela, algo que resulta de ese compromiso muy claro, muy directo del Presidente con la libertad. El Presidente, prácticamente en todos sus discursos, utiliza la palabra “libertad”, y no es por hacerlo, es porque cree, como creo también profundamente en eso. Hablé del discurso inaugural del Presidente en el foro de Davos, y fue muy criticado porque tenía solamente seis minutos, como si la importancia de un discurso se midiera por su extensión. Así que, estoy hablando mucho, ustedes pueden juzgarme también por la extensión. Tengo que aprender

más con el Presidente y concentrar más las ideas, seguramente. Se aprende muchísimo con él, además, de todo.

Pero Venezuela es un tema que se venía intentando hace tiempo hacer una diferencia, a partir de la comunidad internacional, sobre todo en nuestro hemisferio, pero siempre deteniéndose, siempre llegando solamente hasta el punto de expresar una preocupación o algún entendimiento genérico. Pero a partir de este año, con la participación de Brasil, y, claro, de todos los del Grupo de Lima, que es fundamental en ese proceso, dijimos “ya basta!”; hay que ayudar a crear una realidad democrática en Venezuela. “Eso”, se decía, “no se puede hacer, no se puede, desde afuera, retirar la legitimidad de un gobierno que ha sido, de alguna manera, resultado de una elección”. Decíamos que no; es una elección fraudada, es una elección no reconocida como tal por la OEA, por ejemplo. Un mandato que de eso resulta no tiene validez, y expresamos eso.

Se decía: “el problema de Venezuela es que la oposición no está unida y no comparte criterios.” Entonces, organizamos, en Brasilia, una reunión de los líderes de la oposición y del Tribunal Supremo en el exilio. Les ofrecimos un espacio para que hablaran, y de ahí salió una posición común. De eso resultó la toma de posesión legítima por Juan Guaidó, y seguimos trabajando en eso.

Solamente para decir que eso requiere una decisión, un compromiso con la realidad que está por detrás de las palabras. Porque, durante mucho tiempo, en Brasil seguramente, se pronunciaba un poco como un deber (como ese teatro *kabuki*, de que hablaba) la palabra “democracia”; se decía eso respecto de Venezuela, pero no se hacía. Creo profundamente en algo muy simple: que las palabras corresponden a una realidad, y tienen que corresponder. Entonces, cuando se habla de libertad, hay que hacer algo por esa libertad.

Brasil intenta también estar más presente en un tema donde estábamos un poco esclavos de convenciones y de falsas tradiciones.

En la OMC, por ejemplo. Debemos empezar a hablar de la reforma de la OMC, de nuevos temas, sin la preocupación de dividir en mundo en países desarrollados y países en desarrollo y pensar que debemos ubicarnos con unos y estar siempre en contra de los otros, cuando, en la realidad, lo que hay son, en ese ejemplo, determinadas prácticas que dañan la competitividad, que dañan el comercio, sean practicadas por quien sean, desarrollados o en desarrollo.

Hay que cuestionar, también, posiciones que, nos parecen, no reflejan las posiciones del pueblo brasileño o los intereses del Brasil, en muchos casos. En las negociaciones de medio ambiente, por ejemplo. Cuestionamos el hecho de que ellas son, muchas veces, conducidas por las organizaciones no gubernamentales (ONGs), por una gente que no se sabe de dónde viene, o que se sabe de dónde viene, y que involucra, muchas veces, una pérdida de soberanía.

Y hay que hablar de eso, sin miedo. Ya hicieron caricaturas mías con una sierra eléctrica, como si, por el hecho de que yo contesto, de que nuestro gobierno tiene tantos problemas con ese tema de la soberanía, en la Amazonía, por ejemplo, áreas que son sujetas a la influencia de las ONGs más que al Estado brasileño, como si eso implicara que queremos de alguna manera destruir la Amazonía. O sea, esos estereotipos delante de los cuales, en momentos anteriores, gobiernos, gobernantes, mandatarios se detenían; cuando recibían una crítica o se venían delante de un estereotipo, empezaban a pedir disculpas y reculaban. Porque ese es lo que quiere el sistema. Una de las muchas virtudes de nuestro Presidente es que no tiene miedo a esos estereotipos, y habla de las cosas a partir de los intereses y a partir de la realidad del pueblo brasileño.

Cuestionamos también, por ejemplo, el instrumento del Pacto Global de Migraciones, no porque seamos contra las migraciones, por supuesto, sino porque creemos que son cuestiones que tienen que tratarse a nivel nacional, y no por una entidad supranacional, y

no a partir de parámetros internacionales. Porque las realidades de la migración son distintas en cada caso, y adaptarlas a un mínimo denominador común no es provechoso.

De manera que queremos trabajar con la realidad, y no con la narrativa de la realidad; no aceptando los bloqueos mentales y al pensamiento. Reconociendo, por ejemplo, que las relaciones, por un lado, con Estados Unidos y, por otro lado, con China, tienen un carácter distinto en cada caso, y deben organizarse de manera distinta. Pueden ser inmensamente provechosas en los dos casos, pero, muchas veces, las cosas que podemos hacer con uno no podemos hacer con el otro, y vice-versa. Pero hoy, también, en esa narrativa de bloqueo mental y de bloqueo del pensamiento que hay en Brasil, se dice que un acercamiento con Estados Unidos es algo en contra de China, lo que es un absurdo.

Es necesario decirlo, es necesario desbloquearlo. Es lo que estamos intentando: un gran desbloqueo de energías, las energías productivas del país, y un desbloqueo de ideas. Ambas las cosas van juntas; estoy convencido que es imposible hacer una sin hacer la otra, sea en la política exterior, sea en otros campos de la política.

Bien, para terminar, y también para recordar algo de los años 80, un poco más adelante, hacia 1989, me acuerdo de haber asistido una película argentina llamada *Tangos, el exilio de Gardel*. No me acuerdo si era muy buena, pero tenía una frase muy buena, donde hablaba de Argentina como la “gran nación inacabada”. Creo que somos hermanos, hermanos gemelos, quizás, en tantas cosas, Brasil y Argentina, y en eso también. Brasil también es una gran nación inacabada, una gran nación que nunca llega a serlo.

Lo estamos intentando ahora, con nuestros modestos medios, con ese mandato que nos confirió el pueblo brasileño. Y no será repitiendo esas tradiciones del teatro *kabuki* que llegaremos a serlo, sino con nuevas ideas, ideas de cambio auténtico. Porque, como

decía, la ausencia de ideas no funciona. Con ideas, buenas o malas, no sé, pero creo que hay que tenerlas. Y con la enorme movilización popular que hay, y que sigue existiendo en Brasil, creo que podemos enfrentar un sistema que, para nosotros, quizás para ustedes también, no ha sido provechoso durante muchos años. Así que, en todo eso, creo que tenemos que estar juntos.

Muchas gracias.

Tradução para o português:

Muito obrigado, Ministro Rodríguez Giavarini.

É uma enorme honra e alegria para mim estar aqui. Senhores Embaixadores, Subsecretários, autoridades, Sr. Embaixador do Brasil, Sra. Cônsul-Geral do Brasil, queridos amigos, é realmente uma grande alegria.

Eu queria começar falando sobre algo da minha biografia que não está na apresentação – e muito obrigado pela magnífica apresentação – que o Ministro Giavarini fez. Foi tudo muito interessante, com certeza. Mas, como eu dizia, começarei com alguns aspectos que não estavam nos pontos biográficos escolhidos.

Eu conheci Buenos Aires em 1982, com quinze anos. Vim com meus pais na primeira vez que saía do Brasil, e nunca me esquecerei da sensação maravilhosa que me tomou quando cheguei e vi o que realmente parecia um lugar completamente diferente, um mundo que no Brasil já havia desaparecido (que eu conhecia pelas histórias dos meus pais), um mundo de cafés nas ruas e teatros, esse tipo de coisa. Claro, que continuam existindo, mas realmente me pareceu uma espécie de realidade paralela aonde eu chegava. Eu passeava na rua Florida com admiração, com uma coisa tão diferente. É claro que as impressões da juventude são muito impactantes.

Nunca esqueci também dessa sensação ao chegar pela primeira vez a outro país, já sair do avião e ver as pessoas falando outra língua e com outro porte, outra atitude. Isso realmente era como chegar a um universo paralelo. E desde então, refletindo sobre isso, percebi que cada país, cada nação é um universo próprio, é uma realidade paralela, de alguma maneira. Como dizia o grande poeta Fernando Pessoa: “As nações são todas mistérios. Cada uma é todo o mundo a sós.” Cada nação tem uma visão diferente de todo o mundo.

Então, percebi que não somente as ruas de Buenos Aires eram diferentes das quadras de Brasília, mas que, em Buenos Aires, as ruas de Londres ou as areias do Saara ou as muralhas de Jerusalém são diferentes das muralhas de Jerusalém tal como existem no Brasil. Isso é uma riqueza extraordinária do gênero humano. O fato de que cada nação contenha todo o mundo, e que sejam mundos de alguma maneira diferentes, algo que o globalismo atual se apressa em apagar e que, em meu entendimento, deve ser preservado: essa diversidade, o fato de sermos únicos, cada um, e que nos aproximemos a partir de uma afirmação dessa identidade, e não de sua negação.

Também, se me permitem continuar um pouco com uma digressão pessoal, por essa época da viagem a Buenos Aires, nesse início dos anos 80, começou minha paixão por Jorge Luis Borges, um autor que, desde então, cada vez que leio, descubro coisas novas, e sempre digo que é um autor que dá vontade de sentir as coisas de uma maneira diferente. Desde então, eu convivo com esse grande escritor como um mestre; eu diria, pretensiosamente, como um amigo, como um pai espiritual.

E se me permitem, às vezes (isso eu pensava quando estava no avião), talvez eu seja um personagem de Borges, de alguma maneira. Posso imaginar um conto de Borges onde um obscuro diplomata, em alguma tarde de Brasília, sentou-se e escreveu um artigo sobre Trump, onde, além de falar sobre política, falava, por exemplo, de

Eneias, quando chega ao Lácio e percebe que a profecia se cumpriu, de que chegou à terra que os deuses prometeram a ele, e colocou-se de joelhos, dizendo: “*Salve fatis mihi debita tellus.*” E onde falava de outras coisas, das legiões romanas quando chegaram por primeira vez à Lusitânia, e por aí vai. E esse obscuro diplomata, de um país com problemas de pobreza, de corrupção, de crime, percebia que somos parte dessa mesma aventura de Odisseu e Eneias, e que talvez somente seremos felizes quando descobirmos que fazemos parte dessa aventura.

E esse hipotético conto de Borges segue contando que aquelas linhas sobre o Ocidente, um Ocidente mítico, de alguma maneira, chegaram aos ouvidos de um candidato a presidente, um candidato que, contra todos os conselhos, ou por uma grande convicção pessoal, falava de Deus e da pátria como realidades presentes, e que chamou esse obscuro diplomata para ser seu Chanceler. E esse personagem está aqui agora, em Buenos Aires, dizendo isso (talvez sem saber que está em alguma espécie de sonho) e acredita (absurdamente, talvez) que com essa atitude podemos recuperar raízes e culturas, podemos talvez ajudar a mudar um pouco o mundo.

Bem, nesse momento, eu dizia, nesse texto, que o Ocidente é sobretudo um projeto literário. E de alguma maneira, o que estamos tentando a partir do Brasil, embora seja sobre um projeto político e econômico (e aí é uma distorção minha, assim como do Embaixador Danese, que estudamos literatura na universidade), é também um projeto literário, porque é um esforço dos brasileiros de se reconhecerem; de se investigarem; de se “desesquecerem” para encontrarem sua verdade, de alguma maneira; e esse esforço somente pode dar-se pela palavra e pelo discurso.

Eu voltei muitas vezes a Buenos Aires desde então, para negociações do MERCOSUL, sobretudo, e sempre com uma alegria renovada. Esta cidade, este país nunca perdeu para mim esse encanto

da primeira experiência. Certamente que vocês, assim como nós no Brasil, passamos por muitas coisas desde então. E em determinado momento lembro-me de que estava aqui para uma reunião, por volta de 2004, mais ou menos, e ouvi de um colega, falando da crise recente que a Argentina havia passado e da situação de então, que finalmente a Argentina assumia-se como um país latino-americano.

E então me perguntei, e me pergunto hoje, o que isso queria dizer. Bem, sabemos o que queria dizer (coisas semelhantes foram ditas sobre o Brasil), mas permito-me falar um pouco desse momento. Eu acho que era algo muito prejudicial, de alguma maneira, porque queria dizer que um país não tem direito a ser uma individualidade, que somente tem que desempenhar um papel predeterminado por sua geografia ou por algum traço superficial; que um país tem que ser um genérico, segundo certo estereótipo. Acredito que isso é bom para os que acreditam que é bom que as nações desapareçam, ou que se tornem somente acidentes, e não entidades diferentes.

Nada contra, absolutamente nada contra ser latino-americano; somos todos, com muito orgulho. Mas a maneira como, naquele momento, vi esse conceito ser usado impactou-me muito, porque me pareceu que significava a desconexão com as próprias raízes, inclusive com as raízes autóctones de países como Brasil e Argentina, que são igualmente negadas por esse pensamento estereotípico. Não é somente uma questão de negar a parte, digamos, ocidental de nossa experiência, mas todas as experiências são diluídas e negadas por esse tipo de pensamento.

É curioso, porque o termo “latino-americano”, ou “América Latina”, remete-nos ao Lácio, à matriz de nossa civilização, mas é justamente utilizado, muitas vezes, para afastar-nos dessa matriz. Acredito que uma das tarefas que temos é repensar, rever nossa latino-americanidade, e nisso, certamente, Brasil e Argentina têm um papel central.

Por alguns anos, digamos mais ou menos de 2003 a 2015, sobretudo no começo desse período, concebeu-se a sociedade Brasil-Argentina como algo que deveria isolar-nos do mundo, isolar-nos, por exemplo, dos Estados Unidos e também da Europa, algo que deveria bloquear o comércio e os fluxos de investimentos com certos parceiros, sobretudo com parceiros democráticos, um momento, me parece, de uma falsa concepção de integração e de relação preferencial Brasil-Argentina, que contrastava com esse sonho, como apontava o Ministro Giavarini, de uma nova parceria que se criou nos anos 1980.

Nessa época, um grande Embaixador brasileiro e expoente de uma certa escola de pensamento, ao qual respeito muitíssimo intelectualmente, que é o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, escreveu um livro chamado *Quinhentos anos de periferia*, que pretendia ser a história do nosso atraso, mas que não identificava corretamente, em meu modesto entendimento, as causas desse atraso. As causas são, claramente (e isso o povo brasileiro está identificando, e isso é muito a raiz da mudança política que está acontecendo), um Estado patrimonialista, como dizemos (não sei se existe em espanhol), e a alocação dos recursos da sociedade por interferência política, e não por uma lógica propriamente social ou econômica.

Mas a ideia que essa corrente apoiava, e que acredito que existiu nesse momento muito fortemente em nossos dois países, era uma lógica de exclusão e de desenvolvimento autônomo que não deixa de ser um projeto, de alguma maneira, suicida. Não sei se foi o Brasil que tentou arrastar a Argentina por esse caminho, ou se foi o contrário, como um desses pactos de casais que querem suicidar-se juntos, mas nesse caso percebemos que esse livro *Quinhentos anos de periferia* não era uma história, mas sim um programa de trabalho de certa corrente de pensamento; era uma garantia de que, nos próximos 500 anos, se essa ideia de desenvolvimento autônomo fosse executada, continuaríamos na periferia.

E, no nosso caso, a política externa fez parte desse projeto. Um projeto que, no meu entendimento, fracassou. Um projeto de autonomia que gerou estagnação econômica, criminalidade crescente, corrupção e tantos outros problemas. E agora temos a oportunidade de mudar isso no Brasil. Algumas pessoas dizem que não se pode mudar; que há tradições de política externa que não se podem tocar; e que as ideias não têm lugar na política externa. Escuto isso de diferentes maneiras nesses meses em que tive essa grande honra que o Presidente me deu de estar à frente da política externa. É uma concepção estranha de que se deve fazer política, seja externa ou qualquer política, sem ideias, sem pensamentos, somente repetindo fórmulas e buscando o comércio, como se o comércio fosse algo independente da essência de uma nação.

Mas essa ausência de ideias na política externa no Brasil, seguramente, não deu resultado. O alegado comercialismo não resultou em acordos comerciais. O materialismo e a ignorância dos valores de nosso povo, por exemplo, dos valores cristãos de 90% da população brasileira, não resultaram em prosperidade material. A educação sem valores colapsou.

E agora dizem que não podemos falar. Alguns dizem que somente devemos falar de estatísticas comerciais, que não podemos tratar de ideias, que não podemos falar de valores, que não podemos senão repetir posições como se estivéssemos em uma espécie de teatro *kabuki*, onde eternamente se repetem as mesmas frases ou os mesmos silêncios, digamos. Já me disseram que quando utilizei a palavra “alma” estava ofendendo certo país. Quando digo a palavra “liberdade” estou ofendendo outro.

Eu acredito no poder das palavras, porque é tudo que a diplomacia tem em última instância. Então, acredito que falar sobre a liberdade, por exemplo, pode induzir a que se lute pela liberdade, e que falar sobre a alma pode recordar-nos de que a temos. Pode-se

analisar de maneira diferente, mas acredito que essa diplomacia sem sangue e sem alma não funciona como parte de um projeto de país.

O que houve foi um país que perdia a batalha de colocar-se nas cadeias globais de valor e que perdia a corrida tecnológica, por problemas identificados quase por consenso no Brasil. Mas agora que temos uma política, determinada pelo Presidente Bolsonaro, que tenta nos aproximar dos principais centros tecnológicos e de inovação do mundo, por exemplo, como Estados Unidos e Israel, para recuperar um pouco desse tempo perdido, os críticos dizem que não podemos. Não entendo muito bem, porque essas mesmas pessoas diziam que identificavam os problemas de atraso tecnológico e outros, mas vivemos no Brasil hoje, às vezes, uma situação estranha nesse sentido.

Voltando à relação Brasil-Argentina, por sorte, rompemos aquele pacto do qual eu falava, aquele pacto de atraso. Primeiro vocês, a partir de 2015, e agora nós tentamos mudar o sistema, embora seja muito difícil. É muito difícil. E precisamos, acho, um do outro para seguir em frente nessa missão de recuperar o tempo perdido, e de recuperar a partir de nossa identidade. Acredito que precisamos de um novo pacto em nível de ideias, em nível filosófico e não somente em nível econômico entre nossos países. Um pacto, claro, em direção à liberdade e à prosperidade, mas com nossas identidades próprias e com nossos valores “civilizacionais”.

Estamos tentando nos reconectar com o Ocidente democrático, o que não significa de forma alguma um demérito de outros parceiros, mas a recuperação de um tempo perdido. Queremos uma região de democracia e integração, como nossos dois países, entre outros, estabelecemos no novo processo sul-americano, na recente cúpula de Santiago.

Mas não vamos parar por aí, certamente. Temos uma enorme missão. Devemos continuar nessa dupla vertente, do aspecto “civili-

zacional” e do aspecto econômico. Esses aspectos foram claramente expressados pelo Presidente Bolsonaro quando, no primeiro mês de seu mandato, foi ao Foro de Davos, e em seu discurso inaugural do Foro disse que nosso propósito é abrir a economia e regenerar nossos valores. Acho que ele foi o primeiro Representante que pronunciou a palavra “Deus” em Davos, em seu discurso de abertura. Talvez outro conto de Borges poderia ser “Deus em Davos”; talvez desse um conto.

Temos uma ambição que abrange coisas muito concretas. Por exemplo, os grandes acordos em que o MERCOSUL está envolvido. Podemos em curto prazo fechar quatro grandes acordos, ao menos, no MERCOSUL: com a União Europeia, com o Canadá, com a Coreia e com a EFTA. E podemos continuar em direção a novos horizontes, talvez com flexibilidades, como já está sendo discutido, se fosse o caso, mas unindo as vozes em defesa de nossos valores.

Acredito que uma Argentina autêntica e um Brasil autêntico podem levar essa voz a uma distância muito maior que nossa região, trabalhando, por exemplo, nos organismos internacionais, na OMC, nos foros de direitos humanos, por exemplo, para que defendam os verdadeiros direitos humanos, cooperando com o combate ao crime organizado e ao terrorismo. Podemos ter um grande programa de abertura e ao mesmo tempo de reconexão com valores fundamentais.

No Brasil, tentamos manter esse programa, que não foi somente uma campanha eleitoral, um desenho de *marketing* eleitoral, mas que realmente corresponde a uma filosofia e a uma direção muito clara do Presidente. Acreditamos que o sentimento e o impulso patriótico podem ser uma grande fonte de uma mudança histórica no Brasil e, certamente, em nossa região.

No caso do Brasil, a eleição do ano passado foi um momento realmente único, foi um momento de reconexão nacional, de regeneração de um povo que quer voltar a ser um povo, uma entidade

orgânica, viva e palpitante. Um povo que se reconheceu na figura de Jair Bolsonaro como em nenhuma outra. As pessoas escolheram, votaram, claro, com a cabeça e com o bolso, pela proposta de uma nova racionalidade política e econômica, para combater a corrupção, a estagnação. Mas foi, sobretudo, eu diria (ao menos comigo foi assim), um voto com o coração. Claro que as pessoas querem emprego, mas também querem sentido em suas vidas. Querem sentir-se parte de uma comunidade histórica, e não somente de um mercado.

Acho que estamos tentando traduzir tudo isso em ações. Eu falava um pouco, por exemplo, da parceria com os Estados Unidos, que começamos a reconstruir com a visita que fizemos no mês passado, a partir de questões muito concretas, mas que estavam pendentes e que não teriam sido resolvidas, tenho certeza, sem a criação de um novo espírito de confiança e de uma ambição de mundo compartilhada. Como, por exemplo, o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, somente para dar um exemplo de um assunto que parece muito técnico, mas que por vinte anos foi tentado entre Brasil e Estados Unidos em nível técnico, e não tinha dado certo. E, finalmente, conseguimos assinar esse Acordo, certamente (ao menos é a minha impressão) porque agora temos mais do que o aspecto técnico, que é a criação de um novo clima, de uma nova visão.

Temos a ação pela democracia na Venezuela, algo que resulta desse compromisso muito claro, muito direto do Presidente com a liberdade. O Presidente, praticamente em todos os seus discursos, usa a palavra “liberdade”, e não o faz só por fazer; é porque acredita, como eu também acredito profundamente nisso. Falei sobre o discurso inaugural do Presidente no Foro de Davos, e foi muito criticado porque tinha somente seis minutos, como se a importância de um discurso fosse medida por sua extensão. De modo que, como estou falando muito, vocês podem julgar-me também pela extensão. Tenho que aprender mais com o Presidente e concentrar mais as ideias, com certeza. Aprende-se muito com ele, aliás, de tudo.

Mas a Venezuela é um assunto em que há muito tempo se tentava fazer uma diferença, a partir da comunidade internacional, sobretudo em nosso hemisfério, mas sempre parando, sempre chegando somente até o ponto de expressar uma preocupação ou algum entendimento genérico. Mas a partir deste ano, com a participação do Brasil, e, claro, de todos do Grupo de Lima, que é fundamental nesse processo, dissemos “já chega!”, devemos ajudar a criar uma realidade democrática na Venezuela. “Isso”, diziam, “não se pode fazer, não se pode, desde fora, retirar a legitimidade de um governo que tem sido, de alguma maneira, resultado de uma eleição.” Dizíamos que não, é uma eleição fraudada, é uma eleição não reconhecida como tal pela OEA, por exemplo. Um mandato que resulta disso não tem validade, e expressamos isso.

Diziam: “o problema da Venezuela é que a oposição não está unida e não compartilha critérios.” Então, organizamos, em Brasília, uma reunião dos líderes da oposição e do Tribunal Superior no exílio. Oferecemos a eles um espaço para que falassem, e a partir daí surgiu uma posição comum. Disso resultou a legítima tomada de posse por Juan Guaidó, e continuamos trabalhando nisso.

Apenas para dizer que isso requer uma decisão, um compromisso com a realidade que está por trás das palavras. Porque, durante muito tempo, no Brasil certamente, pronunciava-se um pouco como um dever (como esse teatro *kabuki*, do qual eu falava) a palavra “democracia”, dizia-se isso em relação à Venezuela, mas nada se fazia. Acredito profundamente em algo muito simples: que as palavras correspondem a uma realidade, e devem corresponder. Então, quando se fala sobre liberdade, algo deve ser feito por essa liberdade.

O Brasil tenta estar mais presente em um tema no qual estávamos um pouco escravos de convenções e de falsas tradições. Na OMC, por exemplo. Devemos começar a falar sobre a reforma da OMC, de novas questões, sem a preocupação de dividir o mundo

em países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e sem pensar que devemos posicionar-nos com uns e estar sempre contra outros, quando, na realidade, o que há são, nesse exemplo, determinadas práticas que prejudicam a competitividade, que prejudicam o comércio, sejam praticadas por quem quer que seja, por desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Também devemos questionar posições que não parecem refletir as posições do povo brasileiro ou os interesses do Brasil, em muitos casos. Nas negociações sobre o meio ambiente, por exemplo. Questionamos o fato de que elas são, muitas vezes, conduzidas pelas organizações não governamentais (ONGs), por pessoas que não se sabe de onde vêm, ou que se sabe de onde vêm, e que envolvem, muitas vezes, uma perda de soberania.

Devemos falar sobre isso sem medo. Já fizeram caricaturas minha com uma serra elétrica, como se, pelo fato de eu contestar, de que nosso governo tem tantos problemas com essa questão de soberania, na Amazônia, por exemplo, áreas que são sujeitas à influência das ONGs mais do que ao Estado brasileiro, como se isso implicasse que de alguma maneira queremos destruir a Amazônia. Ou seja, esses estereótipos diante dos quais, em momentos anteriores, governos, governantes, representantes paravam; quando recebiam uma crítica ou se viam diante de um estereótipo, começavam a se desculpar e recuavam. Porque é isso que o sistema quer. Uma das muitas virtudes de nosso Presidente é que ele não tem medo desses estereótipos, e fala sobre coisas a partir dos interesses e da realidade do povo brasileiro.

Também questionamos, por exemplo, o instrumento do Pacto Global para Migração, não porque somos contra as migrações, evidentemente, mas porque acreditamos que são questões que devem ser tratadas em nível nacional, e não por uma entidade supranacional, e não a partir de parâmetros internacionais. Porque as realidades

da migração são diferentes em cada caso, e adaptá-las a um denominador comum não é benéfico.

De maneira que queremos trabalhar com a realidade, e não com a narrativa da realidade; não aceitando os bloqueios mentais e ao pensamento. Reconhecendo, por exemplo, que as relações, por um lado, com os Estados Unidos, e por outro lado, com a China, têm um caráter diferente em cada caso, e devem ser organizadas de maneira diferente. Podem ser imensamente benéficas nos dois casos, mas, muitas vezes, as coisas que podemos fazer com um não podemos fazer com o outro, e vice-versa. Mas hoje, também, nessa narrativa de bloqueio mental e de bloqueio do pensamento que há no Brasil, afirma-se que uma aproximação com os Estados Unidos é algo contrário à China, o que é um absurdo.

É necessário dizê-lo, é necessário desbloqueá-lo. É o que estamos tentando: um grande desbloqueio de energias, as energias produtivas do país, e um desbloqueio de ideias. Ambas as coisas vão juntas, estou convencido de que é impossível fazer uma sem fazer a outra, seja na política externa, seja em outros campos da política.

Bem, para terminar, e também para recordar algo dos anos 80, um pouco mais adiante, por volta de 1989, lembro-me de ter assistido um filme argentino chamado *Tangos, el exilio de Gardel*. Não me lembro se era muito bom, mas tinha uma frase muito boa, onde falava da Argentina como a “grande nação inacabada”. Acredito que somos irmãos, irmãos gêmeos, talvez, em tantas coisas, Brasil e Argentina, e nisso também. O Brasil também é uma grande nação inacabada, uma grande nação que nunca chega a sê-lo.

Estamos tentando agora, com nossos modestos meios, com esse mandato que nos conferiu o povo brasileiro. E não será repetindo essas tradições do teatro *kabuki* que chegaremos a sê-lo, mas sim com novas ideias, ideias de mudança autêntica. Porque, como eu dizia, a ausência de ideias não funciona. Com ideias, boas ou más, não sei,

mas acho que devemos tê-las. E com a enorme mobilização popular que existe, e que continua existindo no Brasil, acredito que podemos enfrentar um sistema que, para nós, talvez para vocês também, não tem sido benéfico durante muitos anos. Então, em tudo isso, acho que devemos estar juntos.

Muito obrigado.

18. Discurso na cerimônia de formatura do Instituto Rio Branco (03/05/2019)

Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro;
Senhor Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão;
Senhores Ministros;
Senhores Senadores;
Senhores Deputados;
Senhores Comandantes de Força;
Senhores Embaixadores;
Senhor Secretário-Geral;
Senhora Diretora do Instituto Rio Branco;
Senhora Paraninfa;
Senhores Chefes da Casa;

Demais autoridades, colegas, amigos, caros formandos,

Em primeiro lugar, estou extremamente grato em nome de todos aqui por honrarem com sua presença esta Casa e todos os diplomatas brasileiros. Neste dia em que a nossa Casa, em que a nossa carreira celebra sua continuidade e, principalmente, sua renovação, com a formatura da Turma Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. Neste momento, lutamos justamente pela renovação, pela renovação do Brasil. Muito obrigado, Senhor Presidente, por admitir-nos a nós, diplomatas, sob o seu comando, nessa luta.

Nenhum Presidente da República no período de quase três décadas em que tenho tido a felicidade de trabalhar no Serviço Exterior, nenhum valorizou mais o papel do Itamaraty do que o senhor. Nenhum teve uma visão mais clara do que a sua sobre o papel da política externa executada pelo Itamaraty em um projeto

de grande transformação nacional. Isso, para nós que estamos aqui hoje, constitui, naturalmente, um privilégio e, ao mesmo tempo, uma enorme responsabilidade. Seremos dignos dessa confiança e dessa responsabilidade.

Recentemente, o senhor, Presidente, mandou uma mensagem por WhatsApp, aquela que mandou a todos os Ministros. E, aliás, é interessante porque a oradora da turma mencionava que a turma do Instituto Rio Branco que agora se forma tornou-se uma família. E eu acho que posso dizer, junto com os colegas de Gabinete que estão aqui, que a equipe de Ministros que o senhor formou, Presidente, está tornando-se também uma família. E temos inclusive o privilégio de trocar muitas vezes comentários via WhatsApp. Isso acaba sendo uma das maiores novidades e inovações do seu governo, e que enfatiza e reforça esse sentimento de responsabilidade conjunta.

Mas eu dizia que o senhor mandou uma mensagem aos Ministros dizendo: “Enquanto não faltar água do mar, não deixaremos de lutar.” E fique certo, Presidente, de que esse é o sentimento que nos anima. Certamente, esse é o sentimento que me anima e que eu gostaria de transmitir aqui a essa turma que agora se forma.

Queria dizer aos formandos que, há 27 anos, eu estava aí, exatamente onde vocês estão, e agora estou aqui, mas continuo aí, continuo sentindo-me aí, continuo sentindo o mesmo entusiasmo, a mesma perplexidade, no sentido positivo de, de repente, estar no meio de uma entidade, de uma instituição que tem a história que tem e que tem o futuro que tem. É uma sensação que tenho certeza que vocês não perderão e que vai animá-los ao longo da vida.

Gostaria de dizer também o seguinte: os diplomatas brasileiros devem servir ao Itamaraty, mas devem, sobretudo, servir ao Brasil, nunca podemos perder de vista esse horizonte último. O Itamaraty é um extraordinário instrumento da pátria, e somente florescerá se a pátria florescer.

Em segundo lugar, quero dizer que a diplomacia é um método, não é um conteúdo. A diplomacia é um ofício, uma arte. Podemos equipará-la, por exemplo, à arte da navegação. A navegação é indispensável para chegar a algum lugar, mas não determina para onde ir. Há que saber para onde se quer ir e utilizar, nesse caso, nesse exemplo, a arte da navegação para lá chegar.

Do mesmo modo, colocados diante dos desafios da realidade, dos desafios de posicionar o Brasil no mundo, da maneira que melhor corresponda ao nosso projeto de transformação, e perguntados sobre o que queremos, não podemos responder “queremos diplomacia”. Diplomacia não desenha um rumo, diplomacia não proporciona um objetivo. Precisamos formular a noção dos objetivos e para eles apontar. Isso significa, antes de mais nada, pensar.

Assim, o terceiro apelo que eu lhes faço é que não deixem de pensar; que não terceirizem o seu pensamento aos meios de comunicação, nem a ninguém; que, diante de cada situação, não puxem aquela ficha básica previamente gerada pelo discurso dominante. Não tenham medo de correlacionar fatos. Hoje nós vivemos num círculo fechado, onde parece que qualquer tentativa de correlacionar fatos é imediatamente chamada de teoria da conspiração. Rompam esse círculo.

Há vários anos, uns quinze anos, eu escrevi uma pequena obra de ficção, não sei se vou publicar um dia, mas vou fazer aqui um pequeno *trailer*. Passa-se em um mundo do futuro que é dominado por uma casta de controladores do discurso, chamados tautólogos. Os tautólogos, evidentemente, praticam a tautologia. E sua função é evitar qualquer expressão do pensamento que procure dizer algo além do único sentido aprovado. Nesse mundo existe um único e último líder rebelde que, segundo a lenda, ainda ousa emitir juízos sintéticos, isso é, expressões que procurem afirmar algo além daquilo que está em seus próprios termos, como seria por exemplo esta frase

de Guimarães Rosa, de que gosto muito: “Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos.” Naquele mundo dos tautólogos não se poderia dizer isso, nem se poderia dizer praticamente nada.

Eu nunca imaginei que nós fôssemos chegar tão perto de viver no mundo dos tautólogos, mas acho que chegamos. Mas ainda não estamos inteiramente lá. Então eu peço, faço um apelo a vocês, formandos, que não se sujeitem aos tautólogos. Não deixem de sentir também. Entre aquilo que apaga o seu coração e aquilo que o acende, sugiro que optem por essa segunda via. Política externa não é lugar para sentimentos? Isso é o que dizem os tautólogos. E acrescento aqui também algo que acabo de ouvir da oradora da turma: “Não nos percamos em medos nem hesitações.”

Outro dia, Senhor Presidente, o senhor nos dizia, também, a alguns ministros e outros funcionários que o acompanhávamos na ocasião: “Nós temos uma oportunidade única de mudar o Brasil.” E eu tomei essas palavras não somente como uma pertinente avaliação do quadro político, mas como um chamamento, como o toque de um clarim, como uma missão.

Eu conclamo aqui todos desta Casa a participarem dessa missão, como um compromisso existencial profundo: mudar o Brasil, transformar o Brasil na grande nação que nós somos chamados a ser. Brasil, escuta hoje esse clarim que o conclama a um grande destino histórico! E o que nós faremos diante desse grande chamado? E o que nós diremos quando nossos netos nos perguntarem: “O que vocês estavam fazendo em 2019, quando tiveram oportunidade de mudar o Brasil? O que vocês estavam fazendo em 2019, enquanto esse Brasil em transformação teve a oportunidade de contribuir para transformar o mundo?”

Estamos trabalhando. Aqui no Itamaraty, estamos trabalhando pelo crescimento econômico, pela capacitação tecnológica, pela segurança, pela democracia, pela soberania nacional, pela dignidade humana e pelos valores fundamentais do povo brasileiro. Esse é o

nosso horizonte. Todas as ações que vínhamos tomando nesses últimos meses apontam de maneira coerente no sentido dessas prioridades. Já estamos avançando em todas elas.

Fechamos acordos com grandes economias e grandes centros tecnológicos do mundo e estamos a ponto de fechar outros. Recuperamos o processo de integração regional; reavivamos parcerias essenciais para o reforço de nossas defesas e de nossa capacidade de enfrentar o crime; ajudamos de maneira decisiva a criar uma marcha irreversível rumo à democracia na Venezuela e em toda a nossa região; defendemos o direito à vida nas Nações Unidas; promovemos a liberdade econômica, ao engajar-nos, por exemplo, no processo de reformas da OMC; levantamos a voz pela liberdade religiosa e pela liberdade de expressão. Nossos interesses unidos aos nossos ideais. Somente assim seremos alguém no mundo.

Eu gostaria de deter-me um pouco, por um momento, em um tema específico: o tema da Venezuela. O mundo todo tem hoje os olhos postos na Venezuela, porque ali se dá um combate entre a democracia e a opressão, entre a verdade e o cinismo. O ressurgimento da Venezuela em torno de uma esperança de democracia, configurada pelo seu Presidente Encarregado, deve-se fundamentalmente a um esforço diplomático dos países democráticos das Américas, reunidos no Grupo de Lima.

O Brasil participou e participa intensamente desse esforço, decisivamente, desde os primeiros dias deste governo. Este governo identificou-se com a causa da democracia e da verdade na Venezuela. Isso está claríssimo. E é muito triste ver pessoas no Brasil torcendo pela tirania, pelo cinismo, apenas para ver este governo dar-se mal. A absoluta falta de ideias diante do tema Venezuela, às vezes, é algo que me espanta, por parte da imprensa e de comentaristas, sobretudo, mas não há de ser nada.

Esta nossa política externa, isso eu garanto, não recua diante do primeiro obstáculo, nem da primeira crítica, nem da segunda, nem da terceira, nem da milionésima. O que nos move é uma convicção muito simples e profunda. Estamos fazendo o que é certo. O que nos move é a esperança dos brasileiros e dos nossos vizinhos. Ainda ontem eu escutava de uma ativista pró-democracia de um país sul-americano a seguinte frase: “o governo Bolsonaro é a grande esperança da democracia em toda a América do Sul, estamos rezando todos os dias pelo seu Presidente.” Isso não é a avaliação de um especialista em Relações Internacionais, que poderia aparecer na *The Economist* ou na *Foreign Affairs* ou em algum periódico brasileiro. Isso é um grito rasgado de fé e de esperança de alguém que sente, na carne, os efeitos da tirania, de alguém que anseia pela liberdade, não como um modelo teórico em um seminário de sociologia, mas a liberdade como o dom da vida.

Estamos construindo nossa política externa a partir desse compromisso com a democracia na nossa região, desse compromisso com a liberdade, liberdade de carne e osso. Somente a liberdade, bem fundamental do ser humano, dará sentido aos nossos demais objetivos.

Senhor Presidente, eu acho que se perguntarem a qualquer brasileiro se quer um novo Brasil, um Brasil mais próspero e feliz, essa pessoa dirá imediatamente que sim. Se quer um país transformado, dirá que sim. Se quer um Brasil diferente do que era nos últimos anos e décadas, excluirá, sem pestanejar, que sim. Mas se perguntarmos se querem uma política externa diferente, muitos dirão: “Ah não, aí não. Queremos uma política externa igualzinha.” Igual? Igual à dos últimos 40 anos, esse período que gerou estagnação econômica, desemprego, desindustrialização, corrupção galopante, criminalidade, ineficiência, colapso da educação e dos serviços públicos, tudo isso, queremos mais do mesmo? Não. Não teremos um Brasil diferente com uma política externa igual, pois a política externa é um terreno

essencial para o avanço da nação. Precisamos de uma política externa que escape ao mundo repetitivo e fechado dos tautólogos, precisamos de uma política externa que ajude a mudar o Brasil, simplesmente isso.

Bem, hoje também é um dia de homenagens, e sobretudo um dia de homenagens. Queria homenagear inicialmente todos os professores do Instituto Rio Branco que formaram essa turma, e continuam formando as novas turmas, alguns dos quais inclusive foram meus professores tantos anos atrás e a quem tanto devo. Homenagear a Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Gisela Padovan, pelo seu trabalho na frente desta instituição de referência.

Quero homenagear os familiares dos formandos, aconselhando que se preparem, porque, se os seus filhos, maridos, esposas, seus pais que agora se formam nos seguirem, como seguirão, nesta luta, nesta aventura à qual os convoco, nem tudo serão rosas para vocês, familiares. Vocês sofrerão ao lado deles. E eles somente suportarão a luta se tiverem vocês ao seu lado, como eu tenho o privilégio de ter ao meu lado a minha família, especialmente minha mulher, Maria Eduarda, aqui presente, sem cujo amor e apoio eu não estaria aqui. E não teria forças para a imensa tarefa que o senhor me atribuiu, Senhor Presidente.

Quero homenagear a paraninfa, Embaixadora Eugenia Barthelmess, com seu espírito de dedicação, sua grande capacidade de trabalho, seu patriotismo e sua integridade, qualidades que bem conheço e admiro desde que convivemos em turmas contíguas no Instituto Rio Branco.

Quero homenagear e enaltecer a figura da patrona da turma, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, pessoa de extraordinária coragem e princípios, que salvou inúmeros judeus durante a Segunda Guerra Mundial. É uma belíssima escolha de patrona, realmente. Mostra a consciência dessa turma de que a diplomacia não significa ficar em cima do muro, diplomacia não significa ficar assistindo aos grandes

embates da humanidade, esperando para ver quem ganha e aí aderir ao vencedor. Diplomacia precisa ter sangue nas veias. E, com Aracy, quero homenagear todos os combatentes da liberdade e todos os que sofrem perseguição, na Venezuela e em todos os lugares do mundo.

Falando de Aracy, este também é o momento de anunciar que, em breve, o Itamaraty estará apresentando ao Presidente a proposta de criação do Instituto Guimarães Rosa, entidade que será encarregada de promover a língua, a cultura e a produção criativa do Brasil no exterior, e cujo nome homenageia justamente o marido de Aracy, o diplomata e escritor João Guimarães Rosa, cuja inesgotável aventura criadora nos recorda também que a diplomacia é, entre outras coisas, um projeto literário no mais alto sentido e simboliza a permanente reinvenção e redescoberta das nossas raízes e da nossa alma.

Eu gostaria de encerrar, se me permitem, citando o Evangelho, quando diz: “a pedra que os construtores rejeitaram, essa pedra tornou-se a pedra angular do edifício.” De fato, a pedra que os órgãos de imprensa rejeitaram, que a mídia rejeitou, a pedra que os intelectuais rejeitaram, a pedra que tantos artistas rejeitaram, a pedra que tantos autoproclamados especialistas rejeitaram, essa pedra tornou-se a pedra angular do edifício, o edifício de um novo Brasil. Esse raio vívido de amor e de esperança que à terra desce.

Senhor Presidente, nós aqui do Itamaraty, formandos e formados, modernos e antigos, homens e mulheres, todos nós estamos prontos para, a partir da sua orientação, e com base na pedra angular rejeitada por tantos, mas escolhida pelo povo brasileiro, ajudá-lo a construir esse novo Brasil.

Muito obrigado!

19. *Os primeiros avanços da nova política externa*, artigo publicado no jornal *Valor Econômico* (08/05/2019)⁶

OS PRIMEIROS AVANÇOS DA POLÍTICA EXTERNA

Nos primeiros 100 dias do governo Bolsonaro, a nova política externa brasileira realizou avanços fundamentais para a reinserção do Brasil na região e no mundo, no papel protagônico que nos cabe, e para a prosperidade do povo brasileiro.

Ao longo de décadas, o *establishment* brasileiro de política externa buscou fazer do Brasil ator global, um país de referência no concerto das nações, com uma atuação internacional capaz de trazer progresso para sua sociedade e seu povo. Evitava-se, porém, concretamente aproximar-se o Brasil dos Estados Unidos, de Israel e de outros grandes centros tecnológicos, integrando-o a economias dinâmicas capazes de nos transmitir inovação e competitividade, uma vez que isso seria classificado de “alinhamento automático”.

O Brasil poderia ter alcançado a reestruturação do espaço sul-americano, abandonando a UNASUL, claramente desgastada, e passando a um processo de integração competitiva e promoção da democracia, mas isso não foi feito, pois excluiria a Venezuela de Maduro.

O Brasil poderia ser ousado e pró-ativo nas grandes negociações comerciais com União Europeia, Canadá, Coreia e EFTA? A resposta,

⁶ Artigo disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/21003-os-primeiros-avancos-da-nova-politica-externa-valor-economico-08-05-2019>. Acesso em: 9 set. 2020.

em anos passados, seria de que não podemos nos expor à competição desses mercados mais avançados.

Deveríamos ingressar na OCDE? Mais uma vez, muitos responderiam não, pois o clube de países ricos poderia impor-nos padrões diferentes das nossas políticas públicas. Alguns diriam que sim, a entrada na OCDE seria boa. Mas para entrar na OCDE precisamos do apoio norte-americano. Para obtê-lo, precisamos construir uma relação de confiança mútua com os EUA – e aí vinha novamente o argumento do alinhamento automático.

Deveríamos participar ativamente da reforma da OMC para tratar de novos temas ou, mesmo, dos temas tradicionais da organização com novo enfoque, mais efetivo? Não, era preciso preservar os antigos dogmas negociadores, mesmo que recentemente não tenham trazido resultados efetivos.

A visão do *establishment* de décadas recentes, portanto, era manter uma política externa imutável em um país estagnado. O *establishment* sabia para aonde queremos ir, mas não estava disposto a fazer, com coragem, as mudanças necessárias para se chegar lá.

Agora, estamos fazendo todos aqueles esforços e muitos outros. Estamos tomando as medidas concretas necessárias para fazer da política externa brasileira um instrumento de crescimento econômico, de aumento do poder e da prosperidade da nação, em ambiente regional e mundial democrático – uma política que se constitui em um conjunto de ações determinadas, longe de ser apenas uma coleção de discursos vazios.

A reaproximação com os Estados Unidos, consolidada pela visita do Presidente Bolsonaro a Washington, permitiu abrir o caminho para o ingresso do Brasil na OCDE, a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o incremento da parceria em defesa mediante a declaração do Brasil como “aliado especial” e início de aproximação à OTAN, e o lançamento das bases de uma parceria eco-

nômica que incluirá diferentes instrumentos nas áreas do comércio e dos investimentos.

A substituição da UNASUL pelo PROSUL, alicerçada na democracia e na liberdade econômica, proporciona-nos uma nova alavancagem integracionista capaz de transformar a América do Sul em um grande espaço de dinamismo econômico, livre de uma vez por todas do caudilhismo e do projeto totalitário do Foro de São Paulo.

A parceria com Israel, construída pela liderança do Presidente Bolsonaro e do Primeiro-Ministro Netanyahu, abre para o Brasil um novo horizonte de avanços na tecnologia e na inovação, na agricultura e piscicultura, na segurança e na defesa, além do importantíssimo aspecto simbólico de reconexão do Brasil com lugares que são considerados por 90% dos brasileiros o berço sagrado de sua fé.

Nos vários órgãos das Nações Unidas, o Brasil passou a atuar em defesa dos seus interesses.

Defendemos os valores do povo brasileiro e sua soberania, contra o uso indevido dos foros de direitos humanos para a promoção de instrumentos contrários à família, ou dos foros de meio ambiente para justificar o protecionismo contra a agricultura brasileira, ou ainda o uso de vários foros para proibir a exploração legítima e sustentável dos recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro.

Estamos abrindo novas frentes bilaterais para geração de oportunidades econômicas com países de enorme potencial, como a Polônia (economia que mais cresce na União Europeia) e os Emirados Árabes Unidos (com quem estamos criando um pujante programa de investimentos no Brasil e desenhando um esquema de exportação para atingir imensos mercados do Oriente Médio e sul da Ásia com nossos produtos alimentícios).

Mantivemos ou manteremos em breve diálogos produtivos com Alemanha, Arábia Saudita, Hungria, Itália, Marrocos, Nigéria, Nova Zelândia, Suíça e muitos outros países com os quais já identificamos

novas ideias e projetos de cooperação efetiva para o crescimento brasileiro.

Estamos reestruturando a fundamental relação com a China, com vistas a melhor utilizar os instrumentos negociadores de que o Brasil dispõe para conseguir diversificar e aumentar o acesso de nossos produtos, em especial do agronegócio, ao mercado chinês.

No BRICS, lançamos com a China e os demais países do bloco um programa de inovação e *start-ups* e iniciativas na área da economia digital, de modo a conectar esse mecanismo às prioridades brasileiras de desenvolvimento.

Demos novo impulso ao MERCOSUL, que volta a ser uma plataforma eficiente de negociação comercial e integração competitiva, bem como à parceria com a Argentina, com ideias inovadoras e ambiciosas nas áreas econômica, tecnológica e muitas outras. Com o Paraguai construiremos duas novas pontes que ampliarão a integração entre os dois países.

Liberamos da exigência de vistos os turistas dos EUA, Canadá, Austrália e Japão, gerando, de imediato, significativo aumento na demanda de viagens para o Brasil, o que criará empregos e renda no turismo, um setor fundamental para a recuperação de áreas economicamente deprimidas.

Todos esses resultados abrem o caminho para posicionarmos o Brasil na geopolítica e na economia mundial no lugar que nos cabe.

Para chegar lá, é preciso trabalho, criatividade, sinceridade. É preciso pensar novo e pensar grande. É preciso abandonar dogmas e conceitos ultrapassados. É preciso não ter medo de quebrar tabus, esses tabus que, por décadas, paralisaram a nossa política externa, gerando atraso e estagnação. A política externa precisa ser dinâmica e, sobretudo, estar a serviço do povo brasileiro. Estamos trilhando com firmeza esse caminho.

20. Discurso na conferência “A cooperação entre o Brasil e a África”, por ocasião da celebração do Dia da África, em Brasília (27/05/2019)

Senhor Embaixador Martin Agbor Mbeng, Decano do Grupo Africano, em nome do qual cumprimento todos os Embaixadores africanos acreditados em Brasília;

Caros colegas, amigos;

Senhoras e senhores,

É uma enorme satisfação e alegria contar com a presença de todos os senhores aqui para comemorarmos juntos o Dia da África, mantendo e reinaugurando uma tradição de diálogo e proximidade entre o Brasil e o continente africano nesta importante data.

Gostaria de começar assinalando que a política externa do Presidente Jair Bolsonaro pretende aproximar-se do povo brasileiro e dos sentimentos que movem a nossa nação.

A maioria da nossa nação, a maioria do nosso povo reconhece-se afrodescendente. Nós nos orgulhamos disso. O povo brasileiro identifica-se profundamente com a África, como inclusive acabamos de ver no brilhante texto do Embaixador Alberto da Costa e Silva.

Nesse momento em que o Brasil se esforça por reencontrar-se consigo mesmo, isso significa necessariamente um impulso de reencontrarmo-nos com a África, que é parte indispensável da nossa essência e das nossas raízes. Num mundo justamente de desenraizamento e de homogeneização das nações, contra o qual nos insurgimos, esse reencontro com as raízes africanas da nacionalidade brasileira é absolutamente fundamental. Nós buscamos não só um Brasil mais próspero, mas um Brasil também mais autêntico e mais conectado consigo mesmo. Na parceria com a África, nós queremos

refletir essa mesma disposição, combinando o trabalho com a nossa identidade e a promoção de nossas relações econômicas e em tantos outros domínios. Entre nós, brasileiros, a África está presente na língua, na cultura, na religião, na dança, no DNA. O Dia da África, portanto, é também um pouco um dia nosso, do Brasil, se é que posso ousar dizê-lo. A África tem lugar sólido no edifício da nacionalidade brasileira.

Esse Dia da África que acaba de transcorrer celebra um movimento de caráter libertador. Refere-se à criação da Organização da Unidade Africana, em 25 de maio de 1963. Desde então, a organização, que em 2002 se converteu na União Africana, cresceu e afirmou-se: acolhe hoje dezenas de Estados e desempenha papel central no reforço da institucionalidade do continente. Os países africanos aprenderam que caminhar unidos é a forma mais eficiente para realizarem seus objetivos – unidos, mas soberanos, dando um exemplo ao mundo, inclusive ao nosso esforço de integração na América Latina e na América do Sul.

O dia 25 de maio marca, dessa forma, a celebração dos mais caros valores regionais dos quais compartilhamos: a soberania, a igualdade entre os Estados, a solidariedade e a integração regional em prol da construção de um destino comum – sem que, com isso, sejam feridas a liberdade e a dignidade de cada povo. É nesse espírito de liberdade que nos reunimos aqui hoje.

Gostaria de falar um pouco sobre o tema do comércio. Desde o início dos anos 2000, o mundo assiste ao “renascimento africano”. A África é polo econômico em ascensão, com grande atração de capitais e taxas de crescimento econômico em muito superiores à média mundial.

Entre 2000 e 2010, o continente apresentou 5,4% de crescimento anual do PIB, enquanto a média mundial foi de aproximadamente 3% no mesmo período. Para 2018 e 2019, estima-se que o crescimen-

to econômico anual africano seja superior a 4%, número invejável, enquanto a economia global deve crescer em torno de apenas 3%.

Diante desses números vemos que estamos muito longe de realizar o potencial de comércio entre o Brasil e o continente africano.

Nossas trocas econômicas devem estar à altura das nossas relações firmemente ancoradas na história e num patrimônio cultural compartilhado. A África constitui mercado consumidor em clara expansão, com o qual o Brasil compartilha a vasta área comum do Atlântico Sul.

Nos últimos anos, após sensível redução na corrente de comércio entre Brasil e África, verificada em 2016, experimentamos uma fase de ainda modesta recuperação. Em 2017, as trocas foram de US\$ 14,92 bilhões e, em 2018, alcançaram US\$ 14,77 bilhões. Precisamos trabalhar para redinamizar as nossas trocas comerciais, a partir desse patamar.

O perfil do comércio entre Brasil e África não corresponde mais ao de outros tempos, marcado por exportação de bens industrializados por parte do Brasil e importação de produtos primários com origem nos países africanos.

Em 2018, manufaturados e semimanufaturados corresponderam a 58% das exportações brasileiras para a África e a 53% das importações brasileiras provenientes da África. É um novo quadro, que nos traz novos desafios, dentro do qual queremos e podemos atingir muito mais.

Seguindo o espírito do recém-firmado Acordo Continental Africano de Livre Comércio, queremos mais acordos comerciais. Já temos dois tratados em vigor que demonstram esse potencial, e queremos expandir essa dimensão. Temos o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito – país para onde se destinam atualmente 26% (US\$ 2,13 bilhões) de todas as exportações do Brasil para a África – e o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) MERCOSUL-SACU.

Quero enfatizar que, na nova visão de política externa que estamos implementando, a dimensão econômica e comercial das relações Brasil-África é fundamental. Convido nossos parceiros africanos a continuar a dialogar com o Brasil sobre formas e opções para aumentarmos o nosso comércio e para diversificá-lo, bem como para ampliarmos os investimentos de lado a lado, sempre com a participação crucial do setor privado.

O governo brasileiro tem toda disposição para trabalhar com a iniciativa privada com o propósito de ampliar o fluxo de investimentos em direção à África. Vamos trabalhar com o objetivo de que estejam dadas as condições para empresas africanas e brasileiras investirem lá e cá.

Atualmente, os investimentos do Brasil na África concentram-se, principalmente, nos ramos da construção civil, agronegócio, mineração e petróleo, tendo como principais parceiros em investimento Angola, África do Sul e Nigéria.

Também há significativos investimentos africanos no Brasil, fato desconhecido por muitos brasileiros. Esses investimentos acontecem nos mais diferentes campos – da produção de petróleo e de fertilizantes à extração e transporte do minério de ferro, passando pelo mercado editorial e pela ligação, por cabo submarino de fibra ótica, entre nossos continentes.

Nesse campo dos investimentos, como nos outros, queremos uma relação entre iguais, equitativa, explorando os diferentes modelos, conforme as necessidades e características de cada parceiro.

Senhoras e senhores,

Canal privilegiado de diálogo entre o Brasil e a África é a União Africana. Enxergamos a União Africana como a janela pela qual os vários aspectos do continente se mostram ao mundo, na forma de uma só entidade e um ponto privilegiado para o exame das principais questões africanas.

A União Africana representa importante espaço de divulgação de projetos de alcance continental, como a área de livre comércio continental ou o passaporte continental unificado. Essas amplas e ambiciosas propostas apontam para uma vontade política voltada para a construção e o fortalecimento da arquitetura de coordenação e de cooperação africana. Complementarmente, instrumentos como a observação eleitoral, a garantia do resultado dos pleitos e o apoio ao funcionamento regular das instituições dos países-membros, têm contribuído para a prevenção de conflitos e o reforço da institucionalidade do continente, trabalho que muito admiramos.

Em abril de 2018, em reunião com autoridades da União Africana, em Adis Abeba, reiteramos a importância estratégica que atribuímos a essa relação com a União Africana, e ao continente africano de modo geral, na política externa brasileira. Um compromisso que agora nós reafirmamos. Queria nesse momento reiterar a proposta feita de criação de um mecanismo de consultas políticas regulares entre Brasil e a União Africana.

Senhoras e senhores,

Gostaria de falar de maneira muito especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, cuja presidência no momento é de Cabo Verde, e que constitui importante elo de ligação entre o Brasil e o continente africano.

Seis de seus nove membros são países africanos cuja língua comum é base sobre a qual se constrói a comunidade. A CPLP é símbolo do valioso patrimônio humano, linguístico e cultural que nos une, do princípio da igualdade soberana entre Estados e do forte adensamento das nossas relações em todos os domínios.

A partir dos três pilares da CPLP – a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa –, surgem iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, estreita coordenação dos

nove países nos foros multilaterais, em questões como segurança alimentar e energética e construção da paz em situações pós-conflito.

Também é importante destacar a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de Estados membros, sempre a pedido destes. O Brasil integrou todas as missões de observação eleitoral da Comunidade – cerca de trinta até hoje – desde que elas foram instituídas, tendo sido a mais recente aquela realizada na Guiné-Bissau em março do corrente. Na visão brasileira, as missões de observação eleitoral contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos Estados membros.

A experiência da CPLP – como também a da União Africana – demonstra que os povos e as nações são mais fortes quando se unem.

A exemplo da CPLP, nos foros multilaterais, com frequência, o Brasil e a África convergem em posições relativas a temas como a promoção da segurança alimentar, a criação de mecanismos de defesa do sistema financeiro internacional contra crises, o fortalecimento dos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento e a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

Aproveito a oportunidade para felicitar as nações africanas, que indicarão o Presidente da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, desde já garantindo que o candidato que seja endossado pela União Africana para essa notável função terá o apoio do governo brasileiro.

No setor de defesa, compartilhamos visões similares, na medida em que acreditamos que a maior estabilidade de nossas regiões possibilita o desenvolvimento de nossos povos. Por isso, cooperamos de maneira intensa na área de defesa e segurança.

Mantemos acordos-quadro de cooperação em defesa com doze Estados africanos, que permitem compartilhar ideias, treinamento, doutrina militar e tecnologia.

Nossas Forças Armadas enviaram e receberam oficiais e praças para cursos e outras atividades de treinamento. Das escolas brasileiras

de formação de oficiais já saíram militares africanos que hoje são motivo de orgulho para seus países e para o Brasil.

Várias Forças Aéreas da África já utilizam aeronaves Super Tucano da Embraer. Também cooperamos com países africanos na implantação de sistemas de controle terrestre, aéreo e naval.

Outro importante aspecto é a cooperação técnica em matéria de defesa, que inclui pesquisa tecnológica e venda de material de alto valor agregado, área bastante frutífera e que permanecerá muito promissora.

Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento conjunto de tecnologia de mísseis com a África do Sul: o projeto do míssil ar-ar de quinta geração A-Darter está em fase final de testes.

Mantemos ainda importantes projetos de cooperação naval com países africanos, até mesmo por meio do estabelecimento de missões navais. Formamos mais de mil militares da Marinha da Namíbia em nossas escolas navais, o maior contingente de oficiais estrangeiros já capacitados no Brasil. A Missão Naval do Brasil na Namíbia contribuiu, ademais, para a criação do Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay.

Outro exemplo de cooperação naval é a manutenção de um oficial da Marinha do Brasil no Centro Inter-Regional de Coordenação entre os países do Golfo da Guiné, no Cameroun.

A África Ocidental, é importante assinalar, compartilha com o Brasil o Atlântico Sul, espaço que faz parte do “entorno estratégico” brasileiro. Nesse sentido, a intensificação da cooperação com o oeste do continente africano contribui para a consolidação de uma área de paz e estabilidade.

O governo brasileiro acredita na importância da coordenação de esforços para a prevenção e o combate à pirataria, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, à pesca ilegal e outros ilícitos transnacionais no Atlântico Sul.

No Golfo da Guiné, participamos, pela sexta vez, nas atividades da Operação Obangame Express, com o navio-patrolha oceânico Araguari, da Marinha do Brasil. O exercício envolve diretamente os 16 países do Golfo da Guiné, desde Senegal até Angola, e é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para África (AFRICOM) e facilitado pelas Forças Navais norte-americanas para Europa e África (*US Naval Forces Europe/Africa*).

Bienalmente, participamos dos exercícios navais IBSAMAR, que contaram com a participação da corveta Barroso, em 2018, gerando aproximação e intercâmbio de experiências entre as Marinhas do Brasil, da África do Sul e da Índia.

O Brasil acredita que exercícios conjuntos como esses capacitam forças de defesa brasileiras e africanas a incrementar seu grau de interoperabilidade e a fazer com que nós nos apropriemos de nossa própria segurança.

Além da cooperação em defesa, a cooperação técnica também é instrumento privilegiado para o adensamento das relações do Brasil com a África: intensifica nossos laços políticos, econômicos, sociais e culturais.

Focamos no desenvolvimento de capacidades, ou seja, na identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para a concepção e a implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento.

Nos últimos vinte anos, o Brasil realizou 677 projetos de cooperação técnica com os mais diversos países africanos, destacadamente nas áreas de saúde, agricultura, pecuária, pesca, educação e formação profissional.

Notabiliza-se o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, que, desde 1987, presta cooperação técnica como instrumento

de desenvolvimento de países-irmãos – entre eles, muito especialmente, os países africanos.

Atualmente, encontram-se em vigor 32 acordos de cooperação técnica entre o Brasil e países do continente e 78 projetos de cooperação técnica estão em andamento com a África.

Pretendemos que esses projetos se orientem cada vez mais pelas prioridades políticas definidas por nossos parceiros africanos. Queremos trabalhar para aquilo que é importante para os africanos.

Eu digo sempre que os diplomatas não devem fazer coisas que são apenas importantes para outros diplomatas, mas coisas que façam a diferença para pessoas comuns e para a realidade concreta de seus países. E queremos aplicar isso às relações com o continente africano. Queremos escutá-los e saber quais são as suas prioridades e, para isso, é extremamente valiosa essa oportunidade que temos aqui hoje.

Já tive a oportunidade de escutar com enorme interesse e atenção às palavras do Embaixador do Cameroun, Martin Agbor Mbeng, que já apontam diferentes ideias para o aprofundamento dessa cooperação, e terei enorme prazer em escutar outras ideias de Vossas Excelências. Essa preocupação ilustra o interesse brasileiro fundamental em contribuir para o desenvolvimento econômico e social da África.

A cooperação técnica brasileira reveste-se, como sabem, de variados formatos. Temos um lugar cada vez mais importante para a cooperação trilateral, com países desenvolvidos, que já resultou em inúmeros projetos, como a parceria com a Alemanha para o melhoramento do plantio do caju em Gana, ou com o Japão para o fortalecimento do Sistema de Resposta ao HIV e SIDA em Moçambique, ou ainda no combate à lagarta-do-cartucho em inúmeros países africanos em parceria com os Estados Unidos.

No âmbito da cooperação trilateral com organismos internacionais, cabe destacar o programa para o apoio no desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos por meio do Centro de Excelência contra a Fome em Brasília.

No que diz respeito à cooperação com a CPLP, quero destacar aqui o programa de “Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência nos países da CPLP”, mais um exemplo das perspectivas da nossa cooperação.

Queria ressaltar também a perspectiva de aumento da nossa cooperação cultural. Como sabem, estamos criando um novo instituto, o Instituto Guimarães Rosa, para promoção da cultura brasileira no exterior, que permitirá uma presença mais estruturada do Brasil nessa área da cooperação cultural, e onde um destaque muito especial caberá à nossa cooperação com a África.

Nossa cooperação também toma a forma de resposta humanitária, a fim de contribuir para mitigar o sofrimento de populações em situações vulneráveis.

A propósito, gostaria de manifestar nossa solidariedade com Moçambique, Malawi e Zimbábue, onde o ciclone tropical Idai causou centenas de mortes, destruição e desalojamentos, que tanto lamentamos.

A resposta humanitária do Brasil, até o momento, materializou-se no fornecimento de imagens de satélite das regiões afetadas pelo ciclone, o envio de dois aviões de transporte Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), com duas equipes de vinte especialistas em busca e salvamento, com carga de medicamentos e insumos básicos de saúde. O governo brasileiro também ofereceu contribuição com recursos – inclusive por meio da CPLP – para ações de mitigação e reconstrução.

No início de maio, nova equipe humanitária brasileira, com um efetivo de 29 especialistas, partiu para Moçambique, substituindo as anteriores e dando continuidade à assistência às vítimas dos ciclones.

Falando agora, e para terminar, do futuro das relações entre Brasil e África, gostaria de dizer que o Brasil quer ser parceiro da África no desenvolvimento vertiginoso que atravessa o continente africano. Obras de infraestrutura e produção de alimentos intensificam-se à luz da rápida urbanização que perpassa os países africanos. Podemos contribuir com capacidade técnica em infraestrutura e urbanismo, tendo em conta que compartilhamos muitos dos desafios que a África enfrenta e enfrentará.

Queremos participar da revolução agrícola pela qual passará a África, com nosso *know-how*, maquinário e programas de capacitação. Nos campos do urbanismo, infraestrutura e agronegócio, podemos empreender processos de transferência de tecnologia que proporcionem ganhos para o lado africano, em termos de desenvolvimento, bem como para o lado brasileiro, em termos de conquista de mercados.

Busquemos, juntos, construir um arcabouço jurídico que proporcione previsibilidade aos negócios entre brasileiros e africanos por meio de novos acordos de cooperação e facilitação de investimentos. Ampliemos nosso trabalho conjunto no campo da defesa por meio de pesquisa compartilhada, capacitação de recursos humanos e transferência de conhecimentos. Fortaleçamos a cooperação educacional e cultural no contexto dos programas de intercâmbio de graduação e pós-graduação e no contexto do Instituto Guimarães Rosa.

Senhoras e senhores,

Como os senhores que vivem aqui em Brasília sabem, o Brasil passou, nos últimos anos, por uma de suas maiores crises econômicas da sua história, marcada por desafios políticos, sociais e, não menos importante, desafios de natureza ética.

Estamos inaugurando um novo tempo político, em que os valores da transparência, da honestidade e da liberdade nos guiam. É sob essa ótica que buscaremos promover mais comércio, mais investimento e mais desenvolvimento para nossos povos. Queremos reconquistar para o Brasil um lugar de destaque no mundo, um lugar que acreditamos ser o nosso destino, e esse trabalho passa muito especialmente pela construção de uma parceria vibrante e sólida com a África.

Agradeço novamente muito a presença de todos e podemos passar então para um debate e troca de ideias.

Muito obrigado!

21. Apresentação por ocasião do trigésimo aniversário da Embrapa Territorial, em Campinas (30/05/2019)

Boa tarde!

Ministra Tereza Cristina; Ministro Fernando; Ministro Ricardo Salles; Deputado Alceu Moreira; em nome de quem saúdo todos os Parlamentares presentes; Secretário de Agricultura de São Paulo, Gustavo Junqueira; Presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa; Chefe-Geral da Embrapa Territorial, Evaristo Miranda; senhores Oficiais Gerais; ex-Ministros. Quero saudar de maneira especial Dom Luiz Philippe de Orléans e Bragança, em nome de quem saúdo todos os demais presentes.

É uma enorme alegria e uma enorme honra estar aqui nesta tarde. Minha primeira observação é de que, além de uma nova sala de situação, a Embrapa Territorial precisa de um novo auditório para acomodar toda a enorme atenção que, justamente, ela atrai.

A Embrapa, como todos os senhores sabem, ao longo desses 46 anos, tem sido uma instituição central na transformação do Brasil. Passamos de importador líquido de alimentos, nos anos 70, a um dos celeiros do mundo. E se nós temos hoje essa ação, como temos, de transformar o Brasil em um dos grandes do mundo, em uma potência em escala mundial, uma potência trabalhando pela democracia, pela liberdade, pela dignidade humana, isso não seria possível sem o agro, sem essa base do agronegócio, onde o Brasil já é uma potência mundial. Esperamos que, com novas Embrapas, novas ideias, novos esforços como este, nós consigamos realmente alcançar esse sonho.

Agradeço muito ao doutor Evaristo por ter mencionado a iniciativa que nós tivemos da criação do Departamento de Promoção do Agronegócio dentro do Itamaraty. Isso é parte de um esforço de concatenação de todo o governo brasileiro. No Itamaraty, que tem interface com praticamente todas as áreas do governo, nós procuramos que haja um perfeito encaixe, uma perfeita coordenação, através de diferentes áreas do Itamaraty, com todas as áreas do governo. Mas o agro realmente tem um caráter fundamental, e está muito presente no nosso coração, de todos os diplomatas brasileiros e do Itamaraty.

Isso também é simbolizado pela presença, aqui, de quatro Ministros da equipe. Esse esforço extraordinário que o Presidente Jair Bolsonaro tem tentado implementar, e tem conseguido, de criar um governo que trabalhe em equipe, que trabalhe com uma estrutura harmônica. Isso a gente sabe que não é fácil no Brasil. Não é, infelizmente, a tradição do Brasil. Não por falta de tentar, mas acho que, finalmente, nós estamos conseguindo ter esse caráter de um governo que trabalha em equipe. Isso é também fundamental para as transformações que incumbem a todos nós.

Quero mencionar, de maneira muito especial, que, nesta semana, esta minha presença aqui muito me honra. Ontem, estive na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e tive ocasião de dizer a um Deputado que recordava que, pelo menos nas últimas duas ou três legislaturas, é a primeira vez que um Ministro das Relações Exteriores fala na Comissão de Agricultura. Tenho tido um diálogo muito frequente com a Frente Parlamentar do Agronegócio, presidida pelo Deputado Alceu Moreira, com quem mantenho contato frequente. Enfim, para mencionar o que isso representa, eu sou muito grato por isso; representa que o Itamaraty se sente acolhido por essa extraordinária comunidade do agro, e estamos muito honrados de fazer parte dessa comunidade tão bem representada aqui.

No caso da Embrapa Territorial, que hoje completa seus gloriosos primeiros trinta anos, é fundamental mencionar que ela cumpre, de maneira extraordinária, a sua missão de gerar dados, de gerar informações sobre o uso e ocupação de terras no Brasil, garantindo a competitividade, a sustentabilidade da agricultura, da pecuária brasileira. Nós vemos que a informação é a alma da diplomacia e, portanto, a informação sobre a agricultura brasileira é a alma dessa diplomacia do agro que nós estamos tentando implementar, em coordenação direta e estreita com o Ministério da Agricultura e com todas as outras esferas, Ministério do Meio Ambiente, Defesa, que têm interface com esse trabalho. Esses dados, esse trabalho todo gerado pela Embrapa Territorial é fundamental para levar ao mundo o retrato fiel do nosso agro e defender os interesses de todos os senhores ao redor do mundo, desfazer percepções que, às vezes por ignorância, às vezes por interesse, prevalecem em outros países, percepções distorcidas sobre o agronegócio brasileiro.

Ao visitar a sala de situação que vai ser inaugurada, tive a ideia de ter uma sala de situação também no Itamaraty, para que nós tenhamos visões estratégicas de tudo que está acontecendo nos nossos quase 200 postos ao redor do mundo, nossas embaixadas e consulados, e ver se realmente estão trabalhando pela agricultura brasileira, e tenho certeza de que estão.

Mas, além de informação, acho que a Embrapa Territorial usa a inspiração, uma coisa também fundamental para o nosso trabalho. E aqui entra de maneira muito especial o trabalho do doutor Evaristo, que, com a sua amizade, com seu entusiasmo, foi fundamental para mim, para mudar minha visão, para aprofundar minha visão, minha percepção sobre o agro brasileiro; e isso permanece como fonte permanente de inspiração e de ideias para o nosso trabalho, não só para mim, mas acho que para todo o governo brasileiro.

O Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, nas várias reuniões bilaterais que ele manteve durante o Fórum em Davos, com países, sobretudo países europeus, sempre entregava uma cópia do livro do Dr. Evaristo sobre o caráter sustentável da agricultura brasileira. Isso é um documento fundacional para mostrar a realidade do nosso agronegócio, um instrumento fantástico para a nossa ação diplomática.

A atuação de toda a Embrapa, e da Embrapa Territorial, portanto, no exterior, também, como lembrava o Presidente da Embrapa, é fundamental para a nossa cooperação técnica, e incumbe à Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, transferindo, adaptando tecnologias agrícolas nacionais para a realidade de diferentes países. Esses dias mantive também uma reunião com todos os Embaixadores africanos em Brasília para celebrar o Dia da África e para debater com eles ideias de cooperação, e as ideias de cooperação de tecnologia agrícola surgiram sempre como um ponto central.

É fundamental que o Brasil e o mundo, sobretudo o mundo, no nosso caso o Congresso, reconheçam e valorizem cada vez mais as características, ao mesmo tempo eficientes e sustentáveis, da agricultura brasileira. Que valorizem, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural, o efetivo monitoramento por satélite e georreferenciamento do uso e ocupação da terra no Brasil, que valorizem os projetos de manejo integrado de lavoura, pecuária e floresta.

Que conheçam e valorizem, também, o fato de que apenas 30% do nosso território é utilizado para produzir alimentos, e nada mais nada menos do que 60% do território mantém-se com vegetação nativa original. Isso aprendi também no período de transição, com o doutor Evaristo. Não acreditei quando vi esses dados. Isso é pouco conhecido no Brasil, menos ainda no exterior, então a gente tem o orgulho de levar esses dados e informações ao redor do mundo. O Brasil precisa realmente atuar como a potência agrícola que é, e isso

está sendo feito pela Ministra Tereza Cristina, pelo Itamaraty, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério do Meio Ambiente. Todos nós, em conjunto, temos consciência disso e procuramos atuar nesse sentido, nesse esforço.

Nós promovemos o avanço das negociações, em benefício do agronegócio brasileiro, tanto multilaterais quanto bilaterais. Procuramos remover barreiras. Procuramos criar ambiente competitivo favorável às nossas exportações. Procuramos impulsionar o acesso aos mercados, uniformização de procedimentos sanitários e fitossanitários. Estamos aprofundando a participação do Brasil na OMC e em outras entidades e organizações macro, inclusive na OCDE, como os senhores sabem, estamos a um passo de começar o nosso processo de adesão, enfim, em todas essas frentes levamos com muito orgulho, com muita convicção a mensagem do agro brasileiro.

Queria, finalmente, dizer que o Itamaraty está pronto a ser parte integrante e entusiasmada dessa comunidade do agronegócio.

Parabéns a todos!

Muito obrigado!

22. Discurso em evento empresarial durante visita presidencial, em Buenos Aires (06/06/2019)

Versão original, em espanhol:

Señores empresarios,

Yo trabajo con temas de la relación bilateral Brasil-Argentina y del MERCOSUR hace casi treinta años, y puedo decir que vivimos un momento muy especial de esa relación. No me acuerdo de haber vivido un momento tan promisor de nuestra relación.

¿Por qué? Porque hay, antes de todo, una filosofía común entre ambos Presidentes, entre ambos gobiernos, basada en el respeto a la voluntad popular, de pueblos que quieren crecimiento, empleo, pero que también quieren sus valores respetados, sus valores fundamentales, sobre todo, como siempre enfatiza el Presidente Bolsonaro, el valor de la libertad: la libertad económica, la libertad religiosa, la libertad de expresión y todas sus dimensiones.

Esa filosofía común se traduce en una voluntad de hacer cosas, de hacer cosas concretas, y eso lo vemos acá. Los resultados que recoge esa visita presidencial, los actos que firmamos y los avances que tenemos en la facilitación del comercio, en la seguridad, la defensa, la energía, la minería, la ciencia y tecnología y tantas otras áreas. Realmente somos dos potencias agrícolas, somos dos potencias energéticas y podemos ser, juntos, dos potencias en muchas otras áreas, y en beneficio de ambos pueblos.

Esa relación bilateral revitalizada, reinventada a partir de esa filosofía común, se refleja también en un MERCOSUR revitalizado, es un MERCOSUR que reencuentra su vocación original. Durante algunos años, el MERCOSUR no ha sido un proceso de integración,

ha sido un proceso de desintegración, un proceso que se abocaba a crear barreras entre los socios y aislar la región del resto del mundo. Eso se invierte ahora, con la nueva lógica de una real integración abierta, que es una expresión que se utilizaba mucho en el origen del MERCOSUR; se ha abandonado y se retoma. Un MERCOSUR que requiere eficiencia en el intercambio entre los socios, pero también que sea una plataforma de apertura y de eficiencia hacia el resto del mundo, como lo vemos en negociaciones estratégicas que estamos, si todo va bien, cerca de cumplir, como con la Unión Europea.

De manera que también esa relación de un MERCOSUR revitalizado apunta hacia una revitalización, también de nuestra presencia común en toda la región, en Sudamérica. Esa nueva dinámica Brasil-Argentina se refleja en una dinámica suramericana que es, finalmente, lo que siempre hemos querido, una región basada en la democracia y en la libertad económica. Es el proceso que está finalmente creando raíces en la región y que hace cada vez más difícil que vuelvan otros proyectos que no tienen que ver con la voluntad y la vocación de nuestros pueblos.

De manera que con libertad económica, con democracia, con una integración abierta al mundo, estamos convencidos de que nadie puede detener a Brasil y Argentina juntos.

Muchas gracias!

Tradução para o português:

Senhores empresários,

Trabalho com temas das relações bilaterais Brasil-Argentina e do MERCOSUL há quase trinta anos, e posso dizer que vivemos um momento muito especial nesta relação. Não me recordo de ter vivido um momento tão promissor em nossa relação.

Por quê? Porque há, antes de mais nada, uma filosofia comum entre ambos os Presidentes, entre ambos os governos, baseada no respeito e na vontade popular de povos que querem crescimento, emprego, mas que também querem seus valores respeitados, seus valores fundamentais, sobretudo, como sempre enfatiza o Presidente Bolsonaro, o valor da liberdade: a liberdade econômica, a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e todas as suas dimensões.

Essa filosofia comum traduz-se em uma vontade de fazer coisas, de fazer coisas concretas, e vemos isso aqui. Os resultados que essa visita presidencial apresenta, os atos que firmamos e os avanços que temos na facilitação de comércio, em segurança, em defesa, em energia, em mineração, em ciência e tecnologia e tantas outras áreas. Realmente, somos duas potências agrícolas, somos duas potências energéticas, e podemos ser, juntos, duas potências em muitas outras áreas e em benefício de ambos os povos.

Essa relação bilateral renovada, reinventada a partir dessa filosofia comum, reflete-se, também, em um MERCOSUL renovado, em um MERCOSUL que reencontra sua vocação original. Durante alguns anos, o MERCOSUL não foi um processo de integração; foi um processo de desintegração, um processo que se dedicava a criar barreiras entre os sócios e isolar a região do resto do mundo. Isso se inverte, agora, com a nova lógica de uma real integração aberta – uma expressão que se utilizava muito na origem do MERCOSUL, que foi abandonada e que se retoma. Um MERCOSUL que requer eficiência no intercâmbio entre os sócios, mas, também, que seja

uma plataforma de abertura e de eficiência em relação ao resto do mundo, como vemos nas negociações estrangeiras que estamos, se tudo correr bem, prestes a cumprir, como com a União Europeia.

De modo que, ademais, essa relação de um MERCOSUL renovado aponta para uma renovação também de nossa presença comum em toda a região, na América do Sul. Essa nova dinâmica Brasil-Argentina reflete-se em uma dinâmica sul-americana que é, finalmente, o que sempre quisemos: uma região fundamentada em democracia e na liberdade econômica. É o processo que está, finalmente, criando raízes na região, e faz com que seja cada vez mais difícil que voltem outros projetos que não têm a ver com a vontade e a vocação de nossos povos.

De maneira que, com liberdade econômica, com democracia, com uma integração aberta ao mundo, estamos convencidos de que ninguém pode deter o Brasil e a Argentina juntos.

Muito obrigado.

23. Palestra no seminário da Fundação Alexandre de Gusmão sobre globalismo, em Brasília (10/06/2019)

Bom dia a todos!

Muito obrigado ao Ministro Goidanich pela introdução e pela organização deste seminário. Quero dirigir-me à deputada Chris Tonietto e, em seu nome, a todos os integrantes da mesa; todos os senhores; Embaixadores; colegas, todas as pessoas interessadas nesse tema, que também nos honram, aqui, com sua presença.

Eu gostaria, nesse momento que tenho para dirigir-me aos senhores, de compartilhar uma pequena reflexão com os senhores sobre o tema do globalismo, a partir de uma leitura de Nietzsche.

No início do livro *A vontade de poder*, que aliás, é um livro que dizem que não existe, pois teria sido composto a partir de fragmentos escolhidos pela irmã de Nietzsche – isso tudo é uma polêmica, aliás, interessante, mas o livro existe, uma vez que influenciou, como sabemos, vários movimentos. Logo no início desta obra, Nietzsche diz o seguinte: “Eu vou contar a história dos próximos duzentos anos. Vou descrever aquilo que está vindo e que não pode mais vir diferentemente – o advento do niilismo.”

Ele escreveu isso entre o fim de 1887 e o começo de 1888. Então, nós estamos bem dentro da segunda metade desses 200 anos de história do advento do niilismo, segundo Nietzsche. O próprio conceito de niilismo, em Nietzsche, é extremamente complexo e inclusive a própria relação de Nietzsche com o niilismo, porque no prefácio de *A vontade de poder*, ele diz uma coisa assim: “Eu sou o primeiro niilista da Europa, mas, ao mesmo tempo, meio que já deixei de ser niilista e já superei isso.” Então, o pensamento de Nietzsche

é, de certa forma, uma descrição desse fenômeno do niilismo e uma superação do niilismo, podemos talvez ver dessa maneira.

Nietzsche também, claro, é famoso pela frase *Deus está morto*. Que, aliás, não é dele; há muitas vozes dentro de Nietzsche, e essa frase, *Deus está morto*, é pronunciada por um personagem em um determinado fragmento de *A Gaia Ciência*. É um outro problema também em Nietzsche – problema e solução, talvez – porque você nunca sabe exatamente quem está falando. Mas, essa ideia de que *Deus está morto* tornou-se o postulado central de todo o pensamento subsequente e, de certa forma, de toda a história posterior. Sem essa ruptura radical, a meu ver, não se pode explicar nem o marxismo-leninismo, e nem o nazifascismo. Ambos movimentos partem da rejeição de Deus, da rejeição da chamada moral burguesa, essa ordem moral centrada em Deus, que Nietzsche havia destruído de certa maneira, ou cuja necessária destruição, para uma necessária renovação, ele havia anunciado.

Evidentemente, Marx também é necessário para compreender os dois movimentos, tanto o leninismo quanto o nazifascismo. No livro *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2001) fazem basicamente o que faz Nietzsche, só que sem a mesma sutileza e o mesmo caráter multidimensional de Nietzsche, mas com a mesma destruição das ideias da moral corrente. Eu acho que uma leitura em paralelo de *A ideologia alemã* e de *Genealogia da moral* de Nietzsche, por exemplo, seria um exercício de pesquisa bastante interessante.

O certo é que o comunismo e o nazifascismo dependem da morte de Deus. Dependem do fim do que eu chamaria de antropoteísmo, que é a concepção do homem como um ser vertical, que se relaciona com Deus e que é filho de Deus. Ambos instauram um antropocentrismo radical, talvez considerando que com isso estão, de alguma maneira, libertando o homem. Ambos querem rumar para alguma espécie de *Übermensch*, o homem socialista, na concepção soviética, ou a

própria palavra usada pelos nazistas. Há um parentesco grande aqui. E, no entanto, na verdade, nessa falsa libertação estão escravizando o ser humano.

Cabe lembrar, também, da obra de Dostoiévski, *Crime e castigo*, onde o personagem central, Raskólnikov, parte da ideia de que, *se Deus não existe, tudo é permitido*. E se dá mal, nós sabemos, na história. Raskólnikov talvez seja o indivíduo que representa toda essa história posterior do mundo, ou pelo menos do Ocidente. Partindo do princípio de que Deus está morto, ele enfrenta toda uma crise a partir desse momento em sua vida, e acaba voltando à fé.

Interessante também, é uma frase do psicanalista Jacques Lacan, que encontrei em um importante filósofo marxista, Slavoj Žižek, em certo momento, e dizia o seguinte: “se Deus não existe, nada é permitido.” Embora talvez com uma dimensão diferente, pois não sei exatamente o contexto dessa frase de Lacan, mas de certa forma, com ela me identifico. Eu acho justamente que ela representa o reconhecimento dessa falsa liberdade trazida pela ausência de uma ordem divina, de uma ordem moral. Essa ideia já é vista, um pouco depois, com o moralismo que está dentro do globalismo atual.

Voltando ao nosso Nietzsche, a questão é: *Deus está morto*. Para um cristão, isso não é novidade nenhuma. O Cristianismo é, essencialmente, conviver com esse fato, da mortalidade de Deus, da morte de Deus e, evidentemente, da ressurreição. O próprio Nietzsche é talvez um profeta herético, mas um profeta desse renascimento. É muito interessante olhar as cartas que Nietzsche escreveu no começo do período chamado da sua loucura. Nietzsche tem um colapso, como se sabe, no dia 3 de janeiro de 1889, e nesse mesmo dia ele escreve algumas cartas, sobretudo bilhetes, para amigos e conhecidos, e em algumas delas ele assina como *O crucificado, Der Gekreuzigte*. Em uma delas, ele diz “*Die Welt ist verklärt, denn Gott ist auf der Erde*”: o mundo está transfigurado, porque Deus está sobre a Terra. Em

outra carta, que ele escreve para Cosima Wagner, ele pede que ela anuncie *Die frohe Botschaft* – que não é a embaixada alegre, já que para alguns de nós isso teria um sentido diferente, aqui no mundo diplomático – mas que é a Boa Nova, o Evangelho.

Em outras dessas cartas, desses bilhetes, Nietzsche assina como Dionísio que é o principal deus dos cultos místéricos da Grécia Antiga, que é um deus de morte e de renascimento, frequentemente associado ao Cristo nos cultos sincréticos, dos séculos I, II e III. Curiosamente, quando a gente considera a famosa oposição de Nietzsche entre o apolíneo e o dionisíaco, a tendência é que nós vemos no dionisíaco apenas o lado da celebração da vida, da liberdade, e não a celebração do renascimento, e, portanto, o caráter, digamos, pré-*Cristico*, pré-cristão, do culto de Dionísio, que a meu ver, seria mais apropriado e mais completo. De certa forma, Nietzsche apresenta-se como o próprio crucificado, ele se entrega ao seu próprio sacrifício, pregado na cruz do seu próprio ateísmo, que é talvez um falso ateísmo.

Ao longo de toda sua vida, Nietzsche entrega-se a esse abismo da angústia intelectual, e acho que ele mesmo se apresenta nos seus livros mais anticristão, como uma figura talvez “paracristã”, se você quiser – o *Ecce Homo*, *aqui está o homem*, que é como Pilatos apresenta Cristo antes da crucifixão.

Nietzsche anuncia o século XX e o século XXI, em muitas coisas, em muitos momentos; acho que nem valeria a pena ler os 14 volumes da obra completa de Nietzsche atrás desses momentos em que ele anuncia o que nós estamos vivendo. Eu tive a sorte de encontrar um deles aqui, justamente nos últimos textos de Nietzsche, que é de dezembro de 1888, começo de janeiro de 1889, portanto, nos últimos dias antes do colapso e da entrada no que se chama “período da loucura”. E ele diz o seguinte: “Eu trago a guerra. Não a guerra entre povo e povo. Não entre classe e classe. Eu trago a guerra entre

Aufgang e *Niedergang* – a subida e a descida –, entre a vontade da vida e a vingança contra a vida.”

Eu acho que, em primeiro lugar, Nietzsche já nega de antemão aquilo que ele, de certa forma, também anuncia, que é tanto a concepção da luta nacional, que daria origem a essa luta entre povo e povo, que é um pouco a origem da concepção de mundo do nazifascismo e nega também a luta de classes, evidentemente origem da concepção de mundo do comunismo. Então, talvez, nós possamos ler essa história posterior como essa luta entre o que ele chama de descida e de subida – *Aufgang und Niedergang*.

Também é interessante perguntar quem é esse *eu* que fala. Como eu disse antes, em Nietzsche a gente tem sempre que se perguntar quem é o sujeito, quando ele diz *Ich bringe den Krieg – eu trago a guerra*. Esse *Ich* não é necessariamente ele como pessoa, é talvez a história, o espírito, e, aqui, a gente entra um pouco em Hegel, enfim, é uma maneira de ler isso não como um depoimento pessoal, mas justamente como uma quase prosopopeia, digamos, da história posterior.

Essa guerra entre a ascensão e o descenso é, talvez, a história do século XX ou a maneira de ver a história do século XX e do século XXI, na qual estamos participando. Nesse mesmo texto, como em muitos outros, Nietzsche prega uma quebra de todos os valores considerados sagrados, que é basicamente o que tanto Lênin quanto os nazifascistas fizeram. É o *Niedergang* total – a descida do homem da pura fisiologia, que é o termo que ele próprio usa nesse texto.

Ele curiosamente coloca, digamos, o desdobramento dessa luta entre *Aufgang* e *Niedergang* como a criação de um partido. É interessante, porque isso está antes da ideia de partido único, que preside tanto os movimentos comunistas quanto os nazifascistas. Ele diz *é preciso*, não é bem que é preciso, ele vai descrever quais serão os passos de como se desdobrar esse movimento. E ele diz:

“vai-se criar ou deve-se criar um partido da vida, forte o suficiente para a grande política.”

E a grande política torna a fisiologia a rainha de todas as outras questões. Então, é a ideia do homem como a pura fisiologia, e um partido político totalitário para impor esse fisiologismo. Isso é o que Nietzsche prevê, ou deseja, ou prega, a gente nunca sabe, mas é isso que ele, de certa forma, anuncia, e é isso que tanto, por exemplo, o Partido Comunista de Lênin, quanto o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais tarde, tentam implementar.

É curioso porque aqui no Brasil, para nós, o termo *fisiologia* adquiriu na política um outro sentido bastante próprio, que nós todos conhecemos. Então, quando Nietzsche diz: “Ah! Vamos fazer da fisiologia a rainha de tudo”, o sistema político brasileiro fala: “Deixa comigo!”

Bom, então, o que há, ao longo do século XX, é esse terrível mergulho da humanidade nessa noite do fisiologismo, nessa noite sem Deus. E a questão é saber se um dia conseguiremos emergir desse mergulho. Precisamente, dessas duas ideologias, desses dois movimentos derivados, não de Nietzsche, mas dessa ideia, introduzida por Nietzsche, da morte de Deus, visto que uma desapareceu e a outra, não. Ao longo de décadas de conflito intenso, essas duas ideologias lutaram pela primazia, digamos, desse *Niedergang* no fisiológico.

E quem que lutou contra essas ideologias? Basicamente, as democracias liberais, onde, ao longo do século XX, ainda subsistia algo da ordem antiga, algo da presença de Deus, mesmo que elas talvez não soubessem. Acho que nas democracias liberais, Deus nunca morreu, nunca inteiramente, justamente porque nessas democracias, havia/há liberdade. E contrariamente ao que se fala, onde há liberdade acaba sempre havendo lugar para Deus. Sendo assim, o conceito de liberdade é absolutamente central ao cristianismo. *A liberdade*

e o verbo *libertar* aparecem dezenas de vezes no Novo Testamento. No corpo das democracias liberais continuava a bater um coração conservador, onde continuava a fluir a fé, a concepção vertical do ser humano, a concepção da transcendência.

Esse amálgama liberal-conservador, ou seja, democracias liberais com economias liberais, mas com o coração ligado à ordem divina, digamos, foi a espinha dorsal do Ocidente, que lhe permitiu vencer primeiro o nazifascismo e, depois, enfrentar o comunismo a partir de 1945. Ao longo de toda a Guerra Fria, esse modelo aparentemente desconexo, incoerente e um pouco caótico, dessa fusão entre liberalismo e conservadorismo da fé cristã, acabou-se impondo ao modelo totalitário do puro fisiologismo.

E realmente a gente se esquece disso, desse coração conservador do Ocidente na Guerra Fria. Ronald Reagan foi um epítome desse amálgama, com *reaganomics* e todo seu impulso liberal, ao mesmo tempo era um homem de profunda fé, que colocava essa fé em sua concepção política de enfrentamento do mundo socialista, que ele, ao contrário de seus predecessores, não teve problema em chamar de mal, mal absoluto.

Outra figura importante nesse momento, da qual a gente também se esquece, é o Papa João Paulo II – São João Paulo II –, que atuou politicamente na superação desse inimigo fisiológico, o comunismo, a partir da sua fé profunda. Tive oportunidade de falar um pouco sobre o caráter conexo dessas duas dimensões da atuação de João Paulo II, na Polônia, onde estive há pouco tempo.

O problema é que depois de 1989, justamente com a vitória desse Ocidente, dessa linha liberal-conservadora, alguém achou que não precisava mais do coração conservador, da fé cristã no centro das democracias liberais. Alguém falou assim: “Vencemos, a economia de mercado e a democracia representativa agora se espalharão pelo mundo todo. Deus ninguém precisa, isso é uma relíquia da Idade do

Bronze.” Resolveram expulsar Deus do coração da sociedade liberal e deixaram Deus do lado de fora, ali no frio.

Não se deram conta, mas há muito o comunismo vinha-se preparando para ocupar a sociedade liberal por dentro, com a teoria de Gramsci, com a Escola de Frankfurt, com a Revolução Cultural dos anos 60. E, com essa abertura no coração da sociedade liberal, que expulsa Deus, o caminho ficou livre para que o marxismo cultural, o gramscismo, como quer que se chame, ocupasse o coração da sociedade liberal, que tinha sido deixado vazio. Isso é o globalismo, o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o gramscismo, como quer que se chame, ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal.

É interessante, porque se passam exatamente 100 anos, um século exato, entre esse momento do final da vida produtiva de Nietzsche, o momento do início da sua loucura, em que se anuncia como crucificado, e a queda do Muro de Berlim, entre 1889 e 1989. Durante esses 100 anos, a sociedade liberal tinha sido, meio sem saber, o baluarte do *Aufgang*, da concepção da transcendência, da concepção vertical do ser humano, como um ser não só material, mas também espiritual.

Infelizmente, do nosso ponto de vista, nesse momento – em 1989, ou por aí –, meio inconscientemente, a sociedade liberal entrega-se ao *Niedergang*, ao fisiologismo, porque acha que a disputa da Guerra Fria havia sido uma disputa puramente econômica e que a vitória do modelo econômico capitalista era tudo que era preciso para essa vitória final. Não foi vitória coisa nenhuma; foi, de certa forma, uma derrota cujos efeitos estamos vivendo até este momento. Não perceberam que, por trás desse debate, dessa disputa entre modelos econômicos e políticos, estava aquilo que Platão chamava, e que Heidegger recupera, *gigantomachia peri tes ousias*, a *gigantomaquia*, a grande luta pela essência do ser humano. Isso estava em jogo.

O historiador e filósofo francês Marcel Gauchet criou o termo de desencantamento do mundo, *le désenchantement du monde*, para falar de todo esse percurso da sociedade democrática, que aos poucos, a partir do século XVIII, vai livrando-se, desfazendo-se da ideia de Deus. O que era esse encantamento do mundo? Era justamente a presença de Deus.

Hoje, ao longo do debate e do seminário, os palestrantes vão falar de alguns, talvez de todos os instrumentos dessa inserção do fisiologismo (chamemos assim, para continuar usando esse termo) dentro do coração da sociedade liberal, que, a meu ver, constitui a definição do globalismo.

Para mencionar alguns dos instrumentos que identificamos: o desconstrucionismo linguístico, talvez seja o principal, que é a separação entre a palavra e a realidade, que também pode ser chamado de nominalismo, embora não seja exatamente o conceito da filosofia medieval de nominalismo, mas, enfim, a elevação de determinados conceitos, de determinadas palavras a um caráter absoluto onde já não se dialoga com a realidade. A ideologia de gênero; o que eu chamo de *racialismo*, que é a concepção da sociedade dividida em raças, a volta – algo tão lamentável – do conceito de raça como algo que seja substrato da formação da sociedade.

E o *ecologismo*, por diferença da ecologia; quer dizer, o *ecologismo* é, digamos, a ecologia transformada em ideologia, ou seja, mais um desses exemplos onde determinada área de atividade, de pensamento, deixa de ter contato com a realidade e torna-se algo que extrapola, algo abstrato que não é mais objeto de debate, que tem que ser implementado sem debate. Então, é fundamental fazer essa distinção entre ecologia, ou a dimensão ambiental, no seu caráter legítimo, e o *ecologismo*, o ambientalismo como uma ideologia.

E todos esses instrumentos pressupõem a ausência de Deus, pressupõem a horizontalidade do ser humano. E, ao mesmo tempo

– algo que previa Nietzsche – eles criam um novo moralismo, criam uma nova moral, um moralismo férreo, um mecanismo de opressão psicológica. Nietzsche previa isso nesse desdobramento do niilismo, que o niilismo não levaria a uma ausência de moral, mas a uma tentativa de recuperação de uma moral, mas já sem a base numa ordem divina, numa ordem estruturada.

Então é curioso, porque no ápice, mais ou menos, que nós estamos vivendo de todos esses movimentos, que em tese partem de movimentos libertários, nós temos cada vez mais um caráter opressivo, coisas que você não pode falar, coisas que você não pode fazer, um moralismo inclusive no campo sexual, que hoje um homem olhar para uma mulher já é tentativa de estupro. Isso é um moralismo muito mais pesado que aquele que se criticava no século XIX, na época vitoriana.

O globalismo tenta formular, de maneira canhestra, uma espécie de nova religião, com esses pseudovalores, esses conceitos legítimos, mas que são extrapolados e transformados em ideologia – como os direitos humanos, como a tolerância, como a proteção ambiental, por exemplo. Isso é uma resposta ao deserto de valores que surgiu nesse avanço do niilismo, onde se perdeu o conceito de propósito, o conceito de unidade e o conceito de verdade. Isso também é uma tríade nietzschiana. Ele disse que isso iria acontecer, que se perderiam esses três pilares, digamos, do conceito anterior, da moral baseada num conceito divino.

E o globalismo começa a inventar falsos inimigos para defender algo, para ter a sensação de defender algo e dotar-se de algum tipo de sentido de propósito, de unidade e de verdade. Mas existe um problema nessa criação de uma pseudoreligião globalista, que é o seguinte: tudo isso pressupõe que o homem, que o ser humano é a medida de tudo, pressupõe uma espécie de humanismo, só que, ao fazer isso, o globalismo dá-se conta de que ele abre a porta para algum tipo de retorno de Deus, porque colocar o homem como valor supremo

leva a indagar de onde vem esse valor supremo do ser humano. Que só pode vir de algo acima dele, e isso o globalismo não admite.

É curioso, porque se cria um estranho humanismo, que é um humanismo que desmerece o homem, e equipara-o à máquina. Então, é interessante, o que nós estamos vendo hoje, com toda a discussão da inteligência artificial, onde normalmente se fala: *a inteligência artificial é a máquina aprendendo a pensar como o ser humano*. Na verdade, o que está acontecendo é o contrário – e isso é o programa globalista – é o ser humano aprendendo a pensar como máquina, é a mecanização do ser humano.

Os teóricos da singularidade dizem que seria o momento em que a inteligência artificial vai superar a inteligência humana. Kurzweil, um escritor americano, disse que isso deve acontecer por volta de 2050, quer dizer, seria mais ou menos no final dos 200 anos de Nietzsche. Acho que estamos nos aproximando disso, mas na verdade não é o momento onde a máquina aprenderá, como eu digo, a pensar como o homem; é mais o contrário, será o momento onde nós seremos forçados e passaremos a ser subjugados pela nossa própria concepção mecanicista do próprio pensamento humano. Acho que estamos nesse momento de uma recomposição e de uma tomada de consciência do que está em jogo, o que é essa *gigantomaquia* e de como estamos nos comportando diante dela.

Então, qual é o grande desenho, digamos, que eu procurei formular aqui? A gente parte do conceito de que Deus está morto; daí surge o fisiologismo como estrutura filosófica, digamos assim, de organização de uma sociedade sem Deus; surgem duas ideologias baseadas nisso, elas se digladiam, uma delas sobrevive; e o liberalismo que as enfrenta, porque preserva um núcleo de fé e de antropoteísmo. Esse liberalismo, com Deus no centro, inicialmente triunfa sobre o fisiologismo, mas acha que foi um triunfo meramente econômico, e dispensa Deus do seu centro.

Aí surge o globalismo, e o globalismo é o niilismo, basicamente. Globalismo é a consolidação daquele niilismo previsto por Nietzsche, ou seja, é a sociedade liberal atea submetida aos mecanismos de controle daquele núcleo gramscista ou comunista, ou fisiologista, como chamemos.

E nós talvez estejamos começando a viver um novo momento, um momento central desse conflito entre *Aufgang* e *Niedergang*, onde nós tentamos reintroduzir a Deus nessa cidadela da sociedade liberal, em substituição a esta religião atea do politicamente correto. Eu acho que um momento simbólico desse movimento – movimento no qual o Brasil tem um papel fundamental – foi no último Fórum Mundial de Davos, onde, no discurso de abertura, o Presidente Bolsonaro, no final, falou de Deus. Eu não sei, não fui pesquisar, mas acredito que provavelmente foi a primeira vez que um chefe de Estado fala, usa a palavra Deus, acreditando nEle, sobretudo no Fórum de Davos. Eu imagino as pessoas ali tendo que olhar no dicionário: “o que significa esse nome?” Num momento realmente de certo desconcerto.

E eu acho que é isso, que o momento que estamos vivendo é esse, é Deus em Davos. Nós estamos entrando na cidadela para tentar recuperar esse coração da sociedade liberal, tentar recompor o amálgama liberal-conservador que foi aquilo que permitiu, ao longo desses últimos cento e tantos anos, a preservação de um conceito profundo de dignidade humana, do ser humano como um ser, claro, terrestre, mas que se relaciona com o mundo espiritual, que se relaciona com Deus, e não como esse ser aplastado, esse ser horizontal, que daqui a pouco, se a gente deixar – não vamos deixar! –, vai começar a pensar como máquina.

Então é isso: Deus em Davos!

Obrigado.

24. Alocução por ocasião da celebração de 4 de Julho na Embaixada dos EUA, em Brasília (04/07/2019)

Muito boa noite a todos!

Senhor Presidente da República;

Senhora Primeira-Dama;

Senhor Encarregado de Negócios da Embaixada dos EUA;

Senhores Ministros;

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Senhores Embaixadores, colegas, diplomatas e demais aqui presentes,

Gostaria, inicialmente, de fazer uma menção muito especial ao meu amigo Bill Popp, ao extraordinário diplomata e à extraordinária pessoa que é Bill Popp, que fez um trabalho extraordinário à frente da Embaixada dos Estados Unidos. É um amigo do Brasil e, acho que posso dizer, é um amigo pessoal nesses anos em que trabalhamos juntos. Muito do que nós temos conseguido fazer se deve ao trabalho de toda a equipe da Embaixada e, muito especialmente, do Bill Popp. Gostaria de deixar esse registro com grande afeto.

Sei que todos querem ouvir o Presidente da República, eu não quero falar muito. Só queria dizer que, como todos sabem, eu trabalho há muitos anos com temas da relação com os Estados Unidos, com os Estados Unidos. Já morei nos Estados Unidos da América e aprendi a admirar e conhecer um pouco essa nação extraordinária que são os Estados Unidos, que, além de toda a sua pujança, tem algo que é muito profundo: o fato de ser uma nação amante da liberdade. E que, ao longo da história, que hoje comemora mais um ano, traduziu sempre esse amor pela liberdade em luta pela liberdade,

em sacrifício. E à qual o mundo, que hoje tem na liberdade a sua principal aspiração, tanto deve.

E acho que aprendi também a ver o quanto nós podemos fazer em conjunto, entre Brasil e Estados Unidos. Acho que precisamos um do outro. Tenho certeza de que tudo o que o Brasil pode fazer em conjunto com os Estados Unidos é algo que engrandece as duas nações, certamente é algo que engrandece o Brasil.

Tenho certeza de que podemos ver, como foi visto aqui, no vídeo que foi mostrado, e nas palavras do Encarregado de Negócios, o potencial enorme que nós estamos começando a transformar em realidade. Acho que é claríssimo que podemos fazer muito, em conjunto, não só pela relação bilateral, mas tenho certeza de que o Brasil, também como amante da liberdade, sobretudo sob a liderança do Presidente Bolsonaro - que é um homem que tem no conceito e na paixão pela liberdade o centro da sua mensagem -, podemos fazer muito, também, pelo mundo.

Muito obrigado!

25. Discurso na data nacional da Venezuela, em Brasília (05/07/2019)

Boa noite a todos!

Senhor Embaixador do Canadá, Rick Savone;

Senhora Embaixadora da Venezuela, María Teresa Belandria;

Senhores Embaixadores, Parlamentares;

Senhor Assessor Internacional, colegas, amigos,

Antes de mais nada, é um momento de dupla alegria, para mim, estar aqui presente, nesta noite. Em primeiro lugar, por nosso anfitrião desta noite, o Embaixador do Canadá, amigo já de longa data, que representa magistralmente, aqui no Brasil, um país que também mora no meu coração, o Canadá, um país que representa um compromisso permanente com a liberdade, com a justiça, com a paz e com a dignidade humana. Algo que se expressa, aqui, hoje, ao acolher a data nacional da Venezuela.

E é a minha segunda grande alegria, neste momento, de estar aqui para celebrar um momento tão especial: a data nacional dessa nossa república irmã, representada pela também minha querida amiga María Teresa Belandria, que, nesses últimos meses aprendi a admirar como poucas outras pessoas do meio diplomático, um meio que tem tantos talentos, tantos expoentes que tanto fizeram pelas suas nações, pelas suas comunidades, mas María Teresa se destaca porque ela age como diplomata num momento extraordinariamente desafiador e decisivo para o seu país. E o faz com paixão e com competência. A mesma paixão que nós procuramos colocar também em tudo o que fazemos nessa nossa gestão da política externa brasileira sob a liderança do Presidente Bolsonaro.

O Presidente Bolsonaro pediu-me que transmitisse aos senhores a determinação de que continuamos ao lado do povo venezuelano e continuaremos sempre ao lado do povo venezuelano. Isso é o esteio fundamental da nossa política para a Venezuela, que não é uma política abstrata, que não é decorrente apenas de considerações de interesse ou de conveniência. Temos todo interesse, evidentemente, como Brasil, em ver toda a América do Sul de volta à democracia. Para isso, precisamos ajudar que a Venezuela volte à democracia. Mas vai além disso. Vai muito mais fundo, com esse nosso apego fundamental e fundacional pela liberdade. Então, estamos com o povo venezuelano!

Nós temos tentado fazer uma diferença, todos os países que estamos aqui envolvidos e, no caso do Brasil, nós temos tentado fazer uma diferença em favor do povo venezuelano, em favor da democracia na Venezuela, nesses últimos meses, ao focar essa questão não como uma crise diplomática tradicional ou como uma situação de dificuldades políticas ou de dificuldades econômicas, mas como um grande drama humano e regional, no qual nós não podemos ficar na plateia, no qual nós temos que ser parte da solução e transformar esse drama numa nova alegria, num novo renascimento não só para a Venezuela, mas para todo o nosso continente.

A América do Sul, as Américas estão num momento em que, digamos, diante de uma encruzilhada, nós podemos consolidar todo o continente como um continente de democracia e liberdade, ou nós podemos ver infelizmente a volta de ameaças que achávamos que estavam definitivamente afastadas, de projetos totalitários, de projetos de opressão, projetos de descaso pelo ser humano, projetos que há quase trinta anos tentam se adonar deste continente. Nós, então, estamos diante desse dilema, que não é simplesmente portanto um dilema abstrato.

Eu tenho dito que a gente não faz política externa simplesmente para especialistas em relações internacionais. Nós fazemos política externa, no Brasil, para o povo brasileiro, e o povo brasileiro quer que nós ajamos em favor da liberdade na Venezuela e em todo o continente. Isso não faz a menor dúvida.

Nós temos a convicção de que a diplomacia tem que ser um instrumento na mão de determinados princípios. Ela não deve ser um exercício lúdico. Tem que ser um instrumento em favor, para citar o hino venezuelano, da virtude e da honra. Diplomacia não significa indiferença moral. Diplomacia não significa, simplesmente, uma tentativa de determinados arranjos que empurram o problema para um pouco mais adiante. Pelo menos é o que temos que tentar fazer. Talvez estejamos enganados. Talvez a diplomacia seja isso, mas eu, pessoalmente, como os senhores sabem, não acredito que a diplomacia seja simplesmente um exercício de adiar problemas. Acho que a diplomacia tem que responder às dificuldades e encará-las de frente.

No meu tempo de Canadá (se me permitem mudar um pouco o tom; acho que está um pouco dramático, mas é por causa do meu sentimento), no meu tempo morando no Canadá, eu assistia a muito hóquei, evidentemente. E, uma vez, me lembro de uma partida de algum campeonato internacional entre a seleção do Canadá e a seleção de um país europeu, que eu não vou dizer qual é. Um bom país europeu do hóquei. E o comentarista canadense dizia: “Está vendo a diferença? O jogador canadense vai de frente ao adversário. O jogador desse país europeu, ele se vira na hora do choque.”

Então, eu acho que nós temos que agir, na diplomacia, como o jogador de hóquei canadense. Está ali o *puck*, vamos nele! Vamos de frente, sem medo do choque, porque é isso que hoje nos dá a esperança de uma mudança. Porque foi essa mudança de atitude de tantos países do mundo, de ir rumo a uma opção sem precedentes,

praticamente, de desreconhecer uma entidade que se considerava um governo eleito e de reconhecer um governo legítimo, a partir de uma base tão frágil, mas tão forte na virtude, como o governo do Presidente Encarregado Juan Guaidó.

Então, todos nós estamos numa empresa diferente, numa empresa sem precedentes de tentar ajudar, o renascimento de uma nação. E aí vem o Brasil, porque também estamos vivendo esse momento. Muitos de nós, o Filipe Martins e eu, no dia 28 de outubro do ano passado, coincidimos que era o momento de celebrar uma nova independência do Brasil. Porque, como tantos brasileiros, assistimos esse momento como o de uma nova independência, de um renascimento da nossa nação. Que, talvez, na superfície, não estivesse tão ameaçada quanto a Venezuela, mas na qual nós sentíamos, nos subterrâneos, tantas forças negativas, tantos fluidos negativos contra a liberdade, contra a dignidade.

Então, nós sabemos o que é a dificuldade, e o que significa o momento de renascimento de uma nação. Então, eu acho que é isso que nós estamos vivendo em toda a região, e participando do renascimento da Venezuela. E, ao participar desse renascimento da Venezuela, participando de um grande relançamento da nossa América Latina, de todas as Américas, rumo àquilo que nós desejamos, que nossos povos desejam: a prosperidade, evidentemente; a liberdade, claro, e a paz. Mas a paz, até como dizia o Presidente Juan Guaidó quando esteve presente aqui em Brasília (eu tive a grande honra de estar com ele, assim como o Presidente Bolsonaro), a paz não é simplesmente a ausência de conflito; a paz, para que possa ser digna desse nome, requer toda essa existência mais profunda de dignidade, valor, virtude, paz no sentido mais profundo. Paz no sentido mais profundo é liberdade, essa luta permanente por aquilo que há de mais profundo e mais digno no ser humano.

Então, eu acho que é o momento de celebrarmos. Evidentemente, o fato de que temos aqui a María Teresa como Representante dessa nova Venezuela, essa Venezuela que, cada vez mais vai ganhando corpo. E, ao mesmo tempo, um momento de recapitarmos para a continuação desse combate diplomático, político, evidentemente, mas um combate permanente em favor da liberdade em toda a nossa região, em todo o nosso continente e no mundo.

Porque acho que isso é fundamental. Todo o mundo está olhando para o que está acontecendo na América do Sul, na Venezuela. A situação é um divisor de águas, onde, nós vemos quem realmente está comprometido com essa democracia no sentido mais profundo, quem está comprometido com a liberdade e aqueles que, infelizmente, não estão.

Então, é um momento de celebração e de continuação desse nosso esforço.

Muito obrigado!

26. Discurso na reunião do Conselho do Mercado Comum, em Santa Fé, Argentina (16/07/2019)

Obrigado, Presidente.

Agradeço muito ao Ministro Jorge Faurie a convocação desta reunião do Conselho do Mercado Comum, que, ademais, se realiza em sua cidade natal, Santa Fé, berço da centenária e venerável Constituição argentina.

Agradeço muito, igualmente, ao Embaixador Horacio Reyser a apresentação do relatório da presidência *pro tempore* argentina, que destaca os importantes avanços alcançados pelo MERCOSUL nestes últimos seis meses.

Para mim é uma grande honra e uma alegria especial, do ponto de vista pessoal, estar hoje aqui. Eu iniciei, pelo MERCOSUL, minha carreira no Itamaraty, no serviço exterior brasileiro. Participei, em dezembro de 1991, da primeira reunião do Conselho do Mercado Comum, em Brasília. Depois, participei da negociação da tarifa externa comum e de outros instrumentos comerciais da união aduaneira. Estava em Ouro Preto. Depois, em Bruxelas, no momento em que se lançava a negociação MERCOSUL-União Europeia, recentemente concluída.

Nós, ao longo desse tempo, criamos entre todos os países (eu fui testemunha disso) um patrimônio de amizade e um espírito de equipe que é uma das nossas grandes vantagens. E eu queria, antes de tudo, dizer que estamos – e, no meu caso pessoal, estou – inteiramente à disposição para seguir nesse caminho e para colocar em prática a experiência que, por acaso, tive a felicidade de adquirir com o MERCOSUL, com grande entusiasmo. O MERCOSUL é (não quero abundar na questão pessoal) uma parte muito importante da

minha vida, de maneira que é uma emoção especial para mim estar presente aqui com os senhores.

A conclusão, nesse último dia 28 de junho, das negociações MERCOSUL-União Europeia realmente foi um marco histórico. O MERCOSUL concluiu o seu mais amplo acordo de livre comércio e o primeiro com um grande mercado do mundo desenvolvido. Nós estamos fazendo todo o possível (e isso comprova) para merecer a confiança das nossas sociedades, dos nossos povos. Nós servimos, em última instância, aos nossos povos. Devemos resultados para corresponder às responsabilidades que eles nos entregam.

Durante muito tempo (não por falta de esforço dos negociadores, mas por diferentes circunstâncias políticas), o MERCOSUL não vinha entregando o que dele era esperado pelas sociedades, e estamos muito empenhados em mudar esse quadro e corresponder a essa confiança, a essa expectativa que há quase trinta anos as sociedades dos nossos países depositam nesse processo de integração.

Com esse acordo com a União Europeia, nós transmitimos à nossa região e ao mundo a mensagem de um MERCOSUL renovado, cujo compromisso com a abertura e uma inserção inteligente e competitiva na economia internacional é algo real, e não simplesmente retórico. Nós transmitimos a convicção de um MERCOSUL pragmático, voltado para êxitos e resultados, e ao mesmo tempo um MERCOSUL firmemente ancorado na liberdade e na democracia. Pragmatismo certamente, mas pragmatismo significa trabalhar dentro da realidade, de acordo com nossos princípios e de acordo com a nossa responsabilidade perante a nossa sociedade, e não fechar os olhos à realidade e esquecer desses nossos princípios.

É muito positiva a convergência de visões que existe hoje entre os quatro sócios. Estamos unidos no propósito de construir um MERCOSUL inovador, que sirva de instrumento eficaz para a prosperidade das nossas nações.

É por esse MERCOSUL que o governo do Presidente Bolsonaro está trabalhando desde o início, desde o dia 1º de janeiro, e pelo qual continuará a trabalhar, com vigor, quando o Brasil assumir, dentro em pouco, a presidência *pro tempore* do bloco.

O MERCOSUL, nos seus melhores momentos, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da confiança, do diálogo e da integração entre nós. Precisamos recuperar esse patrimônio; estamos recuperando esse patrimônio a partir desses fortes laços de amizade que surgiram entre todos aqueles que como eu dizia, nos dedicamos a esse projeto coletivo.

Ancoramos de modo claro e inequívoco o processo de integração nos valores democráticos. A suspensão da Venezuela assim o demonstra de forma cabal. Gostaria de reiterar que é nosso desejo ver esse país de volta ao seio da comunidade democrática latino-americana, e estamos trabalhando fortemente por isso. No MERCOSUL não pode ter lugar para projetos que não sejam de integração aberta e democracia plena.

Este Conselho, aqui reunido, é o principal guardião desse patrimônio de valores e realizações, que nesta oportunidade evocamos e nos comprometemos a fortalecer, com um espírito de permanente renovação e ao mesmo tempo fidelidade à vocação original do nosso bloco.

Senhores Ministros, colegas,

A presidência argentina, neste semestre, deu importantes passos para a modernização do bloco. O acordo com a União Europeia fez parte de um processo de intensificação da agenda de negociações externas, que também incluiu rodadas com a Associação Europeia de Livre Comércio, o Canadá, a Coreia, Singapura, formando um amplo programa de negociações externas que o Brasil estará inteiramente comprometido a prosseguir e ampliar.

Iniciamos um processo de revisão da tarifa externa comum, que traduz o mesmo propósito de atualizar o MERCOSUL e de transformá-lo em aliado privilegiado para enfrentar os desafios da economia do século XXI.

Iniciamos um processo de reforma institucional, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do bloco, que considero extremamente pertinente, dado que a decisão de reduzir e fundir foros (tarefa que, aliás, não se esgota na presidência argentina, e a que o Brasil está comprometido a dar continuidade) é uma tarefa que também corresponde aos anseios das nossas sociedades, que querem ver mais eficiência e mais produtividade no bloco.

Saúdo, também, a aprovação do “Orçamento MERCOSUL”, que reduzirá a burocracia, ao unificar contribuições para uma série de órgãos que até o momento eram feitas sob várias rubricas diferentes. O entendimento também, de fazer maior uso de videoconferências terá o mérito de economizar o dinheiro do contribuinte, algo que igualmente corresponde à nossa responsabilidade perante as nossas sociedades.

Devo mencionar, ainda, como importante resultado, o acordo para a eliminação da cobrança de *roaming* internacional no uso de celulares entre nossos países. Temos, ainda hoje, o desafio de aproximar mais ainda o MERCOSUL da sociedade, e esse avanço terá um impacto extremamente positivo nesse sentido, fazendo uma diferença na vida das pessoas.

Em breve teremos a honra de assumir a presidência do MERCOSUL, e nossa tarefa será facilitada pelo excelente trabalho realizado durante a presidência *pro tempore* argentina. Nossa visão é de que o MERCOSUL reencontrou seu rumo. Um rumo que aponta para a modernização do bloco, para sua transformação em um instrumento efetivo de prosperidade compartilhada. Demonstramos que o MERCOSUL pode funcionar como o mecanismo de integração

aberta previsto em seu desenho original. Caberá a todos nós perseverar nessa direção.

Continuaremos firmes na promoção dos três eixos que nortearam a atual presidência *pro tempore* argentina: intensificação do relacionamento externo; revisão da tarifa externa comum; e fortalecimento institucional.

Não temos dúvida de que o fechamento do acordo com a União Europeia dará impulso às negociações em curso do MERCOSUL e deverá também estimular a abertura de novas frentes negociadoras com parceiros fundamentais.

Trabalharemos com determinação para definir uma tarifa externa comum revista até o final do ano, que ofereça alicerce renovado para a competitividade de nosso setor produtivo e exportador, além de ampliar o leque de produtos de qualidade e a preços competitivos para os consumidores.

Prosseguiremos no esforço de aprimoramento da estrutura institucional do bloco, de modo a torná-la mais ágil e eficiente.

A presidência *pro tempore* brasileira trabalhará também para completar e consolidar a união aduaneira. Temos o desafio de buscar formas para adequar os setores automotivo e açucareiro à política comercial comum. Ante a perspectiva de uma nova tarifa externa comum, trabalharemos pela eliminação ou, ao menos, pela redução significativa das exceções existentes.

Os temas regulatórios também tendem a assumir uma crescente importância em nosso esforço integracionista, de maneira que daremos prioridade a ações que levem a uma simplificação de medidas e diminuição dos obstáculos ao comércio intrazona. Buscaremos crescente alinhamento aos melhores padrões e práticas regulatórias internacionais, em trabalho conjunto entre reguladores e setor privado. Ao lado dos acordos externos e da revisão da tarifa externa

comum, essas são iniciativas que contribuirão para uma inserção mais vantajosa dos nossos Estados nos mercados regional e global.

Ao finalizar, quero dizer que, durante os próximos meses, os senhores poderão contar com toda a dedicação do Brasil, e minha pessoal, para fazer avançar o MERCOSUL.

A modernização do MERCOSUL deve potencializar e ser parte integrante dos esforços de cada um de nós para promover o crescimento e o bem-estar de nossas sociedades.

No caso do Brasil, nosso país está empenhado em um processo de transformação sem precedentes em nossa história recente, que tem como seus pilares a abertura comercial, a liberdade econômica e a consolidação da democracia em todo o continente. E o MERCOSUL é parte integrante e essencial dessa nossa visão de um novo país.

Esta é a visão do governo brasileiro dentro do MERCOSUL.

Trabalharemos em equipe, e a vitória será de todos nós.

Muito obrigado.

27. Discurso na XXIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Mindelo, Cabo Verde (19/07/2019)

Muito obrigado, Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministro da Defesa da República de Cabo Verde, Luís Filipe Lopes Tavares,

Suas Excelências Ministras e Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros das nações-irmãs de Angola; Guiné-Bissau; Guiné-Equatorial; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; e Timor-Leste;

Senhor Ministro da Administração Interna de Cabo Verde;

Autoridades daqui de Mindelo e da Ilha de São Vicente;

Senhores Representantes dos Estados membros junto à CPLP;

Senhor Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles;

Senhora Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello;

Senhoras e Senhores Representantes dos Estados Observadores Associados da CPLP;

Senhoras e senhores, amigos,

Sinto-me extremamente honrado em assistir a esta XXIV Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no país de Amílcar Cabral e, mais especialmente, na cidade onde nasceu uma das mais expressivas vozes de Cabo Verde e de toda a comunidade de língua portuguesa, a cantora Cesária Évora, extremamente querida em todos os nossos países.

Parabenizo as autoridades cabo-verdianas pela escolha do lema “As pessoas, a cultura, os oceanos” para sua presidência *pro tempore* da CPLP neste biênio. São temas extremamente caros ao Brasil e importantes para todos os nossos países. Estou certo de que, no dia de hoje, manteremos um debate franco e produtivo sobre todos esses temas.

Antes de vir, recordo-me de ter lido que Mindelo tem “um toque muito brasileiro”, e constatei isso plenamente, já, nessas poucas, mas muito ricas e muito agradáveis horas em que já estive a oportunidade de estar aqui em Mindelo. É com o mesmo orgulho que, sabemos todos, o Brasil se reconhece tanto em nossos ancestrais portugueses quanto africanos, e em cada um de nossos irmãos dessa comunidade. Acho que todos nós, aqui, temos um toque de cada um dos outros e é isso que nos faz realmente uma comunidade muito especial.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também tem um significado muito vivo para nós, dado que nos faz sempre recordar o primeiro encontro de chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa, realizado na cidade de São Luís do Maranhão, em 1989.

Ali se plantou a semente que, sete anos depois, prosperaria na criação da CPLP na Cúpula de Lisboa. Sentimos todos que era necessário dar voz a um idioma que nos une, e que, ao mesmo tempo, é falado por quase 300 milhões de pessoas ao redor do planeta. Era necessário, também, compartilhar internacionalmente nossas melhores expressões artísticas e culturais, algo que será favorecido pela recente decisão de criar-se a Bienal de Artes e Indústrias Criativas da CPLP.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a importância do trabalho que vimos desenvolvendo em torno dos três eixos conceituais da CPLP.

I

No caso da *concertação política*, a realização de 29 Missões de Observação Eleitoral desde 1999, quando assistimos ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, atesta o compromisso de nossos países com o aperfeiçoamento dos processos democráticos em prol de nossas sociedades. No Brasil, especificamente, estamos vivendo um momento muito especial de construção democrática; um povo mobilizado que cobra resultados de suas instituições, e isso nos convence de que a busca da democracia é um trabalho permanente e no qual a cooperação entre nós, que temos esse objetivo compartilhado, é essencial.

Da mesma forma, o diálogo da CPLP com diferentes organizações internacionais e regionais tem-se ampliado, como demonstram o acompanhamento e o positivo desfecho da situação política na Guiné-Bissau, e sobretudo o respeito primordial às instituições daquele país-irmão, tal como defendido pelo Brasil.

O número de dezenove países e organizações que compõem o grupo de Observadores Associados, a ser proximamente ampliado, reforça a percepção internacional da CPLP como um interlocutor internacional de marcada credibilidade. Eu tive a oportunidade de constatar isso muito claramente na reunião de Cúpula, na Cimeira do MERCOSUL, que transcorreu anteontem na Argentina, onde, ao mencionar que estava vindo para esta reunião em Cabo Verde, todos os países ali, que não são apenas os quatro fundadores do MERCOSUL, mas os Estados associados, que são todos outros países na América do Sul, expressaram vivo interesse por essa comunidade – e acho que já trouxe inclusive o interesse de mais um país em tornar-se observador, que é a Bolívia.

O Ministro de Relações Exteriores da Bolívia expressou-me ali o interesse de tornar-se um dia observador, dado que há uma comunidade de 50 mil brasileiros, portanto lusoparlantes, vivendo

na Bolívia. Outro país que acho seria um excelente candidato seria o Paraguai, onde há cerca de 300 mil brasileiros vivendo ali. Ou seja, a língua portuguesa também se está expandindo para oeste, dentro da América do Sul.

Nós defendemos um engajamento e um trabalho cada vez mais coordenado entre os governos da CPLP a favor desses princípios que nos unem, muito especialmente da democracia em nossas sociedades. E nesse contexto, eu preciso mencionar a grave situação que atravessa hoje a Venezuela, país-irmão de todos nós, com quem o Brasil compartilha mais de 2.000 km de fronteiras, e também um país que é o lar de muitos falantes da língua portuguesa, graças à comunidade portuguesa e também à comunidade brasileira. Nós acompanhamos de perto os acontecimentos nesse país vizinho e temos buscado apoiar os esforços para o restabelecimento da democracia na Venezuela. O regime ilegítimo, infelizmente ainda ali instalado, é o único responsável pela crise política, econômica e humanitária que atinge aquele povo irmão – uma situação de direitos humanos absolutamente inaceitável, tal como plasmado no relatório recente da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Quero dizer que essa situação não é uma situação abstrata, não é simplesmente uma situação de engenharia política – é um drama humano, tive a oportunidade de constatá-lo nas visitas que fiz à fronteira da Venezuela com o Brasil e da Venezuela com a Colômbia, onde testemunhei a situação, o drama dos refugiados venezuelanos que estão atravessando essas fronteiras, e onde testemunhei também diretamente o anseio deles por liberdade e pelo restabelecimento de um Estado de Direito no seu país. Esperamos vivamente que os países aqui reunidos possamos, todos, colaborar com os esforços de redemocratização da Venezuela.

Recordo que a CPLP, nos seus primórdios, teve um papel importante no apoio à independência do Timor. Nossa comunidade nasceu com uma vocação muito clara de liberdade. Ontem, na muito agradável recepção que nos ofereceu o governo da Ilha, entre as várias canções que foram tocadas com enorme talento, chamou-me a atenção aquela canção “Ai, Timor”, a canção da independência do Timor, que diz: “Calam-se as vozes dos teus avós, se outros calam, cantemos nós!” Isso é muito o que nós estamos tentando fazer nesse trabalho com a Venezuela. Os venezuelanos infelizmente estão calados pela ditadura que os assola, e nós precisamos cantar e falar em favor da democracia naquele país.

II

Outro eixo basilar da CPLP, ao qual o Brasil sempre procurou estender os melhores esforços, é o da *cooperação*. Por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de outras instituições nacionais, que têm longa experiência em terreno muito similar ao dos demais Estados membros, a cooperação brasileira abrange áreas que implicam impacto direto sobre o bem-estar de nossos cidadãos e cidadãs, como saúde, educação, recursos hídricos, nutrição, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência, entre outros.

Em maio passado, realizou-se, em Brasília, capacitação sobre planejamento de bacias hidrográficas e de redes hidrometeorológicas, no âmbito do projeto “Apoio à gestão de recursos hídricos nos países da CPLP”. Na ocasião, participaram técnicos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Em outubro, uma nova missão do projeto levará mais catorze técnicos a Brasília, para dar um exemplo de uma das atividades às quais temos dado prioridade.

Merece especial menção o projeto “Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para a promoção e defesa dos direitos das pessoas

com deficiência nos países da CPLP”, implantado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) e a CPLP, com apoio da ABC. Esse projeto, cuja segunda fase está em discussão, contemplou visitas oficiais a Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Ainda em 2019, serão executadas as atividades previstas para o Timor-Leste e para Guiné-Bissau.

Apoiaremos, ademais, instâncias inovadoras de cooperação entre países de língua portuguesa. Os Procuradores-Gerais de nossos países, em seu 16º encontro, em novembro do ano passado, em Brasília, decidiram criar uma rede de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro da CPLP, favorecendo o intercâmbio de informações entre os Ministérios Públicos sobre legislações e iniciativas nacionais, nessa área que é tão vital para a opinião pública e para a população de nossos países, que é o combate à corrupção. Eles formaram igualmente a Rede de Procuradores Antidrogas da CPLP, com o objetivo de fomentar e favorecer a cooperação entre as Procuradorias-Gerais da República da CPLP no enfrentamento desse outro flagelo que é o tráfico internacional de entorpecentes.

O governo brasileiro quer incentivar o aperfeiçoamento cada vez maior dos mecanismos de transparência, de defesa do patrimônio público e de combate à corrupção, tanto no Brasil quanto no exterior. Estamos dispostos a aprofundar a cooperação com nossos parceiros nestas áreas tão importantes para o bem-estar de nossas sociedades e para o nosso desenvolvimento.

Considero importante o exercício, em curso, de atualização dos instrumentos que regem a cooperação no seio de nossa comunidade. Cabe-nos estabelecer uma estrutura decisória que garanta maior coordenação e efetividade. Nesse sentido, procuramos apoiar a presidência cabo-verdiana na realização de seminário dos pontos focais de cooperação, em abril deste ano. É preciso buscar uma maior articulação com o Comitê de Concertação Permanente e com

o próprio Secretariado Executivo, a fim de maximizar os recursos disponíveis para atividades de cooperação.

III

Quero também fazer uma menção muito especial ao *eixo linguístico*, esse “vasto mundo” do idioma português. O idioma comum que empresta seu nome a esta comunidade de nações é também o amálgama que liga e aproxima quatro continentes. A promoção da língua portuguesa afigura-se, a um só tempo, como objeto e objetivo da ação diplomática brasileira juntamente aos demais membros da CPLP. A língua é o pensamento, é a cultura, é a identidade. E a contribuição que todos nós temos a dar ao mundo nós a damos na nossa língua portuguesa. Defender a língua é, portanto, defender a nossa liberdade e o nosso lugar no mundo.

Temos particular interesse na promoção do idioma português como instrumento de coesão e na concertação das atividades da CPLP. Para o Brasil, o sucesso da promoção do idioma comum passa, necessariamente, pelo fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado aqui em Cabo Verde, e agradeço muito a apresentação do Diretor do Instituto.

Desejo expressar ao Diretor Executivo do IILP, Professor Intumbo, o sincero apoio, por parte das instituições brasileiras, para ampliar o papel do instituto como ferramenta de promoção compartilhada do português. Gostaria, a propósito, de mencionar que uma das novas iniciativas do governo brasileiro é a criação do Instituto Guimarães Rosa, um instituto de promoção da língua e da cultura que homenageia o escritor e diplomata brasileiro, autor de, entre tantas obras, *Grande sertão: veredas*.

É intenção do Brasil facultar o uso da estrutura a ser criada com o novo Instituto para a realização de ações conjuntas com todos os membros da CPLP. Nessas condições, saúdo especialmente a

realização, em 2020, ainda sob a produtiva presidência cabo-verdiana, da 4ª edição da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Ainda nesse contexto, gostaria de reiterar a importância atribuída pelo Brasil ao Acordo Ortográfico de 1990. O país tem feito marcado esforço para a efetiva implementação desse acordo, tornando-o de uso obrigatório, em território nacional, a partir de 2013.

Entendemos que alguns Estados membros que ainda não ratificaram este importante ato unificador poderão apresentar novos questionamentos quanto à própria evolução natural do instrumento. A reabertura do acordo nos deixaria, contudo, sem qualquer marco legal para a gestão do idioma português. Por isso defendemos, uma vez mais, a tese de que se faz necessária a ratificação do Acordo Ortográfico por todos os membros da CPLP, para depois cuidarmos da sua eventual retificação.

A lusofonia pauta a relação do Brasil com cada um dos demais integrantes desta organização. O idioma comum nos dá força para atuarmos diante de diferentes situações que se apresentem a nós, seja no endosso a posições internacionais conjuntas por parte da CPLP; seja no tratamento de desafios internos de nossos países, sempre respeitando a soberania e os princípios históricos da autodeterminação e da não ingerência.

IV

O governo do Presidente Jair Bolsonaro encontra-se empenhado em *conferir novo impulso à CPLP*, que, posso assegurar, terá prioridade na agenda diplomática do Brasil. Ela será um foro de maior importância dentro dos eixos da nossa política externa, tanto da abertura econômica quanto da promoção da democracia e dos nossos valores. Queremos trabalhar em todos os espaços e em todas as geometrias pelo crescimento com liberdade e identidade.

Não queremos dissociar da dimensão econômica a dimensão dos valores e das tradições. E a CPLP é um foro marcadamente construído em torno dessa coesão entre agendas práticas e agendas, digamos, de identidade e de valores.

No Brasil, estamos profundamente empenhados em rever e aprofundar a atuação nos foros de direitos humanos e meio ambiente. No caso de direitos humanos, por exemplo, acabamos de apresentar a plataforma para a eleição do Brasil a um lugar no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde nos propomos a promover, entre muitos outros temas, a igualdade entre homens e mulheres, o combate ao racismo, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e a defesa dos direitos da família. No tema do meio ambiente, estamos inteiramente comprometidos em manter e implementar nossos compromissos já assumidos, sempre com enfoque de soberania e de responsabilidade compartilhada.

De um modo geral, no sistema das Nações Unidas, que é tão importante para todos nós, nós temos a clara noção de que ali estamos num ambiente de “nações unidas”, portanto onde as nações, os Estados membros, devem ter protagonismo. No caso da CPLP, eu queria destacar que a perfeita coordenação e a extremamente produtiva coordenação que existe entre os Estados membros e o Secretariado (nisso parabeno a exposição do Secretário-Geral) é um modelo para outros organismos onde muitas vezes essa coordenação faz falta.

Além disso, como tive a oportunidade de expressar na celebração do Dia da África em Brasília, recentemente, no Palácio Itamaraty, a CPLP, em função da presença africana, apresenta igualmente oportunidades de cooperação com outros mecanismos regionais importantes, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade de Desenvolvimento da África

Austral (SADC), lembrando, ainda, que nosso português é, com grande honra, língua de trabalho da União Africana.

V

Finalmente, parablenizo o governo de Cabo Verde pelas iniciativas que vêm sendo promovidas sob a égide de sua *presidência de turno da CPLP*. O tema “As pessoas, a cultura, os oceanos”, ademais da beleza de sua composição, tem trazido à discussão de nossos governos temas de alta relevância para nossas sociedades.

A questão da mobilidade deve ser, certamente, objeto de um esforço cada vez mais amplo de aprofundamento da integração dos países que compartilham o português como idioma. É necessário lembrar, também, que já existem sete acordos entre os países da CPLP na área da circulação de pessoas, cuja internalização deve ser acompanhada de reflexões mais atuais sobre as normas que queremos, e podemos, estabelecer em prol dos cidadãos e cidadãs da comunidade. O Brasil orgulha-se de cumprir cada um dos acordos de circulação de pessoas assinados no âmbito desta nossa comunidade.

Como procurei frisar, a cultura constitui pilar fundamental para darmos seguimento a iniciativas de promoção e divulgação da língua portuguesa junto a outros parceiros internacionais, como é o caso dos observadores associados à CPLP.

O Atlântico e, notadamente, o Golfo da Guiné, possuem papel central para vários de nossos países. Para o Brasil, o Atlântico Sul é parte fundamental de seu entorno estratégico. Nesse caso, procuramos cooperar, na CPLP, em ampla gama de temas, que atravessam a seara ambiental, a da proteção e aproveitamento dos recursos naturais e, ainda, os esforços comuns na área naval e na área de defesa. Exemplo disso é o “Exercício Felino”, cuja próxima edição será realizada em setembro, em Angola. É nesse sentido que me congratulo, uma vez mais, com o governo de Cabo Verde pela

inclusão de um tema tão multifacetado quanto relevante na pauta de seu mandato à frente da CPLP.

Agradeço, finalmente, a acolhida das autoridades cabo-verdianas a todos os participantes da 24^a Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, bem como a hospitalidade com que os anfitriões receberam seus irmãos de alma e fala.

Muito obrigado.

28. Apresentação inicial em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília (07/08/2019)

Obrigado, Presidente, Deputado Antônio Brito.

É uma honra e um prazer estar aqui com os senhores, na Comissão de Seguridade Social e Família. Já é a terceira vez que eu tenho a oportunidade de vir à Câmara dos Deputados para falar em três comissões diferentes. Queria, antes de mais nada, ressaltar que, para o nosso trabalho no Itamaraty, essa conexão com o Congresso, com a Câmara dos Deputados, especificamente, é da maior importância para que nós possamos apresentar as nossas políticas, as nossas iniciativas, debatê-las, explicar, esclarecer e mostrar o conjunto daquilo que nós estamos tentando implementar na área de política externa.

Gostaria de dizer, inicialmente, que nós somos, como país democrático, um país onde vigora o pleno exercício do Estado de Direito; um país que hoje busca implementar sua política externa de forma consistente com o mandato oriundo das urnas. Então, toda a nossa plataforma de política externa é uma plataforma que foi objeto da discussão na campanha eleitoral e que foi parte do projeto que foi escolhido pelo povo brasileiro nas urnas. De modo que nós temos esse compromisso muito específico de procurar fazer uma política externa que corresponda a essa vontade popular.

Existe às vezes, um pouco, uma doutrina de que a política externa é algo imutável e alheio ao processo democrático, que seria uma espécie de uma ilha de posições consagradas que não podem ser mexidas. E nós não concordamos com isso, porque achamos

que estamos, justamente, em um Estado democrático, onde política externa, assim como qualquer outra política, está sujeita ao debate democrático e, no caso, à escolha das urnas. Então, não vemos que haja uma especificidade da política externa que a distinga da política econômica, da política de saúde ou da política de educação, ou de qualquer outra.

Nós temos, portanto, procurado, em alguns casos, atualizar a nossa posição em foros internacionais e discussões internacionais, de acordo com o que nós entendemos que é essa vontade que foi manifestada pelo povo brasileiro, de acordo com os valores do povo brasileiro, em benefício de todos. Acreditamos que todas essas posições, em qualquer esfera, nós estamos implementando em benefício de toda a sociedade brasileira.

Nós temos feito um grande esforço de atualização, por exemplo, da nossa agenda comercial e econômica externa, onde o Itamaraty tem uma presença muito importante, embora não exclusiva, mas fundamental na condução das negociações comerciais. Nesse sentido, nós já obtivemos avanços importantes na frente comercial, na frente de investimentos. Nós estamos abrindo, para muito breve, a possibilidade de ingresso do Brasil na OCDE, por exemplo. Onde, aliás, há um impacto importante para todas as políticas que são tratadas aqui, porque a OCDE tem padrões muito elevados de políticas em todas as áreas, inclusive em áreas sociais, em áreas de saúde. Isso é uma âncora a mais para que nós tenhamos a qualidade das nossas políticas públicas garantidas.

Em toda essa área de saúde e direitos humanos, quero deixar muito claro que nossa participação em todos os foros continua sendo extremamente focada em assegurar, no caso da saúde, cooperação internacional nessa área. A nossa participação em todas as frentes – Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, nas cooperações bilaterais – sempre está em função da res-

ponsabilidade que nós entendemos que temos diante da comunidade internacional nessa área, como em tantas outras.

Isso fica muito claro, por exemplo, nos compromissos voluntários que o Brasil apresentou ao apresentar sua candidatura para integrar o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nós, ali, reiteramos e expandimos o nosso entendimento sobre os direitos que nós queremos ver protegidos no âmbito internacional, no âmbito nacional: o reforço do próprio sistema internacional de direitos humanos; de uma maneira muito enfática, os direitos da mulher; o combate à violência contra a mulher; os direitos das crianças e adolescentes; da juventude; os direitos da família; os direitos das pessoas com deficiência; os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade; os direitos dos indígenas; a liberdade de religião; o combate ao racismo; a liberdade na Internet; a liberdade de expressão; o direito à privacidade; o direito da pessoa idosa à inclusão social; o direito à saúde, de maneira muito clara em nossa plataforma, ligado a parte do trabalho fundamental desta Comissão; e também, na área da luta contra a corrupção, que cada vez mais é considerada parte dos direitos humanos. Então, isso dá uma ideia da amplitude do nosso trabalho nessa área específica de direitos humanos. O Brasil propõe-se a trabalhar por todas essas causas, por todas essas áreas na nossa participação no Conselho de Direitos Humanos, por exemplo.

Para entrar um pouco mais em detalhe, ao longo deste ano, queria destacar quatro reuniões internacionais em que a posição do Brasil foi atualizada conforme as prioridades, conforme a plataforma do governo brasileiro: na 63ª sessão da Comissão sobre o *Status da Mulher*, em março; na 52ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento, em abril; na 72ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, em maio; e na 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, entre o final de junho e o início de julho.

Em todas essas vertentes, quero enfatizar que o Brasil defende a igualdade entre homens e mulheres, conforme o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece, como os senhores sabem, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Estamos plenamente comprometidos com o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres, o enfrentamento da discriminação contra as mulheres e a eliminação da violência contra as mulheres, conforme eu também já mencionava. O Brasil defende o princípio da inviolabilidade do direito à vida (artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal) de maneira, no nosso entendimento, inteiramente consistente com a legislação brasileira. Nós, portanto, temos a convicção de que estamos, nessas áreas de direitos humanos, todas elas, agindo de maneira completamente compatível com a nossa Constituição, com o nosso ordenamento jurídico.

Da mesma maneira, defendemos o fortalecimento dos vínculos familiares, dentro desse enfoque de direitos humanos. Para isso, nosso governo tem desenvolvido políticas públicas transversais nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social, entre outras – que têm sempre na família o ponto focal da atuação do Estado –, apoiando iniciativas que contribuam para fortalecer as estruturas e relações familiares, levando sempre em especial consideração as diferentes circunstâncias socioculturais e econômicas das famílias, sobretudo, no que respeita às famílias em situação de vulnerabilidade. Nessa área, também, muito especificamente, estamos agindo não só de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, mas com a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece, reconhece os direitos da família e proclama a família como peça fundamental da sociedade.

Alguns pontos específicos sobre a sessão da Comissão sobre o *Status* da Mulher, em março. Nessa ocasião, o Brasil participou ativamente. A Ministra Damara Alves chefiou a delegação brasileira,

integrada por funcionários da sua pasta e também do Itamaraty. Queria só mencionar que, nessa ocasião, a Ministra reafirmou o compromisso do governo brasileiro com o fortalecimento dos direitos das mulheres. Dentre as prioridades que ela assinalou, que o Brasil assinalou no encontro, destacam-se, novamente, a luta contra a violência e o enfrentamento da discriminação contra mulheres. As linhas centrais de ação do governo foram apresentadas nas negociações sobre o documento de conclusões da Comissão e, ao final dos trabalhos, o Brasil juntou-se ao consenso após haver manifestado a nossa preocupação com a utilização de certos termos e expressões ambíguas (podemos falar disso depois), mas nada na nossa atuação pode jamais ser interpretado como qualquer dúvida sobre a nossa atuação em favor dos direitos das mulheres e a luta contra a violência contra a mulher.

Na sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento, a delegação foi chefiada pela doutora Ângela Gandra Martins, aqui presente, que apresentou, na sua atuação, as prioridades do governo brasileiro no que se refere às famílias, uma política totalmente apoiada, evidentemente, pelo Itamaraty, por todo o governo brasileiro também. A intervenção brasileira, nessa ocasião, tratou dos principais indicadores demográficos e sociais do país e procurou apresentar a nossa atuação nessa área de direitos da família de maneira muito específica.

Na sessão da Assembleia Mundial da Saúde, a delegação foi chefiada pelo Ministro da Saúde [Luiz Henrique] Mandetta. Durante a consideração da estratégia da Organização Mundial da Saúde para atenção à saúde de mulheres e meninas, nós nos juntamos a uma declaração com alguns outros países, reafirmando o compromisso com a promoção, no mais alto nível, de saúde para mulheres e meninas, apenas, novamente, rejeitando o uso de uma determinada terminologia que nos pareceu inadequada, mas defendendo de maneira

explícita a saúde das mulheres, meninas e adolescentes; o apoio à família como instituição fundamental da sociedade; a expansão das oportunidades de saúde para mulheres, meninas e adolescentes, especialmente aquelas em situações de risco, procurando instar a OMS a se concentrar nesses tópicos concretos, nesses tópicos de atenção efetiva a questões de saúde das mulheres e meninas, e não em questões terminológicas que, infelizmente, dividem ainda os países. Então, citando, aqui, a intervenção do Brasil nessa ocasião, acho importante deixar claro que esta foi a nossa posição:

Apoiamos os mais altos padrões de saúde para mulheres, meninas e adolescentes, incluindo no que respeita a questões reprodutivas. A saúde das mulheres, das meninas beneficiar-se-á de abordagem holística, e devemos concentrarmos em questões concretas.

Na seção do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, entre final de junho e começo de julho, o Brasil teve participação ativa, fez várias contribuições, várias intervenções, foi coautor de diversos projetos de resolução. Entre os projetos de resolução que o Brasil copatrocinou, temos um sobre acesso a medicamentos, outro sobre direitos humanos no meio digital. Isso não está diretamente ligado ao tema da saúde, mas queria enfatizar que isso é uma preocupação nossa – a questão do mundo virtual, do mundo digital. Hoje em dia, na sociedade humana, para cada indivíduo, para cada sociedade, a presença no mundo virtual, no mundo digital, às vezes é quase tão intensa ou mais intensa do que no mundo real, digamos assim, e é preciso que os mesmos direitos humanos, os mesmos direitos que prevalecem no mundo real prevaleçam também no mundo digital. Isso é uma preocupação de outros países também, mas nós temos feito disso uma causa que nos mobiliza muito.

Seguindo com resoluções das quais o Brasil foi coautor: combate à discriminação e violência com base na orientação sexual e

identidade de gênero; impacto da corrupção sobre direitos humanos (novamente, outro tema que tem que se expandir dentro da temática dos direitos humanos: nós temos visto o Brasil com tudo o que nós sofremos com a corrupção dar exemplo muito claro de como a corrupção pode afetar o efetivo gozo dos direitos humanos), entre outros projetos de resolução.

Além disso, nessa ocasião, juntamente com a Polônia e o Iraque, o Brasil patrocinou um evento paralelo sobre liberdade religiosa, do qual participou o Secretário de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Sérgio Queiroz, e que também deixou clara a grande prioridade que nós atribuímos à esse tema, um tema que é um desafio crescente para a comunidade internacional. A perseguição a pessoas de várias religiões, em vários lugares do mundo, tem crescido e nós não podemos ficar calados diante disso. O Brasil e outros países têm se mobilizado para dar visibilidade a isso, para encontrar maneiras de combater a perseguição religiosa e promover a liberdade religiosa.

Além disso, nessa ocasião, o Secretário Nacional da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos fez uma apresentação em um debate temático sobre o papel da cooperação técnica no usufruto de direitos dos idosos. Também outra dimensão da nossa plataforma de atuação nessa área.

No debate de algumas resoluções, também voltou essa questão terminológica, da questão de gênero, especificamente (isso a gente pode falar depois, novamente), mas o Brasil sempre deixou claro que a nossa discussão é sobre esse aspecto conceitual e nosso posicionamento em absolutamente nada se desvia nem da nossa legislação, nem dos nossos compromissos, e muito menos do nosso empenho, seja no nível nacional, seja bilateral, seja multilateral, em trabalhar em favor da igualdade entre homens e mulheres, em favor da saúde de mulheres e meninas e essa temática que eu havia mencionado.

Nessa ocasião, então, o Brasil, para procurar consolidar nossas posições, apresentou algumas emendas, que não foram aceitas, e acabamos nos juntando ao consenso para deixar claro que, no plano geral, nós não só não temos nenhum problema, mas aderimos, evidentemente aos objetivos gerais e específicos desses documentos de atenção à saúde de mulheres e meninas e aos direitos das mulheres.

Eu queria destacar novamente a importância desse documento que nós apresentamos para a nossa candidatura a ser membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – eu acho que está disponível no *site* das Nações Unidas, mas eu vou deixar claro, vou me certificar de que isso esteja amplamente disponível também no nosso *site* no Itamaraty –, a plataforma dos nossos compromissos voluntários, que serão o norte da nossa atuação nessa área se o Brasil for eleito para o Conselho de Direitos Humanos e que, eu acredito, tranquiliza inteiramente qualquer pessoa que tenha qualquer dúvida sobre o nosso compromisso com os direitos humanos, inclusive saúde da mulher, não discriminação entre mulheres e homens, direitos da família e várias outras áreas que eu vinha mencionando.

Acho que usei um pouco menos do tempo disponível, mas, se pudermos passar para a fase seguinte, agradeço muito.

Obrigado.

29. *Liberdade religiosa, religião libertadora, artigo publicado no portal Metapolítica 17 (19/07/2019)*⁷

Gostaria de compartilhar aqui algumas reflexões suscitadas pelo crescente e oportuno debate sobre o tema da liberdade religiosa.

Ao longo de toda a história das explorações e da etnologia, nunca foi encontrada uma única comunidade humana, por mais primitiva e isolada que fosse, que não possuísse as seguintes três características: uma linguagem falada; algum tipo de estrutura familiar; e a crença em alguma realidade imaterial ou espiritual. Língua, família, sentimento religioso: eis os três elementos básicos definidores da espécie humana em sua dimensão social. Nossa época, contudo, acostumou-se a imaginar uma hipotética humanidade pré-histórica vivendo nas cavernas, desprovida desses três elementos, mas que de repente resolveu inventar a fala, os laços familiares e a religião. É mais ou menos a tese de Marx e a de Freud. Porém nenhum dado concreto sustenta as teses pretensamente científicas desses autores sobre o “comunismo primitivo” ou sobre a “horda primeva”. Tanto quanto possamos asseverar, a humanidade nasceu, em algum recanto misterioso da pré-história, já dotada de religião, família e linguagem articulada. Trata-se de características definidoras da espécie, tanto quanto o bipedalismo e a capacidade craniana de cerca de 1.200 centímetros cúbicos.

Curiosamente, o projeto marxista, sobretudo em sua configuração atual no globalismo, contesta essa tríade humana fundacional. O projeto da esquerda em sua atual metamorfose pretende destruir

⁷ Artigo disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/liberdade-religiosa-religi%C3%A3o-libertadora>. Acesso em: 9 set. 2020.

a família, apagar a religião e controlar a linguagem ao ponto de reduzi-la ao balbucio de frases feitas. Percebe-se nisso a vocação desumanizante do programa esquerdista. A instrumentalização do homem para fins políticos, a escravização do homem, objetivo central da esquerda, requer a degradação da fala, a desestruturação da família e a humilhação da crença. Sem esse tripé, o ser humano se desmonta e cai por terra inerte.

Para humilhar a crença, a ideologia globalista reinante serve-se frequentemente da alegação de que “a religião causa guerras”. Será? Vejamos. As guerras napoleônicas não foram causadas por religião. A Guerra Civil Americana não foi causada por religião. A Guerra do Paraguai não foi causada por religião. A Primeira Guerra Mundial não foi causada por religião, nem a Segunda. As guerras do Vietnã e da Coreia não foram causadas por religião. Nos últimos 250 anos, os únicos conflitos de grandes proporções dos quais se pode dizer que suas causas residem na religião foram a Revolução Taiping na China (onde, entre 1850 e 1864, o líder messiânico sincretista-cristão Hong Xiuquan arregimentou milhões de adeptos e tentou derrubar a dinastia Qing) e a *Guerra Cristera* no México (na qual, entre 1926 e 1929, os católicos mexicanos se insurgiram contra o governo que procurava reprimir o culto em nome de princípios socialistas). Em ambos os casos, tratou-se de movimentos religiosos oprimidos por autoridades não-religiosas. De toda maneira, nota-se que o iluminismo, que triunfou há 250 anos em nome da razão, erguendo-se contra o “obscurantismo” religioso, e começou a dessacralizar ou “desencantar” o mundo (cf. Marcel Gauchet), não livrou a humanidade do flagelo da guerra. Na verdade, a Era da Razão maneja esse látigo com muito mais avidez do que a tão desprezada Idade Média.

A religião causa violência? Às vezes causa. Sabem o que mais causa violência? Tudo. Viver causa violência. O conflito e a contradição estão na raiz da existência humana (e não só humana). Se nos

propusermos a eliminar tudo o que pode causar violência, eliminaremos da vida humana o amor, o orgulho, o sentido de pertencimento a uma comunidade, o desejo sexual, a vontade de realizar, o impulso criador, tudo o que proporciona sentido – pois tudo isso pode, sim, causar violência. A esquerda mantém uma atitude completamente cínica diante da violência. A esquerda denuncia indignada as microagressões escondidas nos pronomes e nas preposições (porque isso faz parte de sua estratégia de desarticular a linguagem), mas se cala covardemente diante de todas as agressões, assassinatos, torturas, genocídios praticados por regimes de esquerda ao longo da história, praticados até hoje na Venezuela pelo regime Maduro, esse mesmo regime que os partidos do Foro de São Paulo agora correm a defender. Então a esquerda não é, de forma alguma, contra a violência. A esquerda pratica a violência amplamente, sob todas as formas, contra os seus inimigos, enquanto finge um horror hipócrita à violência para desacreditar seus opositores. Por sua vez, a direita não defende a violência. A direita reconhece as contradições humanas e procura combater a violência sem hipocrisia, sem destruir o sentido da existência. (Se não houvesse religião, talvez tivesse havido algumas guerras a menos, mas não teria havido humanidade para lutá-las.)

Se um ato de violência alguma vez cometido em nome da religião invalida toda a religião, por que motivo todos os inumeráveis atos de violência cometidos em nome do marxismo não invalidam todo o marxismo? A esquerda precisa destruir a linguagem para impedir as pessoas de se fazerem esse tipo de pergunta.

O ecumenismo ao estilo “*we are the world*” constitui um meio mais sutil de combater a religião. Dizer que todas as religiões se equivalem desmerece-as todas. Tentar reduzir as religiões a uma plataforma comum, a um moralismo vago em torno de abstrações como “paz” e “respeito” é um exercício de agressão ao espírito humano e banalização do homem como ser essencialmente religioso. Não

existe religião genérica – assim como não existe comida genérica. Se alguém está com fome e lhe trazem um pão, acaso reagirá dizendo: “não, eu não quero pão, quero comida”? Se lhe trouxerem fruta ou carne: “não quero fruta nem carne, quero comida”? Obviamente isso não faz sentido. A comida só existe sob a forma de algum alimento específico. Do mesmo modo, a religião só existe sob a forma de alguma religião específica. Assim, o ecumenismo – na melhor das hipóteses – consiste na redução da religião à moral, ou a uma simbologia de sentimentos morais, mas isso não é religião autêntica. Para mim, por exemplo, a devoção à Virgem é um sentimento pessoal, a experiência de uma presença viva e vivificante, uma realidade, e não o mero apego a um símbolo de pureza ou abnegação.

O diálogo inter-religioso pode ser muito útil e saudável, desde que seja autêntico. Não tenho maneira de explicar a um muçulmano, por exemplo, por que creio que Jesus é Deus (na verdade não tenho como explicá-lo a mim mesmo; uma fé não se entende, não pode ser objeto de compreensão, do contrário deixa de ser fé). Ele tentará argumentar que Jesus foi um grande profeta. Nenhum dos dois conseguirá demonstrar o “erro” do outro, pois aqui não se trata de dois matemáticos analisando uma equação, mas de dois sentimentos completamente distintos. Se eu renunciar a sustentar a divindade do Cristo “para não ofender”, estarei deixando de ser cristão, e aí já não teremos o diálogo de um cristão com um muçulmano, mas de um falso cristão, de alguém que ouviu falar de Jesus e acha até que ele existiu mesmo, mas não o tem dentro do coração. Da mesma forma do lado dele: se ele admitir que Jesus é Deus, estará automaticamente deixando de ser muçulmano. O importante, sobretudo, é não conceber esse diálogo como a busca de um mínimo denominador comum – certamente não do ponto de vista dos cristãos. Quando se traça um mínimo denominador comum entre o cristianismo e qualquer outra religião, o que fica de fora geralmente é a divindade do Cristo, ou seja, o cerne da fé cristã, e então na prática esse míni-

mo denominador é um mínimo que exclui o cristianismo e já não se pode considerá-lo comum.

(Para um cristão de hoje, talvez o diálogo mais importante seja com sua própria religião, com a riquíssima tradição e doutrina que a maioria dos cristãos desconhece. Alguns cristãos sabem tão pouco sobre os fundamentos de sua fé quanto sabem sobre o xintoísmo ou sobre os cultos xamânicos da Sibéria.)

A busca de um mínimo denominador entre as religiões não é um bom caminho – certamente não para os que creem. Todas as religiões pregam a paz? Imagino que sim, de alguma forma. Porém cada uma prega a paz, ou qualquer outra coisa, a partir de uma perspectiva muito distinta da demais (o cristianismo prega a paz a partir da perspectiva de um Deus trinitário, diferente de qualquer outra perspectiva). Para os cristãos a paz de Cristo é a paz de Cristo, não uma paz genérica e descolorida. Outras religiões pregarão a paz à sua maneira.

“Nenhuma religião pode pretender à verdade absoluta”, diz o pensamento politicamente correto. Mas uma religião que não pretende à verdade absoluta não é uma religião, é apenas uma moral enfeitada e não serve para nada. Nossa época politicamente correta construiu um conceito de religião que é fundamentalmente externo, a religião vista pelos ateus, a religião que deixa ao ateísmo a definição dos critérios de verdade, a religião que se deixa julgar pelo ateísmo e recolhe-se obedientemente ao cantinho que o ateísmo lhe reserva.

Hoje, no Ocidente e em todo o mundo está crescendo a discussão sobre liberdade religiosa – e é excelente que isso ocorra. Para que a discussão frutifique, entretanto, algumas condições se fazem necessárias:

Primeiramente, que o nosso *mainstream* cultural ocidental reconheça a religião como algo essencial ao ser humano e admita a

religião em termos religiosos, não sob a forma de um mero código moral universalista abstrato.

Segundo, que o cristianismo seja tão tolerado quanto as demais religiões. Hoje, nos países de maioria cristã ou de raízes cristãs nas Américas e na Europa, todas as religiões são toleradas e protegidas, menos a própria religião cristã. Em terra cristã o cristianismo é vilipendiado e humilhado todos os dias, ignorado e desprezado todas as horas. Reduzem a antiga e infinitamente complexa fé cristã a alguns retalhos da antiga crença, denominados “princípios” cristãos, que nada mais são do que a areia rala que sobra depois que se passa a fé cristã pela peneira do politicamente correto, uma areia inútil que o sistema bem-pensante ateu guarda cuidadosamente, enquanto joga fora as pepitas de ouro que perfazem a essência da fé. Como culpar aqueles países de maioria não cristã onde os cristãos são oprimidos, se aqui, nos países de maioria cristã, o cristianismo é tão maltratado? Como exigir que eles não persigam os cristãos, quando nos próprios países da antiga cristandade os cristãos são duramente perseguidos? Será um dever de caridade cristã o de anular-se e renunciar à própria fé até o ponto da apostasia? Será que a única maneira de respeitar o “outro” é rejeitar-se a si mesmo? O Ocidente não será capaz de promover verdadeiramente a liberdade religiosa se não reaprender a respeitar o fenômeno religioso em toda a sua riqueza e profundidade, e especialmente se não reaprender a respeitar o cristianismo, seiva do Ocidente.

Terceiro, que abandonemos a prescrição segundo a qual “não se fala de religião”. Por que não se há de falar de algo tão fundamental para o ser humano? Para “evitar polêmica”? Mas o ser humano é essencialmente polêmico e contraditório, o mundo é polêmico, a natureza é polêmica. Um mundo frio onde não se fala de religião para evitar polêmica é um mundo descaracterizado. Tão ruim quanto proibir a prática da religião abertamente é proibir que se fale de religião “para evitar polêmica”. Somente falando podemos entender

melhor a própria religião e a religião dos outros, somente num espaço onde se fala de religião um ateu começará a entender por que tantos milhões de pessoas ainda creem com todas as forças. No meu caso, já fui ateu: mas quando comecei a ler e estudar sobre religião (inclusive, mas não apenas, a cristã), quando comecei a entender, quando comecei a compreender a profundidade do incompreensível, quando um dia li que os monges do Monte Atos eram capazes de enxergar o brilho da luz incriada, foi aí que voltei a crer. Se não se falasse de religião, para evitar polêmica, eu e tantos outros não teríamos tido essa oportunidade. Somente se houver liberdade para falar de religião os ateus terão liberdade para saber o que estão perdendo.

E quarto, que se enxergue no conceito de liberdade religiosa não apenas a liberdade para a prática das religiões, mas também a conexão íntima existente entre religião e liberdade – pelo menos no caso da religião cristã. Na fé cristã há algo profundamente, essencialmente libertador, todo o cristianismo é um cântico da liberdade, esse anseio de liberdade que nasceu com o ser humano na profundidade dos tempos. O sentimento religioso confunde-se com o anseio pela liberdade, que nasceu junto com a fala e com a família, as quais assim formam, com a religião, uma tríade, uma tríade que talvez não seja ocasional, mas necessária, indispensável, estruturada numa correlação íntima entre esses três elementos, que têm em comum o fato de que todos os três traçam uma linha entre a natureza e o que a ultrapassa, libertam o ser humano da natureza para a transcendência e realizam a transcendência na natureza.

30. Discurso na abertura da III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, no Rio de Janeiro (26/07/2019)

Senhor Ministro Sergey Lavrov, da Federação da Rússia;
Senhor Ministro Wang Yi, da República Popular da China;
Senhora Ministra Naledi Pandor, da República da África do Sul;
Senhor Ministro de Estado V. K. Singh, da República da Índia;
Senhoras e senhores,
Senhores Embaixadores, diplomatas, colegas,
Novamente, muito bom dia, muito bem-vindos!

Declaro aberta a III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS.

Queria expressar, antes de mais nada, minha satisfação por ter podido estar com os senhores, já no dia de ontem, no jantar em homenagem a esta Reunião, no lindo cenário da Baía de Guanabara, e a renovada satisfação de vê-los aqui, no Palácio Itamaraty.

Esta Casa, Palácio Itamaraty, como é conhecido, foi a primeira sede do governo republicano do Brasil, de 1889 a 1897, e a sede do Ministério das Relações Exteriores, de 1889 a 1970. Este Palácio deu origem ao nome pelo qual a diplomacia brasileira é conhecida pelo mundo e constitui um símbolo amplamente celebrado no nosso país. Considerando a sua importância, para consolidação da nação brasileira, eu acredito que este prédio é um lugar perfeito para compartilharmos as visões do meu país, dos nossos países, sobre uma série de importantes tópicos que discutiremos nesta manhã.

Durante a primeira parte do encontro, cada um de nós terá a oportunidade de fazer uma intervenção, um discurso de aproxima-

damente quinze minutos e, como Presidente de turno me caberá fazer a intervenção inicial, seguido, em ordem alfabética, pela Rússia, Índia, China e África do Sul, na ordem do acrônimo BRICS. Após os discursos, teremos uma sessão interativa de aproximadamente 55 minutos, seguida pelo almoço, e ao final da programação o comunicado conjunto será emitido à imprensa. Pergunto aos senhores se podemos considerar aprovada a agenda da Reunião.

Nada havendo a objetar, então, consideramos aprovada a agenda e passamos imediatamente ao ponto seguinte: as intervenções iniciais. Falarei, então, agora na minha capacidade nacional.

Senhores Ministros, caros amigos, senhoras e senhores,

Realmente, não haveria cidade mais adequada para este encontro do que o Rio de Janeiro, a primeira capital do Brasil independente e soberano, em 1822. Hoje, quase dois séculos depois da Independência, o Brasil está reconectando-se consigo próprio, com seu povo, e com a sua história e, igualmente, renovando a sua conexão com o resto do mundo.

O Brasil viveu várias transições em sua história. Inicialmente, entre 1808 e 1822, vivemos uma transição negociada e, na sua grande parte, pacífica entre o estatuto colonial e a plena independência. Nesse período, esta cidade do Rio de Janeiro chegou a ser, por alguns anos, a capital não apenas do Brasil, mas a capital de um império multicontinental, no tempo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Esse momento, e a nossa história, deu ao Brasil, desde sempre, uma característica muito própria de presença não só no nosso próprio continente americano, mas também na África, na Ásia e, obviamente, também, na Europa. E esse caráter multicontinental do Brasil reflete-se, hoje, na nossa participação no BRICS.

Mais tarde, vivemos, também, uma transição pacífica entre a Monarquia e a República, da qual este palácio é símbolo, por ter

sido a primeira sede do governo republicano brasileiro. Também, sem nenhum derramamento de sangue. E vários movimentos de transição posteriores, na nossa história, ocorreram, igualmente, de forma pacífica.

Hoje, nós estamos vivendo uma nova transição, muito profunda, novamente, no Brasil. É uma transição democrática, feita a partir da vontade popular, a partir da mobilização popular e da participação permanente do povo no trabalho das instituições republicanas. Isso só foi possível, e só está sendo possível, graças à liderança do Presidente Jair Bolsonaro. Alguém com a coragem, a sinceridade e o patriotismo necessários para implementar as mudanças que a sociedade brasileira demanda; para reinventar o Brasil, a partir do bom senso, mas também a partir de ideais, a partir do ideal da liberdade, do amor à pátria, do respeito à família e da fé em Deus.

A política externa do Brasil faz parte dessa transição. O Brasil tem a vocação de construir consensos, de ajudar a estabelecer soluções. Mas isso não significa que o Brasil seja simplesmente uma página em branco, onde outros escrevem suas histórias. Nós temos a nossa própria visão de mundo, os nossos ideais, e queremos defendê-los e promovê-los encontrando os melhores pontos de articulação e as melhores iniciativas de cooperação, com todos os parceiros.

A nossa tradição diplomática, do Brasil, não é simplesmente algo para ficarmos olhando, como se fosse um quadro na parede. Ela é uma tradição viva, que precisa corresponder ao Brasil de hoje e aos anseios do povo brasileiro de hoje. Nossa presença neste Palácio Itamaraty é também um símbolo disso. Queremos trazer de volta à vida as tradições que permeiam estas paredes, estas colunas e este lago de cisnes.

Esta é a Casa do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, um diplomata de extraordinário talento, capacidade, um dos heróis da pátria, que foi capaz de conduzir a construção, também

pacífica, do espaço nacional através da fixação das fronteiras com os nossos vizinhos. Mas é preciso, também, termos muito presente o lema do Barão do Rio Branco, em latim *Ubique patriae memor* – “em todos os lugares, eu me lembro da pátria”.

Nessa expressão, está consagrado, por um lado, o universalismo, e por outro lado, o patriotismo. Um universalismo que é construído a partir de uma identidade. Uma ordem internacional pacífica é o que nós queremos, sim, mas não a partir da renúncia ao que somos, e sim formada a partir da identidade e da soberania.

Nós acreditamos na centralidade das Nações Unidas, mas não na sua exclusividade, e sustentamos sempre que as Nações Unidas sejam, efetivamente, *nações* unidas, um espaço de construção coletiva autêntica a partir de seus documentos fundacionais.

Nós queremos paz com dignidade. A paz não pode ser apenas a ausência de conflito. Tem que ser também uma estrutura, onde as pessoas possam encontrar sentido para suas vidas, e isso só se encontra em comunidades sólidas e bem constituídas. Acho que, aqui, todos os nossos países somos prova de que a nação continua sendo um espaço fundamental para a expressão e a realização do ser humano. O tempo do Estado-nação não passou; ao contrário. Acreditamos que estamos em um momento de relançamento da nação como grande espaço de liberdade, democracia e vida pacífica em comum.

Nós, portanto, temos uma visão do sistema multilateral. Temos uma visão de que o sistema multilateral somos nós. O sistema não existe por si mesmo, o sistema precisa renovar-se, precisa respirar, precisa basear-se em princípios, nos direitos humanos, na dignidade humana.

Também é necessário não dissociar a vertente econômica da vertente política nas questões internacionais e multilaterais. É preciso que tanto a ordem econômica quanto a ordem política internacional

sejam coerentes e sejam igualmente conducentes à liberdade e à dignidade humana.

Na nossa região, aqui, na América Latina, especialmente na América do Sul, o Brasil está profundamente empenhado com seus vizinhos no trabalho de construção de uma região democrática, com economias abertas e oportunidade para todos. Isso é absolutamente vital para nós. E nesse processo de construção, nós não podemos deixar de ouvir um grito, um grito que pede liberdade. Esse grito vem da Venezuela. Vem do povo venezuelano: *a cry for freedom!*

O Brasil tem escutado esse grito, e eu faço um apelo a todos os senhores para que também o escutem. Nós temos, de um lado, na Venezuela, um governo constitucionalmente estabelecido, e do outro lado, um regime que se sustenta unicamente pela força, e que produz a miséria e o sofrimento do seu povo. Um sofrimento que já causou o êxodo de quatro milhões de venezuelanos rumo ao exterior, inclusive rumo ao Brasil.

Toda a comunidade internacional precisa ouvir esse grito, entendê-lo e agir. O Brasil, como único membro latino-americano deste grupo, está à disposição dos senhores para explicar a nossa visão do que está acontecendo na Venezuela e para, se possível, agirmos em conjunto. Eu tenho certeza de que somente uma Venezuela democrática corresponderá aos nossos ideais, aos ideais de nossos cinco países, e também aos nossos interesses. Não corresponde aos nossos ideais nem aos nossos interesses ver um país como a Venezuela sucumbindo na criminalidade, na fome e na miséria. O Brasil sempre procura, neste foro, compreender, escutar as perspectivas dos senhores sobre as suas respectivas regiões, que lhe são mais próximas, como o Oriente Médio, a Síria, a questão dos Grandes Lagos, na África, e peço muito encarecidamente aos senhores que escutem a perspectiva do Brasil sobre o tema tão premente da Venezuela.

Aqui no BRICS, como em todo lugar, o Brasil defende uma cooperação internacional que seja, ao mesmo tempo, soberana e construtiva. Precisamos discutir os grandes temas internacionais e regionais e, ao mesmo tempo, precisamos, também, gerar resultados práticos para os nossos povos e para as nossas sociedades. A questão que se nos coloca, o nosso desafio é como aproveitar o extraordinário potencial das nossas relações, esse foro, único, constituído por grandes nações de diferentes continentes para enfrentar as necessidades concretas de desenvolvimento das nossas sociedades.

Nos últimos anos, o BRICS tem enfrentado desafios, tem-se proposto a construir soluções relevantes para os nossos cidadãos, por exemplo, por meio de iniciativas de pesquisa orientadas para a inovação, essa é uma grande prioridade para esta presidência brasileira do grupo. Na área de ciência, tecnologia e inovação, nós já lançamos três chamadas para o financiamento de projetos em áreas de tecnologia de ponta, como computação de alto desempenho, tecnologia geoespacial e energias novas e renováveis. Para a terceira chamada, que se encerrará em dezembro de 2019, já foram submetidos mais de 340 projetos.

Na área de saúde, a rede de pesquisa em tuberculose do BRICS tem conduzido pesquisas que podem vir a validar testes de tuberculose da China, Rússia e Índia no mercado brasileiro. Essa validação, se confirmada, poderá aumentar a disponibilidade de diagnósticos no Brasil, fazendo, portanto, diferença para as pessoas.

Esse legado de conquistas, bem-sucedido, do qual acabo de mencionar apenas alguns exemplos, apresenta desafios a todas as presidências de turno do grupo, que deve basear-se na cooperação, preservando essa abordagem pragmática, e sem perder de vista nossos compromissos e nossos princípios.

A resposta que nós procuramos dar, na presidência de turno do Brasil, tem, fundamentalmente, duas vertentes. A primeira é buscar

uma presidência de turno focada em resultados. O Presidente Jair Bolsonaro, assim que assumiu, enviou cartas aos demais líderes do BRICS, indicando que o Brasil presidiria o BRICS com sentido de realização e de busca de resultados concretos. A escolha de prioridades para 2019 – ciência, tecnologia e inovação; economia digital; luta contra os crimes transnacionais – revela esse enfoque. Isso é exatamente o que nós estamos tentando fazer com a valiosa cooperação entre nós.

A segunda vertente da nossa resposta a essa questão, a esse desafio, consiste em enfatizar a inovação como principal aspecto de nossa cooperação para este ano. Todos os países do BRICS enfrentam a necessidade comum de transformar inovação, nomeadamente pesquisa e desenvolvimento, em resultados econômicos e oportunidades para os nossos cidadãos. Com isso em mente, o Brasil tem trabalhado para implementar iniciativas que poderão levar ao desenvolvimento de soluções intensivas em tecnologia.

Para isso, o Brasil propôs a implementação da rede de inovação do BRICS [*Innovation BRICS Network*], ou iBRICS, que implementará a colaboração entre micro, pequenas e médias empresas de tecnologia e incubadoras de soluções tecnológicas. A plataforma digital para interação no âmbito do iBRICS já está operacional, e espero que possamos lançá-la oficialmente durante a Cúpula de Brasília, de modo a iniciar a elaboração de projetos por meio dessa plataforma.

Como todos se recordam, a economia digital é um tópico igualmente importante para a presidência brasileira. A ideia é identificar novas soluções que promovam a inclusão digital, facilitem a troca de informações e expandam a infraestrutura digital. Nesse ambiente digital, a livre circulação de dados e de ideias deve ser assegurada, com pleno respeito aos direitos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão, o direito à privacidade e os direitos do consumidor. O potencial libertador e criativo do mundo digital é gigantesco. Esse

mundo tem que estar a serviço do ser humano, e não o inverso. No mundo digital os direitos humanos precisam prevalecer tanto quanto no mundo real.

A presidência brasileira do grupo também vem dedicando especial atenção à segurança dos nossos povos, das nossas sociedades, por meio de iniciativas para o enfrentamento dos crimes internacionais, especialmente os fluxos financeiros ilícitos e o combate ao flagelo do terrorismo.

Em maio último, peritos de nossos países concordaram em trocar informações sobre políticas nacionais para recuperação de ativos financeiros, por meio da realização de um estudo conjunto. O Brasil espera que todos os países do BRICS contribuam intensamente para a referida iniciativa.

Além disso, em alguns dias, o Brasil organizará um seminário intitulado “Estratégias do BRICS para o combate ao terrorismo”, no qual especialistas de nossos governos terão a oportunidade de ampliar o conhecimento recíproco sobre práticas de sucesso na luta contra o terrorismo. Trata-se, também, de uma importantíssima área de cooperação. Além disso, o BRICS precisa aproveitar a sua experiência no combate aos crimes internacionais e intensificar a cooperação nessa área, especialmente no combate aos fluxos financeiros ilícitos, uma das prioridades, conforme mencionei anteriormente, da nossa presidência.

Teremos, certamente, oportunidade de discutir todos esses tópicos na nossa sessão interativa.

Antes de concluir, gostaria de recordar que o Brasil fez ajustes para facilitar a participação dos líderes no Fórum Empresarial do BRICS, que será realizado, em Brasília, imediatamente antes do início da Cúpula, em novembro. A ocasião representará oportunidade única para que nossos líderes tenham contato direto com representantes

do setor privado de nossos cinco países. Contamos com a presença de todos os seus líderes no Fórum Empresarial.

Por fim, o Presidente Jair Bolsonaro e o povo brasileiro esperam receber os líderes e delegações da Rússia, Índia, China e África do Sul, em Brasília, em novembro, para uma cúpula em cujo sucesso o Brasil está inteiramente empenhado.

Muito obrigado!

31. Alocução na VIII Reunião do Corredor Rodoviário Bioceânico, em Campo Grande (22/08/2019)

É uma enorme honra para mim estar presente aqui com os senhores em Campo Grande, minha primeira vez no querido estado do Mato Grosso do Sul, para esta sessão de encerramento da VIII Reunião do Grupo de Trabalho do Corredor Bioceânico.

Eu sei que após dias em que são tratados, num trabalho muito intenso, foi possível às delegações dos quatro países construir os consensos necessários para avançarmos nesse importantíssimo projeto. Eu quero parabenizar todos pelos esforços que estão sendo feitos pelos demais governos e destacar os esforços que estão sendo feitos pelo governo brasileiro para permitir o avanço extraordinário desse projeto, conforme nós vimos aqui na apresentação do Senador Nelson Trad. Tivemos já, nesses quase oito meses dessa ação no Brasil, um esforço muito intenso para que esse e outros projetos de infraestrutura (mas esse muito especialmente) pudessem começar a tornar-se uma realidade, por exemplo: o início das obras da ponte, a ser financiada pela Itaipu Binacional. Tudo aquilo que nós estamos tentando fazer na nossa atuação externa observo que está em perfeita sintonia com os objetivos desta reunião, com os objetivos deste projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico.

Este projeto corresponde, antes de mais nada, a nossa concepção de integração, a nossa concepção de integração aberta. Durante muito tempo tivemos conceitos diferentes do que é integração latino-americana, do que é integração sul-americana, percepções às vezes corretas, mas num momento errado, às vezes equivocadas, às vezes tomadas por uma dimensão ideológica. Isso está sendo superado e essa superação se traduz, na prática, neste projeto do

Corredor Bioceânico. Nós temos certeza de que, mais do que unir os dois oceanos, o Corredor será um motor de integração da América do Sul. Vai promover uma integração em escala regional, também em escala nacional, contribuindo para o desenvolvimento, no caso do Brasil, dos vários estados pelos quais vai passar, vai unir regiões fronteiriças e concatenar infraestruturas que ainda não alcançaram todo o seu potencial.

Esse realmente é o nosso conceito de uma integração aberta, de uma integração produtiva, que está pautado, que se está revelando em várias iniciativas: queria destacar aqui muito especialmente a conclusão das negociações do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-União Europeia, um marco certamente na nossa abertura ao mundo, que, além da importância em si mesma, está tornando-se uma espécie de corredor, também, comercial, para um novo trajeto do Brasil, do MERCOSUL, de toda nossa região no mundo, um corredor de integração com os grandes mercados, com os grandes parceiros.

Já na esteira desse êxito, no decorrer da semana nós estamos, se tudo der certo, finalizando a negociação do acordo de livre comércio do MERCOSUL com a Associação Europeia de Livre Comércio, a EFTA, que tem quatro países, parceiros importantes. Um pouco mais adiante queremos concluir com o Canadá, com Singapura e com a Coreia do Sul acordos que estão em andamento e, logo mais adiante, também, algumas das principais economias do mundo, que já se estão movimentando para negociar conosco, Estados Unidos e Japão, por exemplo. Nós temos falado acho que com quase todos os países. Todos, em todas as regiões, têm-se manifestado, têm interesse renovado pelo MERCOSUL, que, enfim, voltou ao centro do mapa do comércio mundial, graças a essa nova atitude de integração aberta. A Senadora Soraya falava-me do interesse da Nova Zelândia, por exemplo, numa negociação com o MERCOSUL. Nós vamos explorar todas essas frentes com denodo renovado neste momento.

Assim como nós conseguimos, depois de vinte anos, fechar a negociação com a União Europeia, estamos conseguindo também, finalmente, depois de tanto tempo (desde que eu entrei na carreira diplomática, no final dos anos oitenta, comecei nos anos noventa, escutava falar no projeto do Corredor Bioceânico), ver esse corredor tomando forma. Na realidade, no caso aqui do estado do Mato Grosso do Sul, um dos principais atores neste processo, tenho dito que nós estamos tirando o Brasil do papel. O Brasil que estava em um projeto, mas finalmente se está tornando uma realidade graças ao esforço e empenho de uma administração que está comprometida com o progresso nacional.

Ontem mesmo estava participando da reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), presidido pelo Presidente da República, com vários Ministros, onde confirmamos dezenas de projetos de concessões, privatizações, só para começo de conversa, de um novo projeto de liberação das energias criativas da nação. Isso é uma maneira de ver o eixo do que nós estamos tentando fazer. Fazer com que o Estado, realmente, seja simplesmente um indutor do crescimento e promova a liberdade econômica, a liberdade de empreender, a liberdade de comerciar, para com isso criar as condições de infraestrutura física e também de infraestrutura não física – falava disso também agora na mesa: é importante que toda a parte normativa, alfandegária por exemplo, venha junto com a integração do Corredor Bioceânico, para que não tenhamos a obra, mas a eficiência fique parada por causa da burocracia. Essa é outra vertente fundamental da nossa atuação.

Estamos certos de que o Corredor vai abrir mercados, vai gerar novas oportunidades para produtores, para exportadores, tanto aqui na região quanto aproveitando essas novas oportunidades que estamos abrindo com os novos acordos com o resto do mundo, com esses países que temos aqui. Com o Chile, já temos um avanço maior em termos de negociação, é um país de referência em termos

de negociação comercial entre os países do MERCOSUL. Na verdade, estamos correndo atrás, para ter o mesmo tipo de integração no mundo, de modo que estamos concretizando isso.

O Corredor, nós não queremos que seja simplesmente um corredor de passagem. Queremos que seja verdadeiramente um projeto de integração entre os quatro países que compõem este projeto. Isso é um compromisso também que queria deixar aqui de maneira muito clara. Estamos tratando aqui não simplesmente da infraestrutura em si, mas de tudo aquilo que ela permite em termos da interconexão entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, de uma maneira diferenciada. Nos contatos que tenho tido com os Chanceleres e outros Ministros desses países, temos sempre falado desse tema com grande prioridade. Nas conversas presidenciais que já houve também nesse curto período, mas muito intenso período, que eu tive oportunidade de acompanhar, com o Presidente Mario Abdo, com o Presidente Macri, com o Presidente Piñera, sempre esse tema surge de maneira muito clara. Todos os quatro Presidentes nesse projeto estão pessoalmente envolvidos com essa concepção de integração. Isso dá um respaldo político extraordinário.

Para o Ministério das Relações Exteriores, para o Itamaraty, este é um momento também muito especial, a possibilidade de estar aqui com os senhores. No Itamaraty, nós queremos trabalhar cada vez mais, não só com o exterior, mas com o interior. O Ministério das Relações Exteriores tem que ser também ministério das relações interiores. A gente tem que estar presente nos estados, muito especialmente nos estados de fronteira, que têm desafios próprios e oportunidades imensas, que têm uma dimensão internacional e das quais o Itamaraty precisa fazer parte. Nós queremos estar juntos com o Mato Grosso do Sul, queremos estar juntos com todos os estados de fronteira, ajudando a dinamizar as suas economias, aproveitar essas oportunidades e, no caso deste estado, do Mato Grosso do Sul, continuar a consolidar isto. Acabei de conversar com o Governador

Reinaldo [Azambuja] sobre a ideia de começar as tratativas para a abertura de um escritório do Itamaraty no Mato Grosso do Sul. Espero que seja realmente o começo de uma empresa mais profunda, de um projeto entre nós do governo federal e o estado do Mato Grosso do Sul para concretizarmos as oportunidades que estão sendo abertas aqui. Muito obrigado pelo apoio de todos os senhores nessa ideia e vamos concretizá-la em breve, se Deus quiser.

Nós também concebemos esses projetos de integração física como parte de uma integração mais profunda que abrange toda a América do Sul. O Brasil é um dos países comprometidos com o projeto do PROSUL, a nova instância de integração sul-americana, em substituição à UNASUL, que teve os problemas que os senhores conhecem. Mas não queremos de forma alguma abandonar essa ideia de um conceito de América do Sul, um conceito que queremos que seja ao mesmo tempo pragmático e democrático, uma América do Sul que seja um continente unido por esses dois valores fundamentais, abertura econômica, eficiência e, ao mesmo tempo, a liberdade e a democracia. Isso acho que está provado. É difícil alguém ter uma ideia que possa contestar o caráter fundamental desses dois pilares do projeto de integração.

Além da questão da infraestrutura, além da questão da integração, nós estamos enfrentando também, com toda a disposição, com todo o denodo, a questão da percepção que existe a respeito da nossa região. Por diferentes razões, durante muito tempo, houve uma percepção justamente de que, no caso, o Brasil, mas talvez outros países do MERCOSUL estavam um pouco alijados do jogo das grandes trocas internacionais, da evolução, do jeito como o mundo está evoluindo, e precisamos reverter isso. Acho que estamos revertendo na prática, mas a percepção sempre é uma coisa que vem um pouco atrás da realidade.

Hoje, nesses dias, estamos vendo muito claramente que o Brasil, especificamente, está sendo alvo de uma campanha completamente deslocada e equivocada de ataques em relação à questão ambiental. Admitimos os nossos desafios, desafios imensos, de manter a nossa política, de implementar a nossa política de preservação ambiental, que é uma política sólida. Tenho conversado muito com o Ministro Ricardo Salles, que está implementando uma política extraordinária na área ambiental, mantendo todos os compromissos do Brasil, diferentemente de muitos países que nos criticam, que falam mas não mantêm os seus próprios compromissos, ao amparo do Acordo de Paris, por exemplo.

Mas existe o problema da percepção, e que nos parece que não é ocasional. Acho que em grande parte ele decorre do fato de que o Brasil está emergindo, e as pessoas estão vendo, e acho que tem muita gente, infelizmente, que não quer um Brasil grande, não quer um Brasil forte, não quer esse Brasil que se abre, porque justamente no momento em que nós estamos, digamos, saindo do nosso sono de algumas décadas e nos conectando ao mundo, com os grandes atores do mundo, infelizmente existem algumas forças que resistem a isso e usam essas falsidades ambientais para nos atacar injustamente. Mas estamos enfrentando também isso com a verdade, com a verdade, mostrando qual é a realidade, sabendo dos problemas, mas mostrando que estamos enfrentando com grande determinação.

Estou certo de que, depois de tudo que já disse, não quero alongar-me nesta fala, mas realmente fico muito honrado, muito feliz, de participar neste momento.

32. Incêndios na Amazônia: o processo de bruxaria contra o governo do Brasil, artigo publicado no jornal *Le Figaro*, França (28/08/2019)⁸

Versão original, em francês:

INCENDIES EN AMAZONIE: LE PROCÈS EN SORCELLERIE FAIT AU GOUVERNEMENT DU BRÉSIL

D'après René Descartes, «le bon sens est la chose du monde la mieux partagée», à quoi il ajoute : «Cela témoigne que la puissance de bien juger, et distinguer le vrai d'avec le faux, qui est proprement ce qu'on nomme le bon sens ou la raison, est naturellement égale en tous les hommes; et ainsi que la diversité de nos opinions ne vient pas de ce que les uns sont plus raisonnables que les autres, mais seulement de ce que nous conduisons nos pensées par diverses voies, et ne considérons pas les mêmes choses.»

Suivons la leçon cartésienne et appliquons-la aux discussions autour des incendies en Amazonie.

Il faut tout d'abord garder son calme. Le président Bolsonaro, dans son allocution à la télévision le 23 août, a raisonné en toute sérénité pour éclaircir la situation et présenter les faits tels qu'ils sont.

Il est curieux, soit dit en passant, que notre ère, en dépit d'une incroyable abondance d'information, soit si encliné aux distorsions médiatiques, donnant lieu à des emportements passionnés à partir de données complètement fausses.

8 Artigo disponível em: <https://www.lefigaro.fr/vox/monde/incendies-en-amazonie-le-proces-en-sorcellerie-fait-au-gouvernement-du-bresil-20190827>. Acesso em: 9 set. 2020.

Les incendies en Amazonie brésilienne sont un phénomène en partie naturel et en partie d'origine humaine, qui a lieu tous les ans surtout pendant la saison sèche, entre juin et octobre. Le nombre de ce type d'incendies en 2019 (entre le 1^{er} janvier et le 23 août) est supérieur de 84% à celui de 2018, mais inférieur de 47% à leur nombre (sur la même période de l'année) en 2005 par exemple, et très proche – en fait légèrement inférieur – de la moyenne des vingt-deux dernières années. En Bolivie, le nombre de ces incendies en 2019 est de 115% supérieur à celui de 2018, et au Pérou, supérieur de 105%.

La Guyane française, pour sa part, a connu un accroissement de 120% du nombre d'incendies détectés en 2019, par rapport à la même période en 2018.

De même, en termes d'étendue soumise au feu, les chiffres de 2019 au Brésil sont plus élevés que ceux de 2018 mais inférieurs à la moyenne historique. Tous ces chiffres sont disponibles sur le site de l'Institut national de recherche spatiale du Brésil (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Programa Queimadas).

La situation nous préoccupe, bien sûr, et le gouvernement brésilien actuel ne s'en accommode pas. Contrairement aux gouvernements de la période 2003-2016, qui ont assisté à des incendies beaucoup plus importants sans presque rien faire, nous mettons en place une énorme opération, qui mobilise les forces armées et d'autres agents des forces de l'ordre et qui, au-delà des efforts d'extinction du feu, commence déjà à identifier certains cas d'incendies criminels.

La situation est sérieuse mais reste entièrement sous contrôle. Quelques médias en Europe peignent un tableau de cauchemar environnemental qui ne correspond pas aux faits et qui se dissipe aussitôt qu'on regarde la réalité en face. Ils utilisent pour argument des photographies, prises parfois il y a plusieurs années, tandis que, malheureusement, ils ignorent les données scientifiques très précises fournies par des satellites de dernière génération. En plein XXI^e siècle,

on revient à une sorte de «pensée sauvage», qui réagit seulement aux données immédiates des sens, sans réfléchir, au lieu de les soumettre à l'analyse froide de la raison. En fait, la pensée des groupes humains jadis considérés comme «sauvages» est à maints égards plus sophistiquée que celle de certains écologistes radicaux d'aujourd'hui, qui habitent un monde sombre plein de spectres démoniaques et qui parlent une langue de bois incapable d'appréhender la réalité dans toute sa richesse. Ceux qu'on appelait autrefois des «sauvages» savent bien, eux, que les sensations immédiates n'épuisent pas la réalité; les écologistes, pas nécessairement.

Curieusement, les pratiquants modernes de la «pensée sauvage» se disent favorables à la science et accusent leurs opposants d'obscurantisme anti-scientifique. Mais ce sont eux qui préfèrent agir à partir d'images aléatoires et de quelques stéréotypes primaires plutôt que d'examiner les chiffres et d'étudier la complexité du problème des feux de forêt, avec ses causes multiples. Cette fois, il faut écouter Rabelais: «Science sans conscience n'est que ruine de l'âme.»

En plus de présenter la situation sans considérer ses réelles proportions, pour enflammer les esprits, on l'attribue aux actions du gouvernement brésilien, en oubliant que le phénomène est semblable chez les voisins du Brésil où gouvernent d'autres autorités. Est-ce que l'augmentation du nombre de ces incendies en Guyane, par exemple, est due à une négligence du gouvernement français? Est-ce que la France encourage la déforestation en Guyane? Certainement pas. Pourquoi, alors, traiter différemment ce qui est semblable? Il s'agit en somme d'une attitude fort peu cartésienne.

Le gouvernement brésilien reconnaît le problème des incendies. Il est en train de mobiliser toutes ses ressources pour y faire face. Nous sommes aussi déterminés à identifier la partie des incendies qui est due à des actions criminelles de déforestation illégale, et à punir les coupables.

Le président Bolsonaro a d'ailleurs confirmé que sa politique de tolérance zéro envers la criminalité comprend, évidemment, les crimes contre l'environnement. Il faut combattre le feu avec de l'eau, combattre le crime avec l'application de la loi – et non pas avec des paroles agressives envers le Brésil, des slogans périmés ou des photos vieilles de vingt ans.

Pour en revenir à Descartes: «Ce n'est pas assez d'avoir l'esprit bon, mais le principal est de l'appliquer bien.» Le président Bolsonaro et nous qui appartenons à son gouvernement appliquons notre réflexion et nos actions à la protection de l'Amazonie et à l'accomplissement de nos obligations nationales et internationales, avec trois principes: sérénité, respect de la souveraineté nationale et bon sens.

Tradução para o português:

INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA: O PROCESSO DE BRUXARIA CONTRA O GOVERNO DO BRASIL

Segundo René Descartes, “o senso comum é a coisa mais bem distribuída no mundo”, ao que acrescenta:

Isso mostra que o poder de julgar bem e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que chamamos de bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens; de modo que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de que algumas são mais razoáveis do que outras, mas apenas do fato de que conduzimos nossos pensamentos de várias maneiras e não consideramos as coisas em si.

Sigamos a lição cartesiana e apliquemo-la às discussões sobre os incêndios na Amazônia.

Antes de tudo, devemos manter a calma. O Presidente Bolsonaro, em seu discurso na televisão em 23 de agosto, argumentou com

toda serenidade para esclarecer a situação e apresentar os fatos tais como eles são.

É curioso, diga-se de passagem, que nossa era, apesar de uma incrível abundância de informações, seja tão propensa a distorções da mídia, dando origem a explosões passionais provocadas por dados completamente falsos.

Os incêndios na Amazônia brasileira são um fenômeno em parte natural e em parte de origem humana, que ocorre anualmente, em especial durante a estação seca, entre junho e outubro. O número desses incêndios em 2019 (entre 1º de janeiro e 23 de agosto) foi 84% maior que em 2018, mas 47% menor que em 2005 (no mesmo período), por exemplo, e muito próximo – na verdade, um pouco menor – da média dos últimos 22 anos. Na Bolívia, o número desses incêndios em 2019 é 115% maior que em 2018 e no Peru, 105% maior.

A Guiana Francesa, por sua vez, sofreu um aumento de 120% no número de incêndios detectados em 2019, em comparação com o mesmo período de 2018.

Da mesma forma, em termos de extensão de queimadas, os números de 2019 no Brasil são mais altos que os de 2018, porém mais baixos que a média histórica. Todos esses números estão disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (Programa Queimadas).

Estamos preocupados com a situação, é claro, e o atual governo brasileiro não está confortável com isso. Ao contrário dos governos de 2003-2016, que testemunharam incêndios muito maiores com pouca ou nenhuma ação, estamos implementando uma enorme operação, que mobiliza as Forças Armadas e outros agentes da lei e que, além dos esforços para extinguir o incêndio, já está começando a identificar certos casos de incêndio criminoso.

A situação é grave, mas permanece totalmente sob controle. Alguns meios de comunicação na Europa mostram um pesadelo

ambiental que não corresponde aos fatos e se dissipa assim que se olha a realidade. Eles usam fotografias como argumento, algumas vezes tiradas há vários anos, ao mesmo tempo em que, infelizmente, ignoram os dados científicos bastante precisos que satélites de última geração fornecem. Em pleno século XXI, voltamos a uma espécie de “pensamento selvagem”, que reage apenas aos dados imediatos dos sentidos, sem reflexão, em vez de submetê-los à fria análise da razão. Na realidade, o pensamento de grupos humanos antes considerados “selvagens” é, em muitos aspectos, mais sofisticado do que o de alguns ambientalistas radicais de hoje, que habitam um mundo sombrio cheio de espectros demoníacos e que falam uma língua desconectada da realidade, incapaz de apreender a realidade em toda a sua riqueza. Quem costumava ser chamado de “selvagem” sabe muito bem que as sensações imediatas não esgotam a realidade; os ambientalistas, não necessariamente.

Curiosamente, os praticantes modernos do “pensamento selvagem” dizem ser a favor da ciência e acusam seus oponentes de obscurantismo anticientífico. Mas eles são os que preferem agir com base em imagens aleatórias e alguns estereótipos primários, em vez de olhar para os números e estudar a complexidade do problema dos incêndios florestais, com suas múltiplas causas. Desta vez, escutemos Rabelais: “Ciência sem consciência não passa de uma ruína da alma.”

Além de apresentar a situação sem considerar suas proporções reais, para inflamar os espíritos, ela é atribuída às ações do governo brasileiro, esquecendo-se que o fenômeno é semelhante entre os vizinhos do Brasil onde outras autoridades governam. O aumento no número desses incêndios na Guiana, por exemplo, deve-se a negligências por parte do governo francês? A França incentiva o desmatamento na Guiana? Certamente não. Por que, então, tratar o que é semelhante de maneira diferente? Em suma, é uma atitude que não é muito cartesiana.

O governo brasileiro reconhece o problema dos incêndios. Está mobilizando todos os seus recursos para lidar com isso. Também estamos determinados a identificar a parte do incêndio causada por atos criminosos de desmatamento ilegal e a punir os culpados.

O Presidente Bolsonaro confirmou que sua política de tolerância zero ao crime obviamente inclui crimes contra o meio ambiente. Deve-se combater o fogo com água, combater o crime com a aplicação da lei – não com palavras agressivas ao Brasil, *slogans* desatualizados ou fotos de vinte anos atrás.

Voltando a Descartes: “Não basta ter uma boa mente; o principal é aplicá-la bem.” O Presidente Bolsonaro e nós que pertencemos ao seu governo aplicamos nosso pensamento e nossas ações à proteção da Amazônia e ao cumprimento de nossas obrigações nacionais e internacionais, com três princípios: serenidade, respeito à soberania nacional e bom senso.

33. Palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sobre a nova política externa do Brasil e sua vertente comercial, no Rio de Janeiro (28/08/2019)

Gostaria de começar por um pequeno momento de reflexão epistemológica: normalmente se considera que o pensamento ocidental começa a ter sua estrutura, a que conhecemos, com Sócrates; e Sócrates tem como seu lema (até se discute se ele disse isso mesmo, ou não disse, mas é sabido que é o centro do pensamento socrático), que se torna fundamento do pensamento ocidental, aquela frase: “só sei que nada sei.” Eu acho que é fundamental, quando tratamos de qualquer fenômeno político, social e econômico, ter sempre essa humildade diante dos fatos, e não partir de determinados pressupostos que às vezes são enganosos.

E digo isso, inclusive, como um compromisso pessoal: quando assumi este cargo, tendo tido a honra de ter sido indicado pelo Presidente Bolsonaro, dei-me conta de que não sabia como é que funcionava o governo, como é que funcionava o Brasil – e nestes quase oito meses, tenho tentado aprender um pouco. Eu não sabia o quão profundo era o Estado clientelista, o quão profundo era o Estado patrimonialista, eu não sabia o quão profundo era o aparelhamento do Estado pelo fisiologismo e por ideologias que nos dominaram.

Acho que continuo aprendendo isso a cada dia, assim como os demais membros da equipe – porque isso também é outro elemento que estamos aprendendo: acho que, pela primeira vez, temos um governo no Brasil que trabalha em equipe, e não um sistema de atribuição de funções de acordo com determinados arranjos políticos; sem prejuízo de toda qualidade de políticas que houve no passado, a

despeito de um sistema que tinha essas características, e sem prejuízo de todas as pessoas que sempre trabalharam nesses esquemas anteriores, entre as quais eu modestamente também me incluo (claro, trabalhei durante trinta anos no serviço público), mas hoje a gente se dá conta de que esse era um dos problemas do Brasil, um dos problemas que tentamos superar.

Nesse quadro anterior, de uma distribuição do Estado de acordo com esquemas de poder, o Itamaraty, e a política externa, era uma espécie de corpo estranho, era um órgão que estava ali e que não atrapalhava, que organizava viagens e que, de vez em quando, tinha uma participação maior ou menor em política comercial, em outros esquemas, mas que era muito visto pela própria sociedade brasileira como um corpo estranho. E isso é outro compromisso que tenho desde que fui indicado, que é fazer do Itamaraty uma parte do projeto nacional, uma parte do governo, e não uma espaçonave que por acaso pousou em Brasília.

Voltando um pouco ao tema das fontes do conhecimento: hoje é paradoxal, porque temos acesso, graças à tecnologia, a fontes praticamente inesgotáveis e imediatas de informação e de conhecimento, e, no entanto, nós não as usamos, ou as usamos mal, inclusive porque nos vamos dando conta (outra tarefa que, todos os dias, temos de ir aprendendo) do quanto há de manipulação nessa circulação de informações. Nós todos estamos, já há vários anos, aprendendo que existe o “Photoshop com imagens” – cada vez que a gente vê uma imagem assim meio esquisita, que tem alguma mensagem, pensamos: “será que isso aqui é um Photoshop?” – mas, às vezes, a gente não se dá conta de que existe o “Photoshop com ideias”, que existe “Photoshop com conceitos”, e isso infelizmente é o que parte dos nossos meios de comunicação pratica. Em função desse “Photoshop de ideias”, a gente acaba vivendo e circulando num circuito de desinformação, e não num circuito de informação.

Isso nós estamos vendo, hoje, nessa questão ambiental, nessa questão da Amazônia, nessa discussão dos últimos dias. Tudo parte de desinformação, e tudo parte de falta do bom uso de informação, e tudo parte da falta dessa humildade do “só sei que nada sei”. Tudo parte basicamente de uma foto: uma foto que o Presidente Macron tuitou, que mostra um incêndio que não é na Amazônia e que não é deste século, que acho que é de 1999, dizendo “nossa casa está pegando fogo!”. Bem, e aí começa toda essa onda, essa pressão internacional voltando a falar de “internacionalização da Amazônia” – coisa que se dizia que era teoria da conspiração, quando nós falávamos, desde o começo desta administração, que é um de nossos receios. “Ah, isso é teoria da conspiração!” Bem, está aí, bastante explicitamente essa ideia da internacionalização da Amazônia.

Esse fato nos mostra que nós, que estamos aqui no Brasil, sabemos o que é a realidade: a realidade é de incêndios sazonais na Amazônia, que neste ano são bastante intensos, mais do que no ano passado, muito menos do que nos anos 2003, 2004, 2005, e um pouco menos do que a média dos últimos vinte e pouco anos, que é a média que a gente pode usar de uma maneira científica, porque é o período em que nós temos a cobertura de satélite. Para trás disso, é mais difícil de saber, evidentemente. Mas essa é, se é que podemos chamar assim, a realidade. A realidade é essa. E, no entanto, isso tem um grau de penetração limitado no nosso pensamento. Eu procurei hoje dar uma pequena contribuição a esse pensamento: publiquei um artigo no *Figaro* falando desse problema do conhecimento, de como é necessário ter a disposição de usar os dados reais da realidade, e não sair correndo para a rua, gritando, quando se vê uma foto.

E por que isso acontece? Há, evidentemente, os interesses internacionais, de décadas, nos recursos da Amazônia, e há também o fato de que o Brasil mudou, e muita gente não gosta desse Brasil que está mudando. Muita gente dentro do Brasil, como nós sabemos, e muita gente fora do Brasil.

Muita gente, por exemplo, não quer que o Acordo MERCOSUL-União Europeia seja ratificado. Muita gente no Brasil não quer que o acordo seja ratificado; muita gente na Europa não quer. No caso de pessoas no Brasil, não são pessoas que acham que o acordo é ruim para o Brasil e por isso não querem que ele seja ratificado; são pessoas que sabem que o acordo é bom para o Brasil, e por isso não querem que ele seja ratificado – porque, ao ser bom para o Brasil, e ser um acordo negociado e concluído por este governo, é bom para este governo, e essas pessoas preferem o que haja de pior para o Brasil desde que dane este governo. Isso é o que nós estamos enfrentando. Isso é a realidade que nós enfrentamos todos os dias em Brasília e no Brasil inteiro. Isso são os fatos. Isso são “os fatos sem Photoshop”.

O fato de que existem setores, minoritários – muito minoritários, em termos de número de pessoas, mas muito influentes nos meios de comunicação, etc. –, que querem que esse Brasil não dê certo. Não se importam que o Brasil dê certo ou não. É como se você torce por um time, mas só quer que o time ganhe com um determinado técnico (na verdade também não querem que ganhe com técnico nenhum), mas certamente não querem que o time ganhe com esse técnico. Não é bem torcer pelo time quando se tem esse tipo de atitude.

E lá fora também. Muitos setores no primeiro mundo, no que se chamava “primeiro mundo”, nos países desenvolvidos, não querem um Brasil forte, pujante, um país que se afirma com suas próprias ideias, um país que se abre para o mundo, um país que começa a livrar-se de suas cadeias históricas e de seu papel reservado, ali, num canto da globalização, e que começa a querer afirmar-se, e querer dizer o que ele pensa, e fazer o que ele acha melhor para si mesmo. Muita gente não gosta desse país.

Então, é um mundo feio, é um mundo feio, onde nós estamos lutando por um Brasil melhor. Isso é importante dizer. Não é um mundo de arco-íris e unicórnios, no qual todo mundo só quer fazer

negócios. Não é esse o mundo que existe. Não é esse o mundo que existe, onde todos são bem-intencionados, onde todos os atores, sejam nacionais ou internacionais, atuam dessa maneira.

Então, no Brasil, nós temos os interesses muito presentes contra esse governo e temos a carga histórica desse clientelismo, desse patrimonialismo, dessa economia de cartório – que todos os senhores aqui, que são do setor privado, não sei como conseguiram sobreviver ao longo dessas décadas, com essa economia. Graças a Deus sobreviveram. Graças a Deus temos essa base que, de alguma maneira, talvez em função das virtudes intrínsecas do povo brasileiro, conseguiu afirmar-se, e não certamente através da qualidade das políticas de Estado.

Nós temos hoje a agenda comercial mais ambiciosa que o Brasil já teve. Acho que disso não há dúvida; e, se há dúvida, estou aqui dizendo; pelo menos é a minha convicção. E muita gente é contra que nós tenhamos essa agenda. Conseguimos provar que essa agenda é para valer, com a conclusão das negociações MERCOSUL-União Europeia; agora com a conclusão das negociações com a EFTA; com o aprofundamento de várias outras negociações; com o lançamento – se tudo der certo, muito em breve – de uma negociação com os Estados Unidos; também, se tudo der certo, um pouco mais adiante, com o Japão. Temos interesses em todas essas frentes, de uma maneira que vai bem além do discurso, como estamos demonstrando.

Mas muita gente é contra. E não é o protecionismo, disso eu me dei conta. Trabalhei com negociações comerciais por muito tempo, e o lugar-comum que existia, o clichê, era que “o Brasil é protecionista, o setor privado é protecionista”. Não é! É curioso, mas o setor privado, no Brasil, não é protecionista; o Estado é que sempre foi protecionista no Brasil. Por quê? Porque uma economia fechada, uma economia com o Estado muito presente, uma economia sem competição internacional é mais fácil de controlar, é mais fácil

de ser uma economia onde circula essa “seiva” do clientelismo, do patrimonialismo; onde é mais fácil alocar recursos a partir de uma lógica política, e não de uma lógica econômica; onde é mais fácil manter o esquema de circulação de privilégios. Por isso é que o Brasil era protecionista. E por isso que está deixando de ser protecionista.

A nossa política comercial, hoje, não é algo que “pousou”, também, como uma espaçonave, dissociada do restante das nossas políticas públicas e do nosso programa de governo. É algo absolutamente essencial, e parte desse programa de governo. Só é possível nós estarmos fechando esses acordos, porque existe esse compromisso de derrotar essas décadas e séculos de clientelismo, patrimonialismo, etc. Essa é a precondição de tudo que está acontecendo.

Mas existe um sistema que está sendo posto em questão, e pelo menos grande parte da imprensa, infelizmente, é porta-voz desse sistema. E esse porta-voz é que recicla esse “Photoshop ideológico”, fazendo parecer que esse governo está em crise, que esse governo não está dando certo, que esse governo não tem programa, que esse governo não se entende, quando é exatamente o contrário que acontece.

Nós temos, séculos de protecionismo. Temos muito claramente algumas décadas de fisiologismo na veia, na nossa nova República. Nesse período, tivemos o fisiologismo “clássico”; tivemos, depois, o fisiologismo “chique”, com boa gramática; e depois, o fisiologismo “ideológico”, dominado por um projeto de dominação ideológica muito claro e muito bem identificado. Bem identificado não; antes não era; agora estamos tentando identificar, e sabemos muito bem qual era esse projeto ideológico.

Nós temos de limpar camadas e camadas desse fisiologismo. É um pouco como os exploradores do Egito, quando, a partir do século XIX, começaram a entrar nas pirâmides e nos túmulos. Primeiro, tinham que limpar aqueles dejetos de morcego, sobretudo, que fica-

vam ali e impediam de ver as coisas. É isso que nós estamos tentando fazer: entrar no fundo do Brasil e limpar para que possamos liberar as riquezas que estão lá embaixo. Muita gente bem-intencionada, ao longo dos anos, teve as mesmas ideias, mas não entrou lá. Ficavam olhando esses monumentos de fora. Nós entramos, e estamos tentando limpar tudo isso para chegar aos tesouros, e liberá-los para o povo brasileiro. O Presidente Bolsonaro acredita (e eu acredito com ele, e todos nós que estamos trabalhando com ele acreditamos) que existe um país decente, um país rico, um país próspero, um país feliz por baixo dessas décadas de fisiologismo.

Por que nós conseguimos o acordo com a União Europeia depois de vinte anos de tentativa? Dizem: “Ah, estávamos quase lá, e agora só que fechou.” Não, não é isso! Também estávamos quase lá em 2004 e não fechou, e não ia fechar. E se continuássemos no esquema anterior, não ia fechar. Por quê? Porque nós estamos enfrentando o sistema; o sistema é que não permitia uma política comercial com resultados.

Nós vemos esse sistema, para voltar ao tema do meio ambiente, o sistema está gritando; esse sistema que queria deixar o Brasil parado, controlado, fechado, estatizado. É esse sistema que está gritando e procurando essas vozes internacionais para, através de uma totalmente falsa percepção da nossa política ambiental, nos acusar de todo tipo de coisa. Não só nos acusar; ferir-nos nos nossos interesses comerciais, nos próximos acordos, naquele acesso que nós já temos. Denegrir a nossa agricultura, denegrir o nosso setor produtivo.

Incêndios na floresta existem todos os anos, e foram maiores em outros anos. Em outras ocasiões, ninguém falou nada. Este ano, não só estamos reconhecendo isso, mas estamos agindo. Colocamos milhares de soldados na Amazônia, bombeiros e todo tipo de ação para tentar debelar esses incêndios que havia todo ano. Nunca

ninguém fez nada, nunca ninguém falou nada, mas agora estamos ferindo outros interesses.

O debate é totalmente enviesado, é totalmente manipulado, é um “Photoshop de ideias”. Esse conceito do clima e da mudança climática que começa a cobrir tudo; não é negar que exista a questão do clima e que ela deva ser tratada, mas é subsumir tudo à questão do clima. “Clima” torna-se uma palavra que faz parte, como mencionei em artigo no *Figaro*, do “pensamento selvagem”, o pensamento que se move por imagens, por conceitos fora da realidade. O clima é uma série de dados e fenômenos que são e têm de ser estudados. Tem de se realmente fazer o que é preciso para mitigar o que há de mal na mudança climática. Mas não é isso de que se trata. É como se fosse um circuito cerebral, em que as pessoas falam “clima” e saem para a rua para gritar contra o Brasil nos países desenvolvidos.

Isso é um sistema que se preparou durante trinta anos, pelo menos desde o começo das discussões ambientais nessa fase atual. Acho que não é demais pensar que todo esse esquema está montado, há trinta anos, para que um dia chegássemos a dizer “olha só, o Brasil está destruindo o planeta, então vamos intervir no Brasil”. Ou em qualquer outro país. “O primeiro país que sair do curral, vamos laçá-lo com esse conceito de salvar o planeta e trazê-lo de volta para o curral.” É isso que está acontecendo.

Não quero fazer propaganda do governo, mas pergunto: o que deve fazer quem quer a continuação dessa política comercial, quem quer a ratificação dos acordos que nós já assinamos, quem quer novos acordos? Modestamente, acho que é apoiar um pouquinho o nosso governo, apoiar a nossa agenda de luta contra a corrupção, a nossa agenda de reforma do Estado, a nossa agenda de luta contra o ambientalismo ideológico – não contra o meio ambiente; contra o ambientalismo ideológico, como estamos vendo agora. Porque essas coisas estão ligadas. Existe um *continuum* que vai desde a

pequena corrupção, praticada no Brasil há séculos, até essa grande manipulação do tema climático, por exemplo.

Enfim, desculpem, eu faço um apelo para fora daqui. Sei que os senhores não pensam assim. É difícil defender que o Brasil tem que ter uma economia moderna, produtiva, competitiva, e ao mesmo tempo sem estar disposto a questionar o sistema, sem estar disposto a apoiar aqueles que estão lutando contra esse sistema, contra essa infraestrutura de patrimonialismo e de clientelismo que corrói o nosso país há tanto tempo.

Queria falar mais um pouco de política comercial e sobre o conjunto da nossa política externa. Às vezes vemos que nossa política externa não tem uma estrutura. Eu acho que tem. Uma vez, eu estava fazendo uma escala no aeroporto em Madrid e vi um letreiro: *“España no se abarca con la mano.”* O Brasil também não se abarca com a mão. Sendo a política externa do Brasil, ela também não se abarca com a mão. Requer um pouco de esforço para tentar perceber aquilo que estamos tentando fazer.

Mas para tentar abarcar com a mão: democracia, abertura econômica, soberania, defesa dos valores e, cobrindo isso tudo, o conceito de liberdade. Eu acho que qualquer das ações que estamos tentando tomar, as coisas que estamos mudando, as coisas que estamos aprofundando, encaixa-se em algum desses domínios; e eles se coadunam: democracia, abertura, soberania, valores.

Por exemplo, no MERCOSUL: por que nós conseguimos esse avanço com a União Europeia, com o EFTA, por que estamos avançando com outros acordos? Porque nós reconcebemos o MERCOSUL como uma plataforma de negociação, de integração aberta, num contexto de democracia. E por que nós temos receio do que possa acontecer na Argentina? Porque não vemos, naqueles que estão liderando as pesquisas, o compromisso com a democracia, o com-

promisso com a integração aberta, com a abertura econômica e com a própria essência do MERCOSUL.

Infelizmente, o candidato que lidera as pesquisas na Argentina declarou outro dia que a Venezuela de Maduro não é uma ditadura, porque Maduro foi eleito. Foi eleito com fraude, foi eleito numa eleição em que os candidatos da oposição estavam presos, foi eleito numa eleição em que o TSE deles é nomeado pelo Presidente a seu bel-prazer, em que as listas de eleitores são manipuladas, em que, em alguns casos, para votar você tinha que provar que tinha determinada fidelidade ao partido, e coisas desse tipo. Essa eleição “democrática” que conduziu Maduro ao poder, que reconduziu Maduro ao poder no ano passado. Nessa visão, é uma democracia.

Então, é claro que nos preocupa; porque esse tipo de concepção, transplantado para o MERCOSUL, vai destruir o MERCOSUL. Vai destruir o MERCOSUL verdadeiro, que nós reconcebemos. Vai destruir o MERCOSUL como plataforma negociadora de integração aberta e como polo de democracia na América do Sul. O Brasil voltou a ser o polo de democracia na América do Sul (se é que alguma vez foi), e, graças ao Brasil, hoje o MERCOSUL é o polo de abertura econômica e democracia na América do Sul.

Nós queremos que continue assim. Se isso for quebrado por uma opção de outro país do MERCOSUL, aí teremos de ver o que fazer. Nós não vamos ficar inertes diante disso, porque a dimensão de democracia e a dimensão de abertura econômica estão ligadas. Não podemos tratar de uma sem a outra. Não existe liberdade econômica sem liberdade política, e vice-versa. É preciso ver que esses dedos da mão fazem parte da mesma mão, porque eles estão cobertos pelo conceito de liberdade, que é o conceito que os une.

Uma das coisas que nós estamos tentando fazer é parar de impor-nos limites artificiais, de impor-nos limites por medo, por receio do que vão falar. Vou dar um exemplo concreto. No passado

recente, no governo anterior, foi feito um enorme esforço para passar a emitir vistos eletrônicos para americanos que quisessem visitar o Brasil. Um enorme esforço e empenho que deu algum resultado, aumentou o fluxo de turismo. Por que foi feito esse esforço enorme? Porque havia uma demanda por parte dos setores interessados em mais turismo no Brasil, e havia um limite, um limite que nós impomos, que era a questão da reciprocidade. “Ah, não, você não pode liberar vistos para os americanos sem a reciprocidade!” “Por que não?” “Ah, porque não pode.” Então, todo esse esforço teve algum resultado. Nós quebramos esse limite. Nós quebramos essa barreira. Isenção unilateral de vistos para americanos, japoneses, australianos e canadenses. Aumento de 100%, 200%, 300% no turismo, nos principais centros de turismo no Brasil, já este ano, graças a essa medida. O visto eletrônico tinha aumentado mais ou menos 35% o turismo. Sem reciprocidade? É, sem reciprocidade. Um Deputado amigo meu dizia: a reciprocidade é o emprego; a reciprocidade é a renda; a reciprocidade é o desenvolvimento econômico que isso está trazendo para regiões que dependem do turismo. Só para dar um exemplo. Por quê? Porque nós resolvemos quebrar essa barreira. “Ah, a gente não pode parecer que não exige reciprocidade para os americanos. O que vão achar?” O que vão achar é que um sujeito que não tinha emprego agora tem, está trabalhando no turismo em algum lugar no Brasil.

Eu acho que há algumas correntes, alguns setores que até reconhecem que estamos fazendo algum avanço na agenda comercial. Acho que é difícil de não reconhecer isso com os avanços que nós temos com a União Europeia e com a EFTA. Mas alguns se recusam a pronunciar meu nome, outros se recusam a pronunciar o nome do Presidente Bolsonaro. Como se: “Ah, o acordo foi assinado”; “Foi assinado por quem?”; “Não, só foi assinado.” Bom, está bem. Não é por vaidade (talvez seja, se estou falando isso); mas há pessoas que são contra o Presidente, mas há pessoas que são também contra o

Presidente e reconhecem que ele está fazendo as coisas, mas não admitem dizer uma frase positiva associada a ele.

Isso é outro problema de epistemologia: a ação sem agente. Eu acho que é preciso descer um pouco desse mundo emocional. Está bem que as pessoas não gostam, mas vamos reconhecer que normalmente ações têm agentes, ações negociadoras. Você não negocia um acordo de milhares de páginas sem um agente, como se brotasse da natureza.

Então, nós estamos diante da ideologia. O que é ideologia? É engraçado, porque eu e alguns colegas somos chamados de “a ala ideológica do governo”. O que nós tentamos é identificar a ideologia. Nós lidamos com a ideologia todo dia. Alguns Ministros lidam mais do que outros. Por quê? Porque a ideologia está mais implantada em alguns setores do que em outros. O Ministro da Educação lida com a ideologia todo dia; o Ministro do Meio Ambiente lida com a ideologia todo dia; a Ministra dos Direitos Humanos lida com a ideologia todo dia; e nós, do Itamaraty, também. Não por causa do Itamaraty, mas porque essa ideologia permeia a nossa vida internacional, porque ela está implantada nas discussões de clima, ela está implantada nas discussões internacionais de direitos humanos, ela está implantada nas discussões comerciais internacionais, muitas vezes. E por isso que nós temos que enfrentar a ideologia. Está bem, se isso é ser ideológico, quem enfrenta a ideologia, que assim seja. Mas eu acho que é justamente o contrário.

Ideologia é basicamente ter uma teoria e aplicá-la aos fatos, e quando os fatos contrariam a teoria, pior para os fatos! Escolhemos outros fatos que a comprovem, ou simplesmente os ignoramos. Isso é a ideologia. Quando a realidade contraria a teoria, tanto pior para a realidade. É complicado, porque isso está arraigado na nossa maneira de pensar. Isso não é uma coisa que a gente possa se livrar de um dia para o outro. É preciso todo um trabalho de introspecção,

de pensar, de avaliação, um trabalho diante dos fatos que nos são apresentados, de perguntar-nos se aquilo é Photoshop, se não é Photoshop... E às vezes é difícil.

Enfim, nós temos que aproveitar esse momento, em que existe uma coisa extraordinária, do ponto de vista da agenda da abertura econômica e da agenda comercial: o povo brasileiro abraçou a liberalização econômica de uma maneira sem precedentes. E casou esse apego ao liberalismo econômico com os seus valores mais profundos, que são os valores conservadores da sociedade brasileira. Eu sempre digo: a meu ver, o fundamental, hoje, para mantermos esse programa de mudanças no Brasil é a aliança liberal-conservadora, é o amálgama liberal-conservador; é nós nos darmos conta de que o povo brasileiro, que ao mesmo tempo tem valores conservadores, é um povo que quer abertura comercial, que quer integração ao mundo, que quer as cadeias globais de valor, que quer acordos comerciais, etc.

Durante muito tempo, acho que vivemos separados, entre liberais e conservadores. É fundamental que essas correntes se unam, como estão se unindo, e se tornem, no fundo, a mesma corrente, como está acontecendo. Quem, lá em maio, junho, quando enfrentamos desafios grandes, saiu às ruas para defender nosso Presidente, para defender o nosso programa, quem saiu às ruas para defender as reformas? Foram os movimentos conservadores, e as pessoas conservadoras, desorganizadas ou organizadas precariamente, que foram às ruas e colocaram o pé no chão para defender um programa que em grande parte é um programa liberal, que é um programa liberal.

Bom, já falei um pouco do meio ambiente, que é um tema que está nas páginas, e infelizmente isso se deu justamente num momento em que nós temos uma política ambiental sólida, que procura livrar-se também de décadas de... no caso da política comercial, o problema era esse protecionismo arraigado no Estado; no caso da política ambiental, são as ONGs que se adonaram da nossa política

ambiental. Mas nós estamos mudando isso, estamos tentando, pelo menos, livrarmo-nos desse passivo.

Nós temos ideias, isso eu vejo todos os dias nas reuniões de Gabinete. Temos reuniões sistemáticas a cada duas semanas, mas temos algum tipo de reunião ministerial duas, três, quatro vezes por semana. Isso também é uma coisa sem precedentes. Tem uma intensidade e gera uma energia de mudança fantástica. Ideias na área do crédito, na área da liberdade econômica, da facilitação de negócios, da desburocratização, ideias de simplificação. Para o setor privado, por exemplo, a meu ver, uma grande ideia do Presidente Bolsonaro é essa medida provisória que desobriga as empresas de publicarem em jornais os seus balanços, que possam publicá-los on-line ou de outra maneira. Vou fazer propaganda mais uma vez. Queria, se me permitem, pedir o apoio dos senhores, na medida em que achem que vale a pena, para os seus parlamentares, que apoiem essa medida, assim como outras medidas de liberdade econômica.

Porque não são coisas pontuais. Isso tudo forma um conjunto, isso tudo forma uma agenda de mudança e um sentimento de mudança que extrapola as políticas individuais. Se nós conseguirmos essa agenda de liberdade econômica, se conseguirmos passar a reforma da previdência, criando equilíbrio fiscal, se conseguirmos passar o pacto federativo, se conseguirmos passar a reforma tributária, com espaço e atraindo investimentos para todos os setores, muito especialmente energia e infraestrutura, por exemplo, que foram totalmente subinvestidos durante décadas, e se deixarmos o povo brasileiro trabalhar, o Brasil vai tornar-se um grande país. Nós vamos ser a “onça sul-americana”, como teve os tigres asiáticos nos anos 80.

Se nós conseguirmos continuar à frente desse processo de uma integração democrática na América do Sul, ajudando a devolver a democracia a Venezuela e evitando que novas Venezuelas surjam em outros países, se nós conseguirmos, através de uma plataforma

MERCOSUL – ou não, mas idealmente sim –, integrar-nos nas grandes cadeias de valor, o Brasil vai ser um país completamente diferente.

Bem, acabei ficando sem tempo para falar um pouco mais dos projetos específicos que nós temos pela frente, mas, só para não deixar de mencionar: União Europeia e EFTA, temos que ratificar esses dois acordos. Espero que os países europeus, no caso da União Europeia, não caiam na percepção completamente equivocada de que o Brasil é um país que não cuida da Amazônia, e que, portanto, não devem ratificar o acordo. Acho que isso será muito bem esclarecido e que não haverá esse problema.

Continuar muito a fundo com as negociações em curso: Canadá, Coreia e Singapura. Com os EUA, nós já temos, posso dizer assim, a decisão política dos Presidentes Trump e Bolsonaro de abrir uma negociação comercial. Temos que ver o formato e o modelo, mas isso, se tudo der certo, como eu dizia, virá muito em breve. Com o Japão, há enorme interesse. Precisamos também começar a desenhar uma negociação com eles.

A entrada na OCDE também está às portas. Depende só de um entendimento entre americanos e europeus, não sobre o Brasil, mas sobre a questão da paridade entre o novo número de países não europeus e de países europeus. Isso virá certamente muito em breve.

Aprofundamento do comércio com a China, evidentemente parceiro absolutamente fundamental. A mudança é que antes as pessoas diziam: “ah, a China é nosso principal parceiro comercial, um sócio estratégico”, e pronto, não faziam nada. Nós falamos menos a respeito da China, mas estamos fazendo mais, eu acredito, cuidando realmente dos nossos interesses, assim como os chineses cuidam muito bem de seus interesses, e tentando achar a conexão entre os interesses, para, no nosso caso, no nosso ponto de vista, o aumento da nossa presença no mercado chinês, só para dar um exemplo.

Tudo isso no sentido de nos integrarmos às cadeias de valor, valorizar parcerias que estavam negligenciadas, criar novas parcerias. Acho que um bom exemplo também do que nós estamos fazendo é Israel e os países árabes. Nós, como os senhores sabem, temos uma política de aproximação muito grande com Israel. Dizia-se que isso iria em detrimento do nosso relacionamento com países árabes, mas é exatamente o oposto que está acontecendo. Há um interesse enorme, crescente, gigantesco, por parte dos países do Golfo, dos países do norte da África, sobretudo Marrocos, por exemplo, mas muito certamente dos países do Golfo, que têm os maiores fundos de investimento do mundo, em investir mais no Brasil, em ser parceiros muito mais profundos do Brasil. Israel é um parceiro decisivo em várias áreas, de tecnologia, por exemplo. Tudo isso de maneira integrada, de maneira que faz sentido em conjunto.

Bem, para terminar, eu comecei com Sócrates, queria terminar com (quem é da minha geração para cima conhece, quem é para baixo talvez não conheça) o Sammy Davis Junior, aquele cantor americano. Uma vez perguntaram a ele qual é o segredo do sucesso. E ele disse assim: “Olha, eu não sei o segredo do sucesso. Eu sei o segredo do insucesso: o segredo do insucesso é querer agradar a todo mundo.” Então, nós deixamos de lado uma política em que o Brasil concorria ao concurso de Miss Simpatia, e se satisfazia com isso. Estamos no mundo tentando construir as bases para o desenvolvimento, para um país grande.

Muito obrigado.

34. Discurso no seminário “60 anos das relações Brasil-República da Coreia”, em Brasília (03/09/2019)

Agradeço muito especialmente a presença do Vice-Ministro de Assuntos Econômicos da Coreia, Yun Kang-hyeon; e do Embaixador da Coreia, Kim Chan-woo.

Agradeço muito especialmente a presença nessa abertura do Deputado Cláudio Cajado, Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

E agradeço aos palestrantes coreanos e brasileiros, que muito nos honram com sua presença e participação neste seminário.

Quero saudar o Secretário de Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia, Embaixador Reinaldo Salgado, e sua equipe aqui presente.

A Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Maria Stela Frota, neste primeiro dia da sua gestão à frente dessa grande instituição, que é o Instituto Rio Branco, uma homenagem muito especial à Embaixadora.

Diplomatas estrangeiros e colegas do Ministério.

Saúdo o Presidente da FUNAG, Ministro Roberto Goidanich, e a esse respeito compartilho a sua referência à nossa saudosa colega e amiga Cynthia Bugané, que nos deixou tão cedo.

Senhoras e senhores colegas, tenho uma grande satisfação em abrir este seminário, organizado conjuntamente pelo Itamaraty, pela FUNAG e pela Embaixada da República da Coreia em Brasília, celebrando esta data marcante, os 60 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul.

Há 60 anos, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomatas com a Coreia. Naquele momento, o Brasil passava por profundas mudanças: momento de diversificação de seu parque industrial, abertura ao capital externo e o extraordinário esforço, tanto no plano concreto, quanto no plano de reinvenção nacional, que foi a construção desta nossa cidade de Brasília, desta nova capital.

Eu acho que podemos ver alguns paralelos entre aquele momento e o momento atual que o Brasil está vivendo, esse desejo de construir um país que nós sempre sonhamos, e que, em tantos momentos, achamos que estávamos perto de alcançar e, por diferentes motivos, ainda não alcançamos. Acho que é um momento de reconectar com esses momentos da nossa história, em que tínhamos esse mesmo *élan*, esse mesmo impulso de crescimento e de realização, e identificar com o momento presente esses momentos nossos do passado.

Sem querer abundar nesse tema, mas como eu praticamente sou de Brasília, eu vivi toda a minha vida aqui, vim para Brasília quando eu tinha vinte dias de idade (tenho um pouco menos de 60 anos), o hino de Brasília fala: “Desperta o gigante brasileiro.” Acho que era um momento em que a gente achava que estava despertando. Dormiu de novo. Agora acho que estamos despertando novamente, desta vez esperamos que seja para valer.

Bem, de fato, nós vivemos hoje um momento de reposicionamento do Brasil no mundo com a abertura econômica, com a integração competitiva e defesa dos valores democráticos. Estamos dinamizando o MERCOSUL, recuperando a vocação original do MERCOSUL, que volta a ser uma plataforma de integração aberta e um polo de democracia. Estamos construindo o PROSUL para fortalecer os valores de liberdade e economia de mercado na nossa região.

Concluimos o acordo MERCOSUL-União Europeia e o acordo com a EFTA, os dois mais importantes logros de política comercial

das últimas décadas, acho que posso dizer assim. Temos a perspectiva de adesão à OCDE, para a qual, inclusive, contamos com o apoio decisivo da Coreia do Sul. Eu quero agradecer muito especialmente o apoio que a Coreia desde o começo deu a esse pleito brasileiro. Enfim, vários exemplos desse nosso engajamento na construção de um novo momento.

E neste momento nós queremos muito reforçar a parceria com países que possam contribuir para o nosso desenvolvimento, para o nosso desenvolvimento tecnológico, para a nossa inserção competitiva no mundo. E, ao mesmo tempo, países com os quais nós temos tantas afinidades. E a Coreia do Sul é um desses países, e é um parceiro chave nesse processo que o Brasil está vivendo.

A Coreia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, uma importante fonte de investimentos para o Brasil. Temos, como todos sabem, empresas como Hyundai, Samsung e LG, que já fazem parte do dia a dia dos lares brasileiros, das nossas ruas. Temos a presença dessas empresas como um sinal muito visível da crescente importância da Coreia para os brasileiros e para a economia brasileira.

Dois dos grandes desafios que nós temos hoje, nas nossas relações econômicas, são justamente de diversificar o comércio e garantir o melhor acesso para os nossos produtos, quer dizer, o clássico, digamos, da nossa política comercial, e acho que estamos conseguindo avançar nesse sentido. E novamente, é fundamental contar com a parceria de um país como a Coreia nesse duplo esforço.

O principal instrumento para isso é o acordo em negociação, o acordo de livre comércio entre MERCOSUL e a Coreia, no qual nós temos registrado importantes avanços. Falei de dois acordos recentemente concluídos, temos muita expectativa de que o acordo com a Coreia possa também sê-lo muito em breve. Nós teremos uma nova rodada de negociações ainda este mês e esperamos que o próprio avanço das negociações e a percepção clara de que, do ponto

de vista do Brasil e do MERCOSUL isso faz parte de um projeto de integração competitiva, já começa a trazer dividendos, mesmo antes da sua conclusão, em termos de investimentos, em termos de atenção para o que está acontecendo na economia brasileira.

Essa dinâmica crescente na nossa relação comercial tem sido acompanhada por um contínuo diálogo bilateral de alto nível. Nos últimos dois meses, o Presidente Bolsonaro já recebeu duas importantes missões coreanas de parlamentares e de executivos coreanos. Em janeiro, eu tive o encontro com a Chanceler Kang Kyung-wha, à margem do Fórum Econômico de Davos, e em maio eu me reuni com a Ministra coreana do Comércio, Yoo Myung-hee, à margem do Conselho de Ministros da OCDE. E todos esses contatos, além da importância em si, foram ocasiões muito calorosas. Foram além do aspecto substantivo (e muito substantivo!) das relações comerciais, e outros aspectos da relação, e testemunharam claramente, nos encontros de que participei, inclusive encontros que presenciei de autoridades coreanas com o Presidente da República, o caráter de amizade e afinidade que se manifestou nesses encontros entre os dois países. E que reflete, eu acho, a afinidade entre os nossos dois povos. Em todos esses momentos, e acredito que serão muitos no futuro, eu vi muito entusiasmo em trabalhar juntos, em trabalhar de mãos dadas, como o Embaixador da Coreia dizia que era o título da canção que tocava durante o vídeo.

Entre as múltiplas esferas da nossa promissora sinergia entre o Brasil e a Coreia, temos particular interesse em fortalecer a co-operação bilateral nos temas deste evento: educação e inovação. A Coreia tem um histórico notável de desenvolvimento em ambos esses setores e, por essa razão (e não outra, eu acredito), é hoje um dos países mais prósperos do mundo e um dos mais avançados na área de ciência, tecnologia e inovação.

O Brasil, portanto, tem muito a aprender com a Coreia, um país que tanto admiramos. Porque nós sabemos que, também, por trás desse avanço tecnológico, desse avanço na educação, por trás da qualidade dos seus produtos, está a coragem do seu povo. O povo coreano é um povo orgulhoso, lutador, um povo que valoriza suas tradições, ao mesmo tempo em que se abre ao mundo com tanta eficiência. Uma nação que se organiza e compete no mundo a partir da sua própria identidade, e não apesar dela. Como eu dizia, inclusive, no vídeo, isso é uma fonte de inspiração permanente para nós.

Quero dizer que a gente nota com grande satisfação o interesse da Coreia em cooperar com o Brasil em toda essa área de inovação e educação. A SK Networks, parte do grupo SK, um dos quatro maiores conglomerados empresariais da Coreia, apresentou ao Presidente Bolsonaro um programa de financiamento voltado à aceleração de *start-ups* brasileiras, que consiste na criação de um fundo de cerca de US\$ 3 milhões com recursos dessa empresa e que prevê a participação do governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e, evidentemente, também com o apoio do Itamaraty. Um excelente exemplo da promissora cooperação nessa área da inovação, e espero que se multiplique ao longo dos próximos anos. Vamos trabalhar muito fortemente para que seja a primeira de muitas iniciativas dessa natureza.

É fundamental lembrar também a importância dos laços humanos e culturais entre o Brasil e a Coreia. O Brasil abriga a maior comunidade de coreanos na América Latina, com cerca de 50 mil pessoas, que também constitui a terceira maior população coreana fora da Ásia.

Um aspecto fundamental é a cooperação parlamentar entre Brasil e Coreia. Também se reveste de uma importância especial, com grupos parlamentares muito ativos de lado a lado. Mencionei, por exemplo, a visita recente de parlamentares coreanos ao Brasil.

O próprio Presidente Jair Bolsonaro visitou a Coreia em 2018, quando ainda Deputado Federal. De modo que eu queria enaltecer essa cooperação. Eu queria mencionar que, no dia 31 de outubro, por iniciativa do Deputado Luís Miranda, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia, será realizada sessão solene na Câmara dos Deputados, em comemoração também aos 60 anos da relação. E gostaria de enfatizar muito que, no Executivo, nós queremos dar todo o apoio a essa cooperação parlamentar entre os dois países.

Como eu dizia, o Brasil está, neste momento, muito empenhado em reconstruir a sua presença no mundo, uma presença que foi abalada por um longo período de estagnação. E voltando à importância daquilo que está por trás da realidade econômica, uma estagnação que não foi simplesmente uma estagnação econômica, foi uma estagnação de ideias e uma estagnação de autoconfiança. Nós estamos, eu acredito, vencendo essa inércia, essa timidez. E nesse sentido, mais uma vez, a Coreia nos serve de exemplo, ao mesmo tempo em que pode ser um parceiro fundamental na dimensão concreta do comércio, dos investimentos para essa nossa reinserção internacional.

O dia de hoje constitui uma oportunidade da mais alta valia para o intercâmbio de ideias e para aprofundarmos a cooperação entre o Brasil e a Coreia, nessa perspectiva de que, por mais importante que seja a infraestrutura tecnológica, digamos, de um país, o que está por trás é o que realmente conta, que são as pessoas e as ideias.

Então eu cumprimento os palestrantes, cumprimento a todos os senhores, muito especialmente aqueles que viajaram de tão longe para compartilhar as suas experiências. E cumprimento a todos os que estão aqui para celebrar os 60 anos dessa magnífica e cada vez mais promissora relação.

Muito obrigado!

35. Alocuções na reunião de trabalho da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe da OCDE, em Brasília (03/09/2019)

Primeira alocução:

Gostaria, antes de mais nada, de enfatizar que o combate à corrupção é uma prioridade absoluta do governo brasileiro, o que se reflete, no nosso caso, aqui no Itamaraty, na nossa atuação nos vários foros dos quais o Brasil participa e na parceria com os demais órgãos brasileiros que tratam dessa matéria. O Departamento de Segurança e Justiça e a Divisão de Combate ao Crime Transnacional deste Ministério mantêm contato permanente com a CGU e com a AGU, a fim de coordenar as posições do Brasil em todos esses diversos foros. O Ministério Público Federal também tem sido um parceiro essencial e constante nas discussões sobre o combate ao crime em geral, sobre a corrupção em especial.

No nível bilateral, por exemplo, o capítulo relacionado à transparência e ao combate à corrupção foi incluído em recentes acordos comerciais de que somos parte, um reconhecimento internacional da importância, do significado desse tema na agenda em todas as frentes, e não simplesmente nas agendas tradicionais. A agenda comercial e econômica, cada vez mais, precisa incorporar essa dimensão do combate à corrupção.

No nível regional, o Brasil participa ativamente das discussões na OEA, ao amparo da Convenção Interamericana contra a Corrupção e o seu mecanismo de revisão, por meio do qual peritos realizam avaliações mútuas das leis e das instituições nacionais que comba-

tem a corrupção. Entre o final de 2017 e meados de 2018, na minha função anterior, à frente do departamento que cuidava de assuntos interamericanos, tive a honra de participar e de coordenar a participação brasileira na Cúpula das Américas, em Lima, que versava sobre a corrupção e que resultou na aprovação do Compromisso de Lima contra a Corrupção. Para mim, foi uma extraordinária experiência trabalhar em conjunto com os colegas dos vários órgãos envolvidos nessa tarefa (alguns dos quais vejo aqui e queria saudar muito especialmente), e ficou claro que é um esforço coletivo de todo o Estado brasileiro, que se reafirma no nosso atual governo, tanto no nível nacional quanto nos níveis regional e mundial.

No nível multilateral, destaca-se a participação do Brasil na Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC) e seu mecanismo de revisão entre pares. O Brasil está em vias de ser avaliado no contexto dessa convenção. No âmbito da OCDE, também, destaca-se o combate ao suborno e aos ilícitos transnacionais, bem como a promoção da integridade pública, nos quais se destaca o trabalho coordenado de órgãos do Executivo e do Ministério Público Federal. O Brasil é parte da Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, conhecida como Convenção Antissuborno, e da recomendação de 2009 que define compromissos adicionais sobre essa matéria.

Nesse contexto, o Brasil tem desempenhado um papel ativo no Grupo de Trabalho sobre Suborno, com delegação chefiada pela CGU e integrada pela AGU, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério Público Federal e pelo Itamaraty. É importante destacar que, nesse âmbito da OCDE, o Brasil tem certeza de que tem a capacidade de trazer uma contribuição relevante, assim como em outros domínios, nesse domínio da luta contra a corrupção muito em particular.

Destaca-se também a participação do Brasil no *Working Group of Senior Public Integrity Officials* (SPIO), vinculado ao Comitê de Governança Pública, que concentra a maior parte das discussões sobre integridade pública, com reuniões regulares a cada semestre, e as delegações também chefiadas pela Controladoria-Geral da União.

A Reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe na OCDE, que abrimos hoje, faz parte desse esforço conjunto de diferentes instâncias do governo brasileiro. Como se sabe, a rede foi estabelecida pelo Compromisso de Lima – o qual já mencionei – de Governança Democrática contra a Corrupção, firmado na Cúpula das Américas em abril de 2018. Depois de amanhã, na próxima quinta-feira, o Itamaraty abrigará também a Semana de Combate à Corrupção Transnacional, com treinamento em combate à corrupção e ao suborno transnacional, coordenado pela CGU, AGU, Ministério Público Federal, em parceria com a *U.S. Securities and Exchange Commission*, dos Estados Unidos.

O trabalho consistente e a participação ativa de várias instâncias do Estado brasileiro nas discussões sobre o tema da corrupção fizeram com que o Brasil deixasse de ser visto como origem de corrupção transnacional, para se tornar um dos países-chave na implantação de padrões de transparência e de combate à corrupção. De igual forma, nosso país é visto como modelo na persecução criminal e civil de indivíduos e empresas condenados por corrupção.

Assim como as instituições aqui representadas, o Ministério das Relações Exteriores tem a consciência da diretriz do Presidente Jair Bolsonaro de prevenir e combater a corrupção. As várias instâncias do Executivo têm cooperado internamente, assim como com países e organismos internacionais, dos quais a OCDE constitui um dos mais relevantes, pois estabelece padrões de alto nível para a transparência, a prevenção e o combate à corrupção.

Acho fundamental destacar que, nessa tarefa de combate à corrupção, nós estamos embarcados em um projeto que não é simplesmente um dever dos vários órgãos de Estado, mas que é uma aspiração muito profunda da sociedade brasileira, do povo brasileiro. Isso todos nós que estamos aqui, tenho certeza que os colegas dos outros países que conhecem a realidade brasileira têm essa perfeita noção do quanto a sociedade brasileira destaca esse tema e do quanto ela espera dos órgãos envolvidos nesse combate à corrupção, seja internamente, seja na cooperação internacional, os melhores esforços, os esforços incansáveis, no combate à corrupção. É uma tarefa que pertence a toda a sociedade brasileira.

De igual modo, gostaria de destacar – já mencionei brevemente, mas gostaria de reiterar –, como é fundamental o papel da OCDE, e a participação brasileira na OCDE, para a continuação dessa tarefa. A OCDE, como em tantas outras áreas, é uma referência muito especial no combate à corrupção, e tenho certeza de que, no momento em que o Brasil, como esperamos, muito em breve se torne membro pleno da OCDE – esperamos poder começar em breve nosso processo de adesão e concluí-lo rapidamente –, nesse momento passaremos a ter a oportunidade de contribuir ainda mais para esse trabalho, para essa coordenação entre os membros da organização, entre outros países latino-americanos que ainda não são membros da organização também, e colher, também, os frutos do trabalho extraordinário dessa organização que se tornou realmente um marco no campo do combate à corrupção.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de todos, fico muito honrado pela presença de todos, em especial dos Ministros do governo brasileiro, da Procuradora-Geral da República, do Representante da OCDE e de todos os senhores e desejo excelentes trabalhos ao longo desta jornada.

Muito obrigado.

Segunda alocução:

Permito-me quebrar o protocolo – já falei uma vez, e não deveria falar novamente –, mas, dada a importância do evento, eu gostaria de dirigir-me muito especialmente aos colegas dos demais países latino-americanos, após ouvir todas as intervenções iniciais, para enfatizar o seguinte:

A América Latina está vivendo um momento muito especial, um momento transformador, e esse momento deve-se, em grande parte, à luta contra corrupção, ao esforço de pessoas, ao redor de toda a região, que levaram essa luta, que estão levando essa luta, até onde as sociedades esperam que ela seja levada, ou seja, até o fim; com a expectativa de vencer o sistema de corrupção, e não simplesmente de ir levando esse sistema, como em outros momentos do passado.

Quero também enfatizar que, no Brasil, a nossa política externa tem como um eixo fundamental, talvez o mais fundamental, a promoção da democracia e da abertura ao mundo na nossa região, na América Latina. Esse é um eixo absolutamente fundamental. E a corrupção é um obstáculo enorme a esse objetivo. A corrupção, como todos sabem, corrói a democracia, e a corrupção também detesta a abertura econômica. A corrupção nutre-se de sistemas econômicos fechados, com o ar viciado, onde é mais fácil exercer o seu papel.

De modo que esse projeto que nós temos, que temos discutido em vários foros entre os países da América do Sul, da América Latina como um todo, esse projeto de uma América Latina que encontre, finalmente, o seu lugar no mundo, que finalmente deixe de ser simplesmente uma região de promessas e se torne um polo fundamental de desenvolvimento no mundo, esse projeto passa, de maneira necessária e imperiosa, pela vitória contra corrupção.

Esperamos, também, que esse esforço, que esse momento especial da nossa região seja conhecido e reconhecido por parceiros de outras regiões, de outros continentes. E, nesse sentido, o papel

da OCDE é fundamental. Então, quero, mais uma vez, reiterar que a OCDE, além da cooperação em si, que pode nos prover com suas boas práticas, com suas orientações, é também uma caixa de ressonância fundamental para que nós mostremos esse projeto de América Latina livre da corrupção para o mundo, que ele seja objeto do conhecimento de todos e que isso gera uma percepção correta sobre o que é a realidade, o que é esse projeto da América Latina.

Muito obrigado. Obrigado pela atenção, novamente.

36. Discurso na Heritage Foundation, em Washington, D.C. (11/09/2019)

Versão original, em inglês:

BRAZIL IS BACK!

Good afternoon!

It's a pleasure to be here. I'd like to express my thanks for Heritage [Foundation], it's really an honor to be here in this august hall.

My thanks to President Kay James; Vice President Jay Carafano, and all the staff that made this possible.

I would start by saying that I just realized it's 9/11 so, before really starting, I'd like to express our sentiment in memory of the victims of that terrible day. I also remember one year afterwards—so, 2002—I saw the cover of, I think it was *Foreign Policy* magazine, and the cover article said, about 9/11, “The Day Nothing Much Changed.” It's a way of seeing it, right? I think then we were trying to get a sense of what happened that day, and what changed and what did not change, and some of the things I'm about to say may be also a part of an ongoing speculation about everything that changed in the world in the last two decades.

So Brazil is back! (I believe that's the title I gave to this speech.) Back to where we never were, but where we feel that we belong—and where we think all nations belong. In any case, we feel we are back to the center of the fight.

And we feel that Brazil is part of a global process, that I'll try to describe a little bit.

We can say that it started back in 2013, when Brazilians went to the streets spontaneously, by the hundreds of thousands, maybe millions, without being able to voice entirely what they were rising against, and for reasons that were certainly far larger than the immediate reasons of the revolt—more or less like the Boston Tea Party, perhaps. It was a rise of the equivalent to 5 cents in the price of bus tickets that sparked a movement—a movement that, in a sense, is still going on in Brazil, a movement that at first the Left tried to dominate and to harness, but went out of control, fortunately, and became a revolt against a whole system whose corruption was still not totally clear, but of which the people, in their wisdom, had the intuition already. It was a revolt against the political-economic system, which didn't deliver services or economic opportunities that people wanted, in spite of its social-oriented rhetoric, but also a cultural revolt against the ownership of public discourse by politically correct media.

In an information society, whoever controls the discourse controls the power. People started to realize that in Brazil, back in 2013. People went to the streets to protest against something, they didn't know exactly what, I think (that's what protests normally are, I think) and they didn't get what they wanted because they didn't know exactly what it was, but when they came home, they went into social media, and they never left! And they are still there. We are still there. This is changing the country and is part of a world change. The people trying to ascertain their power over the discourse, against the political-economic system and against the media which control each other, the political-economic system and the media, and still try to control the people.

This spontaneous movement reemerged in 2015 in the shape of the protests for Dilma Rousseff's impeachment and destitution. It had already a strong nationalist vein, which went beyond the simple removal of a detested leader. It was against the regime of the

Workers' Party (which is an Orwellian designation, since we are at it, because no workers were ever seen inside the Workers' Party). It was against the Gramscian state in which Brazil had turned, a system of state control of the economy and media control of the culture.

They got Dilma removed from office (I think I can say we got Dilma removed from office, all Brazilians), and some people back then thought: "Well, this is it," but it was not it, it was not over. The Workers' Party was replaced at the top, but the system stayed on. People continued to strongly support the fight against corruption which was going on, the "Lava Jato" [Car Wash] operation, which later got Lula convicted for corruption and sentenced to 11 years in jail, a term that he is now serving, as you know. People embraced the rule of law as a banner, like never before. And they kept pressing for a total cleaning-up of the system. So they realized that it was more than removing a president from office; what was at stake was the connection between the age-old system of the economic-political "give and take" system and, packed with that system, some sort of hegemonic social project.

That was Brazil, but then, in 2016, came of course the Brexit vote and Trump's election. Few people realized back then, but I think this showed Brazil was already part of something bigger, something more universal in nature. There was—and still is, I think—some sort of *Zeitgeist* for freedom across the world.

The same movement reemerged around Jair Bolsonaro's candidacy. From 2017 it became increasingly clear that he was the only political leader capable of bringing the people to power, the only one who believed in freedom, in nationhood, and in God, and in their interaction.

We may say that Trump and Bolsonaro are part of the same insurgency, what I would call the universal insurgency against bullshit.

Here and there and elsewhere, in Brazil, in the US, elsewhere, people fight for something else than the economy, something else than just getting rid of corruption. Something else than just getting their jobs back.

But what is it that mobilized Brazilians, Brexiters and US MAGA voters?

I think it's, to put in a more elegant term, it's a revolt against ideology. The realization we had been lied to, that we had been despised by an élite that tried to rule us and abate us in the name of social justice, or in the name of European integration, or in the name of a borderless world, in the name of progress or whatever. All high-sounding names that are there not to describe the reality, but to impose a certain power structure into reality.

If you believe in Toynbee's theory of civilization advanced by challenge and response, what is the challenge, the big threat, that not only Brazil or the US, or the United Kingdom or any other country, but the big threat that our civilization now faces? Some people would say: "climate change!" But it is absolutely not true. The big challenge is ideology.

In 1989, and immediately afterwards, it seemed that Western civilization had overcome its biggest challenge, Soviet communism. In the ensuing peace, without a challenge, the West started to stagnate. It started to splurge. Without the need to fight for life or death, it started to make mistakes without any consequences, or thinking they did not have any consequences. It made a huge mistake in the diagnosis of what had ensured its victory. It thought it was only the economy that had ensured the West's victory, and ignored the culture. It ignored, for example, Ronald Reagan's advice in his farewell speech. It thought the Christian faith had nothing to do with it, when it clearly was a huge part of the West's success, as Saint Pope John Paul II's fight clearly shows. His action against communism was

not a political action under religious pretexts, but rather a religious, faith-based action with some political instruments. In any case, the West opened the ground for the emergence of the new challenge, in the shape of what today I believe we can call globalism.

In general, we can say that globalism is what came to be the amalgam of the globalized economy with cultural Marxism infiltrated in the institutions. So, basically, economic globalization hijacked by cultural Marxism.

In Brazil globalism took the shape of a slightly different amalgam, that of the traditional corrupt system of patronage dominated by a Gramscian left infiltrated in the cultural institutions. In Brazil they infiltrated what we used to call the “physiological State”—I don’t know if it makes sense in English, but Brazilians here know what I mean. “Physiologism” is the way we name this system of patronage, of state-controlled economy. So what we had in Brazil was basically a more or less disguised state control of the economy and control of public discourse. A closed economy and its subservient insertion in a globalized system inside the sort of political control of the means of discourse production.

When the people realized what was going on, the system tried to sell a bunch of more or less centrist candidates, promising all of them half-heartedly to fight a little bit the corruption and to liberalize a little bit the economy. People didn’t buy it, and went to the only one outside of the system, the one who is really there to break the corrupt system and to create a real capitalist economy, the one who is breaking the politically correct spell that was used to keep people inside of the system without noticing it.

I think we are creating in Brazil what we call the liberal-conservative amalgam (liberal in the Brazilian sense, not in the American sense, liberal in the sense of economic liberalism), and this amalgam is the first real chance we ever had to really have a prosperous

economy inside a healthy, confident society. I am sure that only in a society of trust and confidence you can have a thriving open economy, only on top of nationhood, family, traditional ties, you can have a functioning capitalist economy. Globalism wants to sell us the incompatibility of those goals, and we are disproving that thesis.

In the US the globalist program worked differently—not, mainly, I think, through state control, as in Brazil, but mainly through the destruction of American manufacture and its technological base, thanks to globalization, also coupled with the destruction or erosion of traditional ties and values. But, just like in Brazil, it was also about a subservient insertion in the globalized economy and the shutting up of dissenting voices at the cries of “fascist” or “racist”.

One way of seeing it, a slightly different way of seeing the challenge facing our civilization is the following: our civilization is losing its symbols, it is losing its symbolic dimension. I am not talking about religion, but religious life requires the symbolic dimension. We don't seem to be able to generate symbols or to live symbolically nowadays. What are symbols? Symbols are basically figures that guide us from above, that make our life complex and three-dimensional. Symbols are like signal towers or satellites that allow us to find our way in reality like some sort of intellectual GPS.

So, I was reading recently a very important book to understand what is at stake, the book by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe about the concept of hegemony [*Hegemony and Socialist Strategy*]. Those are people who try to reinvent Marxism and whenever we talk about the cultural Marxism, like we are talking here, it is an important reference to understand it. I found a note that I made on the side (it is kind of too good to be mine, so I don't think I wrote that), but to quote from this unknown source in a comment to that book: “since Rosa Luxemburg, at the beginning of the 20th century,

communism ceased to be an economic theory and became a process of symbolic confiscation.”

What is this theory of hegemony that I talked about? The theory of hegemony is a combination of that process. Laclau and Chantal Mouffe are basically, as I said, the creators of “21st century socialism,” so that’s basically the theory that you have to transfer the social strife from the economy to other realms of society; and a good example of what it brings to is Venezuela. Venezuela was considered to be a successful example of 21st century socialism. And it is a very successful example of 21st century socialism. Why? Because they just don’t care at all about economic success, as long as they attain that symbolic success, that success in destroying the symbolic. They want to destroy society to prove and to impose their power. In a way, it’s like the cultural revolution of the 60s. Destruction is the goal, not the byproduct. They want to create terror to break the limits of decency and still hold to power, and thus show their power. What bigger affirmation of power can there be?

So hegemony also means that: it means that the Left lost the people and they don’t care. So, “let’s replace the people,” they say; like Brecht used to say in one of his plays—first he said that as a mockery and a criticism of bourgeois regimes. But as in many cases of left-wing theory, what they’re criticizing is actually what they’re preaching. So the idea is let’s despise the people and let’s humiliate its values, let’s humiliate the people in order to break their spirit and to subjugate people.

This is the new “logic of the social,” to quote from that book. The new logic of the social is basically that: Marxism without the people. The revolutionary avant-garde is not where economic theory would determine because there’s the capital labor relations (it never was, maybe, but today it’s clearly not what the theory prescribes). So, today, revolutionary avant-garde is wherever the resistance of the enemy

(common people) is; wherever the resistance is weaker, actually. So avant-garde is in moral values, for example, due to people's natural kindness, it is in the realm of immigration, also where people by nature tend to be kind and not notice ideology penetrating.

Very seriously in Latin America today, the avant-garde is associated with organized crime, if not drug trafficking and so forth. So, that's also part of the design, I mean, they want to be whatever they can be, the most brutal and the most shocking. So to close that digression into 21st century socialism, we can say that 21st century socialism is basically that: Gramsci meets the drug cartels.

So back to the question of the symbols and losing the symbols. You may say that "what's the problem, without symbols we still have reality," but we don't, that's wrong. Without symbols we have only what is in front of us, and that is not reality. Without symbols we have only words left, words without reality, words as mere triggers for hatred or fear. Without symbols we fall prey to self-replicating sub-ideas, those that Richard Dawkins used to call memes before the word meme acquired the sense that has today over the internet.

Without symbols we are the unidimensional man of Herbert Marcuse, and here we come again to that example of Marxists, because he wrote that book in the 60s denouncing the consumerist society. But actually I think it was a program for establishing the unidimensional man. I think the whole Frankfurt School is about that, is about denouncing what, deep inside, they want to create. See, for example, also the book *Empire*, by Hardt and Negri, or the idea of biopolitics in Michel Foucault and the panopticon. Although people say Michel Foucault is not a Marxist—but I think it's part of the same cultural universe. The idea of the panopticon, which he described as something terrible, is a dystopian future where from a central point you can control the whole society; but that's what they are trying to create. Also Georg Lukács' *The Destruction of*

Reason, where he tries to describe how the rise of National Socialism in Germany destroyed thinking; and I think that's also program of action; they want to destroy reason. It's not by accident.

So for the unidimensional man there are only words, and words are the reality. For him, for example, "man" and "woman" are only words, and they are interchangeable. So that's what gives rise to the gender ideology. For them there is no essence because essence belongs to the realm of the symbolic. And that's where we are at: globalism is the world without symbols (that's another way of saying it). And that's where nationalism comes in, as, maybe, the main convergence of forces that oppose globalism. Because the nation is still one of the very few symbols that we have left, although battered and attacked; it is still a symbol that makes sense, and that sends signals from above to help us organize reality in a more complex way.

So, coming to the instruments of globalism. Today, I think globalism works through three main instruments. One is climate change ideology, or "climatism"—to use another word distinct from climate change itself as a natural phenomenon scientifically observable. Another is gender ideology, and another is what some people call oikophobia, to distinguish from xenophobia: it's the hatred of one's own nation and, as a part of that, the claim to a borderless world. But let's concentrate on what is more pressing today, I think, of those, which is climatism or climate change ideology. Just to insist, one thing is what I call climatism, the other is climate change.

So is there climate change? Yes, certainly, there has always been. Is it man-made? Many people say yes, we don't know for sure. The computer models based on the assumption of a high sensitivity of temperature to CO₂, are almost all of them wrong, according to Dr. Patrick Michaels, if I'm not mistaken: among the 102 computer models that try to simulate the behavior of temperature in function of CO₂, among the 102 models, 101 are wrong, overestimated the

increase in temperature. But that's OK; I mean, that's something that is scientifically observable or can be discussed—or should be discussed.

But in any case, is this change catastrophic to the point of requiring the worst sacrifices as it is said nowadays? It doesn't seem to be so, according to one of the main documents of the climate debate, which is the IPCC's last report. The 2018 IPCC report in its summary for policymakers says the following: "trends in intensity and frequency of some climate and weather extremes have been detected over time spans during which about 0.5° C of global warming occurred—medium confidence." Because every statement in the IPCC report they classify into high, medium or low confidence. So there is medium confidence that trends in intensity and frequency of some climate and weather extremes have been detected in a period basically since 1950. So it doesn't seem like a climate catastrophe, to me at least. But from the debate that's going on, it would seem that the world is ending, and that's the whole point of climatism.

The whole point of climatism is ending normal political democratic debate. The conveyors of that ideology want to create a "moral equivalent of war," in order to impose policies and restrictions that run counter to fundamental liberties. Because Brazilians, Brexiters and most Americans, among others, are no longer buying the traditional lies of the system, the traditional power scheme in its ordinary package, now the system is trying to change the package and to paint it in more dramatic colors. They want us to believe that we are in a war for the survival of the planet, and any sacrifice is warranted—including the sacrifice of freedom of speech, which is probably the main goal of the system, since they want above all to control the discourse, as we have seen.

After all the awful experiences around the world with socialism, how can someone dream of imposing socialist control of the

economy in a country like the United States, for example? Never through democratic debate, of course. Only through a declaration of emergency. “Climate crisis!”—they cry. How can someone in time of peace dream of breaking the sovereignty of a country like Brazil over its own territory? By saying “the Amazon is on fire,” again and again. Because of ideology, because of this primeval cry of climate crisis: “let’s save the planet!”

“Climate” became not a scientific concept; it became a debate shutter. A word that, when you pronounce it, you end debate and you win the argument without having to prove you are right.

The system turned the climate change batteries against President Trump and against President Bolsonaro, because they are the main ones, probably, fighting the system. Brazil is out of the globalist pact. The US is out of the globalist pact. So, they come after us, trying to reduce us and lead us back into the pact.

In the case of Brazil, the reasoning runs like this: there is a climate crisis; the catastrophic climate crisis is due to global warming; global warming is due to CO₂ emissions; CO₂ emissions are due to deforestation; deforestation is due to Brazil burning the Amazon; so “let’s invade Brazil,” as was proposed in an article in *Foreign Policy*. Of course, everything is good and everything is advisable against a country that is destroying the planet. War, trade sanctions, what else?

The fact is that many, if not all, steps of that reasoning are wrong or at least questionable. Brazil is not burning the forest. Fires are on average. Deforestation is responsible for only about 11% of CO₂ emissions worldwide, and Brazilian deforestation is responsible for less than 2% of CO₂ emissions worldwide. Even if we assume that CO₂ emissions directly control temperature, which the computer models do not show, Brazil is not the culprit. And even if CO₂ directly controls emissions, there doesn’t seem to be a climate crisis, not according to the IPCC report. But it doesn’t matter. The

word “climate” has been pronounced and debate has been silenced. Now only the masters of discourse can speak. “Shut up!”—they explained (that’s not my expression; I read it somewhere).

The system still manages to maintain a lot of people in some kind of collective hypnosis. The system shows for example the word “nation” and the hypnotized crowd responds: “no, no; bad; Hitler!” The same system shows the word “migration” and the crowd responds: “good, good; diversity,” without the possibility of discussing that there are pros and cons to migration, there are pros and cons to nationalism. But that’s impossible to discuss. There are only the automatic reactions that are allowed. The system shows the picture of a forest on fire, a picture from 20 years ago, but pretends it is Brazil today, and people react: “Brazil is bad, bad; lungs of the world; let’s invade it!” It’s like we are living in some sort of zombie apocalypse where people cannot discuss things.

The system can train less and less people to respond automatically like that in hypnosis, but they still have the media (I’m sorry the media here; I’m not talking about you; the media in general). And the media is still an echo chamber influencing other media and some decision makers—some key decision makers, including some corporate decision makers, who can make completely wrong decisions, like senseless threats of boycotts, for example, against Brazil, because they are hypnotized. Because many decision makers don’t react to real people, they react to the media and think the media conveys the voice of the people.

International law itself is under serious threat when a leader tweets a 20-year old picture saying it is the Amazon on fire now, and the echo chamber immediately starts calling for the breaking of Brazil’s sovereignty, or for retaliations against our products, without any base on any treaty or instrument. It looks like a Stalinist revolutionary justice to me. Accuse, execute. But you would say:

“Where is justice? Where is the rule of law?” People say: “climate crisis; shut up!” It is the precautionary principle, in a way. I think Stalin and other dictators used very well the precautionary principle: they just killed a lot of people without bothering if they were really a threat to their system. I think that is a good use of the precautionary system.

Based on that same sort of Stalinist reasoning, the media and some politicians are starting to demonize meat, for example. Someone suggested we should resort to cannibalism to save the planet by not consuming bovine meat, which “destroys the Amazon,” in their narrative. So did we really come to that point? Do they want us all to eat “Soylent Green”? After using climate change to control energy supplies, to limit countries’ sovereignty, do they want to use it to control what people eat? What’s more invasive, and more “efficient,” than that? Where is human dignity, where is the sense of justice, where is common sense?

The psychoanalyst Jacques Lacan said: “If God does not exist, nothing is permitted.” It is the opposite of the traditional Dostoevsky quote, where he said: “If God does not exist, everything is permitted” (which the book itself, *Crime and Punishment*, shows is not true). But Lacan said “if God doesn’t exist, nothing is permitted.” And that is what we are seeing. Take away man’s symbolic dimension—I don’t mean God is a symbol, but in a way you need the symbolic dimension to relate to God, and to perceive the idea of God, and the reality of God. So take away man’s symbolic dimensions, where God inhabits, I think, and not even eating meat is permitted anymore.

The destruction of the symbolic dimension is an old objective of Marxism, as we saw, or as I tried to suggest. First, they tried it by reducing man to an economic animal, the *reductio ad oeconomicum*. Now they have something else, even more powerful, the *reductio ad climaticum*. And together, thanks to “hegemony,” the concept that all the “causes” are linked, the banners of the Left, when you

accept that sort of *reductio ad climaticum*, there come together gender ideology and oikophobia as well, the other instruments of globalism. So everything that you can use basically to divide the people and to subjugate the people is good.

It is curious because, for some time, at least in theory, the Left wanted to unify the people, or so they said. But now they realized to people are against them. And so they try to fragment the people, to destroy the unit of nation, to destroy the family and to destroy the unity of human thinking itself.

In the past, there used to be social problems. There still are social problems. But history showed that they could be addressed without resort to Stalinist dictatorship, as has been the case to a large extent, especially in developed countries, but also developing countries. What was the social question? It was not the real drive for people who wanted do establish socialism or communism. The social question, social problems, social injustice was only a pretext for dictatorship. Now they are doing the same with climate, or trying to. You don't have to disrupt your whole economy to reduce emissions, even assuming that emissions control the temperature. Actually the United States is the only developing country reducing emissions, although it is not trying to, just because of technological advance. For some reason, or for reasons that we think we understand, the most drastical solutions are sold as if they were the only ones that can face the challenge.

So what happens is that Brazil is being "otherized," to use a term dear to some thinking of the Left. We are becoming, together with President Trump, President Bolsonaro is becoming this big other, the one that it is lawful to hate. Another mark of this sort of leftist ideology, they always need this sort of big enemy. We are being "otherized", basically because, as I said, we are trying to stray away from the globalist pack. For us who care about those issues,

we can say that the main thing at stake now is dignity of the human being, and not anything else. Today, because of the way they use climatism as their main fighting instrument, the Amazon is ground zero of the fight against globalism and for the recovery of the human being in its fullness.

Thank you very much.

Tradução para o português:

O BRASIL VOLTOU!

Boa tarde!

É um prazer estar aqui. Gostaria de expressar minha gratidão à Heritage [Foundation], realmente é uma honra estar aqui neste salão augusto.

Meus agradecimentos à Presidente Kay James, ao Vice-Presidente Jay Carafano e a toda a equipe que tornou isso possível.

Eu gostaria de começar dizendo que acabei de perceber que hoje é 11 de setembro, então, antes de começarmos, eu gostaria de expressar nossos sentimentos em memória das vítimas daquele dia terrível. Também lembro que, um ano depois – então, em 2002 –, vi a capa, acho que da revista *Foreign Policy*, e a manchete dizia, sobre o Onze de Setembro, “O dia em que nada mudou muito”. É uma maneira de ver, não é? Eu acho que, então, estávamos tentando entender o que aconteceu naquele dia, e o que mudou e o que não mudou, e algumas das coisas que estou prestes a dizer também podem ser parte de uma especulação em curso sobre tudo o que mudou no mundo nas duas últimas décadas.

Então, o Brasil voltou! (Creio que esse é o título que dei a este discurso). Voltamos para onde nunca estivemos, mas onde sentimos que pertencemos – e onde pensamos que todas as nações pertencem. De qualquer forma, sentimos que voltamos ao centro da luta.

E sentimos que o Brasil é parte de um processo global, que tentarei descrever um pouco.

Podemos dizer que ele começou em 2013, quando, espontaneamente, centenas de milhares, talvez milhões de brasileiros foram às ruas, sem saber expressar inteiramente contra o que estavam-se revoltando, e por razões que certamente eram muito maiores que as razões imediatas da revolta – mais ou menos como o *Tea Party* de Boston [de 1773], talvez. Foi um aumento equivalente a cinco centavos de dólar no preço das passagens de ônibus que deflagrou um movimento – um movimento que, de certa forma, ainda continua no Brasil, um movimento que a esquerda, a princípio, tentou dominar e utilizar, mas que felizmente saiu de controle e tornou-se uma revolta contra todo um sistema cuja corrupção ainda não estava totalmente clara, mas da qual o povo, em sua sabedoria, já tinha uma intuição. Era uma revolta contra o sistema político-econômico, que não fornecia serviços ou oportunidades econômicas que o povo queria, apesar de sua retórica orientada para o social, mas também uma revolta cultural contra a posse do discurso público pela mídia politicamente correta.

Em uma sociedade da informação, quem controla o discurso controla o poder. As pessoas começaram a perceber isso no Brasil, lá em 2013. As pessoas foram às ruas para protestar contra algo, creio que elas não sabiam exatamente o que (eu acho que isso que os protestos são, normalmente) e elas não conseguiram o que queriam porque elas não sabiam exatamente o que era, mas, quando elas voltaram para casa, entraram nas redes sociais e nunca saíram! E elas ainda estão lá. Nós ainda estamos lá. Isso está mudando o país e é parte de uma mudança global. O povo tentando estabelecer seu poder sobre o discurso, contra o sistema político-econômico e contra a mídia, que controlam um ao outro, o sistema político-econômico e a mídia, e ainda tentam controlar o povo.

Esse movimento espontâneo ressurgiu em 2015, na forma dos protestos que pediam o *impeachment* e a destituição de Dilma Rousseff. Ele já possuía uma forte veia nacionalista, que ia além da simples remoção de uma líder detestada. Ele se posicionava contra o regime do Partido dos Trabalhadores (o que, aliás, é uma denominação orweliana, já que nunca se viu trabalhadores no Partido dos Trabalhadores). Ele se posicionava contra o Estado gramsciano em que o Brasil tinha-se transformado, um sistema de controle da economia pelo Estado e de controle da cultura pela mídia.

Eles tiraram a Dilma do poder (creio que eu posso dizer que nós tiramos a Dilma do poder, todos os brasileiros), e algumas pessoas, na época, pensaram: “Bom, acabou.” Mas não tinha acabado. O Partido dos Trabalhadores tinha sido substituído no topo da hierarquia, mas o sistema continuava. O povo continuou a apoiar firmemente o combate à corrupção que estava acontecendo, a Operação Lava Jato, que depois condenou Lula por corrupção e o sentenciou a onze anos na cadeia, uma sentença que ele está cumprindo agora, como os senhores sabem. As pessoas abraçaram como bandeira o Estado de Direito, como nunca antes. E elas continuaram a pressão por uma limpeza total do sistema. Então perceberam que se tratava de mais do que remover um Presidente do poder; o que estava em jogo era a conexão entre o sistema milenar de “toma lá, dá cá” político-econômico e, junto com esse sistema, um tipo de projeto social hegemônico.

Esse era o Brasil, mas então, em 2016, é claro, vieram a votação do *Brexit* e a eleição de Trump. Isso foi percebido por poucos na época, mas creio que era um sinal de que o Brasil já era parte de algo maior, algo de natureza mais universal. Havia – e creio que ainda há – um tipo de *Zeitgeist* pela liberdade ao redor do mundo.

O mesmo movimento ressurgiu em torno da candidatura de Jair Bolsonaro. A partir de 2017, tornou-se cada vez mais claro

que ele era o único líder político capaz de levar o povo ao poder, o único que acreditava na liberdade, na nacionalidade, em Deus, e na interação entre eles.

Podemos dizer que Trump e Bolsonaro são parte da mesma insurgência, o que eu chamaria de insurgência universal contra o *bullshit*.

Aqui, ali e acolá, no Brasil, nos Estados Unidos, em outros lugares, as pessoas lutam por algo além da economia, algo além de livrar-se da corrupção. Algo além de recuperar seus empregos.

Mas o que mobilizou os brasileiros, os *brexiteers* e os eleitores estadunidenses do *Make America Great Again*?

Acho que é, para usar um termo mais elegante, uma revolta contra a ideologia. A percepção de que havíamos sido enganados, de que havíamos sido desprezados por uma elite que tentava nos comandar e nos enfraquecer em nome da justiça social, ou em nome da integração europeia, ou em nome de um mundo sem fronteiras, em nome do progresso, ou o que seja. Todas palavras grandiloquentes que estão lá não para descrever a realidade, mas para impor uma certa estrutura de poder sobre a realidade.

Se você acredita na teoria de Toynbee do avanço da civilização pelo desafio e resposta, o que é o desafio, a grande ameaça, não somente do Brasil ou dos EUA, ou do Reino Unido ou de qualquer outro país, mas a grande ameaça que nossa civilização agora enfrenta? Alguns diriam: “mudanças climáticas!” Mas absolutamente não é verdade. O grande desafio é a ideologia.

Em 1989, e imediatamente após, parecia que a civilização ocidental tinha superado seu maior desafio, o comunismo soviético. Na paz que se seguiu, sem um desafio, o Ocidente começou a estagnar-se. Começou a esbanjar. Sem a necessidade de lutar pela vida ou morte, ele começou a cometer erros sem consequências, ou pensando que os erros não tinham quaisquer consequências. Cometeu um enorme

erro no diagnóstico do que havia garantido sua vitória. Pensou que foi somente a economia que havia garantido a vitória do Ocidente, e ignorou a cultura. Ignorou, por exemplo, o conselho de Ronald Reagan em seu discurso de despedida. Pensou que a fé cristã não tinha relação nenhuma com isso, quando claramente ela foi parte importantíssima do sucesso do Ocidente, como mostra claramente a luta do Santo Papa João Paulo II. Sua ação contra o comunismo não foi uma ação política sob pretextos religiosos, mas uma ação religiosa, com base na fé, com alguns instrumentos políticos. De qualquer forma, o Ocidente abriu espaço para o surgimento do novo desafio, na forma do que creio hoje poderemos chamar globalismo.

Em termos gerais, podemos dizer que globalismo é o que veio a ser o amálgama da economia globalizada com o marxismo cultural infiltrado nas instituições. Basicamente, é a globalização econômica sequestrada pelo marxismo cultural.

No Brasil, o globalismo tomou a forma de um amálgama ligeiramente diferente, aquele do tradicional sistema corrupto de patrimonialismo dominado por uma esquerda gramsciana infiltrada nas instituições culturais. No Brasil, eles se infiltraram no que costumávamos chamar de “Estado fisiológico” – eu não sei se faz sentido em inglês, mas os brasileiros aqui sabem o que quero dizer. O “fisiologismo” é como chamamos esse sistema de patrimonialismo, da economia controlada pelo Estado. O que tínhamos no Brasil era basicamente um mais ou menos disfarçado controle estatal da economia e controle do discurso público. Uma economia fechada e sua inserção subserviente em um sistema globalizado dentro de uma espécie de controle político dos meios de produção de discurso.

Quando as pessoas perceberam o que estava acontecendo, o sistema tentou vender vários candidatos mais ou menos centristas, todos prometendo sem entusiasmo combater um pouco a corrupção e liberalizar um pouco a economia. As pessoas não acreditaram e

procuraram o único que estava fora do sistema, o único que realmente estava disposto a quebrar o sistema corrupto e criar uma verdadeira economia capitalista, aquele que está quebrando o feitiço politicamente correto que era utilizado para manter as pessoas dentro do sistema sem que elas notassem.

Eu creio que estamos criando, no Brasil, o que chamamos amálgama liberal-conservador (liberal no sentido brasileiro, não no sentido americano, liberal no sentido de liberalismo econômico), e esse amálgama é a primeira chance real que temos de uma verdadeira economia próspera dentro de uma sociedade saudável e confiante. Estou certo de que somente em uma sociedade de confiança pode-se ter uma economia aberta próspera; somente com base no sentimento de nação, família, laços tradicionais pode-se ter uma economia capitalista funcional. O globalismo quer vender-nos a incompatibilidade desses objetivos, e nós estamos provando que essa tese está errada.

Nos Estados Unidos, o programa globalista funcionou de forma diferente – acho que não, principalmente, pelo controle estatal, como no Brasil, mas principalmente por meio da destruição da indústria americana e de sua base tecnológica, graças à globalização, também atrelada à destruição ou à erosão de laços e valores tradicionais. Mas, assim como no Brasil, também envolvia uma inserção subserviente na economia globalizada e o silenciamento de vozes dissidentes com gritos de “fascista” ou “racista”.

Uma maneira de encarar isso, uma maneira ligeiramente diferente de ver o desafio enfrentado por nossa civilização, é a seguinte: nossa civilização está perdendo seus símbolos, está perdendo sua dimensão simbólica. Não falo de religião, mas a vida religiosa exige a dimensão simbólica. Parece que não conseguimos gerar símbolos ou viver simbolicamente nos dias de hoje. O que são símbolos? Símbolos são basicamente figuras que nos guiam do alto, que tornam nossa vida complexa e tridimensional. Símbolos são como torres de

sinal ou satélites que nos permitem encontrar nosso caminho na realidade, como uma espécie de GPS intelectual.

Recentemente, eu estava lendo um livro muito importante para entender o que está em jogo, o livro de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe sobre o conceito de hegemonia [*Hegemonia e estratégia socialista*]. Essas são pessoas que tentam reinventar o marxismo, e, sempre que falamos de marxismo cultural, como estamos fazendo aqui, é uma referência importante para entendê-lo. Encontrei uma nota que tinha feito na lateral (é algo como que bom demais para ser meu; não creio que eu a tenha escrito), mas, citando essa fonte desconhecida em um comentário àquela obra: “desde Rosa Luxemburgo, no início do século XX, o comunismo deixou de ser uma teoria econômica e tornou-se um processo de confiscação simbólica.”

Que teoria de hegemonia é essa, da qual falo? A teoria da hegemonia é uma combinação desse processo. Laclau e Chantal Mouffe são, basicamente, como eu disse, os criadores do “socialismo do século XXI”, então essa é basicamente a teoria de que se deve transferir o conflito social da economia para outros setores da sociedade, e um bom exemplo de suas consequências é a Venezuela. Ela é um exemplo muito exitoso do socialismo do século XXI. Por quê? Porque eles simplesmente não se importam em absoluto com o êxito econômico, desde que obtenham aquele êxito simbólico, aquele êxito em destruir o simbólico. Eles querem destruir a sociedade para provar e impor seu poder. De certa forma, é como a revolução cultural da década de 60. Destruição é o objetivo, não o subproduto. Eles querem criar terror para quebrar os limites da decência e ainda manter o poder, e assim mostrar seu poder. Pode haver maior afirmação de poder?

Então, a hegemonia também significa isso: significa que a esquerda perdeu o povo; e eles não se importam. “Vamos substituir o povo”, dizem eles; como Brecht costumava dizer em uma de suas peças – primeiro ele o dizia como uma zombaria e uma crítica aos

regimes burgueses. Mas, como em muitos casos de teoria de esquerda, o que eles criticam é, na realidade, o que pregam. Então, a ideia é, vamos desprezar o povo e vamos humilhar seus valores, vamos humilhar o povo para quebrar sua força de vontade e subjugar as pessoas.

Essa é a nova “lógica do social”, para citar a obra mencionada. A nova lógica do social é basicamente o seguinte: o marxismo sem o povo. A vanguarda revolucionária não está onde a teoria econômica determinaria, porque há as relações capital-trabalho (isso nunca ocorreu, possivelmente, mas hoje claramente não é o que a teoria prescreve). Então, hoje a vanguarda revolucionária está onde quer que a resistência do inimigo, as pessoas comuns, onde quer que essa resistência seja menor. Então, a vanguarda está nos valores morais, por exemplo, em razão da bondade natural das pessoas, também está no âmbito da imigração, em que as pessoas por natureza tendem a ser benevolentes e a não notar a penetração ideológica.

De modo muito sério na América Latina, hoje, a vanguarda está associada ao crime organizado, se não ao tráfico de drogas, etc. E isso também é parte do projeto, ou seja, eles querem ser o que conseguirem ser, os mais brutais e mais chocantes. Então, para fechar essa digressão sobre o socialismo do século XXI, podemos dizer que ele é basicamente isso: Gramsci encontra os carteis de drogas.

Então, de volta à questão dos símbolos e de sua perda. Os senhores podem dizer: “Qual é o problema? Sem símbolos ainda temos a realidade.” Mas não a temos. Isso é um equívoco. Sem símbolos, somente temos o que está diante de nós, e isso não é a realidade. Sem símbolos, somente nos sobram as palavras, palavras sem realidade, palavras como meros gatilhos para o ódio ou o medo. Sem símbolos, somos presas da replicação de subideias, o que Richard Dawkins chamava de memes antes de a palavra meme adquirir o sentido que hoje tem na Internet.

Sem os símbolos, somos o homem unidimensional de Herbert Marcuse, e aqui voltamos àquele exemplo dos marxistas, porque ele escreveu aquele livro [*O homem unidimensional*] na década de 60, denunciando a sociedade consumista. Mas eu acho que na realidade era um programa para criar o homem unidimensional. Creio que esse tenha sido o objetivo de toda a Escola de Frankfurt, denunciar o que, no fundo, eles desejam criar.

Por exemplo, o livro *Império*, de Hardt e Negri, ou a ideia de biopolítica em Michel Foucault e o pan-óptico. Embora se diga que Michel Foucault não seja marxista – mas eu acho que é parte do mesmo universo cultural. A ideia do pan-óptico, que ele descreve como algo terrível, é um futuro distópico em que, de um ponto central, consegue-se controlar toda a sociedade; mas isso é o que eles estão tentando criar. Também Georg Lukács, em *A destruição da razão*, tenta descrever como a ascensão do nacional socialismo na Alemanha destruiu o pensamento; e eu creio que isso também seja um programa de ação; eles querem destruir a razão. Não é por acidente.

Então, para o homem unidimensional, há apenas palavras, e palavras são a realidade. Para ele, “homen” e “mulhere” são apenas palavras, e elas são intercambiáveis. E é isso que dá origem à ideologia de gênero. Para eles, não há essência, pois a essência pertence ao campo do simbólico. E é aí que nós estamos: o globalismo é o mundo sem símbolos (é uma outra forma de dizer). É nesse momento que o nacionalismo surge como, talvez, a principal convergência de forças que se opõem ao globalismo, porque a nação ainda é um dos pouquíssimos símbolos que permanecem, mesmo que fortemente atacada; ela ainda é um símbolo que faz sentido e que manda sinais do alto para ajudar-nos a organizar a realidade de uma forma mais complexa.

Então, passemos aos instrumentos do globalismo. Hoje, creio que o globalismo opera por meio de três instrumentos principais. Um é a ideologia da mudança do clima, ou “climatismo” – para usar outra palavra, distinta da mudança climática em si, como um fenômeno natural observável cientificamente. Outro é a ideologia de gênero, e outro é o ódio da sua própria nação e, como parte disso, a demanda por um mundo sem fronteiras. Mas concentremo-nos no que é mais urgente hoje, que creio ser, desses instrumentos, o climatismo ou a ideologia da mudança do clima. Apenas para reiterar, uma coisa é o que eu chamo de “climatismo”, outra é a mudança do clima.

Então, existe mudança do clima? Sim, certamente, sempre existiu. Ela é causada pelo homem? Muitos dizem que sim, mas não sabemos ao certo. Modelos computacionais com base na presunção de alta sensibilidade da temperatura ao CO₂ estão quase todos incorretos, de acordo com o Dr. Patrick Michaels, se não me engano: entre os 102 modelos computacionais que tentam simular o comportamento da temperatura em função do CO₂, 101 estão incorretos, superestimam o aumento da temperatura. Mas tudo bem, isso é algo cientificamente observável, ou que pode ser discutido, ou deveria ser discutido.

Mas, de qualquer forma, essa mudança é catastrófica a ponto de exigir os piores sacrifícios, como é dito hoje em dia? Não parece ser o caso. Segundo um dos principais documentos relativos ao debate sobre as mudanças climáticas, que é o último relatório do IPCC, o relatório do IPCC de 2018, em seu resumo para formuladores de política, diz o seguinte: “tendências, em intensidade e frequência, de alguns extremos climáticos e meteorológicos foram detectadas em períodos de tempo nos quais ocorreu cerca de 0,5° C de aquecimento global – confiança média.” Porque todas as declarações no relatório do IPCC são classificadas como de alta, média ou baixa confiança. Então, há média confiança de que tendências, em intensidade e frequência, de alguns extremos climáticos e meteorológicos foram detectados no período, basicamente, desde 1950. Então, isso não

parece uma catástrofe climática, ao menos não para mim. Mas, com todo o debate que está acontecendo, parece que o mundo está acabando, e esse é o propósito do climatismo.

O propósito do climatismo é acabar com o debate político democrático normal. Os divulgadores dessa ideologia desejam criar um “equivalente moral à guerra”, para impor políticas e restrições que contrariam liberdades fundamentais. Como os brasileiros, os *brexiters* e a maioria dos americanos, entre outros, não estão mais comprando as mentiras tradicionais do sistema, o esquema de poder tradicional em seu embrulho normal, agora o sistema está tentando mudar o embrulho e pintá-lo com cores mais dramáticas. Eles querem que acreditemos que estamos em uma guerra pela sobrevivência do planeta, e que todo sacrifício é válido – incluindo o sacrifício da liberdade de expressão, que provavelmente é o objetivo principal do sistema, já que eles desejam, acima de tudo, controlar o discurso, como vimos.

Após todas as experiências terríveis com o socialismo no mundo, como se pode sonhar com a imposição do controle socialista da economia em um país como os Estados Unidos, por exemplo? Nunca por meio do debate democrático normal, é claro. Somente por meio de uma declaração de emergência. “Crise climática!”, eles gritam. Como pode alguém, em tempo de paz, sonhar em infringir a soberania de um país como o Brasil com relação ao seu próprio território? Repetindo “a Amazônia está queimando”, uma e outra vez. Em razão da ideologia, desse grito primário de crise climática: “vamos salvar o planeta!”

O “clima” tornou-se não um conceito científico; transformou-se em um “encerrador de debates”. Uma palavra que, quando pronunciada, termina o debate e te dá a vitória sem que você precise provar que está certo. O sistema apontou as baterias das mudanças climáticas na direção do Presidente Trump e do Presidente Bolsonaro,

porque são eles, principalmente, que lutam contra o sistema. O Brasil está fora do pacto globalista. Os Estados Unidos estão fora do pacto globalista. Então eles nos perseguem, tentando reduzir-nos e levar-nos de volta ao pacto.

No caso do Brasil, o raciocínio é o seguinte: há uma crise climática; essa crise climática catastrófica decorre do aquecimento global; o aquecimento global decorre das emissões de CO₂; as emissões de CO₂ decorrem do desmatamento; o desmatamento decorre da queima da Amazônia pelo Brasil; então “vamos invadir o Brasil”, como foi proposto em um artigo na *Foreign Policy*. É claro, tudo é bom e tudo é aconselhável contra um país que está destruindo o planeta. Guerra, sanções comerciais, o que mais?

O fato é que muitos, se não todos os passos desse raciocínio são errados ou ao menos questionáveis. O Brasil não está queimando a floresta. Os incêndios estão na média. O desmatamento é responsável por apenas cerca de 11% das emissões de CO₂ do mundo, e o desmatamento brasileiro é responsável por menos de 2% das emissões de CO₂ do mundo. Mesmo se presumirmos que emissões de CO₂ controlem diretamente a temperatura, o que não é mostrado pelos modelos computacionais, o Brasil não é o culpado. E mesmo se o CO₂ controlasse diretamente as emissões, não parece haver uma crise climática, não segundo o relatório do IPCC. Mas não importa. A palavra “clima” foi pronunciada, e o debate foi silenciado. Agora apenas os mestres do discurso podem falar. “Calem-se!”, eles explicaram (essa não é uma expressão minha; eu a li em algum lugar).

O sistema ainda consegue manter muitas pessoas em um tipo de hipnose coletiva. O sistema mostra, por exemplo, a palavra “nação”, e a multidão hipnotizada responde: “não, não; mau; Hitler!” O mesmo sistema mostra a palavra “migração”, e a multidão responde: “bom, bom; diversidade”, sem a possibilidade de discussão sobre os prós e contras da migração e os prós e contras do nacionalismo.

Mas isso é impossível de discutir. Somente as reações automáticas são permitidas.

O sistema mostra a foto de uma floresta em chamas, uma foto de vinte anos atrás, mas que ele finge ser o Brasil hoje, e o povo reage: “o Brasil é mau, mau; pulmões do mundo; vamos invadi-lo!” É como se estivéssemos vivendo em uma espécie de apocalipse zumbi em que não se pode discutir as coisas.

O sistema pode treinar cada vez menos pessoas para responder automaticamente dessa forma em hipnose, mas eles ainda têm a mídia (desculpe a mídia aqui; não estou falando de vocês; a mídia em geral). E a mídia ainda é uma câmara de eco influenciando outras mídias e alguns tomadores de decisão – alguns importantes tomadores de decisão, incluindo alguns tomadores de decisão corporativos, que podem tomar decisões completamente erradas, como ameaças sem sentido de boicotes ao Brasil, por exemplo, porque estão hipnotizados. Porque muitos tomadores de decisão não reagem a pessoas reais; eles reagem à mídia e acham que a mídia transmite a voz do povo.

O próprio direito internacional está seriamente ameaçado quando um líder tuíta uma foto de vinte anos atrás e diz que é a Amazônia queimando agora, e a câmara de eco imediatamente começa a clamar pela derrubada da soberania do Brasil, ou por retaliações contra nossos produtos, sem base em nenhum tratado ou instrumento. Parece-me uma justiça revolucionária estalinista. Acusar, executar. Mas vocês podem dizer: “onde está a justiça? Onde está o Estado de Direito?” As pessoas dizem: “crise climática; cale-se!” É o princípio da precaução, de certa forma. Acho que Stalin e outros ditadores utilizaram muito bem o princípio da precaução: eles apenas matavam muitas pessoas sem se preocuparem se elas realmente apresentavam uma ameaça a seu sistema. Acho que esse é um bom uso do sistema de precaução.

Com base nesse mesmo tipo de lógica estalinista, a mídia e alguns políticos estão começando a demonizar a carne, por exemplo. Sugeriu-se que deveríamos recorrer ao canibalismo para salvar o planeta ao não consumir carne bovina, que “destrói a Amazônia”, em sua narrativa. Chegamos realmente a esse ponto? Eles querem que todos comamos *Soylent Green*? Após utilizar a mudança do clima para controlar o fornecimento de energia, limitar a soberania dos países, eles querem utilizá-la para controlar o que as pessoas comem? O que é mais invasivo e mais “eficiente” do que isso? Onde está a dignidade humana, onde está o sentido de justiça, onde está o senso comum?

O psicanalista Jacques Lacan disse que: “se Deus não existe, nada é permitido.” É o oposto da citação tradicional de Dostoiévski, em que ele diz que: “se Deus não existe, tudo é permitido” (o que o próprio livro, *Crime e castigo*, mostra que não é verdade). Mas Lacan disse “se Deus não existe, nada é permitido”. E é isso que estamos vendo. Remova a dimensão simbólica do homem (não quero dizer que Deus é um símbolo, mas, de certa forma, você precisa da dimensão simbólica para relacionar-se com Deus e para perceber a ideia de Deus, e a realidade de Deus), então, remova a dimensão simbólica do homem, na qual creio que Deus habita, e nem mais comer carne é permitido.

A destruição da dimensão simbólica é um velho objetivo do marxismo, como vimos, ou como eu tentei sugerir. Primeiro, eles tentaram isso ao reduzir o homem a um animal econômico, o *reductio ad oeconomicum*. Agora eles têm outra técnica, ainda mais poderosa, o *reductio ad climaticum*. E, juntos, graças à “hegemonia”, o conceito ao qual todas as “causas” estão ligadas, as bandeiras da esquerda, quando você aceita esse tipo de *reductio ad climaticum*, vêm junto a ideologia de gênero e a *oikofobia*, os outros instrumentos do globalismo. Então, tudo o que você puder utilizar, basicamente, para dividir o povo e subjugar o povo é bom.

É curioso, porque, pelo menos por algum tempo, em teoria a esquerda quis unificar o povo, ou assim diziam. Mas agora perceberam que o povo está contra eles. E assim tentam fragmentar o povo, destruir a unidade da nação, destruir a família e destruir a unidade do próprio pensamento humano.

No passado, havia problemas sociais. Ainda há problemas sociais. Mas a história mostrou que eles poderiam ser resolvidos sem recurso à ditadura estalinista, como foi o caso na maioria dos países, especialmente nos países desenvolvidos, mas também em países em desenvolvimento. O que era a questão social? Não era o móvel real para as pessoas que desejavam estabelecer o socialismo ou o comunismo. A questão social, problemas sociais, a injustiça social era apenas um pretexto para a ditadura. Agora fazem, ou tentam fazer, o mesmo com o clima. Você não precisa parar toda a sua economia para reduzir emissões, mesmo supondo que as emissões controlem a temperatura. Na verdade, os Estados Unidos são o único país desenvolvido que está reduzindo emissões, embora não intencionalmente, apenas em decorrência do avanço tecnológico. Por alguma razão, ou por razões que pensamos entender, as soluções mais drásticas são vendidas como se fossem as únicas que pudessem enfrentar o desafio.

Então, o que acontece é que o Brasil está sendo “alterizado”, para utilizar um termo querido a algum pensamento de esquerda. Estamos tornando-nos, juntamente com o Presidente Trump, o Presidente Bolsonaro está tornando-se um grande outro, aquele que é lícito odiar. Outra marca desse tipo de ideologia esquerdista, eles sempre precisam desse tipo de grande inimigo. Estamos sendo alterizados porque estamos tentando nos afastar do pacto globalista. Para nós, que nos importamos com esses assuntos, podemos dizer que a principal coisa que está em jogo agora é a dignidade do ser humano, e não outra coisa. Hoje, em razão do modo em que eles usam o climatismo como seu principal instrumento de luta, a Amazônia

é o marco zero da luta contra o globalismo e para a recuperação do ser humano em sua plenitude.

Muito obrigado.

37. Alocução no National Press Club, em Washington, D.C. (13/09/2019)

Versão original, em inglês:

Thank you, Alison [Fitzgerald Kodjak, President of the National Press Club], for the introduction. I'm very happy to be here, at this prestigious National Press Club, after three very busy days in Washington with meetings, many activities that I would like to talk to you about.

Above all, I think this represents the continuation of our ongoing and very deep effort to create a new partnership between Brazil and the United States. It requires constant work. It requires the work of many people. We've got here a large delegation with many colleagues from Brasília. We have so many different areas for cooperation. We really require that sort of integrated approach back in Brazil. Almost every single ministry in the government is involved, in some way or another, with this building of a new partnership with the United States. There is something that touches every specific area; and all converging to what we're convinced is the interest and the desire of the Brazilian people: to finally have a relationship with the United States that we always considered to be something natural, but that was not pursued for a long time, at least not to the extent that we needed, to contribute to Brazilian development, to building Brazil as a strong nation in the world.

So, today—I won't follow the chronological order, I'll talk first about the Strategic Partnership Dialogue that was, let's say, the anchor of my trip here to Washington—so, this morning, we had the first session of the Strategic Partnership Dialogue in seven years,

and the first one in this new conception, in this new phase of our relationship. I had a meeting with Secretary [of State Mike] Pompeo, and, later on, my colleagues had the more in-depth discussions with the American counterparts. The discussion involved, if I'm not mistaken, three undersecretaries from the Department of State and three secretaries, of the same level, from our Foreign Ministry. That also gives the dimension of the diversity and importance of the Dialogue.

We made a point—we referred to that; it's important, I'll repeat that, if you'll allow me—that we want it to be a strategic dialogue, in the sense that it's not only a collection of individual important initiatives, but it tries to be a system that makes sense, where initiatives in different areas feed each other, and support each other, and accelerate each other. We're convinced that this is the way to go: when you have progress in areas like trade and investment, it facilitates progress in areas like energy, but also when you have progress in intelligence, or security, that, in a way or another, ends by helping progress in trade, investment, and economic areas.

So it all forms a whole, because countries are a whole. I think, for a long time, we were victims of dividing and fragmenting, also the relationship with the United States. So, not only we didn't have the political priority that I think it deserves, but it was organized in a fragmented way, where you had individual dialogues without some sort of encompassing concept, and that's what we're trying to give to this relationship.

I can maybe talk a little bit about some of the specifics of this Dialogue: investment in infrastructure was one of the main topics. You know how thirsty Brazil is today for investment in infrastructure. What's going on in Brazil is really an infrastructure revolution. We're catching up very fast with years or decades of neglect in that area. Energy: we talked a lot about the tremendous potential

for interaction in that area. Also, investment in biodiversity: we want to implement the initiative that was launched back in March, when President Bolsonaro was here, in order to have a fund, a one-hundred-million-dollar fund for investment in projects involving biodiversity in the Amazon.

By the way, we talked a lot about what is going on in the Amazon. We're trying to convey the reality of the facts on the ground, the dimension of the situation of the fires in the Amazon, the efforts undertaken by the Brazilian government and some international cooperation in order to combat the fires, and, overall, our efforts to preserve the Amazon region. And, very importantly, our efforts to design and attract investment, design projects and attract investment to the region, projects of sustainable development that can create jobs, that can generate revenue for the 20 million Brazilians that inhabit the Amazon, which is the key, in our view, to the sustainable development and to the preservation of the forest.

So, just to give a few examples, we talked a lot about cooperation in the WTO, cooperation around SPS [sanitary and phytosanitary] issues, where we have many common interests of not having SPS norms being used as protectionist measures.

Jumping from there to another area, we discussed the question of religious freedom. Brazil and the US are, I think, among the countries that care the most now about this issue. The United States is launching, together with other countries (and Brazil wants to be a part of that), an alliance for religious freedom, in order to promote that around the world, where it is threatened.

Regional issues: of course, mainly Venezuela. I hope one day—I hope it will be soon—we won't have to talk about Venezuela every time that we meet, but we're still not there. We are not backing down at all in any of our commitments to helping Venezuela recover its democracy. This is an evolving situation. Every opportunity is

important to make sure Brazil, the United States, other members of the international community are 100% committed to doing everything we can inside the political, diplomatic dimension in order to help Venezuelans get rid of the dictatorship.

This was not all. We had other very important interactions here. In the trade area and commercial area, I had also the honor of meeting Ambassador Lighthizer, the USTR, and Secretary [of Commerce] Wilbur Ross. We are designing what I think is a very interesting package in the area of trade, following the guidance of our presidents, who want to grow towards a meaningful and robust trade deal between us. We're already working, in many areas and some of the specific issues that we have on the table in trade, of interest to both sides. And also the very important area of trade facilitation and commercial dialogue, where we're building on some progress in the past, but very determined to bring that to a different level.

I already met the President of the World Bank, and later on I'll be with the President of the Inter-American Development Bank. That dimension of this trip is also of paramount importance. We already have a robust agenda with those institutions, but, especially now, we want to discuss with them means to foster that thing that I already referred to: the sustainable development and investment for sustainable development in the Amazon. The international financial institutions can play a very important role in channeling and creating the conditions for the financing of sustainable projects there.

Another dimension: interaction with the private sector. Yesterday I talked with many representatives of the extremely active and dynamic American-Brazilian business community, there at the US Chamber of Commerce. I am convinced this is one of the most important assets that we have in the Brazil-US trade and economic relationship. The business community, as I said, is very active; they have excellent ideas about what to do in order to facilitate trade,

facilitate economic interaction, investment, and they seem to be (at least they told me; I think that's true) very enthusiastic about what we're doing in Brazil. I had the opportunity of speaking of our new trade agenda, which already gave us two new important trade agreements, with the European Union and with EFTA, and, overall, the agenda of trade opening and of having Brazil as a country that inserts itself in the global value chains in a much more dynamic way.

I mentioned already the question of religious freedom. I talked about that with Ambassador Brownback [United States Ambassador-at-Large for International Religious Freedom], who's the leading official for that issue in the United States. It's something that speaks very dearly to the hearts of people in Brazil. Many Brazilians are concerned about the situation of religious minorities around the world, Christian minorities very specially, but not only those. So this is another example of how we want to do things that are important for the Brazilian society, for the Brazilian people, going away from a certain tradition, in Brazil, of ignoring the desires of the people and doing things that are, let's say, sometimes important for other diplomats, but not important for real people.

So, I think I covered at least much of the ground that we discussed over these days, in the many meetings. It was, again, a very intense agenda that shows, I think, the extraordinary level of interaction that we have today between the two countries.

Tradução para o português:

Obrigado, Alison [Fitzgerald Kodjak, Presidente do National Press Club], pela apresentação. Estou muito feliz por estar aqui, neste prestigioso National Press Club, após três dias muito produtivos em Washington, com reuniões, muitas atividades sobre as quais eu gostaria de falar com vocês.

Acima de tudo, acho que isso representa a continuação de nosso esforço permanente e muito profundo para criar uma nova parceria entre o Brasil e os Estados Unidos. Ela requer trabalho constante. Ela requer o trabalho de muitas pessoas. Temos aqui uma grande delegação com muitos colegas de Brasília. Temos muitas áreas diferentes de cooperação. Realmente precisamos dessa forma de abordagem integrada lá no Brasil. Quase todos os ministérios do governo estão envolvidos, de uma forma ou de outra, nessa construção de uma nova parceria com os Estados Unidos. Há algo que envolve cada área específica. E tudo converge para o que, estamos certos, é o interesse e o desejo do povo brasileiro: finalmente ter uma relação com os Estados Unidos, que sempre consideramos ser algo natural, mas não foi buscado por muito tempo, ao menos não no nível de que precisamos, para contribuir com o desenvolvimento brasileiro, para construir o Brasil como uma nação forte no mundo.

Então, hoje – não seguirei a ordem cronológica, falarei primeiro sobre o Diálogo de Parceria Estratégica, que foi, digamos, a âncora da minha viagem aqui para Washington –, então, hoje pela manhã, tivemos a primeira sessão do Diálogo de Parceria Estratégica em sete anos, e a primeira nessa nova concepção, nessa nova fase de nossa relação. Tive uma reunião com o Secretário [de Estado Mike] Pompeo, e, mais tarde, meus colegas tiveram as discussões mais aprofundadas com seus pares americanos. As discussões envolveram, se não me engano, três Subsecretários do Departamento de Estado e três Secretários, do mesmo nível, do nosso Ministério de

Relações Exteriores. Isso também mostra a dimensão da diversidade e importância do Diálogo.

Deixamos claro – referimo-nos a isso; é importante, eu repetirei, se vocês me permitem – que desejamos um diálogo estratégico, no sentido de que não é apenas uma coleção de iniciativas individuais importantes, mas tenta ser um sistema que faça sentido, onde iniciativas em diferentes áreas alimentem umas às outras, e apoiem umas às outras, e acelerem umas às outras. Estamos convencidos de que esse é o caminho a seguir: quando você tem progresso em áreas como comércio e investimento, isso facilita o progresso em áreas como a energia, mas também, quando você tem progresso em inteligência ou segurança, isso, de uma ou outra forma, acaba por ajudar o progresso no comércio, investimento e áreas econômicas.

Então tudo forma um conjunto, porque países são um conjunto. Acho que, por muito tempo, fomos vítimas de divisão e fragmentação, também na relação com os Estados Unidos. Então, não só não tínhamos a prioridade política que eu acho que ela merece, mas ela também era organizada de forma fragmentada, em que se tinham diálogos individuais sem alguma forma de conceito abrangente, e é isso que estamos tentando dar a essa relação.

Posso talvez falar um pouco sobre os detalhes desse Diálogo: investimento em infraestrutura foi um dos tópicos principais. Vocês sabem o quanto o Brasil tem sede de investimento em infraestrutura atualmente. O que está acontecendo no Brasil é realmente uma revolução em infraestrutura. Estamos compensando muito rapidamente anos de abandono nessa área. Energia: falamos do potencial tremendo de interação nessa área. Também o investimento na biodiversidade: queremos implementar a iniciativa que foi lançada em março, quando o Presidente Bolsonaro esteve aqui, para criar um fundo, um fundo de cem milhões de dólares para investimento em projetos que envolvam a biodiversidade na Amazônia.

A propósito, falamos muito sobre o que está acontecendo na Amazônia. Estamos tentando transmitir a realidade dos fatos no local, a dimensão da situação dos incêndios na Amazônia, os esforços empreendidos pelo governo brasileiro, com alguma cooperação internacional, para combater as queimadas, e, de forma mais ampla, nossos esforços para preservar a região da Amazônia. E, muito importante, nossos esforços para projetar e atrair investimentos, elaborar projetos e atrair investimentos para a região, projetos de desenvolvimento sustentável que podem criar empregos, que podem gerar renda para os vinte milhões de brasileiros que habitam a Amazônia, o que é essencial, do nosso ponto de vista, para o desenvolvimento sustentável e para a preservação da floresta.

Então, apenas para dar alguns exemplos, conversamos muito sobre a cooperação na OMC, cooperação sobre questões sanitárias e fitossanitárias (SPS), em que temos muitos interesses comuns, no sentido de não termos normas de SPS sendo utilizadas como medidas protecionistas.

Saindo dessa para outra área, discutimos a questão de liberdade religiosa. O Brasil e os EUA estão, eu acho, entre os países que mais se importam com essa questão. Os Estados Unidos estão lançando, juntamente com outros países (e o Brasil quer ser parte disso), uma aliança para a liberdade religiosa, para promovê-la em todo o mundo, onde ela esteja ameaçada.

Assuntos regionais: é claro, principalmente a Venezuela. Espero que um dia – espero que seja logo – não precisemos discutir a Venezuela toda vez que nos encontrarmos, mas ainda não chegamos lá. Nós não recuaremos, em absoluto, em nenhum de nossos compromissos de ajudar a Venezuela a recuperar a sua democracia. Essa é uma situação em progresso. Cada oportunidade é importante para assegurar que o Brasil, os Estados Unidos, outros membros da comunidade internacional estejam 100% comprometidos a fazer

tudo o que pudermos dentro da dimensão política, diplomática para ajudar os venezuelanos a se livrarem da ditadura.

Isso não foi tudo. Tivemos outras interações muito importantes aqui. Na área de comércio, também tive a honra de me reunir com o Embaixador Lighthizer, o USTR, e com o Secretário [de Comércio] Wilbur Ross. Estamos projetando o que penso ser um pacote muito interessante na área comercial, seguindo a orientação de nossos Presidentes, que querem crescer na direção de um acordo comercial significativo e robusto. Já estamos trabalhando, em muitas áreas e algumas das questões específicas que estamos discutindo no comércio, do interesse de ambos os lados. E também a área muito importante da facilitação do comércio e diálogo comercial, onde estamos desenvolvendo algumas promessas do passado, mas muito determinados a elevar isso a outro patamar.

Já me reuni com o Presidente do Banco Mundial e, mais tarde, estarei com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa dimensão de nossa viagem também é de suma importância. Já temos uma agenda robusta com essas instituições, mas, especialmente agora, queremos discutir com elas meios de fomentar aquilo a que já me referi: o desenvolvimento sustentável e investimentos para desenvolvimento sustentável na Amazônia. As instituições financeiras internacionais podem ter um papel muito importante na canalização e criação de condições para o financiamento de projetos sustentáveis lá.

Outra dimensão: a interação com o setor privado. Ontem conversei com muitos representantes da extremamente ativa e dinâmica comunidade comercial americano-brasileira, lá na Câmara de Comércio dos EUA. Estou convencido de que esse é um dos mais importantes recursos que temos na relação comercial e econômica entre o Brasil e os EUA. A comunidade empresarial, como eu disse, é muito ativa; eles têm ideias excelentes sobre o que fazer para faci-

litar o comércio, facilitar a interação econômica, o investimento, e eles parecem estar (ao menos foi o que me disseram; eu acredito) muito entusiasmados com o que estamos fazendo no Brasil. Tive a oportunidade de falar sobre a nossa nova agenda comercial, que já nos trouxe dois importantes acordos comerciais novos, com a União Europeia e com a EFTA, e, de forma geral, a agenda de abertura comercial e de ter o Brasil como um país que se insere nas cadeias globais de valor de uma forma muito mais dinâmica.

Eu já mencionei a questão de liberdade religiosa. Conversei com o Embaixador Brownback [Embaixador Extraordinário para a Liberdade Religiosa Internacional], que é a principal autoridade para esse assunto nos Estados Unidos. É algo que toca muito os corações das pessoas no Brasil. Muitos brasileiros estão preocupados com a situação das minorias religiosas pelo mundo, muito especialmente minorias cristãs, mas não somente essas. Então esse é outro exemplo de como queremos fazer coisas importantes para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, afastando-nos de uma certa tradição, no Brasil, de ignorar os desejos do povo e fazer coisas que são, digamos, às vezes importantes para outros diplomatas, mas não importantes para pessoas comuns.

Então, acho que cobri, ao menos, muito do que discutimos nesses últimos dias, nas várias reuniões. Foi, novamente, uma agenda muito intensa que mostra, na minha opinião, o nível extraordinário de interação que temos hoje entre os dois países.

38. Alocuções no evento *Rebuilding Communities: Ensuring a Future for Persecuted Christians*, em Nova York (27/09/2019)⁹

Primeira alocução:

Para nós, cristãos, no princípio era o Verbo – *en archê ên ho logos* – e, nesse princípio, quando você olha o grego *archê*, ele significa mais que o princípio temporal, significa o princípio, o princípio organizador da realidade e da nossa fé. Então, para nós, acima de tudo, é importante falar. E é por isso que é tão importante que falemos sobre a situação dos cristãos perseguidos e sobre meios para combater esse problema. O silêncio não é mais uma opção para nós, como disse Péter [Szijjártó, Ministro das Relações Exteriores da Hungria], precisamos lidar com isso e precisamos começar conversando e analisando, e reunirmo-nos aqui é um passo muito importante nessa direção.

O Presidente Jair Bolsonaro, em seu discurso na abertura da Assembleia Geral [da ONU], falou sobre esse assunto – ele discutiu vários assuntos – e falou sobre o que os brasileiros pensam e sobre o que ele pensa; foi um discurso do coração, um discurso que foi criticado porque ele falou de forma muito direta, e eu acho que é exatamente disso que precisamos: falar de forma direta e enfrentar os problemas de frente. E o problema da perseguição aos cristãos é um desses. O Brasil está muito comprometido com esse esforço

9 A versão original, em inglês, está disponível no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-1/discursos-mre/palavras-do-ministro-ernesto-araujo-no-evento-rebuilding-communities-ensuring-a-future-for-persecuted-christians-nova-york-27-de-setembro-de-2019-em-ingles>. Acesso em: 9 set. 2020.

tão essencial. Também fizemos parte do lançamento da Aliança Internacional de Liberdade Religiosa ou Crença, na segunda-feira passada, sob a liderança do Presidente Trump e do Secretário Mike Pompeo, outra iniciativa muito importante. E tudo isso porque os brasileiros se importam profundamente com esse assunto. Os brasileiros são, em sua maioria, uma nação cristã e uma nação religiosa, e nos importamos com essa questão. E estamos tentando trazer esse novo conceito de democracia: a democracia como fazer aquilo com o que as pessoas se importam. Esse deveria ser o conceito original de democracia, mas ele tem sido esquecido muito frequentemente. Ademais, não apenas por uma consideração política, mas também por causa de nossa fé, e nossa fé também de que a voz do povo é a voz de Deus.

Estamos extremamente felizes de ver líderes como o Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Orbán, o [Chanceler] Péter, aqui, falando desse problema. Estive na Hungria recentemente e emocionei-me profundamente com o modo em que os húngaros levam a fundo sua herança cristã e sua fé cristã, e elogiamos imensamente esse esforço.

Então, religiões existem e são parte da humanidade, isso é esquecido com demasiada frequência. Hoje em dia, parece que a religião é algo acidental à humanidade, mas não cremos que seja esse o caso: se você ler todos os textos de Antropologia, verá que não se encontrou nenhuma comunidade humana, não importa o quão primitiva, que não apresente três elementos – algum tipo de estrutura familiar, linguagem e fé em algo mais elevado. Portanto, a fé religiosa acompanha a humanidade desde o início, tal como a família e tal como a linguagem, e não deveríamos tratá-la como primitiva, porque, do contrário, também renunciaríamos à linguagem, porque a linguagem é o que nos torna humanos, e o fato de a encontrarmos entre os povos primitivos não significa que devamos abandonar a linguagem. Da mesma forma, não se deve desistir da religião por ela ter vindo dos primórdios da humanidade.

A ameaça que enfrentamos é, claramente, o que chamamos, de certa forma, de intolerância e ignorância em nossas sociedades. Mas precisamos começar pensando no que acontece em países de maioria cristã, porque há – incrível e tristemente – intolerância contra a fé cristã em países de herança cristã e maioria cristã. Em nossos países, o cristianismo é frequentemente hostilizado e perseguido, talvez não com violência, mas com ignorância e silêncio. Então precisamos começar nos entendendo, analisando as fundações da nossa sociedade e até que ponto elas estão arraigadas nos valores cristãos e na fé cristã.

Creio que, quando se olha para o mundo, vê-se, há algumas décadas (mas de forma muito intensa hoje), uma crise da nossa espiritualidade, uma crise de pessoas que não têm mais sua fé milenar e buscam outra coisa. Há um dito famoso de Chesterton, que disse que “quando se deixa de acreditar em Deus, passa-se a acreditar em qualquer coisa”. Creio que, por exemplo, o extremo alarmismo climático é parte desse fenômeno: existem as questões concretas das mudanças climáticas que devem ser abordadas, mas algumas vezes tem-se a impressão de que isso se está tornando um tipo de religião substituta para algumas pessoas, em razão desse vazio espiritual que precisa ser preenchido.

Então, precisamos agir. Precisamos agir em nossas sociedades e precisamos agir em todo o mundo. Cristãos são perseguidos devido a um ódio e rivalidades milenares, dos quais os próprios cristãos não estão livres; somos parte do problema e precisamos reconhecer isso. Mas os cristãos também são perseguidos por causa dessa atmosfera cultural, especialmente no Ocidente, que não se importa com o cristianismo. Que, às vezes, até pensa que os cristãos merecem sofrer e ser perseguidos. Essa é a primeira coisa que precisamos quebrar. Precisamos mudar isso. Os cristãos perseguidos, na minha opinião, são o coração pulsante de todas as igrejas cristãs – a igreja católica, as igrejas evangélicas. Esse coração pulsante é o centro de nossa fé.

Não podemos nos esquecer disso. Nós, que somos livres para decidir se vamos à igreja ou não vamos à igreja, se lemos a Bíblia ou não lemos a Bíblia, deveríamos prestar muita atenção às pessoas que não têm essa liberdade de decisão. Não deveríamos tomar como certas essas liberdades de que gozamos. E isso é também grande parte do nosso trabalho.

Apenas para concluir e retornar à questão ambiental, que está tão em voga: já foi dito que a Amazônia, da qual o Brasil possui grande parte, é o “pulmão do mundo”, em razão do oxigênio que produz... na verdade, cientificamente, isso foi questionado, essa metáfora, mas ela permanece, e tudo bem. Mas eu acho que nós deveríamos levar em consideração que a religião – e, para os cristãos, o cristianismo – é o pulmão do nosso mundo espiritual.

Muito obrigado!

Segunda alocução:

Muito obrigado! Foi um grande privilégio estar aqui. Eu gostaria de compartilhar duas coisas que me ocorreram após ouvir todas as excelentes observações e contribuições: primeiramente, há a questão de liberdade religiosa, e a questão dos cristãos perseguidos é parte disso, e eu acho que isso é de grande importância porque, às vezes, algumas das pessoas que discursam sobre a liberdade religiosa parecem falar sobre isso de forma genérica. Não existe religião genérica! Religião é cristianismo, ou islamismo, ou budismo, etc. Algumas pessoas parecem confortáveis com o debate sobre liberdade religiosa, mas não estão confortáveis quando você aborda as questões reais de religiões individuais – então, quando você fala de liberdade religiosa, você precisa falar de questões específicas relativas a cristãos perseguidos, como o que nos reúne aqui hoje, além de muçulmanos perseguidos, budistas perseguidos, judeus perseguidos, etc. Mas devemos abordar as especificidades. Algumas

peças gostam de defender a liberdade religiosa desde que não haja religião envolvida. E precisamos abordar isso, não buscar esse tipo de denominador comum. Além disso, para os cristãos, acho que muito frequentemente o mundo aceita o cristianismo desde que este seja visto como um conjunto de valores sociais e coisas desse tipo. É claro que, para nós, é mais que isso, e é o direito de celebrar os mistérios que estão no núcleo de nossa fé.

E, em segundo lugar, o Presidente Bolsonaro, em seu discurso na abertura da Assembleia Geral, falou sobre uma ideologia que tentou expulsar Deus da alma humana, e vemos que a mesma ideologia que tentou afastar Deus da alma humana também tentou afastar nações do sistema internacional e do sistema multilateral, e agora vejo aqui que são nações básicas que estão assumindo essa questão de liberdade religiosa e da luta contra a perseguição de cristãos, então vejo que – talvez não por coincidência, certamente não por coincidência – há uma inversão daquela tendência, e pode-se ver que Deus está voltando às nossas discussões, e que as nações estão voltando ao centro do sistema multilateral.

Obrigado!

39. Discurso no lançamento da publicação dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Brasília (04/10/2019)

Muito boa tarde a todos, muito bem-vindos!

Querida Ministra Damares Alves;

Senhores Embaixadores e demais Representantes do corpo diplomático;

Caros colegas;

Senhoras e senhores,

É uma enorme satisfação recebê-los aqui, nesta ocasião em que o Brasil apresenta este documento com os compromissos que, voluntariamente, assume no contexto da sua candidatura para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) no mandato 2020-2022. Queremos sinalizar, com este encontro de alto nível, a importância que o nosso país atribui ao Conselho como uma organização de primeira ordem no sistema das Nações Unidas para a promoção dos verdadeiros direitos humanos, um dos pilares da vida internacional.

Nas eleições que ocorrerão em 16 de outubro deste ano, na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, três candidatos latino-americanos concorrem para as duas vagas reservadas para a nossa região. Entre eles está o Brasil, que busca o seu quarto mandato, confirmando a tradição que nos permitiu, ao longo dos treze anos de existência do Conselho de Direitos Humanos, manter presença ativa nesse Conselho. Os outros candidatos são a Costa Rica, país com admirável currículo nesse domínio dos direitos humanos, e o regime ilegítimo da Venezuela.

A presença desse regime como candidato ao Conselho de Direitos Humanos, inclusive depois do relatório da Alta Representante de Direitos Humanos sobre a situação na Venezuela, é uma excrescência e uma prova dos enormes desafios que se colocam diante da comunidade internacional nessa área. Mas tenho a certeza de que, se eleito para o Conselho, o Brasil tudo fará para que esse órgão – assim como todos os órgãos do sistema internacional, seja regional, seja mundial – seja uma plataforma para a defesa dos direitos humanos e da democracia na Venezuela, reafirmando nosso compromisso em tudo fazer e a nossa confiança de que tudo será feito até que consigamos contribuir para o retorno da democracia na Venezuela e o fim do regime ditatorial naquele país.

A eleição do Presidente Jair Bolsonaro representa ponto de inflexão na política externa brasileira, inclusive em matéria de direitos humanos. Na qualidade de país democrático, que preza os direitos humanos e as liberdades fundamentais, estamos alinhando nossas posições nos foros internacionais aos anseios do povo brasileiro, refletidos nas eleições presidenciais do ano passado e nos princípios da nossa Constituição. Para o Brasil, de fato, os direitos humanos são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e também reconhecidos internacionalmente pela Declaração Universal de 1948 e pelo consenso da Declaração de Viena de 1993. Reafirmo aqui, portanto, o compromisso brasileiro com a regra democrática, o combate à intolerância e a todas as formas de violência, e a defesa dos direitos civis mais fundamentais, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à segurança.

Manteremos alto nível de engajamento nas discussões do Conselho de Direitos Humanos, inclusive no que diz respeito a apresentação e negociação de resoluções. Somos, aliás, coautores e copatrocinadores de quase trinta iniciativas. É inegável o comprometimento brasileiro com o sistema internacional de direitos humanos, e esse comprometimento afirma-se agora de maneira muito clara sob

a liderança do Presidente Jair Bolsonaro e sob a liderança inspiradora, constante, eficiente e permanentemente mobilizadora da Ministra Damares Alves. Nós assumimos o compromisso de enviar todos os relatórios em atraso aos órgãos de tratados das Nações Unidas até o final do mandato, alguns dos quais foram negligenciados por mais de dez anos. Em junho, aliás, foi entregue o relatório ao Comitê sobre Desaparecimentos Forçados. Até o final do ano, devemos concluir pelo menos mais um relatório.

Esse poderia ser apenas um caso, mas não é. Após período de paralisia, retomamos as visitas dos procedimentos especiais, com o compromisso de receber até três relatores este ano. Serão três mais em 2020. Até o momento, recebemos a relatora especial sobre hanseníase e recepcionaremos os relatores sobre albinismo e dejetos tóxicos em novembro e dezembro respectivamente. Além disso, respondemos praticamente à integralidade dos comunicados e apelos que nos foram endereçados por procedimentos especiais das Nações Unidas.

Outro avanço dá-se na nossa contribuição para o Mecanismo de Revisão Periódica Universal, exame da situação dos direitos humanos em todos os 193 Estados membros da ONU pelos 47 integrantes do Conselho de Direitos Humanos. Trata-se de instrumento útil para tornar o monitoramento internacional menos seletivo, e, por isso, o Brasil planeja ser um dos primeiros países da América Latina a apresentar relatório de meio período agora no mês de novembro.

Assim como condenamos ações violentas e arbitrárias, abandonamos a atitude displicente com a que se tratavam regimes que oprimem o seu próprio povo. Nós nos somamos àqueles que buscam articular soluções para as mais graves situações de direitos humanos. O Brasil, juntamente com os parceiros do Grupo de Lima, aprovou, na última semana, resolução sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela, justamente no Conselho de Direitos Humanos,

comprovando aquele compromisso, que mencionei no início, de levar esse tema incontornável a esse órgão central na proteção dos direitos humanos.

Entre as prioridades do governo brasileiro nessa área, não se pode deixar de destacar a proteção da vida desde a concepção, o fortalecimento dos vínculos familiares, o combate à violência religiosa e o enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio. Seguiremos firmes na defesa dos direitos e no combate a todas as formas de violência contra a mulher. Continuaremos defendendo a igualdade plena entre mulheres e homens, conforme estabelece a Constituição Federal.

Chamamos também atenção para os efeitos deletérios da corrupção para o pleno exercício dos direitos humanos. Ademais, o desenvolvimento social e a democracia efetiva não podem conviver com a impunidade. Infelizmente, ainda vemos, muitas vezes, essa dimensão do combate à corrupção no campo dos direitos humanos não suficientemente reconhecida. Os esforços brasileiros, enormes, talvez incomparáveis em todo o mundo, nessa área de proteger os direitos humanos através do combate à corrupção infelizmente, muitas vezes, não são valorizados e não reconhecidos, mas temos certeza de que isso mudará.

Nós agimos para realçar a dimensão humana no plano corporativo, comprometidos com os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais. Reforçamos a visão de que os abusos contra grupos específicos, seja por origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras condições, vão contra todo o sistema normativo e constituem uma forma de desumanização do humano, inclusive a discriminação contra pessoas LGBTI.

Como sociedade multiétnica, trabalhamos na prevenção e no combate ao racismo; também à intolerância religiosa e à violência.

Acreditamos que todas as expressões religiosas devem ser igualmente protegidas, assim como a opção de não ter religião alguma. Em particular, condenamos os contínuos atos de intolerância e violência baseados em religião ou crença, preocupação crescente do governo brasileiro.

Seguiremos comprometidos, sempre em linha com os compromissos internacionais assumidos pelo país, em garantir, promover e proteger os direitos dos povos indígenas, cuja defesa merecerá prioridade especial na pauta brasileira no Conselho de Direitos Humanos, considerando-se também os importantes dispositivos constitucionais que tratam da matéria.

Buscamos também o apoio de todos os países aqui presentes para que possamos estabelecer, imediatamente, o Fórum de Afrodescendentes e concluir, até 2024, a negociação da Declaração da ONU sobre os Direitos Humanos de Afrodescendentes, deixando um legado tangível na Década Internacional das Pessoas Afrodescendente, 2015-2024, que já se encontra em sua metade.

Para o futuro, planejamos avançar no compartilhamento de boas práticas e lições aprendidas com projetos de empreendedorismo e de sustentabilidade, orientados conforme a reivindicação dos povos indígenas. Queremos reforçar o apelo para que pessoas com deficiência possam usufruir plenamente de seus direitos, além de seguir defendendo o tratamento das questões de saúde sob um enfoque de direitos humanos.

Continuaremos apoiando medidas em prol da abolição da pena de morte, em linha com o que estabelece a Constituição brasileira e com a prioridade atribuída ao direito à vida. A luta contra a tortura e outras formas de tratamento cruéis, desumanas e degradantes também permanecerá como prioridade na atuação do país no Conselho de Direitos Humanos.

Os compromissos que hoje apresentamos aos senhores representam um avanço progressivo de nossa sociedade em termos de direitos e valores. A apresentação desse instrumento foi estabelecida, juntamente com o Conselho de Direitos Humanos, por meio da Resolução 60/251 da Assembleia Geral. Seria um documento que os país candidatos deveriam apresentar no processo eleitoral. Não é esse, infelizmente, o caso de todas as candidaturas. Nas eleições do ano passado, por exemplo, um terço dos países eleitos não apresentaram seus compromissos voluntários, situação que o Brasil quer ajudar a reverter caso sejamos eleitos.

O documento tem como foco o Conselho de Direitos Humanos, como não poderia deixar de ser. Seu propósito não é o de singularizar questões pontuais ou grupos específicos, e sim dialogar com a agenda do Conselho, reforçar o compromisso brasileiro com as práticas do órgão, bem como refletir as áreas de atuação do país. Por essa razão, o documento busca evitar a singularização de grupos ou categorias. As menções específicas ali presentes referem-se às secretarias nacionais no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Fundação Nacional do Índio.

Os compromissos estão divididos em três partes. Uma breve introdução reitera os princípios basilares da atuação do Brasil em direitos humanos, amparados na nossa Constituição e nos tratados internacionais de que somos parte. Essa seção reconhece alguns dos desafios que enfrentamos e explicita nossa disposição de manter linha de diálogo com os principais atores internos, inclusive a sociedade civil. Em seguida, os compromissos apresentam brevíssimo resumo da nossa atuação no CDH e, dentro desse aspecto, chamo atenção para o parágrafo que enumera, também de forma resumida, algumas das nossas principais iniciativas no Conselho, entre resoluções e outras iniciativas que serão mantidas.

São, ao todo, 21 pontos que o governo achou por bem destacar como prioritários no próximo triênio no lugar dos 16 pontos do documento anterior. Há muitos elementos de continuidade, mas, também, importantes novidades. Quem tem acompanhado a atuação do governo brasileiro nos fóruns internacionais de direitos humanos, sobretudo o Conselho, não deve ter tido, talvez, muitas surpresas. De toda forma, convidamos a todos a ler detidamente o documento, e estaremos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida e responder a qualquer questionamento.

É com a esperança de que continuemos a trilhar juntos esse caminho de crescente cooperação na área de direitos humanos que peço a todos os governos aqui representados que apoiem a candidatura brasileira nas eleições do próximo dia 16 de outubro.

Muito obrigado!

40. *O Brasil está aberto a negócios*, artigo publicado no perfil do governo federal no LinkedIn (10/10/2019)¹⁰

O BRASIL ESTÁ ABERTO A NEGÓCIOS

O Brasil está aberto a negócios, com segurança jurídica, marcos regulatórios claros e muitas oportunidades de investimentos. Esta será a mensagem principal do governo brasileiro no *Brazil Investment Forum 2019* (BIF 2019), em São Paulo, em 10 e 11 de outubro. O Presidente Bolsonaro lidera esforço sistemático e integrado para revolucionar o ambiente de negócios, abrir amplamente nossa economia e tornar o Brasil um dos países mais atraentes para investidores. Nossas ações já começam a alterar percepções dos agentes privados, o que é fundamental para a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos.

O BIF 2019 é a terceira edição do que se tornou o maior fórum de atração de investimentos da América Latina. Este ano, estão inscritos mais de dois mil participantes de mais de 45 países. Trata-se de excelente oportunidade para conhecer melhor as políticas e diretrizes em matéria de atração e promoção de investimentos, as muitas oportunidades de negócios, ouvir os investidores e entender suas expectativas.

Em 2018, nosso país foi o 7º destino preferido de investimento direto externo (IED) no mundo, tendo recebido aproximadamente US\$ 61 bilhões, o que nos manteve no topo da lista dos receptores de IED. Isso é bom, mas pode melhorar muito. O firme propósito do Presidente Bolsonaro é o de elevar nossa posição nesse *ranking*,

¹⁰ Artigo disponível em: <https://www.linkedin.com/company/governo-do-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2020.

sobretudo para ajudar a financiar a expansão e a melhoria da nossa infraestrutura, essencial para o salto de desenvolvimento sustentável que precisamos, queremos e podemos dar.

O incremento de investimentos nacionais e estrangeiros será fortemente estimulado pelo êxito do amplo projeto de privatizações e concessões do governo federal, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que conta com o apoio direto do Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, a carteira do PPI tem 117 projetos em andamento, todos eles com oportunidades reais para investimentos em ferrovias, portos, energia, óleo e gás, aeroportos, mineração, rodovias, além de privatizações de empresas estatais e concessões de parques nacionais. Ao todo, é R\$ 1,3 trilhão em investimentos previstos em concessões, privatizações e desestatização.

Esse esforço está em linha com a política de ainda maior convergência com regras e padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reforçará a previsibilidade regulatória e ajudará a melhorar a qualidade das políticas públicas – não só na área econômica – que são fundamentais para elevar a taxa de investimento na economia. Aqui, destaco o processo em curso de adesão do Brasil aos chamados Códigos de Liberalização daquela organização.

À maior abertura do capital privado na estrutura produtiva e na logística corresponde a liberalização do comércio exterior. Mais trocas de bens e serviços certamente induzirão novos e importantes investimentos e maior produtividade e competitividade da economia.

Nesse tema, o governo Bolsonaro tem muito o que mostrar, em particular a conclusão do acordo MERCOSUL–União Europeia, que é uma peça importante no esforço de transformação do Brasil por meio de maior inserção na economia internacional, e o acordo entre MERCOSUL e EFTA. Avançam, também, negociações com

vários parceiros, como Canadá, Coreia do Sul e Singapura. Ademais, estamos dialogando com os EUA para identificar o melhor meio de estreitar ainda mais os laços econômicos que nos unem. Nos numerosos contatos que tenho mantido com altas autoridades norte-americanas, fica evidente o interesse recíproco na dinamização dos fluxos de comércio e capitais entre os dois países.

Não tencionamos ser seletivos com respeito à abertura comercial. Aproveitamos oportunidades e convergências de interesses mútuos. Para além de parceiros com os quais desenvolvemos tratativas comerciais, buscamos, por meio de ações de promoção comercial e de diálogos sobre barreiras a determinados setores e indústrias, incrementar os fluxos comerciais e de investimentos com todos os grandes atores da economia mundial, a exemplo de China e Índia. Também com os países do Golfo, estamos buscando ativamente promover investimentos recíprocos e ampliar o comércio. Esses esforços estarão no topo da agenda do Presidente Bolsonaro nas visitas que fará, ainda este mês, a China, Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita, bem como na visita que lhe fará o Primeiro-Ministro indiano, Narandra Modi, em novembro próximo.

Por tudo isso, o BIF 2019 reveste-se de singular importância, pois ocorre num momento em que o Brasil adota ou aprofunda, de modo irreversível, reformas estruturais e políticas de plena integração ao mundo. Juntos, governo e setor privado, capitais nacionais e estrangeiros, transformaremos o Brasil no país que seu povo merece e há muito reclama: próspero, dinâmico, sintonizado com o futuro e com o mundo e, ao mesmo tempo, orgulhoso de sua identidade e caráter, consciente da grandeza da nação. Isso já está acontecendo. Convido todos os empresários e investidores do Brasil e de todo o mundo a serem protagonistas desta nova realidade.

41. Discurso na abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo (10/10/2019)

Muito bom dia!

É uma imensa alegria e uma honra para mim participar dessa edição do *Brazil Investment Forum* e contribuir para a ambiciosa e corajosa agenda de transformação do Presidente Jair Bolsonaro. Grande parte dessa agenda de transformação baseia-se no relacionamento externo. Para aumentar a competitividade, para aumentar a produtividade, gerar empregos, gerar oportunidades para todos, é necessária a abertura do país para o que há de mais avançado tecnologicamente, para o que há de mais avançado em termos de padrões de políticas públicas e de governança, para a plena integração do país às cadeias globais de valor.

Para isso, precisamos de parcerias. Precisamos, por exemplo, da parceria extraordinária que já temos com o BID, que continue gerando novas ideias. No jantar de ontem, conversando com o Ministro Paulo Guedes e com o Presidente do BID, já surgiram novas ideias, coisas que podemos fazer juntos, parcerias com todos os senhores, com todos os investidores.

O Itamaraty orgulha-se de ser parte dessa construção de um novo Brasil. Todos nós aqui, representando diferentes ministérios, nos orgulhamos certamente disso. São 22 ministérios e 22 pilares desse projeto, desse imenso projeto de transformação. Acabei de contar, nós temos aqui dez Ministros do governo brasileiro. Dentre os 22, é quase metade do Gabinete. Acho que isso é um sinal extraordinário da relevância que nós atribuímos a esse foro e à coordenação, ao contato, ao diálogo com o setor privado, com os investidores. Não é todos os dias que nós vemos esse nível de compromisso.

A Apex, ligada ao Itamaraty, mas conduzida por um conselho que tem, além do Itamaraty, o Ministério da Economia, Ministério da Agricultura, vários outros órgãos do governo e órgãos do setor privado, é um símbolo desse trabalho em conjunto, dessa coordenação do governo brasileiro e é um instrumento dessa política de engajamento externo, de abertura e de orgulho de ser quem somos.

Nós já deixamos claro em várias ocasiões, o Presidente já deixou isso claro em muitas ocasiões, que liberdade econômica e liberdade política vão necessariamente juntas. Estamos convencidos de que o eixo do patriotismo é aquele que faz rodar para a frente, finalmente, o Brasil. Administrações anteriores, algumas, acho que infelizmente nem tentaram a transformação, tentaram apenas aprofundar uma certa estrutura de poder. Outras tentaram reformas, mas sem a convicção. Acho que tentaram um liberalismo sem povo. E pela primeira vez nós estamos tentando fazer um liberalismo com o povo. Tentamos fazer no passado, tentou-se fazer um liberalismo sem liberdade, um liberalismo de fachada, que não mexia com as estruturas seculares de poder do Brasil, um liberalismo que não desafiava o sistema de atraso.

Agora nós desafiamos e, com isso, podemos ter uma política comercial que faz comércio, uma política de infraestrutura que faz infraestrutura, uma política educacional que educa, uma política ambiental que cuida do meio ambiente, uma política de tecnologia que atrai tecnologia e assim por diante, porque o povo brasileiro está mobilizado em torno desse projeto do Presidente Jair Bolsonaro, porque estamos nos ligando às cadeias globais de valor e também estamos nos ligando aos valores do povo brasileiro.

Os resultados desse novo engajamento, interno e externo, já se fazem sentir. No caso da frente externa, na conclusão dos dois maiores acordos extrarregionais já negociados pelo MERCOSUL, como já foi mencionado, com a União Europeia e EFTA, faz-se sentir

na muito produtiva e benéfica aproximação com os Estados Unidos da América, também com outros grandes parceiros com os quais tínhamos um potencial que não era explorado, como o Japão, como Israel. Também nas relações muito produtivas e densas que estamos desenvolvendo com outros importantes parceiros, como a China e os países árabes, para onde brevemente faremos uma importante viagem, ou seja, estamos nos integrando no mundo, estamos nos integrando na região, estamos integrando a região.

Trouxemos uma filosofia de integração aberta à América do Sul, à América Latina, que era talvez a visão original da integração, mas que havia sido abandonada, uma visão que une economia de mercado e a democracia, ou seja, o mesmo projeto que temos para o Brasil, mas queremos que seja o projeto de toda a região: liberdade econômica e liberdade política. Nós estamos vivendo uma extraordinária abertura, um extraordinário aumento do leque de opções. Estamos prontos, nesse sentido, por exemplo, para começar o nosso processo de adesão à OCDE. Isso reforçará toda essa dinâmica e toda essa agenda que nós temos. Eu tenho a convicção de que as discussões e os intercâmbios dessa edição do *Brazil Investment Forum* muito contribuirão para que nós continuemos nesse caminho de entrega de resultados que atendem aos interesses dos brasileiros e acho que podem contribuir também para a região e para o mundo, ao criar um país mais próspero, dinâmico e com oportunidades de crescimento para todos. E ao mesmo tempo um país mais fiel a si mesmo.

Muito obrigado!

42. Painel no Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo (10/10/2019)

Bom dia, novamente.

Senhores autoridades, investidores, colegas, amigos;

Senhoras e senhores,

É uma grande alegria estar aqui novamente já nesta manhã, depois da sessão de abertura com o Presidente, para esta primeira manhã do Fórum de Investimentos Brasil 2019.

Eu queria começar dizendo que nós só poderemos vencer o passado de estagnação e atraso do Brasil se abrirmos a economia e se tirarmos o Estado do centro da vida econômica. Para isso, nós precisamos fundamentalmente dos parceiros e investidores de outros países, além, evidentemente, dos parceiros nacionais e, por isso, a extraordinária importância deste fórum.

Nós queremos que os investidores sejam não simplesmente participantes, mas sócios desse nosso projeto, dessa nossa empresa de um novo Brasil. Nós precisamos dessa sociedade com os investidores para poder levar adiante esse processo de transformação. Queria enfatizar muito isso.

Nós estamos trabalhando para libertar as energias da nação. Tanto na metáfora quanto na prática, inclusive na nossa política energética. Estamos trabalhando para melhorar o meio ambiente, também tanto na metáfora quanto na prática. Tanto o meio ambiente propriamente, quanto o meio ambiente de negócio, o meio ambiente de segurança, o meio ambiente de participação social na política, numa política democrática, num ambiente democrático, como não temos precedente no Brasil.

Para entrar um pouco nessa questão ambiental, que hoje é tão presente, nós estamos desenvolvendo uma nova filosofia de preservação ambiental que não se restrinja apenas à proteção, mas que cada vez mais tem que caminhar para a geração de emprego e geração de oportunidades. Juntamente com o Ministro Ricardo Sales, do Meio Ambiente, e toda equipe, estamos falando disso, da necessidade de novos projetos que gerem empregos e desenvolvimento na Amazônia, especificamente.

Enquanto alguns falam nos pobres da Amazônia, mas, no fundo, estão defendendo antigas formas de política, ligadas à corrupção, nós queremos criar emprego para todas as pessoas da Amazônia, queremos transformar aquela região num novo polo econômico de desenvolvimento sustentável, com base, fundamentalmente, no investimento privado. Isso já foi falado em todo o painel da manhã, com o Presidente e vários Ministros. Se tudo der certo, e tenho certeza de que vai dar certo, nós estamos no início de um ciclo de crescimento baseado no investimento privado e na liberdade econômica. E para isso precisamos das parcerias internacionais.

Enquanto alguns simplesmente falam das populações indígenas, nós queremos levar aos povos indígenas no Brasil, que são brasileiros, tanto quanto nós, a possibilidade de, como dizia o Presidente, de usarem suas terras, usarem suas riquezas. Enquanto alguns falam de metas de emissões, de gases, e não as cumprem, o Brasil cumpre seus compromissos e tem uma matriz de energia limpa, que nós vamos desenvolver cada vez mais, por exemplo, com 80% de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Enquanto alguns, em outros países, falam da agricultura brasileira sem conhecê-la, nós e os senhores que conhecem e vão conhecer a agricultura brasileira, sabem e podem ter a certeza de que é a agricultura ambientalmente mais sustentável do mundo. E para

perceber essas realidades e para ser nossos sócios, como eu dizia, nessa empresa, nós precisamos dos investidores.

Nós precisamos dos senhores para a nossa nova política externa, uma política externa que nos permite, finalmente, trabalhar com parceiros fundamentais para o nosso projeto de desenvolvimento, como os Estados Unidos, como Israel, como Japão, como a própria União Europeia, através do extraordinário acordo de livre comércio que nós, depois de vinte anos, conseguimos fechar. E esses processos não são simplesmente declaratórios, eles só farão sentido, como estão fazendo sentido, se tivermos o engajamento do setor privado, dos investidores para aproveitar as oportunidades que estão surgindo. Essa é a nossa filosofia, é abrir as oportunidades para que elas sejam ocupadas pelos investidores brasileiros e internacionais.

Estamos abrindo extraordinárias oportunidades com os países do Golfo, por exemplo, uma viagem que faremos em breve à aquela região, isso ficará muito claro. Abrindo novas oportunidades com a China, abrindo novas oportunidades com o Sudeste Asiático, enfim, uma geometria aberta e sem limites para aquilo que podemos fazer.

Nós procuramos fazer uma política externa que responda não só aos interesses, mas aos valores, também, do povo brasileiro. Nós defendemos a família, defendemos a vida, defendemos a liberdade nos foros internacionais, onde quer que seja. Diziam que isso nos isolaria, isolaria o Brasil, de alguma maneira, e não é isso, absolutamente, o que está acontecendo. O Brasil está adquirindo enorme respeito e atraindo enorme interesse nessas, como em todas as áreas. Comprovei isso muito claramente em todos os diálogos que tive durante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Nós estamos abrindo caixas que estavam fechadas de ideias, fazendo circular ideias, fazendo as pessoas pensarem, nós também pensando. E quebrando, sobretudo, essa falsa divisão entre aquilo que é econômico e aquilo que não é, ou seja, como se pudéssemos falar,

seja no plano nacional, seja no plano internacional, de uma economia eficiente sem uma base social sólida. Nós estamos convencidos – e acho que cada vez mais países do mundo, e mais pessoas estão convencidas – de que isso não é possível, de que isso não é viável. Nós precisamos falar de tudo, de que tudo influencia tudo, e que somente no mundo onde haja liberdade, onde haja a solidez das nações, das famílias, das sociedades, poderá prosperar uma economia eficiente para o bem das pessoas, para o bem da dignidade humana.

Nós, aqui na nossa região, também, algumas atitudes, algumas políticas, o nosso empenho na luta pela democracia, na região, na América do Sul, já foi dito que isso nos isolaria de alguma maneira, e isso também não é absolutamente o caso. Nós queremos não só um Brasil diferente, livre; nós queremos fazer parte de uma região baseada na democracia e no livre mercado, e trabalhamos para isso, não só simplesmente falamos nisso.

Toda a América do Sul, toda a América Latina, muito especialmente a nossa região mais próxima, a América do Sul, tem um futuro absolutamente brilhante se fizer as escolhas certas. Se um ou outro país fizer outra opção, o Brasil seguirá o seu rumo; nós não mudaremos a nossa opção. Mas nós queremos estar todos juntos nesse caminho da democracia, do livre mercado, porque essas não são apenas palavras, são princípios em que nós acreditamos e que nos orientam. Pode ser que demore um pouco mais para chegarmos a esse futuro brilhante da América do Sul, mas eu tenho certeza de que, se o Brasil perseverar, com o peso que nós temos na região, se nós perseverarmos nesse caminho da liberdade econômica, da democracia, nós ajudaremos toda a região a trilhar esse mesmo caminho e chegaremos juntos a esse futuro.

Infelizmente, ao redor do mundo, algumas lideranças, alguns meios de comunicação não têm a menor ideia de qual é a nossa luta, a dimensão da nossa luta, do nosso esforço de transformação.

Alguns hoje quase se notabilizam por essa falta de noção. Não sabem – ou parecem não saber; fingem não saber – que nós estamos não simplesmente mudando uma política ou outra, mas combatendo, mudando e transformando todo um sistema que existia, um sistema de corrupção, de pobreza, de ignorância, que favorecia o totalitarismo. Não sabem – deveriam saber – do esforço gigantesco que nós estamos fazendo não só para não sermos uma Venezuela, mas para transformar a Venezuela, para que ela volte a ser a verdadeira Venezuela de democracia, de liberdade. Um esforço para que não haja novas Venezuelas no continente. Parecem não saber do esforço gigantesco que estamos fazendo para isso.

Mesmo países que se consideram campeões da liberdade ou dos direitos humanos, estranhamente, não veem o trabalho que estamos fazendo na defesa dos direitos humanos, tanto domesticamente quanto na região, quanto ao redor do mundo defendendo a democracia, defendendo a liberdade de expressão, defendendo a liberdade religiosa e outras pautas ao redor do mundo. Parecem cegos a esse papel do Brasil em defesa da liberdade, e isso é muito triste. Parece ser uma cegueira ideológica de alguns influenciando parte da opinião pública em alguns países, principalmente na Europa. Não sabem o que é sair de onde nós saímos, no Brasil, e em poucos meses já estamos avançados em mudar, em reestruturar um sistema que no fundo tinha 500 anos de dirigismo, de clientelismo. Pela primeira vez temos a esperança de reformas efetivas na economia, devolvendo aos brasileiros o orgulho de ser livres e empreendedores.

Em poucos meses, nós já estamos totalmente dentro, avançados numa agenda de reformas que trará muitas outras, com acordos comerciais sem precedentes também, com o compromisso de transformar o papel do Estado na economia, de tirar, no fundo, o Estado do centro da economia. Pela primeira vez, como eu dizia, temos um ciclo de crescimento baseado no setor privado.

E pela primeira vez temos a perspectiva de realmente integrarmos o clube das grandes democracias liberais, a OCDE. Há um enorme entusiasmo do governo brasileiro nessa direção, e acho que de todo setor privado brasileiro, e de outros países, nessa direção, tenho podido constatar. Isso é, talvez, uma das chaves para a transformação do Brasil, não simplesmente por aquilo que essa aliança significa em termos de qualidade de governança, mas pelo estímulo à continuação do processo de reformas. Ao mesmo tempo, em outros organismos multilaterais, na OMC, com uma nova postura na Organização Mundial do Comércio, nos liberando de amarras e condicionamentos ineficientes, prontos, agora, para negociar todos os temas, em todas as geometrias, em benefício do livre comércio.

E tudo isso dentro de uma democracia com total independência dos poderes, com enorme apoio popular, com uma enorme efervescência da participação democrática. Acho que alguns não sabem a dimensão disso, o quanto isso é difícil e quanto, ao mesmo tempo, esse desafio é algo que nós tomamos de frente, e não nos escondemos dele. Então, estamos fazendo isso no país e, ao mesmo tempo, ainda por cima, estamos defendendo isso para a nossa região – parecem não ver a dimensão disso –, nos abrindo para a relação com grandes parceiros que eram negligenciados. Parece que isso, infelizmente, não é enxergado, e alguns setores, que deveriam estar bem informados, preferem ficar repetindo certos chavões que não são absolutamente verdadeiros em relação ao Brasil.

Eu pergunto como podem setores e correntes que dizem ter compromisso com a democracia e com economia de mercado, não valorizar isso que o Brasil está tentando fazer, não valorizar que um país com o peso e a importância do Brasil esteja saindo tão rápido e decisivamente da coluna do estatismo e da manipulação totalitária e passando para a coluna da liberdade. Eu acho que quem não enxerga isso por falta de informação, vai enxergar porque essa informação

vai chegar, e quem prefere não enxergar por uma opção ideológica, é porque realmente no fundo não se preocupa com a liberdade.

Nós vemos infelizmente isso, que algumas pessoas não percebem a imensa diferença que o Brasil, esse novo Brasil está fazendo e pode fazer no mundo, em favor da causa da democracia, da liberdade, da economia de mercado. O êxito deste novo Brasil será, eu acho, posso dizer assim, será o maior êxito para a causa da liberdade política e econômica no mundo desde a queda do Muro de Berlim, trinta anos atrás.

Infelizmente, algumas figuras preferem se aliar aos interesses que mantiveram o Brasil na corrupção, no atraso, que contribuíram para, por exemplo, submergir a Venezuela na miséria em que se encontra, na tirania em que se encontra. Preferem esse discurso para seguir determinados chavões do que abrir os olhos e enxergar a realidade do Brasil.

Nós, e acho que todos os senhores, tenho certeza que a maioria dos senhores compartilha do nosso entusiasmo com o que estamos fazendo no Brasil em termos de reformas econômicas, de abertura econômica. Mas é preciso que todos saibamos contra o que nós estamos lutando. Não estamos num jardim de unicórnios e arco-íris, não é? Estamos num mundo onde estamos contrariando interesses, forças obscuras que estão-se batendo contra nós porque não querem a causa da liberdade, e porque sabem a diferença que o Brasil pode fazer por essa causa.

Nós precisamos dos senhores, dos investidores, para entender esse novo Brasil, para levar essa mensagem do verdadeiro Brasil. Precisamos dos senhores para reforçar permanentemente o nosso programa, para aperfeiçoar o nosso programa. Estamos aqui para falar, não simplesmente para falar, mas para ouvir, sobretudo para ouvir (estou falando, um pouco desdizendo o que estou falando), mas eu terei o maior prazer, ao longo desse dia, muito mais de ouvir

os senhores do que falar. Queremos isso, que o nosso projeto seja o seu projeto, o projeto dos investidores em energia, em manufaturas, em alimentos, em logística, em transportes, em infraestruturas e em tantas outras áreas.

Porque assim como nós aqui, do Brasil, os senhores também querem, eu tenho certeza, os senhores também querem um mundo de nações livres, prósperas, soberanas, porque somente nesse ambiente é que os negócios podem prosperar de maneira sustentável e compatível com a dignidade humana, com o meio ambiente e com tantos outros valores fundacionais.

Não é que nós queiramos reconhecimento, não é isso. Nós queremos que essa nossa parceria seja uma parceria completa, não apenas um aproveitamento das oportunidades específicas econômicas que existem, mas na parte conceitual, na realização dessa nova cara do Brasil, desse novo conceito do Brasil. A comunicação: é fundamental que os senhores sejam parceiros nossos em comunicar essa realidade.

Nós, aqui, nesse governo, não trabalhamos para ser elogiados pela imprensa. Nós trabalhamos para a nossa própria consciência. Eu acho até que está mudando, felizmente, até como o Presidente disse esta manhã, em alguns casos, nosso trabalho começa a ser reconhecido pela imprensa, mas nós trabalhamos não para esse aplauso, mas trabalhamos para a nossa consciência e a convicção de estar fazendo o certo. Então, não é questão de querer reconhecimento. É questão de trabalharmos juntos, para que todos possam entender o que está em jogo e estar ao nosso lado nesse esforço.

O Brasil do Presidente Jair Bolsonaro está tomando sob seus ombros uma enorme responsabilidade. Como eu dizia, aqueles que querem que nós tropeçemos nesse caminho e que paremos nesse caminho são aqueles que querem a volta de sistemas diferentes, ou são aqueles que não têm compromisso real com o mundo livre e sacrificam princípios à conveniência política. Esse trem brasileiro

(trem no sentido mineiro, mas também no sentido próprio) é o trem que está a toda força rumo a uma nova realidade, a uma nova esperança. E podemos dar uma nova esperança, como eu dizia, para a toda região. Podemos fazer uma diferença no mundo.

Nesse caminho, nós enfrentamos resistências, e nós não estamos, como eu dizia, preocupados pela imagem que surja. Agora, estamos preocupados com aquilo que será o julgamento da história, aquilo que se dirá no futuro, que nós fizemos, que nós tentamos fazer, ou daquilo nós não conseguimos. Eu tenho a certeza de que conseguiremos, porque nós temos a verdade do nosso lado, e a verdade sempre triunfará. Nós temos cada vez mais a confiança da comunidade internacional, incluindo a comunidade de negócios, que ama a liberdade tanto quanto nós.

Contra nós existe uma resistência natural à mudança de qualquer sistema, e existe uma ideologia, uma ideologia que nós decidimos combater de frente. Decidimos, portanto, atuar no campo ideológico, e aí estranhamente se diz que, às vezes, nesse combate, nós somos ideológicos, mas é justamente o contrário. A gente não se livrará da ideologia que garantiu tanto atraso ao Brasil, à América do Sul, se nós não a entendermos e não combatermos no seu campo.

Então, estranhamente, às vezes aqueles que ignoram esse desafio ideológico, no fundo estão reforçando essa ideologia, simplesmente para serem chamados de pragmáticos. Eu acho que pragmatismo é enfrentar os problemas tais como eles são, e não como gostaríamos que fossem. Por exemplo, quando você tem um sistema educacional que produz material anticapitalista e um ministério da educação, e um Ministro da educação que vai contra isso e que tenta modificar isso, estranhamente é essa reação desse ministério que é chamada de ideológica.

Quando nós temos alguns discursos na área internacional e de direitos humanos que dizem que o espaço democrático no Brasil

está diminuindo, que é um absurdo completo, para quem conhece o Brasil – o espaço democrático nunca foi tão amplo –, e quando nós dizemos isso, para mostrar a realidade, às vezes nos chamam de ideológicos. Isso é muito estranho.

Quando nós procuramos fazer uma política externa que se aproxima de grandes parceiros sem detrimento de nenhum outro, mas se aproxima de parceiros fundamentais, como, no caso, dos Estados Unidos, para o nosso processo de desenvolvimento, e quando começamos a auferir as vantagens mútuas dessa parceria e queremos levar a relação com todos os nossos parceiros a um novo patamar, nós estranhamente somos chamados de ideológicos.

Então, é importante que se entenda qual é a dimensão, o que realmente está por trás desse combate, dessa luta, desse esforço. Como eu dizia, toda a realidade, ela não é dividida nessas caixas em que durante muitos anos o discurso oficial dividiu, quando nós falamos, portanto, de educação, estamos ao mesmo tempo falando de economia; quando nós falamos de direitos humanos, estamos falando de investimentos. Porque a realidade é um todo, e o que nós queremos, sobretudo, é que essa realidade brasileira seja conhecida e que possamos ser parceiros no processo de transformação.

Muito obrigado!

43. Discurso na Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) Brasil 2019, em São Paulo (12/10/2019)

Muito bom dia a todos!

É uma alegria poder começar essa jornada da CPAC Brasil. Eu queria, antes de mais nada, agradecer e enaltecer o papel do Deputado Eduardo Bolsonaro em promover esse extraordinário evento junto com os organizadores. Eu queria saudar duas pessoas: Sua Alteza Dom Bertrand de Orleans e Bragança, e a minha mulher, Maria Eduarda, em nome dos quais saúdo todos os presentes aqui.

Eu gostaria de começar perguntando: o que nós queremos? O que nós queremos? O que queremos nós, que estamos aqui reunidos? E eu proponho uma resposta que eu vou tentar comentar. A resposta seria: nós queremos mudar o mundo. Nessa resposta, nós temos três termos – sujeito, verbo e predicado: “nós”; “mudar”; e “o mundo”. Então, vou tentar analisar um pouco cada um desses elementos.

Quem somos *nós*? Quem somos nós, conservadores? Acho que, antes de mais nada, nós somos um conjunto de pessoas que descobriram o prazer de pensar; que descobriram o *logos*, a palavra, como fonte da verdade, e a verdade como busca permanente da verdade.

Sei que nem todos aqui somos cristãos, mas acho que muitos de nós somos cristãos, e o cristianismo não é o enunciado categórico de uma verdade, ou não apenas; mas é uma busca da verdade, um diálogo permanente entre o ser humano e o mistério que o habita.

Todo cristão é um pouco teólogo, procurando capturar e captar, em conceitos, o sentimento que o anima, sem nunca conseguir definitivamente. E, por isso mesmo, sempre vivendo a sua fé intensamente.

O Papa emérito Bento XVI, no seu livro *Introdução ao cristianismo*, diz que o Credo – o Credo de Niceia – é uma espécie de salto no escuro; uma proposta que nós nos colocamos, e não uma imposição.

Nesse sentido, a verdade tem que ser construída; construída a partir da vida e do sentimento, e não simplesmente apreendida em abstrato. Quando Pôncio Pilatos pergunta a Jesus o que é a verdade (*Quid est veritas?*), Jesus não responde, como se ele dissesse: “Olha, se vira. Você descobre.” Em outro trecho do Evangelho, Jesus diz: “eu sou o caminho, a verdade e a vida.” Ou seja, ele próprio, o *logos* encarnado, e não um conjunto de regras ou de preceitos.

A verdade está ali, ligada ao caminho. Ou seja, a verdade é algo que se percorre e se apreende por experiência. A verdade está na vida. É algo que brota e cresce organicamente.

A palavra “saber” vem do latim *sapere*, que, por sua vez, vem de uma raiz indo-europeia, *sep*, que significa “experimental”, “saborear”. A nossa palavra “sabor”, que vem de *sapere* também deriva dessa mesma raiz. E o ser conservador tem muito a ver com isso, com essa tentativa de conhecer através da experiência; digamos assim, saborear a verdade. E talvez por essa razão, e não por coincidência, exista tanta afinidade, embora não coincidência, entre a atitude conservadora e a fé cristã.

Ser conservador tem a ver com a busca, tem a ver com respeitar a vida, com aprender com a experiência e com o sensível, com o meio de contatar o suprassensível. Tem a ver com a organicidade; tem a ver com o *logos* que transcende a pura lógica; com a tradição; com aquilo que cresce espontaneamente e se revela; com o natural, com o nascimento, com a nação (todos vindos da mesma raiz); com a natureza – em grego, *physis* –, que, segundo Heráclito, se revela escondendo-se.

Conservadorismo é respeitar e reconhecer as dádivas; é ter humildade diante do mundo e não achar que a razão humana é

todo-poderosa, ilimitada e esgota a realidade. Essa humildade às vezes nos vale a pecha de irracionistas ou antirracionistas. E não se trata, absolutamente, disso. Não se trata de negar a razão, mas de negar que a razão seja tudo; negar que a economia seja tudo; negar que a relação de classes seja tudo; negar que o ser humano seja tudo; negar que o planeta seja tudo, e assim por diante.

“Só tudo é tudo.” Isso é o que disse, uma vez, um certo escritor conservador, há muitos anos, quando eu ainda nem sabia que era conservador, e nem sabia que um dia estaria aqui falando com os senhores. “Só tudo é tudo” poderia ser uma das definições do conservadorismo, dessa atitude de humildade intelectual diante da dádiva do mundo e da incompletude da razão. Isso tudo constitui esse apego e esse respeito do conservador pelas tradições, pela cultura, pela família, etc.

Conservador é aquele que ama o que não consegue explicar, mas aquilo que sente. Como a liberdade, por exemplo. Como dizia Cecília Meireles, liberdade é essa palavra que não há quem explique e não há quem não entenda.

Por isso tudo, o conservador é o sujeito menos preconceituoso que existe. Os nossos adversários é que gostam de pensar preconceitos por rótulos, por estereótipos, por palavras de ordem, por clichês. Para os nossos adversários, existe “o *gay*”, existe “a mulher”, existe “o operário” (antigamente se falava “o operário”, “o camponês”). Para nós, conservadores, existe essa ou aquela pessoa, homens e mulheres, *gays* e heterossexuais, trabalhadores no campo, na indústria, etc., etc., cada um com a sua personalidade, cada um com seu pedaço de verdade insubstituível.

O esquerdismo é totalitário por isso: porque quer totalizar o indivíduo a partir de uma de suas qualidades, ou de uma de suas características, seja sua posição social, seja sua orientação sexual, etc., etc. Mas nós dizemos: só tudo é tudo. Aliás, acho que nem mesmo

tudo é tudo; e esse algo que falta em tudo talvez seja Deus ou, pelo menos, a abertura para Deus.

Alguns dizem que existe um totalitarismo de esquerda e um totalitarismo de direita. Isso não é verdade. O totalitarismo é o oposto do conservadorismo. Então, se nós definirmos, como temos que definir, que o conservadorismo é a direita – a verdadeira direita –, todos os totalitarismos estão do outro lado; estão na esquerda. Lembrando, inclusive, que quem primeiro se qualificou, com orgulho, de totalitarismo, foi o fascismo italiano.

O conservador é aquele para quem a realidade não está fechada, mas deixa sempre uma abertura para o outro lado, para a transcendência, para o desconhecido, ou o que quer que seja.

O conservador também odeia o nominalismo, porque sabe que as palavras são apenas a indicação de algo, são apenas um meio de contato com a realidade – uma realidade que é inesgotável e inapreensível em sua totalidade pela razão humana. As palavras são o contato com a realidade, e a própria realidade é o contato com algo que está além da realidade.

Então, o respeito à realidade e o respeito à palavra estão na essência do conservadorismo. O desrespeito à realidade e o desrespeito à palavra estão na essência do esquerdismo, e do totalitarismo. Eles agarram a palavra e a transformam em um absoluto, que não corresponde a nada e que é apenas um instrumento de poder. Isso é o nominalismo. Isso é ideologia.

Ideologia, o que é? Se a realidade desmente a teoria, tanto pior para a realidade. Por exemplo, a esquerda diz: “nossa casa está em chamas” (*our house is burning*). Então, o que é a realidade? Bom, em primeiro lugar, não é a sua casa! E em segundo lugar, não está em chamas! Mas isso não interessa. Eles continuam repetindo o mantra.

Ou então, a esquerda diz: “o Estados Unidos deixam de apoiar o Brasil para a OCDE.” Aí vem a realidade, e o Presidente Trump

diz: “Os Estados Unidos apoiam o Brasil para a OCDE.” E apoia o Presidente Jair Bolsonaro. O Secretário Mike Pompeo diz: “Apoiamos entusiasticamente o Brasil para a OCDE.” E o quê que a ideologia faz diante desses fatos? Reconhece? Não! Reconhece o erro? Nunca! Apenas metamorfoseia a mentira.

A direita, o conservadorismo, significa humildade diante da realidade, palavras como instrumento para a busca da verdade. A esquerda, a ideologia, significa arrogância diante da realidade, utilização das palavras como escravas da ideologia e mecanismos de controle mental.

Por isso, também, não é correto falar em uma ideologia conservadora por oposição a uma ideologia esquerdista. Ser conservador é ser contra a ideologia. É procurar a verdade na própria vida. Quando dizem que somos “ideológicos” porque lutamos contra a ideologia, isso, justamente, é uma aplicação da ideologia; é uma manipulação de palavras para propagar uma mentira.

Hoje, no mundo, nós temos um embate entre a verdade, ou seja, um exercício humilde da busca da verdade, respeitoso diante da realidade, da linguagem, das tradições, das sabedorias herdadas, respeitando os indivíduos com seus sentimentos e experiências únicas – de um lado isso: a verdade –; de outro lado, a ideologia.

Então, eu acho que isso é um pouco do que somos nós.

E “o mundo”, esse que nós queremos mudar? O mundo, hoje, é fundamentalmente isso: a verdade contra a ideologia.

O mundo de hoje começou, acredito, no século XVIII, com os iluministas: Voltaire e sua turma. Voltaire começou a querer “lacrar”, não é? Ele pegou as instituições, os sentimentos milenares do seu povo, da sua civilização, de toda a humanidade, e disse: “isso não serve para nada!” Começou a destruir tudo que havia de autêntico e orgânico na vida humana e na sociedade, desrespeitando as palavras

e subjugando-as; desrespeitando a realidade, desrespeitando a fé, desrespeitando a monarquia.

Em lugar da infinita complexidade e delicadeza do tecido social e da alma humana, em sua beleza inescrutável, Voltaire e seus descendentes erigiram o lema abstrato, nominalista, de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Liberdade para obedecer ao poder; fraternidade para eu te tomar o que é teu (afinal, somos irmãos, não é?); e igualdade de todos diante do medo da guilhotina.

E é curioso, porque aquela frase atribuída a Voltaire de que “posso discordar de tudo que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo”, Voltaire nunca disse isso – eu não sabia; aprendi isso com um autor extraordinário, italiano, Antonio Socci, que eu recomendo muito – jamais pronunciou isso; isso é outra invenção ideológica.

Os descendentes de Voltaire, na Revolução Francesa, entronizaram a deusa Razão, que é, justamente, o máximo da arrogância do ser humano. Para os conservadores, razão, *Okay*; mas ela não ensina tudo e não rege tudo. Só tudo é tudo. Mas, para os esquerdistas e seus ancestrais iluministas, essa razão – essa falsa razão, porque a razão é parcial; eles a absolutizam – a razão é soberana de um Estado totalitário e terrorista.

Até hoje, nós vivemos essa batalha. Por um momento, achávamos que a tínhamos vencido – após exatos 200 anos, entre 1789 e 1989. Mas não foi assim. Porque, em 1989, não foi o conservadorismo que venceu; ou melhor, foi o conservadorismo que venceu, mas não levou; não levou a taça. O Ocidente achou que tinha vencido por causa da superioridade econômica, do capitalismo sobre o socialismo, e que isso não tinha nada que ver com a superioridade espiritual da atitude conservadora sobre a atitude totalitária.

Assim, o Ocidente entregou-se ao vazio. Ele não deu a taça ao conservadorismo, como deveria ter dado. Não entendeu que a

atitude conservadora está na base da economia de mercado, e não o contrário. Não é a economia de mercado que está na base da atitude conservadora. E muito menos a atitude conservadora se esgota na economia de mercado; ela vai muito além.

O capitalismo não é um sistema, no sentido de que ele não é desenhado pela razão, por essa razão arrogante; mas ele surge espontânea e organicamente do próprio funcionamento da realidade. No capitalismo, age a atitude de humildade, conservadora, segundo a qual a razão humana não consegue dominar, a partir de um ponto central, a complexidade da realidade – no caso, a complexidade das trocas econômicas. Ali, age o princípio de que só tudo é tudo, de que somente o conjunto dos atores econômicos, trocando informações através do mecanismo de mercado, permite à sociedade desenvolver suas capacidades produtivas, com um sentido de movimento constante e incompletude em direção ao futuro.

“Ah, mas o capitalismo não gera felicidade para a maioria; o socialismo existe para gerar essa felicidade para todos.” Isso é ideologia. Isso é ideologia, como sempre, brigando com a realidade. Porque na realidade, o capitalismo não existe *para* nada. E justamente por isso, por que não funciona em um circuito fechado, submetido à deusa Razão, o capitalismo acaba permitindo que mais pessoas pelo menos *busquem* a felicidade.

O socialismo sim é um sistema gerado pela deusa Razão, com o objetivo de concentrar poder e exercê-lo, indefinidamente, gerando pobreza, opressão e infelicidade.

Em um mundo normal, as pessoas diriam: “Bem, então está provado. O capitalismo é melhor. Então, vamos em frente!” Mas em um mundo em que a ideologia continua vicejando e secretando suas mentiras, não existe isso de “*Okay*, erramos, vamos corrigir.” Não, isso não existe; como não existe por parte da imprensa, ou grande parte da imprensa. Porque o erro não era um erro honesto,

de quem estava preocupado em procurar a verdade e não a encontrou e, humildemente, reconhece isso. O erro era proposital.

Então, quando o erro se revela e fica impossível sustentá-lo, a esquerda não admite, simplesmente, o erro; ela substitui por um outro erro, por um erro diferente. E começa um outro processo de mentiras. Quando os erros do sistema econômico socialista ficaram evidentes, a esquerda mudou de erros. Criou a ideologia de gênero; criou todo o aparato do politicamente correto; recriou a raça como fator determinante do ser humano, o racialismo; e criou o “climatismo”.

Aqui, é importante dizer o que a gente entende por climatismo: eu diria que o climatismo está para a mudança climática assim como o globalismo está para a globalização. Globalização é um fenômeno econômico; foi capturado por uma ideologia; isso se tornou o globalismo. A mudança climática é a mesma coisa: é um fenômeno, que precisa ser estudado, e deveria ser estudado de maneira serena, racional; mas também foi capturado por uma ideologia.

Então, é preciso discutir a mudança climática. É preciso discutir o ritmo do aquecimento global. Pouca gente sabe, por exemplo, que o ritmo atual de aquecimento, desde o final dos anos 70, é de 0,13° centígrados por década, o que, somado ao aquecimento que já existe hoje, desde o começo da idade industrial projetado até o final do século, daria um aquecimento de, mais ou menos, 1,9° C em relação ao patamar dos anos 1850 até o final do século XXI. Então, isso tudo que se propala, do jeito atual, do jeito que são as emissões, do jeito que a natureza se comporta, já estamos dentro disso que é considerada a meta de aquecimento de 2° C até o final do século. Só que ninguém fala disso. Bem, é preciso falar; é preciso discutir.

Vamos controlar as emissões? Vamos, vamos controlar as emissões. Então, o Brasil é responsável por entre 2% e 3% do total de emissões de CO₂. A China é responsável por cerca de 25%. E, no

entanto, o Brasil tem, assumiu – e vai manter – compromissos rígidos de controle de emissões; a China só começa a ter que – de acordo com o Acordo de Paris – controlar suas emissões a partir do ano de 2030. Nenhuma crítica à China; ao contrário, negociou muito bem; eu queria que os nossos negociadores tivessem negociado tão bem como os negociadores chineses.

Outro ponto: os Estados Unidos saíram do Acordo de Paris e são o único país desenvolvido que tem conseguido reduzir as suas emissões de CO₂. Por quê? Pelos mecanismos de mercado, pela substituição de fontes de energia, pelo gás natural e outros elementos. No entanto, o Brasil e os Estados Unidos são os países mais vilipendiados nessa questão; que são aqueles que cumprem – um deles sem nem estar no acordo; e o Brasil também – os seus compromissos.

Então, quando surge uma coisa, um sistema de pensamento, que é o que eu chamo o climatismo, em que você abandona a discussão dos fatos, e começa a ser usado para intervir na economia, controlar a economia, intervir na educação e contestar a sua soberania, eu me pergunto: será que tem mutreta?

Então, existe, hoje, nesse mundo que nós queremos mudar, todo um arco ideológico, que vai desde o “socialismo do século XXI”, praticado, aqui, em alguns países da América do Sul, como a Venezuela, socialismo clássico; passando pelo politicamente correto e o racismo nos Estados Unidos, por exemplo, e na Europa; pelo climatismo, sobretudo na Europa; e contendo também umas estranhas sobrevivências do maoísmo nos principais pensadores de esquerda hoje, como o Alain Badiou, Slavoj Žižek; esse arco todo é um contínuo, e funciona todo ele junto.

Como é que isso funciona? Por exemplo, essa moça, Greta Thunberg, no mesmo dia em que ela foi falar nas Nações Unidas, eu recebi uma foto (alguns devem ter recebido) de uma menina

na Venezuela que tem 14 anos e pesa 14 kg, pela fome gerada por esse regime horroroso. E a Greta, ali, com 16 anos, quase a mesma idade, bem alimentada, bem nutrida, acolhida nas Nações Unidas; as mesmas Nações Unidas que não fazem nada por essa menina de 14 anos com 14 kg na Venezuela. Nações Unidas que não fazem nada contra Maduro, que aceitam a candidatura de Maduro ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – onde não vai entrar! Porque o Brasil e outros países não vão deixar, não porque a ONU não vai deixar. Então, eu é que pergunto: *How dare you? How dare you?* Então eu é que pergunto isso.

É claro que existe um arco reunindo todos esses elementos da ideologia, e esse arco está funcionando em uníssono contra o Brasil. Por quê? Porque o Brasil é um país conservador, que está enfrentando esse arco de frente, em toda sua extensão. Nós imaginaríamos que esse novo Brasil deveria ser acolhido e elogiado nesse mundo das democracias liberais, por ser uma democracia liberal, vibrante, uma economia que se abre ao mundo e que cuida do seu povo, que cuida, inclusive, do seu meio ambiente, muito mais do que antes. Imaginaríamos que o Brasil deveria ser acolhido no mundo dos direitos humanos, porque luta pela liberdade, democracia e direitos humanos na Venezuela e em tantos outros lugares. Mas não. Nenhuma dessas cartas serve. A carta que serve é aquela que sempre é usada para nos atacar, que hoje é a carta ambiental.

Então, esse mundo, esse arco ideológico do cinismo é aquilo que nós queremos mudar. E como fazê-lo? Então, “mudar”; como?

Acho que, como bons conservadores, nós não temos um programa único e rígido; mas nós precisamos de algumas coisas: precisamos, em primeiro lugar, pensar no empresariado. Repetindo, o conservadorismo é a base da livre empresa, é a base da economia de mercado, mas o problema é que a própria livre empresa tem sido penetrada pela ideologia esquerdista. A gente fala muito da

penetração gramsciana nas escolas, nas igrejas, nas associações, mas existe a penetração gramsciana nas companhias privadas. O climatismo e a ideologia de gênero estão fazendo isso. Então, precisamos mostrar às empresas a verdade, quem está do lado da liberdade econômica – que somos nós.

Nós vimos isso, por exemplo, anteontem, aqui em São Paulo, no Fórum de Investimentos do Brasil, com o setor privado, investidores de todo o mundo. As pessoas estão acordando, estão entendendo que somos nós que estamos do lado da liberdade econômica, assim como estamos do lado da liberdade política, *por causa* (e não *apesar*), *por causa* da nossa essência conservadora. Fazendo acordos de livre comércio que nunca foram feitos, abrindo oportunidades de investimento que nunca foram abertas, abrindo, pela primeira vez, a oportunidade de o Brasil ser uma economia de mercado *por causa* do nosso programa conservador.

Outro ponto: nós precisamos trabalhar incansavelmente, cem por cento, 24 horas por dia na liberdade da Internet. Internet é igual a democracia. E quando se deixa a democracia funcionar, ela sempre apontará no sentido da atitude conservadora.

Outra coisa: precisamos denunciar (como eu estou fazendo aqui) a ideologia de gênero e o climatismo, que são hoje o mecanismo pelo qual o programa esquerdista ocupa esse arco ideológico de que nós estamos falando.

Nesse ponto da economia, nós precisamos consolidar a aliança liberal conservadora. Eu comecei a falar disso em janeiro, fevereiro desse ano, e cada vez mais estou convencido, e acho que, cada vez mais, as pessoas estão convencidas disso. Precisamos mostrar que isso não é acidental, que o liberalismo econômico tem a sua casa no conservadorismo.

Outra coisa: precisamos entender que o esquerdismo é e sempre foi global. E criar também as nossas redes mundiais, não globais,

mas mundiais, respeitando as individualidades, as nacionalidades. Não podemos continuar lutando cada país em separado. Precisamos entender o globalismo como substituto do comunismo.

Precisamos recuperar a bandeira da economia de mercado, como eu dizia, mas não caindo no erro de achar que tudo é economia, e sim trabalhando na cultura e, a partir daí, na economia. Isso eu acho que é outra essência do conservadorismo: entender que o centro está na cultura. Na cultura *lato sensu*: filosofia, pensamento. Porque a sua estrutura metafísica de pensamento é o que gera a sua atitude, e a sua atitude é o que gera a sua ação na economia.

Precisamos entender essa conexão entre os vários pontos do arco ideológico globalista: o socialismo do século XXI; o politicamente correto; o climatismo; esse neomaioísmo de que eu falei.

Precisamos de um sistema de comércio mundial que favoreça a democracia e a liberdade, e não um sistema cego aos valores; pois um sistema cego aos valores acabará sempre favorecendo os valores errados, contrários à liberdade.

Precisamos ter nas nossas mãos a bandeira da revolta, a bandeira da indignação, a bandeira da transformação, com toda a sua energia; a bandeira da justiça, porque a justiça é aquilo que fala ao coração humano e ao direito natural, que faz parte do sentimento conservador.

Precisamos ter nas nossas mãos, como temos, a bandeira da nação, do princípio nacional; a bandeira da soberania; a bandeira dos verdadeiros direitos humanos; a bandeira da proteção ambiental verdadeira.

Os que somos cristãos, precisamos empunhar a bandeira da fé em Jesus Cristo. Jesus Cristo que, para nós, é *Deum verum de Deo vero*; Θεὸν ἀληθινὸν ἐκ Θεοῦ ἀληθινοῦ; Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; 出自真天主的真天主. Os católicos, precisamos empunhar a bandeira da Virgem, hoje, dia 12 de outubro, dia da Padroeira do Brasil.

E acho que nós estamos empunhando todas essas bandeiras. A bandeira da liberdade – que é fundamental – é nossa; talvez a mais sagrada de todas. Com essas bandeiras, nós empurraremos todo esse arco ideológico globalista de volta para onde veio.

E o Itamaraty, para finalizar, o Itamaraty está junto nessa tarefa. O Itamaraty desceu de seu pedestal onde fingia ser uma estátua para não ter que se meter com os negócios do país. O Itamaraty não é mais uma estátua em um pedestal, o Itamaraty faz parte desse trabalho nosso, aqui. O Itamaraty está junto com o povo, está junto com o Brasil, junto com o Presidente Bolsonaro, junto com a brava gente brasileira.

Muito obrigado!

44. Alocução da mesa-redonda “Perspectivas do cenário macroeconômico e do ambiente de negócios no Brasil”, em Doha (28/10/2019)

Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro;

Senhor Ministro Al Kuwari, do Catar;

Senhores Ministros e autoridades do governo brasileiro;

Senhores Ministros e autoridades do Catar;

Empresários, senhoras e senhores,

O Brasil que o Presidente Bolsonaro e sua equipe trás aqui ao Catar é, sem dúvida nenhuma, um novo país, um novo projeto de país. É um país que está finalmente aberto ao investimento estrangeiro e à inovação, um país que abandona as amarras de uma economia que, até pouco tempo atrás, sofria de um excesso de burocracia, de um excesso de controle estatal e de intervenção estatal. Esse novo Brasil é um Brasil que promove reformas nesse sistema, rumo a uma economia aberta e competitiva; reformas, que os senhores certamente acompanham, no sistema de pensões; em breve, tributárias e outras áreas fundamentais para as reformas estruturais.

Nós estamos plenamente conscientes de que essa mudança tão ambiciosa só pode ser atingida mediante uma inserção competitiva nas cadeias globais de valor, que são uma das pedras angulares do nosso projeto. Não simplesmente um projeto de reformas internas, mas um projeto de uma nova inserção internacional. Essas duas coisas vão necessariamente juntas. E, para isso, queremos aprofundar as parcerias com nossos parceiros internacionais, que contribuirão decisivamente para esse projeto. Queremos trocar experiências em áreas fundamentais para as boas políticas, a boa governança e a atração de investimentos.

Eu estou certo de que a parceria entre o Brasil e o Catar tem esse potencial. O salto de desenvolvimento feito pelo Catar nas últimas décadas é notável. E o Brasil, por sua vez, também está começando no caminho da construção de uma economia aberta e competitiva, uma economia moderna. E nós não voltaremos atrás. Esse compromisso, que é um compromisso de toda a equipe de governo, sob a liderança do Presidente Jair Bolsonaro, é um compromisso que nós reafirmamos aqui.

Se outros países da nossa região, da América do Sul, querem voltar atrás no tempo, nós não voltaremos. Parece que alguns países pensam que, bom, se dessa vez nós tivermos mais controle estatal, mais burocracia, mais fechamento comercial, quem sabe dessa vez vai dar certo. Alguns parecem que pensam que o problema foi que no passado não se tentou suficientemente o modelo estatista e o modelo de fechamento.

E o Brasil não cairá nessa armadilha. O Brasil continuará no caminho das reformas. E para isso nós precisamos dos investidores, precisamos de seus recursos financeiros, mas também, igualmente, da sua *expertise* e da sua colaboração para identificar as dificuldades que ainda temos e que precisamos superar. Nós estamos trabalhando nisso.

Este não é um governo para deixar as coisas pela metade. O Brasil, por muito tempo, foi um país que deixou as coisas pela metade, deixou as coisas para depois. Nós não faremos mais isso, porque não é isso que o povo brasileiro nos pede. Nós estamos trabalhando em todos os níveis: estamos trabalhando no nível macro, fechando grandes acordos comerciais, trabalhando para o ingresso do Brasil na OCDE, trabalhando nas reformas, que eu já mencionei; mas nós precisamos também trabalhar no nível micro, no nível da operação econômica, no nível dos problemas e desafios diários do

investimento e do comércio. Para isso, nós precisamos da parceria com os senhores aqui do Catar.

Nós consideramos que é fundamental atrair investimentos para projetos de infraestrutura, muito especialmente dentro do quadro do Programa de Parcerias de Investimento, o PPI. Os senhores ouvirão muito mais sobre isso agora nas próximas apresentações. Queria apenas dizer que nós estamos trabalhando nisso, em torno desse projeto, sob a liderança da Casa Civil, o Ministro da Casa Civil aqui ao meu lado, Onyx Lorenzoni, e sua equipe do PPI, mas também no Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), e todas as outras áreas do governo envolvidas.

Gostaria de rapidamente enfatizar três outras áreas, além da infraestrutura, só para dar uma ideia da amplitude das oportunidades. As parcerias em defesa, extremamente promissoras já há alguns anos, e cada vez mais; parcerias que não estão limitadas apenas à troca de comércio de produtos de defesa, mas que envolvem, também, outros aspectos de cooperação de longo prazo. Em segundo lugar, todas as parcerias em ciência, tecnologia e inovação – o nosso Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações está aqui também para discorrer sobre isso –; apenas para mencionar o caráter absolutamente prioritário, também, dessa área. E a área do agronegócio. O Brasil tornou-se, nos últimos anos, um dos países mais competitivos do mundo no agronegócio, de maneira inteiramente sustentável e respeitosa do meio ambiente, e pode contribuir muito para a segurança alimentar deste país, aqui, e desta região. Apenas para dar alguns exemplos de setores, além dos investimentos em infraestrutura, que podem ser extremamente promissores para a nossa parceria.

Estou convencido de que será um trabalho muito produtivo, e estamos todos à disposição dos senhores para desenvolver esse contato.

Muito obrigado.

45. Alocução na abertura do seminário empresarial sobre o Brasil no Conselho das Câmaras Sauditas, em Riade (30/10/2019)

Muito boa tarde a todos!

Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro;

Senhores Ministros do governo brasileiro e outras autoridades brasileiras;

Senhor Ministro do Comércio e Investimentos da Arábia Saudita e outras autoridades sauditas;

Senhor Presidente do Conselho das Câmaras Sauditas,

Eu gostaria de ser muito breve para assinalar alguns pontos que nós vamos levar para o Brasil aqui desta visita à Arábia Saudita. Em primeiro lugar, estamos convencidos de que a amizade entre o Brasil e a Arábia Saudita atingiu um nível que provavelmente nunca teve, e isso se deve não só aos interesses compartilhados, mas, sobretudo, a uma visão, uma visão que nós constatamos, que é uma visão comum do Presidente Bolsonaro com o Rei Salman e com o Príncipe Mohammad bin Salman nas reuniões que tivemos com ambos. E essa amizade deve-se, também, aos caminhos semelhantes que nós estamos trilhando hoje entre Brasil e Arábia Saudita.

Mas, sobretudo, precisamos enfatizar que amizade significa bons negócios, e eu acho que, com muitos poucos países do mundo, o Brasil tem essa mesma complementariedade de interesses que nós identificamos aqui com a Arábia Saudita, essa diversidade de interesses e essa vontade de trabalhar juntos para concretizar essas oportunidades. Nós vimos isso já aqui, por exemplo, no anúncio do fundo de investimentos de dez bilhões de dólares, no Brasil, que será de benefício mútuo, certamente, para os dois países, para as duas

economias, e achamos que isso é apenas o começo. Temos certeza de que muitos mais projetos em conjunto virão.

E isso tudo só é possível porque nós temos um Brasil, graças à liderança do Presidente Bolsonaro, comprometido com uma profunda transformação, e sabemos que a Arábia Saudita também vive um momento de profunda transformação, com sua Visão 2030. Eu pessoalmente, tinha tido a oportunidade de estar aqui, na Arábia Saudita, em outras circunstâncias, em 2005 e 2006, quando falávamos da possibilidade de uma negociação de livre comércio entre o MERCOSUL e o Conselho do Golfo, e posso testemunhar, pessoalmente, que vejo uma enorme transformação neste país, e vejo que os senhores estão realmente a caminho de uma nova agenda e de uma nova realidade. E acredito que aqueles que visitaram também o Brasil, anteriormente, e visitem o Brasil hoje terão a mesma sensação: que o Brasil está em um novo rumo, um rumo de desenvolvimento, um rumo de crescimento e um rumo de reconexão com os anseios mais profundos da nossa nação.

Nós temos uma visão. Temos uma visão de um país sem corrupção, e com crescimento econômico. E para isso precisamos, entre outras coisas, da abertura econômica, da abertura comercial e dos investimentos e parcerias internacionais. O sistema que prevalecia antes, por diferentes razões, era avesso ao livre comércio, era, em grande medida, avesso às parcerias internacionais, e nós percebemos que a transformação desse sistema exige essa abertura.

Nós precisamos dos senhores, investidores, parceiros de negócios, para ajudar a transformar o Brasil, e estamos, por nossa parte, também prontos a contribuir para esse programa de transformações da Arábia Saudita. Há uma grande convergência entre os dois governos e entre os dois setores privados, como também poucas vezes se identifica no mundo.

Antes, no Brasil, havia a impressão de que o investidor estrangeiro tinha, digamos, uma obrigação de investir no Brasil, e se ele não investia, a culpa era do investidor. Hoje, nós temos um enfoque completamente diferente. Queremos que as condições existam; queremos criar as condições para a entrada dos investidores. Por isso, precisamos não só da concretização dos investimentos, mas do diálogo permanente para criar o melhor ambiente de investimentos e ambiente de negócios no Brasil.

Então, esse é o momento que nós estamos vivendo e isso que nós vamos levar dessa viagem, eu tenho certeza. Queremos transformar o Brasil e a Arábia Saudita juntos!

Muito obrigado!

46. Discurso no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento – Frencomex, em Brasília (06/11/2019)

Muito boa tarde a todos!

Senhor Deputado Evair de Melo, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento, Frencomex;

Senadora Soraya Thronicke, Vice-Presidente da Frente pelo Senado Federal;

Deputado Marcos Pereira, Vice-Presidente da Frente pela Câmara dos Deputados e Primeiro Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados;

Senhores e senhoras Parlamentares;

Membros do corpo diplomático; colegas; caros amigos,

Antes de mais nada, é uma imensa alegria para todo o Itamaraty, para todo o Ministério das Relações Exteriores receber, aqui, esta cerimônia de abertura da Frencomex. Eu vou começar a usar a sigla, é importante já ter essa imagem. É uma Frente que já nasce com uma personalidade muito própria, e isso é excelente.

É uma alegria muito grande por vários motivos. Inicialmente, queria assinalar que é um símbolo da coesão, da parceria entre o Executivo e o Legislativo. O próprio Presidente Jair Bolsonaro enfatizou isso muito ontem, quando esteve lá (eu tive o prazer de estar junto, com alguns outros Ministros), quando levou ao Congresso Nacional o projeto da PEC do Pacto Federativo. Essa parceria íntima entre o Executivo e o Legislativo, juntamente com o Judiciário, evidentemente, que, além da harmonia, tem que ser uma parceria

produtiva, da qual depende o futuro do Brasil e o futuro do nosso projeto de nação. É, portanto, um momento especial para nós por essa simbologia.

É também um símbolo, um reconhecimento, realmente é uma honra, é a nossa Casa, mas, neste momento, é a Casa dos senhores Parlamentares (eu, que já tive a oportunidade de estar em outras ocasiões semelhantes lá no Plenário da Câmara), é realmente uma honra poder acolher, aqui, esse evento dos senhores. E que simboliza, portanto, também, o engajamento do Itamaraty nessa área do comércio exterior e dos investimentos.

Nós temos essa tradição já de décadas, desse envolvimento e temos procurado renovar e reforçar a cada dia o papel do Ministério das Relações Exteriores na busca das soluções e dos avanços de que o Brasil necessita na área do engajamento econômico internacional, tanto no comércio quanto nos investimentos. Sempre em parceria muito íntima com os outros órgãos diretamente envolvidos. Temos aqui representantes do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, principalmente, mas também de toda a equipe do governo brasileiro. A gente não pode conceber o comércio como algo especializado; é especializado, num certo sentido, mas, ao mesmo tempo, é algo que envolve todo o aparato estatal, e tem que envolver, para a qualidade dos resultados.

Temos também colocado a Apex inteiramente em favor desse esforço cotidiano de busca de mercados, de busca de oportunidades, uma agência que tem uma vocação extraordinária de participação, também, nessa dimensão e cujo conselho diretivo o Itamaraty preside, e na qual nós temos procurado lançar toda essa necessidade de coerência como conjunto do nosso envolvimento na área de comércio e investimentos.

Também já está superada aquela era em que a gente via a parte da negociação comercial como algo distinto da parte da promoção

comercial e da promoção de investimentos. Isso é um pouco, uma cultura institucional que está sendo superada, já foi superada. No fundo, é tudo a mesma coisa, tudo converge para o mesmo objetivo. Na verdade, é uma diferença abstrata, mas, na prática, o objetivo é o mesmo, é a geração de oportunidades, geração de empregos e a captação de progresso e desenvolvimento para o Brasil.

E é uma alegria também porque acho que simboliza esse novo dinamismo do Brasil no domínio do comércio dos investimentos. Nós, realmente, adquirimos um momento muito bom, tenho certeza disso, acho que os senhores compartilham disso. Graças a um esforço conjunto, não só do Executivo, mas do Legislativo, de toda essa percepção de que é a hora, é a hora de o Brasil abrir sua economia de maneira ambiciosa, de maneira ousada, de maneira inteligente, sem esperar a próxima oportunidade, sem esperar, às vezes, que tudo esteja perfeito, porque nunca estará perfeito. É a hora de mergulhar nessa piscina do comércio internacional. Nós, durante muito tempo, acho que fomos aquela pessoa que fica ali vendo todo mundo divertindo-se na piscina, e a gente ficava com medo da água fria, do lado de fora. Esse é o momento, sem dúvida.

E isso está refletindo-se, antes de mais nada, nos novos acordos que nós temos assinado. E esperamos, nesse sentido, dar cada vez mais trabalho ao Congresso Nacional, no exame dos acordos que nós assinamos. Isso faz parte de uma estratégia de transformar realmente o Brasil em um centro, em um hub de acordos, de arranjos, de nos colocar nas famosas cadeias globais de valor, que se estão reestruturando a cada dia. Agente perdeu muito tempo, mas estamos, felizmente, conseguindo recuperar esse tempo perdido.

Isso está acontecendo também graças a essa concatenação das diferentes vertentes, como eu dizia, da vertente negociadora bilateral, da vertente de promoção, da vertente multilateral, que é importante a gente não esquecer, onde a gente tem que negociar tanto para

que certas coisas, digamos, ruins não aconteçam, mas, sobretudo, cada vez mais, negociar para que haja um sistema multilateral de comércio que nos proporcione o famoso *level playing field*, que nos proporcione um campo de jogo estável, justamente neste momento que nós queremos jogar esse jogo, mais do que em qualquer outro momento.

É um momento especial, também, na percepção dos agentes econômicos internacionais, dos governos, dos setores privados em relação ao Brasil. Tenho constatado isso muito claramente nas viagens que temos feito. Esse recente périplo do Presidente da República pelo Extremo Oriente, pelo Oriente Médio foi extremamente revelador, do enorme interesse que existe por parte dos investidores, dos agentes econômicos em relação ao Brasil. Nós tivemos inúmeros contatos, como os senhores sabem, com investidores, trouxemos excelentes resultados; chamou, claro, muito atenção, com justiça, o anúncio de um fundo de investimento de dez bilhões de dólares da Arábia Saudita. Mas em todas as outras escalas houve o anúncio, ou a abertura, ou o início de processos de investimento, anúncios de novas operações, de novas avenidas abertas para o Brasil.

Acho que isso reflete várias coisas. Reflete o momento bom, o momento econômico do Brasil, com os números que nós temos visto na parte macroeconômica. Reflete a confiança do mercado brasileiro. Reflete uma percepção de qualidade das nossas políticas e de comprometimento do Estado brasileiro, novamente não só do Executivo, mas de todo o Estado brasileiro, com a segurança jurídica, com a abertura, com a racionalização do nosso ambiente de negócio.

Então, esse impulso transformador do Brasil é percebido, ele é valorizado, ele é algo que liga a chave desses novos investimentos no Brasil. O momento, sem dúvida, é nosso; não podemos perder esse momento. O Brasil está com a visibilidade enorme, com justiça, novamente, e é preciso fazer de tudo para aproveitar rapidamente

essa oportunidade, colocar o Brasil no centro do mapa das trocas econômicas mundiais.

Se nós olhamos a lista das maiores economias do mundo, vemos que, nesse período de dez meses que já temos nessa equipe, já obtivemos ganhos importantes, mudanças de jogo com todas as grandes economias do mundo. Os Estados Unidos, coma visita presidencial, toda a agenda que nós abrimos com os Estados Unidos; China e Japão, a segunda e a terceira maiores economias, nessa visita, agora, cada um à sua maneira.

Um parêntese, que é fundamental: nós estamos trabalhando com cada parceiro da maneira que é produtivo trabalhar com aquele parceiro. Não existe um modelo único de arranjo comercial, um modelo único de acordo, um modelo único de relacionamento. É preciso explorar de maneira diferente e diferenciada cada parceiro.

Portanto, a segunda e a terceira economias do mundo, já relocalamos o Brasil no mapa, nessas duas vertentes. Depois, Alemanha e França, quarta e quinta maiores economias: temos o acordo MERCOSUL-União Europeia, que nos conecta não só com esses países, mas, evidentemente, com toda a União Europeia.

Índia: iremos agora, em janeiro, com o Presidente de República, numa visita muito importante a esse país, que é uma economia das que mais cresce no mundo atualmente. Esperamos trazer resultados semelhantes.

Reino Unido: já estamos conversando para, se e quando se concretizar um *Brexit*, eventualmente, há um interesse enorme de termos um entendimento específico com o Reino Unido.

De modo que estamos cobrindo, não quero deixar de falar de outras economias importantes. Os Países Baixos, por exemplo; eu estava falando com o Embaixador dos Países Baixos aqui, tivemos uma excelente reunião com o Chanceler dos Países Baixos, agora, recentemente, em Nova Iorque, já falamos de novas oportunidades.

Então, só para dar um exemplo de que estamos abrindo frentes e ocupando esse espaço que está hoje aberto para o Brasil.

Rapidamente, antes de terminar, já que nem tudo são rosas, vou falar de dois desafios. Não digo que sejam espinhos, mas são dois desafios que temos pela frente. Um é a questão, digamos, a percepção do Brasil nessa questão ambiental. Todos os senhores têm acompanhado, acho que estamos evoluindo em dispersar as dúvidas, uma imagem negativa que havia sobre o Brasil. Ainda persiste, em certos rincões. É preciso, nesse ponto, também, uma parceria muito firme entre o Executivo e o Legislativo para mostrar a realidade do Brasil, a realidade das nossas políticas, na questão da Amazônia e toda a parte ambiental, para que essas percepções equivocadas que às vezes ainda persistem sobre o Brasil não sejam instrumentalizadas como uma barreira a comércio e investimentos.

E, em segundo lugar, aquilo que parece ser um impulso protecionista de um grande sócio do Brasil aqui na América do Sul. Temos que ver como é que isso vai se concretizar. O Brasil tem uma determinação claríssima, neste momento, de seguir adiante com o seu impulso, a sua política de abertura comercial, de concretização de novos acordos, de abertura de novas frentes, e isso vai continuar.

Bem, então, só para reiterar, queremos ser parceiros, aqui, o Itamaraty, todo o Executivo, queremos ser parceiros diários do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, na efetivação dessa agenda de comércio e investimentos. Queremos trocar ideias; já, aqui, antes de começar, trocamos ideias muito úteis com o Deputado Evair de Melo, um exemplo muito claro daquilo que podemos fazer juntos.

Queremos estar juntos na dimensão dos contatos internacionais. Também aqui, antes de começar, já falava com o Deputado Marcos Pereira a respeito da Espanha, das boas perspectivas que o Deputado encontrou numa missão à Espanha. Isso é importantíssimo, que

estejamos juntos nesse projeto, que o Itamaraty, com sua rede de postos no exterior, e o Congresso se complementem. As visitas parlamentares ao exterior são instrumento extraordinário para contribuir de maneira decisiva para a nossa tarefa, como Itamaraty, de abertura de oportunidades.

Essa parceria também tem que se refletir na dimensão de entendermos, a partir do Itamaraty (que tende a olhar para fora, mas tem que olhar para dentro), de entendermos qual é a realidade, quais são os desafios da nossa inserção dentro do Brasil, daquilo que é a demanda, daquilo que é necessário, para que a nossa política comercial reflita aquilo que é a realidade do Brasil, não só nos grandes centros, mas nos seus estados, na sua complexidade.

Aqui me refiro, por exemplo, à visita que, juntamente com a Senadora Soraya, fizemos a Campo Grande, onde tivemos aquele evento sobre a abertura da [Ferrovia] Bioceânica, ligando o Mato Grosso do Sul até o Pacífico. Tenho falado muito que o Itamaraty tem que ser também um Ministério de Relações Interiores, para saber quais são as realidades em todo o Brasil e refletir isso, muito especialmente, nessa dimensão comercial e de investimentos.

Então é isso, eu queria agradecer muito a presença e a honra de participar e de podermos ser a sede do lançamento, aqui, dessa Frente Parlamentar.

Muito obrigado!

47. Alocuções na sessão ampliada da XVI Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, em Brasília (08/11/2019)

Primeira alocução:

Muito obrigado, Chanceler Gustavo Meza-Cuadra.

É um prazer para mim copresidir essa reunião com Vossa Excelência, e sempre enaltecendo o trabalho do Peru nessa empreitada do Grupo de Lima, desde o seu início, que justamente leva o nome da capital peruana.

Gostaria de dizer que é uma grande honra, para mim e para todo o governo brasileiro, a possibilidade de receber, pela primeira vez, aqui no Brasil, uma reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo de Lima.

Vários dos senhores, aqui presentes, sabem que, quando eu assumi este cargo em 1º de janeiro, a minha primeira missão internacional foi justamente em Lima para uma reunião desse Grupo, em 4 de janeiro. Desde então, pessoalmente, e no nível da nossa chancelaria e de todo o governo brasileiro, fizemos da participação no Grupo de Lima e do empenho na devolução da democracia à Venezuela uma prioridade máxima da nossa política externa.

Essa prioridade não é do nosso Ministério, do Itamaraty; é do Brasil. Não simplesmente por aquilo que percebemos como um dever moral, como um dever de solidariedade para com um país-irmão e para com toda região, mas também pela convicção de que para o nosso projeto de país, projeto do Presidente Bolsonaro, é absolutamente imperioso estar numa região de democracia, numa região de liberdade, numa região de busca pela prosperidade e pela

paz. Portanto, trabalhamos com duplo afincio nessa tarefa que nos une aqui.

Ao longo deste ano de 2019, este nosso Grupo conseguiu já apoiar várias iniciativas fundamentais em prol da transição democrática na Venezuela, sendo, acredito, a mais importante delas o reconhecimento do Presidente Juan Guaidó como Presidente Encarregado da Venezuela.

Existe sempre uma tentação de destacar momentos de menos avanço, ou de aparente falta de acontecimentos que possam ser incluídos em nossas declarações, em nossos instrumentos. Mas eu tenho uma visão diferente, e tenho certeza de que todos os senhores aqui tem uma visão diferente. A pergunta que precisamos fazer é: onde estaríamos sem este grupo, sem o Grupo de Lima? Quem teria gerado as condições, com pressão diplomática e política, para as diferentes modalidades de ação que foram criadas? Algumas iniciativas não avançaram como nós gostaríamos, em grande parte devido à má-fé do regime ilegítimo instalado em Caracas, mas a pergunta que fica é: como estaria o quadro na Venezuela sem a pressão que realizamos e sem a mobilização que realizamos de toda a comunidade internacional em favor da democracia venezuelana? E, finalmente, temos que perguntar: a quem interessa mais que não exista o Grupo de Lima, com uma linha firme de crítica, de questionamento e de pressão sobre o regime ilegítimo de Nicolás Maduro?

É óbvio que nosso trabalho tem custo político e diplomático, que gera desgaste em níveis e frentes. Mas esse é preço de defender o que está certo e aquilo que é justo. Nós precisamos, como assinalava também o Chanceler Meza-Cuadra, manter a união, a coesão e o dinamismo do Grupo de Lima; a união de propósito.

Nós precisamos ter presente que, somente quando os homens e mulheres de bem forem tão empenhados e tão audazes quanto os

maus, nós poderemos enfrentar a injustiça. O quadro que a Venezuela democrática enfrenta é dramático e de enorme complexidade. Em situações análogas no cenário internacional, se é que elas existem, as soluções nunca se mostraram fáceis. Não podemos, portanto, medir as realizações deste Grupo de Lima a partir de uma régua que só existe para nós. Não seria um exercício razoável, nem justo.

Por esse motivo, o Brasil continua firme no desejo de trabalhar pela Venezuela e pelos venezuelanos e de continuar, de maneira incessante e determinada, a pressão contra o regime ilegítimo. E o Brasil prefere entender este trabalho permanente, que renovamos aqui no Grupo de Lima, como algo que será necessário até que se cumpram todos os objetivos dos que desejam a mudança democrática na Venezuela. Vamos continuar com nosso apoio incondicional ao Presidente Encarregado Juan Guaidó, que busca levar a Venezuela a uma transição democrática, política pacífica, que culmine no fim da usurpação, em eleições justas, livres e transparentes. Eleições sem Maduro. Este ponto é, para nós, absolutamente fundamental.

Como sempre ressalto, aqui no Brasil e fora da nossa região, os acontecimentos na Venezuela têm repercussões que vão muito além das fronteiras desse nosso país vizinho. Enquanto Maduro permanecer no poder, o regime continuará sendo elemento de permanente desestabilização da região e talvez mesmo em todo o mundo.

O escárnio que a permanência de Maduro no poder representa deveria ser sentido por toda comunidade internacional, mesmo em países a milhares e milhares de quilômetros de distância, como um atentado contra os princípios internacionais e contra os valores humanos mais básicos. A raiz ideológica do regime Maduro é não só de ocupar um poder em um país, mas sempre, sempre, de espalhar e de difundir esse poder maligno por outras regiões.

É importante ressaltar isto: Maduro não tem apenas apoio material de fora, de outros países e de outras potências. Tem apoio ideológico de correntes ao redor do mundo. Na narrativa da mídia, em correntes políticas, em correntes, por exemplo, que falam simplesmente de um autoritarismo para caracterizar o regime venezuelano, em todas essas iniciativas nós temos, no fundo, queiramos ao não, elementos de apoio ao regime ilegítimo de Maduro e a todos os males que esse regime tem causado ao seu povo.

De modo que o nosso grupo precisa continuar atento a essa dimensão: à raiz ideológica por trás da tragédia que vive hoje a Venezuela, e à necessidade de dar-lhe combate no terreno ideológico.

No caso brasileiro, a nossa extensa fronteira – de mais de dois mil quilômetros de extensão – com a Venezuela nos coloca em posição sensível, sobretudo em face ao apoio do regime de Maduro a grupos e a indivíduos envolvidos em atividades criminosas e ilícitas. Essa realidade motivou o governo brasileiro a apoiar a decisão, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), de instalação do Órgão de Consulta do TIAR (o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), de forma a aumentar os instrumentos de cooperação na investigação do envolvimento de indivíduos e entidades ligadas ao regime ilegítimo em atividades criminosas.

O êxodo venezuelano é prova da profundidade da crise humanitária no país e é o resultado do resultado mais dramático, talvez, do desgoverno de Maduro e seu entorno. Já somam vários milhões – fala-se de quatro milhões, talvez mais – os migrantes venezuelanos que buscaram refúgios em diferentes países da nossa região, e sabemos que esse número pode aumentar muito mais, e está aumentando.

Trata-se de uma tragédia para a Venezuela e para muitos venezuelanos à qual o Brasil, assim como os demais países vizinhos, tem buscado responder da melhor maneira, acolhendo os refugiados. Mas esse fenômeno migratório também traz graves desafios para

todos nós, em especial para aqueles países que têm recebido um maior número de venezuelanos que buscam uma vida melhor fora de seu país.

Hoje nós pudemos apresentar aqui às delegações dos países do Grupo de Lima informações sobre a Operação Acolhida do governo brasileiro. Os senhores viram a profundidade e a qualidade do trabalho que tem sido realizado. É uma operação internacionalmente reconhecida, e achamos que é importante compartilhar esse tipo de experiência com todos os senhores.

Queria destacar também, a esse respeito, que os migrantes venezuelanos nos nossos países, os refugiados venezuelanos, são nossos aliados nesse combate pelo retorno da democracia à Venezuela. Nesse sentido, gostaria de sugerir que pensássemos em mecanismos que nos permitam de alguma maneira recolher e sistematizar depoimentos de refugiados venezuelanos em nossos países sobre a realidade da Venezuela. Acho que isso seria um mecanismo muito poderoso de transmissão de qual é a realidade que impera na Venezuela, quais são os motivos que levaram esses milhões de pessoas a deixarem sua terra e, com base nesse material humano, nesse drama humano, passar a mensagem do que é verdade, do que é realidade para toda comunidade internacional.

Gostaria de terminar essa minha intervenção com o tema que muito tem-nos preocupado aqui no Brasil e que não é diretamente ligado à Venezuela neste momento, que não se esgota na situação da Venezuela, mas que é fundamental: que é o quadro regional. Neste nosso grupo, em diferentes momentos, nós tratamos especificamente do papel nefasto que Cuba desempenha na Venezuela, e as distintas atividades ilícitas do regime ilegítimo de Maduro em nossa região, que variam do apoio ao crime até o acolhimento de organizações terroristas. Mencionamos também, com muita ênfase, nossa preocupação com a rede de apoio a Maduro formada

pelo assim chamado Foro de São Paulo, essa entidade que desde o começo dos anos de 90 tem um projeto de transformação da região em um novo bloco socialista.

Ontem, nas Nações Unidas, o Brasil votou contra a resolução proposta por Cuba que condena o embargo a esse país. Nós achamos que essa postura – embora o Brasil sempre rejeite o unilateralismo em qualquer circunstância dessa natureza – mas achamos, sobretudo, que é absolutamente imperioso quebrar um paradigma que existe há quase 60 anos no ambiente multilateral, que é o paradigma de um certo – e incompreensível, ao meu ver – prestígio de que Cuba goza nesse âmbito. Achamos que é fundamental que, em todas as instâncias, chamemos a atenção para esse papel que Cuba desempenha, não só na Venezuela, que desempenha há 60 anos, na tentativa de exportar a ditadura para praticamente toda a América Latina. E o nosso voto, ontem, deve ser entendido nesse sentido.

Aqui estamos para falar da Venezuela, não vamos além, esse é o foco deste Grupo, mas é importante notar que Maduro e seus colaboradores se arvoram responsáveis por vários acontecimentos em nossos países; pregam a violência, a depredação e ameaçam de maneira inaceitável os nossos regimes democráticos. As bravatas de um regime fragilizado, mas ainda no poder, que não é capaz sequer de organizar as condições mínimas de vida para o seu povo, são um escárnio, mas não podem ser totalmente ignoradas.

Como já ficou claro em muitas ocasiões, Maduro concentra suas intenções em fazer o mal em outros lugares, em lugar de cuidar de seu próprio país. Por esse motivo, creio que temos que redobrar nossas atenções e continuar alertas a possíveis novos impactos nocivos do regime ilegítimo e de todos aqueles que o apoiam em nossos países e na vigência plena da democracia em nossa região.

Tenho certeza de que – e já tenho reiterado isso também – um futuro brilhante espera toda a América Latina, na medida em que

nós possamos consolidar a liberdade e a democracia nos nossos países, e o ponto inicial dessa tarefa é ajudar que os venezuelanos reencontrem a democracia.

Muito obrigado!

Segunda alocação:

Muito obrigado, Embaixador Gonzalo Koncke [Chefe de Gabinete do Secretário-Geral da OEA].

Se o Copresidente me permite, eu gostaria de fazer algumas observações rápidas a respeito das importantes intervenções que foram feitas aqui. Inicialmente, em relação à intervenção do Representante da OEA, só reiterar que coincido plenamente com a percepção do caráter fundamental da participação da OEA em todo esse processo. E gostaria de mencionar nominalmente o papel fundamental que o Secretário-Geral Luis Almagro teve, e continua tendo, mas muito especialmente em momentos entre 2016 e 2017, quando ainda havia muita relutância em se tratar com a dimensão que requer o tema da Venezuela, a liderança do Secretário-Geral Almagro foi fundamental. Gostaria de deixar esse registro dessa minha convicção.

Em relação às outras intervenções, se me permitem, eu gostaria de fazer uma muito breve reflexão, que é o seguinte: nós temos aqui representados os três vértices do triângulo da civilização democrática liberal – podemos dar diferentes nomes –, da nossa civilização, que são a Europa, a América do Norte e a América Latina e o Caribe. Eu quero dizer isso enquanto estão presentes os Representantes sobretudo dos Estados Unidos e da União Europeia: acho que nós temos uma responsabilidade que vai além da dimensão puramente política. É uma responsabilidade conceitual. É uma responsabilidade de mostrar que temos a capacidade de nos mobilizar para que o absurdo que está acontecendo na Venezuela não aconteça.

A continuação de Maduro no poder na Venezuela é um descrédito não somente para nossos países, para a nossa atuação internacional, mas para esses valores dessa civilização que, eu acredito, nós todos aqui compartilhamos. Eu acho que nunca podemos perder de vista essa percepção do absurdo; e jamais deixar que se normalize essa situação.

A segunda coisa, que tem a ver com esses valores civilizacionais; eu queria reiterar algo que mencionei rapidamente na minha intervenção inicial: parece-me absolutamente fundamental que nós, Grupo de Lima, e os demais atores aqui presentes, trabalhe-mos com o tema da informação, com o tema da mídia, com o tema da percepção na grande imprensa sobre o tema da Venezuela. E a grande imprensa mundial, sobretudo sediada na Europa e nos Estados Unidos, é preciso que mobilizemos essa imprensa em favor da democracia na Venezuela.

Eu acho que somente conseguiremos penetrar no restante da comunidade internacional quando a Venezuela se transformar numa causa. Ela ainda não se transformou numa causa para a opinião pública mundial. Ela é uma causa para nós, para os nossos governos, para parte das nossas opiniões públicas daqui na região, mas ela não se transformou ainda numa causa mundial, e eu acho isso absolutamente necessário, imperativo, e que nós, na medida do possível, trabalhe-mos com todo o empenho nisso, em fazer chegar a realidade do drama venezuelano à grande imprensa e à grande mídia.

Como os senhores sabem, o Brasil recentemente sofreu uma campanha negativa de mídia absolutamente injusta e injustificada a respeito do tema da Amazônia, com base em mentiras, com base em desinformação. Em certa medida, isso já está arrefecendo, mas ainda é algo que nos afeta. Se um décimo da atenção – mentirosa, no caso – que foi dedicada ao Brasil no tema da Amazônia fosse dedicada à realidade – verdadeira – da Venezuela, ao sofrimento do

venezuelanos, eu tenho certeza que nós já estaríamos quebrando essa espiral de silêncio que existe ainda em muitas partes da comunidade internacional a respeito da Venezuela e conseguindo transformar a Venezuela na causa em que ela precisa ser para toda opinião pública mundial.

Essa era a intervenção que eu gostaria de fazer neste momento.

Então, se o Chanceler do Peru, meu Copresidente, estiver de acordo, nós suspenderíamos essa sessão ampliada. Agradecemos novamente a participação da OEA, Estados Unidos, União Europeia e passaremos à sessão para a negociação do texto da declaração entre os países-membros do Grupo de Lima.

Muito obrigado. Agradecemos muito a presença dessas delegações.

48. Saudação na abertura da VIII Conferência sobre Relações Exteriores (CORE), em São Paulo (11/11/2019)

Bom dia a todos!

É uma alegria poder participar, ainda que à distância, da abertura desta VIII Conferência sobre Relações Exteriores – a CORE – que é um evento já tradicional no calendário de relações internacionais no Brasil. É uma alegria estar falando com todos os senhores aí, ainda que indiretamente.

Nesses últimos sete anos a CORE foi realizada em diferentes regiões do país: cidades como Fortaleza, Belém, Recife, Vila Velha, Rio de Janeiro, Brasília e, agora, São Paulo. Eu queria agradecer muito especialmente à Universidade de São Paulo e, mais particularmente, ao Instituto de Relações Internacionais e seu Grupo de Análise da Conjuntura Internacional – GACInt, por sediarem esse evento, e pela parceria com a nossa Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – o IPRI, e sua organização.

Infelizmente, por questões de agenda, não estou podendo me deslocar a São Paulo para este evento. Temos aqui todo o processo da Cúpula dos BRICS, em Brasília – um evento muito importante no calendário desse ano aqui na nossa política externa – portanto, terei que estar em Brasília nestes dias. Mas o Itamaraty está muito bem representado por vários colegas que poderão apresentar a nossa visão sobre os vários temas da agenda do evento.

Eu gostaria de transmitir, muito especialmente, a ideia de que a CORE é uma oportunidade de debate sobre questões de política externa entre Representantes do governo, academia e setor privado.

Essa interação, essa saída do Itamaraty da sua zona de conforto, esse debate, para nós, é essencial. Algo que é um compromisso meu nessa gestão e de todo o Itamaraty. Em uma democracia, nós precisamos do debate – claro, debate respeitoso, bem informado – sobre todos os temas, e política externa é um deles.

Eu queria assinalar que, além do nosso trabalho cotidiano – com diplomatas e representantes de outros países –, nós queremos estar presentes no debate da sociedade. Eu tenho dito que os diplomatas – no caso, os diplomatas brasileiros – têm que fazer coisas que não sejam importantes apenas para outros diplomatas, mas que sejam importantes para a sociedade como um todo, escutando os anseios, as preocupações da sociedade.

As pessoas hoje, eu acho que, no Brasil, se sentem, imagino que posso dizer assim, mais participantes desse debate sobre política externa. A fronteira entre política externa e política interna não deve existir, ao meu ver. Nós temos que pensar a política num sentido mais amplo – tanto política interna quanto externa –, todas as várias dimensões, é tudo política no sentido nobre da palavra, no sentido da discussão do destino da *polis*, da comunidade. E esse destino tem que ser discutido em todas as suas vertentes. Eu sou muito contra a ideia de ver a política externa como uma disciplina arcana, onde o vulgo não tem acesso, onde existe uma linguagem própria, que não é a linguagem das pessoas comuns. Eu acho que isso tem que ser superado. Eu acho que a política externa é parte do processo de vida nacional, de transformação do Brasil e precisa ser encarada dessa forma.

Então, eu espero que esse debate entre diplomatas, acadêmicos, interessados pelos temas de relações internacionais contribua para esse esforço permanente de gerar resultados que melhorem a situação do nosso povo, que coloquem o Brasil na posição que ele merece ocupar no mundo. Aliás, aqui, para dar um exemplo do que eu

acabei de falar, tinha escrito “a posição que o Brasil merece ocupar no sistema internacional”, mas é melhor “no mundo”; “sistema internacional” é linguagem de diplomata. Falemos “no mundo”, que é onde nós estamos, é onde nós nos movemos.

Bem, fico muito satisfeito em ver que os temas desse encontro tratam de questões muito relevantes para a nossa inserção externa: a nossa ambiciosa agenda comercial; os nossos esforços por uma América Latina democrática, próspera; o processo de acesso do Brasil à OCDE e a importância disso para a nossa agenda de reformas (aqui mais uma vez essa conexão e essa não divisão entre o que é a política externa e o que é a política interna); o nosso esforço para elevar os investimentos no Brasil; e a diplomacia científica e de inovação. São todas questões que podem – e nós queremos que seja assim – mudar a cara do nosso país, que nos coloquem em um patamar mais elevado e que façam a diferença para as pessoas, para os brasileiros.

Então, espero que esse evento contribua para a compreensão, também, sobre esses importantes temas da conjuntura internacional e, sobretudo, sobre a nossa nova política externa, que tem buscado refletir esses anseios de mudança, que são os anseios de todos os brasileiros.

Muito obrigado!

49. Discurso no seminário internacional “Novos anseios da política externa brasileira: renovar para avançar”, em Brasília (21/11/2019)

Muito bom dia!

Excelentíssimo Senhor Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado;

Excelentíssimo Senhor Deputado Eduardo Bolsonaro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, cuja iniciativa de organizar esse evento muito enalteço;

Senhores Ministros; Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva; Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, General Ramos; Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira; Presidente da Apex, Sérgio Segovia; senhores Embaixadores; Oficiais Gerais; colegas e amigos.

É realmente um momento muito interessante para nós tentarmos fazer um pequeno balanço do que tem sido o nosso esforço de renovação, de reestruturação da nossa política externa.

Para tentar sintetizar isso – eu acho que vai haver debates muito mais profundos ao longo do dia; eu não quero entrar muito nos detalhes –, tentei, talvez, começar por uma imagem para sintetizar o que tem sido o nosso desafio.

A gente pode imaginar assim: algumas décadas atrás, um Presidente brasileiro chegou ao Itamaraty (vamos imaginar que o Itamaraty é uma loja, digamos, de vários produtos) e diz “Eu quero um fogão.” E o Itamaraty fez um fogão, um excelente fogão, com todas as melhores características e funcionando muito bem. Aí passou um tempo e outro Presidente chegou e falou: “Eu queria uma geladeira.” Aí o Itamaraty disse: “O senhor tem certeza que

não quer um fogão?” “Não, eu quero uma geladeira.” “É, mas olha só, nós temos uma tradição de fazer fogão, um fogão excelente, com padrões internacionais da melhor qualidade...” “Ah, então tá; eu levo o fogão.” Aí, daqui a pouco, um novo Presidente chega e diz: “Eu queria um vaso de planta”, por exemplo. “É? Mas o senhor não quer um fogão?” “Não, quero um vaso de planta.” “Mas, olha só, o nosso fogão é internacionalmente respeitado, nosso fogão é da melhor qualidade...” E, no final, levava o fogão. Daqui a pouco: “Ah, eu quero um par de sapatos”, e acabava levando o fogão, e assim por diante.

Bem, no ano passado foi eleito um Presidente que chegou ao Itamaraty e disse: “Eu quero uma motocicleta”, para dar um exemplo. E o pessoal já estava pronto para dizer: “Mas o senhor não quer um fogão?” “Não, quero uma motocicleta.” E tinha um cara lá atrás que disse: “Olha, eu sei fazer uma motocicleta. Posso tentar fazer uma motocicleta, eu gosto de motocicleta.” E muita gente falou: “Não, Senhor Presidente, a tradição é o fogão, nosso fogão é internacionalmente respeitado...” Mas o Presidente não quis. Ele não quis um fogão; ele quis uma motocicleta.

E nós estamos tentando construir e entregar essa motocicleta. Por quê? Porque é o que esse Presidente prometeu na sua campanha. Ele prometeu ao povo brasileiro. O povo brasileiro não queria um fogão; queria uma motocicleta. E nós estamos tentando fazer. Nós temos, portanto, esse desafio, que por vezes é interpretado como um desmantelamento da política externa, um apagamento de tradições. E não é! É uma tentativa de responder aos desejos, aos anseios do povo brasileiro. Acho interessante ver aqui no título desse seminário a palavra “anseios”, porque é isso com que a gente está lidando.

Parte do problema, para também dar um exemplo, é o seguinte: uma vez, há alguns anos, falando com um cientista político americano, ele dizia que se sentia mais identificado com cientistas políticos europeus ou japoneses do que com o seu próprio povo. Ele falou isso

com uma certa tristeza, mas eu vi que era isso. E, infelizmente, no Itamaraty, não pessoas individuais, mas um pouco a cultura institucional era um pouco essa de se identificar mais com diplomacias de outros países ao redor do mundo do que com o próprio povo brasileiro, com as pessoas do nosso país. Então, a mentalidade de fazer sempre um fogão era um pouco essa.

Para dar um outro exemplo concreto, durante a campanha presidencial do ano passado, um diplomata brasileiro aposentado, muito respeitado, durante a campanha do segundo turno, declarou apoio ao candidato Haddad, com a seguinte *rationale*: de que não concordava com aquilo que o Presidente (então candidato) Jair Bolsonaro apresentava como ideias de política externa, por exemplo, questionar o Acordo de Paris, no qual nós acabamos continuando, ou questionar também, por exemplo, o Pacto Global de Migração, do qual nós acabamos saindo.

Isso me impressionou muito, porque ficava claro que, para esse diplomata específico – e eu acho que representa uma mentalidade –, a decisão sobre os destinos da nação dava-se, em última instância, pela adesão ou não a determinados dogmas do chamado multilateralismo. Que, na verdade, nada tem de multilateralismo, ainda mais da maneira como é praticado. Porque, nesse multilateralismo, as ideias não fluem de muitos lados, elas fluem de um lado só e dirigem-se sempre a um único propósito. Isso é uma das coisas que nós estamos mudando.

Mas, de novo, isso me impressionou, porque é como se as questões que afetam o povo brasileiro, o problema da corrupção, da recessão, do atraso econômico, do modelo econômico falido não importassem, não importassem tanto. O que importava era poder dizer: “Olha, o Brasil é um país comprometido com o multilateralismo”, ou algo desse tipo. Por quê? Porque, nessa mentalidade, que se identifica mais com os seus pares ao redor do mundo do que com seu

próprio povo, se você chega e diz “Olha, meu país está combatendo a corrupção, meu país está tentando mudar seu modelo econômico...”, isso não causa muito frisson, digamos. O que realmente te valoriza, o que vai-te fazer ser convidado para as festas, é dizer: “Olha, meu país está comprometido com os dogmas do multilateralismo, está comprometido com todos esses instrumentos globais.”

Então, eu acho que, infelizmente, durante muito tempo, a nossa diplomacia esteve muito dominada por isso, por diplomatas querendo ser aceitos em círculos de diplomatas ao redor do mundo, e não tanto preocupados com o povo brasileiro.

Nessa questão de povo brasileiro, uma coisa que insisto muito, que é importante ter como algo extremamente presente, existe um problema conceitual. Por quê? Porque, claro, não existe um consenso do povo brasileiro. As pessoas têm pensamentos diferentes, ideias diferentes. Você pode perguntar: “Bem, então nós seguimos a maioria, mas e as minorias?” Então, nesse raciocínio, de a gente imaginar que não existe um povo, porque os indivíduos têm ideias diferentes, acaba-se não fazendo nada.

Então, nesse ponto, como em tantos outros, é sempre importante recorrer à Constituição que diz logo no artigo primeiro: “Todo o poder emana do povo.” Não diz que todo poder emana da maioria do povo, ou que emana do consenso do povo, nem nada deste tipo; mas do povo, como unidade. Existe algo um pouco místico nesse conceito da emanção do poder a partir do povo. Eu acho que é algo que nós devemos enxergar com reverência e com enorme respeito. Como podem 200 milhões de indivíduos formar uma unidade? Mas formam. E esse é, chamemos assim, talvez, o mistério da democracia. Então, perceber o povo brasileiro como uma unidade viva e palpitante, isso é o que retira a nossa política externa da paralisia. É a tentativa de escutar esse povo como unidade.

Bem, fogão e motocicleta. Nós também estamos fazendo fogão. Isso eu queria dizer também. Estamos tentando fazer, acho que estamos entregando alguns fogões. Pode-se dizer que o acordo MERCOSUL-União Europeia é um deles; o acordo com a EFTA; o encaminhamento do ingresso na OCDE; os investimentos provenientes de países árabes, da China, do Japão, de tantos outros destinos; os novos instrumentos com os Estados Unidos, como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que já foi mencionado aqui; a busca de novos mercados na Índia, na ASEAN, na África, e assim por diante. Mas isso não é tudo. Eu acho que nós temos que trabalhar para continuar com essas entregas. Estamos trabalhando, evidentemente, para continuar com essas entregas, mas não podemos esquecer da parte da motocicleta.

Nós estamos saindo do indiferentismo em relação aos nossos vizinhos, por exemplo. Aquele indiferentismo moral, que partia de uma dessas concepções um pouco atrasadas de que “Bom, somos vizinhos, então não podemos de nenhuma maneira tentar contribuir para que a região caminhe para um ou outro lado”. Não! Nisso nós não acreditamos. Nós acreditamos que o Brasil tem o compromisso, tem a obrigação de contribuir para que a região caminhe para o lado da democracia, para o lado da liberdade política e da liberdade econômica. O “socialismo do século XXI” foi repudiado pelo povo brasileiro, e não podemos fechar os olhos para a tentativa de reinstalá-lo ao redor da região.

Também nessa dimensão, nós estamos trabalhando para devolver os organismos internacionais à preeminência das nações. Isso às vezes já foi confundido (agora acho que um pouco menos) com uma retração do Brasil em relação ao sistema multilateral. Já falei do sistema multilateral: não é que nós sejamos contra, mas nós somos contra a concepção de um sistema que se torna, na verdade, supranacional e tenta impor suas ideias às nações.

Nós estamos trabalhando para que haja um ambiente de racionalidade econômica e de racionalidade *tout court* no tema ambiental, por exemplo. Isso também foi tocado aqui. O desafio (o Senador Trad mencionava) da nossa imagem ambiental, digamos assim. Aqui também, como em tantos outros domínios, nós precisamos limpar esse domínio da questão ideológica. Precisamos trabalhar a partir de fatos. Precisamos mostrar que o Brasil é um país que cumpre, por exemplo, seus compromissos do Acordo de Paris; quem não tem cumprido são, em grande medida, os países desenvolvidos, em termos das contribuições que eles se obrigaram a si mesmos a dar a países em desenvolvimento nessa esfera. Então, essa é uma das nossas dimensões.

Estamos trabalhando muito intensamente, algo de que se tem falado pouco, mas que é fundamental para nós, que é a liberdade religiosa ao redor do mundo. Isso é um anseio, certamente, do povo brasileiro. Isso escuto muito em conversas que venho tendo. As pessoas, no Brasil, preocupam-se não só a liberdade religiosa, mas muito especialmente que esse tema seja algo que o Brasil abrace na sua participação ao redor do mundo, em organismos multilaterais e em outras esferas.

A questão da soberania. Temos insistido muito nessa pauta da soberania como um eixo fundamental da nossa atuação. Atuar no mundo sempre para resguardar o nosso espaço soberano (e nas outras nações também); não deixar que a contestação da soberania infiltre de maneira sub-reptícia, velada, através de resoluções, de programas, de pactos que existem ao redor do mundo.

Bem, então essa agenda de valores, chamemos assim, nessa imagem simples que chamei da agenda da motocicleta, é fundamental, junto com a agenda do fogão, a agenda das entregas econômicas, sobretudo. Lembrando que nem só de pão viverá o homem, como diz o Evangelho. Eu acho que isso é um dos pilares, talvez, da nossa

atuação, ter essa dupla dimensão, que, de certa forma está expressa nesse lema que usamos muito: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”

Eu acho fundamental que essas duas dimensões corram juntas. Corram juntas porque, se nós perdermos essa dimensão da verticalidade, essa dimensão da espiritualidade nos negócios humanos, que é uma tendência muito séria, de décadas, ao redor do mundo, não só no Brasil, nós perdemos também a dimensão da nacionalidade, ou nos arriscamos a perdê-la.

Quando, nesse lema, a gente fala só “Brasil acima de tudo!”, e para, e não fala a segunda parte, “Deus acima de todos!” – claro, muitos não acreditam –, mas eu acho que, quando a gente acredita e se policia para não falar essa segunda parte do lema, na verdade a gente está-se limitando e, daqui a pouco, quando a gente fala só “Brasil acima de tudo”, daqui a pouco nós vamos estar falando “É, acima de tudo é meio exagero, não é? Brasil ali na metade, Brasil ali na média.” Isso se a gente perder essa dimensão da verticalidade.

Bem, esse trabalho na vertente, digamos, motocicleta, muitas vezes tem sido qualificado de ideológico. Isso é, talvez, a crítica mais recorrente que se faz à nossa atuação, é de que seria uma atuação ideológica. Acho que estamos provando que não é, em nenhuma definição. Mas estamos provando isso não fugindo do debate de ideias. Isso é uma coisa que eu tenho insistido muito. Uma coisa são as ideias; outra coisa é a ideologia. Quando você apresenta ideias, é claro que as pessoas vão dizer que você é ideológico. Se você se retrair, você acaba ficando nesse plano sem uma dimensão superior, sem um guia, sem uma concatenação com uma esfera superior.

Bem, esse, portanto, é um governo que tenta fazer uma política externa que se associa aos anseios do povo brasileiro, sem medo de receber esse tipo de crítica, de ser chamado de ideológico, de ser chamado de rompedor de tradições, ou de algo que está desmante-

lando a política externa brasileira, como se houvesse uma política externa brasileira fixa, consagrada, na qual não se pudesse mexer.

Esse é o grande desafio que nós temos, porque existe todo um peso acumulado, um peso de décadas, de algumas coisas boas, mas de uma mentalidade que se desvinculava do povo brasileiro, e que nós estamos tentando reverter.

É isso. Muito obrigado!

50. Mensagem para os participantes do III Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, no Rio de Janeiro (23/11/2019)

Bom dia a todos! Saúdo todos os participantes desse III Fórum Nacional da Liga Cristo Rei. Lamento muito não poder estar pessoalmente com todos aí, no Rio de Janeiro, mas agradeço muito à deputada Chris Tonietto o convite para participar e a oportunidade, apesar dessa impossibilidade de estar fisicamente presente, de enviar essa mensagem a todos.

Queria, antes de mais nada, enaltecer o trabalho excepcional que a deputada Chris Tonietto tem feito aqui na Câmara dos Deputados. Um trabalho que tem tudo a ver com a agenda nossa aqui do governo, desse nosso Ministério, aqui do Itamaraty, em defesa dos direitos inalienáveis, muito especialmente em defesa do direito à vida. Isso é uma frente de trabalho importantíssima para nós.

Queria compartilhar com os senhores e com as senhoras, uma breve para reflexão a partir do milagre das Bodas de Caná. Jesus transformou a água em vinho, e não o vinho em água. Eu acho que a nossa civilização, há algumas décadas, nossa civilização ocidental tenta transformar o vinho em água. É uma civilização que, de certa forma, começou a apagar a si mesma e a diluir a si mesma. É uma civilização que começou a se aguar, de certa maneira, e se distanciar de uma dimensão mais profunda.

Também acho que – e falo isso com toda a humildade de um filho da igreja católica – temos setores da igreja que se cansaram de enfrentar o mundo e começaram a tornar a igreja uma igreja fria, uma igreja mais de água do que de vinho. Porque o vinho, para todos nós que cremos, é o sangue, o sangue da nova e eterna aliança.

Não quero falar muito de aliança, porque podem dizer que eu estou falando do novo partido que está sendo criado aqui, que foi criado ontem, o Aliança pelo Brasil. Mas é interessante mencionar isso. É fundamental destacar que essa nova iniciativa, esse novo partido, pela primeira vez, é um partido que coloca Deus em seu programa, que fala de Deus e coloca em seu programa o compromisso com a fé do povo brasileiro. Coloca isso no seu programa, no seu estatuto.

Eu acho que é impossível ter fé no povo brasileiro sem, ao mesmo tempo, respeitar e cultivar a fé do povo brasileiro. Nós estamos num momento que acho que será visto, no futuro, como um momento fundamental da vida política do nosso país, nessa criação de uma força política tão visceralmente ligada à fé e aos sentimentos mais profundos do nosso povo.

Nós sabemos que muitas pessoas não acreditam em Deus. Mas muitas pessoas acreditam em Deus, mas acham que Deus não faz nada. Essa é uma certa visão, de um Deus distante, o *Deus absconditus*, que é a divindade de muitas religiões, para aqueles que estudam a história das religiões. Mas eu acho que não corresponde à concepção cristã, nem em uma perspectiva bíblica, nem em uma perspectiva apostólica.

Se a gente vir, no Velho Testamento, Deus está sempre presente na vida do seu povo. E depois Deus se faz presente, atua evidentemente na encarnação, claro, para aqueles que acreditamos na encarnação, e permanece, depois. O Evangelho de Mateus termina com a promessa do Cristo ressuscitado, que diz: “Eu estarei convosco todos os dias, até o final dos tempos.” E eu acredito que esse “estar conosco” não é simplesmente o estar ali, olhando. Eu acho que é um estar fazendo, um estar atuando, um estar sofrendo junto conosco.

Essa perspectiva da Liga Cristo Rei, eu acho fundamental, nesse sentido. Acho que a realeza de Cristo também está junto com essa

sua presença. Cristo é Rei. Cristo é Rei no sentido bíblico, Cristo é o filho de Davi, portanto, da linhagem real. Cristo foi crucificado como *Rex Iudaeorum*, Rei dos Judeus. Portanto, é um aspecto fundamental da nossa crença.

A palavra “rei” vem do latim *rex*, que vem de uma raiz indo-europeia que significa estar de pé. O rei representa o princípio da verticalidade do ser humano, a aspiração à transcendência, a presença da transcendência. Mas, ao mesmo tempo – claro, sempre falando na perspectiva dos católicos –, Cristo também, com a encarnação, participou da imanência, da existência terrena. E a sua presença dá-se também nesse nosso plano horizontal e real de todos os dias, e não apenas como aspiração abstrata. Eu acho que a figura de Cristo Rei, entre as outras figuras de Cristo, é fundamental para essa concatenação das duas dimensões, que aparece no simbolismo da cruz, onde a aspiração espiritual, vertical, se une à existência material e horizontal, com um centro misterioso, gerador de complexidade, e ao mesmo tempo unificador.

E nesse simbolismo da cruz também, digamos, a dimensão mística das nossas vidas encontra-se com o que a gente pode chamar da dimensão política. Então, eu acredito que nós não podemos, ou não devemos isolar a nossa percepção política, e a nossa atuação política, da nossa fé, nem vice-versa. Justamente porque a fé cristã é a fé em um Deus que participa do mundo.

Em grande parte, essa gigantesca mudança que o Brasil está atravessando na política, desde a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, deve-se à quebra da barreira entre a fé e a política, entre a vida social e a fé, que está corporificada em vários momentos: por exemplo, no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Essa barreira, por muitas décadas, esteve aberta, mas de uma maneira completamente equivocada, e aberta com uma mão só: a Teologia da Libertação foi, como os senhores sabem muito melhor

do que eu, um trânsito, digamos, da ideologia marxista para o lado da fé cristã, contaminando essa fé cristã. Hoje, trata-se de algo muito diferente. Alguém já vai dizer: “Não, então vocês estão invertendo o sinal.” Acho que é algo completamente diferente: a fé cristã encontrando espaço dentro da política e enriquecendo a vida política. Eu acho que a ideologia marxista empobreceu a fé católica, na medida em que ela ali penetrou. E hoje o que nós estamos vendo é a fé cristã, a fé católica autêntica, e também a fé das outras denominações cristãs, enriquecendo a política.

Então, essas eram as reflexões que eu queria compartilhar. Eu acho que, para resumir, nós precisamos tentar transformar a água da política no vinho da fé, ou, pelo menos, transformar a água pelo vinho; tentar colocar nessa nossa dimensão da vida política – porque todo o ser humano está presente na sociedade; portanto, tem uma atuação política – os nossos anseios e essa fé que nos anima.

Muito obrigado!

51. *Um novo Brasil no mundo: avanços da política externa no governo Bolsonaro*, artigo publicado na revista *Interesse Nacional*¹¹

UM NOVO BRASIL NO MUNDO: AVANÇOS DA POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO BOLSONARO

Introdução

Uma política externa a serviço da soberania nacional e do povo brasileiro

A política externa brasileira vivenciou abrangente processo de reformulação neste primeiro ano de governo. Nossa atuação no exterior foi pautada pelas linhas mestras traçadas pelo Presidente Jair Bolsonaro em consonância com as ideias por ele defendidas durante a campanha presidencial e que foram validadas nas urnas por 57 milhões de brasileiros. Temos trabalhado incessantemente para conferir ao Brasil a projeção internacional que deve corresponder à sua grandeza. Em menos de um ano, já obtivemos importantes resultados.

Finalizamos negociações comerciais com grandes parceiros como a União Europeia e a Associação Europeia para o Livre Comércio (EFTA), o que abrirá mercados importantes para o agronegócio brasileiro. Iniciou-se importante processo de enxugamento da estrutura administrativa do MERCOSUL.

¹¹ Artigo publicado na revista *Interesse Nacional*, ano 12, número 47, outubro-dezembro de 2019, disponível em: <http://interessenacional.com.br/2019/10/14/um-novo-brasil-no-mundo-avancos-da-politica-externa-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 9 set. 2020.

Conquistamos o apoio decisivo dos Estados Unidos ao processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Firmamos acordos que devem trazer ganhos expressivos ao Brasil no âmbito econômico-comercial e nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, entre outras, no contexto das viagens presidenciais, como as realizadas aos EUA e a Israel. Nossa agenda com Japão, China e países árabes torna-se cada vez mais densa, como comprova o histórico périplo do Presidente Bolsonaro àqueles países, previsto para outubro.

Participamos da conformação de um novo bloco regional, o Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), de estrutura simplificada e centrada na interlocução fluida entre líderes sul-americanos. Ainda em nosso entorno geográfico, trabalhamos ativamente pela redemocratização da Venezuela, em coordenação com os demais parceiros do Grupo de Lima. Esperamos ver, em futuro próximo, um governo democraticamente eleito e a volta do Estado de Direito àquele país.

Em 2019, exercemos a presidência de turno do BRICS e sediaríamos Cúpula que possibilitará ao Presidente Bolsonaro apresentar o novo Brasil a seus pares. Como campos prioritários da presidência brasileira, elegemos ciência, tecnologia, inovação e economia digital, com ênfase em transferências de tecnologia. A cooperação entre os membros do BRICS abrange diversas áreas setoriais, de comércio a agricultura, de energia a segurança, de infraestrutura a meio ambiente.

Destaco, a seguir, alguns dos mais importantes desenvolvimentos e resultados da política externa do governo Bolsonaro em seu primeiro ano. Dia após dia, rompemos as amarras que têm impedido nosso país de alcançar seu pleno potencial. Ao desenvolver uma política externa em sintonia com seu povo, sua identidade nacional

e seus interesses soberanos, o Brasil se torna ator internacional cada vez mais relevante.

Um Brasil mais aberto e integrado ao mundo

Em linha com as melhores tradições da política externa brasileira, agimos de forma a contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. Desde o primeiro dia de 2019, utilizamos, em nossa política comercial, todas as capacidades, recursos e o peso negociador do Brasil em favor dos interesses nacionais, com visão estratégica e de conjunto.

Em junho, concluímos o histórico Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, a negociação mais ampla e de maior complexidade já conduzida pelo bloco sul-americano. É um passo fundamental no caminho que trilhamos, de abertura e modernização da economia brasileira. Consiste, ademais, em sinal positivo para toda a economia mundial. O PIB combinado de ambos os blocos corresponde a cerca de US\$ 20 trilhões, 25% do total da economia mundial, com um mercado de 780 milhões de pessoas.

No âmbito do acordo, a União Europeia concedeu ao MERCOSUL quotas exclusivas para carnes, açúcar, etanol e arroz, bem como tarifas mais baixas para suco de laranja e cachaça. Eliminou, ademais, suas tarifas a outros produtos agrícolas de grande interesse do Brasil.

Estima-se crescimento, em quinze anos, de US\$ 87,5 bilhões do PIB brasileiro, cifra que pode atingir US\$ 125 bilhões ao incluir a redução das barreiras não tarifárias e o esperado incremento na produtividade econômica no país. Até 2035, preveem-se ganhos para o Brasil de quase US\$ 100 bilhões em exportações e de US\$ 113 bilhões em investimentos.

Menos de dois meses após o fechamento do acordo com a União Europeia, concluímos, em agosto, as negociações de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a EFTA, integrada por Suíça,

Noruega, Islândia e Liechtenstein. A EFTA é o bloco comercial de mais alta renda *per capita* do mundo, com 14 milhões de habitantes e PIB superior a US\$ 1 trilhão. O acordo MERCOSUL-EFTA trará um incremento, no PIB brasileiro, estimado em US\$ 5,2 bilhões ao longo de quinze anos.

O Brasil contará com a eliminação imediata, pelos países daquele agrupamento, das tarifas sobre todos os bens industriais que exportamos. Haverá, também, acesso preferencial para os principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil e abertura mútua em setores de serviços, além de garantirem-se, para as empresas brasileiras, oportunidades no mercado de compras públicas nos países da EFTA.

Tais acordos são essenciais para a promoção do agronegócio brasileiro no exterior. Temos atuado em estreita parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para: abrir mercados ao setor, por meio de acordos de liberalização do comércio; combater medidas que distorcem o comércio internacional; e contribuir para o fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no mundo. A importância do agronegócio para nossa política externa também se reflete na criação de um exclusivo Departamento de Promoção do Agronegócio no Ministério das Relações Exteriores, logo no começo de 2019.

Ao longo deste ano, registramos, igualmente, avanços substantivos nas negociações com Canadá, Coreia do Sul e Singapura, que estão no topo da agenda comercial do MERCOSUL e do Brasil. Os sócios, agora, avaliam a possibilidade de lançamento de diálogos exploratórios com novas contrapartes, como Japão, Vietnã, Indonésia e Nova Zelândia. Em paralelo, as tratativas do Brasil com o México começam a avançar. Pretende-se explorar, ainda, entendimentos com os EUA para eventual acordo de livre comércio, possibilidade

endossada pelo Presidente Donald Trump em manifestação pública recente.

Para além da abertura do MERCOSUL ao mundo, é preciso aperfeiçoar sua estrutura. A presidência *pro tempore* brasileira do bloco trabalhou, neste segundo semestre, para reforçar o processo de construção de um MERCOSUL mais integrado ao mundo, focado na melhoria da competitividade e com quadro institucional eficiente e simplificado.

Demos início ao processo de revisão da tarifa externa comum (TEC), intocada em seus 25 anos de existência. O objetivo é reduzir as elevadas tarifas de importação do bloco e alinhá-las aos padrões internacionais, sem deixar de ter em conta a necessidade de manter margem de manobra para as negociações extrarregionais.

Como resultado de intenso trabalho diplomático, conseguimos, neste ano, o respaldo dos Estados Unidos ao processo de acesso do Brasil à OCDE, o último que nos faltava. Estamos na reta final de um processo fundamental para a modernização econômica, o aperfeiçoamento regulatório e a melhoria da gestão governamental do Brasil.

Revitalização de parcerias bilaterais importantes para o desenvolvimento nacional

A visita do Presidente Jair Bolsonaro aos EUA, em março, representou um marco do momento atual de convergência inédita entre nossos países e de revitalização de nossas relações com um de nossos mais tradicionais parceiros. No contexto da visita, destravaram-se temas que estavam na pauta há anos e novas oportunidades de cooperação passaram a ser exploradas.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA viabilizará a utilização comercial do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão. Dele decorrerão parcerias não só com os EUA, mas

também com outros países e empresas no mercado internacional de lançamentos espaciais, com benefícios tangíveis para o avanço tecnológico do Programa Espacial Brasileiro, ademais dos ganhos econômicos *per se*, advindos dos lançamentos comerciais.

A designação do Brasil como aliado prioritário extra OTAN, por sua vez, eleva o nível de confiança bilateral a novo patamar. Conferida a número restrito de países, ela nos abre maiores oportunidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa e treinamentos conjuntos. A Base Industrial de Defesa brasileira será especialmente beneficiada, podendo integrar-se de forma mais competitiva às cadeias globais de valor do setor.

Em setembro, realizei, ao lado do Secretário de Estado Michael Pompeo, a primeira reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-EUA, que reflete esse novo momento das relações bilaterais. O diálogo, em nível ministerial, oferece espaço privilegiado para nossa coordenação em diversos temas regionais e globais, além do acompanhamento de projetos prioritários para ambos os lados.

No contexto da visita do Presidente Bolsonaro a Israel, em abril, foram assinados seis instrumentos bilaterais, nas áreas de ciência e tecnologia, defesa, segurança pública, serviços aéreos, segurança cibernética e saúde e medicina. Os acordos aprofundarão a cooperação bilateral, sobretudo em setores intensivos em tecnologia. Ressalto o acordo-quadro em ciência, tecnologia e inovação, dada a liderança israelense no setor de pesquisa e desenvolvimento em áreas da indústria 4.0. Adicionalmente, decidimos abrir escritório da Apex-Brasil em Jerusalém.

A parceria bilateral com o Chile foi igualmente revitalizada, a partir da visita do Presidente Bolsonaro, em março. A ocasião propiciou aprofundar a convergência em diversos temas da agenda, como comércio e investimentos, infraestrutura, ciência e tecnologia, defesa, cultura e cooperação técnica. Os dois países compartilham

valores fundamentais, como a promoção da democracia na região, e mantêm estreita coordenação em foros regionais e multilaterais. No âmbito sul-americano, estão engajados na aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

Promoção da democracia na América do Sul

No governo Bolsonaro, a construção de uma América do Sul livre, pacífica, democrática e próspera é tratada como máxima prioridade. Um exemplo específico é o ativo papel que assumimos nos esforços pela redemocratização da Venezuela.

Frente às graves consequências humanitárias do colapso econômico, social e político de uma nação irmã, tomamos a dianteira da iniciativa diplomática para oferecer aos venezuelanos a possibilidade de voltar a decidir seu próprio destino, em articulação com os demais países do Grupo de Lima.

Proporcionamos, ainda em janeiro deste ano, espaço de articulação para as lideranças democráticas venezuelanas, que atuaram em favor da assunção legítima e constitucional do poder pelo Presidente da Assembleia Nacional, democraticamente eleito. Esse evento contribuiu de maneira decisiva para que Juan Guaidó fosse investido, em 23 daquele mês, como Presidente Encarregado.

Recebemos, de forma exemplar, no âmbito da “Operação Acolhida”, dezenas de milhares de venezuelanos que cruzaram a fronteira em busca de refúgio e proteção. Decidimos, também, bloquear a entrada, no Brasil, de altos funcionários do regime venezuelano que tenham atentado contra a prevalência dos direitos humanos no país vizinho.

Participamos, ainda, do processo de criação do PROSUL. Estabelecido em março, por decisão dos Presidentes do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Equador, Paraguai e Peru, o

mecanismo terá sua atuação pautada pelos valores fundamentais da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos.

A defesa da soberania brasileira na Amazônia e temas ambientais

Na esfera ambiental, reforçamos a posição internacional do Brasil nos fóruns multilaterais competentes. Em 23 de agosto, no auge da crise dos focos de incêndio na Amazônia, o governo Bolsonaro criou a primeira “Operação de Garantia da Lei e da Ordem” de caráter ambiental na história do Brasil, para debelar os incêndios e desconstruir campanha internacional voltada a atingir nossa soberania na Amazônia e outros interesses nacionais.

Ato contínuo, foi organizada a Operação Verde Brasil, que mobilizou as Forças Armadas e outros agentes do aparato de segurança estatal, em ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, de levantamento e combate a focos de incêndio.

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, sua primeira atuação na cena internacional, o Presidente Bolsonaro enfatizou a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente. Ao longo do ano, seguimos engajados no cumprimento dos compromissos internacionais com destaque para aqueles de caráter voluntário no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), do seu Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ressalto nosso comprometimento com a efetiva preservação e proteção do meio ambiente no Brasil. A ocorrência de incêndios na Amazônia, fenômeno que se repete, todos os anos, entre os meses de agosto e outubro, nunca deixou de preocupar o governo brasileiro. Lembro ainda que, em setembro de 2019, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre focos ativos de incêndio apurados entre janeiro e agosto de 2019 pouco divergiam

dos patamares de anos anteriores para o mesmo período. Estavam ligeiramente acima da média apurada entre 1999 e 2019 e, inclusive, abaixo dos números apurados em seis desses 21 anos (2002, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2010).

Quanto ao REDD+ (mecanismo desenvolvido no âmbito da UNFCCC para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por resultados alcançados), o Brasil possui reduções reconhecidas de seis bilhões de toneladas de CO₂ equivalente resultantes do combate ao desmatamento. No Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, o setor privado brasileiro já gerou potencial de redução de 400 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

A defesa dos valores brasileiros em direitos humanos

Em 2019, representamos, firmemente, no domínio dos direitos humanos, os valores do povo brasileiro. Atuamos calcados em nossa legislação, evitando a prevalência de conceitos estranhos, elaborados em foros multilaterais e que atendem a agendas específicas, até mesmo – e em especial – de organizações não governamentais.

Nesse processo, buscamos sempre esclarecer aos demais países nossos entendimentos sobre expressões e termos ambíguos, que por vezes assumem conotações contrárias à legislação nacional e aos valores da sociedade brasileira.

Adotamos atitude proativa, principalmente em quatro reuniões internacionais: na 63^a sessão da Comissão sobre o *Status* da Mulher (CSW), em março; na 52^a sessão da Comissão de População e Desenvolvimento, em abril; na 72^a sessão da Assembleia Mundial da Saúde, em maio; e na 41^a sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH), entre o final de junho e o início de julho.

Reafirmamos, naquelas ocasiões, o preceito da igualdade entre mulheres e homens em direitos e obrigações, bem como a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, conforme a legislação

brasileira. Enfatizamos a necessidade de maior cooperação internacional no combate a todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e meninas, ao feminicídio e ao tráfico internacional de pessoas.

Em particular, na 41ª sessão do CDH, o Brasil participou das principais negociações, sendo coautor de diversos projetos de resolução. Também integramos o grupo de países que propôs resolução que renovou, por três anos, o mandato do perito independente sobre a proteção contra violência e discriminação com base em orientação sexual. Patrocinamos, juntamente com Polônia e Iraque, evento paralelo sobre liberdade religiosa.

No âmbito de nossa candidatura ao CDH para o mandato 2020-2022, protocolamos, em junho, os compromissos voluntários do Brasil em direitos humanos, documento fundamental para a atuação brasileira no órgão. Trata-se de importante sinal de nosso engajamento com o Conselho e com a promoção e proteção dos direitos humanos em geral. Nas eleições do ano passado, por exemplo, 1/3 dos países eleitos ao Conselho não apresentou compromisso voluntário.

Além disso, nos comprometemos a entregar, ainda em 2019, relatório sobre as recomendações aceitas pelo Brasil no terceiro ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal das Nações Unidas. A iniciativa, inédita, demonstra nosso apoio ao Mecanismo de Revisão, encarregado de assegurar tratamento objetivo e não seletivo dos direitos humanos no sistema multilateral.

O governo brasileiro também manteve diálogo transparente, direto e construtivo com os órgãos dos sistemas universal e interamericano de proteção dos direitos humanos. Continuamos a apoiar visitas ao Brasil dos detentores de mandatos dos procedimentos especiais do CDH, aos quais estendemos convite permanente. Estamos aptos a responder a eventuais solicitações de informação pelo Conselho.

No âmbito regional, mantivemos diálogo cooperativo com a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos, participando de reuniões e atendendo a pedidos de informações sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no país. Essas instâncias contam sempre com nossos melhores esforços para cumprir as obrigações internacionais do Brasil na matéria.

Conclusão

O novo Brasil age com autonomia e autoconfiança. Temos plena certeza de que somos, sim, capazes de influenciar a configuração política e econômica mundial. O país torna-se um ator internacional cada vez mais relevante por desenvolver política externa em sintonia com seu povo, sua identidade nacional e seus interesses soberanos.

Os avanços aqui apresentados são apenas uma amostra do que já se conseguiu realizar, com base nas convicções que hoje orientam a política externa brasileira. Seja em temas econômicos e comerciais, seja na redefinição de parcerias estratégicas do país, ou na promoção de nossos valores, conseguimos progredir em diversos campos, promovendo elevação substantiva do perfil internacional do Brasil.

52.Trump, Venezuela, acordo com União Europeia: Ernesto Araújo fala sobre os desafios do novo Itamaraty, entrevista publicada no jornal Gazeta do Povo (03/12/2019)¹²

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, terá um começo de dezembro movimentado, com viagens para a Cúpula do MERCOSUL, em Bento Gonçalves/RS, e visitas a Cabo Verde, Angola, Nigéria e Senegal, tudo entre os dias 4 e 13.

Antes de embarcar para essas viagens, Araújo recebeu a *Gazeta do Povo* para uma entrevista exclusiva, em que abordou a polêmica do momento: o tuíte do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a taxaço de aço do Brasil.

Outros assuntos controversos para a diplomacia brasileira, como a situação da Venezuela e a classificação do Hezbollah como grupo terrorista, também foram abordados pelo Ministro. O Chanceler de Bolsonaro comentou ainda a possibilidade de retrocesso no acordo comercial entre MERCOSUL e União Europeia, firmado em julho deste ano.

Confira a íntegra da entrevista com Ernesto Araújo em texto.

Gazeta do Povo – O Presidente Trump falou sobre a imposição de sobretaxa ao aço brasileiro. Como o Itamaraty está lidando com a situação?

Ministro Ernesto Araújo – Estamos em contato, em diferentes níveis, principalmente através da nossa Embaixada em Washington, para tentar entender melhor qual seria o escopo dessa medida e, depois, agir de acordo, buscando um diálogo com os nossos parceiros

¹² Entrevista disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ernesto-araujo-ministro-entrevista-exclusiva/>. Acesso em: 9 set. 2020.

americanos. O Presidente Trump mencionou o tema cambial. O Brasil tem o câmbio flutuante e não tem nenhum tipo de manipulação cambial. É o tipo de coisa que a gente espera ter os espaços para ir esclarecendo e lidando com essa questão, dentro do marco do relacionamento mais amplo com os Estados Unidos.

Gazeta do Povo – Na prática, quem são os interlocutores? O Embaixador Nestor Forster...

Ministro Ernesto Araújo – Sim, o Embaixador Nestor, com várias diferentes autoridades americanas. Aí, dependendo do resultado dessas conversas, nós vamos ver, em outros níveis, seja ministerial, ou abaixo do nível ministerial, para prosseguir nesse diálogo.

Gazeta do Povo – Conversaram com o Ministério da Economia? Você tiveram uma reunião no Palácio do Planalto...

Ministro Ernesto Araújo – Sim. Basicamente, estávamos falando, na verdade, sobre a preparação da Cúpula do MERCOSUL. Era uma reunião que já estava marcada, inclusive, desde a semana passada e, sim, trocamos algumas ideias sobre esse tema.

Mas, primeiro, é preciso entender qual é o escopo da medida. Como eu disse em outros momentos ao longo do dia, nós estamos tratando isso com muita tranquilidade. Claro que, se realmente for como está sendo anunciado, é uma coisa que tem um impacto importante para o setor. Nós vamos fazer o que for necessário para defender os interesses do nosso setor exportador, e acreditamos que teremos os espaços para isso.

Gazeta do Povo – Caso Trump leve adiante a intenção de taxar o aço, o que o Brasil pode fazer para reagir?

Ministro Ernesto Araújo – O que estamos tentando há meses, e acho que também é a visão, de alguma maneira, do governo americano, é que nós precisamos de um tipo de entendimento comercial mais amplo. É claro que, para qualquer entendimento, em qualquer relação comercial, você vai ter setores que são mais de interesse de

parte a parte, que têm algum tipo de diferença de parte a parte, e por isso você tem negociações.

Mas acho que o que é importante, sobretudo a partir do médio prazo, é que haja um entendimento comercial mais amplo, em que a gente possa colocar os vários pontos de interesse de parte a parte, e chegar a algo mais amplo. Sempre é mais fácil você chegar a um acordo produtivo para as duas partes quando você tem vários pontos que podem ser colocados, e não apenas um setor ou uma negociação setor por setor.

Então – e isso nós já temos dito em diferentes ocasiões, eu já conversei com autoridades americanas quando estive lá, o Ministro Guedes acredito que também –, nós queremos, sobretudo, poder partir para algum tipo de entendimento mais amplo, sempre, claro, resguardando nossos interesses básicos. Acreditamos que é possível fazer isso realmente em benefício mútuo.

Gazeta do Povo – Alguma ideia da motivação do Presidente Trump? Por que ele fez isso agora, e por que falou de Brasil e Argentina?

Ministro Ernesto Araújo – A questão de Brasil e Argentina é porque, por diferentes razões, tem havido certa desvalorização cambial – por razões bastante diferentes, mas não cabe aqui analisar as razões de ter havido essa desvalorização recentemente tanto no Brasil quanto na Argentina. Acho que o que chamou atenção foi esse comportamento cambial, mas ele é proveniente de realidades econômicas diferentes. Isso é algo, talvez, novo no cenário.

Por outro lado, temos um cenário já pré-eleitoral nos Estados Unidos, pensando daqui a um ano nas eleições. O governo Trump tem sido muito intenso na defesa de interesses de seu mercado, o que é normal – nós também, cada um à sua maneira. Claro que sempre tem a ver com a situação doméstica, que também queremos entender e ver qual é esse contexto.

Gazeta do Povo – A parceria com os Estados Unidos está muito baseada na afinidade dos dois governos em aspectos geopolíticos e culturais – por exemplo, quanto aos valores conservadores, a postura antiglobalista, etc. –, mas não se pode esquecer que Donald Trump, antes de ser um conservador, é um dos negociadores mais espertos do mundo, um homem que virou bilionário por isso. Essa admiração que o governo brasileiro tem pelo governo Trump não pode deixar o Brasil suscetível na hora de uma negociação comercial, por exemplo?

Ministro Ernesto Araújo – Se você pega a história americana das últimas décadas, independentemente da posição do governo Trump, os Estados Unidos sempre tiveram uma política comercial dura e em defesa de seus interesses, mesmo com grandes aliados como o Canadá, por exemplo – sempre houve uma proximidade muito grande entre os dois países, desde décadas e, ao mesmo tempo, com questões comerciais bastante profundas. Acho que isso é uma primeira coisa.

O fato de haver diferendos comerciais, que a gente sempre procura resolver, não significa que um país é mais ou menos próximo dos Estados Unidos. Às vezes, alguns desses diferendos, no caso americano, têm sido mais intensos com países mais próximos, em termos de visão de mundo, do que com outros países – ao longo dos anos, e não necessariamente agora. É uma relação muito ampla, o tabuleiro é muito amplo nessa relação. Não há nenhum tipo de condicionamento entre essa proximidade e visão de mundo e a defesa dos interesses concretos. [Isso é muito] quando você olha no detalhe.

Quando você se afasta um pouco mais, eu acho que há um impacto positivo. Você vê, por exemplo, os grandes avanços, até agora, que nós conseguimos na relação com os Estados Unidos – por exemplo, a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o apoio americano à nossa entrada na OCDE. Acho que eles estão vinculados a essa proximidade de visões. Não sei se teriam acontecido

num outro momento, porque não aconteceram em outros momentos em que não havia essa convergência. A convergência tende a ser positiva no macro.

No micro, às vezes, surgem essas questões que, ao mesmo tempo, a visão mais ampla pode ajudar a resolver – assim como eles encaminharam, já, ao longo dos anos, questões com o Canadá, e com o Japão, também, que teve muitos problemas comerciais com os Estados Unidos, [e as questões] sempre foram encaminhadas a contento.

Gazeta do Povo – Outra parceria que o Brasil fez com os Estados Unidos foi na Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa. Quem foi o idealizador dessa aliança, qual é a finalidade dela e como ela vai funcionar na prática?

Ministro Ernesto Araújo – Quem tem tido muita liderança nisso, nos Estados Unidos, é o Secretário de Estado, Mike Pompeo, com quem já estive várias vezes – temos uma excelente relação – e a quem admiro muito. No nosso caso, nós percebemos, realmente, que havia uma demanda da sociedade brasileira, havia uma necessidade, uma expectativa de que a gente atuasse mais nisso.

Houve aqui, como em muitas outras esferas, eu acho, uma convergência de propósitos. Em nenhum momento houve, assim, uma [ideia]: “Ah, os Estados Unidos estão tendo essa iniciativa e nós vamos seguir por serem os Estados Unidos.” Não é. É por ser uma iniciativa em algo que a gente acredita que é extremamente importante no mundo de hoje, que é dar voz e ter consciência dos problemas que afetam a liberdade religiosa.

Há alguns outros países que estão com uma atenção muito especial a isso, como a Hungria, por exemplo, e a Polônia. Nós, também, acho que temos nos colocado na vanguarda dessa discussão, que a gente acredita [ser] muito importante – pelo que ela é, e não por um cálculo, ou por uma conveniência, mas pela nossa convicção.

Gazeta do Povo – Como vai funcionar na prática? Já há algo mais concreto sobre essa aliança?

Ministro Ernesto Araújo – Há diferentes iniciativas que convergem para ela em termos, sobretudo, de conscientização do problema. Há atuação conjunta em diferentes organismos internacionais que tratam de temas correlatos, sobretudo na parte de direitos humanos. Há toda uma agenda, mas, ao mesmo tempo, não é uma agenda necessariamente fixa. Os países vão fazendo coisas e vão se articulando de maneira flexível, mas com essa inspiração muito clara.

Gazeta do Povo – O senhor diz que conversa muito com o Secretário Mike Pompeo. Chegaram a conversar sobre a crise relacionada à declaração de Trump?

Ministro Ernesto Araújo – Ainda não conversamos. Na verdade, acho que a gente não deveria chamar de crise. É uma coisa normal na situação de hoje. Mas ainda não conversamos hoje, não. Mas sempre é um canal importantíssimo que nós temos, justamente porque é um dos canais em que a gente percebe que há uma percepção, por parte do Secretário de Estado, do valor estratégico da relação com o Brasil. Essa visão mais de cima, e não apenas essa visão limitada a temas específicos.

Gazeta do Povo – O acordo entre MERCOSUL e União Europeia foi considerado uma das grandes conquistas deste ano do Brasil na política externa. Mas, nos últimos meses, alguns atores importantes desse acordo deram sinais de que pode haver retrocesso. Como o governo brasileiro está trabalhando para não perder essa conquista?

Ministro Ernesto Araújo – Achamos que é um acordo muito relevante para todas as partes envolvidas, não só para nós. E achamos que cada parte, cada país, tem que identificar seus interesses e trabalhar pelo acordo da maneira como achar que são os seus interesses. Nós estamos convencidos de que, para os países europeus, é um acordo bom também. Cabe a eles, de acordo com o processo

de cada um, ir adiante com o processo de ratificação para que isso entre em vigor. A cada um cabe fazer essa análise. Acho que é uma análise que cada país está fazendo de maneira fria e que às vezes não aparece muito na mídia.

Aparece muito por declarações que diferentes países querem fazer para seu público interno – declarações que às vezes são mais negativas, mas existe um pouco mais por baixo, não tão visível, toda uma série de iniciativas de ver qual é a qualidade desse acordo. Eu acho que é uma grande qualidade para todos os envolvidos, que às vezes não aparece muito.

Lembrando, também, que nós, como todos os envolvidos, temos ganhos a esperar do acordo, mas também estamos fazendo sacrifícios para obtê-lo – é assim em qualquer negociação comercial. E isso faz parte do balanço de cada país. Nós continuamos convictos de que é bom para nossa economia, é bom para todas as economias envolvidas, e acho que cabe a cada um fazer essa análise de maneira racional, de maneira fria. É normal que haja mensagens para o público interno, mas que isso realmente não seja determinante, que o determinante seja uma análise fria e racional dos prós e contras. Eu acho que os prós são bem maiores para todos os envolvidos.

Gazeta do Povo – O senhor viaja para a Cúpula do MERCOSUL nesta semana. Essa vai ser a última cúpula com o Presidente [da Argentina] Mauricio Macri, e o Alberto Fernández assume cinco dias depois da reunião dos líderes. O Lacalle Pou [Presidente eleito do Uruguai] vai assumir daqui a quatro meses. A ausência de dois novos governos que estão prestes a assumir não pode prejudicar a tomada de decisões?

Ministro Ernesto Araújo – No ano passado, também houve uma reunião do MERCOSUL quando o governo do Brasil também ia mudar poucas semanas ou poucos dias depois. Isso é normal, nesse ritmo, é comum que haja eleições e logo depois uma transição. Se

a gente fosse sempre esperar o novo governo, a gente acabaria não fazendo as reuniões. E o calendário tem que ser cumprido.

Fazer uma cúpula agora nos pareceu importante. Sempre se fez cúpula em dezembro, independentemente dessa proximidade ou não de uma troca governamental. Nós pretendemos fazer uma cúpula normal, uma cúpula que tenha bons resultados, da qual participarão os governos atuais, se conseguirmos chegar a esses resultados da Argentina e do Uruguai, juntamente com Brasil e Paraguai, evidentemente.

E depois a equação vai mudando. Aí, dependendo da equação, vamos ver como é que fica a possibilidade de novos avanços, de acordo com a mensagem, a visão que os novos governos da Argentina e do Uruguai tragam. Mas o nosso propósito é fechar alguns avanços importantes com os governos que estão hoje, que acreditamos que são benéficos para os países em si, não apenas para esses governos.

Gazeta do Povo – Vai ser possível negociar a tarifa externa comum?

Ministro Ernesto Araújo – É nossa intenção. É uma prioridade para nós desde o começo do ano. Não uma rebaixa agora, mas avançar nos conceitos que permitam uma revisão da tarifa externa comum benéfica para nossa competitividade. Vamos ver se isso é possível. Pretendemos, também, ver se chegamos a um acordo de facilitação de comércio que elimine algumas travas, algumas barreiras que ainda existem no comércio entre países do MERCOSUL. Esse é um trabalho contínuo. Alguma melhora e racionalização da estrutura institucional, enfim, é um trabalho que tem que ser contínuo. A gente não pode ficar sempre esperando a nova equação política.

Dentro dessa equação política atual, muitas coisas foram possíveis, entre elas o fechamento do acordo MERCOSUL-União Europeia, que, como você mencionou, foi, talvez, o grande avanço de política externa brasileira, mas não só brasileira, foi um grande avanço

para o conjunto do MERCOSUL, nós estamos certos disso, graças a certa equação política. Vamos ver, com a nova equação, qual tipo de avanço, qual tipo de atitude, será possível ou não será possível no MERCOSUL. Mas, nesta nova equação, nós teremos uma visão fixa da qual nós não abrimos mão, de um MERCOSUL dinâmico, de um MERCOSUL sem barreiras internas, de um MERCOSUL com uma estrutura institucional ágil, de um MERCOSUL onde a tarifa externa comum seja um instrumento de competitividade, e com uma agenda dinâmica de negociações com terceiros países, com terceiras regiões. Essa é a nossa visão, que não é nossa, é a visão organizacional original do MERCOSUL.

Gazeta do Povo – Vai haver alguma discussão sobre a situação política dos países em crise na América do Sul, como o Chile?

Ministro Ernesto Araújo – Não, isso a gente não espera muito que haja. Nós queremos concentrar na matéria em pauta, nesses avanços concretos que nós queremos realizar. Nós não estamos pensando nisso. Na sessão da cúpula, propriamente, os Presidentes falarão possivelmente sobre a situação regional, mas achamos que é importante que haja uma concentração em falar de MERCOSUL, em falar do momento do MERCOSUL e dessa visão de futuro.

Gazeta do Povo – Neste primeiro ano de governo, um destaque da política externa foi o fortalecimento da parceria comercial entre Brasil e China. A médio prazo, isso pode ser bom para a economia brasileira. Mas, a longo prazo, não há o risco de uma dependência exagerada do ponto de vista comercial?

Ministro Ernesto Araújo – Não, porque nós estamos trabalhando muito bem com a China, como você mencionou, mas também estamos procurando diversificar e aprofundar outras parcerias. Já estamos conseguindo isso com os países do Golfo, por exemplo, muito em função da diplomacia presidencial, da nossa visita aos

países do Golfo. Pretendemos trabalhar bem mais a fundo com os países da ASEAN, por exemplo.

Farei, daqui a duas semanas, uma viagem a alguns países da África. A África é um continente que tem oportunidades enormes em termos de comércio. Queremos estar muito mais presentes nessa relação comercial com a África. Temos tido notícias de investimentos novos de toda parte, em função das enormes oportunidades do PPI, sobretudo, e de um otimismo com a economia brasileira. Acho que nós estamos vendo um quadro muito promissor. Temos um crescimento da relação com a China, que você mencionou, mas também com vários outros parceiros. Não vemos essa perspectiva de um aumento da dependência. Ao contrário, vemos uma diversificação da nossa pauta, num bom sentido: todos crescendo.

Talvez, algumas parcerias que eram menos exploradas passem a ser mais exploradas, mas todos crescendo ao mesmo tempo. Ficamos muito animados porque vemos o investidor internacional entendendo o que é a política desse governo, o que são as reformas, o que é o compromisso com a abertura, o que é o compromisso com um ciclo de crescimento baseado no investimento privado, baseado na competitividade. Essa mensagem é percebida pelos investidores, e eles estão respondendo a isso. Isso nos deixa realmente muito animados.

Porque é diferente, muitas vezes, de uma certa interpretação que não leva em conta o sentimento dos investidores. Às vezes, falam, sobretudo na questão ambiental, às vezes, ainda aparece essa preocupação... Mas, como eu disse antes, em outro contexto, eu acho que isso tem muito a ver com preocupações de política interna de certos países. Quando você olha a realidade dos fluxos financeiros, dos fluxos de investimento, há uma percepção extremamente positiva em relação ao Brasil.

Gazeta do Povo – A Bolívia tem agora um governo de transição de direita, e o Luis Camacho, líder dos protestos que levaram à renúncia do Evo Morales, é o favorito para vencer as eleições. Os bolivianos querem entrar no MERCOSUL, mas dependem de uma aprovação do Congresso brasileiro para isso. Se a guinada à direita se consolidar, a Bolívia vai ter mais chances de entrar no MERCOSUL?

Ministro Ernesto Araújo – Não depende disso. Depende, antes de mais nada, da decisão do Congresso brasileiro, se autoriza o Executivo a ratificar o processo de adesão da Bolívia. Isso, antes de mais nada, é uma deliberação que ainda não foi tomada pelo nosso Congresso. Eu acho que não depende tanto da cor política que tenha o governo da Bolívia ou de qualquer outro país. Depende da percepção de a Bolívia estar preparada, ter compromisso com os objetivos do MERCOSUL, com esses pilares básicos do MERCOSUL a que eu me referia.

A Bolívia que dê uma mensagem – qualquer que seja o governo boliviano – de que está comprometida com o livre comércio, com a abertura, com a integração aberta, e também com a democracia (porque o compromisso democrático é parte essencial do MERCOSUL), essa Bolívia, ou qualquer outro país, terá, evidentemente, muito mais a aportar, e certamente será mais fácil seu processo com o MERCOSUL – mas por causa desses compromissos, e não pela cor política do seu governo.

Gazeta do Povo – O Brasil tem pedido a extradição de alguns criminosos e traficantes que estavam presos na Bolívia, e um Ministro do novo governo boliviano disse que esses pedidos tinham simplesmente sumido nos arquivos do governo Evo Morales. O senhor considera que, com o novo governo boliviano, a atuação de organizações criminosas vai ser dificultada nas fronteiras?

Ministro Ernesto Araújo – Até o momento, há bons indícios de que a cooperação para o combate ao crime com esse governo

interino da Bolívia está mais produtiva do que era anteriormente. Não quero fazer crítica a como era antes, mas há sinais muito bons agora, nesse momento.

Há uma expectativa muito grande de que essa cooperação, que é muito importante para nós com todos os países fronteiriços, se mantenha e seja intensificada com um novo governo eleito da Bolívia. É uma das áreas prioritárias para nós. Segurança é uma prioridade para todo o nosso governo, e na política aqui na região é algo fundamental. A gente espera que seja realmente concretizado. Os sinais realmente são animadores nesse governo provisório, como têm sido com o Paraguai, que tem tido uma atitude extremamente positiva na cooperação conosco. É uma porta bastante promissora que se abre.

Gazeta do Povo – O Embaixador Otávio Brandelli disse, em julho, que a atuação do Hezbollah na América Latina é “um dado da realidade”. Mesmo assim, o Brasil ainda não classifica o Hezbollah como um grupo terrorista, ao contrário da Argentina e do Paraguai. Por quê?

Ministro Ernesto Araújo – Essa classificação precisa levar em conta muitos fatores. Evidentemente que é um grupo que a gente conhece, cujas algumas das atividades a gente conhece, que realmente tem uma presença deletéria, mas essa classificação tem toda uma complexidade, todo um impacto que exige uma análise profunda que nós estamos realizando, escutando. Nós queremos entender bem quais são os problemas, vê-los documentados, quais são os problemas que essa organização pode causar. A gente está atento, com os olhos abertos e, como eu digo, é algo que depende de uma análise muito criteriosa, que está em andamento.

Gazeta do Povo – É uma possibilidade que está sendo estudada?

Ministro Ernesto Araújo – Sim, porque vários serviços de inteligência chamam atenção para isso, para atividades que essa

organização possa ter. A gente tem que prestar muita atenção a isso, com a maior seriedade. Novamente, voltando a essa prioridade que nós damos, evidentemente, à segurança da nossa população e da nossa região. Sempre que chega um serviço que nos chama a atenção para determinadas atividades, a gente olha com a maior atenção, e vamos continuar olhando isso.

Gazeta do Povo – Na reunião do Grupo de Lima, o Chanceler peruano falou: “Preocupa que a reiteração das posições [sobre a Venezuela] possa terminar banalizando-as”, querendo indicar que há muita conversa e pouca ação. O Julio Borges, da Venezuela, disse que “o desafio do Grupo de Lima é passar da literatura à matemática”. O senhor falou que o Grupo de Lima tem “uma responsabilidade conceitual, que vai além da dimensão puramente política”. Mas não estão faltando, como indicaram eles, ações mais concretas em relação à crise da Venezuela?

Ministro Ernesto Araújo – Isso permanentemente. É claro que nós estamos num processo diplomático que tem os limites da ação diplomática. Dito isso, o Grupo de Lima é uma grande esperança para os venezuelanos que querem o seu país de volta, que querem a liberdade de volta na Venezuela. Por isso que esse grupo tem uma responsabilidade permanente, que vai além dos resultados específicos de cada reunião.

O Grupo de Lima se consolidou como uma espécie de personalidade coletiva que representa uma tentativa de chegar a uma alternativa para a Venezuela. Antes de falar de qualquer iniciativa específica, eu acho que a gente tem que estar muito consciente dessa responsabilidade que os venezuelanos amantes da democracia depositam no Grupo de Lima. Isso não é uma coisa banal, é algo que é existencial para essas pessoas que estão sofrendo tanto na Venezuela.

Eu acho que, sim, é preciso sempre ter a preocupação de gerar iniciativas e resultados concretos, mas sem esquecer esse lado mais

profundo, que é a esperança que a gente gerou desde o começo. Não raciocinar desta maneira: “Olha, já que temos dificuldades, então vamos abandonar, ou vamos relativizar.” Não. Não é porque é difícil naquele momento que a gente vai abandonar os princípios e, sobretudo, essa coisa muito rara na diplomacia: as pessoas terem uma esperança que não é a de quem leu um jornal de política externa, mas dos venezuelanos comuns na rua que querem o seu país de volta e que olham para o Grupo de Lima como uma fonte de esperança.

Gazeta do Povo – Mas, na Venezuela, agora, há pessoas sofrendo pela falta de ação mais concreta de outros países. O Grupo de Lima vinha para solucionar isso, mas, até agora, a grande decisão do ano foi o reconhecimento do Juan Guaidó como Presidente, e o Guaidó tem perdido relevância. O governo brasileiro tem alguma estratégia para mudar essa situação?

Ministro Ernesto Araújo – Nós continuamos com esperança e expectativa de que o restante da comunidade internacional se mobilize em favor da Venezuela. Esperávamos que isso acontecesse mais rapidamente, mas ainda acreditamos no coração das pessoas ao redor do mundo, de verem a realidade e agirem de acordo, independentemente de conceitos políticos muito petrificados e que, às vezes, levam as pessoas a decisões erradas.

As pessoas às vezes olham [e dizem]: “Ah, e o princípio da não interferência?” A gente não está violando, de forma nenhuma, o princípio da não interferência, mas estamos com uma tensão muito grande com relação à Venezuela, que destoa da indiferença, às vezes, que a gente vê em outras percepções. O que a gente ainda acha é que é possível vencer essa indiferença. Olhar o tema da Venezuela não como um tema de conveniência geopolítica, mas como um tema realmente humanitário básico de sobrevivência de uma nação que quer buscar um outro caminho.

Concretamente, a gente precisa continuar tendo o Grupo de Lima e outros países, também, que têm percepções um pouco diferentes, mas que estão também imbuídos da mesma proposta. É importante que a gente continue sendo uma caixa de ressonância, para não deixar isso se calar.

Eu sempre comparo muito o tema da Venezuela com a superação do regime do *apartheid* na África do Sul, onde durante muito tempo as pessoas se desesperavam de mudar aquele regime horrível, aquele regime racista, e, em grande parte, a mobilização crescente da comunidade internacional foi que ajudou a mudar aquele regime. Claro, houve a luta permanente de vários setores da sociedade sul-africana pela liberdade, por ter um país mais justo livre daquele regime. Foi algo que durou tempo, a gente espera que até o processo na Venezuela seja mais curto, mas não pode desesperar.

Também naquele momento, em muitos momentos, as pessoas falavam: “Não vai mudar nunca, porque você tem um regime que tem o poder na África do Sul. Ah, é racista? É, mas não tem o que fazer.” Se as pessoas tivessem desistido, tivessem pensado “bom, não temos [o que fazer]”... Nunca houve intervenção. O que houve foi uma mobilização por um princípio moral com alguns elementos de sanção econômica, com alguns elementos de sanção política, como existe, também, no caso da Venezuela, mas, sobretudo, esse não desistir e essa convicção moral.

Claro que cada caso é um caso, mas acho que é um fator inclusive de inspiração para nós em relação àquilo que a gente pode fazer na Venezuela. Alguns países que apoiavam, inicialmente, o regime do *apartheid* aos poucos foram vendo que isso não era possível, foram abandonando esse apoio. Eu acho que é um pouco um paradigma no qual a gente pode pensar.

Concretamente, a gente continua identificando... – por exemplo, amanhã (terça-feira, 03/12) tem a reunião dos países do TIAR

[Tratado Interamericano de Assistência Recíproca], em Bogotá, que não é o Grupo de Lima, mas praticamente todos os países do Grupo de Lima apoiam essa iniciativa – de identificar pessoas do regime Maduro que precisam ser investigadas por suas conexões possíveis com o crime organizado, com atividades criminosas em geral.

Isso é um avanço importante e é um avanço concreto, é um avanço que existe porque existe essa mobilização do Grupo de Lima, em grande parte, e é isso. Vamos continuar a trabalhar nos organismos internacionais, sempre para chamar a atenção. É claro que, às vezes, as pessoas cansam: “Ah, não houve avanço.” Mas é preciso que a gente não se cale, que a gente continue falando.

Gazeta do Povo – Para o ano que vem, o Presidente já tem algumas visitas programadas – à Índia, por exemplo. Vai haver visitas à Europa – a países próximos, como Polônia, Hungria e Itália? Quais vão ser os principais objetivos de 2020 em relação a visitas internacionais?

Ministro Ernesto Araújo – O Presidente pretende ter um calendário bem intenso de visitas no ano que vem. A Europa, você mencionou, países que são próximos. Além desses, o Presidente pretende ir a outros países. Ele quer ir a Portugal, por exemplo, possivelmente Espanha. Vários outros. Praticamente com todos os países europeus nós temos laços profundos e queremos estar presentes. Claro que a visita presidencial é um momento ideal para isso, mas, mesmos aqueles países que a gente, por acaso, não possa visitar, nós queremos trabalhar muito a relação com esses países. Colocar a voz do Brasil, colocar essa dimensão que nós queremos dar à nossa atuação externa, e à parte econômica, de atração de investimentos, de comércio.

Mas não só com a Europa. Uma região com que nós queremos trabalhar muito é a ASEAN, o sudeste asiático. A Ásia como um todo. Com o Japão, foi muito animador o contato que nós tivemos. Queremos intensificar com o Japão, com o Oriente Médio, com os países árabes, com Israel, evidentemente, com quem já abrimos uma

parceria muito interessante. Acho que consolidar várias coisas que abrimos. Com os Estados Unidos, evidentemente – estou falando não necessariamente de visitas presidenciais, mas dessa agenda como um todo. Consolidar novas relações humanas que nós abrimos.

Com a Índia, aí sim, visita presidencial. Uma visita que será certamente da maior importância. A Índia está dando atenção enorme ao Brasil, e nós, à Índia. É um momento de mudar o patamar da relação com a Índia, como nós queremos mudar com praticamente todos os parceiros. É difícil apontar prioridades porque praticamente tudo é prioridade para nós, para um país como o Brasil. Nós queremos estar presentes em todas as áreas.

Na África, eu estarei agora, e o Presidente quer ir a países africanos proximamente. O Presidente tem tido esse dom de criar parcerias profundas, de estabelecer novos vínculos, mesmo com países já com parcerias tradicionais, de lançar novas ideias, de mudar a visão do Brasil, de proporcionar uma visão de um Brasil que realmente está se renovando, que está se abrindo, um país que quer ser um novo parceiro no mundo. Idealmente, estaríamos presentes em todas essas... Faltaria tempo, né. Mas, certamente, a Europa, mas também África, sudeste asiático, o restante da Ásia, Oriente Médio, América Latina – evidentemente, é sempre uma prioridade –, Estados Unidos, todo o nosso hemisfério. A única que está marcada, por enquanto, é a visita à Índia. Mas, como eu disse, o Presidente quer ter um calendário intenso, e será mais um momento para a gente consolidar essas parcerias.

53. Discursos na LV Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Bento Gonçalves (04/12/2019)

Alocação da sessão da manhã, reservada aos Estados partes do MERCOSUL:

Estamos aqui hoje próximos de terminar nosso ano de trabalho no MERCOSUL. Para nós, brasileiros, esta Cúpula também marca quase um ano de governo do Presidente Jair Bolsonaro. Desde janeiro, nossa atitude em relação ao MERCOSUL buscou refletir a agenda de transformação que está em curso no Brasil. Nosso governo tem um compromisso com a mudança; um compromisso de liberação do potencial da nação brasileira e do seu povo; de combater a corrupção e a criminalidade; de reduzir um Estado excessivamente inchado, que mantinha fechada sua economia; um compromisso com a democracia e com o Estado de Direito.

Estamos executando um conjunto de reformas de promoção da liberdade econômica. Esse conjunto inclui, entre outros, a reforma da previdência, o novo pacto federativo e a reforma tributária. Como não poderia deixar de ser, também o comércio internacional é elemento fundamental desse projeto de mudança e transformação. Estamos abrindo o Brasil ao mundo, vamos aproveitar todo o potencial da economia brasileira, removendo os entraves ao comércio e as barreiras à concorrência que limitam nosso potencial de crescimento – e vamos integrar melhor o Brasil à economia mundial e às cadeias transnacionais de valor. Acreditamos, estamos convictos de que o MERCOSUL é parte fundamental desse novo projeto de nação.

O Brasil perdeu muito tempo. É uma experiência que precisamos compartilhar com os senhores, porque foi uma má experiência: perdemos muito tempo com projetos autárquicos, com o país voltado para si mesmo e que só olhava para o mundo quando seu mercado interno dava sinais de fraqueza. O Brasil precisa recuperar o tempo e os espaços perdidos na economia mundial. E foi por esse motivo que apoiamos desde o primeiro dia uma ambiciosa agenda de negociações externas do MERCOSUL. Uma agenda que buscava resultados para nossos países e para nossos cidadãos.

E foi justamente essa atitude que nos permitiu, junto com todos os senhores, todos os sócios do MERCOSUL, concluir as etapas negociadoras dos acordos com a União Europeia e com a EFTA. Além disso, realizamos rodadas de negociação com Canadá, Coreia e Líbano, e mantivemos diálogos com Vietnã, Indonésia, prosseguem também os trabalhos com Singapura – tudo com o objetivo de avançar o quanto antes na conclusão de acordos ambiciosos de última geração.

O compromisso com a abertura também levou o Brasil a propor iniciativas no nosso bloco para trazer o MERCOSUL de volta para sua vocação original de um projeto de integração aberta. Fomos capazes de avançar em vários temas, como a revisão da tarifa externa comum, facilitação do comércio, indicações geográficas, regime de origens do MERCOSUL e novas abordagens em matérias regulatórias.

Não podemos esquecer, ademais, os avanços bilaterais no setor automotivo, que facilitarão a plena incorporação do setor ao livre comércio do bloco. Evidentemente gostaríamos de ter avançado muito mais: nossa meta era avançar a reforma da TEC, da tarifa externa comum, já em janeiro de 2020, e gostaríamos de começar a desbastar algumas das muitas outras distorções e incongruências do MERCOSUL na área econômica e comercial. Esperamos continuar fazendo isso a partir de janeiro.

De toda forma, avançamos muito. Reposicionamos o Brasil no mundo como ator relevante e respeitado. Revalorizamos o MERCOSUL diante das nossas próprias sociedades. No Brasil isso é muito claro: o MERCOSUL deixou de ser um freio para tornar-se um acelerador. As pessoas deram-se conta de que o MERCOSUL pode gerar emprego e promover a abertura ao mundo que os brasileiros desejam. Apagou-se a memória do MERCOSUL protecionista e ineficiente, o MERCOSUL simplesmente retórico. Voltamos a ser referência e esperança. Voltamos a ter o MERCOSUL como um polo de prosperidade e democracia na América do Sul.

Sáímos da caverna e passamos para a luz do sol.

Não voltaremos à caverna!

As taxas de crescimento medíocres, a falta de investimento produtivo, de investimento em infraestrutura, a recessão, o desemprego, foram resultado de uma economia fechada, controlada pelo Estado – fosse controlada direta ou indiretamente, fosse através de estatais ou de empresas específicas. Isso era o que vivíamos no fundo da caverna: a economia do cartel e do cartório. O Brasil não voltará para essa caverna!

Os sinais de que estamos na luz do sol estão aparecendo nas reformas, a confiança dos investidores internacionais, que eu pessoalmente tenho testemunhado em viagens com o Presidente da República e minhas próprias ao redor do mundo. A economia brasileira volta a crescer: já esperamos uma taxa de pelo menos 2,3% de crescimento no próximo ano.

O Brasil começa a viver pela primeira vez um ciclo de crescimento baseado na verdadeira economia de mercado, na competitividade, na liberdade econômica, sem inflação, com juros baixos. Ao redor do mundo, todos querem investir, todos querem negociar conosco. Com o Brasil e com os demais países do MERCOSUL. Vimos isso

no Japão, na Coreia, na China, nos países do Golfo, na África, nos Estados Unidos, na Europa e em tantas outras regiões.

Podemos e queremos entrar juntos nesse caminho promissor. A opção é voltar para a caverna. Podemos esconder-nos na escuridão e dizer: “não, não quero mais crescimento saudável; eu quero a minha economia controlada pelo Estado de volta; quero os meus interesses corporativos de volta; a economia controlada pelos amigos do Rei.” Mas o Brasil não voltará para a caverna!

Esse fundo da caverna sem ar e sem luz, onde vicejava a corrupção e o patrimonialismo, onde achamos que poderíamos nos proteger da competição internacional nos fechando no mercado interno que só nos deu estagnação e desemprego. Que nos fez perder espaço, perder investimentos, vivendo numa “austera, apagada e vil tristeza”, como diria Camões.

Caros colegas, senhores e senhoras.

Com o foco em gerar benefícios concretos para os nossos cidadãos, obtivemos resultados importantes igualmente em outras áreas de trabalho do MERCOSUL. Assinaremos nesta Cúpula acordos que trarão segurança e bem-estar para as nossas populações de fronteira. O Acordo de Cooperação Policial promoverá a vigilância e o combate de atividades ilícitas nas regiões limítrofes. O Acordo de Localidades de Fronteira aumentará o acesso a serviços de saúde e de educação, e facilitará a circulação de pessoas e veículos entre as cidades gêmeas dos nossos países. Firmaremos entendimentos que permitirão aos nossos cidadãos utilizarem suas assinaturas digitais em qualquer Estado parte do bloco e que defenderão os interesses de nossos consumidores.

Não posso deixar de destacar, também, a mensagem que estamos mandando com a adoção de um mandato para o estabelecimento de um plano de ação para o combate à corrupção no comércio exterior.

Nossas sociedades não toleram mais a corrupção em qualquer esfera do espaço público.

Buscando levar adiante no MERCOSUL uma agenda que hoje é central para o Brasil – o enxugamento da máquina pública –, neste segundo semestre, eliminaram-se mais instâncias do bloco e aprovou-se programa de revisão abrangente dessa estrutura, a fim de reduzir a burocracia e dar maior eficiência ao nosso trabalho. O funcionamento do MERCOSUL ficou também mais barato para os Estados partes: durante a presidência *pro tempore* brasileira, o número de reuniões realizadas por videoconferências mais do que dobrou em relação à média dos últimos anos. Estima-se em um milhão de dólares a economia com passagens e diárias para os Estados partes apenas neste semestre. Mais uma vez, contudo, ficamos aquém das expectativas. As resistências na burocracia são sempre fortes, mas vamos continuar insistindo, pois, como todos sabemos, os recursos são escassos e há que aproveitá-los da melhor maneira possível.

Senhores Ministros, demais Delegados.

O ano que passou mostrou o quanto podemos alcançar quando trabalhamos juntos e no mesmo sentido. Nós reformulamos o MERCOSUL como plataforma de negociação comercial de integração aberta. Desse modo, o verdadeiro MERCOSUL voltou ao mapa e deu importantes sinais aos seus parceiros comerciais.

Esse MERCOSUL verdadeiro representa, igualmente, o que o Brasil deseja no campo dos valores: a defesa da liberdade e da democracia. Nesse campo, é preciso reconhecer que, em 2019, tivemos um ano especialmente desafiador para a nossa região. Mas trabalhamos muito, no âmbito bilateral e em outros fóruns, para promover esses valores fundamentais. O MERCOSUL fez a sua parte, mas também nesse caso o MERCOSUL poderia – eu tenho certeza de que poderá – fazer muito mais em defesa da democracia, que sempre foi um dos pilares do nosso projeto.

Com os olhos postos já em 2020 e no futuro imediato, quero reiterar que o Brasil seguirá empenhado em preservar e ampliar o patrimônio comum deste MERCOSUL que dá certo e que está sintonizado com o projeto de transformação em curso em nosso país, e com as transformações em curso no mundo. Que está em sintonia com os sentimentos profundos de nossos povos, muito especialmente o anseio de liberdade.

Eu tenho dito e insisto: a liberdade não é uma ideologia! A democracia não é uma ideologia!

A postura intransigente do Brasil em favor da democracia em nosso país e em nossa região, em favor da integração aberta e dos princípios basilares do MERCOSUL, não tem nada de ideológica. Alguns procuram caracterizá-la assim, como ideológica, e falam que devemos partir para o “pragmatismo”. Ora, pragmatismo significa avançar com inteligência rumo a determinados objetivos e valores. Pragmatismo não significa não ter valores! O pragmatismo faz parte da razão instrumental; não substitui a razão moral. A razão moral nos dita o caminho: liberdade e prosperidade para os nossos povos.

Pragmatismo não significa procurar um meio-termo entre a liberdade e o totalitarismo, um meio-termo entre a justiça e o crime, ou um meio-termo entre a estagnação e o progresso. Pragmatismo significa encontrar os meios corretos de trabalhar pela liberdade, pela justiça e pelo progresso. De resto, o que é a ideologia? Ideologia é um sistema que se impõe na realidade e nega a realidade, com o fim de exercer o poder. Aquela frase que nós conhecemos: “quando a realidade desmente a teoria, tanto pior para a realidade!”

Assim era em nossa região: já tentamos o crescimento com o protecionismo e com o corporativismo. Não deu certo. Mas alguns ainda insistem em que esse é o caminho. Isso é ideologia.

Na Venezuela vemos isso, infelizmente, de maneira muito clara. O socialismo não funciona, está claro. Mas não importa: o

socialismo é feito para não funcionar porque ele garante o poder aos que o exercem. O objetivo da ideologia socialista não é o bem-estar das pessoas! Se o fosse, admitiriam que não funciona e passariam à economia de mercado. Mas o objetivo é o poder. O objetivo é destruir as economias, destruir o bem-estar, porque isso cria populações dependentes, escravizadas, sem condições de exercer a liberdade. Nisso, o socialismo, a ideologia socialista é muito eficiente e por isso é que, infelizmente, ela ainda viceja em alguns países.

No Brasil, recentemente, tivemos uma experiência que ia nesse sentido, e que infelizmente ajudou a promover essa ideologia na Venezuela e em outros países. Mas nós conseguimos parar o trem, pela coragem e pelo espírito de liberdade do povo brasileiro. Aquele esquema de assujeitamento de sociedades, de empobrecimento deliberado, de corrupção e criminalidade. Conseguimos parar esse projeto. Esse projeto havia instrumentalizado o MERCOSUL. Nós, com o concurso de todos os países aqui presentes, conseguimos desinstrumentalizá-lo. Paramos o trem.

No caso do Brasil, isso custou um enorme esforço. E queremos ajudar a parar esse trem em toda a região. Os que querem popular no trem de novo e recolocá-lo em marcha – a marcha insana e destrutiva – a esses nós temos que chamar de ideológicos e não aqueles que queremos parar essa marcha. É uma completa inversão de valores, dizer que o nosso conceito e que a nossa postura é ideológica.

Bem, nós queremos insistir no seguinte: um MERCOSUL fechado, um MERCOSUL mal posicionado em termos de valores, que não produz resultados para as nossas sociedades, o MERCOSUL como garantia de atraso e como bandeira do isolamento, esse MERCOSUL não é o que desejamos. O Brasil está pronto a continuar trabalhando com todos os sócios por um MERCOSUL à luz do sol. Não por um MERCOSUL no fundo da caverna.

Estamos prontos a construir pontes, certamente. Construir pontes para o futuro, para a prosperidade democrática, com espírito construtivo, criativo, pragmático – no sentido que eu mencionei há pouco – e que do qual demos provas todos os países ao longo deste ano. Não queremos construir pontes para um passado recente e desastroso. Queremos continuar na marcha para um futuro melhor e esse é o compromisso do Brasil neste bloco.

Ao terminar minhas palavras quero agradecer a Vossas Excelências, Senhores Ministros, especialmente pelo apoio que brindaram ao Brasil, com todas as suas delegações, na sempre desafiante tarefa de conduzir os trabalhos do MERCOSUL ao longo deste semestre. Peço que transmitam esse agradecimento a todas as delegações, todos os participantes do MERCOSUL que não podem estar aqui, que tantas vezes vieram a Brasília e a outras cidades brasileiras, ao longo destes últimos meses. É deles o trabalho e é a eles que nós devemos os avanços que temos logrado.

Por fim, gostaria de ressaltar que nossos colegas, grandes amigos, Chanceleres Jorge Faurie e Rodolfo Nin Novoa participam, pelo que me disseram, pela última vez em suas atuais funções, de uma Cúpula do MERCOSUL. Em nome do governo brasileiro e da presidência pro tempore e no próprio, pela amizade que lhes tenho pessoalmente, gostaria de transmitir-lhes o reconhecimento e apreço por seu empenho e dedicação para o fortalecimento do MERCOSUL, e fazer-lhes meus mais sinceros votos de êxito na continuação de suas trajetórias pessoal e profissional. Ambos contribuíram para o MERCOSUL mais forte, moderno e aberto – mais forte aberto do que aquele que encontramos e que encontraram ao assumir suas funções. Ambos, queridos amigos, Jorge e Rodolfo, são exemplos para todos aqueles comprometidos com o MERCOSUL, com o MERCOSUL verdadeiro que queremos preservar e fortalecer em benefício das nossas nações.

Desejo ademais estender meus sinceros agradecimentos à Diretora da Secretaria do MERCOSUL, ao conjunto dos funcionários da Secretaria, aos responsáveis máximos pelos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL e suas equipes.

Muito obrigado!

Alocução da sessão da tarde, entre os Estados partes e Estados associados do MERCOSUL:

A escolha do Vale dos Vinhedos, aqui no Rio Grande do Sul, para realizar nossa Cúpula do MERCOSUL, reafirma uma série de valores do Brasil, os quais vêm orientando nossa política externa e as relações com os nossos vizinhos. Esta é uma terra rica em empreendedorismo e em liberdade. É uma terra de gente trabalhadora e que sempre prezou e defendeu os seus direitos.

Tenho orgulho de estarmos no meu estado natal. Neste momento, esta identidade deste estado do Rio Grande do Sul sintetiza muito do que buscamos: uma região de integração e de encontros, de forte variedade e riqueza cultural, e dinamismo econômico. Parece-me, sobretudo, o local ideal para explorarmos em conjunto como acelerar processos de integração baseados no binômio fundamental: abertura e democracia.

Um MERCOSUL aberto e democrático depende de uma América do Sul igualmente aberta e democrática. Vivemos, nos últimos tempos, conjuntura especialmente desafiadora para nossa região em termos da defesa da nossa democracia e liberdades. Enfrentamos situações com diferentes origens, que certamente demandam soluções correspondentes. Não podemos descansar na busca dessas soluções, não devemos deixar que diferenças pontuais de opinião nos impeçam de atuar em favor dos valores básicos que todos aqui compartilhamos. Por esses motivos, sei que temos espaço para trabalhar juntos na defesa de um núcleo de objetivos comuns pela

democracia, pelos direitos humanos e pela liberdade. Espero muito sinceramente, que possamos continuar estreitando a nossa coordenação sobre esses temas.

Caros colegas, temos, desde o início deste ano de 2019, uma virtual área de livre comércio do MERCOSUL com todos os países da América do Sul, à exceção, ainda, de Guiana e Suriname. O Itamaraty organizou em outubro, um seminário para celebrar e divulgar esse marco histórico junto ao seu público interno. Percebemos que há ainda um grande déficit de conhecimentos sobre o elevado estado de avanço da liberalização do nosso comércio intrarregional e, mais importante, sobre o grande potencial ainda a ser explorado – que inclui, evidentemente, a incorporação dos dois países que citei, que ainda não fazem parte desta área de livre comércio, Guiana e Suriname.

O desafio agora é aproveitar essa abertura e ampliar e aprofundar a integração comercial na região e com o resto do mundo. Do sucesso das nossas iniciativas de integração, depende o crescimento do comércio e dos investimentos, a diversificação das exportações e nossa integração às cadeias regionais e globais de valor. Um contexto internacional marcado por baixo dinamismo e por tensões e incertezas, só faz aumentar o valor relativo dos nossos esforços.

O ano de 2019 foi muito positivo para a agenda de abertura do MERCOSUL com o mundo. Em junho, fechamos o pilar comercial do nosso acordo de associação com a União Europeia e, em agosto, concluímos a negociação de um amplo acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio, a EFTA. Essas duas realizações deram-se num marco de intensificação de negociações com parceiros diversos, como Canadá, Coreia do Sul, Singapura e Líbano.

Claramente, os acordos com a União Europeia e EFTA representam um ponto de inflexão para o MERCOSUL, tendo aumentado muito o interesse dos nossos parceiros comerciais ao redor do

mundo em buscar o estreitamento de seus vínculos conosco. Entre eles, cito apenas como exemplo, Japão e Índia, Indonésia e Vietnã, entre muitos outros. Na América Latina e Caribe, estamos aprofundando nossa rede de acordos, seja por meio da expansão do escopo temático dos acordos que já possuímos, enquanto MERCOSUL, seja negociando novos acordos pela via bilateral.

O Brasil concluiu com o Chile no ano passado seu acordo mais abrangente e moderno de matérias não tarifárias. O Presidente Bolsonaro já o encaminhou para apreciação pelo Congresso brasileiro. O acordo do Brasil com o Chile é o modelo que o Brasil tenciona seguir com outros países interessados em ancorar os valores democráticos em nossa região e em obter compromissos que potencializem os benefícios da liberalização tarifária, já alcançada entre nós.

A aproximação como a Aliança do Pacífico é outro mecanismo importante à nossa disposição. Demos passo importante no ano passado, com a adoção do Plano de Ação de Puerto Vallarta. O MERCOSUL ambiciona que esse processo assuma uma dimensão mais negociadora, não se resumindo a uma sucessão de encontros técnicos que, embora importantes, carecem muitas vezes de um sentido de continuidade. Um tema de claro interesse compartilhado é o da facilitação de comércio, que ainda precisa sair das intenções iniciais no papel e gerar frutos concretos.

Desejamos, ademais, aumentar, como já mencionei, os vínculos com Guiana e Suriname e com outros países da América Latina e Caribe interessados na agenda de abertura e integração comercial. Com esse objetivo, o MERCOSUL iniciou contatos para negociar acordos bilaterais com países individuais da América Central. Sentimos um clima bastante favorável a avanços rápidos que estenderão a fronteira do nosso comércio sem barreiras para além do entorno sul-americano. Quero reiterar, com base em todas essas constatações, que existe um futuro brilhante à espera de toda a nossa região se

soubermos perseverar no bom caminho da integração aberta e da democracia.

Caros Ministros e Delegados dos países associados,

Além da defesa da democracia e da agenda econômica e comercial, o MERCOSUL avança numa ampla agenda de outros temas, com objetivo de entregar, para os cidadãos de nossos países, medidas com impacto direto sobre a vida das pessoas. Entre as muitas áreas de trabalho, destaco a cooperação entre localidades fronteiriças e a cooperação policial nas regiões de fronteira, de modo a compartilhar serviços e aumentar a eficiência no atendimento aos cidadãos, para os quais as fronteiras são o espaço em que se desenvolvem suas atividades cotidianas.

Esses acordos simbolizam o MERCOSUL que ambicionamos, um mecanismo para facilitar a vida do cidadão e contribuir com o combate aos ilícitos. Para além desses dois tratados, outros importantes instrumentos foram concluídos durante a nossa presidência. Um exemplo é o acordo interinstitucional Rede de Bancos de Leite Humano do MERCOSUL, cujo objetivo será ampliar o compartilhamento do conhecimento e de tecnologias voltadas para a segurança alimentar e nutricional na atenção neonatal e a lactantes.

Há poucos dias, o Peru solicitou adesão ao Protocolo de San Juan, de 2010, um instrumento que estabelece as equivalências entre os anos letivos de ensino fundamental e médio dos países signatários, esse passo fortalece nossa integração regional em termos de mobilidade acadêmica. Estamos desenvolvendo, em paralelo, projetos de integração de destinos turísticos, criação de novos roteiros que unam nossos países em termos de herança cultural.

Devemos aprovar uma declaração presidencial, aqui em Bento Gonçalves, sobre a iniciativa “Caminho das Missões”, que pretende ser, comparando assim, o nosso Caminho de Compostela, interconectando as sedes das missões jesuíticas e indígenas situadas nas

fronteiras entre os países do Cone Sul. Essa é uma pequena amostra da agenda multifacetada do MERCOSUL que, sem perder a atenção quanto a questões comerciais, tem presente que o fim último de nossos esforços de integração é trazer ganhos concretos para os nossos cidadãos. É importante que a rede de acordos do MERCOSUL fique cada vez mais densa.

Caros amigos, quero concluir minhas palavras reafirmando nosso compromisso com uma integração que reforce nossas nações, enquanto nações, e contribua para atingir os objetivos de nossas sociedades. Sabemos que isso não é algo que se consegue sozinho. Contem com o Brasil para seguir trabalhando na construção de uma América do Sul cada vez mais aberta, próspera e democrática.

Muito obrigado!

54. Palestra no Ministério das Relações Exteriores de Angola, em Luanda (13/12/2019)

A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Antes de mais nada, queria dizer que foi muito emocionante escutar lado a lado os hinos de Angola e do Brasil.

Nós, brasileiros, achamos o nosso hino o mais bonito do mundo – cada povo acha o seu hino o mais bonito do mundo, porque realmente cada hino fala do sentimento do seu povo – o nosso hino fala que o Brasil é um raio vívido de amor e de esperança que à terra desce. Essa palavra “esperança” é para nós fundamental, acho que é fundamental também para os senhores em Angola, nossa nação irmã, essa “esperança sagrada”, como dizia o vosso primeiro Presidente Agostinho Neto, também grande poeta.

Nós vivemos por muito tempo no Brasil com uma política externa que tinha medo, tinha medo do povo, sobretudo. E uma política externa que tinha medo de ter ideias. E o livro, no qual muitos de nós cremos, diz, no Evangelho de Mateus: “Não tenhais medo!”, “*Mē phobeisthe*” (*Μὴ φοβεῖσθε*) em grego. Essa é uma frase que nos inspira, nos inspira àqueles que acreditamos no projeto do Presidente Jair Bolsonaro, que não é um projeto eleitoral, mas sim um projeto político; e que não é apenas um projeto político, mas um projeto de nação, um projeto da nação brasileira que escolheu o Presidente Jair Bolsonaro como seu veículo.

Eu nunca vou esquecer-me do tempo da campanha eleitoral no ano passado, 2018, no momento de uma manifestação em favor do candidato Jair Bolsonaro, em Brasília. Eu estava lá, e eu vi atravessando a rua, ali na Esplanada dos Ministérios em Brasília, um rapaz, realmente muito pobre, humilde, mancando de uma perna,

com uma mochila rasgada, toda rasgada, e nessa mochila tinha um adesivo “Bolsonaro 17 para Presidente”.

O nosso Presidente soube devolver os sentimentos de orgulho e de esperança a todo o povo. Não só no plano individual, mas coletivo, um sentimento de voltar a ser um povo e de viver um destino comum. Então cada vez que nós nos arriscamos, o que acontece todo o dia, a cair na tentação da burocracia, da facilidade, de ceder àqueles mesmos medos, o medo de ser criticado, o medo de ser, às vezes, ridicularizado, o medo de errar, eu me lembro daquele moço, daquele rapaz, naquele dia, e penso que é para ele, e para tantas pessoas como ele, que nós estamos trabalhando. É para ele que queremos fazer uma política externa.

Não queremos fazer uma política externa para a *Foreign Policy* ou para a *Foreign Affairs* ou para o *Financial Times*, nem, muito menos, para *O Globo* ou para o *Estado de S. Paulo*. E não queremos fazer uma política, muito menos, para aquela pequena elite intelectual do Leblon, da Zona Sul do Rio de Janeiro (os senhores que conhecem o Brasil sabem do que estou falando).

Porque o povo brasileiro revelou que não tem medo. O povo brasileiro olhou-se no espelho em 2018 – já se vinha olhando no espelho, mas, cada vez, olhava-se menos, cada vez com a cabeça baixa, e quem caminha de cabeça baixa não se olha no espelho, não se conhece – então o povo brasileiro de repente fez um esforço de erguer a cabeça, e olhou-se no espelho e disse:

Não é isso que sou; não sou essa massa de manobra de um partido corrupto, eu não sou o saco de pancadas de uma elite intelectual política que me despreza; eu não sou essa massa amorfa, sem sentimentos, sem história, ou com uma história falsificada, na qual um grupo de aproveitadores e de fanáticos ideológicos quer me transformar. Eu sou o povo brasileiro.

E nesse dia o povo brasileiro começou a escolher alguém para conduzir o seu caminho, o caminho de uma caminhada de volta a si mesmo, uma caminhada que até hoje ainda mal começou, estamos começando, mas que não vai parar.

Por mais que aquela elite nos atire pedras e nos diga “volte para seu cercadinho, povo brasileiro, você não vale nada, aquilo em que você acredita não vale nada, o seu apego à família não vale nada, você tem que continuar trabalhando para alimentar a besta que te rouba”, nós não voltaremos para aquele cercadinho! Nós voltaremos para nós mesmos, e nesse voltar para si mesmo o povo brasileiro quer resgatar suas raízes, quer viver novamente como parte do Ocidente, como parte da grande aventura que começa lá com os gregos e romanos.

E, às vezes, quando digo isso me chamam de eurocêntrico, mas é justamente o contrário; é dizer que a Europa não possui o monopólio dessa aventura ocidental; nós somos tão ou mais parte dessa história. Justamente, digo que o Ocidente não se esgota na Europa. A Europa até que, em certa medida, às vezes parece estar abandonando a aventura ocidental, perdida em abstrações e petrificações mentais, envergonhada de seu passado e ao mesmo tempo repetindo seu passado, desta vez sob o manto do politicamente correto. Não falo desta ou daquela pessoa, deste ou daquele país, acho que falo apenas do espírito do tempo.

Da mesma forma, queremos recuperar nossa vertente indígena. Fala-se muito em povos indígenas no Brasil, ótimo, mas os povos indígenas são parte do povo brasileiro, não são povos estranhos. São parte integrante e essencial do povo brasileiro. O povo brasileiro é um grande povo indígena. Uma proporção muito alta de brasileiros tem essa ancestralidade e essa cultura no seu sangue e na sua vida. Da mesma forma, como os senhores sabem, o povo brasileiro possui uma identidade africana profunda, que é absolutamente fundamental, fundacional, constitutiva da nossa personalidade coletiva.

Não apenas no DNA, mas na maneira de falar, de sentir, de vestir, de andar e de cantar, de toda nossa cultura. Assim, no caminho da recuperação de si mesmo, o povo brasileiro volta-se também para a África. Por isso é que nós estamos aqui. Uma nação, o Brasil, que quer ser parte do destino da África, quer ser parte do destino da grande nação irmã que é Angola, assim como a África foi, é, e sempre será parte do nosso destino.

Nós admiramos e seguimos, há mais de quarenta anos, a luta de Angola pela independência e pela soberania. Sabemos o que é isso. Sabemos que a soberania não é algo que se conquista de uma vez por todas, mas que exige trabalho diário, incansável, sem medo. Pois as forças contrárias à soberania são muitas, metamorfoseiam-se todos os dias, e uma das suas principais armas para solapar a soberania é contestar a um povo seu sentimento de identidade. Um povo que não tem identidade esfacela-se e perde o gosto pela liberdade, perde o sentido de luta, de resistência, perde a ambição e a vontade em prol da afirmação que a soberania exige. A soberania precisa ser vivida no sentimento, naquela parte inominável, indomável e misteriosa das nossas vidas onde não habitam as leis, os códigos, mas os símbolos e os afetos profundos.

Os símbolos, dizia um filósofo, são a realidade no espírito. E as nações vivem no terreno simbólico, mais do que no terreno econômico ou político. As doutrinas materialistas que querem dominar e aplastar o ser humano dedicam-se furiosamente a destruir seus símbolos. Com isso, roubam ao ser humano a sua espiritualidade e a sua identidade, seja individual, seja nacional. Por isso, essas forças querem coibir tudo o que nos faz olhar para cima e tudo o que nos constitui como nação. Querem proibir bandeiras e hinos, querem humilhar nossos heróis, querem desmerecer a família.

A família, que é uma nação em miniatura, assim como a nação é uma família estendida. Um conjunto, em ambos os casos, de pessoas

ligadas pelo afeto, pelo sentimento, muito mais do que pelo interesse, uma unidade que se estrutura não apenas no espaço, mas também no tempo, pois cada família e cada nação é uma espécie de túnel do tempo, que tem o poder de nos transportar até as profundezas dos séculos passados e vindouros.

As forças que se erguem contra a soberania das nações são as mesmas que se erguem contra a liberdade do indivíduo. Podemos dizer que não existe a liberdade apenas individual. A liberdade quando é apenas individual é ilusória. Ela é ilusória a menos que se exerça no espaço de liberdade construído por uma nação soberana. As instituições democráticas definham se não lhes for insuflada a liberdade. A liberdade é a alma da democracia.

Liberdade e democracia não se confundem. A democracia é uma questão jurídica; a liberdade é uma questão simbólica e sentimental. A democracia ocorre no Estado; a liberdade ocorre na nação. No Brasil, no período de 1985 a 2018, que nós chamamos de Nova República, tínhamos a democracia, mas, cada vez menos, a liberdade. O retorno da liberdade, a recuperação desse sonho da liberdade, dentro da democracia, é o que, creio eu, caracteriza o novo período que estamos vivendo. Algumas das mais antigas democracias do mundo estão vivendo, talvez, um processo semelhante.

Essa madrugada, fiquei até tarde acompanhando a apuração dos votos no Reino Unido. No Reino Unido, creio que houve uma vitória do sentimento nacional. Os britânicos parecem querer a liberdade, e não só a democracia. Nesse exemplo, os britânicos querem ser uma nação, e não apenas um departamento administrativo. Eu creio que essa é a mensagem que deram nas urnas.

No Brasil, frequentemente nós somos chamados de ideológicos por falar de liberdade. E somos chamados de obscurantistas por falar de Deus. A esse respeito é curioso, porque geralmente quem tem uma visão reducionista, materialista do ser humano, que vê qualquer

expressão de espiritualidade como obscurantismo, são também pessoas que têm uma visão puramente mecânica da sociedade, uma concepção formalista da democracia, que é insuficiente para promover a verdadeira liberdade.

Eu acho que obscurantista é quem se recusa a reconhecer sequer a possibilidade da dimensão espiritual do ser humano. Acho que não há nada de obscurantismo naquilo que nós fazemos, também não há nada de ideológico. É curioso porque muitas das vozes que nos chamam de ideológicos dizem que precisamos ser pragmáticos e cuidar do interesse nacional. Bem, concordo, mas para defender o interesse nacional, primeiro é preciso ser uma nação, ter uma nação, saber que somos uma nação e viver a consciência da nacionalidade, saber que não somos apenas um mercado, não somos apenas um departamento administrativo da ordem global.

Diverso desses que pregam o pragmatismo, eu pergunto qual é o interesse nacional que eles defenderam todos esses anos. O Brasil ficou trinta anos sem concluir um único acordo comercial significativo. Nós perdemos a oportunidade de uma Área de Livre Comércio das Américas por puro antiamericanismo ideológico. Nós também adiamos, por muito tempo, o acordo com a União Europeia, porque essa negociação com a União Europeia era apenas um exercício diversionista para não ter a Área de Livre Comércio das Américas. Nós dizíamos que priorizávamos o MERCOSUL, mas deixamos os vizinhos imporem todo tipo de barreiras às nossas exportações brasileiras, porque esses vizinhos eram parentes ideológicos do nosso governo de então, com isso ignorando os interesses concretos dos nossos exportadores.

Então, onde estava o interesse nacional? Onde estava o interesse nacional quando governos anteriores do Brasil deixaram vicejar na nossa região regimes ditatoriais ligados ao narcotráfico, que financiam o terrorismo, e o crime que ameaça os nossos filhos nas

nossas casas. Quando executaram uma política externa que deixou boa parte do nosso continente cair na mão de uma rede maléfica de opressão, corrupção, de crime organizado, que pragmatismo é esse, pergunto? Então, podem nos chamar do que quiserem, mas nós temos uma política externa hoje que ajuda a promover uma América Latina de democracias, pois isso é absolutamente necessário para nossa segurança doméstica, no combate ao crime que nos ameaça. E ao mesmo tempo temos uma política externa que abre mercados como nunca havia feito antes. Uma política que, acredito, tem alma e, ao mesmo tempo, faz negócios.

Criticam-nos às vezes também porque ainda não fizemos tudo. Tivemos onze meses e treze dias. Ignoram aquilo que nós conseguimos fazer nesses onze meses e treze dias. Fizemos os dois maiores acordos comerciais da nossa história, com a União Europeia e com a EFTA. Criamos um novo MERCOSUL, participamos da reconstrução, da reestruturação do MERCOSUL, com o qual nós acabamos, só para dar um exemplo, na semana passada, de assinar um acordo de facilitação de comércio que eliminará as taxas internas ainda existentes no nosso bloco (assinado, no caso, pelo governo anterior da Argentina, tenho certeza de que o novo governo o manterá). Estruturamos uma relação mais simétrica com a China, onde já conseguimos novos mercados e investimentos produtivos para o Brasil.

Tivemos um aumento fantástico nos fluxos de turismo, gerando empregos no Brasil, mais de 100% de aumento do fluxo de turismo proveniente de países para os quais nós fizemos isenção de vistos – uma barreira que era também puramente ideológica do antiamericanismo.

Nós estamos construindo uma relação em um patamar muito mais elevado com os países árabes, do Golfo, sobretudo, que já estão investindo muito mais no Brasil. Na visita do Presidente Jair Bolsonaro aos países do Golfo, ouvi, de uma grande autoridade de

um desses países, que cada grande investidor a cada ano, a cada mês olhava para o Brasil e pensava “ainda não, ainda não, ainda não”. Finalmente, hoje olha pro Brasil e diz “é agora que eu quero investir”. Não apenas pelo tamanho do mercado, que já estava lá, não apenas pela estrutura formal da economia, que já estava lá, mas pela nova relação de confiança, que é baseada na nossa identidade. E ao mesmo tempo temos também uma nova relação muito mais produtiva com Israel. Dizia-se que era impossível ter ao mesmo tempo uma melhor relação com Israel e com os países árabes. Estamos provando que esse tipo de visão é que é puramente ideológica.

Pergunto: já conseguimos tudo o que queríamos na relação com os Estados Unidos? Não. Claro que não. Ainda não. Não se pode ter tudo de imediato. Já conseguimos coisas importantes: o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permitirá um extraordinário desenvolvimento da nossa base espacial; o apoio ao ingresso do Brasil na OCDE – ainda falta iniciar o processo formal de adesão, mas isso já é uma outra etapa. E continuamos trabalhando.

Mas alguns dos nossos críticos, se me permitem uma imagem, parecem – já que estamos perto do Natal também – parecem aquela criança mimada no Natal que nunca está satisfeita com os presentes. Já ganhou uma bicicleta, já ganhou um autorama – não sei se ainda tem autorama, mas sempre vi criança jogando – já ganhou computador, telefone... mas está insatisfeita, continua insatisfeita, depois de abrir tantos presentes! “Cadê meu Lego Star Wars?” “Não, ainda não é agora. Calma, vai brincar com sua bicicleta! O pai continua trabalhando para comprar o Lego Star Wars!”

Nessa relação – aqui chego à África – queremos também, nesse impulso, criar coisas, fazer coisas. Queremos uma nova relação, uma nova parceria com Angola, com todo o continente africano, um novo engajamento comercial, econômico, cooperativo. Nós mudamos nosso olhar em relação à África, queremos participar decisivamente

do processo de crescimento da África, de acordo com as prioridades africanas e com as nossas possibilidades, e da reinserção dos nossos países, tanto os vossos quanto o nosso, nas cadeias produtivas mundiais – é aí que está o futuro dos nossos povos – de fazer tudo isso, não apesar de termos, cada um, nossa nacionalidade, nossa identidade, mas por causa disso, por causa da solidez que isso dá aos nossos sistemas.

Bem, já falei um pouco da parte prática, quero voltar um pouquinho, se me permitem, à parte um pouco mais teórica, que tem a ver com esse impulso de abertura econômica, de abertura comercial. Um dos grandes erros, acredito, da nossa época, é acreditar que se pode ter liberdade econômica sem a base constituída por nações livres e soberanas; acreditar que uma economia liberal globalizada pode funcionar sobre a base de sociedades amorfas, fragmentadas, sociedades que sejam somente coleções de indivíduos reunidos ao acaso, sociedades dispersas, baseadas exclusivamente na letra fria da lei, e não no sentimento.

Acredito que a liberdade econômica depende dessa liberdade mais íntima, desse desejo de liberdade dos indivíduos e nações, o qual somente se estrutura sobre o eixo espiritual, o eixo da aspiração simbólica, o eixo da família, tanto da pequena família humana quanto da grande família nacional. Esse é o nosso esforço para o Brasil, construir uma economia pujante sobre o alicerce de um povo autêntico com seus valores, livre e feliz, uma nação que se sente e se vive como nação.

Eu sei que até aqui não falei muito ainda de política externa, mas queria reiterar o seguinte: nós não queremos conceber a política externa como uma disciplina técnica. Como algo que só tem uma maneira de fazer. Eu vejo a política externa mais como uma arte, como tantas expressões de um povo. Uma técnica talvez, mas uma técnica no sentido antigo de τέχνη (*téchnē*), em grego; *ars*, em latim,

uma maneira de fazer algo concreto, mas que ao mesmo tempo almeja a criação e a expressão da liberdade.

De certa forma a política externa, se me permitem, é também um gênero literário, pois fundamentalmente nós lidamos com as palavras, não para escrever mecanicamente uma realidade, mas, sim, para construir e influenciar de maneira positiva a realidade. Claro que não é uma literatura nas nuvens. É, digamos assim, uma espécie de poesia concreta, fazendo referência a uma corrente estética brasileira. Pois nós queremos resultados concretos, fundamentalmente queremos mais possibilidades e mais liberdade para os nossos povos. Isso não é ideológico.

No Brasil, não sei se os senhores acompanham a imprensa brasileira, às vezes me comparam a um cavaleiro templário. Para mim está muito bem, porque eu falo do passado, falo da história, e porque eu não me envergonho da minha fé cristã e porque procuro discutir ideias. Ideias ruins, talvez alguma boa, mas ideias que procuram intervir de maneira diferente na realidade, e não simplesmente aceitar a realidade como ela se encontra. Eu não me importo com isso, não. Então reiterando, essa política, templária ou não templária, valeu-nos já importantes ganhos, importantes avanços em transformar o Brasil num novo país, em transformar o Brasil num país que ao mesmo tempo é competitivo e ao mesmo tempo é orgulhoso de si mesmo.

Um famoso diplomata brasileiro escreveu um livro sobre o nosso passado, chamado *Quinhentos anos de periferia*, um livro até interessante. Mas a linha que esse livro e essa corrente representam, no fundo, o seu programa é de um socialismo corrupto, e de um antiamericanismo raivoso, que, se fosse mantido, nos garantiria mais 500 anos de periferia. Nós estávamos na periferia, não só do mundo, estávamos na periferia também da América Latina, apesar do nosso tamanho. Nós estávamos a reboque, à mercê de caprichos de ditadores e de narcotraficantes, um bando de malfeitores

internacionais que ainda teimam em nos infernizar sob a marca do socialismo do século XXI ou do que quer que seja.

Essa nossa poesia concreta produz bens comerciais. Queremos compartilhar com Angola, com a África; queremos que nossos fluxos nos unam não somente à União Europeia, aos Estados Unidos, ao Japão, à China, aos países árabes, a Israel, à Índia, ao Sudeste Asiático, mas também, e muito especialmente, à África e a Angola de maneira mais particular. Nós queremos e podemos reinventar juntos nossas economias rumo à competitividade, rumo à criação de empregos e à libertação do potencial criativo dos nossos povos. Esse potencial do Brasil tanto tempo sufocado por aqueles que desprezavam e exploravam o povo. E, ainda mais perverso, fazendo isso em nome do próprio povo.

Essa poesia concreta produz alguns meios para a liberdade. O Brasil tornou-se uma referência para todos aqueles da América do Sul que anseiam pela democracia, pela liberdade, pelo fim das estruturas corruptas de poder ligadas à criminalidade. E se, aqui, também ainda não conseguimos o que queríamos, isso não significa que desistiremos. Continuaremos trabalhando, não teremos medo. É um absurdo completo, uma indignidade, que em 2019 ainda haja ditaduras na América Latina. É um absurdo que os dogmas politicamente corretos ainda impeçam tantas pessoas de enxergar essa realidade, denunciá-la e mudá-la. Nossa política externa está quebrando essa espiral de silêncio, de indiferença, de intimidação e de opressão.

Liberdade e prosperidade para nações soberanas – isso é o que queremos, é o que propomos na nossa nova política externa.

Muito obrigado!

55. Balanço da política externa em 2019 e mensagem de final de ano, em Brasília (17/12/2019)

Alô a todos! Estamos chegando ao final do ano, e acho que temos muito a mostrar, neste 2019, na área da política externa. Antes de mais nada, nós conseguimos, acredito, colocar a política externa, colocar o Itamaraty, dentro do projeto de Brasil trazido pelo Presidente Jair Bolsonaro. Essa era a nossa principal missão: fazer da política externa uma parte desse projeto.

Conseguimos mostrar muitos resultados na área econômica, na área comercial, fechando grandes acordos. Na área da promoção da democracia, trabalhando incansavelmente pela democracia na América do Sul. Queremos que o Brasil seja parte de uma região inteiramente livre e democrática e defendendo, ao redor do mundo, os valores dos brasileiros. Falamos muito disso, de ser uma chancelaria, um Ministério das Relações Exteriores do Brasil, dos brasileiros, do povo brasileiro.

Então, fazemos isso procurando esses interesses econômicos, mas também defendendo os valores da nossa nação. Defendendo a própria possibilidade de ser uma nação, contra certas tendências de que o mundo não teria mais nação, de que tudo seria um grande amálgama. Nós colocamos muito claramente os nossos valores, as nossas posições na defesa da família, na defesa da vida, nos fóruns internacionais, na defesa da liberdade religiosa, na defesa da liberdade de expressão, dos direitos humanos, tais como consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, aliás, tem, por exemplo, a família como um dos direitos a serem protegidos.

Enfim, procuramos fazer uma política externa, ter um Itamaraty aberto para a sociedade brasileira, fazendo aquilo que os brasileiros querem, e sendo parte de um projeto de país, de um projeto que

está produzindo resultados extraordinários para o povo brasileiro em termos de crescimento econômico, e em termos de um novo orgulho nacional.

Então, acho que temos um momento interessante de dizer: “Feliz Natal e feliz Ano Novo!” Vamos manter essas mesmas prioridades e esse mesmo dinamismo em favor do povo brasileiro no ano que vem.

Obrigado!

56. *Para além do horizonte comunista*, artigo publicado pela revista *Terça Livre* (18/12/2019)¹³

O intelectual e ativista marxista boliviano Álvaro García Linera, logo após ser eleito Vice-Presidente da Bolívia na chapa de Evo Morales, em 2005, declarou: “O horizonte geral da nossa era é o comunismo.”

Não há dúvida de que a América Latina viveu dentro de um horizonte comunista desde 2005, ou possivelmente desde um pouco antes, desde a vitória de Lula em 2002, ou desde a vitória de Chávez em 1999. Na verdade, esse horizonte começou a raiar com a criação do Foro de São Paulo, em 1991.

Veja-se bem a expressão: dentro de um horizonte comunista. Não em um sistema explicitamente comunista. Muitas pessoas ridicularizam a discussão sobre a presença do comunismo na América Latina atual dizendo que os partidos autoproclamados comunistas são fracos ou inexistentes e que em nenhuma parte – exceto um pouco na Venezuela – cogita-se de instaurar um sistema com propriedade coletiva dos meios de produção ou ditadura do proletariado.

Em primeiro lugar, há que observar o seguinte: o comunismo não é a propriedade coletiva dos meios de produção. O comunismo não é a ditadura do proletariado. Propriedade coletiva e ditadura do proletariado – o socialismo – são instrumentos para chegar ao comunismo, que é o estágio último da sociedade humana concebido por Marx, o zero absoluto do ser humano, onde o controle sobre o homem é tão completo que já prescinde do Estado (portanto prescinde da ditadura do proletariado). Um controle sem sujeito,

¹³ Artigo disponível em: <https://www.tercalivre.com.br/em-artigo-exclusivo-para-o-terca-livre-ernesto-araujo-traca-panorama-da-ameaca-comunista-nos-paises-latinos/>. Acesso em: 9 set. 2020.

apenas objetos imbecilizados, onde já não há propriedade coletiva nem individual porque já não há diferença entre indivíduo e coletividade, um sistema que se autoperpetua infinitamente, um buraco negro da humanidade, de cujo horizonte já nenhuma luz escapa. O comunismo não é a abolição do capitalismo, o comunismo é (para tomar emprestado um título de C. S. Lewis) a abolição do homem.

O socialismo, dentro da loucura marxista, é apenas um instrumento para chegar ao comunismo, mas isso não significa que não haja outros. Desde 1989-1991, quando desabou o “socialismo real”, o marxismo vem trabalhando para desenhar novos instrumentos de construção do comunismo. O principal desses instrumentos é o globalismo (termo que utilizo numa acepção algo distinta daquela mais corrente que o define como a criação de uma governança mundial; para mim, diferentemente, o globalismo é a captura da economia globalizada pelo aparato ideológico marxista através do politicamente correto, da ideologia de gênero, da obsessão climática, do antinacionalismo).

Assim, tudo o que os marxistas desde 1989 fazem e pensam é manter aberto o horizonte comunista. Sabem que já não podem pregar abertamente o comunismo porque o *mainstream* (ainda) o rejeita, mas podem ir-se aproximando, avançando aqui e ali, ganhando terreno e ocupando espaços. Horizonte por definição é um lugar aonde nunca se chega, mas que necessariamente orienta e referencia nossa localização espacial. O objetivo ficou talvez mais distante do que era no tempo da União Soviética, mas continua presente. Talvez tenha ficado mais próximo. É isso o que querem dizer com o “horizonte comunista”.

Essa expressão, aliás, serve de título a um livro da marxista Jodi Dean, publicado em 2012, *The Communist Horizon*, um de tantos trabalhos surgidos desde o final dos anos 90 discutindo justamente as formas de preservar a “utopia” comunista e reinseri-la na realidade

política e social concreta de um mundo aparentemente avesso ao comunismo. Na mesma linha vão os três volumes intitulados *The Idea of Communism*, coleção de ensaios de dezenas de autores marxistas, coordenados pelos dois principais pensadores dessa horripilante corrente na atualidade, Alain Badiou e Slavoj Žižek. O “horizonte comunista”, a “ideia do comunismo” são a mesma coisa: mil maneiras de manter viva a ideologia comunista, tantas vezes derrotada pela realidade. Dizia Mao Tsé-Tung: “De derrota em derrota, até a vitória final.” Esse é o programa. Aproveitar as aparentes derrotas para fortalecer-se e seguir avançando. Pode-se argumentar que neste século XXI o projeto comunista está mais forte do que nos anos 80, justamente porque ninguém o vê e pode operar à sombra da sociedade de consumo. Em lugar de combater o capitalismo em nome de uma alternativa socialista claramente fracassada, infiltrar-se de maneira sutil dentro do capitalismo.

Vão já, portanto, quase trinta anos – mas os últimos vinte são especialmente significativos – em que o marxismo está cavando túneis por baixo da superfície aparentemente segura e tranquila da sociedade liberal. Os marxistas nunca se renderam a essa sociedade. Reúnem-se, pensam, programam, aplicam diferentes estratégias que vão solapando o mundo liberal-democrático, de diferentes modos, com diversas geometrias, explorando de forma inteligente e perversa as fragilidades do sistema liberal.

A principal fragilidade do sistema liberal é a seguinte: o sistema liberal não pensa. Não trabalha no mundo das ideias. Criou uma repulsa por tudo aquilo que chama de “ideológico”. Curiosamente, o sistema liberal em geral – e no Brasil os isentões em particular – aplicam a pecha de “ideológico” àqueles que procuram estudar o marxismo contemporâneo e entender seu “horizonte comunista”. Ou seja, os ideólogos que se esforçam dia e noite por criar os novos instrumentos do comunismo (e que publicam suas ideias em livros amplamente disponíveis) são ignorados e deixados trabalhar em paz,

sob uma espécie de indiferença benigna por parte do *establishment*. Já os amantes da liberdade que leem esses trabalhos marxistas para entender o novo projeto comunista e assim poder combatê-lo são chamados de “ideológicos”. O mundo isentão lida apenas com a figura fictícia de um certo comunismo “derrotado em 1989” e recusa-se terminantemente a reconhecer – muito menos a enfrentar – o projeto comunista real que atua hoje por toda parte.

O isentismo é, antes de mais nada, uma forma de preguiça intelectual.

Também é uma forma de acomodação. O isentismo não enfrenta o comunismo. Não chega nem perto. Não quer enfrentar. Não quer reconhecer que ele existe porque, se reconhecer, vai ter de fazer alguma coisa. Assim, o isentismo inscreve-se confortavelmente dentro do horizonte comunista e, no dia em que o comunismo chegar e roubar-lhe a liberdade que ele acredita possuir de graça sem precisar lutar por ela, o isentão não vai nem perceber, pois sua cegueira ideológica – ou seja, sua cegueira para a ideologia que penetra na sua mente – já lhe terá consumido todas as faculdades e sentimentos de resistência.

Isso na melhor das hipóteses. Em outra hipótese, o isentão sabe conscientemente que seu isentismo se insere dentro do horizonte comunista e está muito feliz com isso. Faz parte voluntariamente do projeto. Não se acha comunista, mas compartilha com o projeto comunista todo o essencial: o materialismo e o ódio ao espírito, a sede insaciável de poder e de controle absoluto. A pressa com que hoje, no Brasil, os isentos correm para os braços da extrema esquerda e vice-versa, formando uma estranha “isento-esquerda”, é o sinal abjeto dessas afinidades profundas.

Então, temos em todo o mundo, a partir da virada do século, a progressiva construção de uma sociedade que é liberal apenas na superfície, na aparência de uma economia capitalista com instituições

democráticas e direitos humanos bem bonitinhos, mas que na sua subestrutura não é nada disso. Debaixo do liberalismo, no porão, os engenheiros do “ideal comunista” manejam suas alavancas. No porão grassa a corrupção, o conluio com o crime organizado, a tolerância para com a violência mais brutal, as drogas (seu tráfico e seu uso), o capitalismo distorcido pelo controle estatal, a repressão ao pensamento e à livre expressão, o anticristianismo e o antiespiritualismo, o furioso moralismo materialista, a manipulação da ciência.

E os isentões, onde estão? Estão jogando pedra justamente naqueles líderes que, no Brasil e no resto do mundo, querem descer ao porão para lutar contra todas essas mazelas. O isentão, quando você aperta, ele não quer uma economia livre, ele não quer uma Internet livre, não quer um idioma livre capaz de expressar a complexidade e beleza do espírito humano em sua aventura multidimensional. Quer uma economia direcionada pelo conchavo político, quer o controle social da comunicação pelo monopólio da grande mídia, quer uma novílingua continuamente empobrecida pela ditadura do politicamente correto que substitui a ditadura do proletariado como instrumento preferencial de construção do comunismo. Sim, o isentão está enclausurado no horizonte comunista.

No Brasil estamos rompendo o horizonte comunista e reenquadrando o liberalismo no horizonte da liberdade. O horizonte comunista está sendo rompido igualmente em outros lugares, certamente nos EUA, também no Reino Unido, na Hungria e na Polônia, penso que está sendo rompido na África, onde os últimos laivos da associação espúria entre comunismo e libertação, que vigorou por décadas desde as lutas anticoloniais, parecem estar-se dissipando. A Igreja Católica, em parte, havia-se inscrito também dentro do horizonte comunista, a partir dos anos 60 e 70, mas ali a verdadeira fé parece estar resistindo e repelindo o avanço marxista sobre a sua doutrina bimilenar.

O horizonte comunista está sendo rompido na própria Bolívia, onde o povo deu um basta a Evo Morales e García Linera, que queriam continuar arrastando os bolivianos para o abismo à custa da fraude eleitoral.

Porém o horizonte comunista quer voltar a estrangular-nos. Quer regressar na Bolívia (Evo Morales foi acolhido pelo novo governo e está ali, a poucos quilômetros da fronteira, à espreita). Quer voltar no Chile, no Equador e na Colômbia, quer voltar no Brasil. Quer “iluminar” com suas trevas essas grandes nações que são a Venezuela, o México e a Argentina.

Precisamos olhar para além desse horizonte comunista, que não é um horizonte onde há árvores e campos, mas sim as paredes de uma cela, esse horizonte que não é onde a terra encontra o céu, mas onde a terra encontra o inferno. Tudo o que temos para combater o avanço dessas paredes e a aproximação desse abismo é o apego à liberdade. A liberdade que, insisto, não é uma ideologia, mas o eixo central do ser humano.

Para começar, precisamos estudar o comunismo a partir do que dizem e fazem os comunistas, em lugar de sair aos gritos de “ideológico, ideológico” condenando quem o estuda e quem o enfrenta.

57. Discurso na cerimônia de cumprimentos ao corpo diplomático, em Brasília (18/12/2019)

Muito boa noite a todos!

Fico extremamente feliz de podermos ter essa celebração de final de ano...

Ah, General! Não o tinha visto, querido General Villas Boas; Ministro Osmar Terra;

Senhores Embaixadores, colegas do corpo diplomático; amigos,

Realmente é um momento muito especial para mim, Maria Eduarda, Rosa, Otávio, podermos recebê-los aqui. Agradeço muito a presença, agradeço muito a atenção que nos dão.

Nós temos uma comunidade diplomática maravilhosa aqui em Brasília – numerosa, competente, interessada. Isso é um privilégio para todos nós aqui do Itamaraty. Eu gostaria, dirigindo-me especialmente aos diplomatas de outros países, gostaria de ter tido tempo, ao longo desse ano, de estar mais tempo com os senhores. Tive um calendário de viagens, como sabem, muito intenso (acho que passei praticamente a metade do tempo fora), mas valorizo imensamente cada momento de interação que tivemos e que teremos com cada um dos senhores.

Nessas viagens, eu estive em vários dos países que os senhores representam. Tive a felicidade de estar em todos os continentes – exceto a Oceania. Preciso conversar com o encarregado da Austrália, que acho que está aqui, para ano que vem não faltar a Oceania, mas enfim – estive, evidentemente, na América do Norte, América do Sul (aqui na nossa região), Europa, Ásia e, agora por último, na África, levando uma mensagem de um Brasil que quer se relacionar de maneira produtiva com todos os países do mundo.

Eu espero que os senhores, diplomatas de outros países aqui em Brasília, espero que estejam se divertindo aqui em Brasília, que estejam aproveitando seu tempo e que estejam acompanhando aquilo que nós estamos tentando fazer nessa área de política externa, especialmente, e em todas as áreas, claro, do nosso país. Eu tenho certeza de que todos os senhores estão nos ajudando a fazer o Brasil mais presente nos seus países, a entender o processo de transformação que o Brasil está atravessando.

Eu não quero, evidentemente, saber o que os senhores estão escrevendo em seus telegramas (teria curiosidade, mas, enfim...), mas o que eu gostaria, simplesmente, era de pedir que os senhores pensassem o Brasil como um país onde algo está acontecendo, onde algo está acontecendo que não é simples, que não é superficial e que não é corriqueiro. Nós estamos aqui, colegas de outros ministérios, Oficiais Gerais, o Prefeito de Bento Gonçalves, que muito nos honra aqui com a presença, cada um na sua dimensão, colegas Ministros, colegas de outros ministérios, nós, acho que, sabemos a intensidade e a complexidade, a profundidade do processo que nós estamos atravessando. E, simplesmente, é isso que nós pedimos aos diplomatas estrangeiros: que procurem ver a complexidade e a profundidade, como eu dizia, daquilo que nós estamos tentando fazer.

O Presidente Jair Bolsonaro, sob cuja liderança nós acreditamos que estamos fazendo uma transformação absolutamente necessária no Brasil, ele tinha um projeto eleitoral, mas que não era simplesmente um projeto eleitoral; era um projeto político; e tem um projeto político, mas que também não é simplesmente um projeto político; é um projeto de nação. O projeto de que o Brasil volte a ser uma nação. E isso tem uma expressão, uma manifestação em todos os terrenos, inclusive no da política externa.

No nosso entendimento a política externa não deve ser externa no sentido de exterior ao povo, ao povo brasileiro, alheia ou indife-

rente a esse povo. Ela tem que ser uma política interna, no sentido de nascer do fundo do nosso coração, do fundo dos nossos sentimentos e das nossas aspirações como povo. É isso que nós procuramos fazer.

Nós acreditamos, portanto, que temos uma mensagem para o mundo. Estamos levando essa mensagem. Claro, queremos, também, fazer bons negócios ao redor do mundo, bons negócios para todos, e achamos que as duas coisas são inteiramente compatíveis e necessárias uma à outra: a esfera das nossas convicções, dos nossos ideais; e a esfera da economia, do crescimento, do comércio, dos investimentos.

Nós achamos que o mundo não está terminado e pronto. Achamos que o mundo é uma obra em aberto, e o Brasil tem a expectativa de contribuir para essa obra; sobretudo, um mundo com mais liberdade. Essa tem sido a palavra-chave para tudo que nós estamos tentando fazer no Brasil e para essa mensagem que nós queremos levar para o mundo: liberdade. Em todas as dimensões: liberdade econômica – com mais trocas, gerando mais crescimento para todos os países; liberdade política; democracia; liberdade de expressão; liberdade religiosa; liberdade para que cada nação seja o que é.

Eu, pessoalmente, também acredito que os principais problemas do mundo não são problemas materiais; são problemas espirituais. Eu acho que o enriquecimento das sociedades no plano econômico não deveria vir junto com o empobrecimento do pensamento, e acho que isso assistimos durante algumas décadas, mas essa tendência me parece que está sendo revertida.

Eu gosto muito do nome de uma editora francesa, que eu acho que já desapareceu, que se chamava *Les Empêcheurs de penser en rond* (*les ambassadeurs francophones vont m'aider à traduire ça*), “os impedidores de pensar em círculo”, e é isso que nós procuramos que o Brasil seja hoje no mundo: um *empêcheur de penser en rond*, um país que ajuda a sair de círculos viciosos de ideias. Porque o mundo

precisa de ideias. Ideias exigem palavras, exigem sentimentos, exigem, muitas vezes, a coragem de se dizer, de se pensar uma coisa diferente – às vezes errado –, mas sem isso o mundo fica embotado e os países ficam embotados numa espiral de silêncio, onde esse materialismo gera apenas uma falsa sensação de completude ou de segurança com um vácuo por baixo. Isso exige, fundamentalmente, liberdade.

Hoje mesmo eu falava com alguém que citava o *Lord Palmerston*, que dizia que entre os países não há amizades, há somente interesses. Não sei bem, eu devia ter olhado o original em inglês, “*between countries there are no friendships, only interests*”, deve ser uma coisa assim. E eu não simpatizo muito com essa ideia. Eu acho que essa ideia de que não há amizades, apenas interesses, cria um mundo baseado apenas num mínimo denominador comum. É preciso buscar um mundo de amizades. É mais difícil, é mais difícil, a equação é mais difícil de fechar, talvez nunca feche; mas nós não queremos viver num mundo desprovido de sentimentos, seja internamente, seja no plano das relações internacionais. Então, o processo que o Brasil está vivendo é, em grande parte, um processo de recuperação sentimental.

Nessa enorme transformação que nós vivemos no Brasil, eu acho que ninguém sentou fazendo planos na ponta do lápis, sejam políticos ou de outra natureza, de como reconstruir a nação. Vários planos individuais, coletivos, juntaram-se, mas não há um plano. A nação está-se reconstruindo não a partir de uma razão fria, mas a partir do coração, onde nós nos sentimos amparados pelo pano da nossa bandeira. Eu acho que o Itamaraty – é a nossa intenção, é o nosso propósito – está fazendo parte desse processo.

Não quero falar muito de mim, mas, se me permitem, eu já disse que eu sou um nacionalista, mas eu sou um nacionalista universal. Eu me emociono com os hinos de todos os países (a Eduarda, minha esposa, sabe disso). Agora tenho menos tempo, mas eu gostava

muito de ficar na Internet ouvindo hinos de países, e realmente me emociono, porque cada um deles representa uma articulação única da humanidade; cada nação é uma articulação única do ser humano.

Se eu posso fazer um apelo, também, meu apelo é que nós não deixemos que as nossas nações virem apenas cascas vazias, cada uma apenas como se fosse um título de um livro em branco, de um livro que não existe. Nós não devemos deixar que cada nação vire apenas um território aduaneiro regido por um conjunto de leis, mas que seja também uma pátria espiritual.

Bem, temos uma dimensão também, agora, festiva. Eu queria convidar os senhores a uma degustação de vinhos brasileiros, vinhos lá da Serra Gaúcha, do Vale dos Vinhedos. Tivemos uma experiência extraordinária lá, na Cúpula do MERCOSUL, esse projeto que é tão fundamental para o Brasil e para os demais países-membros, no qual nós nos empenhamos tanto. E isso foi simbolizado na nossa presidência no MERCOSUL por uma cúpula que eu acho que transcendeu as expectativas de muitos. Nossos colegas não imaginavam que fosse tão bonito, lá no Vale dos Vinhedos, e que os vinhos brasileiros fossem tão bons.

Então, queríamos também dar a oportunidade de celebrarmos esse momento, agora, de final de ano, com vinhos lá do Vale dos Vinhedos, agradecendo mais uma vez a hospitalidade do Prefeito de Bento Gonçalves, a hospitalidade que nos deu lá e que apresenta o que nos proporciona aqui: o Spa do Vinho, com Débora e Aldemir, muito obrigado pela presença; a presença aqui dos vinhos da Miolo, da vinícola Lidio Carraro, Família Valduga, vinícola Don Giovanni, Chandon, vinícola Almaúnica, enfim, todos terão a oportunidade de degustar esses vinhos.

Eu acho que é um momento também, eu queria terminar citando um autor que é talvez o meu favorito, que é Jorge Luis Borges. É um poema famoso dele que diz: “*Si pudiera vivir nuevamente mi vida, en*

la próxima [...] comería más helados y menos habas” (“se eu pudesse viver novamente minha vida, na próxima eu comeria mais sorvetes e menos vagem”, uma coisa assim). Então também acho que se pudéssemos, viver novamente esse ano (e foi um ano intenso, um ano muito produtivo), a única coisa que eu faria, talvez, seria tomar mais vinhos do nosso Vale dos Vinhedos. E de outros países também, claro. O vinho é uma celebração universal também; o vinho é uma coisa que une tantas nações, e isso nos parece que é também uma maneira de celebrar. Para muitos de nós, o vinho, inclusive, é uma bebida sagrada, que nos leva para dimensão da transcendência, então queremos também celebrar esse momento dessa maneira.

Eu queria desejar a todos os senhores, para aqueles que celebram o Natal, um Feliz Natal! Para todos os senhores, boas festas e bom fim de ano e um excelente 2020 para todos nós! Espero que sejamos parceiros na construção de muita coisa em 2020.

Muito obrigado a todos!

58.Mensagem de final de ano, em Brasília (27/12/2019)

Eu queria mandar uma mensagem para as pessoas que se interessam pela nossa política externa, que acompanham a nossa política externa. Um balanço rápido nesse final de ano, onde a realidade do que nós estamos fazendo, do que nós conseguimos fazer e do rumo que nós estamos dando à nossa política externa contrasta completamente com algumas narrativas que têm aparecido em notícia e em editoriais.

Dizem que a nossa política externa não deu resultados. Nós simplesmente fechamos, durante esse ano de 2019, os dois maiores acordos comerciais da história do Brasil; conseguimos atração de investimentos muito importantes de vários países e construímos uma nova relação de confiança com os nossos principais parceiros. Isso está muito claro, está nos dados e nas várias informações que nós colocamos.

Dizem que nossa política externa tem causado prejuízo. Não sei onde. É curioso, porque algumas matérias de imprensa lançam, assim, palavras e depois não dão nenhum exemplo. Não vi nenhum exemplo de prejuízo; e estou dando aqui exemplos de resultados concretos que estão acontecendo. Estamos dando prejuízo àqueles que têm uma falsa narrativa, que querem impor uma falsa narrativa do que nós estamos tentando fazer.

Dizem que é uma política externa “ideológica”. Não sei de onde tiraram isso. É uma política externa que contesta a ideologia; é uma política externa que procura desmontar uma ideologia, que é justamente a ideologia que preside a muitas dessas críticas.

O que é ideologia? Ideologia é um sistema de pensamento fechado que não permite a penetração da luz da realidade. Isso é o que transparece aí em muitas políticas. Então, por exemplo, quando nós resolvemos o problema do aço com os Estados Unidos depois de uma conversa do Presidente Bolsonaro com o Presidente Trump e a imprensa recusa-se a reportar isso, é uma atitude ideológica da imprensa. Por quê? Porque ela tem uma ideia de que a nossa relação com os Estados Unidos estava dando errado e um exemplo muito claro que contradiz isso é recusado, porque ele conflitaria com essa ideologia.

Então, nossa relação com os Estados Unidos está dando certo, já deu vários resultados, vai continuar dando. Já conseguimos tudo aquilo que queríamos? Ainda não, vamos continuar. Nossa relação com a China está dando certo, nossa relação com África – estamos reinventando nossa relação com a África –, a relação com os países árabes, com os países do Golfo, com Israel. Também se dizia que era impossível, e nós estamos provando que não. É uma ideologia, a ideologia dizia “olha, você não pode ter boas relações com Israel e com os países árabes”. A realidade diz que sim, é possível. Podemos ter relações melhores com ambos ao mesmo tempo, produtivas, trazendo investimentos, trazendo tecnologia, trazendo riqueza para o Brasil.

Estamos defendendo os valores do povo brasileiro ao redor do mundo, nos fóruns internacionais, estamos trazendo investimentos. Também se dizia que era impossível falar de valores e, ao mesmo tempo, obter resultados concretos na economia (uma visão ideológica). Visão real: qual é a realidade? Sim, é possível ao mesmo tempo defender valores profundos do povo brasileiro, nossos sentimentos, e trazer comércio, trazer investimentos.

“Prestígio”. Diziam que, em função de nossa política externa, o Brasil estaria perdendo prestígio ao redor do mundo. É exatamente o contrário. Todos os nossos interlocutores visivelmente transmitem,

não só explicitamente, mas na sua atitude, uma nova atribuição de prestígio ao Brasil. O Brasil hoje é visto como um ator muito mais importante do que era antes. É uma ideologia, aí, que realmente diz que nós perdemos prestígio. Não tem nenhum dado da realidade para provar. Todos os dados da realidade provam o contrário.

Então, o que eu quero sugerir às pessoas que se interessam pela realidade da nossa política externa é que acompanhem, por exemplo, as nossas mídias sociais, onde nós colocamos fatos objetivos sobre os acordos que nós fechamos, sobre as ideias que nós defendemos, sobre a nossa luta pela democracia, por exemplo, na América do Sul, em vários países da América do Sul. Isso tudo é a realidade.

Então, era isso que eu queria passar como uma breve mensagem de fim de ano, agradecendo o interesse que tantas pessoas têm tido pela nossa política externa, e simplesmente convidar a que julguem por aquilo que nós estamos fazendo, pelos resultados que nós estamos obtendo, e não pela visão ideológica que aparece na imprensa.

Eu queria só fazer uma comparação, para terminar, que é o seguinte: é como se tivesse havendo um jogo de futebol e a imprensa é um radialista que está narrando esse jogo, torcendo por um time. Então, ele não narra os gols do outro time, que somos nós, que estamos fazendo gols, e inventa gols do adversário, que é o time pelo qual ele está torcendo. As mídias sociais, vários outros canais de informação – não só os nossos, do Itamaraty –, todo esse universo riquíssimo das redes é a possibilidade de o povo brasileiro ir ao estádio e ver o que está acontecendo, como está sendo o jogo, e avaliar o desempenho do seu time. Nós somos o time do povo brasileiro. Acho que estamos ganhando o jogo.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



“Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geleia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer.

Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar onde queremos, não pediremos permissão à ordem global, o que quer que ela seja. Defenderemos a liberdade e a vida. Defenderemos o direito de cada povo de ser o que é, com liberdade e dignidade, com a dignidade que unicamente a liberdade proporciona.”

Ernesto Araújo
Ministro das Relações Exteriores

(Excerto do discurso de posse, 02/01/2019)



www.funag.gov.br